

O presente documento é tradução integral do Relatório Anual da entidade  
Barclays Bank Ireland PLC à data de 31 de dezembro de 2022

O Pack original encontra-se disponível para consulta no site oficial conforme caminho  
abaixo:

[BBI-PLC-AR-2022.pdf \(home.barclays\)](#)

# **Relatório Anual Barclays Bank Ireland PLC**

31 de dezembro de 2022

## Índice

## Página

### Relatório estratégico

Avaliação de desempenho	2
Gestão de risco	4
Dados de desempenho	6

Relatório dos Administradores	9
-------------------------------	---

### Informação Não-financeira

Demonstração de informação não financeira	16
As nossas pessoas e a nossa cultura	19
Clima e sustentabilidade	21

### Avaliação de risco

Índice da avaliação de risco	31
Estratégia de gestão de risco	32
Riscos materiais existentes e emergentes	34
Gestão dos riscos principais	46
Desempenho do risco	57
Supervisão e regulamentação	112

### Demonstrações financeiras

Índice das demonstrações financeiras	118
Relatório do Auditor Independente	119
Demonstrações financeiras	129
Notas às demonstrações financeiras	134

Abreviaturas	198
--------------	-----

# Relatório estratégico

## Avaliação de desempenho

O Relatório Estratégico foi aprovado pelo Conselho de Administração a 15 de março de 2023.

### VISÃO GERAL

O Barclays Bank Ireland PLC (o "Banco", "BBI" ou a "Empresa") é uma filial detida na totalidade pelo Barclays Bank PLC ("BB PLC"). O BB PLC é uma filial detida na totalidade pelo Barclays PLC ("B PLC"). A consolidação do B PLC e das suas filiais é referida conjuntamente como Grupo Barclays. O termo Barclays pode referir-se ao B PLC ou ao Grupo Barclays como um todo, dependendo do contexto.

O Banco está licenciado como instituição de crédito pelo Banco Central da Irlanda ("BCI") e foi designado como uma instituição significativa, diretamente supervisionada pelo Mecanismo Único de Supervisão ("MUS") do Banco Central Europeu ("BCE"). O Banco é regulado pelo BCI em termos de conduta financeira e as suas filiais estão também sujeitas à supervisão direta das autoridades nacionais para efeitos de conduta local, nas jurisdições em que estão presentes.

O Banco emitiu títulos de dívida cotados em mercados europeus regulamentados e, por conseguinte, elaborou e publicou este Relatório Anual em conformidade com os requisitos de informação financeira periódica ao abrigo do regulamento relativo à transparência (Diretiva 2004/109/CE) de 2007, tal como alterado, que se aplica ao Banco.

O Banco é a principal entidade jurídica do Grupo Barclays ao serviço dos seus clientes do Espaço Económico Europeu ("EEE"), com sucursais na Bélgica, França, Alemanha, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal, Espanha e Suécia, para além da sua sede na Irlanda.

Em julho de 2022, o Banco concluiu uma avaliação exaustiva do BCE, que incluiu uma análise da qualidade dos ativos e um teste de esforço. A AE representa o teste de admissão à supervisão pelo Mecanismo Único de Supervisão (MUS) do BCE, que o Banco subscreveu em 2019. O BCE determinou, com base na AE, que o Banco não necessitava de capital adicional. O BCE condiciona também o resultado e quaisquer conclusões da AE à avaliação contínua dos riscos dos bancos, dos seus acordos de governação e da sua situação de capital e liquidez como parte do Processo de análise e avaliação pelo supervisor ("SREP").

### A NOSSA ESTRUTURA

O Banco tem dois segmentos de negócio, o Banco Empresarial e de Investimento ("CIB") e o Consumo, Cartões e Pagamentos ("CC&P").

O CIB é constituído pela Banca de Empresas, pela Banca de Investimento e Mercados, fornecendo produtos e serviços a gestores de capital, instituições financeiras, governos, organizações supranacionais e clientes empresariais para gerir as suas necessidades de financiamento, estratégia e gestão de risco.

O CC&P é composto pelo Barclays Consumer Bank Europe ("CBE") e pelo Banco Privado. O Barclays Consumer Bank Europe fornece cartões de crédito, empréstimos online, financiamento de compras a prestações, financiamento eletrónico no ponto de venda e depósitos. O Banco Privado oferece serviços bancários, de investimento e de crédito para satisfazer as necessidades dos nossos clientes em todo o EEE.

A carteira italiana de hipotecas do Banco (que está em *run-off*) é detida na Sede do Banco.

### MERCADO E AMBIENTE OPERACIONAL

A recuperação inicial após a pandemia da COVID-19 foi atenuada pelas difíceis condições económicas vividas em 2022, impulsionadas em grande medida pela invasão russa da Ucrânia, pelo aumento dos preços da energia e pelas dificuldades da cadeia de fornecimento decorrentes do rápido aumento da procura à medida que os confinamentos terminavam. As pressões inflacionistas globais e as medidas de política monetária sob a forma de aumentos das taxas de juro pelos bancos centrais em todo o mundo tiveram um efeito acentuado no ambiente macroeconómico na Europa.

No nosso segmento CIB, a volatilidade do mercado, a inflação e a incerteza geopolítica criaram condições desfavoráveis à realização de transações em todos os produtos. No entanto, a volatilidade do mercado criou as condições para um ano muito positivo para a nossa franquia de Mercados Globais, particularmente nos negócios de Taxas e Financiamento de Rendimento Fixo, enquanto a nossa franquia de Banca de Empresas beneficiou do aumento das taxas de juro e dos fluxos de pagamentos.

Continuámos a ajudar os nossos clientes, desde os supranacionais e soberanos a empresas, a aceder aos mercados de capitais para efeitos de liquidez, capital e investimento. O nosso negócio de Banca de Investimento continuou a tirar partido das oportunidades oferecidas pela transição para uma economia com baixas emissões de carbono. Neste sentido, incluíram-se ofertas ligadas aos nossos objetivos sobre questões ambientais, sociais e de governação ("ESG"). O nosso negócio de Banca de Empresas apoiou os nossos clientes com várias soluções personalizadas e uma oferta alargada de produtos ESG.

Dentro do segmento de CC&P, o CBE conduz uma franquia alemã líder em cartões de crédito e empréstimos pessoais e uma parceria inovadora que fornece financiamento no ponto de venda para negócios globais de comércio eletrónico. A recuperação da atividade e das despesas dos consumidores durante 2022 foi atenuada pelo aumento da inflação e das taxas de juro, o que conduziu a alterações no comportamento dos consumidores e na procura de crédito na última parte de 2022. Em consequência das condições macroeconómicas, o sólido desempenho subjacente foi afetado pela constituição de provisões para imparidade. Paralelamente ao forte crescimento no seu mercado interno na Irlanda, o Banco Privado continuou a executar os seus planos de expansão em França, Itália e Espanha. A incerteza do mercado moderou a apetência dos clientes do Banco Privado para investir em estratégias regulares relacionadas com ações, enquanto a maior volatilidade do mercado está a apoiar o investimento significativo na atividade transacional.

De acordo com a prioridade estratégica do Barclays de aproveitar oportunidades à medida que procedemos à transição para uma economia de baixo carbono, continuámos a inovar a nossa oferta de produtos e a apoiar a emissão de títulos verdes e outros títulos ligados à sustentabilidade por parte dos nossos clientes.

A nossa capacidade de adaptação a modalidades de trabalho alternativas, continuando a fornecer serviços aos nossos clientes é a prova da resiliência e da dedicação dos nossos colegas. Olhando para 2023, trabalharemos arduamente para proteger e reforçar a nossa cultura, encontrar formas de atrair e desenvolver talentos que reflitam adequadamente a diversidade das nossas comunidades e criar um ambiente de trabalho motivador no Banco, que nos permita agir em benefício de todas as partes interessadas.

# Relatório estratégico

## Avaliação de desempenho

### CRESCER COM A SOCIEDADE

As subsecções seguintes incluem um resumo dos pontos específicos do BBI extraídos do Relatório Anual de 2022 do Barclays PLC. Para mais informações, consulte a secção "Sociedade" do Relatório Anual de 2022 do Barclays PLC.

O nosso sucesso é julgado não só pelo desempenho comercial, mas também pelo nosso contributo para a sociedade e pela forma como disponibilizamos financiamento de forma responsável para apoiar as pessoas e as empresas, agindo com empatia e integridade, defendendo a inovação e a sustentabilidade, para o bem comum e a longo prazo.

Acreditamos que podemos, e devemos, ter um impacto positivo na sociedade – tanto a nível global como local. Fazemo-lo através das nossas escolhas na forma como gerimos o nosso negócio, à luz de todos os riscos relevantes e outros fatores, e através dos compromissos que assumimos para apoiar os nossos clientes e comunidades e para defender a sustentabilidade a longo prazo. Reconhecemos que estamos no nosso melhor quando todos os nossos clientes, comunidades e colegas evoluem.

O nosso foco na sociedade divide-se em três categorias: Clima, comunidades e fornecedores.

#### Clima

Enfrentar as alterações climáticas é um desafio urgente e complexo, mas também uma oportunidade. Requer uma transformação fundamental da economia global. O setor financeiro tem um papel importante no apoio à transição para uma economia com baixas emissões de carbono e, no Barclays, estamos determinados a desempenhar o nosso papel de acordo com o nosso objetivo e com as considerações relevantes de negócio e risco.

Em 2020, o Grupo Barclays anunciou a ambição de ser um banco com zero emissões líquidas até 2050, em todas as suas emissões diretas e indiretas, e comprometeu-se a alinhar todas as suas atividades de financiamento com as metas e os prazos do Acordo de Paris. Na altura, o Grupo Barclays deixou claro que iria abordar o desafio das alterações climáticas de forma ponderada e transparente, colaborando com os acionistas e outras partes interessadas e comunicando os nossos progressos.

Ao fazê-lo, o Grupo Barclays também reconhece a importância de apoiar uma transição justa, considerando os riscos e oportunidades sociais da transição e procurando assegurar um diálogo eficaz com as partes interessadas afetadas.

O Banco aplica as políticas do Grupo Barclays em resposta às alterações climáticas.

Para mais informações sobre a resposta do Banco às alterações climáticas e ao ambiente, consulte a secção sobre clima e sustentabilidade nas páginas 21 a 30.

#### Comunidades

Nas comunidades em que opera, o Grupo Barclays está a apoiar as pessoas a desenvolverem as competências e a confiança de que necessitam para serem bem-sucedidas, agora e no futuro. Colabora com parceiros experientes, peritos em empregabilidade e empresas para desenvolver programas significativos e inovadores que visam ter um impacto positivo significativo a longo prazo.

Continuamos empenhados no nosso objetivo de disponibilizar financiamento de forma responsável para apoiar as pessoas e as empresas, agindo com empatia e integridade, defendendo a inovação e a sustentabilidade, para o bem comum e a longo prazo. Após uma avaliação exaustiva, lançámos, em 2022, um programa de trabalho conjunto com a INCO em cinco países (França, Alemanha, Irlanda, Itália e Espanha) para disponibilizar programas que visam proporcionar um acesso equitativo aos conhecimentos, competências e hábitos necessários para garantir emprego nas indústrias digitais. A INCO oferece formação gratuita em competências tecnológicas a pessoas que enfrentam barreiras ao emprego, incluindo: jovens fora do sistema educativo, laboral ou formativo; mulheres que estão subrepresentadas em empregos nas áreas da ciência, tecnologia, engenharia e matemática; pessoas em situação de pobreza intergeracional; e migrantes, refugiados e requerentes de asilo e pessoas com deficiência. Os programas visam garantir empregos em TI para, pelo menos, 80% dos seus diplomados no prazo de seis meses após a conclusão do programa.

Mais informações sobre a forma como o Grupo Barclays está a apoiar as comunidades estão disponíveis no Relatório Anual de 2022 do Barclays PLC.

#### Fornecedores

Enquanto instituição global, o Grupo Barclays é responsável por uma vasta cadeia de fornecimento. O Grupo Barclays atua diretamente junto de fornecedores que procuram promover a diversidade, igualdade e inclusão e estão empenhados em identificar e abordar os riscos da escravatura moderna nas nossas operações, cadeia de fornecimento e relações com clientes.

# Relatório estratégico

## Gestão de risco

O Banco está exposto a riscos internos e externos, no âmbito das suas atividades em curso. Estes riscos são geridos no nosso modelo de negócio.

### Quadro de Gestão de Risco Empresarial

No seio do Banco, os riscos são identificados e supervisionados em conformidade com o Quadro de Gestão do Risco Empresarial ("ERMF"), que apoia a empresa no seu objetivo de incorporar uma gestão eficaz do risco e uma cultura de gestão do risco robusta.

O ERMF define a forma como o Banco identifica e gere os seus riscos. O ERMF é aprovado pelo Conselho do Barclays PLC sob recomendação do Diretor de Risco do Grupo Barclays; após a aprovação, é então adotado pelo Banco com modificações, quando necessário. Dados os riscos crescentes associados às alterações climáticas, e para apoiar a ambição do Grupo de ser um banco com zero emissões líquidas até 2050, o risco climático tornou-se um Risco Principal no início de 2022.

A gestão do risco é integrada em cada nível da empresa, sendo todos os colegas responsáveis pela identificação e controlo do risco.

### Apetência pelo risco

A apetência pelo risco define o nível de risco que estamos preparados para aceitar nas diferentes vertentes, tendo em consideração os diferentes níveis de esforço financeiro e operacional. A apetência pelo risco é fundamental para os nossos processos de tomada de decisão, incluindo o planeamento e a definição de estratégias comerciais em curso, aprovações de novos produtos e iniciativas de mudança empresarial.

O Banco pode optar por adotar uma apetência pelo risco inferior à que lhe é atribuída pelo Grupo Barclays.

### Três linhas de defesa

A primeira linha de defesa é composta pelas áreas que geram receitas e estão orientadas para o cliente, juntamente com todas as funções de apoio associadas, incluindo Finanças, Tesouraria, Recursos Humanos, Operações e Tecnologia. A primeira linha identifica os riscos, estabelece os controlos e encaminha as ocorrências de risco para a segunda linha de defesa. Os colaboradores da primeira linha são os principais responsáveis pelos seus riscos e as suas atividades estão sujeitas à supervisão das partes relevantes da segunda e terceira linhas.

A segunda linha de defesa é composta pela área de Risco e Cumprimento e supervisiona a primeira linha, estabelecendo limites, regras e restrições às suas operações, coerentes com a apetência pelo risco.

A terceira linha de defesa é composta pela Auditoria Interna, que fornece garantias independentes ao Conselho do BBI e à Comissão Executiva do BBI relativamente à eficácia da governação, gestão de risco e controlo sobre os riscos atuais, sistémicos e em desenvolvimento.

O departamento Jurídico proporciona apoio a todas as áreas do Banco e, formalmente, não faz parte de nenhuma das três linhas de defesa. O departamento Jurídico é responsável pela identificação de todos os riscos jurídicos e regulamentares. Com exceção do aconselhamento jurídico que fornece ou adquire, está sujeito a uma supervisão de segunda linha no que respeita aos seus próprios riscos operacionais e de conduta, assim como no que respeita aos riscos jurídicos e regulamentares a que o Banco está exposto.

Para uma análise mais pormenorizada da nossa abordagem à gestão de risco e desempenho de risco, consulte a Análise de risco completa nas páginas 32 a 111.

## Gestão de risco

O Quadro de Gestão do Risco Empresarial define nove Riscos Principais		
Riscos Principais	Os riscos são classificados como Riscos Principais, conforme indicado abaixo	Como os riscos são geridos
<b>Risco Climático</b>	O impacto sobre os Riscos Financeiros e Operacionais decorrente das alterações climáticas através de riscos físicos, riscos associados à transição para uma economia de baixo carbono e outros riscos decorrentes de impactos indiretos nas carteiras destes dois fatores.	O Grupo Barclays e o Banco avaliam e gerem o risco climático nos seus negócios e funções de acordo com a ambição do Grupo Barclays de atingir as zero emissões líquidas, monitorizando a exposição a setores de risco elevado, conduzindo análises de cenários e avaliações de risco para as carteiras chave. O Risco Climático tornou-se um Risco Principal em 2022. Os controlos do risco climático estão integrados em todos os tipos de Risco Principal Financeiro e Operacional através dos Quadros, Políticas e Normas do Grupo Barclays (que se aplicam ao Banco).
<b>Risco de crédito</b>	O risco de perda para o Banco resultante da incapacidade por parte dos clientes ou contrapartes (incluindo os soberanos) em honrar integralmente as suas obrigações para com o Banco, incluindo o pagamento integral e atempado do capital, juros, garantias e outros valores a receber.	As equipas de risco de crédito identificam, avaliam, sancionam, limitam e supervisionam várias formas de exposições de crédito, individualmente ou de forma agregada.
<b>Risco de Mercado</b>	O risco de perda resultante de potenciais mudanças adversas no valor dos ativos e passivos da empresa derivado da flutuação nas variáveis de mercado, incluindo, mas não limitados a, taxas de juro, taxas de câmbio, preços das ações, preços das mercadorias, spreads de crédito, volatilidades implícitas e correlações de ativos.	É utilizado um conjunto de abordagens complementares para identificar e avaliar o risco de mercado, no sentido de captar a exposição ao risco de mercado. Estas são medidas, limitadas e supervisionadas por especialistas de risco de mercado.
<b>Risco de Tesouraria e Capital</b>	<p><b>Risco de liquidez:</b> O risco de que o Banco não consiga cumprir as suas obrigações contratuais ou contingentes, ou não disponha do montante, teor e composição adequados de financiamento e liquidez para suportar os seus ativos.</p> <p><b>Risco de Capital:</b> O risco de que o Banco tenha um nível ou composição insuficiente de capital para suportar as suas atividades normais de negócio e satisfazer os seus requisitos de capital regulamentar em ambientes operacionais normais e em condições de esforço (tanto reais como definidas para fins de planeamento interno ou de testes regulamentares). Inclui ainda o risco dos planos de pensões com benefícios definidos do Banco.</p> <p><b>Risco da Taxa de Juro na carteira bancária:</b> O risco de o Banco estar exposto a uma volatilidade de capital ou dos rendimentos devido a um desfasamento entre as exposições da taxa de juro dos seus ativos e passivos (não transacionados).</p>	O risco de tesouraria e capital são identificados e geridos por especialistas em Planeamento de Capital, Liquidez, Gestão de Ativos e Passivos e Risco de Mercado. São utilizadas várias abordagens adequadas ao risco, tais como limites, monitorização do plano e testes de esforço com base em informação em tempo real/atempada das nossas operações.
<b>Risco Operacional</b>	O risco de perda para o Banco de processos ou sistemas inadequados ou deficientes, fatores humanos ou devido a eventos externos (por exemplo, fraude) onde a causa principal não se deve a riscos de crédito ou de mercado.	O Banco avalia e gere o seu risco operacional e ambiente de controlo transversal a todas as empresas e departamentos, com o intuito de manter um nível aceitável de risco residual.
<b>Risco de Modelo</b>	O risco das possíveis consequências adversas de decisões baseadas em resultados e relatórios de modelos incorretos ou mal utilizados.	Os modelos são avaliados para aprovação antes de serem implementados, e continuamente.
<b>Risco de Conduta</b>	O risco de resultados negativos ou danos para clientes e mercados, decorrentes do fornecimento dos produtos e serviços do Banco.	O Quadro de Gestão do Risco de Conduta ("CRMF") define os objetivos de controlo e os requisitos mínimos de controlo que devem ser aplicados para gerir o Risco de Conduta. O CRMF e o Quadro de Controlo do Barclays prevêem uma seleção de ferramentas para apoiar a avaliação dos riscos de conduta, ao passo que a governação dos riscos de conduta é assegurada por comités e fóruns de gestão, com linhas claras de escalonamento e de prestação de informação aos comités a nível do Conselho de Administração.
<b>Risco de Reputação</b>	O risco de que uma ação, transação, investimento, evento, decisão ou relação comercial reduza a confiança na integridade e/ou competência do Banco.	O risco de reputação é gerido através da incorporação dos nossos propósitos e valores, além da manutenção de uma cultura de controlo dentro do Banco, com o objetivo de agir com integridade, permitindo que sejam estabelecidas relações fortes de confiança com os clientes, colegas e com a sociedade em geral. Cada empresa avalia o risco de reputação utilizando ferramentas normalizadas e a governação é assegurada através de comités e fóruns de gestão, escalonamento claro e linhas de prestação de informação ao Conselho de Administração do BBI.
<b>Risco Jurídico</b>	O risco de perda ou imposição de penalizações, danos ou multas resultantes da incapacidade do Banco em cumprir as suas obrigações legais, incluindo requisitos regulamentares ou contratuais.	O risco jurídico é gerido através da identificação dos riscos jurídicos pelo Departamento Jurídico, do envolvimento do Departamento Jurídico em situações que possam implicar um risco jurídico e do encaminhamento do risco jurídico, se necessário.

Nota

O ERMF define nove Riscos Principais. Para mais informações sobre de que forma estes Riscos Principais se aplicam especificamente ao Banco, consulte as páginas 46 a 56.

# Relatório estratégico

## Dados de desempenho

### Principais destaques de desempenho

	2022 m€	2021 m€
<b>Demonstração de resultados</b>		
Rendimento total	1.430	1.196
Encargos de exploração	(1.106)	(968)
Lucro antes da imparidade	324	228
Libertações/(encargos) de imparidade de crédito	(167)	97
Lucro antes de impostos	157	325
Encargos fiscais	(57)	(90)
Resultado após impostos	100	235
Atribuível a outros detentores de instrumentos de capital	(48)	(40)
<b>Lucro atribuível aos acionistas ordinários</b>	<b>52</b>	<b>195</b>
Rácio custo/rendimento <sup>a</sup>	77%	81%
N.º de colaboradores a 31 de dezembro (equivalentes a tempo inteiro)	1.776	1.708
<b>Informações sobre o balanço:</b>		
	mM€	mM€
<b>Ativos</b>		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	30,5	24,1
Garantias em numerário e saldos de liquidação	18,5	17,7
Empréstimos e adiantamentos a clientes	13,9	13,1
Ativos da carteira de negociação	7,7	8,2
Ativos financeiros pelo justo valor através da demonstração de resultados	17,2	15,4
Instrumentos financeiros derivados	40,4	33,9
Total do ativo	132,5	117,1
<b>Passivos</b>		
Depósitos de clientes	25,8	21,4
Garantias em numerário e saldos de liquidação	24,7	17,1
Passivos de carteiras de negociação	12,9	10,3
Passivos subordinados	4,7	3,2
Passivos financeiros designados ao justo valor	14,9	13,8
Instrumentos financeiros derivados	32,5	33,5
Total de capital próprio	6,5	5,9
<b>Qualidade do crédito:</b>		
% de empréstimos e adiantamentos a clientes com imparidade <sup>b</sup> (%)	4,2%	4,6%
Cobertura de Perdas de Crédito Esperadas (PCE) em empréstimos e adiantamentos a clientes <sup>c</sup> (%)	3,7%	3,3%
Cobertura de PCE em empréstimos e adiantamentos a clientes com imparidade <sup>d</sup> (%)	43%	40%
<b>Capital e liquidez<sup>e</sup>:</b>		
Ativos ponderados pelo risco <sup>f</sup> (mM€)	35,2	32,1
Rácio Common equity tier 1 ("CET1") (transitório) <sup>g,h</sup> (mM€)	5,9	5,2
CET1 (transitório) <sup>h,i</sup> (%)	16,7%	16,1%
Capital regulamentar total (transitório) <sup>h,i</sup> (%)	22,4%	21,4%
Fundo de liquidez <sup>i</sup> (mM€)	30,7	25,4
Rácio de cobertura de liquidez ("LCR") <sup>k</sup> (%)	194%	171%
Rácio de financiamento estável líquido ("NSFR") (%)	149%	148%
Rácio empréstimo/depósito <sup>l</sup>	54%	61%

#### Notas:

a Despesas operacionais (excluindo imparidade) divididas pelo rendimento total (ver página 129).

b Empréstimos e adiantamentos brutos a clientes de fase 3 dividido pelo total de empréstimos e adiantamentos brutos a clientes (ver página 63).

c Total de PCE em empréstimos e adiantamentos a clientes dividido pelo total de empréstimos e adiantamentos brutos a clientes (ver página 63).

d PCE em empréstimos e adiantamentos a clientes de fase 3 dividido por empréstimos e adiantamentos brutos a clientes de fase 3 (ver página 63).

e Os requisitos de capital e liquidez fazem parte do quadro regulamentar que rege a forma como os bancos e as instituições depositárias são supervisionados.

f Os ativos ponderados pelo risco ("RWA") são medidos de acordo com as disposições do Regulamento de Requisitos de Capital (RRC) e da Diretiva de Requisitos de Capital IV (CRD IV), conforme alterados pelo Regulamento de Requisitos de Capital II (RRC II) e pela Diretiva de Requisitos de Capital V (CRD V).

g O CET1 é uma medida de capital que corresponde predominantemente a capital próprio comum, conforme definido no RRC, tal como emendado pelo RRC II.

h O Banco passou a comunicar o CET1 e os rácios associados, incluindo certas reservas, que ascendem a 189,5 M€, como fundos próprios de base elegíveis nos termos do RRC II. O CET1, rácio CET1 e rácio de capital total a 31 de dezembro de 2021 acima foram novamente expressos em conformidade. Excluindo estas reservas, o CET1 a 31 de dezembro de 2021, o rácio CET1 e o rácio de capital regulamentar total foram de 5,0 mM€, 15,5% e 20,8%, respetivamente.

i Os rácios de capital expressam o capital de um banco como percentagem dos seus ativos ponderados pelo risco (ver página 105).

j O fundo de liquidez do Banco representa o seu stock de ativos líquidos de alta qualidade ("HQLA"), que são ativos com liquidez e qualidade de crédito elevadas ou extremamente elevadas, tal como definido pelo Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2015/61, geralmente referido como o "Ato Delegado".

k O rácio de cobertura de liquidez expressa os HQLA de um banco como uma percentagem das suas saídas líquidas em esforço ao longo de um período de 30 dias, tal como definido pelo Ato Delegado.

l Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquidos de perdas de crédito esperadas, divididos por depósitos de clientes (ver página 131).



# Relatório estratégico

## Dados de desempenho

### Comentário à demonstração de resultados

No exercício findo a 31 de dezembro de 2022, o Banco obteve um resultado antes de imparidades de 324 M€ (2021: resultado antes de imparidades de 228 M€), uma melhoria de 96 M€, devido a um aumento do rendimento total de 234 M€, parcialmente compensado por um aumento dos custos de 138 M€.

No exercício findo a 31 de dezembro de 2022, o Banco obteve um resultado antes de impostos de 157 M€ (2021: resultado antes de impostos de 325 M€). Este valor representou um decréscimo de 168 M€, que reflete um aumento dos encargos com imparidades de 264 M€, compensado por um aumento do resultado antes de imparidades de 96 M€. O segmento CIB registou um resultado antes de impostos de 270 M€, um aumento de 16 M€ em relação a 2021. O CC&P registou um prejuízo antes de impostos de 8 M€, uma diminuição de 135 M€ do seu lucro antes de impostos de 127 M€ em 2021, impulsionado por 134 M€ de encargos com imparidades, em comparação com uma libertação de 24 M€ em 2021. O prejuízo na sede foi de (105 M€), um aumento de 49 M€ em relação ao prejuízo antes de impostos de (56 M€) em 2021. Esta perda na sede deve-se principalmente às atividades de tesouraria e à carteira hipotecária italiana.

O rendimento total aumentou 234 M€ para 1.430 M€ (2021: 1.196 M€), refletindo em grande medida:

- o aumento do rendimento do CIB para 1.117 M€; um aumento de 254 M€ ou 29% (2021: 863 M€), principalmente devido ao aumento dos proveitos de negociação no negócio Mercados, em resultado do aumento da atividade dos clientes e da significativa volatilidade do mercado, juntamente com um aumento das receitas de comissões da nossa empresa-mãe BB PLC, enquanto no negócio Empresas, o crescimento dos proveitos foi impulsionado pelo aumento da atividade dos clientes, decorrente da implementação de capacidades melhoradas de banca de transações e do ambiente de subida das taxas de juro.
- um aumento do rendimento no CC&P para 368 M€, 29 M€ ou 9% superior (2021: 339 M€), refletindo principalmente a recuperação em curso da pandemia da COVID-19 para a nossa atividade no Consumer Bank Europe.

O que foi parcialmente compensado por:

- perdas na Sede de (55) M€, um aumento de 49 M€ (2021: perda de 6 M€). Este aumento deve-se principalmente às atividades de Tesouraria, que incluíram o resultado da reestimativa, em 2021 e 2022, dos fluxos de caixa dos levantamentos ao abrigo das Operações de Refinanciamento de Prazo Alargado Direcionadas ("TLTRO III") do BCE, em resultado de alterações nos termos das TLTRO III anunciadas pelo BCE.

Durante o ano, o Banco reviu alguns dos acordos sobre preços de transferência que tem em vigor com outras empresas do Grupo Barclays. Esta análise conduziu a uma alteração dos acordos entre o Banco e a sua empresa-mãe, de forma a ter em conta as vantagens que a empresa-mãe retira da gestão do risco de mercado no que respeita às transações baseadas nos mercados entre o Banco e os clientes residentes no EEE. O impacto deste acordo revisto foi o reconhecimento de um rendimento adicional de 43 M€ no âmbito dos rendimentos de taxas e comissões do exercício (representando 4% do total dos rendimentos de taxas).

Os encargos de exploração aumentaram em 138 M€ para 1.106 M€ (2021: 968 M€), principalmente devido às despesas de investimento nas iniciativas de crescimento em curso no CIB e ao aumento das comissões bancárias, incluindo a comissão do Fundo Único de Resolução.

Os encargos com imparidade de crédito (valor líquido) aumentaram 264 M€ para um encargo de 167 M€ (2021: libertação líquida de 97 M€), devido a um aumento líquido das imparidades modelizadas em resposta à deterioração macroeconómica, parcialmente compensado pela libertação dos ajustamentos de incerteza da COVID-19.

O resultado após impostos do Banco para o ano que terminou a 31 de dezembro de 2022 foi de 100 M€ (2021: 235 M€). O Banco incorreu num encargo fiscal de 57 M€ (2021: 90 M€). A taxa efetiva de imposto de 36,3% é superior à taxa de imposto sobre as sociedades na Irlanda de 12,5%, principalmente devido ao facto de os lucros obtidos fora da Irlanda serem tributados a taxas de imposto legais locais que são superiores à taxa de imposto irlandesa e a ajustamentos de anos anteriores.

### Comentário sobre o balanço

A 31 de dezembro de 2022, o total de ativos era de 132,5 mM€, o que representa um aumento de 15,4 mM€ em comparação com 31 de dezembro de 2021 (117,1 mM€), motivado principalmente por aumentos nos ativos financeiros derivados e nas disponibilidades em bancos centrais.

Os ativos financeiros derivados aumentaram 6,6 mM€, para 40,4 mM€, devido sobretudo ao impacto do aumento das principais taxas de juro nos valores dos derivados, à volatilidade do mercado e ao aumento da atividade durante o período, parcialmente compensado por uma alteração das Condições Gerais de Compensação (CToB) entre o Banco e o BB PLC, que faz com que o *mark to market* dos derivados compensados seja liquidado diariamente através de pagamentos em numerário, em vez de estes serem garantidos.

O aumento dos investimentos em bancos centrais em €6,4 mM€, para €30,5 mM€, deveu-se sobretudo a um aumento dos depósitos de clientes e das emissões de capital.

Os depósitos de clientes aumentaram 4,4 mM€, ou seja, 20% em 2022, para 25,8 mM€, principalmente devido a um aumento dos depósitos de curto prazo. Os empréstimos e adiantamentos a clientes aumentaram em 0,9 mM€ ou 7% para 13,9 mM€. Nesse contexto, o rácio empréstimos/depósitos caiu de 61% a 31 de dezembro de 2021 para 54% a 31 de dezembro de 2022. O aumento dos saldos de empréstimos deve-se principalmente ao aumento dos empréstimos concedidos no âmbito do CIB e do CC&P, que foi parcialmente compensado por reembolsos da carteira hipotecária italiana do Banco, que está em *run off*. O rácio empréstimos/depósitos de 54% reflete uma posição em que o Banco continua a ter capacidade de financiar empréstimos a clientes a partir dos depósitos de clientes.

As provisões para perdas de crédito esperadas aumentaram 110 M€, passando de 477 M€ para 587 M€, dos quais 46 M€ correspondem a perdas de crédito esperadas relativas a compromissos de empréstimos e garantias financeiras, tendo os encargos com imparidades do exercício sido principalmente devidos à deterioração macroeconómica. O nosso rácio de cobertura para empréstimos e adiantamentos a clientes aumentou de 3,3% para 3,7%. As provisões para perdas de crédito esperadas incluem ajustamentos pós-modelo de 38 M€ (2021: 101 M€), com a diminuição do ajustamento pós-modelo a dever-se principalmente à publicação dos ajustamentos de incerteza relativos à COVID-19 e à deterioração macroeconómica registada nos resultados do modelo.

### Outras métricas e capital

As provisões do Banco para a sua posição de liquidez são feitas diariamente, conforme as alterações no perfil de vencimento dos ativos e passivos no balanço. O Banco dispõe de *buffers* suficientes sobre os níveis mínimos de liquidez exigidos para cumprir os requisitos regulamentares de liquidez, assim como a sua apetência pelo risco. Adicionalmente, o Banco possui também um plano de financiamento contingente.

O Banco detinha uma reserva de liquidez de 30,7 mM€ a 31 de dezembro de 2022 (2021: 25,4 mM€). Isto incluiu saldos com bancos centrais de 29,9 mM€ (2021: 23,4 mM€) e acordos de revenda celebrados para fins de liquidez no valor de 0,8 mM€ (2021: 2,0 mM€), ambos preenchendo os requisitos para a classificação como Ativos Líquidos de Alta Qualidade (HQLA).

O LCR aumentou de 171% para 194%, principalmente devido ao aumento dos depósitos de empresas e do mercado monetário, às emissões de fundos estruturados e ao aumento das emissões de ações e de fundos próprios de nível 3.

O Rácio de Financiamento Estável Líquido (NSFR) do Banco a 31 de dezembro de 2022 era de 149% (2021: 148%), o que é superior ao requisito mínimo regulamentar de 100% previsto no RRC II para o Banco.

O rácio CET1 do Banco (base transitória) era de 16,7% a 31 de dezembro de 2022 (2021: 16,1%). O movimento no ano deveu-se principalmente a emissões de CET1, parcialmente compensadas pelo aumento dos ativos ponderados pelo risco no ano. O rácio de capital regulamentar total do Banco (base transitória) era de 22,4% a 31 de dezembro de 2022 (2021: 21,4%). O capital do Banco continua a ser gerido numa base contínua para assegurar a existência de recursos de capital suficientes.

Nota

a. Saldos residuais no banco central relacionados com reservas mínimas.

### ACONTECIMENTOS POSTERIORES AO BALANÇO

Não se registaram acontecimentos significativos que afetem o Banco desde o final do exercício.

### FUTUROS DESENVOLVIMENTOS

O Banco está a rever o seu modelo de negócio em conformidade com o exercício de análise de mapeamento documental intersetorial em curso no BCE. Além disso, o Banco continua a analisar oportunidades para otimizar a sua carteira de negócios e a sua abordagem operacional, o que poderá conduzir a novas alterações em 2023.

### INFORMAÇÃO NÃO-FINANCEIRA

A informação exigida em conformidade com os Regulamentos da União Europeia (Divulgação de Informação Não Financeira e Diversidade por certas grandes empresas e grupos) de 2017 pode ser encontrada na declaração de informação não financeira nas páginas 16 a 18.

### OUTRAS INFORMAÇÕES

No Relatório dos Administradores, na página 9, pode encontrar informações relativas à investigação e desenvolvimento, existência de filiais do Banco e objetivos e políticas de gestão do risco financeiro.

# Relatório dos Administradores

Os Administradores apresentam o seu relatório em conjunto com as demonstrações financeiras para o exercício findo a 31 de dezembro de 2022.

Tal como referido no presente Relatório dos Administradores, o Banco optou por incluir determinadas questões no seu Relatório Estratégico que de outra forma seriam divulgadas no presente Relatório dos Administradores.

Outras informações relevantes para o Relatório dos Administradores, e que são referenciadas neste relatório, podem ser encontradas em:

	Páginas
Medidas de desempenho	6
Demonstração de informação não financeira	16
Gestão de risco	32
Riscos principais	32
Instrumentos financeiros	151

## ANÁLISE DO NEGÓCIO E DA EVOLUÇÃO FUTURA PROVÁVEL

Na página 2 é apresentada uma análise detalhada das atividades do Banco. O desempenho anual e a indicação dos desenvolvimentos futuros prováveis encontram-se na página 8 do Relatório Estratégico.

## RESULTADOS E DIVIDENDOS

O resultado após impostos do Banco para o exercício terminado a 31 de dezembro de 2022 foi de 100 M€ (2021: 235 M€). Não foram pagos quaisquer dividendos sobre as ações ordinárias do Banco em 2022 (2021: 0 €) e os Administradores não propõem o pagamento de dividendos sobre as ações ordinárias do Banco para o exercício findo a 31 de dezembro de 2022 (2021: 0 €).

## CAPITAL SOCIAL

A 31 de dezembro de 2022, o Banco tinha 898.669.034 ações ordinárias, com um valor de 1,00 € cada uma, em circulação (2021: 898.668.934). Para mais detalhes sobre o capital do Banco, consulte a Nota 28 das demonstrações financeiras.

## PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS

O Banco está exposto a riscos internos e externos, no âmbito das suas atividades em curso. Estes riscos incluem (entre outros) o risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez, risco operacional e risco de conduta. Para uma descrição do ERMF do Banco, dos riscos enfrentados pelo Banco e da gestão desses riscos, consulte a Análise de risco das páginas 32 a 111.

O Banco continua a monitorizar o impacto no seu perfil de risco da situação macroeconómica desfavorável decorrente de uma pressão inflacionista sustentada, nomeadamente sobre os preços da energia e o custo de vida, de taxas de juro mais elevadas, da invasão russa da Ucrânia e do aumento da volatilidade dos mercados.

## OBJETIVOS E POLÍTICAS DE GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

As informações relativas aos objetivos e às políticas de gestão de risco financeiro do Banco em relação à utilização de instrumentos financeiros são apresentadas na Análise de Risco nas páginas 32 a 111.

## DOAÇÕES POLÍTICAS

Os Administradores constataram que não houve quaisquer doações políticas que necessitem de ser divulgadas ao abrigo das Leis Eleitorais de 1997 (na sua versão alterada).

## AMBIENTE

As informações relativas à abordagem do Banco às questões ambientais podem ser consultadas nas páginas 21 a 30.

## INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

No decurso normal da sua atividade, o Banco desenvolve novos produtos e serviços em cada um dos seus segmentos de negócio.

## SUCURSAIS FORA DO ESTADO

A 31 de dezembro de 2022, adicionalmente à sua sede irlandesa, o Banco possuía sucursais na Bélgica, França, Alemanha, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal, Espanha e Suécia.

# Relatório dos Administradores

## PRINCÍPIO DE CONTINUIDADE

Ao redigir as demonstrações financeiras do Banco, é pedido aos Administradores que:

- avaliem a capacidade do Banco para continuar a exercer atividade, divulgando, se for o caso, questões relacionadas com a continuidade; e
- utilizem o princípio contabilístico da continuidade, a menos que pretendam liquidar o Banco ou cessar operações, ou que não tenham outra alternativa viável.

Tal envolve uma avaliação do desempenho futuro do negócio, para garantir que o Banco dispõe dos recursos necessários para cumprir os seus requisitos regulamentares em vigor. A avaliação baseia-se em planos de negócios que contêm previsões futuras de rentabilidade retiradas do plano trienal a médio prazo da administração, bem como projeções de futuros requisitos de capital regulamentar e necessidades de financiamento do negócio. Inclui também detalhes do impacto dos cenários de testes de esforço gerados internamente sobre as previsões de liquidez e requisitos de capital. Os testes de esforço utilizados basearam-se na avaliação da gestão de cenários económicos razoavelmente possíveis que o Banco poderia experimentar.

Esta avaliação demonstrou que o Banco dispunha de capital suficiente para suportar os seus requisitos comerciais futuros e permaneceu acima dos seus requisitos mínimos regulamentares nos cenários dos testes de esforço. Demonstrou ainda que o Banco tem a expectativa de poder continuar a satisfazer os seus requisitos de financiamento durante os cenários. O Conselho de Administração concluiu que havia uma expectativa razoável de que o Banco dispõe de recursos adequados para continuar em atividade no futuro previsível.

As atividades do Banco, a sua situação financeira, capital, fatores susceptíveis de afetar o seu desenvolvimento e desempenho futuros, bem como os seus objetivos e políticas na gestão dos riscos financeiros a que está exposto são discutidos nas secções Relatório Estratégico e Gestão de Risco deste relatório.

Os Administradores avaliaram estes riscos aquando da redação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais e consideraram apropriado redigir as demonstrações financeiras sob um princípio de continuidade.

## REGISTOS DE CONTABILIDADE

As medidas tomadas pelos Administradores para assegurar o cumprimento normativo das obrigações do Banco de manter registos adequados foram: a nomeação de contabilistas devidamente qualificados, com os conhecimentos necessários, o que assegurou a disponibilização de recursos adequados para o departamento financeiro do Banco, e a utilização de sistemas adequados. Os registos contabilísticos do Banco são mantidos no seu escritório de registos em 1 Molesworth Street, Dublin 2, Irlanda.

## AUDITORES

KPMG, Revisores Oficiais de Contas, foram nomeados Auditores Oficiais pela primeira vez a 24 de abril de 2017 e, ao abrigo da secção 383(2) da Lei das Empresas de 2014, conforme alterado ("Lei das Empresas de 2014"), continuarão nesse cargo.

## DIVUGAÇÃO DE INFORMAÇÃO RELEVANTE PARA OS AUDITORES

Os Administradores em funções à data deste relatório confirmaram que, dentro do seu conhecimento:

- não existem informações de auditoria relevantes das quais o auditor do Banco não esteja ciente; e
- tomaram todas as providências que deviam enquanto Administradores, com vista a tomar conhecimento de qualquer informação relevante e confirmar que o auditor do Banco tem conhecimento dessa informação.

## GESTÃO EMPRESARIAL

O Banco está sujeito aos Requisitos de Gestão Empresarial para Instituições de Crédito de 2015 do BCI (os "Requisitos"), incluindo as obrigações adicionais estabelecidas nos Requisitos, uma vez que o Banco é designado como de Alto Impacto pelo BCI. Uma declaração de conformidade com os Requisitos é preparada e assinada anualmente pelo Conselho de Administração e é apresentada ao BCI juntamente com o Relatório Anual.

O Conselho pretende ter elevados padrões de gestão empresarial e adotou acordos de gestão empresarial que considera apropriados e que são concebidos para assegurar uma tomada de decisão eficaz para promover o sucesso do Banco a longo prazo.

O principal objetivo do Conselho é que as suas disposições de governação:

- sejam eficazes na prestação de aconselhamento e apoio à gestão;
- proporcionem controlo e equilíbrios e incentivem o desafio construtivo;
- promovam a tomada de decisões informada, colaborativa e responsável; e
- criem valor sustentável a longo prazo para o acionista do Banco, para os acionistas finais do B PLC e para as nossas outras partes interessadas.

O Barclays estabeleceu um quadro de governação transversal ao Grupo, que foi concebido para facilitar a gestão eficaz do Grupo Barclays. Tal inclui a definição das políticas e da abordagem do Grupo Barclays em relação a assuntos como o Propósito, Valores e Princípios do Barclays, a Política de Remuneração do Barclays e a Carta de Expectativas do Barclays. Quando apropriado, esta governação faz referência às políticas do Grupo Barclays que são relevantes para a forma como o Banco é governado.

## Relatório dos Administradores

Uma descrição das principais características dos sistemas de gestão de risco e controlo interno do Banco em relação ao seu processo de informação financeira é apresentada na secção intitulada "Controlos sobre Informação Financeira", na página 13.

O Banco não está sujeito aos Regulamentos das Comunidades Europeias (Ofertas Públicas de Aquisição (Diretiva 2004/25/CE)) de 2006.

### ADMINISTRADORES

Os nomes das pessoas que foram Administradores em qualquer altura do exercício findo a 31 de dezembro de 2022, ou que foram nomeados desde essa data, estão mencionados abaixo.

Administradores	Nomeação/Rescisão	Nacionalidade	Posição
Tim Breedon CBE <sup>(1),(4)</sup>		Britânico	Presidente do Conselho de Administração e Presidente do Comité de Nomeações do Conselho de Administração
Etienne Boris <sup>(1), (2), (3), (4)</sup>		Francês	Presidente do Comité de Auditoria do Conselho
Thomas Huertas <sup>(1),(2),(3),(4),(5)</sup>		Americano	Presidente do Comité de Risco do Conselho
Eoin O'Driscoll <sup>(1), (2), (3), (4), (5)</sup>		Irlandês	Presidente do Comité de Remuneração do Conselho
Jennifer Allerton <sup>(1), (2), (3), (4), (5)</sup>		Britânica	
Francesco Ceccato <sup>(6)</sup>		Italiano	CEO
Jasper Hanebuth <sup>(6)</sup>		Alemão	CFO Joanna
Nader <sup>(1), (3), (4)</sup>	Nomeada a 22 de agosto de 2022	Britânica/ Canadiana	

(1) : Administrador não-executivo independente

(2) : Membro do Comité de Auditoria do Conselho

(3) : Membro do Comité de Risco do Conselho

(4) : Membro do Comité de Nomeações do Conselho

(5) : Membro do Comité de Remuneração do Conselho

(6) : Administrador Executivo

### SECRETÁRIO DA EMPRESA

Francesca Carbonaro

**NÚMERO DA EMPRESA** 396330

### PARTICIPAÇÕES DE ADMINISTRADORES E SECRETÁRIOS DA EMPRESA

Durante o ano findo a 31 de dezembro de 2022, alguns dos Administradores e Secretários da Empresa detinham participações em ações ordinárias da empresa-mãe do Banco, o B PLC. Em nenhuma altura do ano findo a 31 de dezembro de 2022 esta participação excedeu 1% do capital social ordinário do B PLC.

Exceto conforme o especificado acima, nenhum dos Administradores ou Secretários da Empresa detinha qualquer participação em ações ordinárias, obrigações ou outros títulos de dívida de qualquer membro do Grupo Barclays durante o ano findo a 31 de dezembro de 2022.

### O CONSELHO

Os administradores executivos e não executivos partilham as mesmas funções e estão sujeitos às mesmas restrições. No entanto, foi estabelecida uma divisão de responsabilidades clara. O Presidente é responsável por dirigir o Conselho e a sua eficácia global, demonstrando uma apreciação objetiva e promovendo uma cultura de abertura e um debate construtivo entre todos os Administradores. O Presidente facilita a contribuição efetiva do Conselho e certifica-se de que os Administradores recebem informações precisas, claras e atempadas. Cabe ao Conselho assegurar que a Administração cumpre os objetivos a curto prazo, promovendo ao mesmo tempo o sucesso do Banco a longo prazo no contexto do Grupo Barclays. O Conselho é ainda responsável por garantir que a Administração mantém um sistema eficaz de controlo interno. Este sistema deve assegurar operações eficazes e eficientes, controlos financeiros internos e o cumprimento normativo da legislação e dos regulamentos.

O Programa de Questões Reservadas ao Conselho especifica as decisões a serem tomadas pelo Conselho, incluindo, sem caráter limitativo, decisões importantes relacionadas com estratégia, apetência pelo risco, planos a médio prazo, planos de capital e liquidez, quadros de controlo e gestão de riscos, aprovação das demonstrações financeiras, aprovação da atribuição de ações e dividendos. O Conselho delegou a responsabilidade de tomar e implementar decisões operacionais e de gerir os negócios do Banco diariamente ao CEO e à equipa dos quadros de direção.

O atual Conselho é composto por um Presidente, dois Administradores Executivos e cinco Administradores Não-Executivos independentes. A maioria dos membros do Conselho são Administradores Não-Executivos independentes, trazendo conhecimentos significativos (incluindo perspetivas externas) e desafios independentes.

# Relatório dos Administradores

## COMITÉS DO CONSELHO

O Conselho criou quatro subcomitês: o Comité de Auditoria, o Comité de Risco, o Comité de Nomeações e o Comité de Remunerações. Cada Comité do Conselho tem autoridade delegada pelo Conselho no que diz respeito às funções e competências que estão estabelecidas nos Termos de Referência de cada Comité.

O Presidente de cada Comité do Conselho fornece um relatório sobre os trabalhos de cada reunião do Comité na próxima reunião agendada do Conselho, incluindo quaisquer assuntos que sejam recomendados para aprovação.

### Comité de Auditoria

O Comité de Auditoria do Conselho do Banco ("CAC") é composto exclusivamente por Administradores não-executivos independentes. É um Comité do Conselho e auxilia-o na monitorização:

- da integridade das políticas contabilísticas do Banco e dos conteúdos das suas demonstrações financeiras, bem como dos controlos e procedimentos de divulgação;
- da eficácia dos controlos internos do Banco;
- da eficácia das funções e processos de auditoria interna e externa;
- do desempenho e independência dos auditores externos; e
- da eficácia dos procedimentos de denúncia de irregularidades no Banco.

### Comité de Risco

O Comité de Risco do Conselho do Banco ("CRC") é composto exclusivamente por Administradores não-executivos independentes. É um Comité do Conselho e auxilia-o:

- na análise do perfil de risco do Banco;
- na consideração da apetência pelo risco e a tolerância ao risco para riscos financeiros e não-financeiros tendo em conta a atual situação financeira do Banco e a estratégia atual e futura;
- na revisão da gestão dos Riscos Principais no ERFM para garantir que estão alinhados com a estratégia, objetivos, cultura e valores empresariais do Banco;
- na supervisão da implementação de estratégias para gestão de capital e liquidez, assim como para todos os riscos relevantes, tais como de mercado, de crédito e operacionais (incluindo riscos jurídicos, de recursos humanos e informáticos), de modo a avaliar a sua compatibilidade com a apetência e estratégia de risco aprovadas; e
- na avaliação dos riscos associados aos produtos e serviços financeiros oferecidos pelo Banco, tendo em conta o alinhamento entre os preços atribuídos e os lucros obtidos com esses produtos e serviços.

### Comité de Nomeações

O Comité de Nomeações do Conselho do Banco é composto apenas por Administradores não-executivos independentes. É um Comité do Conselho e apoia-o no cumprimento das suas responsabilidades relacionadas com:

- a identificação dos indivíduos com maior capacidade para desempenhar as obrigações e responsabilidades de Administradores e Detentores de Funções Essenciais (indivíduos detentores de Função Controlada de Pré-Aprovação do BCI) para o Banco, de acordo com os requisitos regulamentares e legais;
- a composição, nomeação, sucessão e avaliação da eficácia do Conselho, assegurando que tanto as políticas de nomeação como de sucessão se baseiam em critérios de adequabilidade, mérito e objetivos, os quais incluem a promoção da diversidade de género, idade e origem social e étnica, o reforço cognitivo e pessoal; e
- a adoção de políticas internas apropriadas para a avaliação da adequabilidade dos Administradores, membros do Comité Executivo do Banco e outros colaboradores essenciais sujeitos a aprovação regulamentar.

### Comité de Remunerações

O Comité de Remunerações do Conselho do Banco é composto apenas por Administradores não-executivos independentes. É um Comité do Conselho e apoia-o no cumprimento das suas responsabilidades relacionadas com:

- os princípios e parâmetros globais da política de remuneração para o Banco;
- o fundo de incentivo para o Banco e a remuneração dos principais executivos do BBI e outros indivíduos especificados conforme determinado pelo Comité; e
- a supervisão das questões de remuneração.

## RESPONSABILIZAÇÃO

O Conselho implementou processos para apoiar a apresentação às partes interessadas de informação justa, equilibrada e inteligível.

O Conselho é responsável por definir a apetência pelo risco do Banco no âmbito dos parâmetros gerais definidos pelo BB PLC, ou seja, os riscos que está preparado a assumir no contexto dos objetivos estratégicos que o Banco e o Grupo Barclays pretendem alcançar. A finalidade do ERMF é identificar e definir os requisitos mínimos no que diz respeito aos riscos principais para a concretização dos objetivos estratégicos do Banco, bem como garantir de forma razoável que os controlos internos são eficazes.

O Conselho, apoiado pelo CRC, leva a cabo avaliações sólidas dos principais riscos que o Banco enfrenta, incluindo os que possam ameaçar o seu modelo de negócio, desempenho futuro, solvabilidade ou liquidez.



## Relatório dos Administradores

O CAC supervisiona a eficácia dos auditores internos e externos do Banco. Os Administradores também analisam a eficácia dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco do Banco.

### CONTROLOS SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA

Foi implementada uma estrutura de controlos e procedimentos de divulgação para apoiar a aprovação das demonstrações financeiras do Banco. Cabe a comités específicos e indivíduos que prestam contas proceder à análise dos relatórios financeiros e comunicações, para ajudar a garantir que foram sujeitos a uma verificação adequada e cumprem as normas e a legislação aplicáveis.

Os indivíduos relevantes comunicam as suas conclusões ao CAC, que debate as conclusões e oferece o seu parecer. Por último, o Conselho examina e aprova o anúncio dos resultados e o Relatório Anual, para garantir que foram efetuadas as divulgações adequadas. Este processo de governação foi concebido para garantir que tanto a Administração como o Conselho têm oportunidade suficiente para debater e contestar as demonstrações financeiras do Banco e outras informações significativas antes de estas serem tornadas públicas.

### AUDITORIA, RISCO E CONTROLO INTERNO

O Banco está empenhado em atuar de acordo com um forte sistema de controlo interno que permite que os negócios sejam transacionados e o risco assumido sem a exposição a potenciais perdas inaceitáveis ou a danos à reputação.

O Conselho é responsável por garantir que os gestores mantêm um sistema eficaz de gestão do risco e de controlo interno e pela avaliação da sua eficácia. Esse sistema é concebido para identificar, avaliar e gerir, em vez de eliminar, o risco de incumprimento dos objetivos empresariais, e apenas proporciona uma garantia razoável e não absoluta contra erros ou perdas relevantes.

Existem processos para identificar, avaliar e gerir os principais riscos que o Banco enfrenta. Uma das principais componentes do enquadramento é o ERMF, que apoia o negócio no seu objetivo de incorporar uma gestão eficaz do risco e uma cultura de gestão do risco robusta. O ERMF destina-se a identificar e definir requisitos mínimos, no que respeita aos principais riscos, a fim de alcançar os objetivos estratégicos do Banco e garantir de forma razoável que os controlos internos são eficazes. Para mais informações sobre os principais riscos e a gestão dos mesmos, consulte a secção Análise de Risco, nas páginas 46 a 56.

A eficácia dos sistemas de gestão de risco e de controlo interno é revista regularmente pelo CRC e pelo CAC (como detalhado acima).

O CRC é responsável por supervisionar e aconselhar o Conselho no que respeita às exposições ao risco atuais e potenciais, examinando relatórios que abrangem os principais riscos, incluindo os que podem representar uma ameaça para o modelo de negócio do Banco, ou para o seu desempenho futuro, solvabilidade ou liquidez, bem como relatórios sobre as metodologias de medição do risco e apetência pelo risco.

Conforme referido acima, o CAC desempenha várias funções, delegadas pelo Conselho, incluindo a supervisão dos processos de informação financeira, analisando a eficácia dos controlos internos, tendo em consideração os acordos de denúncia de irregularidades e a supervisão do trabalho dos auditores externos e internos.

Durante o exercício findo a 31 de dezembro de 2022 e até à data deste relatório, o Banco utilizou um sistema eficaz de controlo interno que garante de forma razoável controlos financeiros e operacionais e o cumprimento das leis e regulamentos.

O Conselho, apoiado pelo CAC, é responsável por garantir a independência e eficácia das funções de auditoria interna e externa. Por este motivo, os membros do CAC reuniram-se periodicamente com o Diretor de Auditoria Interna do Banco e com o Sócio Revisor Principal/Sócio Principal dos Projetos de Auditoria do auditor externo, sem a presença da administração.

A administração é responsável por estabelecer e manter um controlo interno adequado sobre as informações financeiras sob a supervisão dos principais responsáveis executivos e financeiros, para garantir de forma razoável a fiabilidade das informações financeiras e a preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS"), conforme adotadas pela UE. O controlo interno sobre as informações financeiras inclui políticas e procedimentos que dizem respeito à manutenção de registos que, com detalhe razoável:

- refletem de forma exata e justa, transações e alienações de ativos;
- asseguram de forma razoável que as transações são registadas conforme necessário para permitir a elaboração das demonstrações financeiras previstas pelas IFRS, conforme adotadas pela UE, e que as receitas e despesas são efetuadas apenas de acordo com as autorizações da administração e dos respetivos Administradores; e
- asseguram de forma razoável a prevenção ou deteção oportuna de aquisições, utilizações ou alienações não autorizadas de ativos que possam ter um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras.

Os sistemas de controlo interno, independentemente de serem bem concebidos, possuem limitações inerentes e podem não evitar ou detetar inexatidões. Além disso, as projeções de qualquer avaliação da eficácia para períodos futuros estão sujeitas ao risco de os controlos internos sobre o relato financeiro se tornarem inadequados devido a alterações nas condições, ou de o grau de cumprimento das políticas ou procedimentos se deteriorar.

### ALTERAÇÕES NO CONTROLO INTERNO SOBRE AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Não houve alterações no controlo interno do Banco sobre as informações financeiras durante o período a que este relatório diz respeito e que tenham alterado ou possam vir a alterar de forma relevante o controlo interno do Banco sobre as informações financeiras.

# Relatório dos Administradores

## COMISSÃO EXECUTIVA

Durante 2022, os membros da Comissão Executiva incluíram o CEO, o Diretor Financeiro (CFO), o Diretor de Operações (COO), o Diretor de Risco (CRO) e os responsáveis por cada unidade de negócio, departamento de Recursos Humanos, Jurídico e Cumprimento Normativo. A Comissão Executiva reúne-se regularmente (embora por meios virtuais durante a maior parte do ano) e é presidida pelo CEO. Inclui também a presença do Auditor Interno Principal do Banco para assegurar a total transparência de todas as questões debatidas na Comissão e para comunicar o plano de auditoria. Para além da gestão diária do Banco, a Comissão Executiva apoia o CEO na garantia de que os valores, estratégia e cultura estão alinhados, e que são implementados e comunicados de forma consistente aos colaboradores – por exemplo, através de conferências e comunicações regulares da equipa de liderança que estão disponíveis para todos os colaboradores.

## DIVERSIDADE, IGUALDADE E INCLUSÃO

O Conselho reconhece a importância de garantir a existência de uma grande diversidade entre os Administradores, incluindo, sem caráter limitativo, género, etnia, geografia e experiência empresarial. Além disso, o Banco pretende garantir que todos os colaboradores, de todas as proveniências, sejam tratados de forma igual e tenham oportunidade de serem bem-sucedidos. A estratégia global do Grupo Barclays para a diversidade, igualdade e inclusão ("DEI"), que é apoiada pelo Banco, define objetivos, iniciativas e planos em seis pilares essenciais: Género, LGBT, Incapacidade, Multicultural, Multigeracional e Inclusão Socioeconómica, em apoio a essa ambição.

## DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO NORMATIVO DOS ADMINISTRADORES

Os Administradores reconhecem que são responsáveis por assegurar que o Banco cumpre as obrigações relevantes da Lei das Empresas de 2014.

Os Administradores confirmam que:

- foi criada uma declaração da política de cumprimento normativo onde estão definidas as políticas do Banco que, na opinião dos Administradores, são apropriadas para o Banco no que diz respeito ao cumprimento normativo, juntamente com as suas obrigações relevantes;
- foram acionados mecanismos ou estruturas apropriadas criadas para assegurar o cumprimento normativo efetivo das obrigações relevantes do Banco; e
- foi efetuada uma avaliação destes mecanismos e estruturas durante o exercício findo a 31 de dezembro de 2022.

## DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES DOS ADMINISTRADORES RELATIVAMENTE AO RELATÓRIO ANUAL E ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Administradores são responsáveis por elaborar o Relatório Anual e as demonstrações financeiras consolidadas e individuais em conformidade com a legislação e regulamentação aplicáveis.

A legislação comercial irlandesa exige que os Administradores elaborem as demonstrações financeiras para cada exercício. Ao abrigo dessa lei, optaram por redigir as demonstrações financeiras consolidadas e individuais de acordo com as IFRS, conforme adotadas pela UE.

Ao abrigo da legislação comercial, os Administradores não deverão aprovar as demonstrações financeiras a menos que estejam confiantes de que estão a fornecer uma visão verdadeira e justa dos ativos, passivos e da posição financeira do Banco no final do exercício, e dos lucros e perdas do Banco nesse ano. Na redação das demonstrações financeiras, é pedido aos Administradores que:

- selecionem políticas contabilísticas adequadas e depois as apliquem de forma consistente;
- façam ponderações e estimativas que sejam razoáveis e prudentes;
- indiquem se as Normas Contabilísticas aplicáveis foram seguidas, sujeitas a quaisquer desvios significativos, divulgados e explicados nas demonstrações financeiras;
- avaliem a capacidade do Banco para continuar a exercer atividade, divulgando, se for o caso, questões relacionadas com a continuidade; e
- utilizem o princípio contabilístico da continuidade, a menos que pretendam liquidar o Banco ou cessar operações, ou que não tenham outra alternativa viável.

Os Administradores são responsáveis por manter registos contabilísticos adequados, que demonstrem com um nível de exatidão aceitável, a qualquer altura, os ativos, passivos, posição financeira e lucros ou perdas do Banco, e que lhes permita assegurar que as demonstrações financeiras do Banco cumprem as disposições da Lei das Empresas de 2014. São também responsáveis pelos controlos internos que determinam serem necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de incorreções substanciais, quer se devam a fraude ou a erro. Têm a responsabilidade geral de tomar todas as medidas aceitáveis para assegurar que esses registos são mantidos, permitindo-lhes, portanto, assegurar que as demonstrações financeiras do Banco cumprem as disposições da Lei das Empresas de 2014.

São também responsáveis por salvaguardar os ativos do Banco e tomar as medidas razoáveis para prevenir e detetar fraudes e outras irregularidades.

Os Administradores são também responsáveis por elaborar o Relatório dos Administradores em conformidade com os requisitos da Lei das Empresas de 2014.

Os Administradores são responsáveis pela manutenção e integridade da informação empresarial e financeira incluída em relação ao Banco, que se encontra no website do Grupo Barclays.

A legislação da República da Irlanda que rege a preparação e a disseminação das demonstrações financeiras pode diferir da legislação de outras jurisdições.



## Relatório dos Administradores

Os Administradores, cujos nomes e funções são indicados na página 11, confirmam, tanto quanto têm conhecimento, que:

- cumpriram os requisitos acima mencionados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais;
- as demonstrações financeiras consolidadas e individuais, elaboradas em conformidade com as IFRS, conforme adotadas pela UE, conferem uma visão verdadeira e correta dos ativos, dos passivos, da situação financeira e do lucro ou perdas do Banco;
- o relatório de gestão nas páginas 2 a 8 do Relatório Estratégico inclui uma análise correta do desenvolvimento e desempenho da atividade empresarial e da situação do Banco, juntamente com uma descrição dos principais riscos e incertezas que o Banco enfrenta; e
- o Relatório Anual, considerado no seu conjunto, é razoável, equilibrado e compreensível, e fornece a informação necessária aos acionistas para que estes avaliem a posição, o desempenho, o modelo e a estratégia de negócio do Banco.

Em nome do Conselho



**Tim Breedon CBE**  
Presidente



**Francesco Ceccato**  
Diretor Executivo



**Jasper Hanebuth**  
Diretor Financeiro

15 de março de 2023

## Demonstração de informação

Os requisitos de informação não financeira dos Regulamentos da União Europeia (Divulgação de Informação Não Financeira e Diversidade por certas grandes empresas e grupos) de 2017 são abordados nesta secção através de uma referência cruzada. Utilizamos referências cruzadas, conforme adequado, para prestar informações claras, concisas e transparentes.

O Grupo Barclays dispõe de um conjunto de políticas e orientações (disponíveis em [home.barclays/sustainability/esg-resource-hub/](http://home.barclays/sustainability/esg-resource-hub/)) que sustentam os resultados-chave no que respeita ao desempenho não financeiro para todos os intervenientes. Foram implementadas políticas e declarações de intenção em todo o Grupo Barclays para garantir uma gestão consistente numa série de questões. Para efeitos dos requisitos de informação não financeira, incluem, sem carácter limitativo:

Declarações ambientais <sup>a</sup>		Informações para ajudar a compreender o Banco e o seu impacto, políticas, <i>due diligence</i> e resultados
Declaração ou posição política	Descrição	
<b>Declaração sobre alterações climáticas</b>	A Posição do Barclays sobre Alterações Climáticas estabelece a nossa abordagem, com base na consideração de todos os fatores de risco e de mercado, a determinados setores da energia com maiores exposições ou emissões associadas ao carbono provenientes da extração ou do consumo, ou que podem ter um impacto em determinados ambientes sensíveis ou nas comunidades, nomeadamente mineração de carvão térmico, produção de eletricidade em centrais a carvão, extração de carvão do topo de montanhas, areias betuminosas, petróleo e gás do Ártico e fraturação hidráulica ("fracking"). A declaração sublinha o objetivo do Grupo Barclays de apoiar os seus clientes na transição para uma economia com baixas emissões de carbono, ao mesmo tempo que ajuda a limitar a ameaça que as alterações climáticas representam para as pessoas e para o meio ambiente.	Consulte a nossa secção "Clima e Sustentabilidade" nas páginas 21 a 30.
<b>Declaração sobre produtos florestais e agrícolas</b>	O Grupo Barclays reconhece que os setores florestal e agroindustrial são responsáveis pela produção de uma série de produtos como a madeira, óleo de palma e soja que estão frequentemente associados a impactos ambientais e sociais significativos, particularmente em relação à perda de biodiversidade, desflorestação tropical e alterações climáticas. A Declaração do Grupo Barclays sobre Produtos Florestais e Agrícolas expõe a nossa abordagem de <i>due diligence</i> para clientes envolvidos nestas atividades, garantindo que apoiamos os clientes que promovem práticas florestais e agroindustriais sustentáveis, e que respeitam os direitos dos trabalhadores e as comunidades locais.	Consulte a secção "Gestão do impacto nos empréstimos e financiamentos" nas páginas 21 e 22 da secção "Clima e Sustentabilidade".
<b>Declaração sobre Património da Humanidade e Zonas Húmidas "Ramsar"</b>	O Grupo Barclays compreende que determinados setores podem ter impactos negativos em áreas ricas em biodiversidade, incluindo os locais classificados como Património da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura ("UNESCO") e as zonas húmidas "Ramsar" ("RW"). A declaração de WHS e RW do Grupo Barclays expõe a abordagem de <i>due diligence</i> dos nossos clientes para preservar e salvaguardar estes locais.	Consulte a secção "Natureza e biodiversidade" nas páginas 22 e 23 da secção "Clima e Sustentabilidade".
<b>Risco ambiental na concessão de empréstimos</b>	O Grupo Barclays está empenhado em gerir os riscos ambientais diretos e indiretos associados à concessão de empréstimos comerciais. O risco ambiental é considerado um fator de risco de crédito e é tido em consideração no processo de avaliação de risco de crédito do Barclays através da Norma de Risco Ambiental do Grupo Barclays. Uma equipa dedicada ao risco ambiental e climático ao nível do Grupo Barclays é responsável pelo aconselhamento sobre os riscos de crédito para o Barclays relacionados com o ambiente e as alterações climáticas associados a determinadas transações e setores. Os riscos ambientais no crédito são regidos pela Política e Norma de Avaliação e Agregação de Clientes, que estão integradas no Quadro de Controlo do Risco de Crédito de Empresas Grossistas, que faz parte do Quadro de Gestão de Risco Empresarial.	Consulte a secção Risco climático na página 46.
<b>Alterações Climáticas, Política de Risco Financeiro e Risco Operacional</b>	A política relativa ao risco financeiro e ao risco operacional das alterações climáticas define os requisitos e os objetivos da política para avaliar e gerir o impacto nos riscos financeiros e operacionais decorrentes dos riscos físicos, de transição e conexos associados às alterações climáticas. Isto inclui a identificação, medição, gestão e prestação de informação. Os riscos/temas financeiros e operacionais associados às alterações climáticas estão a ser geridos em conformidade com os requisitos estabelecidos nesta política.	Consulte a secção Risco climático na página 46.

Nota

a O Banco aplica as políticas do Grupo Barclays em resposta às alterações climáticas e ao meio ambiente e às leis e/ou regulamentos aplicáveis na UE e no Reino Unido.

## Demonstração de informação

Colaboradores		Informações para ajudar a compreender o Banco e o seu impacto, políticas, due diligence e resultados
Declaração ou posição política	Descrição	
<b>Política de Diversidade do Conselho</b>	A Política de Diversidade do Conselho do Grupo Barclays confirma que o Comité de Nomeações do Conselho considerará os candidatos com base no mérito, em critérios objetivos e tendo em devida conta os benefícios da diversidade na identificação de candidatos adequados para nomeação para o Conselho.	Para mais informações, consulte "As nossas pessoas e a nossa cultura" na página 19.
<b>Código de Conduta</b>	O "Barclays Way" é o nosso código de conduta e descreve o Propósito, Valores e a Mentalidade que regem o nosso modo de trabalhar em todos os nossos negócios a nível global. Constitui um ponto de referência que abrange todos os aspetos das relações de trabalho entre colaboradores e proporciona orientação para trabalhar com colaboradores, clientes, governos e entidades reguladoras, parceiros comerciais, fornecedores, concorrentes e a comunidade em geral.	N/A
<b>Medidas de Sucesso</b>	O Banco utiliza uma série de ferramentas para acompanhar e medir o seu desempenho estratégico, e recolhe informação quantitativa e qualitativa para obter uma imagem completa do seu desempenho.	Para mais informações, consulte "As nossas pessoas e a nossa cultura" na página 19.

Questões sociais		Informações para ajudar a compreender o Banco e o seu impacto, políticas, due diligence e resultados
Declaração ou posição política	Descrição	
<b>Donativos</b>	O Grupo Barclays trabalha em parceria com organizações sem fins lucrativos, incluindo instituições de caridade e ONG, para desenvolver programas eficazes e oportunidades de voluntariado que tomem partido das competências e os interesses dos nossos colaboradores. O Grupo Barclays optou por estabelecer parcerias com um pequeno conjunto de organizações, o que nos permite ter relações mais estreitas e, em última análise, ter um maior impacto nas comunidades em que operamos. O Grupo Barclays não aceita pedidos de donativos não solicitados.	• <a href="http://home.barclays/content/dam/homebarclays/documents/citizenship/ourreporting-and-policypositions/Barclaysdonationguidelines.pdf">home.barclays/content/dam/homebarclays/documents/citizenship/ourreporting-and-policypositions/Barclaysdonationguidelines.pdf</a>
<b>Impostos</b>	Os Princípios Fiscais do Grupo Barclays são fundamentais para a abordagem do Banco ao planeamento fiscal, para nós próprios ou em nome dos nossos clientes. Desde a sua introdução em 2013, acreditamos que os Princípios Fiscais do Grupo Barclays têm sido um forte complemento à forma como gerimos os impostos, garantindo que temos em consideração todas as partes interessadas ao tomar decisões relacionadas com questões fiscais. O mesmo se aplica ao Código de Conduta da Fiscalidade do Grupo Barclays.	N/A
<b>Sanções</b>	As sanções são restrições à atividade com países, governos, entidades, indivíduos e setores visados. São impostas por organismos como as Nações Unidas ("ONU"), a UE, países ou grupos de países. A Política de Sanções do Grupo Barclays foi concebida para garantir que o Banco e o Grupo Barclays cumprem a legislação relativa às sanções aplicáveis em todas as jurisdições em que operam.	N/A
<b>Setor da defesa</b>	A Declaração do Grupo Barclays sobre o Setor da Defesa define a apetência do Grupo Barclays para transações e relações relacionadas com a defesa. O Grupo Barclays presta serviços financeiros ao setor da defesa no âmbito de um enquadramento de política específico. As transações e as relações são avaliadas caso a caso e o cumprimento jurídico por si só não garante automaticamente o nosso apoio.	N/A

## Demonstração de informação

Direitos humanos		Informações para ajudar a compreender o Banco e o seu impacto, políticas, due diligence e resultados
Declaração ou posição política	Descrição	
<b>Direitos humanos</b>	O Grupo Barclays está empenhado em agir em conformidade com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e toma em consideração outras normas em matéria de direitos humanos internacionalmente aceites, incluindo os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos. Tomamos medidas para garantir que estamos a respeitar os direitos humanos nas nossas operações através das nossas políticas e práticas de contratação, na nossa cadeia de fornecimento através de um processo de seleção e envolvimento, bem como através do fornecimento responsável dos nossos produtos e serviços.	Consulte a secção "Gestão do impacto nos empréstimos e financiamentos" nas páginas 21 e 22 da secção "Clima e Sustentabilidade".
<b>Escravidão moderna</b>	O Grupo Barclays reconhece a sua responsabilidade no cumprimento de toda a legislação relevante, incluindo a Lei de Escravidão Moderna no Reino Unido. De acordo com os requisitos desta Lei, o Grupo Barclays publica uma Declaração anual sobre Escravidão Moderna, que expõe as medidas que o Grupo Barclays tomou para tentar identificar e abordar os riscos da escravidão moderna e do tráfico de seres humanos nas nossas operações, cadeia de fornecimento e relações com clientes.	Para mais informações sobre a nossa Declaração do Grupo Barclays sobre Escravidão Moderna, consulte: <a href="http://home.barclays/sustainability/esg-resource-hub/reporting-and-disclosures/">home.barclays/sustainability/esg-resource-hub/reporting-and-disclosures/</a>
<b>Código de conduta de terceiros</b>	A nossa abordagem à forma como operamos tem de ser adotada pelos nossos fornecedores quando agem em nome do Grupo Barclays. Para garantir uma compreensão comum da nossa abordagem, que nos ajudará a conduzir coletivamente os mais elevados padrões de conduta, criámos o nosso Código de Conduta de Terceiros, que especifica as nossas expectativas em matéria de Gestão Ambiental, Direitos Humanos, Diversidade e Inclusão; e a vivência dos Valores do Barclays.	N/A
<b>Proteção de dados</b>	No Grupo Barclays a privacidade e a segurança das informações pessoais são respeitadas e protegidas. A página do website sobre Privacidade do Grupo Barclays rege a forma como recolhemos, tratamos, armazenamos, partilhamos, utilizamos e disponibilizamos informações sobre pessoas. Consideramos as boas práticas de privacidade como um elemento chave da governação corporativa e da responsabilização.	N/A

Antisuborno e anticorrupção		Informações para ajudar a compreender o Banco e o seu impacto, políticas, due diligence e resultados
Declaração ou posição política	Descrição	
<b>Suborno e corrupção</b>	O Grupo Barclays reconhece que a corrupção pode comprometer o Estado de direito, os processos democráticos e as liberdades humanas básicas, empobrecendo os Estados e distorcendo o comércio livre e a concorrência. A declaração de políticas do Grupo Barclays reflete os requisitos estatutários aplicáveis ao Grupo Barclays, derivados da legislação da UE em matéria de combate à corrupção nos setores público e privado, bem como das convenções da ONU e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico em matéria de corrupção.	N/A
<b>Luta contra o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo</b>	A Política de Crime Financeiro do Grupo Barclays foi concebida para garantir o cumprimento das leis e regulamentos do Reino Unido, da UE e de outras leis e regulamentos aplicáveis em matéria de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, e tem em conta as orientações emitidas por organismos como o Grupo Wolfsberg e a Autoridade Bancária Europeia. A Política de Crime Financeiro foi também concebida para garantir que todas as nossas empresas e entidades jurídicas dispõem de sistemas e controlos adequados para mitigar o risco de o Grupo Barclays ser utilizado para facilitar o branqueamento de capitais e outras formas de crime financeiro.	N/A

## As nossas pessoas e a nossa cultura

As subsecções seguintes incluem um resumo dos pontos específicos do BBI extraídos do Relatório Anual de 2022 do Barclays PLC. Para mais informações, consulte a secção "As nossas pessoas e a nossa cultura" do Relatório Anual de 2022 do Barclays PLC.

### Colaboradores

O Banco utiliza uma série de instrumentos para acompanhar e medir os seus resultados estratégicos, e recolhe informação quantitativa e qualitativa para obter uma imagem completa do seu desempenho. Os dados utilizados para medir o sucesso incluem:

	2022	2021
Mulheres com níveis de Administradoras e Administradoras Executivas (%)	26%	25%
Envolvimento dos colaboradores (%) <sup>a</sup>	76%	73%
"é seguro falar abertamente" (%)	78%	74%
"Recomendaria o Barclays a pessoas que conheço como um ótimo local de trabalho" (%) <sup>a</sup>	77%	74%

Nota:

a Como parte dos nossos esforços para melhorar os nossos quadros de avaliação, adotámos um novo modelo de envolvimento com três perguntas, depois de termos recolhido 4 anos de dados concomitantes e de termos efetuado uma análise para confirmar a validade do novo modelo.

### Ajudar o Barclays a alcançar as prioridades estratégicas

Os nossos colaboradores e a nossa cultura são os nossos maiores trunfos. Estamos empenhados em fazer do Barclays um ótimo lugar para trabalhar, permitindo que os colaboradores apresentem resultados sólidos para os nossos clientes, comunidades e através de entajuda.

Durante 2022, continuámos a inculir o "Barclays Mindset", ajudámos os colaboradores a adaptarem-se ao regime de trabalho híbrido, apoiámos o bem-estar dos colaboradores e continuámos a fazer progressos em relação às nossas ambições de diversidade, igualdade e inclusão ("DEI"). Através do nosso inquérito aos colaboradores, "Your View", verificámos uma melhoria das pontuações em todos os nossos índices.

Em resposta ao aumento do custo de vida dos nossos colegas, antecipámos parte do aumento salarial de 2023 para os nossos colegas mais recentes na Bélgica, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal e Espanha, atribuindo-lhes 1,500 € com efeitos a partir de 1 de novembro de 2022. Em novembro, atribuímos também aos colaboradores júnior na Alemanha um pagamento único de 2,000 €, uma vez que essa abordagem, embora com o mesmo efeito, era mais adequada de acordo com as regras locais.

### A nossa abordagem à diversidade, igualdade e inclusão

Lançámos a nossa visão e estratégia renovadas de DEI para incorporar a "igualdade" na forma como falamos e tomamos medidas para fazer progredir as nossas atividades de DEI, incluindo o lançamento dos Grupos de Recursos dos Colaboradores.

A nossa visão consiste em reforçar a nossa cultura diversificada, equitativa e inclusiva, com vista a atrair e reter os melhores talentos, criando equipas de elevado desempenho que geram melhores resultados para os nossos clientes, satisfazendo simultaneamente as expectativas das nossas entidades reguladoras, dos acionistas e de outras partes interessadas.

Temos cinco prioridades estratégicas: diversidade da população ativa; cultura inclusiva e equitativa; responsabilização da liderança; transparência dos dados e responsabilização e otimização das relações externas. Estas prioridades são sustentadas pelos nossos princípios orientadores de responsabilização, transparência e envolvimento. Estes princípios e prioridades ajudam-nos a cumprir as nossas seis agendas principais: incapacidade, género, LGBT, multicultural, multigeracional e socioeconómica.

### Diversidade do Conselho

O Banco reconhece e assume os benefícios de ter um Conselho de Administração diversificado, e considera a crescente diversidade a nível do Conselho um elemento essencial para refletir a sua pegada europeia e manter uma vantagem competitiva. A Política de Diversidade do Conselho de Administração define a abordagem à diversidade no Conselho de Administração do Banco, e prevê que o Comité de Nomeações analise e avalie a composição do Conselho de Administração em nome deste e recomende a nomeação de novos Administradores. Ao considerar a composição, adequação das nomeações e eficácia do Conselho de Administração, o Comité de Nomeações tem em consideração as diferenças em termos de competências, experiência regional e industrial, a origem social e étnica, a nacionalidade, raça, género, idade e outras distinções entre Administradores, tais como os pontos fortes cognitivos e pessoais. Em termos de género, a meta atual do Conselho é assegurar que a proporção de mulheres no Conselho seja de 33% até 2024.

### Talentos atuais e futuros

#### Atração de talentos - agora e no futuro

No decurso de 2022, a procura de talentos manteve-se elevada, a par de um maior foco dos candidatos na procura de opções de trabalho flexíveis e no bem-estar. Em resposta, procurámos oportunidades para atrair e recrutar talentos da forma mais rápida e eficiente possível, desenvolvendo uma proposta de valor específica para os colaboradores da entidade, aumentando o número de recrutadores para apoiar as nossas empresas e o lançamento da aplicação Onboarding em vários países para apoiar uma experiência de integração digital moderna.

#### Desenvolver os nossos colegas

Continuamos empenhados na nossa cultura de aprendizagem ao longo da vida, através de uma proposta de desenvolvimento que apoia os colegas em todas as fases da sua carreira.

O Barclays Learning Lab é o nosso ecossistema de aprendizagem. Composto por módulos de conhecimentos e competências concebidos pelo Barclays, bem como por módulos de especialistas externos, fornece aos nossos colegas as ferramentas de desenvolvimento necessárias para os apoiar nas suas funções atuais e futuras. Os colegas podem aceder a uma vasta gama de workshops, divididos entre desenvolvimento de colaboradores e de líderes de equipa. Isto é complementado pelos nossos fornecedores de conteúdos digitais, cujos conteúdos foram mapeados de acordo com percursos de aprendizagem específicos para cada função, facilitando a navegação dos colegas pelos recursos de desenvolvimento adequados às suas necessidades. O Learning Lab também oferece uma seleção de ferramentas de autoavaliação, permitindo que os colegas compreendam os seus pontos fortes e áreas de desenvolvimento. Estas ferramentas são apoiadas por soluções orientadas para as necessidades das empresas que englobam recursos profissionais e técnicos, incentivando os colegas a impulsionar o seu próprio desenvolvimento.

## As nossas pessoas e a nossa cultura

A liderança de equipas no Barclays consiste em ajudar os outros a alcançarem o seu potencial. Para dotar os nossos líderes de colaboradores das competências e comportamentos essenciais para inspirar, desenvolver e apoiar as suas equipas hoje e no futuro, renovámos o nosso programa Management Unlocked. O programa oferece aos participantes um vasto conteúdo digital, bem como o nosso programa Evulotion, que apoia os novos líderes de colaboradores na sua transição para funções de liderança.

### Ouvir os nossos colegas

Ouvir os colegas permite-nos obter informações sobre o que estamos a fazer bem e as áreas em que precisamos de centrar a nossa atenção.

Os nossos inquéritos bianuais "Your View" a todos os colegas avaliam as considerações dos colegas sobre uma série de tópicos, incluindo o seu envolvimento, a cultura organizacional, incluindo a mentalidade e os valores, o bem-estar, a inclusão e as práticas e ferramentas de trabalho. O inquérito "Your View" é o principal mecanismo para acompanhar o envolvimento e monitorizar a nossa cultura, com os resultados do inquérito de 2022 a indicarem um bom progresso nas medidas de participação e culturais. Os diretores responsáveis continuam a receber e a analisar os resultados destes inquéritos para fundamentar as decisões.

Mantemos uma parceria sólida e eficaz com o Fórum Europeu do Grupo Barclays, ao qual comunicamos a nossa estratégia e os nossos progressos, para obtermos feedback sobre a forma como podemos melhorar a experiência dos colaboradores.

### As nossas políticas

As nossas políticas de recursos humanos são concebidas para recrutar os melhores candidatos, proporcionar igualdade de oportunidades e criar uma cultura inclusiva, em conformidade com o nosso objetivo, valores e mentalidade, e para apoiar o nosso sucesso a longo prazo. Refletem igualmente a legislação laboral relevante, incluindo as disposições da Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Declaração da Organização Internacional do Trabalho (ILO) sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho.

Estamos empenhados em remunerar os nossos colaboradores de forma justa e adequada consoante as suas funções, competências, experiência e desempenho. Isto significa que as nossas políticas de remuneração recompensam o desempenho que está de acordo com o nosso objetivo, valores e mentalidade, bem como com as nossas expectativas de risco. Também incentivamos os nossos colaboradores a beneficiarem do desempenho do Barclays, inscrevendo-se nos nossos planos de participação no capital.



# Clima e sustentabilidade

## Estratégia Climática do Barclays

Em março de 2020, o Grupo Barclays anunciou a sua ambição de ser um banco com zero emissões líquidas até 2050, tornando-nos um dos primeiros bancos a fazê-lo. O Grupo Barclays tem uma estratégia com três vertentes para concretizar a sua ambição de alcançar zero emissões líquidas. Todas as entidades do Grupo Barclays, incluindo o BBI, estão alinhadas com esta estratégia em três partes.

1. Alcançar operações com zero emissões líquidas - o Grupo Barclays está a esforçar-se para reduzir as emissões de Âmbito 1, Âmbito 2 e Âmbito 3<sup>a</sup> das suas operações em linha com o objetivo de 1,5°C e contrabalançar quaisquer emissões residuais. O Grupo Barclays fez progressos, tendo adquirido eletricidade 100% renovável para as operações da sua carteira imobiliária global<sup>a</sup>, e criou uma via para abordar as emissões da sua cadeia de fornecimento.
2. Reduzir as emissões financiadas - o Grupo Barclays está empenhado em alinhar o seu financiamento com os objetivos e prazos do Acordo de Paris, de forma consistente com a limitação do aumento das temperaturas globais a 1,5°C. O Grupo Barclays estabeleceu agora objetivos de redução para 2030 em cinco dos setores com maiores emissões na sua carteira: Energia, eletricidade, cimento, aço e indústria automóvel. A definição de objetivos do Grupo Barclays inclui sempre a integração de cenários alinhados com 1,5°C, como o cenário de Emissões Líquidas Zero em 2050 da Agência Internacional de Energia, nos nossos objetivos de emissões financiadas, e a inclusão do limite superior dos intervalos para determinados setores.
3. Financiar a transição - o Grupo Barclays está a ajudar a fornecer o financiamento verde e sustentável necessário para transformar as economias e os clientes que serve.

O Grupo Barclays ultrapassou o seu objetivo de 2018 de disponibilizar 150 mM£ de financiamento social e ambiental até 2025, e está no bom caminho para cumprir o seu objetivo de disponibilizar 100 mM£ de financiamento verde muito antes de 2030. Após uma revisão estratégica das capacidades do Grupo Barclays, da procura do mercado e das oportunidades de crescimento, o Grupo Barclays anunciou, em dezembro de 2022, novos objetivos para viabilizar 1 B€ de financiamento sustentável e de transição entre 2023 e o final de 2030, e para aumentar o investimento em start-ups globais de tecnologia climática para 500 M£ através da carteira de Capital de Impacto Sustentável do Barclays até ao final de 2027.

### Notas

a O Grupo Barclays define as emissões de Âmbito 3 das suas operações como incluindo a cadeia de fornecimento, resíduos, viagens de negócios e ativos locados.

b A carteira global de bens imobiliários inclui escritórios, sucursais, campus e centros de dados. Consulte a página 81 do Relatório Anual de 2022 do Barclays PLC para mais pormenores.

A estratégia climática do Grupo Barclays é sustentada pela forma como avalia e gere a exposição ao risco relacionado com as alterações climáticas. O risco climático tornou-se um risco principal no Grupo Barclays em 2022.

A estratégia do Grupo Barclays continuará a evoluir e a adaptar-se para refletir fatores externos que afetam a forma e o momento da transição para uma economia de baixo carbono, semelhantes aos que afetam as transições dos clientes.

O Grupo Barclays está permanentemente a analisar as suas políticas, objetivos e progressos, tendo em conta a rápida mudança do ambiente externo e a necessidade de apoiar os governos e clientes na realização de uma transição energética organizada e na garantia de segurança energética. A trajetória de transição dos clientes para uma economia de baixo carbono é influenciada por uma série de fatores externos, incluindo a evolução do mercado, os avanços tecnológicos, o ambiente das políticas públicas, os desenvolvimentos geopolíticos e as variações regionais, as mudanças comportamentais na sociedade e a escala de mudança necessária para adaptar os seus modelos de negócio. Os percursos de transição dos clientes variam, mesmo dentro dos mesmos setores e regiões geográficas.

Ao desenvolver a sua estratégia climática, o Grupo Barclays reconhece a importância de apoiar uma transição justa, considerando os riscos e oportunidades sociais da transição e procurando assegurar um diálogo eficaz com as partes interessadas afetadas. O Grupo Barclays está a trabalhar no sentido de criar uma abordagem para uma transição consciente da importante dinâmica entre as ações climáticas e a justiça social, ao mesmo tempo que está atento à potencial interligação com a biodiversidade.

Muitos setores com emissões elevadas de carbono necessitam de financiamento para a transição. Restringir o fluxo de capital para estes setores poderia ser prejudicial ao ritmo da transição, limitando o impacto em termos reais sobre o aquecimento global. No entanto, o Grupo Barclays prevê que as empresas que não estejam dispostas a reduzir ou eliminar as suas emissões de acordo com as vias internacionalmente aceites poderão ter cada vez mais dificuldade em aceder a financiamento, incluindo através do Barclays.

Para mais informações sobre a Estratégia Climática do Grupo Barclays, consulte o Relatório Anual de 2022 do Barclays PLC.

## Gestão do impacto nos empréstimos e financiamentos

No Barclays reconhecemos a importância da identificação e gestão de riscos na prestação de serviços financeiros aos nossos clientes.

A nossa avaliação dos riscos ambientais e sociais é tida em conta na nossa gestão do risco de crédito de empresas grossistas e ajuda a salvaguardar a nossa reputação. Este facto contribui para a longevidade do negócio e aumenta a nossa capacidade de servir os nossos clientes e apoiá-los na melhoria das suas próprias práticas de sustentabilidade e divulgação de informação.

### Gestão dos riscos sociais e ambientais

Os riscos sociais e ambientais são regidos e geridos através do nosso ERMF, que estabelece a nossa abordagem estratégica para a gestão de riscos através da definição de normas, objetivos e responsabilidades para todas as áreas do Grupo Barclays. O ERMF é complementado por vários quadros, políticas e normas alinhados com os Riscos Principais individuais.

## Clima e sustentabilidade

A nossa Declaração sobre Alterações Climáticas define a nossa abordagem em relação à nossa ambição em matéria de alterações climáticas e à gestão do impacto das nossas atividades relacionadas com o clima, incluindo a definição de políticas restritivas relativamente a determinados subsectores energéticos sensíveis (mineração de carvão térmico, produção de eletricidade em centrais a carvão, extração de carvão do topo de montanhas, areias betuminosas, petróleo e gás do Ártico e fraturação hidráulica ("fracking").

O Grupo Barclays também estabeleceu posições relativas a Produtos Florestais e Agrícolas, Património da Humanidade e zonas húmidas "Ramsar" e no setor da Defesa e Segurança. Além disso, desenvolvemos normas internas para cada uma destas posições, que refletem as mesmas de forma mais detalhada. Estas normas, que se enquadram na gestão do risco de reputação no ERMF, determinam a nossa abordagem às alterações climáticas e aos setores sensíveis relevantes e são consideradas como parte do nosso processo existente de origemação, revisão e aprovação de transações.

### Vigilância reforçada

As nossas normas incluem uma abordagem de vigilância reforçada para determinados clientes que operam em subsectores energéticos abrangidos pela nossa Declaração sobre Alterações Climáticas (mineração de carvão térmico, produção de eletricidade em centrais a carvão, extração de carvão do topo de montanhas, areias betuminosas, projetos de petróleo e gás no Ártico e fraturação hidráulica) e clientes abrangidos pelas nossas normas relativas a Produtos Florestais e Agrícolas, Património da Humanidade e Zonas Húmidas "Ramsar" e normas em matéria de defesa e segurança, em que é adotada uma abordagem semelhante.

Todos os clientes abrangidos nestes subsectores devem ser avaliados anualmente através de um questionário detalhado de *due diligence*, que é utilizado para avaliar o seu desempenho numa série de questões ambientais e sociais, e que pode ser complementado por uma análise das políticas/procedimentos dos clientes, por um maior envolvimento dos clientes e por verificações de meios de comunicação adversos, conforme adequado. Esta análise anual gera uma classificação de risco (baixo, médio, elevado) do impacto ambiental e social ("ESI") ou, no caso da Defesa e Segurança, uma avaliação em função da apetência pelo risco, que, por sua vez, determina se é necessária uma análise mais aprofundada e o envolvimento do cliente ao longo do ano.

Normalmente, os clientes com classificação ESI elevada e alguns clientes com classificação ESI média exigem uma avaliação de risco adicional antes da execução de transações com esses clientes.

### Encaminhamento e decisão

Quando as relações ou transações com clientes são avaliadas como sendo de risco mais elevado (classificação de risco ESI alta ou média) ou fora da apetência (no caso da Defesa e Segurança) na sequência de uma análise de vigilância reforçada, são então consideradas para serem encaminhadas para o comité de análise da unidade de negócio do BBI apropriado (por exemplo, o Comité de Análise de Transações) ou para os clientes do BBI no âmbito da nossa norma de Alterações Climáticas, o Comité de Análise de Transações Climáticas do Grupo Barclays (CTRC) para análise e decisão sobre se devem prosseguir se estiverem relacionadas com a transação. Os comités de análise das unidades de negócio são compostos pela gestão do negócio e por representantes das funções de controlo, incluindo o risco de reputação, enquanto o CTRC inclui representantes da Comissão Executiva do Grupo Barclays. Se a equipa de front-office, a equipa de Sustentabilidade e ESG e/ou a equipa de Risco Climático considerarem que as questões são suficientemente relevantes, estes clientes/relacionamentos serão encaminhados para o Comité de Risco de Reputação do Grupo Barclays e para o Comité de Conduta e Reputação do BBI para uma análise e decisão de nível superior.

### Monitorização

Como parte da nossa gestão dos riscos ambientais e sociais, podemos exigir um maior envolvimento do cliente em relação aos riscos ambientais e sociais específicos que identificámos como parte do nosso processo de vigilância reforçada. Utilizamos este compromisso como uma oportunidade para obter uma compreensão mais detalhada dos riscos e desafios que o cliente enfrenta e para compreender melhor qualquer plano de transição climática que possa ter.

### Riscos de crédito em matéria ambiental

O risco ambiental é considerado como um fator de risco de crédito e é considerado no âmbito do nosso processo de avaliação do risco de crédito. A equipa de Risco Ambiental é responsável por aconselhar sobre os riscos de crédito em matéria ambiental e climática para o Grupo Barclays associados a determinadas transações. Os riscos ambientais no crédito são regidos pelas normas de Avaliação e Agregação de Clientes, Risco Ambiental e Risco da Indústria Nuclear. Estas normas fazem parte do ERMF geral.

### Formação

Para apoiar o facto de o risco climático passar a ser um risco principal a partir de janeiro de 2022, os colegas de equipas selecionadas dos departamentos de Risco, Cumprimento, Auditoria Interna e Mercados Pós-Comércio concluíram a formação obrigatória. A formação proporcionou uma visão geral dos riscos físicos e de transição para permitir aos colegas identificar, avaliar e gerir o risco climático. A formação em sustentabilidade e ESG (com detalhes sobre as políticas e a abordagem do Barclays em relação a determinados subsectores sensíveis) foi ministrada a colegas de equipas selecionadas do Banco Empresarial e de Investimento, Comércio e Capital Circulante, Integração em matéria de Comércio Grossista, Finanças, Políticas Públicas e Responsabilidade Empresarial, tendo sido concluída por 96% dos colegas a quem foi atribuída a formação no Barclays Europe.

## A nossa abordagem à natureza e à biodiversidade

A natureza e a biodiversidade constituem um foco crescente de ESG para o Barclays e para o setor em geral, dado que a natureza e os seus serviços de ecossistema sustentam fundamentalmente as economias e as sociedades. A natureza e a biodiversidade também são importantes para o setor devido às suas interligações com as alterações climáticas. No decurso de 2022, a natureza e a perda de biodiversidade continuaram a ser reconhecidas à escala mundial. Na COP15 da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), em dezembro de 2022, foi firmado o acordo do novo Quadro Mundial para a Biodiversidade, que constituirá o enquadramento para a ação nacional e internacional. Para as empresas e instituições financeiras, a Taskforce on Nature-related Financial Disclosures (TNFD) publicou o seu terceiro projeto de iteração do quadro para as organizações avaliarem e divulgarem os riscos e oportunidades relacionados com a natureza.

O Grupo Barclays e o Banco reconhecem o importante papel do setor financeiro na gestão de finanças de forma responsável para um futuro positivo para a natureza. Continuamos a trabalhar para compreender as formas como as nossas atividades de financiamento têm impacto na natureza, bem como as formas como o Barclays e os seus clientes dependem da natureza. Isto inclui o envolvimento com grupos do setor e a participação do Barclays no Fórum da TNFD. Continuamos também a analisar as formas como as nossas atividades de financiamento podem ajudar a facilitar um futuro positivo para a natureza.



## Clima e sustentabilidade

Reconhecemos as interligações entre os temas ambientais e sociais, em particular as principais interseções com as nossas abordagens às alterações climáticas e aos direitos humanos. Dadas estas interdependências, é importante que os bancos considerem as considerações relacionadas com a natureza a par de outros fatores ESG, como as alterações climáticas e as considerações sociais.

### **Estudo de caso: Financiamento ligado à natureza do Barclays - Cairn Homes plc Biodiversity Linked SLL**

O Grupo de Produtos Sustentáveis do Barclays Corporate Banking prestou apoio à Cairn Homes plc (Cairn) na seleção de objetivos e indicadores significativos associados a determinados objetivos de desempenho de sustentabilidade.

Em julho de 2022, a Cairn concluiu um refinanciamento da sua facilidade de consórcio de 277,5 M€ num empréstimo a prazo ligado à sustentabilidade (SLL) e numa linha de crédito rotativo (RCF), uma das maiores do seu tipo organizada no setor irlandês da construção para fins residenciais, com o AIB, o Banco da Irlanda e o BBI. As taxas de juro do empréstimo a prazo e do RCF estão ligadas ao cumprimento, pela Cairn, de determinados objetivos de desempenho em matéria de sustentabilidade no que respeita à biodiversidade, à descarbonização e à sua estratégia em termos de recursos humanos.

Do ponto de vista da biodiversidade, os objetivos anuais incluem o compromisso de aumentar o ganho líquido de biodiversidade (BNG) nos novos empreendimentos da Cairn, medido como uma percentagem do total de novas habitações iniciadas. O BNG proporciona melhorias mensuráveis para a ecologia, protegendo, melhorando e criando habitats em associação com o desenvolvimento, e a abordagem da Cairn inclui um programa de biodiversidade específico para o desenvolvimento que substitui ou melhora a biodiversidade local de cada novo desenvolvimento da Cairn ou contribui de outra forma para a melhoria da biodiversidade da Irlanda.

### **Risco relacionado com a natureza no financiamento**

O Grupo Barclays e o Banco incluem restrições de financiamento que procuram abordar o risco relacionado com a natureza nas suas declarações de posição relativas a Produtos Florestais e Agrícolas, Locais do Património da Humanidade e Zonas Húmidas "Ramsar", e Alterações Climáticas. Continuamos a analisar e a monitorizar as formas como pode reforçar a nossa abordagem.

Continuámos a desenvolver a nossa compreensão e capacidade de avaliar o risco relacionado com a natureza no financiamento, com base no trabalho iniciado em 2021. Isto incluiu a colaboração com um perito externo num exercício de materialidade para produzir um mapa térmico inicial da carteira para analisar o risco relacionado com a natureza por setor e exposição na carteira de empréstimos do Grupo Barclays. Isto envolveu uma análise qualitativa dos impactos e dependências do setor numa série de fatores de risco chave que representam riscos físicos e de transição, para determinar em que ponto da carteira se encontram as áreas de maior risco. O Grupo Barclays fez parte de um grupo-piloto da TNFD liderado pela Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Ambiente ("UNEP-FI") para testar o projeto de Quadro da TNFD. Como parte do projeto-piloto, analisámos especificamente a agricultura e a alimentação na Europa e no Reino Unido.

Reconhecemos a necessidade de uma melhoria contínua no que diz respeito aos dados e tecnologias disponíveis, em particular tendo em conta a complexidade e o desafio, dado o número de atributos da natureza e as suas métricas associadas. Por conseguinte, continuaremos a apoiar o desenvolvimento de metodologias que procurem avaliar melhor os impactos e as dependências dos riscos a nível da carteira. Por exemplo, o Grupo Barclays testou uma metodologia de modelização emergente para apoiar a participação no trabalho da UNEP-FI, que se baseia numa vasta gama de dados disponíveis e também adota pressupostos quando existem lacunas.

### **Projeto-piloto da TNFD com a UNEP-FI - Agricultura e Alimentação na Europa**

Em 2022, a TNFD publicou uma versão preliminar do seu quadro de gestão e divulgação de riscos para que as organizações comuniquem e atuem sobre a evolução dos riscos relacionados com a natureza. A UNEP-FI está a testar este quadro com cerca de 40 instituições financeiras - o Barclays participa no seu grupo-piloto centrado na agricultura e nas pescas na Europa, o que, no contexto do Barclays, significa os setores agrícola e alimentar.

No âmbito do programa-piloto, trabalhamos com um perito externo para testar o projeto de quadro da TNFD, incluindo o processo de avaliação de riscos proposto ("LEAP FI"), na nossa carteira agrícola e alimentar na Europa e no Reino Unido. Esta atividade foi liderada pelo Grupo Barclays, mas incluiu os clientes do Banco.

Isto envolveu a avaliação das localizações dos nossos clientes em termos de produção e vendas e a aplicação de uma série de métricas de biodiversidade a cada localização para determinar onde podem surgir os principais impactos e riscos. Foram também utilizados vários cenários diferentes em 2030 para exercer pressão sobre a carteira e sobre cada uma das contrapartes, para verificar se poderiam surgir impactos financeiros significativos em resultado de riscos físicos e de transição relacionados com a natureza. Os resultados estão a ser analisados internamente para avaliar a forma como podem ser utilizados juntamente com os procedimentos de risco climático existentes.

Para mais detalhes, consulte as declarações de posição do Grupo Barclays no *Hub* de Recursos Barclays ESG em: [home.barclays/sustainability/esg-resource-hub/](https://home.barclays/sustainability/esg-resource-hub/)

# Clima e sustentabilidade

## Taxonomia da UE

### Visão Geral

Em 2020, foi publicado o Regulamento da Taxonomia da UE<sup>a</sup> ("o Regulamento") com o objetivo de estabelecer um sistema de classificação para atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental. Espera-se que este Regulamento desempenhe um papel importante em termos do apoio à UE no sentido da expansão do investimento sustentável e da implementação do Acordo Verde Europeu<sup>b</sup>.

A taxonomia da UE tem seis objetivos ambientais, nomeadamente:

- atenuação das alterações climáticas;
- adaptação às alterações climáticas;
- utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos;
- transição para uma economia circular;
- prevenção e controlo da poluição; e
- proteção e recuperação da biodiversidade e dos ecossistemas.

O Regulamento define o que pode ser considerado uma atividade económica ambientalmente sustentável. O artigo 8 do Regulamento exige que as entidades sujeitas à obrigação de publicar informações não financeiras nos termos da alínea a do artigo 19 ou da alínea a do artigo 29 da Diretiva de Comunicação Não-Financeira (NFRD)<sup>c</sup> divulguem ao público como e em que medida as suas atividades estão associadas a atividades económicas ambientalmente sustentáveis, conforme definidas ao abrigo do Regulamento.

Nos termos do artigo 8 do Regulamento<sup>d</sup>, o Banco deve fornecer Indicadores Chave de Desempenho (ICD) sobre a quota do balanço associada a atividades sustentáveis. No entanto, para o exercício findo a 31 de dezembro de 2022, o Banco apenas é obrigado pelo Regulamento a identificar as atividades económicas que são "elegíveis para efeitos de taxonomia" no contexto dos objetivos ambientais de atenuação das alterações climáticas e de adaptação às mesmas. Na prática, entende-se por "atividades elegíveis para efeitos de taxonomia" as atividades económicas nos setores identificados como mais relevantes para os objetivos climáticos, conforme estabelecido em critérios técnicos de seleção específicos. Ainda não foram publicados os critérios técnicos de seleção para os restantes quatro objetivos ambientais. As atividades elegíveis poderão ser submetidas a uma análise mais aprofundada no futuro para determinar se estão alinhadas com a taxonomia e se podem, portanto, ser consideradas ambientalmente sustentáveis.

A partir do exercício findo a 31 de dezembro de 2023, o Banco terá de prestar informações sobre as suas "atividades alinhadas com a taxonomia" utilizando o rácio dos ativos ecológicos ("RAE"). O alinhamento da taxonomia mostrará a proporção de atividades elegíveis para a taxonomia que cumprem os requisitos estabelecidos no regulamento, ou seja, que contribuem substancialmente para um ou mais objetivos ambientais, que não prejudicam significativamente nenhum dos objetivos ambientais, que são realizadas em conformidade com determinadas salvaguardas mínimas e que cumprem os critérios técnicos de seleção especificados.

As divulgações da taxonomia da UE apresentadas nesta secção não são auditadas e foram elaboradas da melhor forma possível, recorrendo a informações corporativas, relatórios financeiros publicados e fornecedores de dados externos. As divulgações relacionadas com a taxonomia da UE apresentadas nesta secção foram elaboradas com base no entendimento que o Banco tem dos termos e conceitos utilizados no âmbito do Regulamento e dos respetivos atos de execução (consoante o caso, tal como clarificados pela Comissão Europeia). À medida que os requisitos e as orientações da taxonomia da UE se forem desenvolvendo e evoluindo ao longo dos próximos anos, e que o Banco continuar a desenvolver as suas metodologias e fontes de dados do setor, continuaremos a rever as nossas divulgações em períodos futuros.

O quadro que se segue apresenta as informações a prestar pelo Banco relativamente à elegibilidade taxonómica das suas atividades económicas no contexto dos objetivos ambientais de atenuação das alterações climáticas e de adaptação às mesmas.

## Clima e sustentabilidade

### Taxonomia da UE

A 31 de dezembro de 2022	ICDs	Descrição
Atividades elegíveis para a taxonomia como proporção do total dos ativos cobertos <sup>e</sup>	5,3%	Atividades económicas com empresas sujeitas à NFRD, famílias e governos locais que tenham sido avaliadas como elegíveis de acordo com o Regulamento, como percentagem do total dos ativos cobertos.
Atividades não elegíveis para a taxonomia como proporção do total dos ativos cobertos	27,2%	Atividades económicas com empresas sujeitas à NFRD, famílias e governos locais que tenham sido avaliadas como não elegíveis de acordo com o Regulamento, como percentagem do total dos ativos cobertos.
Exposições a empresas no âmbito da NFRD como proporção do total dos ativos cobertos	32,5%	Ativos cobertos que constituem exposições a entidades sujeitas à NFRD, como percentagem do total dos ativos cobertos.
Exposições a empresas fora do âmbito da NFRD como proporção do total dos ativos cobertos <sup>f</sup>	67,5%	Ativos cobertos que constituem exposições a entidades não sujeitas à NFRD, como percentagem do total dos ativos cobertos. As exposições que não estão incluídas no âmbito do total de ativos cobertos não estão incluídas neste ICD.
	100%	
Derivados como proporção do total dos ativos cobertos	45,1%	Ativos de instrumentos financeiros derivados como percentagem do total dos ativos cobertos. Os ativos de instrumentos financeiros derivados fazem parte do total dos ativos cobertos, mas estão fora do âmbito de elegibilidade de acordo com o Regulamento.
Exposição a bancos centrais, governos centrais e emitentes supranacionais como proporção do total dos ativos cobertos	39,1%	Exposição a bancos centrais, governos centrais e emitentes supranacionais como percentagem do total dos ativos cobertos. Os governos regionais e estatais selecionados são tratados como governos centrais de acordo com a lista <sup>g</sup> de governos regionais, autoridades locais e entidades do setor público da Autoridade Bancária Europeia ("EBA") que podem ser tratadas como governos centrais.
Carteira de negociação como proporção do total dos ativos cobertos	8,6%	Exposições da carteira de negociação como percentagem do total dos ativos cobertos. Os ativos da carteira de negociação incluem os títulos de dívida e de capital e empréstimos transacionados reportados no balanço como ativos da carteira de negociação, e excluem os acordos de revenda ao justo valor reportados separadamente no balanço.
Empréstimos interbancários à vista como proporção do total dos ativos cobertos	1,5%	Exposições a empréstimos interbancários à vista, como percentagem do total dos ativos cobertos.
Total de ativos cobertos <sup>h</sup>	89.712 M€	O total dos ativos cobertos é definido pelas FAQs da Taxonomia da UE como o total dos ativos nas rubricas patrimoniais menos os ativos excluídos do cálculo do RAE. Por conseguinte, o total de ativos, tal como definido nas IFRS adotadas pela UE, menos os ativos da carteira de negociação e as exposições a bancos centrais, governos centrais e emitentes supranacionais. O total de ativos cobertos de 89.712 M€ representa 67,7% do total de ativos.

#### Notas

a Regulamento (UE) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho de 18 de junho de 2020 relativo ao estabelecimento de um quadro para facilitar o investimento sustentável.

b [https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/european-green-deal\\_en](https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/european-green-deal_en)

c Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativa às demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas, com as alterações que lhe foram introduzidas, nomeadamente pela Diretiva 2014/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro de 2014.

d Tal como especificado mais pormenorizadamente no Regulamento Delegado (UE) 2021/2178 da Comissão, de 6 de julho de 2021, que complementa o Regulamento (UE) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho, especificando o conteúdo e a apresentação das informações a divulgar pelas empresas sujeitas às alíneas a dos artigos 19 ou 29 da Diretiva 2013/34/UE relativa a atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental, e especificando a metodologia para cumprir essa obrigação de divulgação.

e A proporção das atividades elegíveis da Taxonomia como proporção do total dos ativos cobertos é de 5,3%, dos quais: 5,3% dizem respeito ao objetivo ambiental de atenuação das alterações climáticas e 0% ao objetivo ambiental de adaptação às alterações climáticas.

f O valor reportado de 67,5% não abrangido pela DRFN inclui 58,0% de saldos com entidades não abrangidas pela DRFN e 9,5% de saldos com entidades relativamente às quais ainda não foi possível determinar, com base na informação disponível, se a entidade está abrangida pela NFRD.

g <https://www.eba.europa.eu/eba-updates-lists-regional-governments-and-local-authorities-rglas-and-public-sector-entities-pses>

h Informações voluntárias fornecidas para contextualizar e apoiar a legibilidade das divulgações regulamentares obrigatórias.

As atividades elegíveis do Banco no âmbito da taxonomia acima descrita representavam 5,3 % do total dos ativos cobertos a 31 de dezembro de 2022. As atividades elegíveis incluem os empréstimos por grosso, dos quais 3,3% da carteira são considerados elegíveis para efeitos de taxonomia, os ativos financeiros pelo justo valor através de resultados, dos quais 1,2% da carteira são considerados elegíveis para efeitos de taxonomia, e os empréstimos à habitação, dos quais 100% são considerados elegíveis para efeitos de taxonomia. Os empréstimos à habitação referem-se à carteira hipotecária italiana detida no balanço que está em *run off*. O restante dos empréstimos e adiantamentos a clientes refere-se a cartões de crédito, empréstimos sem garantia e outros empréstimos a retalho que não são elegíveis para a taxonomia.

# Clima e sustentabilidade

## Taxonomia da UE

### Divulgações relacionadas com energia nuclear e gases fósseis

Nos termos da Lei Delegada Complementar sobre o Clima,<sup>i</sup> o Banco é obrigado a prestar informações sobre a parte do seu balanço associada a determinadas atividades económicas no domínio da energia nuclear e dos gases fósseis. Para o exercício findo a 31 de dezembro de 2022, o Banco deve (i) indicar se exerce, financia ou está exposto a determinadas atividades gerais relacionadas com energia nuclear e/ou gases fósseis e (ii) comunicar a elegibilidade ou não elegibilidade taxonómica de atividades económicas específicas relacionadas com energia nuclear e gases fósseis relevantes para os objetivos ambientais de atenuação e adaptação às alterações climáticas.

<b>Divulgações relacionadas com energia nuclear e gás natural</b>		
<b>Atividades relacionadas com energia nuclear</b>		
1	A empresa realiza, financia ou está exposta a atividades de investigação, desenvolvimento, demonstração e implantação de instalações inovadoras de produção de eletricidade que produzem energia a partir de processos nucleares com um mínimo de resíduos do ciclo do combustível.	SIM
2	A empresa executa, financia ou está exposta à construção e exploração segura de novas instalações nucleares para produzir eletricidade ou calor de processo, incluindo para fins de aquecimento urbano ou processos industriais, como a produção de hidrogénio, bem como a sua modernização em termos de segurança, utilizando as melhores tecnologias disponíveis.	SIM
3	A empresa executa, financia ou está exposta à exploração segura de instalações nucleares existentes que produzem eletricidade ou calor de processo, incluindo para fins de aquecimento urbano ou processos industriais como a produção de hidrogénio a partir da energia nuclear, bem como as respetivas melhorias de segurança.	SIM
<b>Atividades relacionadas com gás natural</b>		
4	A empresa executa, financia ou está exposta à construção ou exploração de instalações de produção de eletricidade que produzem eletricidade utilizando combustíveis fósseis gasosos.	SIM
5	A empresa executa, financia ou está exposta à construção, renovação e exploração de instalações de produção combinada de calor/frio e eletricidade que utilizam combustíveis fósseis gasosos.	SIM
6	A empresa executa, financia ou está exposta à construção, renovação e exploração de instalações de produção de calor que produzem calor/frio utilizando combustíveis fósseis gasosos.	SIM

Tendo em conta as orientações da Comissão Europeia sobre a Lei Delegada relativo à Divulgação de Informações no que se refere à utilização primária de instrumentos financeiros derivados para atenuar o risco e não para financiar atividades económicas, o Banco incluiu no quadro acima as contrapartes com as quais está exposto a instrumentos financeiros derivados, mas excluiu essas exposições a) no quadro "Atividades económicas elegíveis mas não alinhadas com a taxonomia" abaixo; e b) nas linhas 1 a 6 do quadro "Atividades económicas não elegíveis para a taxonomia" abaixo. O Banco continuará a rever a sua abordagem à medida que o regime taxonómico da UE for evoluindo e na eventualidade de a Comissão Europeia fornecer novas orientações.

#### Notas

i Regulamento Delegado (UE) 2022/1214 da Comissão, de 9 de março de 2022, que altera o Regulamento Delegado (UE) 2021/2139 no que diz respeito às atividades económicas em determinados setores da energia e o Regulamento Delegado (UE) 2021/2178 no que diz respeito a divulgações públicas específicas para essas atividades económicas

j Essas atividades são definidas na lei delegada complementar em matéria de clima por referência a secções específicas dos anexos do Regulamento Delegado (UE) 2021/2139 da Comissão, de 4 de junho de 2021, que complementa o Regulamento (UE) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho, estabelecendo os critérios técnicos de avaliação para determinar as condições em que uma atividade económica pode ser qualificada como contribuindo substancialmente para a atenuação das alterações climáticas ou para a adaptação às alterações climáticas e para determinar se essa atividade económica não causa danos significativos a nenhum dos outros objetivos ambientais

# Clima e sustentabilidade

## Taxonomia da UE

Atividades económicas elegíveis para efeitos de taxonomia, mas não alinhadas com a taxonomia <sup>g</sup>							
Atividades económicas		Montante e proporção do total dos ativos cobertos					
Montante e proporção da atividade económica elegível para a taxonomia identificada no denominador do ICD aplicável:		CCM+CCA		Atenuação das alterações climáticas (CCM) <sup>h</sup>		Adaptação às alterações climáticas (CCA) <sup>h</sup>	
		M€	%	M€	%	M€	%
1	Investigação, desenvolvimento, demonstração e implantação de instalações inovadoras de produção de eletricidade que produzam energia a partir de processos nucleares com um mínimo de resíduos do ciclo do combustível (a)	—	—	—	—	—	—
2	Construção e exploração segura de novas instalações nucleares para produzir eletricidade ou calor de processo utilizando as melhores tecnologias disponíveis (b)	—	—	—	—	—	—
3	Modificação de instalações nucleares existentes (c)	—	—	—	—	—	—
4	Construção ou exploração de instalações de produção de eletricidade que produzam eletricidade a partir de combustíveis fósseis gasosos (d)	—	—	—	—	—	—
5	Construção, renovação e exploração de instalações de produção combinada de calor/frio e eletricidade a partir de combustíveis fósseis gasosos (e)	—	—	—	—	—	—
6	Construção, renovação e exploração de instalações de produção de calor que produzam calor/frio utilizando combustíveis fósseis gasosos ligados a redes de aquecimento e arrefecimento urbano eficientes (f)	—	—	—	—	—	—
7	Montante e proporção de outras atividades económicas elegíveis para efeitos de taxonomia, mas não alinhadas com a taxonomia, não referidas nas linhas 1 a 6, no denominador do ICD aplicável	4.763	5,3	4.763	5,3	—	—
8	Montante total e proporção de atividades económicas elegíveis para a taxonomia, mas não alinhadas com a taxonomia, no denominador do ICD aplicável	4.763	5,3	4.763	5,3	—	—

- a. Investigação, desenvolvimento, demonstração e implantação de instalações inovadoras de produção de eletricidade, licenciadas pelas autoridades competentes dos Estados-Membros em conformidade com a legislação nacional aplicável, que produzam energia a partir de processos nucleares com um mínimo de resíduos do ciclo do combustível no denominador do ICD aplicável. Consulte a secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 para a descrição completa da atividade.
- b. Montante e proporção da atividade económica elegível para efeitos de taxonomia identificada na construção e no funcionamento seguro de novas instalações nucleares cuja licença de construção tenha sido emitida até 2045 pelas autoridades competentes dos Estados-Membros, em conformidade com a legislação nacional aplicável, para produzir eletricidade ou calor de processo, incluindo para efeitos de aquecimento urbano ou processos industriais como a produção de hidrogénio (novas instalações nucleares ou NNI), bem como as respetivas melhorias de segurança no denominador do ICD aplicável. Consulte a secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 para a descrição completa da atividade.
- c. Modificação de instalações nucleares existentes para efeitos de prolongamento, autorizado pelas autoridades competentes dos Estados-Membros até 2040, em conformidade com a legislação nacional aplicável, do tempo de serviço de funcionamento seguro das instalações nucleares que produzem eletricidade ou calor a partir de energia nuclear ("centrais nucleares" ou "NPP") no denominador do ICD aplicável. Consulte a secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 para a descrição completa da atividade.
- d. Montante e proporção da atividade económica elegível para efeitos de taxonomia identificada na construção ou exploração de instalações de produção de eletricidade que produzem eletricidade a partir de combustíveis fósseis gasosos. Esta atividade não inclui a produção de eletricidade a partir da utilização exclusiva de combustíveis líquidos e gasosos não fósseis renováveis e de biogás e combustíveis biolíquidos no denominador do ICD aplicável. Consulte a secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 para a descrição completa da atividade.
- e. Montante e proporção da atividade económica elegível para efeitos de taxonomia identificada na construção, renovação e exploração de instalações de produção combinada de calor/frio e eletricidade a partir de combustíveis gasosos fósseis. Esta atividade não inclui a co-geração de alta eficiência de calor/frio e eletricidade a partir da utilização exclusiva de combustíveis líquidos e gasosos não fósseis renováveis e de biogás e combustíveis biolíquidos no denominador do ICD aplicável. Consulte a Secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 para a descrição completa da atividade.
- f. Montante e proporção da atividade económica elegível para efeitos de taxonomia identificada em Construção, renovação e exploração de instalações de produção de calor que produzem calor/frio utilizando combustíveis gasosos fósseis ligados a redes de aquecimento e arrefecimento urbano eficientes. Esta atividade não inclui a produção de calor/frio num sistema de aquecimento urbano eficiente a partir da utilização exclusiva de combustíveis líquidos e gasosos não fósseis renováveis e de biogás e combustíveis biolíquidos no denominador do ICD aplicável. Consulte a secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 para a descrição completa da atividade.
- g. Os relatórios sobre o alinhamento da taxonomia não são exigidos até ao exercício de 2023. Como resultado, assumimos que os montantes alinhados com a taxonomia são zero acima.
- h. Na ausência de dados publicados, presume-se que os empréstimos elegíveis para efeitos da taxonomia acima referida se referem à CCM e não à CCA.

## Clima e sustentabilidade

### Taxonomia da UE

Atividades económicas não elegíveis para taxonomia			
Atividades económicas		Montante e proporção do total dos ativos cobertos	
Montante e proporção da atividade económica identificados no denominador do ICD aplicável:		M€	%
1	Investigação, desenvolvimento, demonstração e implantação de instalações inovadoras de produção de eletricidade que produzam energia a partir de processos nucleares com um mínimo de resíduos do ciclo do combustível (a)	—	—
2	Construção e exploração segura de novas instalações nucleares para produzir eletricidade ou calor de processo utilizando as melhores tecnologias disponíveis (b)	—	—
3	Modificação de instalações nucleares existentes (c)	—	—
4	Construção ou exploração de instalações de produção de eletricidade que produzam eletricidade a partir de combustíveis fósseis gasosos (d)	—	—
5	Construção, renovação e exploração de instalações de produção combinada de calor/frio e eletricidade a partir de combustíveis fósseis gasosos (e)	—	—
6	Construção, renovação e exploração de instalações de produção de calor que produzam calor/frio utilizando combustíveis fósseis gasosos ligados a redes de aquecimento e arrefecimento urbano eficientes (f)	—	—
	Montante e proporção de outras atividades económicas não elegíveis para efeitos de taxonomia, não referidas nas linhas 1 a 6, no denominador do ICD aplicável	24.425	27,2
8	Montante e proporção da atividade económica não elegível para a taxonomia identificada no denominador do ICD aplicável:	24.425	27,2

- Investigação, desenvolvimento, demonstração e implantação de instalações inovadoras de produção de eletricidade, licenciadas pelas autoridades competentes dos Estados-Membros em conformidade com a legislação nacional aplicável, que produzam energia a partir de processos nucleares com um mínimo de resíduos do ciclo do combustível no denominador do ICD aplicável. Consulte a secção 4.26 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 para a descrição completa da atividade.
- Montante e proporção da atividade económica elegível para efeitos de taxonomia identificada na construção e no funcionamento seguro de novas instalações nucleares cuja licença de construção tenha sido emitida até 2045 pelas autoridades competentes dos Estados-Membros, em conformidade com a legislação nacional aplicável, para produzir eletricidade ou calor de processo, incluindo para efeitos de aquecimento urbano ou processos industriais como a produção de hidrogénio (novas instalações nucleares ou NNI), bem como as respetivas melhorias de segurança no denominador do ICD aplicável. Consulte a secção 4.27 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 para a descrição completa da atividade.
- Modificação de instalações nucleares existentes para efeitos de prolongamento, autorizado pelas autoridades competentes dos Estados-Membros até 2040, em conformidade com a legislação nacional aplicável, do tempo de serviço de funcionamento seguro das instalações nucleares que produzem eletricidade ou calor a partir de energia nuclear ("centrais nucleares" ou "NPP") no denominador do ICD aplicável. Consulte a secção 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 para a descrição completa da atividade.
- Montante e proporção da atividade económica elegível para efeitos de taxonomia identificada na construção ou exploração de instalações de produção de eletricidade que produzem eletricidade a partir de combustíveis fósseis gasosos. Esta atividade não inclui a produção de eletricidade a partir da utilização exclusiva de combustíveis líquidos e gasosos não fósseis renováveis e de biogás e combustíveis biolíquidos no denominador do ICD aplicável. Consulte a secção 4.29 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 para a descrição completa da atividade.
- Montante e proporção da atividade económica elegível para efeitos de taxonomia identificada na construção, renovação e exploração de instalações de produção combinada de calor/frio e eletricidade a partir de combustíveis gasosos fósseis. Esta atividade não inclui a co-geração de alta eficiência de calor/frio e eletricidade a partir da utilização exclusiva de combustíveis líquidos e gasosos não fósseis renováveis e de biogás e combustíveis biolíquidos no denominador do ICD aplicável. Consulte a Secção 4.30 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 para a descrição completa da atividade.
- Montante e proporção da atividade económica elegível para efeitos de taxonomia identificada em Construção, renovação e exploração de instalações de produção de calor que produzem calor/frio utilizando combustíveis gasosos fósseis ligados a redes de aquecimento e arrefecimento urbano eficientes. Esta atividade não inclui a produção de calor/frio num sistema de aquecimento urbano eficiente a partir da utilização exclusiva de combustíveis líquidos e gasosos não fósseis renováveis e de biogás e combustíveis biolíquidos no denominador do ICD aplicável. Consulte a secção 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139 para a descrição completa da atividade.



# Clima e sustentabilidade

## Taxonomia da UE

### Estratégias de negócio

O Banco apoia os objetivos do Regulamento. Enfrentar as alterações climáticas é um desafio urgente e complexo, mas também uma oportunidade. Requer uma transformação fundamental da economia global. O setor financeiro tem um papel fundamental a desempenhar no apoio à transição para uma economia com baixas emissões de carbono.

Em março de 2020, o Grupo Barclays foi um dos primeiros bancos a anunciar a sua ambição de ser um banco com zero emissões líquidas até 2050, em todas as nossas emissões diretas e indiretas, e comprometeu-se a alinhar todas as atividades de financiamento com os objetivos e prazos do Acordo de Paris. O Grupo Barclays tem uma estratégia em três partes para concretizar a ambição de zero emissões líquidas, que é sustentada pela forma como avalia e gere a sua exposição ao risco relacionado com o clima.

Dado que os requisitos da taxonomia da UE ainda estão a ser introduzidos gradualmente e que os dados das sociedades não financeiras sobre as atividades alinhadas com a taxonomia são atualmente muito limitados, o Banco não está em condições de utilizar plenamente o alinhamento da taxonomia na conceção e nos processos dos produtos, ou na colaboração com as contrapartes. No entanto, o Banco está a estudar a forma de o incorporar nos seus quadros ESG.

No segmento de Mercados Globais, desenvolvemos um quadro ESG para a governação, criação de produtos e avaliação da adequação do nosso conjunto de produtos ESG atuais e futuros. Em conformidade com o Regulamento de Divulgação de Financiamento Sustentável<sup>a</sup> e com a Diretiva MiFID ESG<sup>b</sup>, definimos um conjunto de princípios para um Índice ESG utilizado nas nossas empresas de produtos estruturados, derivados e soluções de investimento que, em termos gerais, se alinha com os princípios da Taxonomia da UE. Estamos também a trabalhar com clientes e parceiros para criar produtos e serviços que estejam em conformidade com os princípios da taxonomia da UE, para dar resposta às suas preferências em matéria de sustentabilidade nos investimentos em produtos estruturados, sempre que aplicável ao cliente.

Uma visão geral da abordagem e estratégia climática do Grupo Barclays está disponível na página 21, e são apresentadas mais informações, incluindo o progresso em relação aos objetivos, na secção Clima e Sustentabilidade do Relatório Anual de 2022 do Barclays PLC.

#### Notas

- a. Regulamento (UE) 2019/2088 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de novembro de 2019, relativo às divulgações relacionadas com sustentabilidade no setor dos serviços financeiros
- b. Regulamento Delegado (UE) 2021/1253 da Comissão que altera o Regulamento Delegado (UE) 2017/565 no que diz respeito à integração de fatores de sustentabilidade, riscos e preferências em determinados requisitos organizacionais e condições de funcionamento das empresas de investimento e Diretiva Delegada (UE) 2021/1269 da Comissão que altera a Diretiva Delegada (UE) 2017/593 no que diz respeito à integração de fatores de sustentabilidade nas obrigações de gestão de produtos

## Informações importantes / Avisos legais

Na preparação do conteúdo sobre clima e sustentabilidade no Relatório Anual do BBI, onde quer que apareça, temos:

- Efetuou um certo número de juízos de valor, estimativas e pressupostos fundamentais, em que os processos e questões envolvidos são complexos. Por exemplo, no que respeita à divulgação de informações relativas às emissões financiadas, ao alinhamento da carteira, à classificação do financiamento ambiental e social, às emissões nas suas operações e à medição do risco climático.
- Utilizámos dados, modelos e metodologias ESG e climáticos que consideramos apropriados e adequados para estes fins à data em que foram implementados. No entanto, estes dados, modelos e metodologias estão sujeitos a riscos e incertezas futuros e podem mudar ao longo do tempo. Não são do mesmo nível que os disponíveis no contexto de outras informações financeiras, nem estão sujeitos às mesmas normas de divulgação ou a normas equivalentes, a pontos de referência históricos, a parâmetros de referência ou a princípios contabilísticos globalmente aceites. No caso das alterações climáticas e da sua evolução, não se pode confiar nos dados históricos como um forte indicador das trajetórias futuras. Os resultados dos modelos, os dados processados e as metodologias também serão afetados pela qualidade dos dados subjacentes, que pode ser difícil de avaliar, ou por desafios no acesso aos dados em tempo útil.
- Continuámos (e continuaremos) a rever e a desenvolver a nossa abordagem em matéria de dados, modelos e metodologias, em conformidade com os princípios e normas do mercado, à medida que este domínio se desenvolve. Os dados, modelos e metodologias utilizados, bem como as estimativas e pressupostos utilizados, estão em rápida evolução, o que pode afetar direta ou indiretamente as métricas, os pontos de dados e os objetivos contidos no conteúdo sobre clima e sustentabilidade do Relatório Anual. A evolução futura das normas contabilísticas e/ou de informação poderá ter um impacto (potencialmente significativo) nos indicadores de desempenho, nos dados e nos objetivos contidos neste relatório. Em futuros relatórios, poderemos apresentar algumas ou todas as informações relativas a este período de referência utilizando dados atualizados ou mais granulares ou modelos, metodologias, práticas ou normas de mercado melhorados ou recalibrando o desempenho em relação aos objetivos com base em dados atualizados. Essas informações rerepresentadas, atualizadas ou recalibradas podem dar origem a resultados diferentes dos incluídos nesta secção do Relatório Anual.

É importante que os leitores e utilizadores deste relatório estejam cientes de que nem sempre é possível efetuar comparações diretas, numa base comparável, de cada elemento de informação divulgado, entre períodos de referência.

### Informações fornecidas nas divulgações sobre clima e sustentabilidade

O que é importante para os nossos investidores e partes interessadas evolui ao longo do tempo e o nosso objetivo é antecipar e responder a essas mudanças. As expectativas de divulgação de informações relativas às alterações climáticas e às questões de sustentabilidade são particularmente rápidas e diferem, de certa forma, das áreas mais tradicionais de divulgação de informações, no que diz respeito ao nível de pormenor e à natureza prospetiva das informações envolvidas e à consideração dos impactos no ambiente e noutras pessoas. Adaptámos a nossa abordagem em relação à divulgação de tais questões. As nossas divulgações têm em conta um contexto mais vasto relevante para estes tópicos, incluindo a evolução dos pontos de vista das partes interessadas e prazos mais longos para a avaliação de potenciais riscos e impactos, tendo em conta os objetivos políticos internacionais a longo prazo em matéria de clima e natureza. As nossas divulgações relacionadas com o clima e a sustentabilidade estão sujeitas a uma maior incerteza do que as divulgações relacionadas com outros assuntos, dados os desafios do mercado em relação à fiabilidade, consistência e atualidade dos dados, e em relação à utilização de estimativas e pressupostos e à aplicação e desenvolvimento de metodologias. Estes fatores significam que as divulgações podem ser alteradas, atualizadas e recalculadas no futuro, à medida que a prática do mercado e a qualidade e disponibilidade dos dados evoluem.



# Análise de risco

## Índice

	Página
<b>Estratégia de gestão de risco</b>	
▪ Quadro de Gestão de Risco da Empresa (ERMF)	32
▪ Segmentação de responsabilidades – o modelo das “Três Linhas de Defesa”	32
▪ Riscos principais	32
▪ Apetência pelo risco para os riscos principais	32
▪ Comitês de risco	33
▪ Cultura de risco do Barclays	33
<b>Riscos materiais existentes e emergentes</b>	
▪ Riscos materiais existentes e emergentes que podem afetar mais do que um Risco Principal	34
▪ Risco climático	38
▪ Risco de crédito	39
▪ Risco de mercado	40
▪ Risco de tesouraria e capital	40
▪ Risco de liquidez	40
▪ Risco de capital	40
▪ Risco da taxa de juro na carteira bancária	41
▪ Risco operacional	41
▪ Risco de modelo	43
▪ Risco de conduta	44
▪ Risco de reputação	45
▪ Riscos jurídicos e questões jurídicas, regulamentares e de concorrência	45
<b>Gestão dos riscos principais</b>	
▪ Gestão do risco climático	46
▪ Gestão do risco de crédito	51
▪ Gestão do risco de mercado	52
▪ Gestão do risco de capital e tesouraria	52
▪ Gestão do risco operacional	54
▪ Gestão do risco de modelo	55
▪ Gestão do risco de conduta	55
▪ Gestão do risco de reputação	56
▪ Gestão do risco jurídico	56
<b>Desempenho do risco</b>	
▪ Desempenho do risco climático	57
▪ Desempenho do risco de crédito	59
▪ Desempenho do risco de mercado	97
▪ Desempenho do risco de tesouraria e capital	99
▪ Desempenho do risco operacional	107
▪ Desempenho do risco de modelo	110
▪ Desempenho do risco de conduta	110
▪ Desempenho do risco de reputação	110
▪ Desempenho do risco jurídico	110
<b>Supervisão e regulamentação</b>	
▪ Supervisão do Banco	112
▪ Supervisão na UE	112
▪ Quadro regulamentar financeiro	112

# Análise de risco

## Estratégia de gestão de risco

### ESTRATÉGIA DE GESTÃO DE RISCO

Esta secção apresenta a abordagem do Banco em matéria de gestão e identificação de riscos, e de promoção de uma cultura de risco sólida.

#### Quadro de Gestão de Risco da Empresa (ERMF)

O ERMF define os princípios de mais alto nível para a gestão do risco, estabelecendo as normas, objetivos e responsabilidades essenciais dos diferentes grupos de colaboradores do Banco. O ERMF do Banco é adaptado e coerente com o ERMF do Grupo Barclays, tal como aprovado pelo Conselho de Administração do Barclays PLC, por recomendação do Comité de Risco do Conselho de Administração do Grupo e do Chief Risk Officer do Grupo Barclays. Este é depois revisto e formalmente adotado pelo Conselho do Banco ao nível da entidade jurídica local.

O ERMF estabelece:

- os principais riscos que o Banco enfrenta, orientando a organização nos processos de gestão de risco.
- os requisitos de apetência pelo risco: Isto ajuda a definir o nível de risco que estamos dispostos a assumir nos nossos negócios;
- gestão de riscos e separação de funções: O ERMF define o modelo das "Três Linhas de Defesa"; e
- as funções e responsabilidades para a gestão de risco e estrutura de governação.

O ERMF é complementado por quadros, políticas e normas, que estão essencialmente alinhados com riscos principais individuais:

- os quadros abrangem princípios de alto nível que regem a gestão dos principais riscos e definem pormenorizadamente as políticas necessárias, bem como os mecanismos de governação de alto nível;
- as políticas estabelecem os objetivos de controlo e os requisitos de alto nível para abordar os princípios-chave definidos nos quadros associados. As políticas indicam aquilo que as pessoas abrangidas pelo âmbito de aplicação devem fazer; e
- as normas estabelecem os pormenores dos requisitos de controlo para garantir o cumprimento dos objetivos de controlo estabelecidos pelas políticas.

#### Segmentação de responsabilidades - o modelo das "Três Linhas de Defesa"

O ERMF define um modelo claro de linhas de defesa. Todos os colaboradores são responsáveis pela compreensão e pela gestão dos riscos no contexto das suas funções e responsabilidades individuais, conforme estabelecido em baixo.

- A Primeira Linha é composta por todos os colaboradores que trabalham nas áreas geradoras de receitas e nas áreas de atendimento ao cliente do Banco e em todas as funções de apoio associadas, incluindo Finanças, Operações, Tesouraria, Recursos Humanos, etc. A primeira linha é responsável pela identificação e gestão dos riscos em que estão envolvidos, operando dentro dos limites aplicáveis e desenvolvendo um quadro de controlo, e reencaminhando ocorrências ou questões de risco conforme apropriado. Os trabalhadores da primeira linha são os principais responsáveis pelos seus riscos cujas atividades estão sujeitas à supervisão das partes relevantes da segunda e terceira linhas.
- A Segunda linha é composta pelos departamentos de Risco e Cumprimento Normativo. O papel da segunda linha consiste em estabelecer os limites, as regras e as restrições, bem como os enquadramentos, as políticas e as normas segundo os quais todas as atividades devem ser exercidas, em conformidade com a apetência pelo risco do Banco, e em controlar o desempenho da empresa em função desses limites, regras e restrições. Os controlos das atividades de primeira linha serão normalmente estabelecidos pelos responsáveis pelo controlo que operam no âmbito do quadro de controlo da empresa. Estes continuarão a estar sujeitos ao controlo da segunda linha.
- A terceira linha de defesa é a Auditoria Interna, que é responsável por fornecer uma garantia independente sobre a eficácia da governação, da gestão do risco e dos controlos sobre os riscos atuais, sistémicos e evolutivos.
- A função jurídica presta apoio a todas as áreas do Banco e não faz formalmente parte de nenhuma das três linhas de defesa. A função jurídica é responsável pela identificação de todos os riscos Jurídicos e Regulamentares. Com exceção do aconselhamento jurídico que presta ou adquire, está sujeito a uma supervisão de segunda linha no que respeita aos seus próprios riscos operacionais e de conduta, bem como no que respeita aos Riscos Jurídicos e Regulamentares a que o banco está exposto.

#### Riscos principais

O ERMF identifica nove riscos principais, nomeadamente: risco climático, risco de crédito, risco de mercado, risco de tesouraria e de capital, risco operacional, risco de modelo, risco de conduta, risco de reputação e risco jurídico. Note-se que o risco climático foi acrescentado em janeiro de 2022; consulte as páginas 46 a 56 para mais informações.

Todos os principais riscos são supervisionados por um executivo responsável ao nível do Grupo Barclays, o qual é responsável pela supervisão e/ou atribuição de responsabilidades relativamente ao quadro, políticas e normas que definem as responsabilidades e expectativas associadas, e que especificam os requisitos relacionados com a gestão de riscos em nome do Chief Risk Officer do BBI. Além disso, certos riscos abrangem mais do que um risco principal.

#### Apetência pelo risco

A apetência pelo risco é definida como o nível de risco que o Banco está disposto a aceitar no exercício das suas atividades. Define uma base para um diálogo contínuo entre a direção e o Conselho de Administração relativamente ao perfil de risco atual e evolutivo do Banco, permitindo a tomada de decisões estratégicas e financeiras baseadas em informação.

A apetência pelo risco é aprovada pelo Conselho de Administração do Barclays PLC em conjunto e divulgada entre entidades jurídicas e empresas, incluindo o Banco. O Conselho de Administração do Banco não pode aprovar uma apetência pelo risco mais elevada do que a determinada pelo Conselho de Administração do Grupo sem a aprovação do mesmo, mas pode optar por operar com um nível de apetência pelo risco mais baixo do que o aprovado pelo Conselho de Administração do Grupo.

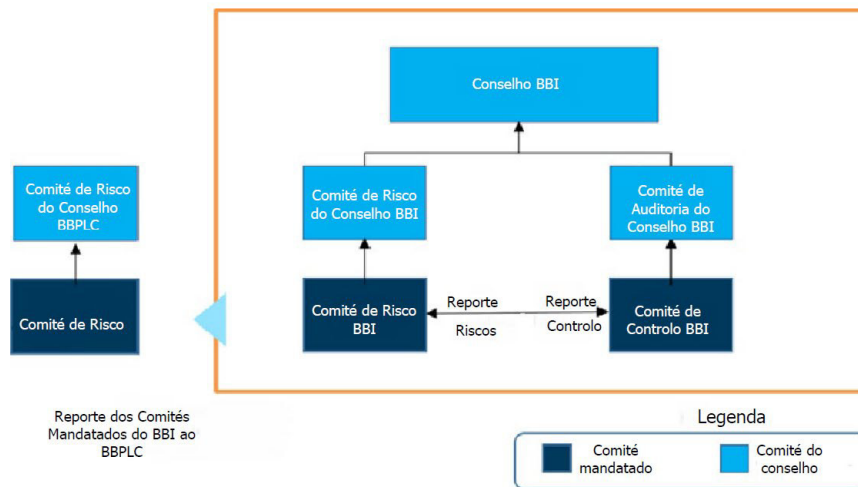
A apetência pelo risco total do Grupo Barclays e a sua atribuição ao Banco são apoiados por limites para permitir e controlar exposições e atividades específicas que têm implicações de risco de concentração significativas.

# Análise de risco

## Estratégia de gestão de risco

### Comitês de Risco

Os diversos comitês de risco do Banco analisam as questões de risco relevantes para as suas funções e transmitem-nas, se necessário, aos comitês do Conselho de Administração do Banco e ao Conselho de Administração do Banco.



O Conselho de Administração do Barclays Bank Ireland PLC recebe regularmente informações relativas ao perfil de risco do Banco e, em última instância, é responsável pela apetência pelo risco e pelos planos de capital, no âmbito dos parâmetros definidos pelo Conselho do Barclays PLC. Uma das responsabilidades do Conselho de Administração do Banco é a aprovação da apetência pelo risco atribuída ao Banco. O Conselho do Banco é também responsável pela adoção do ERMF.

Além disso, existem dois comitês ao nível do Conselho que supervisionam a aplicação do ERMF e que analisam e monitorizam o risco em todo o Banco. Estes são: o Comitê de Risco do Conselho de Administração do Barclays Bank Ireland PLC e o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração do Barclays Bank Ireland PLC. Além disso, o Comitê de Remuneração do Conselho do Barclays Bank Ireland PLC supervisiona as práticas de pagamento, centrando-se no alinhamento da remuneração com o desempenho de acordo com os critérios "o quê e como".

- **O Comitê de Risco do Conselho de Administração do Barclays Bank Ireland PLC (BRC):** O BRC monitoriza o perfil de risco do Banco face à apetência acordada. Nos casos em que o desempenho real difere das expectativas, as ações tomadas pela administração são revistas para verificar que o BRC está confortável com as mesmas. O CRO do Banco apresenta regularmente um relatório ao BRC que resume os desenvolvimentos no ambiente de risco e as tendências de desempenho nas principais carteiras. O BRC recebe relatórios regulares sobre as metodologias de risco, a eficácia do quadro de gestão de risco e o perfil de risco do Banco, incluindo as principais questões que afetam cada carteira de negócios e as tendências de risco futuras. O comitê também delega uma análise aprofundada dos tópicos de risco significativos, que são apresentados pelo CRO do Banco ou pelos diretores de risco nos negócios.
- **O Comitê de Auditoria do Conselho de Administração do Barclays Bank Ireland PLC (BAC):** O BAC recebe relatórios regulares sobre a eficácia dos sistemas de controlo interno, questões de controlo material significativas e julgamentos contabilísticos (incluindo imparidade), bem como uma revisão semestral da adequação das provisões de imparidade relativamente ao risco inerente às carteiras, ao ambiente empresarial e às políticas e metodologias do Barclays.
- **O Comitê de Remunerações do Conselho de Administração do Barclays Bank Ireland PLC (RemCo):** O RemCo recebe propostas sobre ajustes de risco *ex-ante* e *ex-post* para remuneração variável com base no desempenho da gestão do risco, incluindo ocorrências, questões e o perfil de risco em geral. Estas contribuições são consideradas na definição de incentivos ao desempenho.

### Cultura de risco do Barclays

A cultura de risco pode ser definida como "normas, atitudes e comportamentos relacionados com a sensibilização para os riscos, tomada de riscos e gestão de risco". Isto reflete-se na forma como o Banco identifica, reporta e gere questões de risco.

O Banco está empenhado em manter uma cultura de risco robusta, na qual:

- a administração espera, molda e recompensa os comportamentos corretos de um ponto de vista de risco e controlo; e
- os colegas identificam, gerem e reencaminham as questões de risco e controlo, e cumprem as suas responsabilidades de gestão de risco.

O CEO trabalha com a Direção Executiva para incorporar uma forte cultura de risco no Banco, com especial atenção à identificação, encaminhamento e gestão de questões de risco, em conformidade com o ERMF. Especificamente, todos os colaboradores, independentemente das suas posições, funções e localizações devem cumprir o seu papel na gestão de risco do Banco. É pedido aos colaboradores que estejam familiarizados com as políticas de gestão de risco que são relevantes para as suas responsabilidades, tenham *know-how* para reportar questões de risco existentes ou potenciais, bem como um nível de conhecimento do processo de gestão de risco apropriado à sua função, conforme definido no ERMF.

### O Nosso Código de Conduta – o Barclays Way

Globalmente, todos os colegas do Barclays devem demonstrar alguma familiaridade com o "Barclays Way", o nosso Código de Conduta, bem como todos os quadros, políticas e normas aplicáveis às suas funções. O Código de Conduta descreve o Propósito, Valores e a Mentalidade que regem o nosso modo de trabalhar ("Barclays Way") em todos os nossos negócios a nível global. Constitui um ponto de referência que abrange todos os aspetos das relações de trabalho entre colaboradores e proporciona orientações para trabalhar com outros colaboradores e clientes do Barclays, assim como governos e reguladores, parceiros comerciais, fornecedores, concorrentes e a comunidade em geral. Ver [home.barclays/sustainability/esg-resource-hub/statements-and-policy-positions/](http://home.barclays/sustainability/esg-resource-hub/statements-and-policy-positions/) para mais detalhes.

# Análise de risco

## Riscos materiais existentes e emergentes

### Riscos materiais existentes e emergentes para o desempenho futuro do Banco

O Banco identificou um vasto leque de riscos aos quais os seus negócios estão expostos. Riscos materiais são aqueles que são atentamente seguidos pela administração, e que podem levar a que a estratégia, resultados de operações, condições e/ou perspectivas financeiras do Banco se desviem substancialmente das expectativas. Os riscos emergentes são os que possuem componentes desconhecidas, cujos impactos se poderão concretizar a longo prazo. Adicionalmente, outros fatores fora do controlo do Banco, incluindo o aumento do terrorismo ou conflitos globais, desastres naturais, pandemias e eventos semelhantes, apesar de não estarem especificados em baixo, podem vir a ter um impacto semelhante no Banco.

### Riscos significativos existentes e emergentes com potencial impacto em mais do que um risco principal

#### i) Condições empresariais, economia geral e questões geopolíticas

As operações do Banco estão sujeitas a alterações nas condições económicas nos mercados globais ou locais, assim como a desenvolvimentos geopolíticos, os quais podem ter um efeito substancial nos negócios do Banco, nos seus resultados de operações, condição financeira e nas suas perspectivas.

Uma deterioração das condições económicas e de mercado globais ou locais pode resultar em (entre outras coisas): (i) deterioração da confiança das empresas, dos consumidores ou dos investidores e níveis mais baixos de investimento e de crescimento da produtividade, o que, por sua vez, pode conduzir a uma menor atividade dos clientes, incluindo uma menor procura de empréstimos; (ii) taxas de incumprimento mais elevadas, delinquências, anulações e encargos de imparidade, à medida que os mutuários se debatem com os seus compromissos de dívida; (iii) preços dos ativos mais baixos, o que pode ter impacto no valor de quaisquer garantias detidas pelo Banco e exigir que o Banco e os seus clientes constituam garantias adicionais para satisfazerem os valores de cobertura adicionais; (iv) perdas mark-to-market nas carteiras de negociação resultantes de alterações em fatores como as notações de crédito, os preços das ações e a solvência das contrapartes; e (v) revisões das perdas de crédito esperadas calculadas, levando a aumentos nas provisões para imparidade. Adicionalmente, a capacidade do Banco para pedir empréstimos a outras instituições financeiras ou para conseguir financiamento de investidores externos pode ser afetada pela deterioração das condições económicas e perturbações no mercado. Os acontecimentos geopolíticos podem também causar instabilidade financeira e afetar o crescimento económico.

Especificamente:

- O crescimento do produto interno bruto (PIB) mundial em 2022 foi gravemente prejudicado por pressões inflacionistas resultantes: a) do efeito perturbador da pandemia de COVID-19 nas cadeias de abastecimento; b) de mercados de trabalho restritos e da pressão ascendente sobre os custos do emprego; e c) da escalada dos preços da energia e dos produtos alimentares intensificada pela invasão russa da Ucrânia. Estas pressões conduziram a pressões contínuas sobre o "custo de vida" em grande parte do mundo, mas particularmente na Europa e no Reino Unido.
- Em resposta às pressões inflacionistas persistentes, ao longo de 2022, os bancos centrais prosseguiram políticas de aumento das taxas de juro, reduzindo simultaneamente a flexibilização quantitativa e, em alguns casos, iniciando uma maior restritividade quantitativa.
- Tanto a conjuntura inflacionista elevada como as taxas de juro mais elevadas são suscetíveis de afetar negativamente o crescimento económico a nível mundial em 2023, em particular nos mercados desenvolvidos, com a possibilidade de um conseqüente aumento do desemprego, com implicações potencialmente negativas para o desempenho do Banco, nomeadamente através do aumento das provisões de imparidade. Continua a ser possível que um ressurgimento da COVID-19 e/ou restrições à circulação impostas localmente para combater surtos ou novas estirpes possam exacerbar o abrandamento previsto do desempenho económico mundial.
- Na Europa e no Reino Unido, os governos responderam à escalada dos preços da energia através de subsídios de curto prazo aos consumidores e à indústria, em parte financiados por impostos extraordinários sobre setores específicos. As revisões destes regimes durante 2023 podem causar uma pressão crescente sobre as finanças das famílias e das empresas, o que poderá resultar em encargos de imparidade mais elevados.
- Uma escalada das tensões geopolíticas ou o aumento do recurso a medidas protecionistas, como no caso da invasão russa da Ucrânia, pode ter um efeito material adverso na atividade do Banco.
- Os acordos comerciais entre o Reino Unido e a UE, na sequência da saída do Reino Unido da UE, podem também aumentar os custos para os clientes que efetuam transações comerciais com a UE e, eventualmente, afetar as operações do Banco.
- Além disso, qualquer rutura comercial entre a UE e o Reino Unido poderá ter um impacto significativo na atividade económica da UE e do Reino Unido, o que, por sua vez, poderá ter um efeito adverso significativo na atividade, nos resultados das operações, na situação financeira e nas perspectivas do Banco. Condições económicas instáveis poderão ter os seguintes resultados (entre outros):
  - Uma recessão num ou mais Estados-Membros do EEE em que opera, com menor crescimento, maior desemprego e queda dos preços dos imóveis, o que poderá conduzir a um aumento das imparidades em relação a várias carteiras do Banco (incluindo, entre outras, a sua carteira de empréstimos hipotecários, a carteira de empréstimos não garantidos (incluindo cartões de crédito) e as posições em risco sobre imóveis comerciais);
  - aumento da volatilidade do mercado (em particular em moedas e taxas de juro), o que poderia ter um impacto nas posições da carteira de negociação do Banco e afetar o valor subjacente dos ativos da carteira bancária e dos títulos detidos pelo Banco para efeitos de liquidez;
  - uma degradação da notação de crédito do Banco (direta ou indiretamente em resultado de uma degradação das notações de crédito soberano da Irlanda) ou da sua empresa-mãe (Barclays Bank PLC), o que poderia aumentar significativamente o custo de financiamento do Banco e/ou reduzir o seu acesso ao financiamento, alargar os spreads de crédito e afetar materialmente de forma adversa as margens de juro e a posição de liquidez do Banco; e/ou
  - um alargamento dos spreads de crédito mais geral ou uma redução da apetência dos investidores pelos títulos de dívida do Banco, o que poderia afetar negativamente o custo e/ou reduzir o acesso do Banco ao financiamento.

# Análise de risco

## Riscos materiais existentes e emergentes

### ii) Riscos relacionados com o impacto da COVID-19

A pandemia da COVID-19 teve um impacto negativo significativo nas empresas de todo o mundo e nos ambientes económicos e sociais em que operam. Consequentemente, há uma série de fatores associados à pandemia da COVID-19 e ao seu impacto nas economias mundiais que tiveram e poderão continuar a ter um efeito adverso significativo na rentabilidade, no capital e na liquidez do Banco.

A pandemia da COVID-19 causou perturbações aos clientes, fornecedores e colaboradores do Banco. A maioria das jurisdições em que o Banco opera implementou severas restrições à circulação das respetivas populações, com o consequente impacto significativo na atividade económica. A evolução da pandemia da COVID-19 até 2023 ainda não é clara e os riscos de novas vagas, novas estirpes e/ou vacinas ineficazes não podem ser excluídos, podendo resultar na reintrodução de restrições adicionais às populações locais. O Banco continua a acompanhar a situação.

As previsões macroeconómicas apontam para que os efeitos da pandemia da COVID-19 sejam de longa duração, sendo o nível e a velocidade da recuperação económica ainda incertos. Na medida em que os impactos residuais da pandemia da COVID-19 continuem a afetar negativamente a economia global e/ou o Banco, podem também ter o efeito de aumentar a probabilidade e/ou a magnitude de outros riscos aqui descritos ou podem levantar outros riscos que não são atualmente conhecidos pelo Banco ou que não se espera que sejam significativos para a rentabilidade, o capital e a liquidez do Banco.

Novas vagas ou novas estirpes da COVID-19 poderão ter impacto na capacidade do Banco para exercer a sua atividade nas jurisdições em que opera, através de perturbações nas infraestruturas e cadeias de abastecimento, nos processos empresariais e nos serviços tecnológicos prestados por terceiros, bem como na indisponibilidade de colaboradores devido a doença. Estas interrupções da atividade podem ser prejudiciais para os clientes (que podem pedir ao Banco o reembolso dos custos e perdas incorridos em resultado dessas interrupções) e resultar em potenciais custos de litígio (incluindo coimas regulamentares, penalizações e outras sanções), bem como em danos para a reputação.

As alterações das variáveis macroeconómicas, tais como o PIB e o desemprego, têm um impacto significativo na modelização das perdas de crédito esperadas pelo Banco. O ambiente económico permanece incerto e os futuros encargos por imparidade podem estar sujeitos a uma volatilidade adicional (incluindo alterações nas previsões das variáveis macroeconómicas) causada por novas vagas ou novas estirpes da pandemia da COVID-19 e medidas de contenção conexas, e pela eficácia contínua das vacinas e/ou reforços, bem como pela eficácia a longo prazo do banco central, do governo e de outras medidas de apoio. Para mais detalhes sobre as variáveis macroeconómicas utilizadas no cálculo das PCE, consultar a secção sobre o desempenho do risco de crédito.

Todo e qualquer acontecimento deste tipo acima mencionado poderá ter um efeito adverso significativo nos negócios, resultados de operações, situação financeira, perspetivas, liquidez, posição de capital e notações de crédito (incluindo potenciais alterações de perspetivas ou notações por parte das agências de notação de crédito) do Banco, bem como nos clientes, colaboradores e fornecedores do Banco.

### iii) O impacto de variações das taxas de juro na rentabilidade do Banco

As variações das taxas de juro são significativas para o Banco, sobretudo tendo em conta a incerteza quanto à dimensão e à frequência dessas variações. As subidas das taxas de juro resultam em custos de financiamento mais elevados, mas podem ter um impacto positivo na rentabilidade do Banco, uma vez que a margem financeira das empresas aumenta devido à descompressão das margens, tal como se observou nas subidas das taxas de juro em 2022. No entanto, se forem maiores ou mais frequentes do que o previsto, os aumentos das taxas de juro poderão conduzir a um crescimento geralmente mais fraco do que o esperado, a uma redução da confiança das empresas e do investimento e a um aumento do desemprego. Esta situação, combinada com o impacto que os aumentos das taxas de juro podem ter na acessibilidade dos contratos de empréstimo para os mutuários (especialmente quando combinados com pressões inflacionistas), poderá causar tensões na carteira de empréstimos do Banco e na atividade de subscrição, com consequentes perdas de crédito mais elevadas que conduzem a um aumento dos encargos com imparidades, o que poderá ter um efeito material na atividade, resultados operacionais, situação financeira e perspetivas do Banco.

As reduções das taxas de juro podem influenciar e exercer pressão sobre as margens financeiras líquidas do Banco (diferença entre os proveitos e os custos de captação), podendo prejudicar a rentabilidade e as perspetivas do Banco.

### iv) Competição na indústria da banca e de serviços financeiros

O Banco opera num ambiente altamente competitivo, no qual tem de evoluir e adaptar-se a mudanças significativas resultantes de reformas regulamentares, avanços tecnológicos, maior escrutínio público e condições económicas prevaletentes. O Banco espera que a concorrência no setor dos serviços financeiros continue a ser intensa e possa ter um efeito adverso significativo nos negócios futuros, nos resultados das operações, condição financeira e nas perspetivas do Banco.

Continuam a emergir novos concorrentes no setor dos serviços financeiros. Os avanços tecnológicos e o crescimento do comércio eletrónico tornaram possível a oferta de produtos e serviços que eram tradicionalmente produtos bancários por parte de entidades não bancárias, tais como negociação eletrónica de títulos, o processamento de pagamentos e aconselhamento de investimento em linha, baseado em algoritmos automatizados. Além disso, o processamento de pagamentos e outros serviços podem ser significativamente perturbados por tecnologias como a Blockchain (utilizada em sistemas de criptomoeda) e os empréstimos "compre agora, pague depois", ambos atualmente sujeitos a níveis mais baixos de supervisão regulamentar. Mais ainda, a introdução de moedas digitais do Banco Central poderá ter um impacto significativo no sistema bancário e no papel dos bancos comerciais nesse sistema, perturbando a oferta atual de produtos e serviços bancários. Esta perturbação poderá permitir que novos concorrentes, alguns dos quais anteriormente impedidos pela regulamentação bancária (como as FinTech), ofereçam aos clientes um acesso alternativo aos serviços financeiros e aumentem a desintermediação dos serviços bancários.

As novas tecnologias e a evolução do comportamento dos consumidores têm exigido e podem exigir que o Banco incorra em custos adicionais para modificar ou adaptar os seus produtos ou efetuar investimentos de capital adicionais nas suas atividades para atrair e reter clientes e consumidores ou para igualar os produtos e serviços oferecidos pelos seus concorrentes, incluindo empresas tecnológicas.



# Análise de risco

## Riscos materiais existentes e emergentes

O aumento ou a continuação da concorrência e/ou a desintermediação dos nossos serviços podem exercer pressão sobre os preços dos produtos e serviços do Banco, o que pode reduzir as suas receitas e a rentabilidade, ou pode fazer com que o Banco perca quota de mercado, em especial no que se refere aos produtos bancários tradicionais, como depósitos e contas bancárias. Esta concorrência pode ser feita com base na qualidade e variedade dos produtos e serviços oferecidos, na execução das transações, na inovação, na reputação e/ou no preço. Estes fatores podem ser exacerbados por novas iniciativas do setor para melhorar o acesso à banca. A incapacidade de qualquer uma das atividades do Banco para satisfazer as expectativas dos clientes, quer devido às condições gerais do mercado, quer devido a um desempenho insuficiente, à decisão de não oferecer um determinado produto ou serviço, ao encerramento de sucursais, a alterações nas expectativas dos clientes ou a outros fatores, poderá afetar a capacidade do Banco para atrair ou reter clientes. Qualquer impacto deste tipo poderá, por sua vez, reduzir as receitas do Banco.

### v) Agenda de mudanças regulamentares e impacto no modelo de negócios

As atividades do Banco estão sujeitas a uma regulamentação permanente e aos riscos regulamentares associados, incluindo os efeitos de alterações legislativas, regulamentares, políticas, códigos de conduta voluntários e interpretações na Irlanda, na UE e nos outros mercados em que opera. Muitas alterações regulamentares relevantes para a atividade do Banco podem ter efeitos para além do país em que são decretadas, quer porque os reguladores do Banco decretam deliberadamente regulamentação com impacto extraterritorial, quer porque as suas operações globais implicam que o Banco seja obrigado a aplicar as leis e regulamentos locais numa base mais alargada.

Nos últimos anos, as entidades reguladoras e os governos têm-se concentrado na reforma da regulamentação prudencial do setor dos serviços financeiros e na forma como a atividade dos serviços financeiros é conduzida. As medidas tomadas incluem o reforço dos requisitos de capital, liquidez e financiamento, a separação ou proibição de certas atividades pelos bancos, alterações no funcionamento das atividades dos mercados de capitais, a introdução de imposições fiscais e impostos sobre as transações, alterações nas práticas de compensação e requisitos mais pormenorizados sobre a forma como as atividades são conduzidas. Os governos e as entidades reguladoras da Irlanda, da UE ou de qualquer outro país poderão intervir em áreas de risco já identificadas ou em novas áreas, o que poderá afetar negativamente o Banco.

As áreas atuais e previstas de especial atenção para os reguladores do Banco, em que as alterações regulamentares podem ter um efeito material nos negócios, na condição financeira, nos resultados das operações, nas perspetivas, na posição de capital e na reputação do Banco, incluem, sem caráter limitativo:

- a atenção crescente das entidades reguladoras, dos organismos internacionais, das organizações e dos sindicatos sobre a forma como as instituições conduzem as suas atividades, nomeadamente no que diz respeito à garantia de um funcionamento regular e transparente dos mercados financeiros mundiais;
- a aplicação de eventuais medidas de conduta em resultado da atenção dada pelas entidades reguladoras à cultura organizacional, ao comportamento dos trabalhadores e à denúncia de irregularidades;
- o desaparecimento de certas taxas de juro de referência e a transição para novas taxas de referência sem risco (conforme referido no ponto "vi) Impacto da reforma das taxas de juro de referência no Banco");
- revisões dos quadros regulamentares aplicáveis aos mercados financeiros por grosso, incluindo reformas e outras alterações às normas de conduta, à cotação, à titularização e aos requisitos relacionados com os derivados;
- a tónica global na adoção de tecnologias e na prestação de serviços digitais, baseada na proteção dos clientes, incluindo a utilização da inteligência artificial e dos ativos digitais (dados, identidade e divulgações), os riscos das tecnologias financeiras, os pagamentos e as infraestruturas conexas, a resiliência operacional, as moedas virtuais (incluindo as moedas digitais dos bancos centrais e as moedas estáveis a nível mundial) e a cibersegurança. Isto inclui também a introdução de normas regulamentares novas e/ou reforçadas nestes domínios;
- aumento das expectativas regulamentares das empresas em relação aos quadros de governação e de gestão de riscos, em especial no que se refere à gestão das alterações climáticas, da diversidade e da inclusão e de outros riscos ESG, e reforço das obrigações de divulgação e de informação ESG;
- a evolução contínua do quadro regulamentar do Reino Unido após a sua saída da UE, uma vez que, se os regimes regulamentares dos serviços financeiros da UE e do Reino Unido continuarem a divergir, a prestação de serviços bancários e de investimento transfronteiriços pelo Banco poderá tornar-se mais complexa;
- a implementação das reformas do pacote de Basileia III, que inclui alterações aos métodos RWA para o risco de crédito, o risco de mercado, o risco de contraparte, o risco operacional e os ajustamentos de avaliação do crédito, bem como a aplicação de limites mínimos RWA e o rácio de alavancagem;
- a aplicação de requisitos mais rigorosos em matéria de capital, liquidez e financiamento;
- a resposta regulamentar em curso à pandemia da COVID-19 e as suas implicações para os processos de gestão do risco de crédito e de constituição de provisões, a adequação dos fundos próprios e a liquidez dos bancos;
- a incorporação das alterações climáticas no quadro prudencial global, incluindo os riscos de transição resultantes da passagem para uma economia com baixas emissões de carbono e os seus efeitos financeiros;
- aumento das exigências de responsabilização pormenorizada da direção do Banco (por exemplo, as exigências previstas no quadro de responsabilização individual na Irlanda (incluindo o regime de responsabilização dos quadros superiores) e regimes semelhantes noutros países, que estejam em vigor ou em fase de estudo/implementação), bem como exigências relativas à remuneração dos quadros;
- alterações nos requisitos nacionais ou supranacionais relativos à capacidade de recurso a offshores ou de externalização da prestação de serviços e recursos ou de transferência de riscos materiais para empresas de serviços financeiros localizadas noutros países, que afetam a capacidade do Banco para implementar modelos operacionais globalmente consistentes e eficientes, em linha com o Grupo Barclays;
- normas em matéria de criminalidade financeira, fraude e abuso de mercado e expectativas crescentes em relação aos quadros de controlo correspondentes, a fim de garantir que as empresas se adaptam a novas ameaças, como as decorrentes da pandemia da COVID-19, e protegem os clientes da cibercriminalidade;

# Análise de risco

## Riscos materiais existentes e emergentes

- a aplicação e execução de sanções económicas, incluindo as que têm efeitos extraterritoriais e as que resultam de tensões geopolíticas;
- requisitos decorrentes de acordos para a estratégia de resolução do Grupo Barclays e das suas entidades operacionais individuais (incluindo o Banco) que podem ter efeitos diferentes em diferentes países;
- as crescentes expectativas e requisitos regulamentares relacionados com vários aspetos da resiliência operacional, incluindo uma maior atenção à resposta das instituições a perturbações operacionais;
- a atenção contínua da regulamentação à privacidade dos dados, incluindo a recolha e a utilização de dados pessoais e a proteção contra a perda e o acesso não autorizado ou indevido;
- o foco regulamentar nas políticas e procedimentos de identificação e gestão dos riscos de cibersegurança, na governação da cibersegurança e nas correspondentes obrigações de divulgação e informação; e
- a contínua atenção das entidades reguladoras à eficácia dos controlos internos e dos quadros de gestão de risco, tal como evidenciado pelas multas e outras medidas impostas ao Grupo Barclays e a outras instituições financeiras.

Para mais detalhes, consultar a secção de supervisão e regulamentação do Banco.

### vi) Impacto das reformas na taxa de juro de referência para o Banco

As autoridades reguladoras mundiais e os bancos centrais do Reino Unido, dos Estados Unidos e da União Europeia têm vindo a envidar esforços a nível internacional para reformar as principais taxas de juro e índices de referência, como a London Interbank Offered Rate (LIBOR) e o Euro Overnight Index Average (EONIA), utilizados para determinar os montantes a pagar no âmbito de uma vasta gama de transações, tornando-os mais fiáveis e sólidos. Estas reformas às referências resultaram em alterações significativas na metodologia e operação de certos índices e valores de referência, na adoção de taxas de referência alternativas "sem risco" ("RFR"), a descontinuação de certas taxas de referência (incluindo a LIBOR e o EONIA), e a implementação de legislação e regulamentos. Especificamente, certos prazos da LIBOR cessaram no final de 2021 ou tornaram-se permanentemente não representativos. Além disso, certos teores da LIBOR em dólares americanos deverão cessar até ao final de junho de 2023 e foram impostas restrições à nova utilização da LIBOR em dólares americanos. Apesar destes desenvolvimentos, dadas as consequências imprevisíveis da reforma às referências, qualquer um destes desenvolvimentos poderia ter um impacto adverso sobre os participantes no mercado, incluindo o Banco, relativamente a quaisquer instrumentos financeiros ligados a, ou referenciando, qualquer uma destas taxas de juro de referência.

Com a incerteza associada a essas possíveis alterações, incluindo a disponibilidade e/ou adequabilidade de RFR alternativas, a participação de clientes e de terceiros no processo de transição, desafios no que diz respeito às alterações necessárias à documentação, e impacto da legislação relacionada com certos contratos herdados que não podem converter-se em RFR ou acrescentar RFR de recurso antes da cessação da referência que utilizam, um vasto conjunto de transações pode ser negativamente afetado (incluindo quaisquer títulos, empréstimos e derivados que utilizam a LIBOR ou EONIA ou qualquer outra referência afetada para calcular os juros a pagar que estão incluídos nos ativos e passivos financeiros do Banco), transações essas que utilizam estas taxas e índices de referência, e apresentam uma série de riscos para o Banco, incluindo, sem carácter limitativo:

- Risco de conduta: ao tomar medidas para deixar de utilizar certas taxas de referência (como a LIBOR e a EONIA) e passar a utilizar novas alternativas, o Banco enfrenta riscos de conduta. Tal pode levar a reclamações de clientes, sanções regulamentares ou um impacto na reputação se for considerado que o Banco está (entre outros): (i) a levar a cabo atividades de mercado que são manipulativas ou criam uma impressão enganosa ou falsa; (ii) utilizar indevidamente informações sensíveis ou não identificar ou gerir ou mitigar adequadamente os conflitos de interesse; (iii) fornecer aos clientes aconselhamento inadequado, informação enganosa, produtos inadequados ou serviços inaceitáveis; (iv) não adotar uma abordagem coerente à remediação para clientes em circunstâncias semelhantes; (v) atrasar indevidamente as atividades de comunicação e migração em relação à exposição do cliente, impedindo que tenham o tempo suficiente para se prepararem; ou (vi) entrar em conluio ou partilhar informações com concorrentes indevidamente.
- Risco de litígio: o Banco pode enfrentar processos judiciais, investigações regulamentares e/ou outras ações ou procedimentos relacionados com (entre outros): (i) os riscos de conduta acima identificados, (ii) a interpretação e a aplicabilidade das disposições dos contratos e títulos baseados na taxa LIBOR, e (iii) a preparação e a prontidão do Banco para a substituição da LIBOR por taxas de referência alternativas.
- Risco financeiro: a avaliação de certos ativos e passivos financeiros do Banco pode alterar-se. Além disso, a transição para as RFR alternativas pode ter um impacto na capacidade do Banco de calcular e modelar os montantes a receber relativos a certos ativos financeiros e determinar os montantes a pagar sobre certos passivos financeiros (como títulos de dívida por eles emitidos) porque certas RFR alternativas (como a Swiss Average Rate Overnight e a taxa de curto prazo do euro) são taxas retrospectivas, enquanto que taxas a prazo (tais como a LIBOR e o EONIA) permitem aos mutuários calcular no início de cada período de juros o valor a pagar até ao final desse mesmo período. Esta situação pode ter um efeito adverso significativo nos fluxos de caixa do Banco.
- Risco de tarifação: a alteração das taxas e dos índices de referência existentes, a supressão de qualquer taxa ou índice de referência e a transição para taxas de referência alternativas podem ter impacto nos mecanismos de tarifação utilizados pelo Banco em certas transações.
- Risco operacional: as alterações às taxas e índices de referência, a descontinuação de quaisquer índices ou taxas de referência e a transição para as RFR alternativas podem exigir alterações nos sistemas informáticos do Banco, na infraestrutura de comunicação de transações, nos processos operacionais e nos controlos. Além disso, se qualquer taxa ou índice de referência (tais como a LIBOR ou o EONIA) já não se encontrar disponível para calcular os montantes a pagar, o Banco pode incorrer em despesas na alteração de documentação para transações novas ou existentes e/ou na formalização da transição da taxa ou índice de referência original para uma nova taxa ou índice de referência.

# Análise de risco

## Riscos materiais existentes e emergentes

- Risco contabilístico: a incapacidade de aplicar contabilidade de cobertura de acordo com a IAS 39 poderia levar a uma maior volatilidade nos resultados financeiros e no desempenho do Banco.

Qualquer um destes fatores pode ter um efeito adverso substancial nos negócios do Banco, bem como nos resultados das suas operações, condições financeiras e perspetivas.

Para mais detalhes sobre o impacto das reformas nas taxas de juro de referência no Banco, ver a Nota 41.

### vii) Riscos de execução e aplicação de alterações

O Banco terá de adaptar e/ou transformar a forma como conduz os seus negócios em resposta à alteração de comportamentos e necessidades dos clientes, à evolução tecnológica, às expectativas regulamentares, ao aumento da concorrência e às iniciativas de gestão de custos. Além disso, as alterações ao modelo de negócio do Banco podem também resultar da análise intersetorial em curso no BCE sobre a forma como os grupos bancários internacionais (como o Barclays) gerem as suas atividades na UE, incluindo através da análise documental intersetorial do BCE. Consequentemente, é necessária uma gestão eficaz dos projetos de transformação para cumprir as prioridades estratégicas do Banco de forma bem sucedida, envolvendo a realização de programas orientados para o exterior, bem como iniciativas empresariais chave para obter crescimento de receitas, melhoria de produtos e resultados de eficiência operacional. A magnitude, complexidade e, por vezes, exigências simultâneas dos projetos necessários para cumprir estas prioridades podem resultar num risco de execução acrescido.

A capacidade de executar a estratégia do Banco pode ser limitada pela capacidade operacional e pela crescente complexidade do ambiente regulamentar no qual o Banco opera. Adicionalmente, embora o Banco continue a prosseguir com iniciativas de gestão de custos, estas podem não ser tão eficazes como esperado e as metas de poupança de custos podem não ser atingidas.

O incapacidade na entrega ou na obtenção de quaisquer dos benefícios esperados destas iniciativas estratégicas e/ou a incapacidade de satisfazer as expectativas dos clientes e das partes interessadas pode ter um efeito adverso significativo nos negócios do Banco, resultados das operações, situação financeira, resultados dos clientes, perspetivas e reputação.

## Riscos materiais existentes e emergentes que afetam riscos principais individuais

### i) Risco climático

Os riscos associados às alterações climáticas estão sob atenção social, regulamentar e política cada vez maior, quer na UE, quer a nível internacional. Em conformidade com as expectativas e requisitos regulamentares, o Grupo Barclays integrou o risco climático no ERMF, para fazer face aos riscos financeiros e operacionais resultantes: (i) do risco físico das alterações climáticas; e (ii) do risco de transição para uma economia com baixas emissões de carbono. O risco climático é considerado um fator de risco financeiro e operacional.

Os riscos físicos das alterações climáticas resultam de vários fatores e estão relacionados com fenómenos meteorológicos específicos (agudos) e com alterações climáticas a mais longo prazo (crónicos). A natureza e o calendário dos fenómenos meteorológicos extremos são incertos, mas a sua frequência e a gravidade potencial do seu impacto económico estão a aumentar. O potencial impacto na economia inclui, sem caráter limitativo, um menor crescimento do PIB, maior desemprego, escassez de matérias-primas e produtos devido a perturbações na cadeia de abastecimento e alterações significativas nos preços dos ativos e na rentabilidade das indústrias. Os danos causados aos imóveis e às operações dos mutuários podem reduzir a capacidade de produção, aumentar os custos operacionais, prejudicar o valor dos ativos e a fiabilidade creditícia dos clientes, conduzindo a um aumento das taxas de incumprimento, delinquências, anulações e encargos de imparidade nas carteiras do Banco. Além disso, as instalações e a resiliência do Banco podem também sofrer danos físicos devido a acontecimentos meteorológicos, o que levaria a um aumento dos custos para o Banco.

À medida que a economia transita para uma economia com baixas emissões de carbono, as instituições financeiras, como o Banco, podem ser confrontadas com uma evolução rápida e significativa das expectativas das partes interessadas, das políticas, da legislação e da regulamentação, que poderá ter impacto nas atividades de financiamento do Banco, bem como nos riscos associados às suas carteiras de empréstimos e no valor dos ativos do Banco. A aplicação de novas políticas e regulamentos, a alteração do sentimento do mercado e das preferências da sociedade e o aparecimento de novas tecnologias podem resultar num aumento dos custos e numa redução da procura de produtos e serviços de uma empresa, na baixa antecipada e na depreciação de ativos, na diminuição das receitas e da rentabilidade dos clientes do Banco. Esta situação pode, por sua vez, afetar a fiabilidade creditícia dos clientes e a sua capacidade de pagar os empréstimos. Além disso, o Banco pode enfrentar um maior escrutínio do tipo de negócios que conduz, uma cobertura adversa dos meios de comunicação social e danos à reputação, o que pode, por sua vez, afetar a procura de produtos do Banco por parte dos clientes, os retornos de certas atividades comerciais e o valor de certos ativos e posições de negociação, resultando em encargos de imparidade.

Além disso, os impactos de riscos climáticos físicos e de transição podem levar a riscos relacionados de segunda ordem, que têm o potencial de afetar as carteiras retalhistas e grossistas do Banco. Os impactos das alterações climáticas podem aumentar as perdas desses setores sensíveis aos efeitos dos riscos físicos e de transição. Qualquer aumento subsequente nos incumprimentos e no desemprego pode gerar pressões recessivas, o que pode levar a uma deterioração mais abrangente na idoneidade creditícia dos clientes do Banco, PCE mais elevadas e um aumento de *charge-offs* e incumprimentos de clientes retalhistas. Consulte as páginas 47 e 48 para um resumo da natureza, fatores e impactos potenciais dos riscos físicos e de transição.

No primeiro trimestre de 2022, o risco climático tornou-se um dos principais riscos no âmbito do ERMF do Banco. A incapacidade de integrar adequadamente os riscos financeiros e operacionais associados às alterações climáticas no quadro de risco para medir, gerir e divulgar de forma adequada os vários riscos financeiros e operacionais que enfrenta em resultado das alterações climáticas, ou a incapacidade de adaptar atempadamente a estratégia e o modelo de negócio do Banco à evolução dos requisitos regulamentares e das expectativas do mercado, pode ter um impacto material e adverso no nível de crescimento do negócio, na competitividade, na rentabilidade, nos requisitos de capital, no custo de financiamento e na situação financeira do Banco.

Em março de 2020, o Grupo Barclays anunciou a sua ambição de se tornar um banco com zero emissões líquidas até 2050 e o seu compromisso de alinhar todas as suas atividades de financiamento com as metas e prazos do Acordo de Paris. Para atingir estas ambições e objetivos, ou quaisquer outras ambições ou objetivos relacionados com o clima com que o Grupo Barclays se possa comprometer no futuro, o Banco terá de continuar a incorporar considerações de ordem climática



# Análise de risco

## Riscos materiais existentes e emergentes

na sua estratégia, no seu modelo de negócio, nos produtos e serviços que oferece aos clientes e nos seus processos de gestão do risco financeiro e não financeiro (incluindo processos para medir e gerir os diversos riscos financeiros e não financeiros que o Banco enfrenta em resultado das alterações climáticas). O Banco também tem de garantir que a sua estratégia e o seu modelo de atividades se adaptam à evolução, por vezes contraditória, das normas nacionais e internacionais, das práticas industriais e científicas, dos requisitos regulamentares e das expectativas do mercado em matéria de alterações climáticas, que continuam em constante evolução e variam de região para região, por vezes de forma significativa. Não é possível garantir que essas normas, práticas, requisitos e expectativas não se alterem de forma a aumentar substancialmente o custo ou o esforço do Banco para atingir essas ambições e objetivos. Além disso, as ambições e objetivos do Grupo Barclays podem revelar-se mais difíceis de alcançar devido à alteração das circunstâncias e a fatores externos potencialmente voláteis que estão fora do nosso controlo, incluindo questões geopolíticas, segurança energética, pobreza energética e outras considerações, tais como a transição para uma economia de baixo carbono. Esta situação pode ser exacerbada se o Grupo Barclays ou o Banco optarem ou forem obrigados a acelerar as suas ambições ou objetivos relacionados com o clima, em resultado de desenvolvimentos regulamentares ou expectativas das partes interessadas.

A concretização das ambições e objetivos do Grupo Barclays em matéria de clima dependerá também de uma série de fatores fora do controlo do Banco, incluindo a previsão fiável de riscos a partir dos modelos climáticos físicos, a disponibilidade de dados e modelos para medir e avaliar o impacto climático dos clientes do Banco, os avanços das tecnologias de baixo carbono e as políticas públicas de apoio nos mercados onde o Banco opera. Se estes fatores externos e outras mudanças não ocorrerem, ou se não ocorrerem atempadamente, o Grupo Barclays poderá não conseguir atingir as suas ambições e metas relacionadas com o clima, o que poderá ter um efeito adverso substancial nos negócios, resultados de operações, situação financeira, perspetivas e reputação do Banco.

Para mais informações sobre a abordagem do Banco às alterações climáticas, consulte a secção relativa à gestão do risco climático.

### ii) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de perda para o Banco resultante da incapacidade por parte dos clientes ou contrapartes, incluindo os soberanos, em honrar integralmente as suas obrigações para com o Banco, incluindo o pagamento integral e atempado do capital, juros, garantias e outros valores a receber. O risco de crédito é influenciado por uma série de fatores que escapam ao controlo do Banco, incluindo as condições económicas gerais.

#### a) Imparidade

A imparidade é calculada em conformidade com os requisitos da IFRS 9, o que resulta no reconhecimento de provisões para perdas, com base nas perdas de crédito esperadas, numa base prospetiva, utilizando um vasto leque de métricas financeiras. A mensuração envolve um julgamento complexo e os encargos de imparidade são potencialmente voláteis e podem não prever com êxito as perdas de crédito efetivas, particularmente em condições de tensão. Qualquer falha do Banco em estimar com exatidão as perdas de crédito através das perdas de crédito esperadas poderá ter um efeito material adverso na atividade, resultados operacionais, situação financeira e perspetivas do Banco. Para mais pormenores, consultar a Nota 8.

#### b) Carteiras, setores e concentrações específicas

O Banco está sujeito a riscos decorrentes de alterações na qualidade do crédito e nas taxas de recuperação de empréstimos e adiantamentos devidos por mutuários e contrapartes em todas as carteiras. Qualquer deterioração da qualidade do crédito pode conduzir a uma menor capacidade de recuperação dos empréstimos e adiantamentos e a encargos de imparidade mais elevados. Assim, qualquer uma das seguintes áreas de incerteza poderá ter um impacto material adverso na carteira do Banco, o que poderá ter um impacto material no desempenho do Banco:

- **Acessibilidade dos consumidores:** continua a ser uma área-chave de atenção, particularmente nos empréstimos não garantidos, à medida que as pressões do "custo de vida" aumentam. Os fatores macroeconómicos, como o desemprego, o aumento das taxas de juro ou pressões inflacionistas mais amplas, que afetam a capacidade dos clientes para pagar as suas dívidas, podem levar a um aumento dos pagamentos em atraso, tanto nos produtos sem garantia como nos produtos com garantia. O Banco está exposto ao desempenho adverso do crédito de produtos não garantidos, particularmente na Alemanha, através da atividade do Barclays Consumer Bank Europe.
- **Hipoteca e exposição grossista italiana:** o Banco está exposto a um declínio do ambiente económico italiano através de uma carteira hipotecária em liquidação e de posições junto de clientes por grosso. Em 2022, o crescimento económico italiano foi gravemente afetado pelos elevados custos da energia, pela inflação e pelo aumento das taxas de juro, o que dificultou a gestão do elevado nível da dívida pública pelo novo governo. O incumprimento dos requisitos da UE por parte do Governo poderá pôr em risco novos pagamentos do fundo de recuperação pós-pandemia de 750 mM€ da UE, atrasando potencialmente a recuperação económica, o que, por sua vez, poderá ter um impacto negativo significativo nos resultados das operações do Banco, incluindo, entre outros, o aumento das perdas de crédito e dos encargos por imparidade.
- **Subscrição de alavancagem financeira:** o Banco assume riscos de subscrição que não são de grau de investimento, incluindo o risco de nome individual. O Banco está exposto a eventos de crédito e à volatilidade do mercado durante o período de subscrição, o que pode resultar em prejuízos para o Banco, ou no aumento dos requisitos de capital, caso seja necessário manter a exposição durante um período prolongado.
- **Viagens aéreas:** o setor esforçou-se por se preparar para a recuperação da procura de viagens aéreas de margem inferior (turística) evidenciada em 2022 (após a queda da procura durante a pandemia) e por se ajustar ao declínio estrutural das viagens de negócios de margem superior. Enquanto esta transição se processa, continua a existir um risco acrescido para os fluxos de receitas dos clientes do Banco e, conseqüentemente, para a sua capacidade de cumprir as obrigações de dívida. As preocupações crescentes com o impacto das viagens aéreas nas alterações climáticas também influenciarão o comportamento dos consumidores, representando riscos adicionais para o setor.

O Banco também está exposto a grandes riscos individuais face a contrapartes individuais (tais como corretores, câmaras de compensação centrais, distribuidores, bancos, fundos de investimento e outros clientes institucionais), tanto nas suas atividades de financiamento como de negociação, incluindo operações com produtos derivados. O incumprimento de uma dessas contrapartes pode provocar o contágio entre clientes envolvidos em atividades semelhantes e/ou ter um impacto negativo nos valores dos ativos, caso os valores de cobertura adicionais exijam a rápida alienação de ativos por essa contraparte para obter liquidez. Além disso, quando este risco de contraparte tiver sido atenuado através de garantia, o risco de crédito pode manter-se elevado se a garantia deficiente não puder ser contabilizada, ou tiver que ser liquidada a preços que são insuficientes para recuperar o montante total do empréstimo ou da exposição a instrumentos derivados. Esses incumprimentos podem ter um efeito substancial adverso nos resultados do Banco devido, por exemplo, ao aumento das perdas de crédito ou a encargos por imparidade mais elevados.

# Análise de risco

## Riscos materiais existentes e emergentes

Para mais detalhes sobre a abordagem do Banco ao risco de crédito, consultar as secções gestão do risco de crédito e desempenho do risco de crédito.

### iii) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de perda resultante de potenciais alterações adversas no valor dos ativos e passivos do Banco, derivadas da flutuação nas variáveis de mercado, incluindo, sem carácter limitativo, taxas de juro, taxas de câmbio, preços das ações, preços das mercadorias, spreads de crédito, volatilidades implícitas e correlações de ativos.

As incertezas económicas e dos mercados financeiros permanecem elevadas, impulsionadas por uma inflação elevada e por uma política monetária mais restritiva - ambas exacerbadas pela invasão russa da Ucrânia e pelas perturbações na cadeia de abastecimento causadas pela pandemia da COVID-19. Um ajustamento perturbador nos níveis de taxas de juro mais elevados e a deterioração das tensões comerciais e geopolíticas são alguns dos fatores que podem aumentar os riscos de mercado para as carteiras do Banco.

Adicionalmente, o negócio comercial do Banco é geralmente exposto a um período prolongado de elevada volatilidade do preço dos ativos, especialmente se afetar negativamente a liquidez de mercado. Tal cenário poderia ter um impacto na capacidade do Banco para executar transações de clientes e poderia também resultar numa diminuição dos rendimentos gerados pelos fluxos de clientes e/ou em perdas baseadas no mercado para a sua atual carteira de riscos de mercado. Estes podem incluir custos de cobertura mais elevados resultantes do reequilíbrio de riscos que têm de ser geridos dinamicamente à medida que os níveis de mercado e as volatilidades associadas mudam.

As alterações das condições de mercado podem ter um efeito adverso significativo na atividade, nos resultados de exploração, na situação financeira e nas perspetivas do Banco.

Para mais detalhes sobre a abordagem do Banco ao risco de mercado, consultar as secções de gestão do risco e desempenho do risco de mercado.

### iv) Risco de tesouraria e capital

Existem três principais tipos de risco de tesouraria e capital que o Banco enfrenta:

#### a) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de o Banco não conseguir cumprir as suas obrigações contratuais ou contingentes, ou de não dispor do montante, teor e composição adequados de financiamento e liquidez para suportar os seus ativos. Esta situação pode incapacitar o Banco de cumprir os requisitos regulamentares e/ou internos de liquidez, de efetuar os reembolsos de capital ou de juros na data de vencimento, ou de apoiar as suas atividades correntes. Os principais riscos de liquidez que o Banco enfrenta incluem:

- Estabilidade do perfil de captação de depósitos do Banco: os depósitos pagáveis à vista ou a curto prazo podem ser negativamente afetados se o Banco não conseguir preservar o atual nível de confiança dos clientes e dos investidores, ou em resultado da concorrência no setor bancário.
- Acesso contínuo ao financiamento grossista: o Banco acede regularmente aos mercados monetários e de capital para assegurar financiamento garantido e não garantido a curto e longo prazos para suportar as suas operações. Uma perda de confiança das contrapartes, ou condições de mercado adversas (tais como as recentes subidas das taxas de juro), podem conduzir a uma redução do prazo ou a um aumento dos custos dos financiamentos por grosso garantidos e não garantidos do Banco, ou afetar o acesso do Banco a esses financiamentos.
- Impactos da volatilidade do mercado: condições de mercado adversas, com uma maior volatilidade dos preços dos ativos, poderiam: (i) afetar negativamente a posição de liquidez do Banco através do aumento dos requisitos em matéria de margens de derivados e/ou de margens de avaliação mais alargadas aquando da monetização de títulos da reserva de liquidez; e (ii) dificultar a execução de operações de financiamento garantidas pelo Banco.
- Utilização de liquidez intradiária: maiores requisitos de garantias nos sistemas de pagamentos e de liquidação de títulos podem ter um impacto negativo na posição de liquidez do Banco, uma vez que não estão disponíveis os ativos líquidos e em numerário necessários intradiários para fazer face a outras saídas.
- Compromissos extrapatrimoniais concedidos: a deterioração das condições económicas e de mercado pode motivar os clientes a recorrer a compromissos extrapatrimoniais concedidos, como por exemplo facilidades de crédito renováveis, afetando negativamente a posição de liquidez do Banco.
- Alterações de notação de crédito e o impacto nos custos de financiamento: quaisquer reduções numa notação de crédito (especificamente, qualquer descida abaixo do grau de investimento) podem afetar o acesso do Banco aos mercados monetário ou de capitais e/ou as condições sob as quais o Banco é capaz de obter financiamento no mercado (por exemplo, isto pode levar a um aumento dos custos de financiamento e a spreads de crédito mais alargados, ao desencadeamento de garantias adicionais ou outros requisitos em contratos de derivados e outros acordos de financiamento com garantia, ou a limites ao conjunto de contrapartes que estejam dispostas a transacionar com o Banco).

Qualquer um destes fatores pode ter um efeito adverso substancial nos negócios do Banco, bem como nos resultados das suas operações, condições financeiras e perspetivas.

#### b) Risco de capital

Risco de capital é o risco de que o Banco tenha um nível ou composição insuficiente de capital para suportar as suas atividades normais de negócio e satisfazer os seus requisitos de capital regulamentar em ambientes operacionais normais ou em condições de esforço (tanto reais como definidas para fins de planeamento interno ou de testes regulamentares). Inclui ainda o risco dos planos de pensões com benefícios definidos do Banco. Os principais riscos de capital que o Banco enfrenta incluem:

- Incumprimento de requisitos prudenciais: Isto pode levar a que o Banco não consiga suportar algumas ou todas as suas atividades, seja incapaz de passar em testes de esforço regulamentar, a aumentos no custo de financiamento devido à deterioração da apetência dos investidores ou das notações de crédito, a restrições à distribuição, incluindo a capacidade de cumprir as metas de dividendos, e/ou à necessidade de tomar medidas adicionais para reforçar a posição de capital ou alavancagem do Banco.
- Variações adversas das taxas de câmbio com impacto nos rácios de capital: o Banco tem ativos ponderados pelo risco e exposições de alavancagem denominados em divisas. As variações nas taxas de câmbio de moedas estrangeiras podem afetar negativamente os valores equivalentes em euros desses itens. Como resultado:

# Análise de risco

## Riscos materiais existentes e emergentes

Os rácios de fundos próprios regulamentares do Banco são sensíveis às variações cambiais. A incapacidade de gerir adequadamente o balanço do Banco para registar os movimentos da moeda estrangeira pode resultar num impacto adverso nos rácios de capital regulamentar e de alavancagem do Banco.

- Movimentos adversos no fundo de pensões: movimentos adversos nos ativos e passivos de pensões para regimes de pensões de benefícios definidos podem resultar em défices numa provisão técnica e/ou na base contabilística IAS 19. Isto pode levar o Banco a realizar contribuições adicionais para os seus planos de pensões com benefícios definidos e/ou a uma deterioração na sua posição de capital. O valor de mercado dos ativos dos fundos de pensões pode diminuir; ou os rendimentos do investimento podem reduzir-se. A taxa de desconto de passivos, ao abrigo da IAS 19, é derivada dos rendimentos de obrigações de empresas de alta qualidade. Assim, a avaliação dos regimes de pensões com benefícios definidos do Banco seria adversamente afetada por uma queda prolongada na taxa de desconto devido a um ambiente de taxas de juro e/ou *spread* de crédito consistentemente baixos. A inflação é outro impulsionador de risco significativo para o fundo de pensões, uma vez que os passivos são negativamente afetados por um aumento da expectativa de inflação a longo prazo.

### c) Risco da taxa de juro na carteira bancária

Risco de taxa de juro na carteira bancária é o risco de o Banco estar exposto a uma volatilidade de capital ou dos rendimentos devido a um desfasamento entre as exposições da taxa de juro dos seus ativos e passivos (não transacionados). Os programas de cobertura do Banco para o risco de taxa de juro na carteira de operações bancárias baseiam-se em premissas comportamentais e, como tal, a eficácia da estratégia de cobertura não pode ser garantida. Um potencial desfasamento no saldo ou na duração dos pressupostos de cobertura pode levar à deterioração dos resultados se houver movimentos de taxas de juro que não sejam adequadamente cobertos. Um declínio nas taxas de juro no euro e outras moedas do G3 podem também comprimir a margem financeira líquida nos passivos da carteira bancária. Além disso, a reserva de ativos líquidos do Banco está exposta a uma redução do rendimento devido a movimentos adversos nas taxas de mercado, que podem ter um efeito adverso significativo na posição de capital do Banco.

Para mais detalhes sobre a abordagem do Banco ao risco de tesouraria e capital, consultar as secções de gestão de risco de capital e desempenho do risco de tesouraria e capital.

### v) Risco operacional

O risco operacional é o risco de perda para o Banco resultante de processos ou sistemas inadequados ou deficientes, fatores humanos ou devido a eventos externos onde a causa principal não se deve a riscos de crédito ou de mercado. Exemplos incluem:

#### a) Resiliência operacional

O Banco atua num mercado altamente competitivo, com clientes e consumidores que esperam processos de negócio consistentes e fluidos. A perda ou interrupção do processamento de negócios é um risco inerente material dentro do Banco e em todo o setor de serviços financeiros, quer decorrente de falhas nos sistemas tecnológicos do Banco ou da disponibilidade de pessoal ou serviços fornecidos pelos parceiros de *outsourcing* do Banco dentro do Grupo Barclays e por terceiros. A incapacidade de criar condições de resiliência e de recuperação nos processos de negócio ou nos serviços dos quais os processos de negócio do Banco dependem, pode resultar em prejuízos significativos para o cliente, custos com reembolsos a prejuízos incorridos pelos clientes do Banco, e danos à reputação.

#### b) Ataques cibernéticos

Os ataques cibernéticos continuam a ser uma ameaça global inerente a todos os setores, com o número e severidade dos ataques em constante subida. O setor financeiro continua a ser um alvo principal para os cibercriminosos, Estados-nação hostis, oportunistas e "hacktivistas". O Banco, tal como outras instituições financeiras, sofre inúmeras tentativas de comprometer as suas proteções de cibersegurança.

O Banco dedica recursos significativos à redução dos riscos de segurança cibernética, mas não pode fornecer segurança absoluta contra ataques cibernéticos. Os agentes nocivos são cada vez mais sofisticados nos seus métodos, táticas, técnicas e procedimentos, procurando roubar dinheiro, obter acesso não autorizado, destruir ou manipular dados e perturbar as operações, e alguns dos seus ataques podem não ser reconhecidos ou descobertos até serem lançados ou após a entrada inicial no ambiente, como os ataques novos ou de dia zero que são lançados antes de estarem disponíveis correções e de as defesas poderem ser preparadas. Os agentes nocivos estão também a desenvolver cada vez mais métodos para evitar as capacidades de prevenção, deteção e alerta, incluindo o emprego de táticas anticientíficas que dificultam as atividades de resposta. Os ciberataques podem ter origem numa grande variedade de fontes e visar o Banco de diversas formas, incluindo ataques a redes, sistemas, aplicações ou dispositivos utilizados pelo Banco ou por terceiros, tais como prestadores de serviços e outros fornecedores, contrapartes, colaboradores, contratantes, clientes ou consumidores, o que coloca o Banco perante um vasto e complexo perímetro de defesa. Além disso, o Banco não tem um controlo direto sobre a cibersegurança dos sistemas dos seus clientes, contrapartes e terceiros prestadores de serviços e fornecedores, o que limita a capacidade do Banco de se proteger e defender eficazmente contra determinadas ameaças. Alguns dos prestadores de serviços e fornecedores terceiros do Banco sofreram tentativas bem sucedidas de comprometer a sua segurança cibernética. Estes ataques incluíram ataques de *ransomware* que perturbaram as operações dos prestadores de serviços ou fornecedores e, em alguns casos, tiveram um impacto nas operações do Banco. É provável que tais ataques cibernéticos continuem.

Uma falha na adesão do Banco às suas políticas, procedimentos ou controlos de cibersegurança, a má conduta dos funcionários e erros humanos, de governação ou tecnológicos podem também comprometer a capacidade do Banco para prevenir e defender-se com êxito contra ciberataques. Além disso, certas tecnologias herdadas em fim de vida ou a atingir o fim de vida podem não ser capazes de manter níveis de segurança aceitáveis. O Banco já sofreu incidentes de segurança cibernética e casos de quase acidente no passado, e é inevitável que ocorram incidentes adicionais no futuro. Prevê-se que os riscos de cibersegurança aumentem, devido a fatores como a procura crescente em todo o setor e as expectativas dos clientes quanto à expansão contínua dos serviços prestados através da Internet; a dependência crescente de produtos, aplicações e armazenamento de dados baseados na Internet; e as alterações nas formas de trabalho dos funcionários do Banco, dos contratantes e dos prestadores de serviços e fornecedores terceiros e respetivos subcontratantes, como consequência a longo prazo da pandemia da COVID-19. Os agentes nocivos tiraram partido das práticas de trabalho à distância e modificaram os comportamentos dos clientes, explorando a situação de formas inovadoras que podem escapar às defesas. Adicionalmente, a turbulência geopolítica pode servir para aumentar o risco de um ciberataque que poderia afetar o Barclays direta ou indiretamente através dos seus fornecedores críticos ou infraestruturas nacionais. Em 2022, o Banco enfrentou um risco acrescido de ciberataques na sequência da invasão russa da Ucrânia.

# Análise de risco

## Riscos materiais existentes e emergentes

Os tipos mais comuns de ciberataques incluem a implantação de malware para obter acesso dissimulado a sistemas e dados; ataques de ransomware que tornam os sistemas e os dados indisponíveis através de cifragem e tentativas de aproveitar a interrupção da atividade ou os dados roubados para extorsão; explorações novas ou de dia zero; ataques de negação de serviço e de negação de serviço distribuído (DDoS); infiltração através do comprometimento do correio eletrónico empresarial; engenharia social, incluindo *phishing*, *vishing* e *smishing*; ataques automatizados com recurso a *botnets*; tomada de controlo de contas de clientes, vendedores, prestadores de serviços e fornecedores terceiros; atividade maliciosa facilitada por um informador interno; e ataques de validação ou preenchimento de credenciais utilizando pares de nome de utilizador e palavra-passe provenientes de violações não relacionadas. Um ataque cibernético bem sucedido de qualquer tipo tem o potencial de causar danos graves ao Banco ou aos seus clientes, incluindo a exposição a potenciais responsabilidades contratuais, litígios, ações regulamentares ou outras ações governamentais, perda de clientes existentes ou potenciais clientes, danos à marca e reputação do Banco, e outras perdas financeiras. O impacto de um ataque cibernético bem sucedido também poderá incluir consequências operacionais (como indisponibilidade de serviços, redes, sistemas, dispositivos ou dados) cuja reparação poderá ter custos significativos.

Os reguladores de todo o mundo continuam a reconhecer a segurança cibernética como um risco sistémico crescente para o sector financeiro e têm salientado a necessidade de as instituições financeiras melhorarem a sua monitorização e controlo, bem como a sua resistência aos ataques cibernéticos. Um ciberataque bem sucedido pode, portanto, resultar em muitas regulamentares significativas para o Banco. Além disso, quaisquer novas medidas regulamentares introduzidas para atenuar estes riscos são suscetíveis de resultar num aumento dos custos tecnológicos e de conformidade para o Banco.

Para mais detalhes sobre a abordagem do Banco a ataques cibernéticos, consultar a secção de desempenho de risco operacional. Para mais informações sobre a regulamentação em matéria de cibersegurança aplicável ao Banco, consultar a secção "Supervisão e Regulamentação".

### c) Tecnologia nova e emergente

A tecnologia é fundamental para os negócios do Banco e para o setor dos serviços financeiros. Os avanços tecnológicos apresentam oportunidades para o desenvolvimento de soluções novas e inovadoras de fazer negócio em todo o Banco, com novas soluções a serem desenvolvidas tanto internamente como em associação com empresas terceiras. Por exemplo, os serviços de pagamento e de títulos, futuros e transações de opções estão a ocorrer cada vez mais eletronicamente, tanto nos próprios sistemas do Banco, como através de outros sistemas alternativos, e a tornar-se automatizados. Embora a utilização crescente de sistemas eletrónicos de pagamento e de negociação e o acesso eletrónico direto aos mercados de negociação possam reduzir significativamente a base de custos do Banco, podem, em contrapartida, reduzir as comissões, taxas e margens obtidas pelo Banco nestas transações, o que poderá ter um efeito adverso significativo na atividade, resultados operacionais, situação financeira e perspectivas do Banco.

No entanto, a introdução de novas formas de tecnologia tem o potencial de aumentar o risco inerente. A incapacidade de avaliar, gerir ativamente e monitorizar de perto a exposição ao risco durante todas as fases de desenvolvimento do negócio poderia introduzir novas vulnerabilidades e falhas de segurança e ter um efeito adverso significativo nos negócios, resultados de operações, situação financeira e perspectivas do Banco.

### d) Fraude externa

A natureza da fraude é abrangente e continua a evoluir, uma vez que os criminosos procuram continuamente oportunidades para visar as atividades comerciais do Banco e explorar mudanças no comportamento dos clientes e na utilização de produtos e canais (como o aumento da utilização de produtos digitais e serviços online melhorados) ou explorar novos produtos. Os ataques de fraude podem ser muito elaborados e são frequentemente orquestrados por grupos de crime organizado que utilizam várias técnicas para visar diretamente os clientes, a fim de obter informações confidenciais ou pessoais que possam ser utilizadas para cometer fraudes. O impacto da fraude pode resultar em prejuízos para os clientes, perdas financeiras (incluindo o reembolso de prejuízos incorridos pelos clientes), perda de negócio, oportunidades de negócio perdida e danos à reputação. Todos estes fatores podem ter um impacto adverso significativo nos negócios, resultados de operações, situação financeira e perspectivas do Banco.

### e) Gestão de dados e proteção da informação

O Banco detém e processa grandes volumes de dados, incluindo informações pessoais, dados financeiros e outras informações confidenciais, e as atividades do Banco estão sujeitas a leis e regulamentos complexos e em constante evolução que regem a privacidade e a proteção de dados, incluindo o Regulamento (UE) 2016/679 (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, tal como se aplica na UE e no Reino Unido). Estes dados podem estar relacionados com: (i) os clientes do Banco, potenciais clientes e seus colaboradores; (ii) os clientes dos clientes do Banco e seus colaboradores; (iii) os fornecedores, contrapartes e outras partes externas do Banco e seus colaboradores; e (iv) os colaboradores e potenciais colaboradores do Banco.

A natureza dos negócios do Banco e da sua infraestrutura informática também implica que os dados e informações pessoais possam estar disponíveis em países que não aqueles de onde são originárias. Por conseguinte, o Banco deve garantir que a sua recolha, utilização, transferência e armazenamento de dados, incluindo informações pessoais, cumprem todas as leis e regulamentos aplicáveis em todas as jurisdições relevantes, o que pode: (i) aumentar os custos operacionais e de cumprimento normativo do Banco; (ii) ter impacto no desenvolvimento de novos produtos ou serviços, afetar a oferta de produtos ou serviços existentes; (iii) afetar a forma como os produtos e serviços são oferecidos aos clientes; (iv) exigir uma supervisão significativa por parte da direção do Banco; e (v) exigir que o Banco reveja alguns elementos da estrutura dos seus negócios, operações e sistemas de forma menos eficiente.

As preocupações relativas à eficácia das medidas do Banco em salvaguardar os dados, incluindo informações pessoais, ou mesmo a percepção de que essas medidas são inadequadas, poderiam expor o Banco ao risco de perda ou indisponibilidade de dados ou problemas de integridade dos dados e/ou causar a perda de clientes existentes ou potenciais, e assim reduzir as suas receitas. Além disso, qualquer incumprimento ou percepção de incumprimento pelo Banco das leis e regulamentos aplicáveis em matéria de privacidade ou proteção de dados pode sujeitá-lo a potenciais responsabilidades contratuais, litígios, ações regulamentares ou outras ações governamentais (incluindo muitas regulamentares significativas) e exigir alterações a determinadas operações ou práticas que poderiam também inibir o desenvolvimento ou a comercialização de determinados produtos ou serviços do Banco, ou aumentar os custos da sua oferta aos clientes. Qualquer um destes eventos poderia prejudicar a reputação do Banco, sujeitar o Banco a multas significativas ou outras sanções pecuniárias, tornar o Banco responsável pelo pagamento de danos compensatórios, ocupar o tempo e a atenção da gestão, levar a uma supervisão regulamentar reforçada e, de outra forma, afetar significativamente os seus negócios, resultados de operações, situação financeira e perspectivas.

Para mais informações sobre a regulamentação em matéria de proteção de dados aplicável ao Banco, consulte a secção "Supervisão e Regulamentação".



# Análise de risco

## Riscos materiais existentes e emergentes

### f) Negociação algorítmica

Em algumas áreas do negócio da banca de investimento, são utilizados algoritmos de negociação para definir o preço e gerir o risco para os clientes e as transações principais. Um erro de algoritmo pode resultar em transações incorretas ou duplicadas, uma falha de energia no sistema, ou afetar a capacidade de definição de preços do Banco, os quais podem ter um efeito adverso substancial nos negócios do Banco, assim como nos seus resultados de operações, condições financeiras e perspectivas e reputação.

### g) Erros de processamento

Os negócios do Banco dependem fortemente da sua capacidade de processar e monitorizar, diariamente, um número muito grande de transações, muitas das quais altamente complexas e que ocorrem em volumes e frequências elevados, em inúmeros e diversificados mercados em várias moedas. Os negócios do Banco dependem fortemente da sua capacidade de processar e monitorizar, diariamente, um número muito grande de transações, muitas das quais altamente complexas e que ocorrem em volumes e frequências elevados, em inúmeros e diversificados mercados em várias moedas. À medida que a base de clientes e o alcance geográfico do Banco se expandem e o volume, a velocidade, a frequência e a complexidade das transações, especialmente as transações eletrónicas (bem como os requisitos de comunicação de tais transações em tempo real aos clientes, reguladores e bolsas) aumentam, o desenvolvimento, manutenção e atualização dos sistemas e infraestruturas operacionais torna-se mais desafiante, e o risco de sistemas ou erros humanos relacionados com tais transações aumenta, bem como as potenciais consequências de tais erros devido à velocidade e volume das transações envolvidas e à potencial dificuldade associada à descoberta de erros com celeridade suficiente para limitar as consequências resultantes. Além disso, eventos que estão total ou parcialmente fora do controlo do Banco, como um pico no volume de transações, podem afetar negativamente a capacidade do Banco de processar transações ou fornecer serviços bancários e de pagamentos.

Os erros de processamento podem resultar, entre outros: (i) na não prestação atempada de informações, serviços e liquidez a clientes e contrapartes; (ii) na não liquidação e/ou confirmação de transações; (iii) na execução incorreta, ilegal ou com consequências involuntárias de transferências de fundos, transações no mercado de capitais e/ou outras transações; e (iv) no prejuízo dos mercados financeiros, comerciais ou cambiais. Qualquer um destes acontecimentos poderia prejudicar significativamente os clientes e contrapartes do Banco (incluindo aqueles que sofrem perdas financeiras) e/ou resultar numa perda de confiança no Banco que, por sua vez, poderia ter um efeito adverso significativo nos negócios, resultados de operações, situação financeira e perspectivas do Banco.

### h) Exposição aos fornecedores

O Banco depende de fornecedores para a prestação de muitos dos seus serviços e para o desenvolvimento de tecnologia. Embora o Banco dependa de fornecedores, continua a ser totalmente responsável perante os seus clientes pelos riscos decorrentes das ações dos fornecedores e pode não conseguir recuperar dos seus fornecedores quaisquer montantes pagos aos clientes por perdas sofridas por estes. A dependência de fornecedores e a subcontratação de serviços terceirizados introduz um risco de concentração em que o incumprimento por parte de fornecedores específicos poderá ter um impacto na capacidade do Banco para continuar a fornecer serviços essenciais aos seus clientes. A incapacidade em gerir o risco de fornecedores adequadamente pode ter um efeito substancial adverso nos negócios, resultados das operações, condições financeiras e perspectivas do Banco.

### i) Estimativas e apreciações relacionados com políticas contabilísticas críticas e divulgações regulamentares

A preparação das demonstrações financeiras requer a aplicação de políticas e apreciações contabilísticas de acordo com as IFRS. As declarações regulamentares e as divulgações de capital são preparadas de acordo com os requisitos relevantes de informação de capital e exigem também que sejam feitos pressupostos e estimativas. As principais áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que os pressupostos são significativos para as demonstrações financeiras, incluem as provisões de imparidade de crédito, o justo valor dos instrumentos financeiros e os impostos (consulte as notas às demonstrações financeiras auditadas para mais pormenores). Existe o risco de que, se o julgamento exercido, ou as estimativas ou pressupostos utilizados, se revelarem posteriormente incorretos, tal possa resultar em perdas significativas para o Banco, para além do que foi antecipado ou previsto. Um maior desenvolvimento das normas contabilísticas e interpretações de capital poderia também ter um impacto significativo nos resultados de operações, situação financeira e perspectivas do Banco.

### j) Risco fiscal

O Banco é obrigado a cumprir as leis e práticas tributárias nacionais e internacionais de todos os países em que opera. Existe o risco de o Banco sofrer perdas decorrentes de encargos fiscais adicionais, de outros custos financeiros ou de danos para a sua reputação, por não cumprir essas leis e práticas (incluindo nos casos em que a interpretação que o Banco faz dessas leis difere da interpretação das autoridades fiscais), ou por não gerir os seus assuntos fiscais de forma adequada, sendo grande parte deste risco imputável à estrutura paneuropeia do Banco. Além disso, a introdução de novos regimes fiscais internacionais, bem como a crescente concentração das autoridades fiscais nos requisitos de informação e divulgação e a digitalização da administração fiscal na Europa, poderão aumentar ainda mais as obrigações de cumprimento fiscal do Banco. Por exemplo, o Quadro Inclusivo sobre a Erosão da Base Tributária e a Transferência de Lucros da OCDE e do G20s anunciou planos para introduzir um imposto mínimo global a partir de 2023, o qual, se for implementado pela Comissão Europeia, poderá aumentar as obrigações de cumprimento fiscal do Banco. Quaisquer alterações a sistemas e processos associadas ao cumprimento destas obrigações introduzem riscos operacionais adicionais.

### k) Capacidade de contratar e reter colaboradores devidamente qualificados

Enquanto instituição financeira regulada, o Banco requer colaboradores diversificados, qualificados e especializados. A capacidade do Banco para atrair, reter e desenvolver um misto diversificado de talentos é fundamental para a execução da sua atividade e estratégia de negócios principal. Esta situação é influenciada por uma série de fatores externos e internos, tais como fatores macroeconómicos, a política laboral e de imigração nas jurisdições em que o Banco opera, reduções de efetivos em setores específicos, limites regulamentares à remuneração dos quadros superiores e os potenciais efeitos sobre o empenho e o bem-estar dos colaboradores decorrentes de períodos prolongados de trabalho à distância. A incapacidade de atrair ou impedir a saída de colaboradores devidamente qualificados e competentes pode ter um efeito adverso substancial nos negócios do Banco, assim como nos seus resultados de operações, situação financeira e perspectivas. Adicionalmente, isto pode resultar em perturbações no serviço que, por sua vez, podem levar a prejuízos para o cliente e danos para a reputação.

Para mais detalhes sobre a abordagem do Banco ao risco operacional, consulte as secções de gestão do risco operacional e desempenho do risco operacional.

### vi) Risco de modelo

Risco do modelo é o risco das possíveis consequências adversas de decisões baseadas em resultados e relatórios de modelos incorretos ou mal utilizados. O Banco recorre a modelos para apoiar um vasto leque de atividades comerciais e de gestão do risco, incluindo a informação sobre decisões comerciais e

# Análise de risco

## Riscos materiais existentes e emergentes

estratégias, medição e limitação do risco, avaliação das exposições (incluindo o cálculo da imparidade), realização de testes de esforço, cálculo dos ativos ponderados pelo risco e avaliação da adequação dos fundos próprios, apoio à aceitação de novas atividades, avaliação do risco e da remuneração, gestão dos ativos dos clientes e cumprimento dos requisitos de informação.

Os modelos são, por natureza, representações imperfeitas da realidade, padecendo de um certo nível de incerteza por se basearem em pressupostos e dados e, portanto, estão também sujeitos a uma incerteza intrínseca, erros e utilização inadequada que afetam a precisão dos seus resultados. Esta situação pode ser exacerbada quando se trata de cenários sem precedentes, como foi o caso durante a pandemia da COVID-19, devido à falta de pontos de referência e dados históricos fiáveis. Por exemplo, a qualidade dos dados utilizados em modelos em todo o Banco tem um impacto substancial na exatidão e integralidade das suas métricas financeiras e de risco. A incerteza, erros ou a utilização inadequada do modelo podem levar o Banco a tomar (entre outros) decisões comerciais inadequadas e/ou a imprecisões e erros na gestão de risco do Banco e dos seus processos de informação regulamentares. Isto pode resultar em perdas financeiras significativas, na imposição de requisitos de capital adicionais, numa supervisão regulamentar mais apertada e em danos à reputação. Todos estes teriam um efeito adverso significativo nos negócios do Banco, assim como nos seus resultados de operações, situação financeira e perspetivas.

Para mais detalhes sobre a abordagem do Banco ao risco de modelo, consultar as secções de gestão de risco de modelo e desempenho do risco de modelo.

### vii) Risco de conduta

Risco de conduta é o risco de resultados negativos ou danos para clientes ou mercados, decorrentes do fornecimento dos produtos e serviços do Banco. Este risco pode manifestar-se de várias formas, incluindo:

#### a) Conduta de mercado

Os negócios do Banco estão expostos ao risco de um potencial incumprimento das suas políticas e normas, e casos de conduta indevida, seja voluntária ou negligente, por parte dos seus colaboradores, os quais podem resultar em potencial prejuízo para o cliente, em medidas de execução (incluindo multas e/ou sanções regulamentares), no aumento dos custos de operação e cumprimento normativo, danos de reparação ou à reputação que, por sua vez, poderiam ter um efeito adverso significativo nos negócios, resultados de operações, situação financeira e perspetivas do Banco. Os exemplos de conduta negligente por parte dos colaboradores que podem ter um efeito adverso significativo nos negócios do Banco incluem: (i) vender ou comercializar indevidamente os produtos e serviços do Banco; (ii) praticar abuso de informação privilegiada, manipulação de mercado ou negociação não autorizada; ou (iii) apropriar-se indevidamente de informações confidenciais ou exclusivas do Banco, dos seus clientes ou de terceiros. Estes riscos podem ser exacerbados em circunstâncias em que o Banco não possa contar com o controlo e a supervisão física dos colaboradores, tendo em conta a passagem de muitos colegas para um modelo de trabalho híbrido.

#### b) Proteção do cliente

O Banco deve garantir que os seus clientes, especialmente os clientes vulneráveis, conseguem tomar decisões bem informadas relativamente à melhor forma de utilizar os serviços financeiros do Banco, bem como compreender que estão devidamente protegidos caso algo corra mal. Os maus resultados para os clientes podem resultar da sua incapacidade de: (i) comunicar de forma justa e clara com os clientes; (ii) prestar serviços de forma atempada e justa; (iii) processar e proteger dados de clientes de forma adequada; e (iv) empreender atividades adequadas para lidar com os prejuízos dos clientes, incluindo o cumprimento dos requisitos regulamentares e legais sobre o tratamento de reclamações. Consequentemente, o Banco corre o risco de perdas financeiras e danos à reputação.

#### c) Conceção do produto e risco de revisão

Os produtos e serviços devem satisfazer as necessidades dos clientes, dos mercados e do Banco durante todo o seu ciclo de vida. No entanto, existe o risco de que a conceção e a revisão dos produtos e serviços do Banco não considerem e não tratem de forma razoável os resultados negativos potenciais ou reais para os clientes, o que pode resultar em prejuízos para os clientes, ações de execução (incluindo multas e/ou sanções regulamentares), compensações e danos para a reputação. Tanto a conceção como a revisão dos produtos e serviços são uma área de foco para os reguladores e para o Banco.

#### d) Crime financeiro

O Banco pode ser adversamente afetado se não mitigar eficazmente o risco de que os seus colaboradores ou terceiros facilitem - ou de que os seus produtos e serviços sejam utilizados para facilitar - o crime financeiro (branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo, violações de sanções económicas e financeiras, suborno e corrupção e facilitação de evasão fiscal). A regulamentação da UE relativa a instituições financeiras continua a focar-se no combate ao crime financeiro. O incumprimento pode levar a ações de execução por parte dos reguladores do Banco, incluindo penalizações severas, que podem ter um efeito material adverso na atividade, situação financeira, perspetivas e reputação do Banco.

#### e) Conflitos de Interesse

A identificação e gestão de Conflitos de Interesse é fundamental para a condução da atividade do Banco, para as relações com os clientes e para os mercados em que o Banco opera. A compreensão dos conflitos de interesses que afetam ou podem afetar o Banco permite abordá-los de forma adequada. Mesmo que não haja provas de ações impróprias, um Conflito de Interesse pode criar uma aparência de impropriedade que mina a confiança no Banco e nos seus colaboradores. Se o Banco não identificar e gerir adequadamente os Conflitos de Interesse (empresariais ou pessoais), tal poderá ter um efeito adverso na sua atividade, nos seus clientes e nos mercados em que opera.

#### f) Foco regulamentar na cultura e na responsabilidade

Os reguladores em todo o mundo continuam a enfatizar a importância da cultura e da responsabilidade pessoal, bem como a adoção e aplicação de procedimentos de comunicação interna e de denúncia de comportamentos, de modo a ajudar a garantir uma conduta apropriada e a promover resultados positivos para os clientes e colaboradores e para a integridade dos mercados. Os requisitos e expectativas do Regime de Adequação e Probidade do BCE e do CBI aumentaram a responsabilização para indivíduos em todo o Banco, com maior foco na governação e no rigor, com requisitos semelhantes também introduzidos noutras jurisdições a nível mundial. A introdução do Quadro de Responsabilização Individual do CBI deverá aumentar ainda mais a responsabilização individual. O incumprimento destes requisitos e expectativas pode levar a sanções regulamentares, quer para os indivíduos quer para o Banco.

Para mais detalhes sobre a abordagem do Banco à conduta de risco, consultar as secções de gestão de risco de conduta e desempenho do risco de conduta.

# Análise de risco

## Riscos materiais existentes e emergentes

### viii) Risco de reputação

O risco de reputação é o risco de que uma ação, transação, investimento, evento, decisão ou relação comercial reduza a confiança na integridade e/ou competência do Banco.

Qualquer lapso substancial nos padrões de integridade, cumprimento normativo, apoio ao cliente ou eficiência operacional pode representar um potencial risco de reputação. As expectativas das partes interessadas evoluem constantemente. Consequentemente, o risco de reputação é dinâmico e varia conforme as regiões geográficas, grupos ou indivíduos. Um risco que surge numa área de negócio pode ter um efeito adverso na reputação geral do Banco, e qualquer transação, investimento ou evento (na percepção de partes interessadas essenciais) pode reduzir a confiança na integridade e competência do Banco. A associação do Banco a tópicos e setores sensíveis foi, e em alguns casos continua a ser, uma área de preocupação para as partes interessadas, incluindo: (i) o financiamento e investimento em negócios que operam em setores que são sensíveis devido à sua intensidade carbônica ou impacto ambiental local; (ii) a potencial associação a violações de direitos humanos (incluindo o combate à escravidão moderna) nas operações do Banco ou na sua cadeia de fornecimento e pelos clientes; e (iii) o financiamento de negócios que fabricam e exportam bens e serviços militares e de controlo de motins.

O risco de reputação pode também advir da opinião pública negativa sobre o modo atual (ou a percepção do mesmo) de como o Banco (incluindo colaboradores, clientes e outras associações) leva a cabo as suas atividades comerciais, ou sobre o desempenho financeiro do Banco, assim como a percepção e as práticas reais da indústria de serviços bancários financeiros de um modo geral. Tecnologias modernas, especialmente canais de redes sociais e outras ferramentas de transmissão que facilitam a comunicação com audiências alargadas em curtos espaços de tempo e com baixos custos, podem melhorar e acelerar substancialmente a distribuição e efeito de informações e alegações prejudiciais. A opinião pública negativa pode afetar adversamente a capacidade do Banco em reter e atrair clientes, sobretudo clientes empresariais e de depósitos de retalho, e de reter e motivar os colaboradores. Pode ainda ter um efeito adverso substancial nos negócios do Banco, assim como nos seus resultados de operações, condições financeiras e perspetivas.

Além do supracitado, o risco de reputação pode resultar de questões operacionais ou de conduta que prejudicam os clientes, a integridade do mercado, a concorrência efetiva ou o Banco (consultar "iv) Risco operacional" acima).

Para mais detalhes sobre a abordagem do Banco ao risco de reputação, consultar as secções de gestão de risco de reputação e desempenho do risco de reputação.

### ix) Riscos jurídicos e questões jurídicas, regulamentares e de concorrência

O Banco leva a cabo atividades num mercado altamente regulado, que o expõe - e aos seus colaboradores, a um risco jurídico decorrente de: (i) a multiplicidade de leis e regulamentos que se aplicam às atividades que desenvolve, que são altamente dinâmicas e podem não ser claras na sua aplicação a circunstâncias particulares, especialmente em áreas novas e emergentes; e (ii) a natureza diversificada e evolutiva das atividades e práticas comerciais do Banco. Em todos os casos, o Banco e os seus colaboradores estão expostos ao risco de perdas ou à imposição de sanções, indemnizações ou multas decorrentes do incumprimento das suas obrigações, incluindo as legais, regulamentares ou contratuais. O risco jurídico pode surgir em relação a qualquer um dos riscos materiais existentes e emergentes identificados acima.

Uma violação das leis e/ou regulamentos aplicáveis por parte do Banco ou dos seus funcionários pode resultar em processos criminais, censura regulamentar, multas potencialmente severas e outras sanções. Em casos nos quais os clientes ou outros terceiros sejam prejudicados pela conduta do Banco, também poderá dar origem a processos judiciais civis, incluindo ações coletivas. Podem também surgir outras disputas legais entre o Banco e terceiros relacionadas com questões como violações ou execução de direitos ou obrigações legais decorrentes de contratos legais, estatutos ou direito comum. A conclusão negativa de qualquer uma destas questões pode levar a que o Banco seja responsável perante terceiros, ou pode levar a que os direitos do Banco não sejam exercidos ou não sejam exercidos da forma pretendida ou desejada pelo Banco.

Não existem questões jurídicas, regulamentares ou de concorrência a que o Banco esteja atualmente exposto e que dêem origem a um passivo contingente significativo. No entanto, o Banco está envolvido em diversos processos judiciais que decorrem do exercício normal das suas atividades. O Banco está igualmente sujeito a pedidos de informação, investigações e outras avaliações por parte de reguladores, organismos governamentais e outros organismos públicos no âmbito das atividades de negócio nas quais o Banco está ou esteve envolvido, e pode (ocasionalmente) ser sujeito a processos judiciais e outras investigações relacionadas com divulgações financeiras e não financeiras, feitas por membros do Banco (incluindo, mas não se limitando a, relacionadas com as divulgações de ESG). Adicionalmente, devido ao número crescente de novas leis e regulamentos relacionados com o clima e a sustentabilidade (ou leis e processos regulamentares que procuram proteger o setor energético de quaisquer riscos de desinvestimento ou desafios no acesso ao financiamento), à crescente procura de produtos e serviços ambientalmente sustentáveis por parte de investidores e clientes, e ao escrutínio regulamentar, as instituições financeiras, onde se inclui o Banco, podem, através das suas atividades comerciais, enfrentar crescentes riscos de litígio, conduta, aplicação e responsabilidade contratual relacionados com as alterações climáticas, degradação ambiental e outras questões sociais, de governação e relacionadas com a sustentabilidade. Além disso, existe o risco de accionistas, grupos de campanha, clientes e outros grupos de interesse poderem procurar avançar com ações judiciais contra o Banco por financiar ou contribuir para as alterações climáticas e para a degradação ambiental.

É difícil prever o resultado de questões jurídicas, regulamentares e de concorrência, tanto aquelas a que o Banco está atualmente exposto, como quaisquer outras que possam surgir no futuro (e qualquer provisão constituída nas demonstrações financeiras do Banco relativamente a essas questões poderá não ser suficiente para cobrir perdas efetivas). Em relação a essas questões, o Banco pode incorrer em despesas significativas, independentemente do resultado final, e qualquer uma dessas questões pode expor o Banco a qualquer um dos seguintes resultados danos monetários substanciais, acordos e/ou multas; remediação de clientes afetados; outras penalidades e medidas cautelares; litígio adicional; processo criminal; a perda de qualquer proteção acordada existente contra processos judiciais; restrições regulamentares às operações comerciais do Banco, incluindo a retirada de autorizações; aumento dos requisitos de conformidade regulamentar ou alterações às leis ou regulamentos; suspensão de operações; repreensões ou censuras públicas; perda de ativos ou negócios significativos; efeito negativo na reputação do Banco; perda de confiança por parte de investidores, contrapartes, clientes e/ou consumidores; risco de descida de notação de crédito por parte de agências de notação; potencial impacto negativo na disponibilidade e/ou custo de financiamento e liquidez; e/ou despedimento ou demissão de indivíduos chave. À luz das incertezas envolvidas em questões legais, de concorrência e regulamentares, não pode haver garantias de que o resultado de uma determinada questão ou questões (incluindo questões anteriormente ativas ou que surjam após a data deste Relatório Anual) não terá um efeito adverso significativo nos negócios, resultados de operações, situação financeira e perspetivas do Banco.



# Análise de risco

## Gestão dos riscos principais

### Gestão do risco climático

O impacto nos riscos financeiros e operacionais decorrentes das alterações climáticas através dos riscos físicos, dos riscos associados à transição para uma economia com menos emissões de carbono e dos riscos conexos resultantes dos impactos de segunda ordem destes dois fatores nas carteiras.

#### Visão Geral

Tendo em conta os riscos associados às alterações climáticas, e para apoiar a ambição do Grupo Barclays de ser um banco *net zero* até 2050, o risco climático tornou-se um risco principal em janeiro de 2022. Para apoiar esta decisão, em 2022 o Grupo Barclays publicou um Plano de Integração do Risco Climático, com três objetivos abrangentes:

1. Quadro de Governação: Criar um comité de riscos climáticos, um fórum de controlo dos riscos climáticos e atualizar os relatórios do Comité de Risco do Conselho de Administração
2. Análise de Cenários: Desenvolver a visão e o plano para a realização de exercícios de análise de cenários. Isto envolveu o desenvolvimento de um quadro de análise de cenários climáticos
3. Modelação de carbono: Expandir o BlueTrack™ para medir e acompanhar as emissões financiadas, de modo a abranger as nossas carteiras de automóveis e de imóveis residenciais, para além da energia, da eletricidade, do cimento e do aço

#### Organização e estrutura

Em nome do Conselho BBI, o BRC do BBI revê e aprova a abordagem do Banco à gestão dos riscos financeiros e operacionais associados às alterações climáticas. As questões mais gerais de sustentabilidade e outras questões de risco de reputação associadas às alterações climáticas são coordenadas pela Equipa de Sustentabilidade.

O BBI nomeou um Diretor de Risco Climático responsável pela gestão do Risco Climático, que responde perante o CRO Adjunto. O Diretor do Risco Climático é o principal responsável pelo risco climático, sendo responsável pela gestão e supervisão do perfil de risco climático. Para apoiar a supervisão do perfil de risco climático do Barclays, o Comité de Risco do BBI (RC do BBI) efetua um acompanhamento regular. O RC do BBI é o comité delegado do BRC do BBI onde o risco climático é analisado. O BBI tem um representante no Comité de Risco Climático do Grupo Barclays (CRC). Para apoiar a supervisão do perfil de risco climático do Grupo Barclays, foi criado um CRC, como subcomité do GRC. A autoridade do CRC é delegada pelo Comité de Risco do Grupo (GRC).

O GRC é o órgão executivo de mais alto nível responsável pela análise e contestação das práticas de risco e do perfil de risco, para o risco climático e outros tipos de risco principais. O CRC analisou e aprovou uma série de atualizações, incluindo uma visão atualizada do risco climático, atualizações de cada um dos riscos financeiros e operacionais e das entidades jurídicas relevantes da empresa, juntamente com os principais temas regulamentares, políticos e jurídicos, o registo de riscos, a declaração de apetência e as restrições e analisou o ambiente de controlo.

O BBI tem um representante no Fórum de Controlo do Risco Climático (CRCF), que foi criado em julho de 2022 e é encaminhado para o GRC através do Comité de Controlo do Grupo. O objetivo da CRCF é supervisionar a implementação e operação consistentes e eficazes da Estrutura de Controlos do Barclays relativamente ao Risco Climático. Analisa o ambiente de controlo relativo ao risco climático, incluindo os eventos de risco, a política e a gestão das questões. Foram criados grupos de garantia do risco climático, que são responsáveis pela realização de análises específicas do risco climático, a fim de garantir que estamos a melhorar continuamente e a resolver os problemas identificados nas nossas práticas de risco.

Governação	Quadro de Gestão de Risco da Empresa (ERMF)	
	Quadro de Riscos Climáticos (CRF)	Quadro de Gestão do Risco Reputação (RRMF)
	Quadro de Riscos Climáticos (BRC)	Conselho
Risco	Riscos de crédito, de mercado, de tesouraria, de capital e operacionais	Questões de sustentabilidade e risco de reputação associado às alterações climáticas
Participação - Grupo	Comité de Risco do Grupo (GRC)	Responsável global de Políticas Públicas e Responsabilidade Empresarial
	Comité de Risco Climático (CRC)	
Participação - Entidade	Comité de Risco do Conselho do BBI (BBI BRC)	
	Comité de Risco do BBI (BBI CR)	

# Análise de risco

## Gestão dos riscos principais

A elevação do risco climático a risco principal incluiu o estabelecimento de elementos de governação, nomeadamente:

- Um Quadro de Risco Climático que define o risco climático e resume a abordagem à identificação, medição, monitorização e comunicação do risco climático.
- A apetência pelo risco climático e as restrições a nível do Grupo são estabelecidas em conformidade com a abordagem de apetência pelo risco do Grupo e informadas pela análise de cenários. O BBI incorporou essa declaração de apetência pelo risco nos seus documentos, refletindo o alinhamento com o Grupo Barclays na sua ambição de reduzir as emissões líquidas para zero até 2050.
- Testes de esforço de risco climático, como o exercício de teste de esforço de risco climático do BCE em que o BBI participou em 2022. Este foi um exercício exploratório concebido para testar as capacidades de teste de esforço climático e avaliar a resiliência financeira dos bancos participantes. O exercício foi dividido em quatro cenários definidos, incluindo trajetórias para eventos de risco Físico e de Transição, abrangendo horizontes temporais de 1 a 30 anos. O exercício foi limitado no seu âmbito, abrangendo apenas uma parte das carteiras do BBI. De um modo geral, todos os impactos do esforço do risco climático foram considerados geríveis em termos absolutos, com a maior perda observada no cenário de seca e calor nas posições de risco de crédito por grosso. Desde então, o BCE deu uma resposta geral no que respeita às capacidades de teste de esforço dos bancos e espera que sejam feitos novos desenvolvimentos nos próximos anos. Mais informações sobre o exercício do BCE são apresentadas em pormenor na página 69 do Relatório Anual de 2022 do Grupo Barclays.
- O Registo de Riscos Climáticos é utilizado para informar a apetência pelo risco. Tal inclui uma repartição dos principais fatores de risco para os riscos físicos e de transição, bem como classificações de materialidade inferidas a partir dos resultados do teste de esforço da EBA de 2022, do teste de esforço interno climático de 2020 e do cenário exploratório bienal climático do Banco de Inglaterra de 2021 (CBES). O Registo de Riscos Climáticos continua a estar alinhado com a taxonomia do Registo de Riscos do Grupo.
- O Barclays irá realizar um exercício de análise do cenário climático a nível do Grupo em 2023, para testar o impacto nas carteiras do Barclays de um cenário climático grave mas plausível. Este exercício está dividido em quatro fases ao longo de um horizonte temporal de cinco anos, incluindo percursos para eventos de risco Físicos, Associados e de Transição. O exercício será utilizado no âmbito da gestão contínua do risco climático do Barclays, para melhor quantificar os impactos das alterações climáticas nas carteiras e no balanço do Banco. Isto permitirá ao Barclays, incluindo o Banco, melhorar a sua compreensão da forma como os riscos climáticos interagem com as pressões macroeconómicas e apoiar a resiliência do Barclays aos riscos climáticos.

O risco climático nos riscos financeiros e operacionais é gerido através de uma política de risco financeiro e de risco operacional associado às alterações climáticas (CCFOR), que está integrada em cada um dos principais quadros de risco financeiro e operacional.

Os riscos climáticos dos Riscos do Modelo, Conduta, Reputação e os Principais Legais encontram-se fora do âmbito da CRF e continuam a ser geridos ao abrigo dos seus respetivos Quadros de Riscos Principais.

A tabela seguinte apresenta a forma como o risco climático é integrado no Barclays, utilizando o Quadro de Risco Climático alinhado com o ERMF, o CCFOR e a Norma de Alterações Climáticas.

### Riscos climáticos identificados a curto, médio e longo prazo

O Banco classifica genericamente os riscos climáticos em três categorias: risco físico, risco de transição e risco associado. Para mais pormenores sobre a forma como o Banco define estes riscos, consulte a secção relativa aos riscos importantes existentes e emergentes (clima) nas páginas 38 e 39. Dentro destes, o Banco identifica fatores de risco decorrentes das alterações climáticas, que monitoriza a curto, médio e longo prazo:

- Curto prazo (S) - 0-1 ano
- Médio prazo (M) - 1-5 anos
- Longo prazo (L) - 5-30 anos

### As alterações climáticas como fator de risco

As alterações climáticas podem provocar impactos económicos e operacionais e aumentar a probabilidade ou a gravidade de outros riscos, por exemplo:

- cíclicos: amplificam os ciclos económicos, incluindo os mais profundos;
- orientados para o acontecimento: um acontecimento singular ou um conjunto de acontecimentos, por exemplo, fenómenos meteorológicos graves que conduzem a impactos de risco físico; e
- estruturais: mudanças macroeconómicas à medida que as economias transitam para uma economia com baixas emissões de carbono, impulsionadas por uma maior rigidez regulamentar, como a introdução de mecanismos de fixação de preços do carbono, regimes de comércio de licenças de emissão e evolução tecnológica.

Existe potencial para riscos extremos e pontos de rutura, incluindo riscos físicos crónicos que atualmente não são totalmente compreendidos. Entre estes podem incluir-se os impactos da falta de acesso a água potável, a migração humana em massa devido a condições inóspitas, a perda de biodiversidade e de serviços ecossistémicos, impactos de segunda ordem na cadeia alimentar ou conflitos resultantes da concorrência pelos recursos ambientais.

Os quadros no verso resumem a natureza, os fatores e os impactos potenciais dos riscos físicos e de transição. A análise destes fatores é realizada no âmbito da revisão anual do Grupo Barclays dos setores elevados, dos clientes que operam nestes setores e da análise mensal do horizonte de novos desenvolvimentos que conduzam a riscos relacionados com o clima. Estes fatores de risco foram avaliados através de uma análise qualitativa, investigação externa e opiniões de peritos. A análise quantitativa é também efetuada através do programa de análise de cenários do Grupo Barclays. Os efeitos de feedback dos fatores de risco climático através de canais de transmissão macro e micro são observados na carteira do Barclays através de categorias de risco tradicionais, como o risco de crédito, o risco de mercado, o risco operacional, etc. A abordagem para identificar, medir e gerir os riscos relacionados com o clima é consistente com outros riscos-chave, no entanto, os riscos financeiros relacionados com o clima com um impacto significativo têm maior probabilidade de se materializar a longo prazo.

# Análise de risco

## Gestão dos riscos principais

Riscos físicos	Agudos	Crónicos
<b>Exemplos de fatores</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Danos em ativos fixos e infraestruturas (propriedades, fontes de energia) devido a eventos climáticos como incêndios florestais</li> <li>Impacto negativo na agricultura e na produção de produtos de base devido à seca</li> <li>Dificuldades de transporte e danos nas infraestruturas devido a fortes tempestades e inundações</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Alteração dos padrões climáticos e de precipitação, resultando numa redução dos rendimentos agrícolas e em terras que deixaram de ser adequadas para a agricultura</li> <li>Migração potencial da população devido a terras habitáveis</li> <li>Aumento do nível do mar e consequente erosão costeira, exigindo a construção de novos paredões e defesas contra inundações</li> <li>Aumento das temperaturas e consequente diminuição da produtividade e problemas de saúde</li> </ul>
<b>Impactos potenciais - exemplos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumento dos custos devido a danos nas instalações</li> <li>Redução das receitas devido à diminuição da capacidade de produção</li> <li>Aumento dos custos operacionais e diminuição das vendas devido à indisponibilidade de matérias-primas e a perturbações na cadeia de abastecimento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Redução das receitas devido à diminuição da capacidade de produção e à baixa antecipada de ativos</li> <li>Diminuição do valor dos imóveis</li> <li>Aumento dos custos e dos seguros para ativos em locais de alto risco</li> <li>Redução das receitas devido à diminuição das vendas e da produção</li> </ul>
<b>Horizonte temporal previsto</b>	S <sup>a</sup> , M, L	M, L
<b>Classificação</b>	Orientado para eventos	Exposições
<b>Riscos primários afetados</b>	Risco de Crédito, Risco de Mercado, Risco de Tesouraria e de Capital, Risco Operacional, Risco de Reputação	
<b>Riscos secundários afetados</b>	Risco de Conduta, Risco Jurídico	

Risco de transição	Política e Regulamentação	Jurídico	Tecnologia	Mercado
<b>Exemplos de fatores</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Impacto do imposto sobre o carbono nos setores e clientes</li> <li>Reforço das normas de emissões e de eficiência energética</li> <li>Imposição de um limite máximo absoluto para as emissões de gases com efeito de estufa nas instalações de fabrico</li> <li>Obrigações reforçadas de comunicação de informações sobre GEE</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Organizações governamentais e não governamentais que tentam ações judiciais</li> <li>Imposição de responsabilidades jurídicas às empresas pela sua contribuição para os impactos físicos das alterações climáticas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>As tecnologias de substituição disruptivas estão a ser favorecidas devido à sua menor pegada de carbono</li> <li>Desenvolvimento de instalações de captura e reciclagem de emissões</li> <li>Investimentos em novas tecnologias</li> <li>Alternativas aos combustíveis fósseis</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mudança nas preferências dos consumidores</li> <li>Alterações na oferta e procura de matérias-primas</li> <li>Perceções dos acionistas e pressões dos consumidores</li> <li>Mudança do sentimento do mercado</li> </ul>
<b>Impactos potenciais - exemplos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumento do custo operacional para conformidade</li> <li>Aumento das despesas de capital para cumprir as normas regulamentares</li> <li>Restrições de funcionamento</li> <li>Anulações e baixa antecipada de ativos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumento dos custos devido a multas e sanções decorrentes de ações coletivas</li> <li>Alterações na avaliação dos ativos</li> <li>Diminuição da procura de produtos e serviços</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Imparidades e baixa antecipada de ativos</li> <li>Despesas de investigação e desenvolvimento em novas tecnologias</li> <li>Custos de adoção de novas práticas e processos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aumento dos custos e redução da procura de produtos e serviços</li> <li>Aumento dos custos de produção devido à alteração dos preços dos fatores de produção e dos requisitos de produção</li> <li>Diminuição das receitas e reavaliação dos preços dos ativos</li> </ul>
<b>Horizonte temporal previsto</b>	S <sup>a</sup> , M, L	S <sup>a</sup> , M, L	S <sup>a</sup> , M, L	S <sup>a</sup> , M, L
<b>Classificação</b>	Orientado para eventos, Estrutural	Orientado para eventos, Estrutural	Exposições	Exposições
<b>Riscos primários afetados</b>	Risco de Crédito, Risco de Mercado, Risco de Tesouraria e de Capital, Risco Operacional, Risco de Reputação			
<b>Riscos secundários afetados</b>	Risco de Conduta, Risco Jurídico			

Nota

a. Embora estes riscos comecem a manifestar-se ao longo destes períodos de tempo, espera-se que o impacto financeiro a curto prazo seja imaterial com base nas informações/ circunstâncias atuais, sem encargos especificamente identificados relacionados com os riscos climáticos nas perdas de crédito esperadas comunicadas em 2022.

# Análise de risco

## Gestão dos riscos principais

### Apetência pelo risco

Em 2022, como parte do estabelecimento de um risco principal, o Grupo Barclays definiu uma declaração de apetência pelo risco e uma restrição para o risco climático. A declaração sublinha que o Grupo Barclays encara as alterações climáticas como um fator de risco financeiro e operacional. O Grupo Barclays tem apetência para gerir o risco climático de acordo com a sua ambição climática e para reduzir as emissões financiadas de acordo com os objetivos divulgados. Em 2022, o BBI estabeleceu uma declaração de apetência pelo risco qualitativa para o risco climático. Os objetivos para 2025 são fixados para a energia e a potência. Para o Grupo Barclays, foram definidos objetivos para 2030 nos setores da energia, eletricidade, cimento, aço e fabrico de automóveis.

O Grupo Barclays procedeu a uma avaliação dos progressos alcançados na redução das emissões financiadas em relação aos objetivos divulgados. Verificou que atingir até a redução de emissões mais baixa dos intervalos divulgados pode revelar-se um desafio e que deve ser definido um plano futuro mais claro para estabelecer a gama de medidas de gestão que podem ser tomadas para atingir os intervalos de objetivo divulgados, incluindo uma compreensão mais pormenorizada das expectativas de transição dos clientes e das dependências e variáveis externas fora do controlo do Grupo Barclays que podem determinar o ritmo da transição.

Quadro de Gestão de Risco da Empresa						
Quadro de Riscos Climáticos						
	Política de Risco Financeiro e Risco Operacional das Alterações Climáticas					Norma relativa às alterações climáticas
	Risco Climático	Risco de crédito	Risco de Mercado	Risco de Tesouraria e Capital	Risco Operacional	Risco de Reputação
<b>Responsabilidades</b>	<p>Fornecer informações sobre a análise do horizonte climático e as tendências emergentes aos BRC e aos responsáveis pelos riscos principais</p> <p>Recomendar a declaração de apetência pelo risco, as restrições e as exclusões ao BRC</p> <p>Definir áreas de preocupação e recomendar prioridades de análise de cenários</p> <p>Liderar o desenvolvimento de metodologias de risco específicas para o clima</p> <p>Interpretar os resultados dos testes de esforço quanto à sua relevância como fatores de risco</p> <p>Analisar e contestar as abordagens por tipo de risco e apoiar a coerência entre os tipos de risco</p> <p>Agregar e monitorizar uma visão central do risco climático em todos os tipos de risco abrangidos</p>	<p>Monitorizar a exposição da carteira aos riscos físicos e de transição das alterações climáticas</p> <p>Analisar a exposição de cada devedor ao risco climático através do questionário Climate Lens</p> <p>Avaliar o risco climático no âmbito das análises do Risco de Crédito Soberano</p> <p>Incluir as exposições materiais ao risco climático no processo de avaliação da adequação do capital interno (ICAAP)</p> <p>Supervisão pelos fóruns de risco climático das entidades jurídicas e pelos comités de gestão do risco relevantes, conforme adequado, incluindo a apresentação regular de relatórios sobre o risco climático ao nível do comité de risco do Conselho de Administração</p>	<p>Identificar e avaliar os fatores de risco relacionados com o clima</p> <p>Aplicar cenários de esforço, avaliar as perdas por esforço e estabelecer limites de risco</p> <p>Supervisão pelo Comité de Risco de Mercado e pelo Comité de Risco do Conselho de Administração</p>	<p>Identificar a exposição ao risco climático</p> <p>Considerar os principais indicadores e limites de risco para apoiar a gestão do risco</p> <p>Incluir no ICAAP e no Processo Interno de Avaliação da Adequação da Liquidez (ILAAP)</p> <p>Supervisão pelo Comité de Risco de Tesouraria e Capital e pelo Comité de Risco do Conselho de Administração</p>	<p>Integrar as alterações climáticas em diferentes categorias de risco, por exemplo, planeamento da recuperação operacional e instalações</p> <p>Incluir as alterações climáticas nos processos de avaliação dos riscos, incluindo a avaliação estratégica dos riscos</p>	<p>Definir os requisitos e controlos mínimos para a gestão do risco de reputação relacionado com as relações ou transações com os clientes</p> <p>Descrever os comportamentos empresariais esperados em relação a estas questões</p> <p>Descrever a abordagem de <i>due diligence</i> reforçada.</p>
<b>Titularidade</b>	Responsável pelo Risco Climático	Responsável pelo Risco de Crédito	Responsável pelo Risco de Mercado	Responsável pelo Risco de Tesouraria e Capital	Responsável pelo Risco Operacional	Diretor de Sustentabilidade do Grupo

# Análise de risco

## Gestão dos riscos principais

### Processos de Gestão de Riscos relacionados com o Clima

	Risco de Crédito Operacional.	Risco de Mercado	Risco de Tesouraria e Capital	Risco
<b>Frequência da avaliação</b>	Diversos	Trimestral	Diversas (trimestralmente para o IRRBB e o risco de liquidez; anualmente para o risco de capital)	Anualmente
<b>Identificação de Riscos</b>	Exposição por grosso identificada como parte das revisões anuais de crédito soberano, de carteira e de devedor.	Identificados através da avaliação dos fatores de risco relacionados com o clima em todas as classes de ativos, setores e geografias, e agregando as exposições ao risco de mercado dos riscos relacionados com o clima.	Identificados através da avaliação de risco em determinados setores e classes de ativos para analisar e avaliar as exposições que podem ser afetadas por riscos relacionados com o clima.	Os riscos operacionais confirmados associados às alterações climáticas estão incluídos na taxonomia de riscos operacionais do Banco. Os riscos climáticos estão incluídos no processo de avaliação estratégica dos riscos.
<b>Avaliação dos riscos</b>	As carteiras são monitorizadas através da comunicação regular de indicadores climáticos e são avaliadas em função dos mandatos e limites, se for caso disso. Os clientes de setores de risco elevado que ultrapassem um limiar de exposição terão a sua exposição ao risco climático avaliada qualitativamente através do questionário "Credit Climate Lens". A exposição futura ao risco climático, enquanto fator determinante do risco de crédito, é quantificada através da análise de cenários e de exercícios de teste de esforço. Para além do questionário, são também efetuadas análises de crédito soberano para os soberanos acima de um limiar de exposição, a fim de avaliar a sua suscetibilidade aos riscos climáticos.	Medidos através da utilização de cenários adversos de esforço multiativos aplicados a fatores de risco individuais que refletem os riscos das alterações climáticas em todos os setores, países e regiões.	Medidos no âmbito dos testes de esforço e do controlo dos principais indicadores de risco	Estabelecimento de relatórios sobre eventos de risco internos e externos relacionados com o clima no Fórum de Controlo dos Riscos Climáticos do Grupo. As tolerâncias de risco para os riscos relativos às instalações e à resiliência são revistas de modo a refletirem adequadamente os fatores de risco relacionados com o clima.

# Análise de risco

## Gestão dos riscos principais

### Gestão de risco de crédito (auditado)

O risco de perda para o Banco resultante da incapacidade por parte dos clientes ou contrapartes, incluindo os soberanos, em honrar integralmente as suas obrigações para com o Banco, incluindo o pagamento integral e atempado do capital, juros, garantias e outros valores a receber.

### Visão Geral

O risco de crédito é o risco de sofrer uma perda financeira, no caso de qualquer um dos compradores, clientes ou contrapartes comerciais do Banco não cumprirem as suas obrigações contratuais para com o Banco. O risco de crédito existe porque o Banco fornece empréstimos, adiantamentos e compromissos de créditos advindos destas atividades de empréstimo, e de melhoria de crédito proporcionadas pelo Banco, tais como garantias financeiras, letras de crédito, avais e aceitações.

A concessão de crédito é uma das principais fontes de receita do Banco e este dedica recursos consideráveis ao seu controlo. A aprovação de exposições individuais é feita pela Equipa de Aprovação de Crédito do Banco (de acordo com os poderes de aprovação).

### Organização, funções e responsabilidades

A responsabilidade pela supervisão da aprovação de crédito cabe ao Fórum de Gestão do Risco de Crédito, presidido pelo Responsável pelo Risco de Crédito do Banco, que comunica ao CRO.

O Fórum de Gestão do Risco de Crédito do Banco faz a supervisão através de revisões regulares da carteira de créditos do Banco, através da análise, entre outras coisas, da constituição da carteira em termos de exposição setorial e individual face à Apetência pelo Risco geral do Banco. O CRO, que é Co-Presidente do Fórum de Gestão de Risco de Crédito do Banco, comunica as perspetivas deste Fórum ao BRC no Relatório de Risco do CRO, que é um item permanente na agenda.

Empréstimos a empresas, que são identificados como demonstrando sinais de esforço/deterioração são registados em listas de exposição de problemas classificativas chamadas de listas de vigilância. Estas listas são atualizadas mensalmente e transmitidas aos Comitês de Gestão relevantes. Com a listagem concluída, as exposições são acompanhadas atentamente e, quando apropriado, reduzidas e/ou canceladas.

As exposições das listas de vigilância são categorizadas de acordo com a perceção do grau de risco associado ao empréstimo, e a sua probabilidade de incumprimento. Em linha com a política geral do Grupo, o Banco trabalha em quatro categorias das listas de vigilância com base no grau de preocupação. Quando uma conta passa a ter imparidade de crédito, terá passado naturalmente por todas as quatro categorias, cada uma das quais reflete a necessidade cada vez maior de cuidado e controlo.

Quando a saúde financeira de um cliente causa preocupação, é colocada na categoria adequada. Os clientes empresariais, independentemente da saúde financeira, são normalmente sujeitos a uma análise completa de todos os recursos, pelo menos anualmente. Podem ser realizadas análises intercalares mais frequentes, se as circunstâncias assim o exigirem. Existe um maior número de clientes retalhistas e, por conseguinte, estes são geridos em segmentos agregados.

### Mitigação do Risco de Crédito

O Banco mitiga o risco de crédito ao qual está exposto através de compensações, garantias e transferências de risco.

### Apuramento de posição líquida e compensação

As exposições ao risco de crédito podem ser reduzidas através da aplicação do apuramento de posição líquida e compensação. Para as transações de instrumentos derivados, a prática normal do Banco é entrar em acordos-quadro padrão com as contrapartes (por exemplo, os acordos-quadro da ISDA - Associação Internacional de Swaps e Derivados). Estes acordos-quadro permitem normalmente a compensação da exposição ao risco de crédito de uma contraparte resultante de transações de derivados com as obrigações para com a contraparte em caso de incumprimento, produzindo assim uma menor exposição líquida ao crédito. Estes acordos podem também reduzir o risco de liquidação (por exemplo, no caso de operações cambiais), permitindo que os pagamentos efetuados no mesmo dia na mesma moeda sejam compensados entre si.

### Garantia

O Banco tem a capacidade de reclamar garantias no caso de incumprimento da contraparte, incluindo:

- empréstimos à habitação: uma taxa fixa sobre propriedade residencial na forma de habitações, apartamentos e outros imóveis.
- empréstimos grossistas: uma taxa fixa sobre a propriedade comercial e outros ativos físicos, em várias formas.
- derivados: o Banco também procura celebrar um acordo relativo à margem (por ex., Anexo de Apoio ao Crédito, vulgarmente designado por CSA) com as contrapartes com as quais o Banco tem acordos de apuramento de posição líquida em vigor. Estes anexos aos acordos-quadro oferecem um mecanismo para reduzir o risco de crédito, segundo os quais a garantia (margem) é depositada regularmente (normalmente diariamente) para garantir a exposição do valor de mercado de uma carteira derivada medida numa base líquida.
- acordos de revenda: as garantias normalmente incluem títulos altamente líquidos que foram legalmente transferidos para o Banco, sujeitos a um acordo para a sua devolução por um preço fixo.
- garantias financeiras e compromissos extrapatrimoniais semelhantes: podem ser impostas garantias em numerário ou sob a forma de títulos a estes acordos.

### Transferência do risco

Pode ser utilizado um conjunto de instrumentos, incluindo garantias, seguros de crédito, derivados de crédito e titularização, para transferir o risco de crédito de uma contraparte para outra. Estes mitigam o risco de crédito de duas formas principais:

- se o risco for transferido para uma contraparte que é mais fiável a nível de crédito do que a contraparte original, então o risco de crédito global é reduzido
- quando o recurso para a primeira contraparte permanecer, ambas as contrapartes devem entrar em incumprimento antes de uma perda se materializar. Isto é menos provável do que o incumprimento de qualquer contraparte individualmente, por isso o risco de crédito é reduzido.



# Análise de risco

## Gestão dos riscos principais

### Gestão de risco de mercado

O risco de perda resultante de potenciais mudanças adversas no valor dos ativos e passivos do Banco derivadas da flutuação nas variáveis de mercado, incluindo, mas sem se limitar a, taxas de juro, taxas de câmbio, preços das ações, preços das mercadorias, spreads de crédito, volatilidades implícitas e correlações de ativos.

#### Visão Geral

O risco de mercado surge principalmente na sequência da facilitação do cliente em mercados grossistas, envolvendo atividades de criação de mercado, soluções de gestão de risco e execução de operações sindicalizadas. Após a execução de um negócio com um cliente, o Banco procurará proteger-se contra o risco de o negócio se movimentar numa direção adversa. Os desfasamentos entre transações de clientes e coberturas resultam em risco de mercado devido a alterações nos preços dos ativos, volatilidade ou correlações.

O risco de mercado do Banco é gerido com contrapartes intragrupo e do mercado externo, e o Banco está empenhado em obter coberturas externas de acordo com o modelo operacional do Banco. Algumas carteiras dentro do Banco ainda utilizam um modelo de reserva *back to back* (taxas estruturadas, derivados de ações como dois exemplos). No modelo *back to back*, o risco de mercado é transferido para uma filial do Barclays (BB PLC, Barclays Capital Securities Limited ("BCSL") e/ou Barclays Capital International ("BCI") ou para um terceiro numa base individual, negócio a negócio).

A técnica de mensuração utilizada para medir e controlar o risco de mercado é a Gestão do Valor em Risco (VaR). A Gestão do VaR é uma estimativa das potenciais perdas decorrentes de movimentos desfavoráveis no mercado, caso as posições atuais se mantivessem inalteradas durante um dia útil, mensuradas a um nível de confiança de 95%. As perdas diárias acima do valor de Gestão do VaR podem ocorrer, em média, cinco vezes em cada 100 dias úteis. A Gestão do VaR é calculada com os modelos do Grupo Barclays, utilizando o método de simulação histórica com uma amostra de dados históricos de um ano.

O modelo de Gestão do VaR pode não medir adequadamente algumas exposições ao risco de mercado, principalmente para movimentos de mercado que não são observáveis diretamente através dos preços. Ao avaliar as estimativas de Gestão do VaR, são considerados os seguintes fatores:

- a simulação histórica utiliza a maioria dos dados do último ano para gerar possíveis movimentos de mercado futuros, mas o último ano pode não ser um bom indicador do futuro,
- o horizonte temporal de um dia pode não captar totalmente o risco de mercado das posições que não podem ser fechadas ou cobertas no prazo de um dia;
- A gestão do VaR baseia-se em posições no fecho do negócio e, conseqüentemente, não é uma medida adequada para riscos dentro do próprio dia, decorrentes de uma posição comprada e vendida no mesmo dia; e
- a Gestão do VaR não indica a potencial perda para além do nível de confiança da Gestão do VaR.

#### Organização, funções e responsabilidades

O Subcomité de Risco de Mercado do Barclays Europe analisa e formula recomendações relativas ao perfil de risco de mercado do Banco. Isto inclui a supervisão do funcionamento do Quadro de Risco de Mercado e as normas e políticas associadas, revisão de questões de mercado ou regulamentares, e limites e utilização. O Subcomité de Risco de Mercado do Barclays Europe analisa e formula recomendações relativas ao perfil de risco de mercado do Banco. Isto inclui a análise da dinâmica do mercado, das questões regulamentares e dos níveis de utilização dos limites. O comité é presidido pelo Diretor de Risco de Mercado e os participantes incluem gestores de risco de mercado alinhados com os negócios, e os co-diretores de Mercados.

### Gestão de risco de capital e tesouraria

Isto compreende:

**Risco de liquidez:** O risco de que o Banco não consiga cumprir as suas obrigações contratuais ou contingentes, ou não disponha do montante, teor e composição adequados de financiamento e liquidez para suportar os seus ativos.

**Risco de capital:** O risco de que o Banco tenha um nível ou composição insuficiente de capital para suportar as suas atividades normais de negócio e satisfazer os seus requisitos de capital regulamentar em ambientes operacionais normais e em condições de esforço (tanto reais como definidas para fins de planeamento interno ou de testes regulamentares). Inclui ainda o risco dos planos de pensões com benefícios definidos do Banco.

**Risco da taxa de juro na carteira bancária:** O risco de o Banco estar exposto a uma volatilidade de capital ou dos rendimentos devido a um desfasamento entre as exposições da taxa de juro dos seus ativos e passivos (não transacionados).

#### Gestão de risco de liquidez (auditado)

##### Visão Geral

A gestão eficiente da liquidez é essencial para o Banco para manter a confiança dos mercados financeiros e manter a estabilidade do negócio. O Risco de Tesouraria e Capital criaram um quadro para gerir todas as exposições ao risco de liquidez, tanto em condições normais como em condições de esforço. Este enquadramento foi concebido para manter recursos de liquidez suficientes em termos de montante, qualidade e perfil de prazos de financiamento, de forma a não exceder a apetência pelo risco de liquidez expressa pelo Conselho de Administração do Banco. A apetência pelo risco de liquidez é monitorizada face a métricas de liquidez internas e regulamentares.

##### Organização, funções e responsabilidades

A Tesouraria é responsável pela gestão do risco de liquidez dentro da apetência pelo risco definida. Tanto o departamento de Risco como o de Tesouraria contribuem para a produção do Processo Interno de Avaliação da Adequação da Liquidez ("ILAAP"). O departamento de Tesouraria e Risco de Capital é responsável pela gestão e governação do mandato de risco de liquidez, conforme definido pelo Conselho do Banco.



# Análise de risco

## Gestão dos riscos principais

O quadro definido pelo Risco de Tesouraria e Capital foi criado para apresentar termos e estruturas de financiamento apropriadas e consistentes com a apetência pelo risco de liquidez estabelecida pelo Conselho do Banco.

O quadro incorpora uma série de ferramentas de gestão de negócios em curso para supervisionar, limitar e testar o balanço do Banco e passivos contingentes e um plano de financiamento de contingência. A fixação de limites e a fixação de preços de transferência são instrumentos concebidos para controlar o nível de risco de liquidez assumido e orientar a combinação adequada de fundos. Além disso, o Banco mantém um plano de recuperação. A observância dos limites reduz a probabilidade de um evento de esforço de liquidez conduzir a uma incapacidade de cumprir as obrigações do Banco à medida que estas se vencem.

O Banco aprova o plano de financiamento, os testes de esforço internos e os resultados dos testes de esforço regulamentares (caso aplicável). O Comité de Ativos e Passivos do Banco ("ALCO") é responsável pela supervisão e gestão de risco de liquidez, de acordo com os objetivos de gestão de financiamento, o plano de financiamento e os quadros de risco do Banco. O Departamento de Risco de Tesouraria e Capital monitoriza e avalia o ambiente de controlo e o perfil de risco de liquidez, fornecendo uma segunda linha de supervisão da gestão do risco de liquidez. O Comité de Risco do Conselho analisa o perfil de risco e, pelo menos uma vez por ano, avalia a apetência pelo risco e o impacto dos cenários de esforço no plano/previsão de liquidez do Banco, de modo a acordar as capacidades de financiamento projetadas para o Banco.

### Gestão de risco de capital (auditado)

#### Visão geral

O risco de capital é gerido através de supervisão e gestão contínuos da posição de capital, testes de esforço regulares e um quadro sólido de governação de capital. Os objetivos do quadro são manter o nível de capital adequado para que a entidade resista ao impacto dos riscos que possam surgir em condições normais e de esforço, e manter um nível de capital adequado para cobrir as necessidades atuais e previstas do negócio e os riscos associados, a fim de proporcionar uma oferta comercial viável e sustentável.

#### Organização, funções e responsabilidades

A gestão de risco de capital faz parte integrante da abordagem do Banco para a estabilidade financeira e gestão da sustentabilidade e, portanto, é incorporada na forma como as nossas unidades de negócio e entidades jurídicas atuam.

A gestão de risco de capital é apoiada por um quadro e uma política de controlo. A estratégia de gestão de capital, delineada nos planos de capital do Banco e das entidades jurídicas, é desenvolvida em alinhamento com o quadro de controlo e política de risco de capital, e é implementada de forma consistente para cumprir os objetivos do Banco.

O Conselho aprova o plano de capital do Banco, testes de esforço internos e os resultados dos testes de esforço regulamentar e o plano de recuperação do Banco. O ALCO é responsável pela supervisão e gestão de risco de capital de acordo com os objetivos de gestão de capital, o plano de capital e os quadros de risco do Banco. O Comité de Risco de Capital monitoriza e analisa o ambiente de controlo e o perfil de risco de capital, fornecendo uma supervisão de segunda linha da gestão do risco de capital. O Comité de Risco do Conselho analisa o perfil de risco e, pelo menos uma vez por ano, analisa a apetência pelo risco e o impacto dos cenários de esforço no plano/previsão de capital do Banco de modo a acordar a adequação de capital projetada do Banco.

A direção assegura o cumprimento dos requisitos mínimos de capital regulamentar do Banco, reportando ao ALCO, com supervisão também por parte do Comité de Risco.

A Tesouraria tem a responsabilidade principal de gerir e controlar a adequação de capital. O departamento de Tesouraria e Risco de Capital proporciona a supervisão do risco de capital. A produção do processo interno de avaliação da adequação de capital do Banco ("ICAAP") é da responsabilidade do departamento de Tesouraria do Banco.

#### Risco de pensão

O Banco mantém uma série de regimes de pensões com benefícios definidos para colaboradores passados e atuais. A capacidade dos regimes satisfazerem os pagamentos de pensões é conseguida através de investimentos e contribuições.

O risco de pensão surge porque o valor de mercado dos ativos do fundo de pensões pode diminuir; o retorno do investimento pode diminuir; ou o valor estimado dos passivos com pensões pode aumentar. O BBI monitoriza os riscos de pensão decorrentes dos seus regimes de pensões com benefícios definidos e trabalha com os principais administradores fiduciários do fundo de pensões para colmatar as carências. Nestas circunstâncias, poderia ser exigido ao Banco, ou poderia escolher, fazer contribuições extra para o fundo de pensões.

### Risco de taxa de juro na carteira bancária

#### Visão geral

O risco de taxa de juro na carteira bancária ("IRRBB") resulta das atividades de depósitos e empréstimos de clientes, bem como de financiamento. O risco de o Banco estar exposto a uma volatilidade de capital ou dos rendimentos devido a um desfasamento entre as exposições da taxa de juro dos seus ativos e passivos (não transacionados). Porém, o Banco permanece suscetível ao risco de taxa de juro e outros riscos de mercado não-transacionado de fontes fundamentais:

- **Risco de taxa de juro e alteração de preços:** o risco de que o rendimento de juros líquido possa ser afetado negativamente por uma alteração nas taxas de juro, diferenças no tempo das alterações na taxa de juro entre ativos e passivos, e outras limitações à alteração das taxas de juro, de acordo com os termos e condições de cada produto.
- **Risco comportamental do cliente:** o risco de que a margem financeira possa ser afetada negativamente pelo poder discricionário que os clientes e as contrapartes possam ter em relação às suas obrigações contratuais com o Banco. Este risco é muitas vezes referido pelos reguladores do setor como "risco de opção embutida".

# Análise de risco

## Gestão dos riscos principais

### Organização, funções e responsabilidades

O ALCO do Banco é responsável pela monitorização e gestão do risco IRRBB, de acordo com os objetivos de gestão e quadros de risco do Banco. O Comité de Risco monitoriza e avalia o perfil de risco IRRBB e o ambiente de controlo, fornecendo uma supervisão de segunda linha da gestão do risco IRRBB. O BRC avalia o perfil de risco de taxa de juro, incluindo a avaliação, pelo menos uma vez por ano, da apetência pelo risco e o impacto dos cenários de esforço no risco de taxa de juro das carteiras bancárias do Banco.

Além disso, a política de IRRBB do Banco define os processos e controlos chave necessários para identificar todos os riscos IRRBB resultantes das operações da carteira bancária, de forma a monitorizar as exposições ao risco através de um conjunto de métricas, com uma frequência de acordo com o horizonte de gestão de risco, e de forma a gerir estes riscos dentro dos limites e da apetência pelo risco definidos.

### Gestão de risco operacional

O risco de perda para o Banco por processos ou sistemas inadequados ou deficientes, fatores humanos ou devido a eventos externos (por exemplo, fraude) onde a causa principal não se deve a riscos de crédito ou de mercado.

### Visão Geral

A gestão de risco operacional tem três objetivos principais:

- fornecer uma capacidade de risco operacional detida e utilizada por líderes empresariais para permitir decisões de risco sólidas a longo prazo;
- fornecer as estruturas, políticas e ferramentas para permitir à gestão o cumprimento das suas responsabilidades de gestão de riscos, enquanto a segunda linha de defesa fornece uma supervisão e contestação sólidas, independentes e eficazes; e
- permitir uma medição consistente e agregada do risco operacional que forneça conhecimentos claros e relevantes, de modo a que possam ser tomadas as ações de gestão corretas para manter o perfil de risco operacional em consonância com a estratégia do Banco, a apetência de risco declarada e as necessidades das partes interessadas.

O Banco opera num sistema de controlo interno que permite à unidade de negócio ser transacionada e assumir o risco sem se expor a potenciais perdas inaceitáveis ou a danos contra a reputação.

### Organização, funções e responsabilidades

A principal responsabilidade pela gestão do risco operacional e o cumprimento dos requisitos de controlo recai sobre as empresas e unidades funcionais onde o risco surge. O perfil de risco operacional e o ambiente de controlo é revisto pela gestão empresarial através de reuniões específicas que abrangem estes temas. As questões de risco operacional reportadas nestas reuniões são consideradas através da segunda linha de reuniões de revisão da defesa. Dependendo da sua natureza, os resultados destas reuniões são apresentados ao Fórum do Perfil de Risco Operacional, ao Comité de Risco Operacional, ao BRC do Banco ou ao BAC do Banco.

Os negócios e as funções são obrigados a comunicar os seus riscos operacionais, tanto numa base regular como numa base impulsionada por eventos. Os relatórios incluem um perfil dos riscos materiais que possam ameaçar a realização dos seus objetivos e a eficácia dos controlos-chave, eventos de risco operacional e uma análise de cenários.

O Chefe de Risco Operacional do Grupo Barclays é responsável por estabelecer, possuir e manter um Quadro de Gestão de Risco Operacional adequado e transversal a Grupo Barclays e por supervisionar a carteira de risco operacional em todo o Grupo Barclays. O Diretor de Risco Operacional do Banco é responsável por recomendar a ação pelo Banco do Quadro de Risco Operacional, assegurando que os requisitos específicos do Banco são reconhecidos através das Adendas do Banco, se for caso disso, e é responsável pelo acompanhamento da carteira de risco operacional em todo o Banco.

O departamento de Risco Operacional atua numa capacidade de defesa de segunda linha, e é responsável pela definição e supervisão da implementação do quadro, e pelo controlo do perfil de risco operacional do Barclays. O departamento de Risco Operacional alerta a gestão quando os níveis de risco excedem a tolerância aceitável, no sentido da tomada de decisões e ações atempadas pela primeira linha de defesa.

São preparados, regularmente, relatórios específicos por Risco Operacional para o Comité de Risco do BBI e para o BRC do Banco.

### Categorias de risco operacional

Os riscos operacionais são agrupados em categorias de risco para apoiar a gestão eficaz do risco, a medição e a elaboração de relatórios. Estes incluem: Risco de Gestão de Dados; Risco de Relatórios Financeiros; Risco de Fraude; Risco de Segurança da Informação e Risco Informático; Risco de Planeamento da Resiliência Operacional; Risco de Processamento de Pagamentos; Risco de Pessoas; Risco de Instalações; Risco de Segurança Física; Risco de Gestão de Aplicação de Mudanças; Risco de Fornecedor; Risco Fiscal; Risco Tecnológico; e Risco de Operações de Transação.

Para além do acima referido, o risco operacional engloba o risco associado ao cumprimento dos requisitos regulamentares prudenciais do Planeamento da Resolução do Grupo.

### Riscos associados

O Barclays também reconhece que existem certas ameaças/fatores de risco que estão interligados e têm o potencial de afetar os objetivos estratégicos do Banco. Estes riscos são designados por riscos associados e exigem uma abordagem global e integrada de gestão e/ou comunicação de riscos. Os riscos associados do Banco incluem os riscos cibernéticos, de dados, de resiliência e de fornecedores de serviços terceiros.

Para as definições das categorias de risco operacional do Banco e dos riscos associados, consulte o Relatório do Pilar 3 do Banco.

# Análise de risco

## Gestão dos riscos principais

### Gestão do risco de modelo

O risco das possíveis consequências adversas de decisões baseadas em resultados e relatórios de modelos incorretos ou mal utilizados.

#### Visão Geral

O Banco utiliza modelos para apoiar uma vasta gama de atividades, incluindo a informação de decisões e estratégias de negócio, medição e limitação de riscos, avaliação de exposições, realização de testes de esforço, avaliação da adequação de capital, gestão de ativos de clientes ou cumprimento de requisitos para apresentação de relatórios.

#### Organização, funções e responsabilidades

O Grupo Barclays tem um departamento dedicado ao Modelo de Gestão de Risco (MRM), o qual consiste em cinco equipas: (i) Unidade de Validação Independente (IVU), responsável pela validação e aprovação dos modelos; (ii) Governança do Risco de Modelo do Grupo, responsável pela governação do risco de modelo, controlos e relatórios, bem como pela supervisão da conformidade da comunidade de proprietários de modelos com o Quadro de Risco de Modelo; (iii) Equipa do Quadro, responsável pela Política de Risco de Modelo e pelas normas associadas; (iv) Estratégia e Transformação, responsável pelo inventário, estratégia, comunicações e gestão empresarial; e (v) Medição e Quantificação do Risco de Modelo (MRMQ), responsável pela conceção do quadro e da metodologia para medir e, sempre que possível, quantificar o risco de modelo. É também responsável pelo Centro de Validação Estratégica de Excelência ('VCoE'), o qual é um departamento independente de garantia de qualidade dentro do MRM com o papel de rever e desafiar os resultados da validação.

A principal responsabilidade pela identificação e gestão do risco de modelo e pelo cumprimento dos requisitos de controlo recai sobre os utilizadores do modelo e funções de apoio em que o risco surge. O Diretor-Geral de Gestão do Risco de Modelo do Grupo é responsável pela supervisão eficaz, gestão e reporte do risco de modelo, de acordo com Quadro de Risco Principal para o Risco de Modelo.

O Conselho do Banco atribuiu ao Comité de Gestão de Modelo a responsabilidade de supervisão executiva das questões do modelo e do risco do modelo dentro do Banco. O Comité de Gestão de Modelo reporta as questões para os comités executivos de Risco ou Controlo do Banco, conforme apropriado, e são fornecidas atualizações regulares ao Conselho do Banco. O Comité de Gestão de Modelos é apoiado pela função de Governança e Revisão do Risco de Modelo do Banco (MRGR). O Diretor do MRGR responde (i) perante o Diretor da Gestão do Risco de Modelo do Banco, uma função integrada na equipa de Governança do Risco de Modelo do Grupo; e (ii) localmente perante o CRO do Banco. O diretor do MRGR é responsável por garantir a adequação dos modelos ao Banco através da análise e contestação das validações e aprovações de modelos pela função de gestão do risco de modelo do Grupo; e através da análise e contestação dos quadros, políticas, normas e procedimentos de risco de modelo.

O quadro de risco de modelo consiste na política e normas de risco de modelo. A política prescreve requisitos de ponta a ponta para todo o Grupo Barclays para a identificação, medição e gestão de risco do modelo, abrangendo documentação, desenvolvimento, monitorização, revisão anual, validação e aprovação independentes, processos de alteração e informação do modelo. Esta política é apoiada por normas globais que abrangem o inventário dos modelos, a documentação, a validação, os testes e a monitorização, as sobreposições, a apetência pelo risco e os testes de resistência aos modelos mais complexos.

As principais atividades de gestão de risco do modelo incluem:

- Identificar corretamente os modelos em todas as áreas relevantes do Banco e os modelos registados na Base de Dados de Modelos do Grupo (GMD), o inventário do modelo de todo o Grupo Barclays.
- Garantir que cada modelo tem um titular responsável por esse modelo. O titular do modelo deve assinar os modelos antes da apresentação à IVU para validação e garantir que são apresentados e que se mantêm adequados para o objetivo.
- Garantir que todos os modelos são objeto de validação e aprovação pela IVU, antes de serem usados e numa base contínua.
- Definir a apetência pelo risco do modelo em termos de tolerância ao risco e métricas qualitativas, que são utilizados para acompanhar e reportar o risco de modelo.

### Gestão de risco de conduta

O risco de resultados negativos ou danos para clientes ou mercados, decorrentes do fornecimento dos produtos e serviços do Banco.

#### Visão Geral

O Banco define, gere e reduz o risco de conduta com o objetivo de proporcionar bons resultados aos clientes e proteger a integridade do mercado.

O risco de conduta incorpora riscos de manutenção da integridade do mercado, proteção do cliente, crime financeiro, conceção do produto e revisão.

#### Organização, funções e responsabilidades

O Quadro de Gestão de Risco de Conduta (CRMF) descreve a forma como o Banco gere e mede o perfil de risco de conduta. O Diretor de Cumprimento Normativo do Grupo Barclays é responsável pelo desenvolvimento, manutenção e supervisão de um CRMF transversal ao Grupo. Isto inclui a definição e a propriedade das políticas relevantes em matéria de risco de conduta, que especificam os objetivos de controlo, os princípios e outros requisitos essenciais para as atividades do Banco. O Diretor de Cumprimento Normativo do Banco supervisiona o desempenho destas responsabilidades para o Banco. Isto inclui o acompanhamento e a comunicação de informações sobre a aplicação coerente e a eficácia da implementação de controlos para gerir o risco de conduta. É da responsabilidade da primeira linha de defesa estabelecer controlos para gerir o seu desempenho e avaliar a conformidade com o CRMF.

Os Diretores sénior são responsáveis, dentro das suas áreas de responsabilidade, pela posse e gestão do risco de conduta, de acordo com o CRMF.

O departamento de Conformidade, enquanto função independente de segunda linha, assegura que os riscos de conduta são eficazmente identificados, geridos, controlados e encaminhados, e desempenha um papel fundamental para ajudar o Banco a obter os resultados corretos em matéria de conduta e a desenvolver uma cultura centrada na conduta.

A governação do risco de conduta no Banco é cumprida por meio de comités de gestão e de fóruns operados pela primeira e segunda linhas de defesa, com linhas de encaminhamento e comunicação ao Conselho. O Comité de Risco do BBI é o principal comité da segunda linha de governação para a supervisão do perfil de risco de conduta. As responsabilidades do Comité de Risco incluem a identificação e discussão de

# Análise de risco

## Gestão dos riscos principais

quaisquer riscos de conduta emergentes no Banco. O Comité de Conduta e Risco de Reputação do BBI, um sub-comité do Comité Executivo do Banco, dedica-se à supervisão executiva dos riscos de conduta dentro do BBI.

### Gestão de risco de reputação

O risco de que uma ação, transação, investimento, evento, decisão ou relação comercial reduza a confiança na integridade e competência do Banco.

#### Visão Geral

A redução da confiança na integridade e competência do Banco pode reduzir a atratividade do Banco para os clientes e outras partes interessadas, e resultar em publicidade negativa, perda de receitas, ação regulamentar ou legislativa, perda do negócio de clientes existentes e potenciais, reduzir a moral da força de trabalho e dificuldades no recrutamento de talentos. Em última análise, isto pode destruir o valor dos acionistas.

#### Organização, funções e responsabilidades

O Conselho do BBI é o órgão executivo responsável pela análise e monitorização da eficácia da gestão de risco de reputação do Banco. Dentro do Banco, o Comité de Risco de Conduta e Reputação, um subcomité do Comité Executivo do BBI, dedica-se à supervisão executiva do risco de conduta e reputação no seio do Banco e do Conselho, conforme apropriado.

O Diretor de Conformidade do Grupo é responsável pelo desenvolvimento de um Quadro de Gestão do Risco de Reputação ("RRMF"), e o Diretor de Políticas Públicas e Responsabilidade Empresarial é responsável pelo desenvolvimento de uma política de risco de reputação e normas associadas, incluindo tolerâncias em relação às quais os dados são monitorizados, comunicados e encaminhados, conforme necessário. O risco de reputação é persuasivo por natureza e pode ser difícil de quantificar, requerendo maior julgamento subjetivo do que os outros riscos. O RRMF define o que é necessário para gerir o risco de reputação em todo o Banco.

A responsabilidade principal pela identificação e gestão do risco de reputação e pela adesão aos requisitos de controlo recai sobre a empresa e as funções de apoio onde o risco surge. O Diretor de Conformidade do Banco é responsável pela supervisão independente de segunda linha do cumprimento do RRMF pelas empresas.

O Banco é obrigado a operar dentro da apetência pelo risco de reputação estabelecida e as unidades de negócio elaboram relatórios trimestrais destacando seus riscos e problemas de reputação atuais e potenciais mais significativos, e a forma como estão a ser geridos. Estes relatórios constituem uma importante fonte interna de informação para os relatórios trimestrais de risco de reputação, preparados para o Comité de Risco de Conduta e Reputação e revistos pelo Conselho do BBI.

### Gestão de risco jurídico

O risco de perda ou de imposição de sanções, indemnizações ou multas decorrentes do incumprimento pelo Banco das suas obrigações legais, incluindo requisitos regulamentares ou contratuais.

#### Visão Geral

O Banco não tem tolerância para infrações intencionais de leis, regulamentos ou outras obrigações legais. No entanto, a multiplicidade de leis e regulamentos em todo o mundo é muito dinâmica e a sua aplicação a circunstâncias particulares nem sempre é clara. Isto resulta num elevado nível de risco jurídico inerente que o Banco procura mitigar através da operação de um quadro de gestão de risco jurídico ao nível do Grupo Barclays, que requer a identificação de riscos jurídicos por profissionais jurídicos, o envolvimento de profissionais jurídicos em situações que têm o potencial de risco jurídico, e o encaminhamento do risco jurídico conforme necessário. Apesar destas ações de mitigação, o Banco opera com um nível de risco jurídico residual, para o qual tem uma tolerância limitada.

#### Organização, funções e responsabilidades

As empresas e departamentos do Banco são responsáveis por identificar e comunicar à Função Jurídica o risco jurídico na sua área, bem como pelo cumprimento dos requisitos de controlo.

A organização do departamento jurídico e o modelo de cobertura alinham os conhecimentos jurídicos com os negócios, as funções, os produtos, as atividades e as localizações geográficas, de modo a que o Banco receba aconselhamento jurídico e apoio dos profissionais jurídicos adequados, que trabalham em parceria de forma proativa para identificar, gerir e encaminhar os riscos jurídicos, conforme necessário. O Banco é apoiado especificamente pelo Conselho Geral do BBI, que recorre ao apoio do Departamento Jurídico mais amplo do Barclays, conforme apropriado.

Os quadros superiores da Função Jurídica do Barclays supervisionam, contestam e monitorizam o perfil de risco jurídico e a eficácia do ambiente de controlo do risco jurídico em todo o Grupo Barclays. O Departamento Jurídico não se inclui em nenhuma das Três Linhas de Defesa, mas dá apoio a todas. Com exceção do aconselhamento jurídico que presta ou adquire, o departamento jurídico está sujeito à supervisão da segunda linha de defesa.

O Conselho Geral do Grupo Barclays é responsável pelo desenvolvimento e manutenção de um quadro de gestão de riscos jurídicos transversal ao Grupo Barclays. Isto inclui a definição das políticas de risco jurídico relevante, o desenvolvimento da apetência pelo risco relativamente ao risco jurídico transversal ao Grupo Barclays, e a supervisão da implementação de controlos para gestão e reporte do risco jurídico.

O perfil de risco jurídico e o ambiente de controlo é revisto pela direção através de comités de risco empresarial e comités de controlo. O Comité de Risco do BBI é o órgão executivo responsável pela análise e controlo da eficácia da gestão do risco em todo o Banco. Existem vias de reporte deste comité para o Comité de Risco do Grupo Barclays e para o Comité de Risco do Conselho do BBI.

# Análise de risco

## Desempenho do risco climático

As informações apresentadas nesta secção, páginas 57 a 58, não foram auditadas, salvo indicação em contrário.

### Desempenho do risco climático

O impacto nos riscos financeiros e operacionais decorrentes das alterações climáticas através dos riscos físicos, dos riscos associados à transição para uma economia com menos emissões de carbono e dos riscos associados resultantes dos impactos de segunda ordem destes dois fatores nas carteiras. No âmbito do desempenho do risco climático, monitorizamos os ativos relacionados com o carbono e os setores de risco elevado, que são identificados como carteiras com uma exposição "elevada" aos riscos físicos e de transição das alterações climáticas.

### Ativos relacionados com o carbono

Divulgamos as concentrações de exposição de crédito a ativos relacionados com o carbono. A Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD) recomenda que os ativos relacionados com o carbono sejam os ativos ligados aos setores da energia, transportes, materiais e edifícios e agricultura, produtos alimentares e florestais. Todos os setores que o TCFD considera agora como ativos relacionados com o carbono incluem os setores que o Barclays considera estarem em risco elevado dos impactos das alterações climáticas. Estes podem ser consultados no quadro da página seguinte.

### Setores de risco elevado

O Barclays está a trabalhar para compreender os riscos associados aos setores sensíveis aos impactos das alterações climáticas. A divulgação de métricas de gestão de risco e exposições quantitativas de crédito apoia esta abordagem e o nosso alinhamento contínuo com as recomendações do TCFD. Os setores **destacados a azul** na tabela no verso representam os setores que o Grupo Barclays (incluindo o BBI) considera estarem em risco elevado devido aos impactos das alterações climáticas. No entanto, em cada setor existirá uma série de vulnerabilidades e, como tal, estes valores não representam exposições elevadas às emissões de carbono e não devem ser interpretados como um indicador da intensidade relativa do carbono. Estes setores foram identificados através de uma análise das classificações industriais do Barclays por carteira e comparados com fontes externas, com contributos adicionais de peritos na matéria.

Setor de risco elevado	Fatores de risco
Aviação	Regulamentação mais rigorosa em matéria de emissões atmosféricas e de carbono, que exige elevados níveis de investimento de capital e de despesas de Investigação e Desenvolvimento (I&D).
Automóvel	Pressão política no sentido de reduzir as emissões para cumprir os requisitos em matéria de emissões, o que exige elevados níveis de investimento de capital e de despesas em I&D. Eliminação progressiva dos veículos movidos a combustíveis fósseis e introdução de zonas de baixas emissões nos centros das cidades.
Cimento	Sendo um dos setores mais difíceis de reduzir, a pressão política para reduzir as emissões exige elevados níveis de investimento de capital e de despesas em I&D.
Extração de Carvão e Terminais de Carvão	Redução da procura de carvão térmico, à medida que os serviços públicos abandonam os combustíveis fósseis. Regulamentação mais rigorosa das emissões atmosféricas, resultando em níveis mais elevados de investimento de capital.
Químicos	Aumento da regulamentação ambiental, incluindo a regulamentação relativa ao carbono. Os esforços crescentes para eliminar os plásticos de utilização única e melhorar a reciclagem para evitar a poluição marinha poderão também ter impacto na procura de produtos utilizados no fabrico de plásticos.
Exploração mineira (incluindo empresas mineiras diversificadas)	Aumento dos custos em resultado de regulamentações ambientais mais rigorosas e do aumento do stress hídrico.
Petróleo e Gás	Pressão política para reduzir as emissões, exposição a impostos sobre o carbono e aumento global da regulamentação ambiental das operações e restrições ao acesso a novos recursos. Ao longo do tempo, a diminuição da procura de combustíveis fósseis
Serviços de Energia	Pressão política para reduzir as emissões, o que conduz a um aumento dos custos das despesas de capital, para além da potencial exposição a impostos sobre o carbono.
Agricultura	A evolução da tributação das emissões pode afetar os métodos de produção, a cadeia de abastecimento e a viabilidade das explorações agrícolas. Redução da procura de carne e produtos lácteos em consequência de mudanças no comportamento dos consumidores. As condições meteorológicas voláteis e os fenómenos meteorológicos extremos podem afetar a qualidade do crédito agrícola.
Expedição	Pressão política para reduzir as emissões, o que exige níveis mais elevados de investimento de capital.
Aço	Sendo um setor com utilização intensiva de energia, o setor está exposto à pressão política para reduzir as emissões e à evolução da regulamentação em matéria de poluição atmosférica
Transporte rodoviário	Pressão política para reduzir as emissões, o que exige elevados níveis de investimento de capital.



# Análise de risco

## Desempenho do risco climático

O quadro seguinte apresenta as exposições do Banco a setores elevados. Estes setores foram identificados através de uma análise das classificações industriais do Barclays por carteira e comparados com a Moody's e outras fontes externas, com a contribuição adicional de especialistas no assunto.

Durante 2022, o total de empréstimos e adiantamentos e compromissos de empréstimos com contrapartes relacionadas com o carbono aumentou 3,4 mM€, de 14,2 mM€ para 17,7 mM€. Esta evolução deveu-se, em grande medida, a um aumento de 3,8 mM€ dos compromissos de empréstimos. O principal fator para o aumento dos compromissos de empréstimo foi o aumento significativo dos preços do gás e da eletricidade na Europa, em resultado da guerra na Ucrânia. As empresas de energia eléctrica e as empresas de petróleo e gás foram confrontadas com requisitos de margens mais elevados para apoiar as coberturas e, por sua vez, exigiram que os bancos disponibilizassem facilidades de reserva para garantir que esses requisitos de margens pudessem ser sempre cumpridos. Além disso, os intervenientes no mercado industrial dos produtos químicos e dos automóveis foram particularmente afetados pelo aumento dos custos da energia e solicitaram novos compromissos de empréstimos para reforçar a liquidez na sequência do aumento dos custos dos fatores de produção da energia. Algumas destas instalações nunca foram utilizadas em 2022.

A descida dos preços da energia no final de 2022, na sequência de um inverno mais quente do que o previsto, bem como as medidas governamentais, refletem-se na redução dos empréstimos e adiantamentos a contrapartes relacionadas com o carbono, que diminuíram 0,4 mM€.

### Ativos relacionados com o carbono (incluindo discriminação por subsector)

	2022 M€			2021 M€		% Variação	
	Empréstimos e adiantamentos	Compromissos de empréstimos	Total	Empréstimos e adiantamentos	Compromissos de empréstimos		
<b>Empréstimos e adiantamentos</b>							
<b>Agricultura, Produtos Alimentares e Florestais</b>	<b>210</b>	<b>1.006</b>	<b>1.216</b>	226	1.064	1.290	(6%)
Agricultura	—	75	75	—	77	77	
Alimentação, Bebidas e Tabaco	202	827	1.029	222	841	1.063	
Papel e Produtos Florestais	8	104	112	4	146	150	
<b>Energia</b>	<b>331</b>	<b>7.081</b>	<b>7.412</b>	1.024	3.966	4.990	49%
Extração de Carvão e Terminais de Carvão	—	—	—	—	—	—	
Petróleo e Gás	157	2.544	2.701	605	1.409	2.014	
Serviços de Energia	174	4.537	4.711	419	2.557	2.976	
<b>Materiais e Construção</b>	<b>786</b>	<b>5.256</b>	<b>6.042</b>	510	4.747	5.256	15%
Cimento	—	2	2	1	152	153	
Químicos	100	1.283	1.383	74	1.126	1.200	
Construção e Materiais	118	643	761	102	772	874	
Construção de Casas e Promoção Imobiliária	27	68	95	46	101	147	
Fabricação	205	2.495	2.700	141	1.868	2.009	
Metais	48	30	78	14	—	14	
Exploração mineira (Incl. mineiros diversificados)	22	64	86	1	19	20	
Fabricantes de Embalagens: Metal, Vidro e Plásticos	5	39	44	—	45	45	
Gestão e Promoção Imobiliária	261	632	893	131	663	794	
Aço	—	—	—	—	—	—	
<b>Transporte</b>	<b>295</b>	<b>2.704</b>	<b>2.999</b>	235	2.459	2.694	11%
Automóvel	106	1.959	2.065	14	1.808	1.822	
Aviação	107	284	391	111	223	334	
Outros Serviços de Transporte	81	377	458	110	343	453	
Portos	—	—	—	—	—	—	
Transporte rodoviário	1	84	85	—	85	85	
Expedição	—	—	—	—	—	—	
<b>Subtotal (Setores de risco elevado)</b>	<b>667</b>	<b>10.832</b>	<b>11.499</b>	1.225	7.456	8.681	32%
<b>Ativos relacionados com o carbono</b>	<b>1.622</b>	<b>16.047</b>	<b>17.669</b>	1.995	12.235	14.230	24%
<b>Total geral</b>							
Total de empréstimos e adiantamentos e compromissos de empréstimos	15.360	32.460	47.820	13.986	27.425	41.411	15%
<b>Ativos relacionados com o carbono / Total de empréstimos e adiantamentos e compromissos de empréstimo</b>	<b>11%</b>	<b>49%</b>	<b>37%</b>	14%	45%	34%	

# Análise de risco

## Desempenho do risco de crédito

Todas as divulgações incluídas nesta secção, da página 59 à 96, não foram auditadas, salvo indicação contrária.

### Visão Geral

O risco de crédito representa um risco significativo para o Banco e decorre, principalmente, da exposição a empréstimos e adiantamentos a grossistas e retalhistas, juntamente com o risco de crédito da contraparte decorrente de contratos de derivados celebrados com clientes.

As divulgações do risco de crédito incluem muitas das recomendações do Grupo de Trabalho sobre as Divulgações sobre Perdas de Crédito Esperadas ("DECL") e espera-se que as divulgações relevantes continuem a ser desenvolvidas em períodos futuros.

### Resumo do desempenho no período

**Exposição bruta:** Os empréstimos e adiantamentos brutos ao custo de amortização a clientes e bancos aumentaram 1,5 mM€, em comparação com 14,4 mM€ em 2021. Este valor inclui um aumento de 1,4 mM€ nos empréstimos grossistas e nos investimentos de Tesouraria. Além disso, um aumento de 0,6 mM€ no Consumer Bank Europe foi compensado por uma redução de 0,6 mM€ na carteira hipotecária italiana. As exposições extrapatrimoniais aumentaram 5,5 mM€ em comparação com 29,9 mM€ em 2021, principalmente devido ao crescimento dos empréstimos grossistas.

**Exposição máxima:** Durante 2022, a exposição líquida do Banco ao risco de crédito aumentou 16,5% para 95,9 mM€ (2021: 82,4 mM€), devido sobretudo ao aumento da liquidez detida nos bancos centrais (6 mM€), aos compromissos de empréstimos extrapatrimoniais (5 mM€) e às garantias em numerário e saldos de liquidação (1 mM€), todos eles considerados de menor risco. No geral, o Banco detinha uma mitigação face à sua exposição total que se manteve relativamente estável em 43% (2021: 44%).

**Qualidade do crédito:** Registou-se um aumento gradual dos incumprimentos, impulsionado pela retoma de uma atividade de despesa mais regular e pela deterioração das perspetivas macroeconómicas. No setor grossista, os empréstimos a setores de alto risco, bem como a carteira mais alargada beneficiaram de uma exposição de elevada qualidade e de proteção do crédito. É apresentada uma análise mais aprofundada da qualidade de crédito dos ativos na secção sobre a abordagem da gestão e representação da qualidade de crédito.

**Decomposição das fases:** Registou-se um aumento líquido de 0,3 mM€ nas exposições brutas da Fase 2, devido, em grande medida, ao aumento das PI decorrentes de despesas mais elevadas e de uma previsão macroeconómica mais fraca nos cartões de crédito e nos empréstimos não garantidos. Os saldos da Fase 3 mantêm-se estáveis em relação a 2021. *Consulte as páginas 70 e 71 para mais detalhes.*

**Cenário:** Durante o ano, o risco económico decorrente da pandemia da COVID-19 diminuiu; no entanto, manteve-se a incerteza económica associada à inflação elevada e ao aumento das tensões geopolíticas. Para o quarto trimestre de 2022, os cenários macroeconómicos foram atualizados e foram concebidos com base numa vasta gama de resultados económicos.

**PCE:** As provisões para PCE aumentaram 110 M€, passando de 477 M€ para 587 M€, devido ao aumento dos encargos por imparidades durante o ano, principalmente devido à deterioração macroeconómica. O rácio de cobertura do balanço para empréstimos e adiantamentos a clientes e bancos aumentou de 3,1% em 2021 para 3,4% em 2022.

**Encargo:** Os encargos por imparidade do crédito (líquidos) aumentaram 264 M€ para um encargo de 167 M€ (2021: libertação líquida de 97 M€), impulsionados pelo aumento líquido da imparidade modelada em resposta à deterioração macroeconómica, parcialmente compensado pela libertação de ajustamentos pós-modelo relacionados com a COVID.

**Ajustamentos de gestão:** Os PMA relativos à incerteza macroeconómica a 31 de dezembro de 2022 ascendem a 13 M€ (2021: 80 M€). A redução deve-se à implementação de ajustamentos de incerteza relacionados com a COVID e a deterioração macroeconómica captada nos resultados do modelo. *Para mais detalhes, consulte a secção Ajustamento de gestão para modelos para imparidade nas páginas 72 e 73.*

**Clima:** Embora não tenham existido encargos identificáveis separadamente relacionados com o risco climático nas PCE comunicadas em 2022, reconhece-se que a imparidade pode aumentar ao longo do tempo, à medida que os riscos climáticos se tornam mais tangíveis e que consumidores e clientes sofrem o seu impacto através de riscos físicos ou na forma de consequências da transição para uma economia com baixas emissões de carbono.

Para mais detalhes, consulte a secção Demonstrações financeiras, na Nota 8 Encargos/(libertações) para imparidade de crédito. A descrição da terminologia pode ser consultada no glossário, disponível em [home.barclays/annualreport](http://home.barclays/annualreport). *Para mais detalhes sobre governação, políticas e procedimentos, consulte a secção de Gestão de risco de crédito.*



# Análise de risco

## Desempenho do risco de crédito

### Exposição máxima e efeitos de cálculo de posições líquidas, garantias e transferência de risco

#### Base de preparação

As tabelas seguintes apresentam uma reconciliação entre a exposição máxima do Banco e a exposição líquida ao risco de crédito, refletindo os efeitos financeiros da mitigação do risco para reduzir a exposição do Banco.

Para os ativos financeiros reconhecidos no balanço, a exposição máxima ao risco de crédito representa o valor contábilístico do balanço após a provisão de imparidade. Para garantias extrapatrimoniais, a exposição máxima é a quantidade máxima que o Banco terá de pagar se as garantias forem acionadas. Para compromissos de empréstimos e outros relacionados com crédito que são irrevogáveis durante a vida das respectivas facilidades, a exposição máxima é o valor total das facilidades contratuais.

Isto e as subsequentes análises do risco de crédito excluem outros ativos financeiros que não estejam sujeitos a risco de crédito.

#### Garantias obtidas

Sempre que tenha sido obtida uma garantia em caso de incumprimento, por regra, o Banco não utiliza esses ativos para as suas próprias operações. Estes são normalmente vendidos em tempo útil. O valor contábilístico dos ativos detidos pelo Banco a 31 de dezembro de 2022, na sequência da execução da garantia, foi de 0€ (2021: 0€).

# Análise de risco

## Desempenho do risco de crédito

### Exposição máxima e efeitos do cálculo de posições líquidas, garantias e transferências de risco (auditado)

	Exposição máxima	Cálculo de posições líquidas e compensação	Garantia monetária	Garantia não-monetária	Transferência de risco	Exposição líquida
A 31 de dezembro de 2022	M€	M€	M€	M€	M€	M€
<b>Rubricas patrimoniais:</b>						
<b>Caixa e disponibilidades em bancos centrais</b>	<b>30.540</b>	—	—	—	—	<b>30.540</b>
<b>Garantias em numerário e saldos de liquidação</b>	<b>18.540</b>	—	—	—	—	<b>18.540</b>
<b>Empréstimos e adiantamentos a custo amortizado:</b>						
Empréstimos à habitação	4.405	—	—	(4.402)	—	3
Cartões de crédito, créditos a retalho sem garantia e outros	4.700	—	(83)	(134)	(9)	4.474
Empréstimos grossistas	4.843	—	—	(662)	(2.141)	2.040
<b>Empréstimos e adiantamentos a clientes</b>	<b>13.948</b>	—	(83)	(5.198)	(2.150)	<b>6.517</b>
Empréstimos e adiantamentos a bancos	1.412	—	—	—	—	1.412
<b>Total de empréstimos e adiantamentos a custo amortizado</b>	<b>15.360</b>	—	(83)	(5.198)	(2.150)	<b>7.929</b>
<b>Dos quais com imparidade de crédito (Fase 3):</b>						
Empréstimos à habitação	144	—	—	(144)	—	—
Cartões de crédito, créditos a retalho sem garantia e outros	82	—	—	(43)	—	39
Empréstimos grossistas	120	—	—	(1)	(79)	40
<b>Total de empréstimos e adiantamentos com imparidade a custo amortizado</b>	<b>346</b>	—	—	(188)	(79)	<b>79</b>
<b>Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares</b>	<b>1.764</b>	—	—	(1.764)	—	—
<b>Ativos da carteira de negociação:</b>						
Títulos de dívida	7.307	—	—	—	—	7.307
Empréstimos transacionados	255	—	—	—	(54)	201
<b>Ativos da carteira de negociação</b>	<b>7.562</b>	—	—	—	(54)	<b>7.508</b>
<b>Ativos financeiros pelo justo valor através da demonstração de resultados:</b>						
Empréstimos e adiantamentos	1.767	—	—	(323)	—	1.444
Títulos de dívida	24	—	—	—	—	24
Acordos de revenda	15.423	—	(887)	(14.536)	—	—
<b>Total de ativos financeiros pelo justo valor através da demonstração de resultados</b>	<b>17.214</b>	—	(887)	(14.859)	—	<b>1.468</b>
<b>Instrumentos financeiros derivados</b>	<b>40.439</b>	(23.787)	(12.797)	(1.651)	(1.496)	<b>708</b>
<b>Outros ativos</b>	<b>377</b>	—	—	—	—	<b>377</b>
<b>Total de rubricas patrimoniais</b>	<b>131.796</b>	(23.787)	(13.767)	(23.472)	(3.700)	<b>67.070</b>
<b>Rubricas extrapatrimoniais:</b>						
Passivos contingentes e Garantias Financeiras	4.771	—	(113)	(7)	(610)	4.041
Compromissos de empréstimo	32.460	—	(19)	(288)	(7.332)	24.821
<b>Total extrapatrimonial</b>	<b>37.231</b>	—	(132)	(295)	(7.942)	<b>28.862</b>
<b>Total</b>	<b>169.027</b>	(23.787)	(13.899)	(23.767)	(11.642)	<b>95.932</b>

As exposições extrapatrimoniais são apresentadas brutas de provisões de 46 M€ (2021: 27 M€). Consulte a Nota 25 para mais detalhes. Para além do acima referido, o Banco mantém acordos de revenda com início no futuro no montante de 9,4 mM€ (2021: 7,2 mM€). Para mais informações sobre técnicas de atenuação do risco de crédito, consulte a secção de gestão do risco de crédito.

# Análise de risco

## Desempenho do risco de crédito

### Exposição máxima e efeitos do cálculo de posições líquidas, garantias e transferência de risco (auditado)

A 31 de dezembro de 2021	Exposição máxima M€	Cálculo de posições líquidas e compensação M€	Garantia monetária M€	Garantia não monetária M€	Transferência do risco M€	Exposição líquida M€
<b>Rubricas patrimoniais:</b>						
<b>Caixa e disponibilidades em bancos centrais</b>	24.125	—	—	—	—	24.125
<b>Garantias em numerário e saldos de liquidação</b>	17.651	—	—	—	—	17.651
<b>Empréstimos e adiantamentos a custo amortizado:</b>						
Empréstimos à habitação	4.951	—	—	(4.941)	—	10
Cartões de crédito, créditos a retalho sem garantia e outros	4.154	—	(45)	(133)	(25)	3.951
Empréstimos grossistas	3.978	—	—	(288)	(1.105)	2.585
<b>Empréstimos e adiantamentos a clientes</b>	13.083	—	(45)	(5.362)	(1.130)	6.546
Empréstimos e adiantamentos a bancos	903	—	—	—	—	903
<b>Total de empréstimos e adiantamentos a custo amortizado</b>	13.986	—	(45)	(5.362)	(1.130)	7.449
<b>Dos quais com imparidade de crédito (Fase 3):</b>						
Empréstimos à habitação	155	—	—	(155)	—	—
Cartões de crédito, créditos a retalho sem garantia e outros	120	—	—	(63)	—	57
Empréstimos grossistas	97	—	—	(3)	—	94
<b>Total de empréstimos e adiantamentos com imparidade a custo amortizado</b>	372	—	—	(221)	—	151
<b>Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares</b>	3.228	—	—	(3.228)	—	—
<b>Ativos da carteira de negociação:</b>						
Títulos de dívida	7.423	—	—	—	—	7.423
Empréstimos transacionados	638	—	—	—	—	638
<b>Total ativos da carteira de negociação</b>	8.061	—	—	—	—	8.061
<b>Ativos financeiros pelo justo valor através da demonstração de resultados:</b>						
Empréstimos e adiantamentos	726	—	—	(333)	—	393
Títulos de dívida	24	—	—	—	—	24
Acordos de revenda	14.601	—	(149)	(14.452)	—	—
<b>Total de ativos financeiros pelo justo valor através da demonstração de resultados</b>	15.351	—	(149)	(14.785)	—	417
<b>Instrumentos financeiros derivados</b>	33.875	(21.928)	(9.666)	(699)	(93)	1.489
<b>Outros ativos</b>	181	—	—	—	—	181
<b>Total de rubricas patrimoniais</b>	116.458	(21.928)	(9.860)	(24.074)	(1.223)	59.373
<b>Rubricas extrapatrimoniais:</b>						
Passivos contingentes	4.059	—	—	(5)	(393)	3.661
Compromissos de empréstimo	27.425	—	(1)	(215)	(7.861)	19.348
<b>Total extrapatrimonial</b>	31.484	—	(1)	(220)	(8.254)	23.009
<b>Total</b>	147.942	(21.928)	(9.861)	(24.294)	(9.477)	82.382

## Perdas de Crédito Esperadas

### Provisão por imparidade (auditado)

A 31 de dezembro	2022 M€	2021 M€
Em empréstimos e adiantamentos a custo amortizado	541	450
Em compromissos de empréstimos e garantias financeiras	46	27
<b>Total de provisão de imparidade</b>	<b>587</b>	477

# Análise de risco

## Desempenho do risco de crédito

### Empréstimos e adiantamentos ao custo amortizado por produto

A tabela em baixo apresenta uma discriminação dos empréstimos e adiantamentos ao custo amortizado e a provisão de imparidade com a atribuição da fase por classificação do ativo.

A provisão de imparidade ao abrigo da IFRS 9 tem em consideração a exposição tanto à contraparte utilizada como à não utilizada. Para carteiras retalhistas, a provisão total por imparidade é atribuída à exposição utilizada, desde que a provisão não exceda a exposição, visto que a PCE não é comunicada separadamente e qualquer excesso é reportado no passivo do balanço como uma provisão. Para carteiras grossistas, a provisão de imparidade sobre a exposição não extraída é registada no lado do passivo do balanço como uma provisão.

### Empréstimos e adiantamentos ao custo amortizado por produto (auditado)

A 31 de dezembro de 2022	Fase 2						
	Fase 1	Não vencidos	<=30 dias vencidos	>30 dias vencidos	Total	Fase 3	Total
	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€
<b>Exposição bruta</b>							
Empréstimos à habitação	4.025	247	11	7	265	190	4.480
Cartões de crédito, empréstimos sem garantia e outros créditos a retalho empréstimos	3.644	1.095	42	37	1.174	261	5.079
Empréstimos grossistas	4.032	711	27	—	738	158	4.928
<b>Empréstimos e adiantamentos a clientes</b>	<b>11.701</b>	<b>2.053</b>	<b>80</b>	<b>44</b>	<b>2.177</b>	<b>609</b>	<b>14.487</b>
Empréstimos e adiantamentos a bancos	1.394	18	—	—	18	2	1.414
<b>Total<sup>a</sup></b>	<b>13.095</b>	<b>2.071</b>	<b>80</b>	<b>44</b>	<b>2.195</b>	<b>611</b>	<b>15.901</b>
<b>Provisão por Imparidade</b>							
Empréstimos à habitação	3	23	2	1	26	46	75
Cartões de crédito, empréstimos sem garantia e outros créditos a retalho empréstimos	41	139	8	12	159	179	379
Empréstimos grossistas	22	25	—	—	25	38	85
<b>Empréstimos e adiantamentos a clientes</b>	<b>66</b>	<b>187</b>	<b>10</b>	<b>13</b>	<b>210</b>	<b>263</b>	<b>539</b>
Empréstimos e adiantamentos a bancos	—	—	—	—	—	2	2
<b>Total<sup>a</sup></b>	<b>66</b>	<b>187</b>	<b>10</b>	<b>13</b>	<b>210</b>	<b>265</b>	<b>541</b>
<b>Exposição líquida</b>							
Empréstimos à habitação	4.022	224	9	6	239	144	4.405
Cartões de crédito, empréstimos sem garantia e outros créditos a retalho empréstimos	3.603	956	34	25	1.015	82	4.700
Empréstimos grossistas	4.010	686	27	—	713	120	4.843
<b>Empréstimos e adiantamentos a clientes</b>	<b>11.635</b>	<b>1.866</b>	<b>70</b>	<b>31</b>	<b>1.967</b>	<b>346</b>	<b>13.948</b>
Empréstimos e adiantamentos a bancos	1.394	18	—	—	18	—	1.412
<b>Total<sup>a</sup></b>	<b>13.029</b>	<b>1.884</b>	<b>70</b>	<b>31</b>	<b>1.985</b>	<b>346</b>	<b>15.360</b>
<b>Índice de cobertura</b>	<b>%</b>	<b>%</b>	<b>%</b>	<b>%</b>	<b>%</b>	<b>%</b>	<b>%</b>
Empréstimos à habitação	0,1	9,3	18,2	14,3	9,8	24,2	1,7
Cartões de crédito, empréstimos sem garantia e outros créditos a retalho empréstimos	1,1	12,7	19,0	32,4	13,5	68,6	7,5
Empréstimos grossistas	0,5	3,5	—	—	3,4	24,1	1,7
<b>Empréstimos e adiantamentos a clientes</b>	<b>0,6</b>	<b>9,1</b>	<b>12,5</b>	<b>29,5</b>	<b>9,6</b>	<b>43,2</b>	<b>3,7</b>
Empréstimos e adiantamentos a bancos	—	—	—	—	—	100	0,1
<b>Total<sup>a</sup></b>	<b>0,5</b>	<b>9,0</b>	<b>12,5</b>	<b>29,5</b>	<b>9,6</b>	<b>43,4</b>	<b>3,4</b>

Os empréstimos e adiantamentos à habitação em Itália a custo amortizado reduziram para 4,5 mM€ (2021: 5,0 mM€) e continuam em *run-off* desde que as novas reservas cessaram em 2016. A carteira é garantida em imóveis destinados à habitação com um saldo médio ponderado de 57,4% de LTV de mercado (2021: 55,3%). A 31 de dezembro de 2022, o valor contabilístico da carteira onde se mantêm as moratórias era de 19 M€ (2021: 33 M€), representando 0,4% (2021: 0,7%) da carteira.

# Análise de risco

## Desempenho do risco de crédito

### Empréstimos e adiantamentos ao custo amortizado por produto (auditado)

A 31 de dezembro de 2021	Fase 2					Fase 3	Total
	Fase 1	Não vencidos	<=30 dias vencidos	>30 dias vencidos	Total		
Exposição bruta	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€
Empréstimos à habitação	4.355	473	7	5	485	196	5.036
Cartões de crédito, empréstimos sem garantia e outros créditos a retalho	3.440	682	25	28	735	288	4.463
Empréstimos grossistas	3.214	383	10	293	686	134	4.034
<b>Empréstimos e adiantamentos a clientes</b>	<b>11.009</b>	<b>1.538</b>	<b>42</b>	<b>326</b>	<b>1.906</b>	<b>618</b>	<b>13.533</b>
Empréstimos e adiantamentos a bancos	895	8	—	—	8	—	903
<b>Total<sup>a</sup></b>	<b>11.904</b>	<b>1.546</b>	<b>42</b>	<b>326</b>	<b>1.914</b>	<b>618</b>	<b>14.436</b>
<b>Provisão por Imparidade</b>							
Empréstimos à habitação	3	38	2	1	41	41	85
Cartões de crédito, empréstimos sem garantia e outros créditos a retalho	27	100	5	9	114	168	309
Empréstimos grossistas	4	14	—	1	15	37	56
<b>Empréstimos e adiantamentos a clientes</b>	<b>34</b>	<b>152</b>	<b>7</b>	<b>11</b>	<b>170</b>	<b>246</b>	<b>450</b>
Empréstimos e adiantamentos a bancos	—	—	—	—	—	—	—
<b>Total<sup>a</sup></b>	<b>34</b>	<b>152</b>	<b>7</b>	<b>11</b>	<b>170</b>	<b>246</b>	<b>450</b>
<b>Exposição líquida</b>							
Empréstimos à habitação	4.352	435	5	4	444	155	4.951
Cartões de crédito, empréstimos sem garantia e outros créditos a retalho	3.413	582	20	19	621	120	4.154
Empréstimos grossistas	3.210	369	10	292	671	97	3.978
<b>Empréstimos e adiantamentos a clientes</b>	<b>10.975</b>	<b>1.386</b>	<b>35</b>	<b>315</b>	<b>1.736</b>	<b>372</b>	<b>13.083</b>
Empréstimos e adiantamentos a bancos	895	8	—	—	8	—	903
<b>Total<sup>a</sup></b>	<b>11.870</b>	<b>1.394</b>	<b>35</b>	<b>315</b>	<b>1.744</b>	<b>372</b>	<b>13.986</b>
<b>Índice de cobertura</b>							
	%	%	%	%	%	%	%
Empréstimos à habitação	0,1	8,0	28,6	20,0	8,5	20,9	1,7
Cartões de crédito, empréstimos sem garantia e outros créditos a retalho	0,8	14,7	20,0	32,1	15,5	58,3	6,9
Empréstimos grossistas	0,1	3,7	—	0,3	2,2	27,6	1,4
<b>Empréstimos e adiantamentos a clientes</b>	<b>0,3</b>	<b>9,9</b>	<b>16,7</b>	<b>3,4</b>	<b>8,9</b>	<b>39,8</b>	<b>3,3</b>
Empréstimos e adiantamentos a bancos	—	—	—	—	—	—	—
<b>Total<sup>a</sup></b>	<b>0,3</b>	<b>9,8</b>	<b>16,7</b>	<b>3,4</b>	<b>8,9</b>	<b>39,8</b>	<b>3,1</b>

Nota

a Os outros ativos financeiros sujeitos a imparidade não incluídos na tabela acima incluem garantias em numerário e saldos de liquidação, e outros ativos. Estes têm uma exposição bruta total de 18.972 M€ (2021: 17.837 M€) e provisão de imparidade de 4 M€ (2021: 4 M€). Este montante é composto por 0€ (2021: 0€) de provisão de imparidade em 18.968 M€ (2021: 17.833 M€) ativos da Fase 1 e 4 M€ (2021: 4 M€) sobre 4 M€ (2021: 4 M€) de outros ativos da Fase 3.

# Análise de risco

## Desempenho do risco de crédito

Movimentos em exposição bruta e provisões de imparidade, incluindo provisões para compromissos de empréstimos e garantias financeiras

Os quadros seguintes apresentam uma reconciliação da abertura com o saldo final da exposição e da provisão para perdas por imparidade. Uma explicação da metodologia utilizada para determinar as provisões de imparidade de crédito é incluída na Nota 8. As transferências entre fases das tabelas foram refletidas como se tivessem ocorrido no início do ano. Os movimentos são mensurados ao longo de um período de 12 meses.

Empréstimos e adiantamentos a custo amortizado (auditado)	Fase 1		Fase 2		Fase 3		Total	
	Bruto	PCE	Bruto	PCE	Bruto	PCE	Bruto	PCE
	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€
<b>Empréstimos à habitação</b>								
<b>A 1 de janeiro de 2022</b>	<b>4355</b>	<b>3</b>	<b>485</b>	<b>41</b>	<b>196</b>	<b>41</b>	<b>5.036</b>	<b>85</b>
Transferências da Fase 1 para Fase 2	(136)	—	136	—	—	—	—	—
Transferências da Fase 2 para Fase 1 <sup>a</sup>	323	17	(323)	(17)	—	—	—	—
Transferências para a Fase 3	(13)	—	(27)	(4)	40	4	—	—
Transferências da Fase 3	—	—	28	2	(28)	(2)	—	—
Atividade de negócios durante o ano <sup>b</sup>	—	—	—	—	—	—	—	—
Alterações a modelos utilizados para cálculos	—	—	—	—	—	—	—	—
Levantamentos de crédito e reembolsos líquidos, reavaliação líquida e movimentos devido a alterações na exposição e nos parâmetros de risco	(298)	(17)	(17)	6	(7)	7	(322)	(4)
Reembolsos finais <sup>c</sup>	(206)	—	(17)	(2)	(7)	—	(230)	(2)
Alienações <sup>d</sup>	—	—	—	—	—	—	—	—
Abates <sup>e</sup>	—	—	—	—	(4)	(4)	(4)	(4)
<b>A 31 de dezembro de 2022<sup>f</sup></b>	<b>4025</b>	<b>3</b>	<b>265</b>	<b>26</b>	<b>190</b>	<b>46</b>	<b>4.480</b>	<b>75</b>
<b>Cartões de crédito, empréstimos sem garantia e outros créditos a retalho</b>								
<b>A 1 de janeiro de 2022</b>	<b>3.440</b>	<b>27</b>	<b>735</b>	<b>114</b>	<b>288</b>	<b>168</b>	<b>4.463</b>	<b>309</b>
Transferências da Fase 1 para Fase 2	(453)	(6)	453	6	—	—	—	—
Transferências da Fase 2 para Fase 1 <sup>a</sup>	165	30	(165)	(30)	—	—	—	—
Transferências para a Fase 3	(48)	(2)	(45)	(12)	93	14	—	—
Transferências da Fase 3	3	3	2	1	(5)	(4)	—	—
Atividade de negócios durante o ano <sup>b</sup>	1.358	15	78	12	11	8	1.447	35
Alterações a modelos utilizados para cálculos	—	—	—	—	—	—	—	—
Levantamentos de crédito e reembolsos líquidos, reavaliação líquida e movimentos devido a alterações na exposição e nos parâmetros de risco	(324)	(20)	125	69	(15)	66	(214)	115
Reembolsos finais <sup>c</sup>	(497)	(6)	(9)	(1)	(24)	(9)	(530)	(16)
Alienações <sup>d</sup>	—	—	—	—	(49)	(26)	(49)	(26)
Abates <sup>e</sup>	—	—	—	—	(38)	(38)	(38)	(38)
<b>A 31 de dezembro de 2022<sup>f</sup></b>	<b>3.644</b>	<b>41</b>	<b>1.174</b>	<b>159</b>	<b>261</b>	<b>179</b>	<b>5.079</b>	<b>379</b>
<b>Empréstimos grossistas<sup>g</sup></b>								
<b>A 1 de janeiro de 2022</b>	<b>4.109</b>	<b>4</b>	<b>694</b>	<b>15</b>	<b>134</b>	<b>37</b>	<b>4.937</b>	<b>56</b>
Transferências da Fase 1 para Fase 2	(261)	(1)	261	1	—	—	—	—
Transferências da Fase 2 para Fase 1 <sup>a</sup>	383	6	(383)	(6)	—	—	—	—
Transferências para a Fase 3	—	—	(37)	(2)	37	2	—	—
Transferências da Fase 3	—	—	18	—	(18)	—	—	—
Atividade de negócios durante o ano <sup>b</sup>	1.923	5	162	3	3	2	2.088	10
Alterações a modelos utilizados para cálculos	—	—	—	—	—	—	—	—
Levantamentos de crédito e reembolsos líquidos, reavaliação líquida e movimentos devido a alterações na exposição e nos parâmetros de risco	487	8	137	17	16	7	640	32
Reembolsos finais <sup>c</sup>	(1.215)	—	(59)	(3)	(4)	—	(1.278)	(3)
Alienações <sup>d</sup>	—	—	(37)	—	—	—	(37)	—
Abates <sup>e</sup>	—	—	—	—	(8)	(8)	(8)	(8)
<b>A 31 de dezembro de 2022<sup>f</sup></b>	<b>5.426</b>	<b>22</b>	<b>756</b>	<b>25</b>	<b>160</b>	<b>40</b>	<b>6.342</b>	<b>87</b>



# Análise de risco

## Desempenho do risco de crédito

Empréstimos e adiantamentos a custo amortizado (auditado)	Fase 1		Fase 2		Fase 3		Total	
	Bruto	PCE	Bruto	PCE	Bruto	PCE	Bruto	PCE
	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€
Empréstimos e adiantamentos a bancos	1.394	—	18	—	2	2	1.414	2
Empréstimos e adiantamentos a clientes	11.701	66	2.177	210	609	263	14.487	539
<b>Total</b>	<b>13.095</b>	<b>66</b>	<b>2.195</b>	<b>210</b>	<b>611</b>	<b>265</b>	<b>15.901</b>	<b>541</b>

### Notas

- a As exposições retornarão à Fase 1 quando deixarem de cumprir os critérios para um aumento significativo do risco de crédito. Isto significa que, no mínimo: todos os pagamentos devem estar atualizados, o teste de deterioração da PI já não deve ser cumprido, a conta já não deve estar classificada como de alto risco e o cliente deve ter demonstrado capacidade para manter pagamentos futuros.
- b A atividade comercial no ano não inclui levantamentos de crédito adicionais sobre a facilidade existente que são registados em "Levantamentos de crédito e reembolsos líquidos, reavaliação líquida e movimentos devido a alterações na exposição e nos parâmetros de risco".
- c Os reembolsos finais incluem o reembolso da linha de crédito encerrada durante o ano, enquanto os reembolsos parciais da linha de crédito existente figuram na rubrica "Levantamentos líquidos, reembolsos, nova medição líquida e movimentos devidos a alterações na exposição e nos parâmetros de risco".
- d A alienação de 49 M€ (2021: 43 M€) registada nos cartões de crédito, empréstimos não garantidos e outras carteiras de empréstimos a retalho referem-se a vendas de dívidas realizadas durante o ano. As alienações de 37 M€ (2021: 32 M€) registadas no âmbito de empréstimos grossistas dizem respeito à venda de dívidas.
- e Em 2022, as amortizações brutas ascenderam a 50 M€ (2021: 39 M€) e recuperações posteriores ao abate de 1 M€ (2021: 1 M€). As amortizações líquidas após a aplicação das recuperações ascenderam a 49 M€ (2021: 38 M€).
- f Os outros ativos financeiros sujeitos a imparidade não incluídos na tabela acima incluem garantias em numerário e saldos de liquidação, e outros ativos. Estes têm uma exposição bruta total de 18.972 M€ (2021: 17.837 M€) e provisão de imparidade de 4 M€ (2021: 4 M€). Este montante é composto por 0€ (2021: 0€) de provisão de imparidade em 18.968 M€ (2021: 17.833 M€) ativos da Fase 1 e 4 M€ (2021: 4 M€) sobre 4 M€ (2021: 4 M€) de outros ativos da Fase 3.
- g Inclui Empréstimos e Adiantamentos a Bancos de 1.394 M€ na Fase 1 (2021: 895 M€), 18 M€ na Fase 2 (2021: 8 M€) e 8 M€ na Fase 3 (2021: 0€).

Reconciliação do movimento nas PCE para encargos/(libertações) de imparidade de crédito para o período (auditado)	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Total
	M€	M€	M€	M€
Empréstimos à habitação	—	(15)	9	(6)
Cartões de crédito, empréstimos sem garantia e outros créditos a retalho	14	45	75	134
Empréstimos grossistas	18	10	11	39
<b>Movimentos nas PCE, excluindo ativos não reconhecidos devido a alienações e abates</b>	<b>32</b>	<b>40</b>	<b>95</b>	<b>167</b>
Movimento nas PCE em compromissos de empréstimos e garantias financeiras	3	16	—	19
Movimento nas PCE noutros ativos financeiros <sup>a</sup>	—	—	—	—
Recuperações e reembolsos <sup>b</sup>	(10)	(18)	1	(27)
Total de câmbios e outros ajustamentos <sup>c</sup>				8
<b>Total de encargos para imparidade de crédito para o ano</b>				<b>167</b>

### Notas

- a Os outros ativos financeiros sujeitos a imparidade não incluídos na tabela acima incluem garantias em numerário e saldos de liquidação, e outros ativos. Estes têm uma exposição bruta total de 18.972 M€ (2021: 17.837 M€) e provisão de imparidade de 4 M€ (2021: 4 M€). Este montante é composto por 0€ (2021: 0€) de provisão de imparidade em 18.968 M€ (2021: 17.833 M€) ativos da Fase 1 e 4 M€ (2021: 4 M€) sobre 4 M€ (2021: 4 M€) de outros ativos da Fase 3.
- b As recuperações e reembolsos incluem 26 M€ (2021: redução de 16 M€) para reembolsos de contratos de garantia financeira celebrados com terceiros através do Barclays Bank PLC e recuperações em numerário de montantes anteriormente abatidos de 1 M€ (2021: 1 M€).
- c Inclui câmbio, juros e taxas em suspenso.

# Análise de risco

## Desempenho do risco de crédito

Compromissos de empréstimos e garantias financeiras (auditado)	Fase 1		Fase 2		Fase 3		Total	
	Bruto	PCE	Bruto	PCE	Bruto	PCE	Bruto	PCE
	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€
<b>Cartões de crédito, empréstimos sem garantia e outros créditos a retalho</b>								
<b>A 1 de janeiro de 2022</b>	<b>5.393</b>	<b>—</b>	<b>291</b>	<b>—</b>	<b>14</b>	<b>—</b>	<b>5.698</b>	<b>—</b>
Transferências líquidas entre fases	(191)	—	183	—	8	—	—	—
Atividade de negócios durante o ano	732	—	8	—	—	—	740	—
Levantamentos de crédito e reembolsos líquidos, reavaliação líquida e movimentos devido a alterações na exposição e nos parâmetros de risco	99	—	(62)	—	(11)	—	26	—
Gestão de limites e reembolsos finais	(77)	—	—	—	—	—	(77)	—
<b>A 31 de dezembro de 2022</b>	<b>5.956</b>	<b>—</b>	<b>420</b>	<b>—</b>	<b>11</b>	<b>—</b>	<b>6.387</b>	<b>—</b>
<b>Empréstimos grossistas</b>								
<b>A 1 de janeiro de 2022</b>	<b>21.572</b>	<b>18</b>	<b>2.621</b>	<b>9</b>	<b>70</b>	<b>—</b>	<b>24.263</b>	<b>27</b>
Transferências líquidas entre fases	(664)	3	669	(3)	(5)	—	—	—
Atividade de negócios durante o ano	2.945	3	865	4	1	—	3.811	7
Levantamentos de crédito e reembolsos líquidos, reavaliação líquida e movimentos devido a alterações na exposição e nos parâmetros de risco	3.389	(3)	563	17	(1)	—	3.951	14
Gestão de limites e reembolsos finais	(2.683)	—	(211)	(2)	(16)	—	(2.910)	(2)
<b>A 31 de dezembro de 2022</b>	<b>24.559</b>	<b>21</b>	<b>4.507</b>	<b>25</b>	<b>49</b>	<b>—</b>	<b>29.115</b>	<b>46</b>

Não houve compromissos de empréstimos ou garantias financeiras para empréstimos à habitação durante 2022.

# Análise de risco

## Desempenho do risco de crédito

Empréstimos e adiantamentos a custo amortizado (auditado)	Fase 1		Fase 2		Fase 3		Total	
	Bruto M€	PCE M€	Bruto M€	PCE M€	Bruto M€	PCE M€	Bruto M€	PCE M€
<b>Empréstimos à habitação</b>								
<b>A 1 de janeiro de 2021</b>	4.673	5	768	55	217	38	5.658	98
Aquisições	—	—	—	—	—	—	—	—
Transferências da Fase 1 para Fase 2	(79)	—	79	—	—	—	—	—
Transferências da Fase 2 para Fase 1 <sup>a</sup>	322	24	(322)	(24)	—	—	—	—
Transferências para a Fase 3	(14)	—	(30)	(5)	44	5	—	—
Transferências da Fase 3	7	—	36	2	(43)	(2)	—	—
Atividade de negócios durante o ano <sup>b</sup>	—	—	—	—	—	—	—	—
Alterações a modelos utilizados para cálculos <sup>c</sup>	—	—	—	(1)	—	10	—	9
Levantamentos de crédito, reembolsos, reavaliação líquida e movimentos devido a alterações na exposição e nos parâmetros de risco	(316)	(26)	(23)	15	(12)	(6)	(351)	(17)
Reembolsos finais <sup>d</sup>	(238)	—	(23)	(1)	(7)	(1)	(268)	(2)
Alienações <sup>e</sup>	—	—	—	—	—	—	—	—
Abates <sup>f</sup>	—	—	—	—	(3)	(3)	(3)	(3)
<b>A 31 de dezembro de 2021<sup>g</sup></b>	<b>4.355</b>	<b>3</b>	<b>485</b>	<b>41</b>	<b>196</b>	<b>41</b>	<b>5.036</b>	<b>85</b>
<b>Cartões de crédito, empréstimos sem garantia e outros créditos a retalho</b>								
<b>A 1 de janeiro de 2021</b>	2.753	28	983	199	303	163	4.039	390
Aquisições	—	—	—	—	—	—	—	—
Transferências da Fase 1 para Fase 2	(138)	(2)	138	2	—	—	—	—
Transferências da Fase 2 para Fase 1 <sup>a</sup>	339	61	(339)	(61)	—	—	—	—
Transferências para a Fase 3	(38)	(1)	(78)	(32)	116	33	—	—
Transferências da Fase 3	15	2	1	1	(16)	(3)	—	—
Atividade de negócios durante o ano <sup>b</sup>	1.111	14	49	7	8	5	1.168	26
Alterações a modelos utilizados para cálculos <sup>c</sup>	—	—	—	(30)	—	—	—	(30)
Levantamentos de crédito, reembolsos, reavaliação líquida e movimentos devido a alterações na exposição e nos parâmetros de risco	(537)	(69)	(18)	28	(39)	34	(594)	(7)
Reembolsos finais <sup>d</sup>	(65)	(6)	(1)	—	(5)	(2)	(71)	(8)
Alienações <sup>e</sup>	—	—	—	—	(43)	(26)	(43)	(26)
Abates <sup>f</sup>	—	—	—	—	(36)	(36)	(36)	(36)
<b>A 31 de dezembro de 2021<sup>g</sup></b>	<b>3.440</b>	<b>27</b>	<b>735</b>	<b>114</b>	<b>288</b>	<b>168</b>	<b>4.463</b>	<b>309</b>
<b>Empréstimos grossistas<sup>h</sup></b>								
<b>A 1 de janeiro de 2021</b>	3.300	14	518	37	127	54	3.945	105
Aquisições	52	—	—	—	3	—	55	—
Transferências da Fase 1 para Fase 2	(370)	(1)	370	1	—	—	—	—
Transferências da Fase 2 para Fase 1 <sup>a</sup>	285	20	(285)	(20)	—	—	—	—
Transferências para a Fase 3	—	—	(35)	(8)	35	8	—	—
Transferências da Fase 3	—	—	—	—	—	—	—	—
Atividade de negócios durante o ano <sup>b</sup>	822	—	20	—	—	—	842	—
Alterações a modelos utilizados para cálculos <sup>c</sup>	—	—	—	1	—	—	—	1
Levantamentos de crédito, reembolsos, reavaliação líquida e movimentos devido a alterações na exposição e nos parâmetros de risco	849	(28)	147	6	3	(22)	999	(44)
Reembolsos finais <sup>d</sup>	(829)	(1)	(41)	(2)	(2)	(2)	(872)	(5)
Alienações <sup>e</sup>	—	—	—	—	(32)	(1)	(32)	(1)
Abates <sup>f</sup>	—	—	—	—	—	—	—	—
<b>A 31 de dezembro de 2021<sup>g</sup></b>	<b>4.109</b>	<b>4</b>	<b>694</b>	<b>15</b>	<b>134</b>	<b>37</b>	<b>4.937</b>	<b>56</b>

# Análise de risco

## Desempenho do risco de crédito

Empréstimos e adiantamentos a custo amortizado (auditado)	Fase 1		Fase 2		Fase 3		Total	
	Bruto	PCE	Bruto	PCE	Bruto	PCE	Bruto	PCE
	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	895	—	8	—	—	—	903	—
Empréstimos e adiantamentos a Clientes	11.009	34	1.906	170	618	246	13.533	450
<b>Total</b>	<b>11.904</b>	<b>34</b>	<b>1.914</b>	<b>170</b>	<b>618</b>	<b>246</b>	<b>14.436</b>	<b>450</b>

### Notas

- a As exposições retornarão à Fase 1 quando deixarem de cumprir os critérios para um aumento significativo do risco de crédito. Isto significa que, no mínimo: todos os pagamentos devem estar atualizados, o teste de deterioração da PI já não deve ser cumprido, a conta já não deve estar classificada como de alto risco e o cliente deve ter demonstrado capacidade para manter pagamentos futuros.
- b A atividade comercial no ano não inclui levantamentos de crédito adicionais sobre as linhas de crédito existentes que são registados em "Levantamentos de crédito líquidos, reembolsos, reavaliação líquida e movimentos devido a alterações na exposição e nos parâmetros de risco".
- c Os refinamentos dos modelos utilizados para cálculo incluem um aumento de 9 M€ em empréstimos à habitação, 30 M€ de libertação em cartões de crédito, empréstimos não garantidos e outras carteiras de empréstimos a retalho e um aumento de 1 M€ em empréstimos grossistas. Estes refletem as alterações metodológicas efetuadas durante o ano. O Barclays revê continuamente o resultado dos modelos para determinar a exatidão dos cálculos das PCE, incluindo a avaliação da monitorização do modelo, o recurso a referências externas e a experiência da utilização do modelo durante um longo período de tempo. Isto assegura que os modelos utilizados continuam a refletir os riscos associados a todos os negócios.
- d Os reembolsos finais incluem o reembolso da linha de crédito encerrada durante o ano, enquanto os reembolsos parciais da linha de crédito existente figuram na rubrica "Levantamentos líquidos, reembolsos, reavaliação líquida e movimentos devido a alterações na exposição e nos parâmetros de risco".
- e Os 43 M€ (2020: 49 M€) de alienação registados nos cartões de crédito, empréstimos não garantidos e outras carteiras de empréstimos a retalho referem-se a vendas de dívidas realizadas durante o ano. Os 32 M€ (2020: 0€) de alienação registados no âmbito de empréstimos grossistas dizem respeito à venda de dívidas.
- f Em 2021, as amortizações brutas ascenderam a 39 M€ (2020: 84 M€) e recuperações posteriores ao abate de 1 M€ (2020: 2 M€). As amortizações líquidas após a aplicação das recuperações ascenderam a 38 M€ (2020: 82 M€).
- g Os outros ativos financeiros sujeitos a imparidade não incluídos na tabela acima incluem garantias em numerário e saldos de liquidação, e outros ativos. Estes têm uma exposição bruta total de 17.837 M€ (2020: 19.244 M€) e provisão de imparidade de 4 M€ (2020: 4 M€). Este montante é composto por 0€ (2020: 0€) de provisão de imparidade em 17.833 M€ (2020: 19.240 M€) ativos da Fase 1 e 4 M€ (2020: 4 M€) sobre 4 M€ (2020: 4 M€) de outros ativos da Fase 3.
- h Inclui Empréstimos e Adiantamentos a Bancos de 895 M€ na Fase 1 (2020: 899 M€) e 8 M€ na Fase 2 (2020: 7 M€).

### Reconciliação do movimento nas PCE para encargos/(libertações) de imparidade de crédito para o período (auditado)

	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Total
	M€	M€	M€	M€
<i>Empréstimos à habitação</i>	(2)	(14)	6	(10)
<i>Cartões de crédito, empréstimos sem garantia e outros créditos a retalho</i>	(1)	(85)	67	(19)
<i>Empréstimos grossistas</i>	(10)	(22)	(16)	(48)
<b>Movimentos nas PCE, excluindo ativos não reconhecidos devido a alienações e abates</b>	<b>(13)</b>	<b>(121)</b>	<b>57</b>	<b>(77)</b>
Movimento nas PCE em compromissos de empréstimos e garantias financeiras	4	(29)	—	(25)
Movimento nas PCE noutros ativos financeiros <sup>a</sup>	—	—	—	—
Recuperações e reembolsos <sup>b</sup>	14	4	(3)	15
Total de câmbios e outros ajustamentos <sup>c</sup>				(10)
<b>Total de libertações para imparidade de crédito para o ano</b>				<b>(97)</b>

### Notas

- a Os outros ativos financeiros sujeitos a imparidade não incluídos na tabela acima incluem garantias em numerário e saldos de liquidação, e outros ativos. Estes têm uma exposição bruta total de 17.837 M€ (2020: 19.244 M€) e provisão de imparidade de 4 M€ (2020: 4 M€). Este montante é composto por 0€ (2020: 0€) de provisão de imparidade em 17.833 M€ (2020: 19.240 M€) ativos da Fase 1 e 4 M€ (2020: 4 M€) sobre 4 M€ (2020: 4 M€) de outros ativos da Fase 3.
- b As recuperações e reembolsos incluem uma redução líquida dos montantes recuperáveis dos contratos de garantia financeira celebrados com terceiros através do Barclays Bank PLC no valor de 16 M€ (ganho de 2020: 18 M€) e recuperações em numerário de montantes anteriormente abatidos de 1 M€ (2020: 2 M€).
- c Inclui câmbio, juros e taxas em suspenso.

# Análise de risco

## Desempenho do risco de crédito

Compromissos de empréstimos e garantias financeiras (auditado)	Fase 1		Fase 2		Fase 3		Total	
	Bruto	PCE	Bruto	PCE	Bruto	PCE	Bruto	PCE
	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€
<b>Cartões de crédito, empréstimos sem garantia e outros créditos a retalho</b>								
<b>A 1 de janeiro de 2021</b>	4.685	—	261	—	4	—	4.950	—
Transferências líquidas entre fases	(3)	—	(11)	—	14	—	—	—
Atividade de negócios durante o ano	614	—	6	—	—	—	620	—
Levantamentos de crédito, reembolsos, reavaliação líquida e movimentos devido a alterações na exposição e nos parâmetros de risco	110	—	35	—	(4)	—	141	—
Gestão de limites e reembolsos finais	(13)	—	—	—	—	—	(13)	—
<b>A 31 de dezembro de 2021</b>	<b>5.393</b>	<b>—</b>	<b>291</b>	<b>—</b>	<b>14</b>	<b>—</b>	<b>5.698</b>	<b>—</b>
<b>Empréstimos grossistas</b>								
<b>A 1 de janeiro de 2021</b>	18.423	14	2.614	38	126	—	21.163	52
Aquisições	1.133	—	184	—	4	—	1.321	—
Transferências líquidas entre fases	347	11	(282)	(11)	(65)	—	—	—
Atividade de negócios durante o ano	3.273	2	627	4	—	—	3.900	6
Levantamentos de crédito, reembolsos, reavaliação líquida e movimentos devido a alterações na exposição e nos parâmetros de risco	2.030	(5)	(207)	(16)	23	1	1.846	(20)
Gestão de limites e reembolsos finais	(3.634)	(4)	(315)	(6)	(18)	(1)	(3.967)	(11)
<b>A 31 de dezembro de 2021</b>	<b>21.572</b>	<b>18</b>	<b>2.621</b>	<b>9</b>	<b>70</b>	<b>—</b>	<b>24.263</b>	<b>27</b>

Não houve compromissos de empréstimos ou garantias financeiras para empréstimos à habitação durante 2021.

### Decomposição da Fase 2

	Exposição bruta				Provisão por imparidade			
	Teste quantitativo	Teste qualitativo	Proteção 30 dias após o prazo	Total da Fase 2	Teste quantitativo	Teste qualitativo	Proteção 30 dias após o prazo	Total da Fase 2
	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€
<b>A 31 de dezembro de 2022</b>								
Empréstimos à habitação	217	27	21	265	20	2	4	26
Cartões de crédito, empréstimos sem garantia e outros créditos a retalho	1.117	50	7	1.174	146	11	2	159
Empréstimos grossistas	637	119	—	756	24	1	—	25
<b>Total da Fase 2</b>	<b>1.971</b>	<b>196</b>	<b>28</b>	<b>2.195</b>	<b>190</b>	<b>14</b>	<b>6</b>	<b>210</b>

# Análise de risco

## Desempenho do risco de crédito

### Empréstimos e adiantamentos a custo amortizado<sup>a</sup>(auditado)

	Exposição bruta				Provisão por imparidade			
	Teste quantitativo	Teste qualitativo	Proteção 30 dias após o prazo	Total da Fase 2	Teste quantitativo	Teste qualitativo	Proteção 30 dias após o prazo	Total da Fase 2
<b>A 31 de dezembro de 2021</b>	<b>M€</b>	<b>M€</b>	<b>M€</b>	<b>M€</b>	<b>M€</b>	<b>M€</b>	<b>M€</b>	<b>M€</b>
Empréstimos à habitação	381	59	45	485	27	4	10	41
Cartões de crédito, empréstimos não garantidos e outros retalhistas	635	90	10	735	103	9	2	114
Empréstimos grossistas	341	107	246	694	10	5	—	15
<b>Total da Fase 2</b>	<b>1.357</b>	<b>256</b>	<b>301</b>	<b>1.914</b>	<b>140</b>	<b>18</b>	<b>12</b>	<b>170</b>

Nota

a Quando os saldos cumprem mais do que um dos três critérios supracitados para determinar um aumento no risco de crédito, a exposição e PCE correspondentes são atribuídas pela ordem das categorias apresentadas.

As exposições da Fase 2 são predominantemente identificadas utilizando testes quantitativos em que a PI ao longo da vida se deteriorou mais do que um montante predeterminado desde a sua origem durante o ano. Isto é reforçado pela inclusão de contas que cumprem os critérios de risco elevado designados para a carteira sujeita ao teste qualitativo.

Um número reduzido de outras contas (6 M€ de provisões de imparidade e 28 M€ de exposição bruta) está incluído na Fase 2. Estas contas não são identificadas pelos testes quantitativos ou qualitativos, mas têm um prazo de vencimento expirado há mais de 30 dias. Estes saldos estão maioritariamente relacionados com empréstimos à habitação em Itália e o Consumer Bank Europe.

Para mais detalhes relativamente aos três critérios para determinar um aumento significativo no risco de crédito necessário para a classificação da Fase 2, consulte a nota 8.

### Decomposição da Fase 3

#### Empréstimos e adiantamentos ao custo amortizado por produto (auditado)

	Exposição bruta			Provisão por imparidade		
	Exposições não cobradas, incluindo dentro do período de remediação <sup>a</sup>	Exposições avaliadas individualmente ou em livro de recuperação	Total da Fase 3	Exposições não cobradas, incluindo dentro do período de remediação <sup>a</sup>	Exposições avaliadas individualmente ou em livro de recuperação	Total da Fase 3
<b>A 31 de dezembro de 2022</b>	<b>M€</b>	<b>M€</b>	<b>M€</b>	<b>M€</b>	<b>M€</b>	<b>M€</b>
Empréstimos à habitação	122	68	190	16	30	46
Cartões de crédito, empréstimos sem garantia e outros créditos a retalho	139	122	261	101	78	179
Empréstimos grossistas	—	160	160	—	40	40
<b>Total da Fase 3</b>	<b>261</b>	<b>350</b>	<b>611</b>	<b>117</b>	<b>148</b>	<b>265</b>

#### Empréstimos e adiantamentos ao custo amortizado por produto (auditado)

	Exposição bruta			Provisão por imparidade		
	Exposições não cobradas, incluindo dentro do período de remediação <sup>a</sup>	Exposições avaliadas individualmente ou em livro de recuperação	Total da Fase 3	Exposições não cobradas, incluindo dentro do período de remediação <sup>a</sup>	Exposições avaliadas individualmente ou em livro de recuperação	Total da Fase 3
<b>A 31 de dezembro de 2021</b>	<b>M€</b>	<b>M€</b>	<b>M€</b>	<b>M€</b>	<b>M€</b>	<b>M€</b>
Empréstimos à habitação	133	63	196	17	24	41
Cartões de crédito, empréstimos sem garantia e outros créditos a retalho	143	145	288	89	79	168
Empréstimos grossistas	21	113	134	—	37	37
<b>Total Fase 3</b>	<b>297</b>	<b>321</b>	<b>618</b>	<b>106</b>	<b>140</b>	<b>246</b>

Nota

a Inclui 180 M€ (2021: 240 M€) de exposição bruta num período de remediação que deve permanecer na Fase 3 durante um mínimo de 12 meses antes de passar para a Fase 2.

A Fase 3 é composta por exposições consideradas como estando em situação de imparidade de crédito. Considera-se que um ativo tem imparidade de crédito quando ocorre um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Isto inclui ativos definidos como estando em situação de incumprimento, e outras exposições individualmente avaliadas em que foi identificado um incumprimento iminente ou uma perda real.



# Análise de risco

## Desempenho do risco de crédito

### Ajustamentos de gestão aos modelos para imparidade (auditado)

São aplicados ajustamentos de gestão aos modelos de imparidade, de modo a ter em conta certas condições ou alterações na política que não tenham sido incorporadas nos modelos de imparidade relevantes, ou para refletir os factos e circunstâncias conhecidas no final do período. Os ajustamentos de gestão são revistos e incorporados no desenvolvimento futuro do modelo, quando aplicável.

Os ajustamentos de gestão são captados através dos ajustamentos "Incerteza económica" e "Outros" apresentados seguidamente por produto:

### Ajustamentos de gestão aos modelos para provisão de imparidade apresentados por produto: (auditado)<sup>a</sup>

	Ajustamentos prévios à gestão da provisão de imparidade <sup>b</sup>	Ajustamentos de incerteza económica (a)	Outros ajustamentos (b)	Ajustamentos de gestão (a)+(b)	Total de provisão de imparidade <sup>c</sup>	Proporção de Gestão ajustamentos para o total de provisão de imparidade
	M€	M€	M€	M€	M€	%
<b>A 31 de dezembro de 2022</b>						
Empréstimos à habitação	75	—	—	—	75	—
Cartões de crédito, empréstimos sem garantia e outros créditos a retalho	358	2	19	21	379	5,5
Empréstimos grossistas	116	11	6	17	133	12,8
<b>Total</b>	<b>549</b>	<b>13</b>	<b>25</b>	<b>38</b>	<b>587</b>	<b>6,5</b>
<b>A 31 de dezembro de 2021</b>						
Empréstimos à habitação	53	32	—	32	85	37,6
Cartões de crédito, empréstimos sem garantia e outros créditos a retalho	255	35	19	54	309	17,5
Empréstimos grossistas	68	13	2	15	83	18,1
<b>Total</b>	<b>376</b>	<b>80</b>	<b>21</b>	<b>101</b>	<b>477</b>	<b>21,2</b>

### Ajustamentos de incerteza económica apresentados por fase: (auditado)

	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Total
	M€	M€	M€	M€
<b>A 31 de dezembro de 2022</b>				
Empréstimos à habitação	—	—	—	—
Cartões de crédito, empréstimos sem garantia e outros créditos a retalho	—	2	—	2
Empréstimos grossistas	11	—	—	11
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>2</b>	<b>—</b>	<b>13</b>
<b>A 31 de dezembro de 2021</b>				
Empréstimos à habitação	—	28	4	32
Cartões de crédito, empréstimos sem garantia e outros créditos a retalho	(1)	34	2	35
Empréstimos grossistas	11	2	—	13
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>64</b>	<b>6</b>	<b>80</b>

#### Notas

- Valores positivos refletem um aumento da provisão de imparidade e valores negativos refletem uma redução da provisão de imparidade.
- Inclui 460 M€ (2021: 295 M€) de PCE modeladas, 79 M€ (2021: 84 M€) de imparidades avaliadas individualmente e 10 M€ (2021: (3) M€) PCE de exposições não modeladas.
- A provisão de imparidade total consiste em ações das PCE sobre exposições utilizadas e não utilizadas.

### Ajustamentos de incerteza económica

Foram desenvolvidos modelos com dados de períodos não inflacionistas que estabelecem uma relação entre as variáveis de dados e o incumprimento dos clientes com base no comportamento passado. Além disso, os modelos estão a tentar interpretar taxas de variação significativas em variáveis macroeconómicas e a aplicá-las a níveis estáveis de probabilidade de incumprimento (PI). Como tal, existe o risco de que os resultados modelados não consigam antever a resposta adequada às alterações das variáveis macroeconómicas e ao aumento dos custos com provisões para perdas de imparidade modeladas afetadas pela incerteza.

Esta incerteza continua a manifestar-se de duas formas. Em primeiro lugar, incerteza do cliente: a identificação de clientes que possam ser mais vulneráveis à instabilidade económica; e, em segundo lugar, incerteza do modelo: captar o impacto das limitações e sensibilidades do modelo para parâmetros macroeconómicos específicos que são aplicados a nível de carteira.

Em 2022, os ajustamentos da incerteza económica previamente definidos foram parcialmente emitidos, com base numa certa normalização do comportamento dos clientes e na renovação dos cenários macroeconómicos.

O saldo a 31 de dezembro de 2022 é de 13 M€ (2021: 80 M€) e inclui:

- **Provisões de incerteza dos clientes de 16 M€ (2021: 46 M€) inclui:**

- **Cartões de crédito, empréstimos sem garantia e outros créditos a retalho:** 2 M€ (2021: 35 M€)  
A diminuição do ajustamento de (33) M€ é atribuível à deterioração macroeconómica registada nos resultados modelados e à libertação dos ajustamentos da incerteza relativos à COVID-19.
- **Empréstimos grossistas:** 14 M€ (2021: 11 M€) inclui um ajustamento para as exposições consideradas mais suscetíveis de serem afetadas por preocupações inflacionistas, por estrangulamentos da cadeia de fornecimento e por obstáculos advindos da procura por parte dos consumidores. O ajustamento envolve a aplicação de taxas de cobertura da Fase 2 às exposições da Fase 1 consideradas como mais vulneráveis.

- **Provisões de incerteza do modelo:** (3) M€ (2021: 34 M€) inclui um ajustamento de (3) M€ (2021: 0€) relativo ao setor grossista para corrigir a deterioração das PI afetadas pela sensibilidade excessiva do modelo a certas variáveis macroeconómicas. A diminuição global deve-se à aplicação de ajustamentos no setor retalhista, com base em provisões modeladas que refletem a evolução dos cenários macroeconómicos.

### Outros ajustamentos

Outros ajustamentos são de natureza operacional e espera-se que permaneçam em vigor até que possam ser corrigidos nos modelos subjacentes. Estes ajustamentos resultam de limitações de dados e de questões relacionadas com o desempenho do modelo identificadas através da monitorização do modelo e de outros processos de governação definidos.

### Outros ajustamentos de 25 M€ (2021: 21 M€) inclui:

- **Cartões de crédito, empréstimos sem garantia e outros créditos a retalho:** 19 M€ (2021: 19 M€) inclui um ajustamento da recalibração da PDI de 31 M€, devido a uma melhoria pouco intuitiva das taxas de recuperação apesar da tensão económica, um ajustamento de 22 M€ relativo à nova definição de incumprimento nos termos do Regulamento de Requisitos de Capital e um ajustamento de 12 M€ devido a imprecisões de dados no modelo, parcialmente compensado por um ajustamento de (44) M€ para corrigir as previsões exageradas sobre a probabilidade de incumprimento (PI) na carteira do Consumer Bank Europe.
- **Empréstimos Grossistas:** 6 M€ (2021: 2 M€) inclui principalmente ajustamentos ao desempenho do modelo baseado na monitorização do modelo.

# Análise de risco

## Desempenho do risco de crédito

### Incerteza de medição e análise de sensibilidade

A medição de PCE modeladas envolve complexidade e ponderação, incluindo uma estimativa da probabilidade de incumprimento (PI), perdas dado o incumprimento (PDI), um conjunto de futuros cenários económicos imparciais, estimativa de vidas esperadas, estimativa de exposições ao incumprimento (EEL) e avaliação de aumentos significativos no risco de crédito. O Banco utiliza um modelo de cinco cenários para calcular as PCE. Uma previsão de consenso externo é elaborada a partir de fontes chave, incluindo a Bloomberg (baseada na mediana das previsões económicas), que forma o cenário de referência. Além disso, são derivados dois cenários adversos (*Downside 1* e *Downside 2*) e dois cenários favoráveis (*Upside 1* e *Upside 2*), com ponderações de probabilidade associadas. Os cenários adversos são calibrados com uma severidade amplamente semelhante à dos testes de esforço internos do Barclays e dos cenários de esforço fornecidos pelos reguladores, considerando ao mesmo tempo as sensibilidades específicas e a não linearidade da IFRS 9. Os cenários favoráveis são concebidos para refletir os riscos upside plausíveis para o cenário de referência, que são largamente coerentes com a narrativa económica aprovada pelo Comité Diretivo de Revisão de Cenários. Todos os cenários são regenerados no mínimo semi-anualmente. Os cenários incluem variáveis económicas cruciais, (incluindo PIB, desemprego, Índice de Preços da Habitação (IPH) e taxas de base), como variáveis expandidas utilizando modelos estatísticos com base em correlações históricas. Os choques *upside* e *downside* são criados com o propósito de evoluir durante um período de esforço de cinco anos, com todos os cinco cenários a convergirem para um estado estável após aproximadamente sete anos.

Os cenários utilizados para calcular o encargo de PCE do Banco foram atualizados no quarto trimestre de 2022, com o cenário de referência a refletir as últimas previsões macroeconómicas consensuais disponíveis no momento da atualização dos cenários. No cenário de referência, a continuação da deterioração das principais economias, à medida que as pressões da inflação continuam a reduzir o rendimento dos agregados familiares, juntamente com políticas monetárias consideravelmente mais restritivas, contribuem para reduzir as perspetivas de crescimento. Prevê-se que o PIB na Zona Euro (e, em especial, na Alemanha e na Itália), no Reino Unido e nos EUA continue a diminuir até 2023. Prevêem-se ligeiros aumentos nas taxas de desemprego na Alemanha e na Itália, que atingirão um máximo de 3,6% e 8,6%, respetivamente, em 2023. Os bancos centrais continuam a aumentar as taxas de juro e a inflação dos preços no consumidor diminui ao longo de 2023.

No cenário *Downside 2*, a inflação continua a acelerar num contexto de aumento dos preços do gás e do petróleo e de pressões persistentes nas cadeias de fornecimento resultantes da invasão russa da Ucrânia. Os bancos centrais são forçados a aumentar as taxas de juro de forma acentuada, com a taxa de refi do BCE a atingir os 6,0%, a taxa bancária do Reino Unido a atingir os 8,0% e a taxa dos fundos federais dos EUA a atingir um máximo de 7,0%. O desemprego atinge um máximo de 5,7% na Alemanha e 13,0% em Itália. Tendo em conta as valorizações já bastante elevadas, o aumento acentuado dos custos dos empréstimos conduz a uma redução significativa nos preços das casas. No cenário *Upside 2*, a descida dos preços da energia exerce uma pressão descendente sobre os preços a nível mundial, enquanto a recuperação da participação da população ativa limita o aumento dos salários. Em resultado do abrandamento da inflação, os bancos centrais baixam as taxas de juro para apoiar a recuperação económica.

A metodologia para calcular uma estimativa das ponderações de probabilidade para cada um dos cenários envolve a simulação de uma série de trajetórias futuras para o PIB usando dados históricos com os cinco cenários mapeados em função da distribuição destas trajetórias futuras. A mediana é centrada em torno da Referência com os cenários mais afastados da Referência a atrair uma ponderação mais baixa antes das cinco ponderações serem normalizadas para um total de 100%. Os mesmos cenários utilizados no cálculo da estimativa das perdas de crédito esperadas são também utilizados como base de planeamento interno do Banco. Os impactos nas carteiras são diferentes devido à sensibilidade de cada uma das carteiras a variáveis macroeconómicas específicas, por exemplo, as hipotecas são consideravelmente sensíveis aos preços da habitação, os cartões de crédito e os empréstimos ao consumo sem garantia são consideravelmente sensíveis ao desemprego. O aumento das ponderações do *Downside* e a diminuição das ponderações do *Upside* refletiram a deterioração das perspetivas económicas, o que aproximou as trajetórias de referência do PIB dos cenários do *Downside*. Para mais detalhes, consulte a página 73.

Os ajustamentos da incerteza económica de 13 M€ (2021: 80 M€) inclui provisões de incerteza dos clientes de 16 M€ (2021: 46 M€), aplicados aos clientes considerados mais vulneráveis às pressões de preços acessíveis, e provisões para a incerteza do modelo de (3) M€ (2021: 34 M€). Para mais detalhes, consulte a página 72.

Os quadros abaixo mostram as principais variáveis macroeconómicas consensuais utilizadas nos cinco cenários (percursos anuais de 5 anos), as ponderações de probabilidade aplicadas a cada cenário e as variáveis macroeconómicas por cenário utilizando 'bases específicas', ou seja, a posição mais extrema de cada variável no contexto do cenário, por exemplo, a taxa de desemprego mais elevada para os cenários *downside* e a taxa de desemprego mais baixa para os cenários *upside*. As tabelas de média de 5 anos e os gráficos de movimento ao longo do tempo proporcionam transparência adicional. Os percursos anuais mostram médias trimestrais para o ano (desemprego e taxa de base) ou mudança no ano (PIB e IPH).

# Análise de risco

## Desempenho do risco de crédito

### Valor de referência médio das variáveis macroeconómicas utilizadas no cálculo de PCE

	2022	2023	2024	2025	2026
A 31 de dezembro de 2022	%	%	%	%	%
PIB Itália <sup>a</sup>	3,6	0,3	1,3	1,4	1,4
Desemprego na Itália <sup>b</sup>	8,2	8,5	8,5	8,5	8,5
IPH na Itália <sup>c</sup>	0,4	(3,0)	(1,4)	(0,7)	(0,3)
PIB Alemanha <sup>a</sup>	1,8	(0,3)	1,5	1,6	1,6
Desemprego na Alemanha <sup>d</sup>	3,0	3,5	3,5	3,5	3,5
IPH na Alemanha <sup>e</sup>	2,1	2,0	3,0	3,5	3,8
PIB na EA <sup>a,i</sup>	2,9	—	1,8	2,0	2,0
Desemprego na UE <sup>f</sup>	6,2	6,5	6,4	6,3	6,3
Refi BCE	0,9	3,4	3,1	2,8	2,8
PIB Reino Unido <sup>a</sup>	3,3	(0,8)	0,9	1,8	1,9
Desemprego no Reino Unido <sup>g</sup>	3,7	4,5	4,4	4,1	4,2
Taxa bancária do Reino Unido	1,8	4,4	4,1	3,8	3,4
PIB EUA <sup>a</sup>	1,8	0,5	1,2	1,5	1,5
Desemprego nos EUA <sup>h</sup>	3,7	4,3	4,7	4,7	4,7
Taxa de fundos federais dos EUA	2,1	4,8	3,6	3,1	3,0

	2021	2022	2023	2024	2025
A 31 de dezembro de 2021	%	%	%	%	%
PIB Itália <sup>a</sup>	6,4	4,7	2,2	1,9	1,9
Desemprego na Itália <sup>b</sup>	9,8	9,4	9,1	9,1	9,1
IPH na Itália <sup>c</sup>	1,9	1,5	0,1	(0,2)	(0,2)
PIB Alemanha <sup>a</sup>	2,6	3,9	2,1	2,0	2,0
Desemprego na Alemanha <sup>d</sup>	3,8	3,5	3,2	3,2	3,2
IPH na Alemanha <sup>e</sup>	5,7	3,8	3,1	2,9	2,9
PIB na EA <sup>a,i</sup>	5,3	4,4	2,3	2,1	2,1
Desemprego na UE <sup>f</sup>	7,1	6,8	6,3	6,2	6,1
Refi BCE	—	—	0,3	0,3	0,3
PIB Reino Unido <sup>a</sup>	6,2	4,9	2,3	1,9	1,7
Desemprego no Reino Unido <sup>g</sup>	4,8	4,7	4,5	4,3	4,2
Taxa bancária do Reino Unido	0,1	0,8	1,0	1,0	0,8
PIB EUA <sup>a</sup>	5,5	3,9	2,6	2,4	2,4
Desemprego nos EUA <sup>h</sup>	5,5	4,2	3,6	3,6	3,6
Taxa de fundos federais dos EUA	0,2	0,3	0,9	1,2	1,3

# Análise de risco

## Desempenho do risco de crédito

### Variáveis macroeconómicas médias Downside 2 utilizadas no cálculo das PCE

	2022	2023	2024	2025	2026
A 31 de dezembro de 2022	%	%	%	%	%
PIB Itália <sup>a</sup>	3,6	(3,8)	(3,3)	(0,1)	—
Desemprego na Itália <sup>b</sup>	8,2	10,4	12,9	12,5	11,4
IPH na Itália <sup>c</sup>	0,4	(12,0)	(13,0)	(7,9)	2,3
PIB Alemanha <sup>a</sup>	1,8	(2,8)	(1,6)	0,9	0,9
Desemprego na Alemanha <sup>d</sup>	3,0	4,1	5,2	5,6	5,1
IPH na Alemanha <sup>e</sup>	2,1	(19,0)	(21,1)	(13,3)	5,7
PIB na EA <sup>a,i</sup>	2,9	(3,4)	(3,9)	1,9	3,0
Desemprego na UE <sup>f</sup>	6,2	8,3	10,7	10,2	9,1
Refi BCE	0,9	5,2	5,9	5,1	4,2
PIB Reino Unido <sup>a</sup>	3,3	(3,4)	(3,8)	2,0	2,3
Desemprego no Reino Unido <sup>g</sup>	3,7	6,0	8,4	8,0	7,4
Taxa bancária do Reino Unido	1,8	7,3	7,9	6,6	5,5
PIB EUA <sup>a</sup>	1,8	(2,7)	(3,4)	2,0	2,6
Desemprego nos EUA <sup>h</sup>	3,7	6,0	8,5	8,1	7,1
Taxa de fundos federais dos EUA	2,1	6,6	6,9	5,8	4,6

	2021	2022	2023	2024	2025
A 31 de dezembro de 2021	%	%	%	%	%
PIB Itália <sup>a</sup>	6,4	0,2	(4,6)	4,5	6,1
Desemprego na Itália <sup>b</sup>	9,8	11,6	14,1	12,8	11,3
IPH na Itália <sup>c</sup>	1,9	(14,3)	(2,2)	4,9	1,7
PIB Alemanha <sup>a</sup>	2,6	0,2	(3,2)	3,6	4,1
Desemprego na Alemanha <sup>d</sup>	3,8	5,7	7,7	6,4	5,1
IPH na Alemanha <sup>e</sup>	5,7	(9,6)	4,3	4,9	4,9
PIB na EA <sup>a,i</sup>	5,3	(0,1)	(3,6)	4,0	5,0
Desemprego na UE <sup>f</sup>	7,1	8,7	10,6	9,4	8,2
Refi BCE	—	1,4	2,4	1,7	1,5
PIB Reino Unido <sup>a</sup>	6,2	0,2	(4,0)	2,8	4,3
Desemprego no Reino Unido <sup>g</sup>	4,8	7,2	9,0	7,6	6,3
Taxa bancária do Reino Unido	0,1	2,2	3,9	3,1	2,2
PIB EUA <sup>a</sup>	5,5	(0,8)	(3,5)	2,5	3,2
Desemprego nos EUA <sup>h</sup>	5,5	6,4	9,1	8,1	6,4
Taxa de fundos federais dos EUA	0,2	2,1	3,4	2,6	2,0

# Análise de risco

## Desempenho do risco de crédito

### Variáveis macroeconómicas médias Downside 1 utilizadas no cálculo das PCE

	2022	2023	2024	2025	2026
A 31 de dezembro de 2022	%	%	%	%	%
PIB Itália <sup>a</sup>	3,6	(1,7)	(1,0)	0,7	0,7
Desemprego na Itália <sup>b</sup>	8,2	9,5	10,7	10,5	10,0
IPH na Itália <sup>c</sup>	0,4	(7,6)	(7,4)	(4,3)	1,0
PIB Alemanha <sup>a</sup>	1,8	(1,6)	—	1,2	1,3
Desemprego na Alemanha <sup>d</sup>	3,0	3,8	4,4	4,5	4,3
IPH na Alemanha <sup>e</sup>	2,1	(8,5)	(7,7)	(2,8)	4,5
PIB na EA <sup>a,i</sup>	2,9	(1,7)	(1,1)	2,0	2,5
Desemprego na UE <sup>f</sup>	6,2	7,4	8,5	8,3	7,7
Refi BCE	0,9	4,4	4,6	3,9	3,6
PIB Reino Unido <sup>a</sup>	3,3	(2,1)	(1,5)	1,9	2,1
Desemprego no Reino Unido <sup>g</sup>	3,7	5,2	6,4	6,0	5,8
Taxa bancária do Reino Unido	1,8	5,9	6,1	5,3	4,6
PIB EUA <sup>a</sup>	1,8	(1,1)	(1,1)	1,7	2,1
Desemprego nos EUA <sup>h</sup>	3,7	5,1	6,6	6,4	5,9
Taxa de fundos federais dos EUA	2,1	5,8	5,4	4,4	3,9

	2021	2022	2023	2024	2025
A 31 de dezembro de 2021	%	%	%	%	%
PIB Itália <sup>a</sup>	6,4	2,4	(1,2)	3,2	4,0
Desemprego na Itália <sup>b</sup>	9,8	10,7	11,9	11,2	10,5
IPH na Itália <sup>c</sup>	1,9	(6,6)	(1,0)	2,3	0,7
PIB Alemanha <sup>a</sup>	2,6	2,0	(0,5)	2,8	3,0
Desemprego na Alemanha <sup>d</sup>	3,8	4,6	5,4	4,8	4,2
IPH na Alemanha <sup>e</sup>	5,7	(3,1)	3,7	3,9	3,9
PIB na EA <sup>a,i</sup>	5,3	2,2	(0,7)	3,1	3,6
Desemprego na UE <sup>f</sup>	7,1	7,7	8,4	7,8	7,2
Refi BCE	—	0,8	1,3	1,0	1,0
PIB Reino Unido <sup>a</sup>	6,2	2,8	(0,7)	2,3	2,9
Desemprego no Reino Unido <sup>g</sup>	4,8	6,2	6,8	6,0	5,3
Taxa bancária do Reino Unido	0,1	1,6	2,7	2,3	1,6
PIB EUA <sup>a</sup>	5,5	1,6	(0,4)	2,4	2,7
Desemprego nos EUA <sup>h</sup>	5,5	5,4	6,6	6,1	5,2
Taxa de fundos federais dos EUA	0,2	1,3	2,3	2,1	1,8



# Análise de risco

## Desempenho do risco de crédito

### Variáveis macroeconómicas médias Upside 2 utilizadas no cálculo das PCE

	2022	2023	2024	2025	2026
A 31 de dezembro de 2022	%	%	%	%	%
PIB Itália <sup>a</sup>	3,6	3,7	5,0	3,1	2,2
Desemprego na Itália <sup>b</sup>	8,2	8,0	7,8	7,4	7,4
IPH na Itália <sup>c</sup>	0,4	4,2	2,5	0,5	0,7
PIB Alemanha <sup>a</sup>	1,8	3,3	4,8	2,7	2,4
Desemprego na Alemanha <sup>d</sup>	3,0	3,0	2,9	2,9	2,9
IPH na Alemanha <sup>e</sup>	2,1	9,5	5,9	4,4	4,5
PIB na EA <sup>a,i</sup>	2,9	3,6	5,0	2,7	2,2
Desemprego na UE <sup>f</sup>	6,2	6,1	6,1	6,0	5,9
Refi BCE	0,9	2,1	1,6	1,5	1,5
PIB Reino Unido <sup>a</sup>	3,3	2,8	3,7	2,9	2,4
Desemprego no Reino Unido <sup>g</sup>	3,7	3,5	3,4	3,4	3,4
Taxa bancária do Reino Unido	1,8	3,1	2,6	2,5	2,5
PIB EUA <sup>a</sup>	1,8	3,3	3,5	2,8	2,8
Desemprego nos EUA <sup>h</sup>	3,7	3,3	3,3	3,3	3,3
Taxa de fundos federais dos EUA	2,1	3,6	2,9	2,8	2,8

	2021	2022	2023	2024	2025
A 31 de dezembro de 2021	%	%	%	%	%
PIB Itália <sup>a</sup>	6,4	7,3	5,4	3,5	2,6
Desemprego na Itália <sup>b</sup>	9,8	9,2	8,8	8,8	8,8
IPH na Itália <sup>c</sup>	1,9	4,7	4,8	2,5	2,0
PIB Alemanha <sup>a</sup>	2,6	7,3	5,4	3,0	2,2
Desemprego na Alemanha <sup>d</sup>	3,8	3,3	3,1	3,1	3,1
IPH na Alemanha <sup>e</sup>	5,7	5,5	5,5	4,3	4,0
PIB na EA <sup>a,i</sup>	5,3	7,3	5,4	3,1	2,6
Desemprego na UE <sup>f</sup>	7,1	6,4	6,2	6,1	6,0
Refi BCE	—	—	0,1	0,1	0,1
PIB Reino Unido <sup>a</sup>	6,2	7,2	4,0	2,7	2,1
Desemprego no Reino Unido <sup>g</sup>	4,8	4,5	4,1	4,0	4,0
Taxa bancária do Reino Unido	0,1	0,2	0,5	0,5	0,3
PIB EUA <sup>a</sup>	5,5	5,3	4,1	3,5	3,4
Desemprego nos EUA <sup>h</sup>	5,5	3,9	3,4	3,3	3,3
Taxa de fundos federais dos EUA	0,2	0,3	0,4	0,7	1,0

# Análise de risco

## Desempenho do risco de crédito

### Variáveis macroeconómicas médias Upside 1 utilizadas no cálculo das PCE

	2022	2023	2024	2025	2026
A 31 de dezembro de 2022	%	%	%	%	%
PIB Itália <sup>a</sup>	3,6	2,0	3,1	2,3	1,8
Desemprego na Itália <sup>b</sup>	8,2	8,3	8,1	8,0	8,0
IPH na Itália <sup>c</sup>	0,4	0,6	0,5	(0,1)	0,2
PIB Alemanha <sup>a</sup>	1,8	1,5	3,1	2,2	2,0
Desemprego na Alemanha <sup>d</sup>	3,0	3,3	3,2	3,2	3,2
IPH na Alemanha <sup>e</sup>	2,1	5,7	4,5	4,0	4,2
PIB na EA <sup>a,i</sup>	2,9	1,8	3,4	2,3	2,1
Desemprego na UE <sup>f</sup>	6,2	6,3	6,2	6,2	6,1
Refi BCE	0,9	2,5	2,3	2,1	1,9
PIB Reino Unido <sup>a</sup>	3,3	1,0	2,3	2,4	2,1
Desemprego no Reino Unido <sup>g</sup>	3,7	4,0	3,9	3,8	3,8
Taxa bancária do Reino Unido	1,8	3,5	3,3	3,0	2,8
PIB EUA <sup>a</sup>	1,8	1,9	2,3	2,2	2,2
Desemprego nos EUA <sup>h</sup>	3,7	3,8	4,0	4,0	4,0
Taxa de fundos federais dos EUA	2,1	3,9	3,4	3,0	3,0

	2021	2022	2023	2024	2025
A 31 de dezembro de 2021	%	%	%	%	%
PIB Itália <sup>a</sup>	6,4	6,0	3,8	2,7	2,3
Desemprego na Itália <sup>b</sup>	9,8	9,3	8,9	8,9	8,9
IPH na Itália <sup>c</sup>	1,9	3,1	2,5	1,1	0,9
PIB Alemanha <sup>a</sup>	2,6	5,6	3,7	2,5	2,1
Desemprego na Alemanha <sup>d</sup>	3,8	3,4	3,2	3,2	3,2
IPH na Alemanha <sup>e</sup>	5,7	4,6	4,3	3,6	3,5
PIB na EA <sup>a,i</sup>	5,3	5,9	3,8	2,6	2,3
Desemprego na UE <sup>f</sup>	7,1	6,6	6,2	6,1	6,1
Refi BCE	—	—	0,1	0,2	0,3
PIB Reino Unido <sup>a</sup>	6,2	6,0	3,1	2,3	1,9
Desemprego no Reino Unido <sup>g</sup>	4,8	4,6	4,3	4,2	4,1
Taxa bancária do Reino Unido	0,1	0,6	0,8	0,8	0,5
PIB EUA <sup>a</sup>	5,5	4,6	3,4	2,9	2,9
Desemprego nos EUA <sup>h</sup>	5,5	4,0	3,5	3,5	3,5
Taxa de fundos federais dos EUA	0,2	0,3	0,6	1,0	1,1

#### Notas

- a Alteração média do PIB real ajustada à sazonalidade no ano.
- b Taxa média de desemprego em Itália.
- c Alteração do IPH na Itália no final do ano, em relação ao final do ano anterior.
- d Taxa média de desemprego na Alemanha.
- e Alteração do IPH na Alemanha no final do ano, relativamente ao final do ano anterior.
- f Taxa média de desemprego na UE.
- g Taxa média de desemprego no Reino Unido +16 anos.
- h Taxa média de desemprego civil nos EUA +16 anos.
- i O PIB da EA refere-se ao PIB da Zona Euro.

### Ponderações da probabilidade de cenários (auditada)

	Upside 2	Upside 1	Valor de Referência	Downside 1	Downside 2
	%	%	%	%	%
<b>A 31 de dezembro de 2022</b>					
Ponderações da probabilidade de cenários	10,9	23,1	39,4	17,6	9,0
<b>A 31 de dezembro de 2021</b>					
Ponderações da probabilidade de cenários	20,9	27,2	30,1	14,8	7,0

#### Nota:

- a. Para mais detalhes sobre alterações das ponderações dos cenários, consulte a página 74.

As bases específicas mostram a posição mais extrema de cada variável no contexto dos cenários *downside/upside*, por exemplo, o desemprego mais elevado para os cenários *downside*, desemprego médio para os cenários de referência e desemprego mais baixo para os cenários *upside*. Os dados do PIB e do IPH do cenário *downside* e *upside* representam a posição total mais baixa e mais alta em relação ao ponto de partida no período de 20 trimestres.

# Análise de risco

## Desempenho do risco de crédito

### Variáveis macroeconómicas utilizadas no cálculo de PCE (bases específicas)<sup>a</sup> (auditado)

	Upside 2	Upside 1	Valor de Referência	Downside 1	Downside 2
	%	%	%	%	%
<b>A 31 de dezembro de 2022</b>					
PIB Itália <sup>b</sup>	16,9	11,5	1,6	(2,0)	(6,0)
Desemprego na Itália <sup>c</sup>	7,4	7,9	8,4	10,8	13,0
IPH na Itália <sup>d</sup>	9,4	2,9	(1,0)	(17,7)	(29,2)
PIB Alemanha <sup>b</sup>	16,0	10,9	1,2	(1,5)	(3,9)
Desemprego na Alemanha <sup>c</sup>	2,9	2,9	3,4	4,6	5,7
IPH na Alemanha <sup>d</sup>	29,1	22,2	2,9	(16,3)	(43,4)
PIB na EA <sup>b,h</sup>	16,1	11,9	1,7	(2,1)	(6,7)
Desemprego na UE <sup>c</sup>	5,9	6,1	6,3	8,6	10,8
Refi do BCE <sup>c</sup>	—	—	2,6	4,8	6,0
PIB do Reino Unido <sup>b</sup>	13,9	9,4	1,4	(3,2)	(6,8)
Desemprego no Reino Unido <sup>c</sup>	3,4	3,6	4,2	6,6	8,5
Taxa bancária do Reino Unido <sup>c</sup>	0,5	0,5	3,5	6,3	8,0
PIB EUA <sup>b</sup>	14,1	9,6	1,3	(2,5)	(6,3)
Desemprego nos EUA <sup>c</sup>	3,3	3,6	4,4	6,7	8,6
Taxa de fundos federais dos EUA <sup>c</sup>	0,1	0,1	3,3	6,0	7,0

### A 31 de dezembro de 2021

PIB Itália <sup>b</sup>	26,0	21,0	3,4	0,2	(1,3)
Desemprego na Itália <sup>c</sup>	8,8	8,9	9,3	12,1	14,5
IPH na Itália <sup>d</sup>	17,2	10,7	0,6	(5,8)	(14,6)
PIB Alemanha <sup>b</sup>	20,4	16,0	2,5	(2,0)	(3,1)
Desemprego na Alemanha <sup>c</sup>	3,1	3,2	3,4	5,6	8,0
IPH na Alemanha <sup>d</sup>	27,7	23,7	3,7	1,5	(4,5)
PIB na EA <sup>b,h</sup>	24,0	19,6	3,2	(0,3)	(1,6)
Desemprego na UE <sup>c</sup>	6,0	6,0	6,5	8,6	10,9
Refi do BCE <sup>c</sup>	—	—	0,2	1,3	2,5
PIB do Reino Unido <sup>b</sup>	21,4	18,3	3,4	(1,6)	(1,6)
Desemprego no Reino Unido <sup>c</sup>	4,0	4,1	4,5	7,0	9,2
Taxa bancária do Reino Unido <sup>c</sup>	0,1	0,1	0,7	2,8	4,0
PIB EUA <sup>b</sup>	22,8	19,6	3,4	1,5	(1,3)
Desemprego nos EUA <sup>c</sup>	3,3	3,5	4,1	6,8	9,5
Taxa de fundos federais dos EUA <sup>c</sup>	0,1	0,1	0,8	2,3	3,5

A base média representa o valor médio trimestral das variáveis no período de 20 trimestres com PIB e IPH com base na média anual e nas CAGR trimestrais, respetivamente.

# Análise de risco

## Desempenho do risco de crédito

### Variáveis macroeconómicas utilizadas no cálculo de PCE (médias a 5 anos)<sup>a</sup> (auditado)

	Upside 2	Upside 1	Valor de Referência	Downside 1	Downside 2
<b>A 31 de dezembro de 2022</b>					
PIB Itália <sup>e</sup>	3,5	2,6	1,6	0,4	(0,7)
Desemprego na Itália <sup>f</sup>	7,8	8,1	8,4	9,8	11,1
IPH na Itália <sup>g</sup>	1,6	0,3	(1,0)	(3,6)	(6,3)
PIB Alemanha <sup>e</sup>	3,0	2,1	1,2	0,5	(0,2)
Desemprego na Alemanha <sup>f</sup>	2,9	3,2	3,4	4,0	4,6
IPH na Alemanha <sup>g</sup>	5,2	4,1	2,9	(2,6)	(9,8)
PIB na EA <sup>e,h</sup>	3,3	2,5	1,7	0,9	0,1
Desemprego na UE <sup>f</sup>	6,1	6,2	6,3	7,6	8,9
Refi do BCE <sup>f</sup>	1,5	1,9	2,6	3,5	4,3
PIB do Reino Unido <sup>e</sup>	3,0	2,2	1,4	0,7	—
Desemprego no Reino Unido <sup>f</sup>	3,5	3,8	4,2	5,4	6,7
Taxa bancária do Reino Unido <sup>f</sup>	2,5	2,9	3,5	4,7	5,8
PIB EUA <sup>e</sup>	2,9	2,1	1,3	0,7	—
Desemprego nos EUA <sup>f</sup>	3,4	3,9	4,4	5,5	6,7
Taxa de fundos federais dos EUA <sup>f</sup>	2,8	3,1	3,3	4,3	5,2
<b>A 31 de dezembro de 2021</b>					
PIB Itália <sup>e</sup>	5,0	4,2	3,4	2,9	2,4
Desemprego na Itália <sup>f</sup>	9,1	9,2	9,3	10,8	11,9
IPH na Itália <sup>g</sup>	3,2	1,9	0,6	(0,6)	(1,9)
PIB Alemanha <sup>e</sup>	4,1	3,3	2,5	2,0	1,4
Desemprego na Alemanha <sup>f</sup>	3,3	3,3	3,4	4,5	5,7
IPH na Alemanha <sup>g</sup>	5,0	4,3	3,7	2,8	1,8
PIB na EA <sup>e,h</sup>	4,7	4,0	3,2	2,6	2,1
Desemprego na UE <sup>f</sup>	6,4	6,4	6,5	7,7	8,8
Refi do BCE <sup>f</sup>	0,1	0,1	0,2	0,8	1,4
PIB do Reino Unido <sup>e</sup>	4,4	3,9	3,4	2,7	1,8
Desemprego no Reino Unido <sup>f</sup>	4,3	4,4	4,5	5,8	7,0
Taxa bancária do Reino Unido <sup>f</sup>	0,3	0,5	0,7	1,7	2,3
PIB EUA <sup>e</sup>	4,4	3,9	3,4	2,4	1,3
Desemprego nos EUA <sup>f</sup>	3,9	4,0	4,1	5,7	7,1
Taxa de fundos federais dos EUA <sup>f</sup>	0,5	0,6	0,8	1,5	2,1

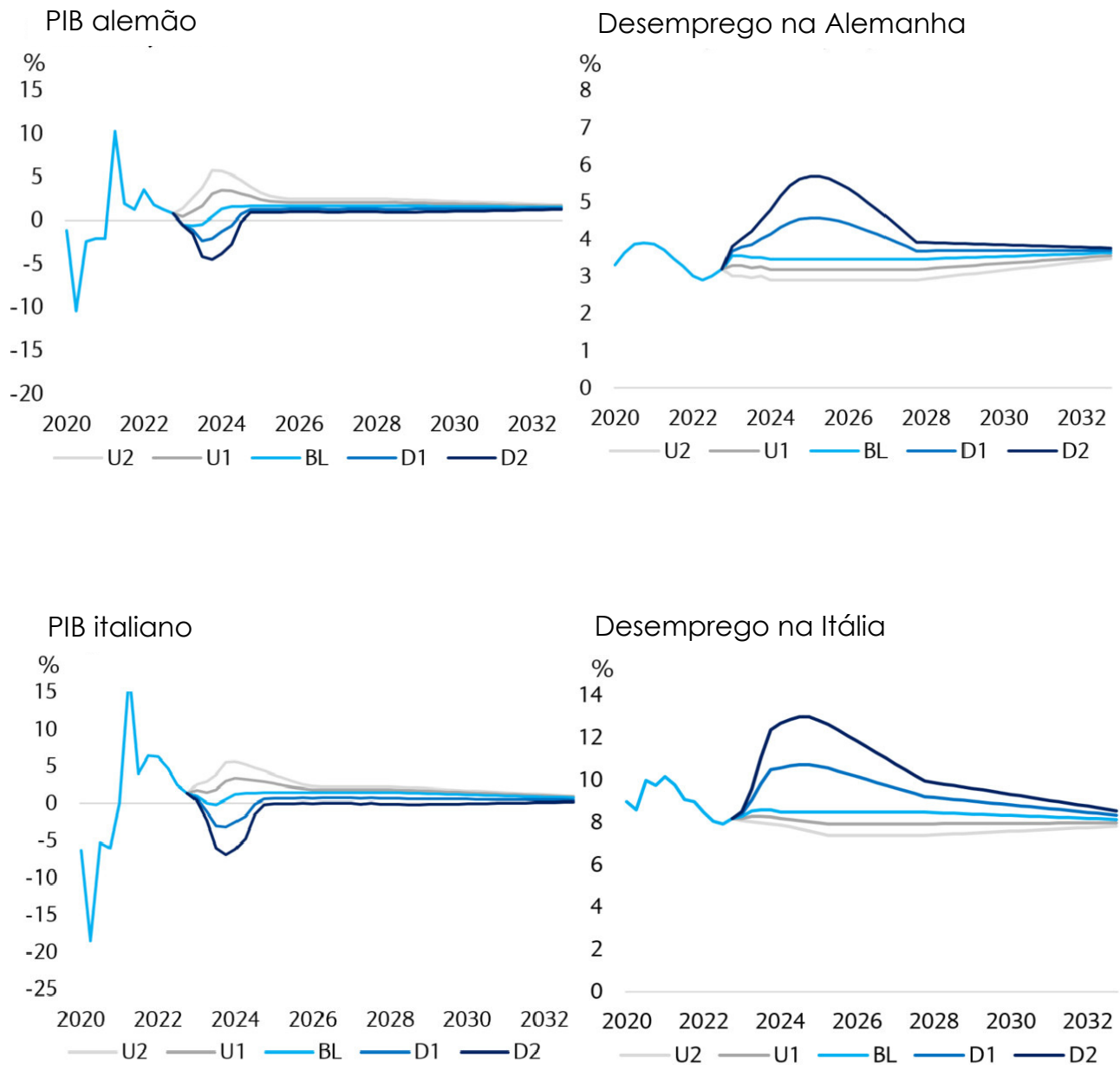
#### Notas

- a PIB = crescimento real do PIB ajustado sazonalmente; desemprego no Reino Unido = taxa de desemprego no Reino Unido +16 anos; IPH no Reino Unido = Halifax All Houses, All Buyers Index; desemprego nos EUA = taxa de desemprego civil nos EUA +16 anos; IPH nos EUA = FHFA House Price Index. O período de 20 trimestres começa no T122 (2021: T121).
- b Crescimento máximo em relação ao T421 (2021: T420), com base em 20 trimestres em cenários *Upside*; média anual de 5 anos de Taxa de Crescimento Anual Compоста ("CAGR") no Valor de Referência; crescimento mínimo em relação ao T421 (2021: T420), com base em 20 trimestres em cenários *Downside*.
- c Trimestre mais baixo em 20 trimestres em cenários *Upside*; média de 5 anos no Valor de Referência; trimestre mais alto em 20 trimestres em cenários *Downside*.
- d Crescimento máximo em relação ao T421 (2021: T420), com base em 20 trimestres em cenários *Upside*; CAGR de fim de trimestre de 5 anos no Valor de Referência; crescimento mínimo em relação ao T421 (2021: T420), com base em 20 trimestres em cenários *Downside*.
- e e CAGR média anual de 5 anos, a partir de 2021 (2021: 2020).
- f Média de 5 anos. Período baseado em 20 trimestres a partir do T122 (2021: T121).
- g CAGR de fim de trimestre a 5 anos, a partir do T421 (2021: T420).
- h O PIB na EA refere-se ao PIB na Zona Euro.

# Análise de risco

## Desempenho do risco de crédito

O gráfico em baixo apresenta os dados históricos para a taxa de crescimento do PIB (T v T-4) e desemprego na Alemanha e Itália, assim como os dados previstos em cada um dos cinco cenários.



Notas:  
Eixo Y = Taxa de crescimento do PIB/taxa de desemprego  
Eixo X = Ano  
U2 = *Upside 2*  
U1 = *Upside 1*  
BL = Valor de Referência  
D1 = *Downside 1*  
D2 = *Downside 2*

# Análise de risco

## Desempenho do risco de crédito

### PCE em cenários com ponderação de 100% para carteiras essenciais (auditas)

O quadro seguinte mostra as PCE modeladas, partindo do princípio de que cada um dos cinco cenários modelados foi ponderado a 100%, com a dispersão dos resultados em torno do Valor de Referência, salientando o impacto sobre a exposição e as PCE em todos os cenários.

A exposição do modelo utiliza valores da exposição dado o incumprimento (EDI) e não é diretamente comparável à exposição bruta utilizada em divulgações anteriores neste relatório.

### Análise de Sensibilidade de PCE (auditado)

A 31 de dezembro de 2022	Cenários					
	Ponderado <sup>a</sup>	Upside 2	Upside 1	Referência	Downside 1	Downside 2
<b>Fase 1 Exposição do modelo (M€)</b>						
Empréstimos à habitação	4.018	4.050	4.040	4.023	3.987	3.947
Cartões de crédito, empréstimos sem garantia e outros créditos a retalho <sup>b</sup>	5.730	5.644	5.588	5.554	5.668	5.768
Empréstimos grossistas	11.078	11.171	11.168	11.141	10.771	10.307
<b>Modelo de PCE na Fase 1 (M€)</b>						
Empréstimos à habitação	3	3	3	3	4	4
Cartões de crédito, empréstimos sem garantia e outros créditos a retalho	25	19	23	24	27	31
Empréstimos grossistas	25	23	24	26	25	26
<b>Cobertura na Fase 1 (%)</b>						
Empréstimos à habitação	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Cartões de crédito, empréstimos sem garantia e outros créditos a retalho	0,4	0,3	0,4	0,4	0,5	0,5
Empréstimos grossistas	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3
<b>Modelo de PCE na Fase 2 (M€)</b>						
Empréstimos à habitação	265	233	244	260	297	336
Cartões de crédito, empréstimos sem garantia e outros créditos a retalho <sup>b</sup>	1.383	1.167	1.362	1.527	1.589	1.678
Empréstimos grossistas	2.172	2.080	2.082	2.109	2.479	2.943
<b>Modelo de PCE na Fase 2 (M€)</b>						
Empréstimos à habitação	25	15	19	23	36	47
Cartões de crédito, empréstimos sem garantia e outros créditos a retalho	195	140	169	197	232	271
Empréstimos grossistas	49	41	41	44	62	82
<b>Cobertura na Fase 2 (%)</b>						
Empréstimos à habitação	9,4	6,4	7,8	8,8	12,1	14,0
Cartões de crédito, empréstimos sem garantia e outros créditos a retalho	14,1	12,0	12,4	12,9	14,6	16,2
Empréstimos grossistas	2,3	2,0	2,0	2,1	2,5	2,8
<b>Modelo de PCE na Fase 3 (M€)<sup>c</sup></b>						
Empréstimos à habitação	190	190	190	190	190	190
Cartões de crédito, empréstimos sem garantia e outros créditos a retalho	130	130	130	130	130	130
Empréstimos grossistas	—	—	—	—	—	—
<b>Modelo de PCE na Fase 3 (M€)</b>						
Empréstimos à habitação	46	41	43	45	49	53
Cartões de crédito, empréstimos sem garantia e outros créditos a retalho	92	91	92	92	94	94
Empréstimos grossistas <sup>d</sup>	—	—	—	—	—	—
<b>Cobertura na Fase 3 (%)</b>						
Empréstimos à habitação	24,2	21,6	22,6	23,7	25,8	27,9
Cartões de crédito, empréstimos sem garantia e outros créditos a retalho	70,8	70,0	70,8	70,8	72,3	72,3
Empréstimos grossistas <sup>d</sup>	—	—	—	—	—	—
<b>PCE Totais do Modelo (M€)</b>						
Empréstimos à habitação	74	59	65	71	89	104
Cartões de crédito, empréstimos não garantidos e outros créditos a retalho	312	250	284	313	353	396
Crédito grossista <sup>d</sup>	74	64	65	70	87	108
<b>PCE Total (M€)</b>	<b>460</b>	<b>373</b>	<b>414</b>	<b>454</b>	<b>529</b>	<b>608</b>
<b>Reconciliação com as PCE totais</b>						
PCE totais ponderadas do modelo						460
PCE de Imparidades individualmente avaliadas <sup>d</sup>						79
PCE resultantes de exposições não modeladas e outras						10
PCE de ajustamentos de gestão pós-modelo						38
<i>Dos quais: PCE resultantes de ajustamentos por incerteza económica</i>						13
<b>Total de PCE</b>						<b>587</b>



# Análise de risco

## Desempenho do risco de crédito

### Notas:

- a As exposições do modelo são atribuídas a uma fase com base num cenário individual e não numa abordagem ponderada pela probabilidade, conforme exigido para as provisões de imparidade comunicadas pelo Barclays. Como resultado, não é possível desconstruir as PCE ponderadas de cenários individuais, uma vez que os saldos podem ser atribuídos a uma fase diferente consoante o cenário.
- b Para Cartões de Crédito, empréstimos sem garantia e outros empréstimos retalhistas, o movimento da exposição do modelo entre as Fases 1 e 2 em todos os cenários difere devido a impactos adicionais da exposição não utilizada.
- c As exposições de modelos atribuídos à Fase 3 não se alteram em qualquer um dos cenários, uma vez que os critérios de transição se baseiam apenas em provas observáveis de incumprimento a 31 de dezembro de 2022, e não num cenário macroeconómico.
- d Os incumprimentos de empréstimos grossistas relevantes são avaliados individualmente utilizando várias estratégias de recuperação. Consequentemente, a PCE de 79 M€ é comunicada como uma imparidade avaliada individualmente na tabela de reconciliação.

A utilização de cinco cenários com a respetiva ponderação resulta num aumento total ponderado das PCE de 1,3% em relação às PCE de Referência.

**Empréstimos à habitação:** A PCE total ponderada, no valor de 74 M€, representa um aumento de 4,2% relativamente às PCE de Referência (71 M€), o que reflete a natureza da carteira em Itália.

**Cartões de crédito, empréstimos sem garantia e outros créditos a retalho:** As PCE totais ponderadas de 312 M€ estão em linha com as PCE de Referência (313 M€). O impacto da deterioração do cenário de referência em relação à gravidade dos cenários *downside* é superior ao impacto das ponderações mais elevadas aplicadas aos cenários *Downside* em comparação com 2021. O resultado é uma convergência entre a PCE de referência e a ponderada em 2022. O total de PCE aumenta para 396 M€ no cenário de *Downside 2*, principalmente devido ao aumento da taxa de desemprego na Alemanha para 4,1% e à redução do PIB da Alemanha para (2,8)% em 2023.

**Empréstimos grossistas:** A PCE total ponderada de 74 M€ representa um aumento de 5,7% sobre a PCE de referência (70 M€), refletindo a gama de cenários económicos utilizados, com exposições no Corporate and Investment Bank particularmente sensíveis ao cenário *Downside 2*.

# Análise de risco

## Desempenho do risco de crédito

### Análise de Sensibilidade de PCE (auditado)

A 31 de dezembro de 2021	Cenários					
	Ponderado <sup>a</sup>	Upside 2	Upside 1	Valor de Referência	Downside 1	Downside 2
<b>Modelo de PCE na Fase 1 (M€)</b>						
Empréstimos à habitação	4.575	4.587	4.582	4.577	4.553	4.533
Cartões de crédito, empréstimos sem garantia e outros créditos a retalho <sup>b</sup>	5.271	5.195	5.191	5.191	5.453	5.670
Empréstimos grossistas	10.185	10.225	10.193	10.224	10.090	9.999
<b>Modelo de PCE na Fase 1 (M€)</b>						
Empréstimos à habitação	3	2	2	2	3	4
Cartões de crédito, empréstimos sem garantia e outros créditos a retalho	22	20	20	21	26	31
Empréstimos grossistas	9	8	9	9	10	11
<b>Cobertura na Fase 1 (%)</b>						
Empréstimos à habitação	0,1	—	—	—	0,1	0,1
Cartões de crédito, empréstimos sem garantia e outros créditos a retalho	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5	0,5
Empréstimos grossistas	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
<b>Modelo de PCE na Fase 2 (M€)</b>						
Empréstimos à habitação	250	239	243	248	273	293
Cartões de crédito, empréstimos sem garantia e outros créditos a retalho <sup>b,c</sup>	619	536	579	617	745	898
Empréstimos grossistas	2.441	2.402	2.433	2.403	2.537	2.627
<b>Modelo de PCE na Fase 2 (M€)</b>						
Empréstimos à habitação	13	11	12	12	21	26
Cartões de crédito, empréstimos sem garantia e outros créditos a retalho	93	75	83	90	123	162
Empréstimos grossistas	26	24	25	25	31	40
<b>Cobertura na Fase 2 (%)</b>						
Empréstimos à habitação	5,2	4,6	4,9	4,8	7,7	8,9
Cartões de crédito, empréstimos sem garantia e outros créditos a retalho	15,0	14,0	14,3	14,6	16,5	18,0
Empréstimos grossistas	1,1	1,0	1,0	1,0	1,2	1,5
<b>Modelo de PCE na Fase 3 (M€)<sup>d</sup></b>						
Empréstimos à habitação	196	196	196	196	196	196
Cartões de crédito, empréstimos sem garantia e outros créditos a retalho	136	136	136	136	136	136
Empréstimos grossistas	—	—	—	—	—	—
<b>Modelo de PCE na Fase 3 (M€)</b>						
Empréstimos à habitação	37	34	35	36	41	45
Cartões de crédito, empréstimos sem garantia e outros créditos a retalho	92	92	92	92	94	96
Empréstimos grossistas <sup>e</sup>	—	—	—	—	—	—
<b>Cobertura na Fase 3 (%)</b>						
Empréstimos à habitação	18,9	17,3	17,9	18,4	20,9	23,0
Cartões de crédito, empréstimos sem garantia e outros créditos a retalho	67,6	67,6	67,6	67,6	69,1	70,6
Empréstimos grossistas <sup>e</sup>	—	—	—	—	—	—
<b>PCE Totais do Modelo (M€)</b>						
Empréstimos à habitação	53	47	49	50	65	75
Cartões de crédito, empréstimos sem garantia e outros créditos a retalho	207	187	195	203	243	289
Empréstimos grossistas <sup>e</sup>	35	32	34	34	41	51
PCE Total (M€)	295	266	278	287	349	415

#### Reconciliação com as PCE totais

M€

PCE totais ponderadas do modelo	295
PCE de Imparidades individualmente avaliadas <sup>a</sup>	84
PCE resultantes de exposições não modeladas e outras	(3)
PCE de ajustamentos de gestão pós-modelo	101
<i>Dos quais: PCE resultantes de ajustamentos por incerteza económica</i>	80
Total de PCE	477

#### Notas:

As exposições do modelo são atribuídas a uma fase com base num cenário individual e não numa abordagem ponderada pela probabilidade, conforme exigido para as provisões de imparidade comunicadas pelo Barclays. Como resultado, não é possível desconstruir as PCE ponderadas de cenários individuais, uma vez que os saldos podem ser atribuídos a uma fase diferente consoante o cenário.

b Para Cartões de Crédito, empréstimos sem garantia e outros empréstimos retalhistas, o movimento da exposição do modelo entre as Fases 1 e 2 em todos os cenários difere devido a impactos adicionais da exposição não utilizada.

c Em 2021, os Empréstimos & Adiantamentos ao custo amortizado foram utilizados como exposição modelada para o CBE no âmbito desta divulgação. O processo foi revisto em 2022 para incorporar a Exposição dado o Incumprimento (EDJ) sem impacto nas PCE. Este facto é visível nos comparativos do ano anterior.

d As exposições de modelos atribuídos à Fase 3 não se alteram em qualquer um dos cenários, uma vez que os critérios de transição se baseiam apenas em provas observáveis de incumprimento a 31 de dezembro de 2021, e não num cenário macroeconómico.

e Os incumprimentos de empréstimos grossistas relevantes são avaliados individualmente utilizando várias estratégias de recuperação. Consequentemente, a PCE de 84 M€ é comunicada como uma imparidade avaliada individualmente na tabela de reconciliação.

# Análise de risco

## Desempenho do risco de crédito

### Análise da concentração do risco de crédito

Existe uma concentração de risco de crédito quando várias contrapartes estão localizadas numa região geográfica comum ou estão envolvidas em atividades semelhantes e têm características económicas semelhantes que fariam com que a sua capacidade de cumprir obrigações contratuais fosse afetada de forma semelhante por alterações nas condições económicas ou outras. O Banco implementa limites às concentrações de modo a mitigar o risco. As análises de concentrações de risco de crédito apresentadas abaixo baseiam-se na localização da contraparte ou cliente ou na indústria na qual estão envolvidos.

### Concentrações geográficas

#### Concentrações de risco de crédito por geografia (auditado)

	Europa							Europa total	Reino Unido	Resto do Mundo	Total
	França	Alemanha	Irlanda	Itália	Países Baixos	Espanha	Resto da Europa				
A 31 de dezembro de 2022	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€
<b>Rubricas patrimoniais:</b>											
Caixa e disponibilidades bancos centrais	14	30.036	445	22	4	8	11	<b>30.540</b>	—	—	<b>30.540</b>
Garantias em numerário saldos de liquidação	1.836	4.208	315	1.107	1.079	513	1.925	<b>10.983</b>	7.073	484	<b>18.540</b>
Empréstimos e custo amortizado	685	4.805	1.058	4.957	81	337	1.901	<b>13.824</b>	1.075	461	<b>15.360</b>
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos	—	—	—	—	—	—	—	—	1.764	—	<b>1.764</b>
Ativos da carteira de Ativos financeiros pelo valor através da de resultados	1.943	1.257	6	1.827	191	694	1.057	<b>6.975</b>	153	434	<b>7.562</b>
Instrumentos financeiros financeiros	6.947	970	90	768	102	423	2.967	<b>12.267</b>	4.811	136	<b>17.214</b>
Outros ativos	4.870	5.991	2.526	619	15.578	2.712	6.508	<b>38.804</b>	1.512	123	<b>40.439</b>
	—	4	18	26	1	1	6	<b>56</b>	320	1	<b>377</b>
<b>Total de rubricas</b>	<b>16.295</b>	<b>47.271</b>	<b>4.458</b>	<b>9.326</b>	<b>17.036</b>	<b>4.688</b>	<b>14.375</b>	<b>113.449</b>	<b>16.708</b>	<b>1.639</b>	<b>131.796</b>
<b>Rubricas</b>											
Passivos contingentes	233	422	549	1.342	33	977	309	<b>3.865</b>	652	254	<b>4.771</b>
Compromissos de	8.012	11.745	1.002	2.307	993	1.437	4.577	<b>30.073</b>	985	1.402	<b>32.460</b>
<b>Total extrapatrimonial</b>	<b>8.245</b>	<b>12.167</b>	<b>1.551</b>	<b>3.649</b>	<b>1.026</b>	<b>2.414</b>	<b>4.886</b>	<b>33.938</b>	<b>1.637</b>	<b>1.656</b>	<b>37.231</b>
<b>Total</b>	<b>24.540</b>	<b>59.438</b>	<b>6.009</b>	<b>12.975</b>	<b>18.062</b>	<b>7.102</b>	<b>19.261</b>	<b>147.387</b>	<b>18.345</b>	<b>3.295</b>	<b>169.027</b>

A exposição ao Reino Unido representa maioritariamente transações com a empresa-mãe, BB PLC. Consulte a Nota 38. O Banco não tem qualquer exposição material direta à Federação Russa ou à Ucrânia.

# Análise de risco

## Desempenho do risco de crédito

### Concentrações de risco de crédito por geografia (auditado)

	Europa							Total Europa	Reino Unido	Resto do Mundo	Total
	França	Alemanha	Irlanda	Itália	Países Baixos	Espanha	Resto da Europa				
A 31 de dezembro de 2021	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€
<b>Rubricas patrimoniais:</b>											
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	79	21.047	2.690	157	21	91	40	<b>24.125</b>	—	—	<b>24.125</b>
Garantias em numerário e saldos de liquidação	1.689	3.899	341	398	5.320	281	1.583	<b>13.511</b>	3.583	557	<b>17.651</b>
Empréstimos e adiantamentos a custo amortizado	472	4.370	899	5.700	199	243	1.246	<b>13.129</b>	623	234	<b>13.986</b>
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	—	—	—	—	—	—	—	—	3.228	—	<b>3.228</b>
Ativos da carteira de negociação	1.374	1.585	74	2.548	631	582	630	<b>7.424</b>	118	519	<b>8.061</b>
Ativos financeiros pelo justo valor através da demonstração de resultados	5.277	502	24	799	11	901	1.901	<b>9.415</b>	5.936	—	<b>15.351</b>
Instrumentos financeiros derivados	2.995	8.251	500	822	8.719	2.903	3.702	<b>27.892</b>	5.648	335	<b>33.875</b>
Outros ativos	1	8	10	30	1	5	10	<b>65</b>	116	—	<b>181</b>
<b>Total das exposições patrimoniais</b>	<b>11.887</b>	<b>39.662</b>	<b>4.538</b>	<b>10.454</b>	<b>14.902</b>	<b>5.006</b>	<b>9.112</b>	<b>95.561</b>	<b>19.252</b>	<b>1.645</b>	<b>116.458</b>
<b>Rubricas extrapatrimoniais:</b>											
Passivos contingentes	135	285	1.048	1.002	31	652	158	<b>3.311</b>	663	85	<b>4.059</b>
Compromissos de empréstimo	7.508	9.616	891	1.452	1.228	1.113	3.350	<b>25.158</b>	805	1.462	<b>27.425</b>
<b>Total de rubricas extrapatrimoniais</b>	<b>7.643</b>	<b>9.901</b>	<b>1.939</b>	<b>2.454</b>	<b>1.259</b>	<b>1.765</b>	<b>3.508</b>	<b>28.469</b>	<b>1.468</b>	<b>1.547</b>	<b>31.484</b>
<b>Total</b>	<b>19.530</b>	<b>49.563</b>	<b>6.477</b>	<b>12.908</b>	<b>16.161</b>	<b>6.771</b>	<b>12.620</b>	<b>124.030</b>	<b>20.720</b>	<b>3.192</b>	<b>147.942</b>

# Análise de risco

## Desempenho do risco de crédito

### Concentrações industriais

A 31 de dezembro de 2022, a concentração dos ativos do Banco por indústria concentrada para outros bancos é de 20% (2021: 23%), governos e bancos centrais é de 24% (2021: 24%) e outras instituições financeiras é de 27% (2021: 23%).

#### Concentrações de risco de crédito por indústria(auditado)

A 31 de dezembro 2022	Outros		Indústria	Construções e propriedades	Governos e bancos centrais	Energia e águas	Distribuição grossista e retalhista e lazer	Negócios e outros serviços	Empréstimos à habitação	Cartões, créditos não garantidos e outros empréstimos pessoais. Outros	Total	
	Bancos	passivos bancários										
	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	
<b>Rubricas patrimoniais:</b>												
Caixa e saldos em bancos centrais	29	—	—	—	30.511	—	—	—	—	—	30.540	
Garantias em numerário e saldos de liquidação	5.546	11.093	7	11	1.375	113	2	28	—	—	365	18.540
Empréstimos e adiantamentos a custo amortizado	1.412	1.765	639	298	18	331	650	489	4.407	4.851	500	15.360
Acordos de revenda acordos e outros empréstimos garantidos similares	1.764	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1.764
Ativos da carteira de negociação	977	893	100	91	5.107	204	5	100	—	—	85	7.562
Ativos financeiros pelo justo valor através da demonstração de resultados	8.167	6.113	—	—	2.614	—	—	7	313	—	—	17.214
Instrumentos financeiros derivados	14.342	21.300	1.016	56	1.147	1.738	39	145	—	—	656	40.439
Outros ativos	313	63	—	—	—	—	—	1	—	—	—	377
<b>Total de rubricas patrimoniais</b>	<b>32.550</b>	<b>41.227</b>	<b>1.762</b>	<b>456</b>	<b>40.772</b>	<b>2.386</b>	<b>696</b>	<b>770</b>	<b>4.720</b>	<b>4.851</b>	<b>1.606</b>	<b>131.796</b>
<b>Rubricas extrapatrimoniais:</b>												
Passivos contingentes	522	609	1.745	295	—	696	110	500	—	1	293	4.771
Compromissos de empréstimo	587	3.069	8.150	1.125	—	7.375	1.296	1.266	—	6.320	3.272	32.460
<b>Total extrapatrimonial</b>	<b>1.109</b>	<b>3.678</b>	<b>9.895</b>	<b>1.420</b>	<b>—</b>	<b>8.071</b>	<b>1.406</b>	<b>1.766</b>	<b>—</b>	<b>6.321</b>	<b>3.565</b>	<b>37.231</b>
<b>Total</b>	<b>33.659</b>	<b>44.905</b>	<b>11.657</b>	<b>1.876</b>	<b>40.772</b>	<b>10.457</b>	<b>2.102</b>	<b>2.536</b>	<b>4.720</b>	<b>11.172</b>	<b>5.171</b>	<b>169.027</b>

# Análise de risco

## Desempenho do risco de crédito

### Concentrações de risco de crédito por indústria (auditado)

A 31 de dezembro de 2021	Outros passivos	Indústria	Construções e propriedades	Governos e bancos centrais	Energia e águas	Distribuição grossistas e retalhistas e lazer	Negócios e outros serviços	Empréstimos à habitação	Cartões de crédito não garantidos e outros empréstimos pessoais	Outros	Total	
	Bancos bancários											
	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	
<b>Rubricas patrimoniais:</b>												
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	28	—	—	—	24.097	—	—	—	—	—	24.125	
Garantias em numerário e saldos de liquidação	4.325	12.054	11	—	877	245	—	13	—	126	17.651	
Empréstimos e adiantamentos a custo amortizado	892	982	418	189	41	917	566	344	4.951	4.304	13.986	
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	3.228	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3.228	
Ativos da carteira de negociação	980	377	389	86	5.582	61	18	363	—	—	8.061	
Ativos financeiros pelo justo valor através da demonstração de resultados	8.478	4.999	—	—	1.548	—	—	—	326	—	15.351	
Instrumentos financeiros derivados	15.633	11.959	658	162	3.572	1.146	33	149	—	—	33.875	
Outros ativos	97	78	—	—	—	—	—	—	—	6	181	
<b>Total de rubricas patrimoniais</b>	<b>33.661</b>	<b>30.449</b>	<b>1.476</b>	<b>437</b>	<b>35.717</b>	<b>2.369</b>	<b>617</b>	<b>869</b>	<b>5.277</b>	<b>4.304</b>	<b>1.282</b>	<b>116.458</b>
<b>Rubricas extrapatrimoniais:</b>												
Passivos contingentes	424	1.037	1.172	316	—	386	166	270	—	—	288	4.059
Compromissos de empréstimo	212	2.251	7.101	1.244	—	4.934	1.197	1.488	—	5.673	3.325	27.425
<b>Total extrapatrimonial</b>	<b>636</b>	<b>3.288</b>	<b>8.273</b>	<b>1.560</b>	<b>—</b>	<b>5.320</b>	<b>1.363</b>	<b>1.758</b>	<b>—</b>	<b>5.673</b>	<b>3.613</b>	<b>31.484</b>
<b>Total</b>	<b>34.297</b>	<b>33.737</b>	<b>9.749</b>	<b>1.997</b>	<b>35.717</b>	<b>7.689</b>	<b>1.980</b>	<b>2.627</b>	<b>5.277</b>	<b>9.977</b>	<b>4.895</b>	<b>147.942</b>



# Análise de risco

## Desempenho do risco de crédito

### A abordagem do Banco para gerir e representar a qualidade de crédito

#### Qualidade do crédito de ativos

A distribuição da qualidade de crédito baseia-se na probabilidade de incumprimento (PI) a 12 meses, de acordo com a IFRS 9, à data de comunicação de dados, de forma a garantir a comparabilidade com outras divulgações de PCE nas páginas 63 a 72.

O Banco utiliza as seguintes medidas internas para determinar a qualidade de crédito dos empréstimos:

Intervalo da PI %	Categoria DG DG interna	Probabilidade de Incumprimento			Desc. da qualidade		Standard and Poor's
		>Mín	Médio	<=Máx	de crédito	Moody's	
0,00 a < 0,15	1	0,00%	0,01%	0,02%		Aaa, Aa1, Aa2	AAA, AA+, AA
	2	0,02%	0,03%	0,03%		Aa3	AA-
	3	0,03%	0,04%	0,05%	Forte	A1, A2, A3	A+
	4	0,05%	0,08%	0,10%		A1, A2, A3	A, A-
	5	0,10%	0,13%	0,15%		Baa1	BBB+
0,15 a < 0,25	6	0,15%	0,18%	0,20%	Forte	Baa	BBB
	7	0,20%	0,23%	0,25%		2	BBB
	8	0,25%	0,28%	0,30%		Baa	BBB-
0,25 a < 0,50	9	0,30%	0,35%	0,40%	Forte	3	BBB-
	10	0,40%	0,45%	0,50%		Baa	BB+
	11	0,50%	0,55%	0,60%	Forte	3	BB+
0,50 a < 0,75	12	0,60%	0,68%	0,75%	Satisfatório	Baa	BB,
	12	0,75%	0,98%	1,20%		3	BB-
	13	1,20%	1,38%	1,55%	Satisfatório	Ba3	BB-
	14	1,55%	1,85%	2,15%		Ba3	B+
	15	2,15%	2,33%	2,50%		B1	B+
2,50 a < 10,00	15	2,50%	2,78%	3,05%		B1	B+
	16	3,05%	3,75%	4,45%		B2	B+
	17	4,45%	5,40%	6,35%	Satisfatório	B3, Caa1	B
	18	6,35%	7,50%	8,65%		B3, Caa1	B-
	19	8,65%	9,35%	10,00%		B3, Caa1	CCC+
10,00 a < 100,00	19	10,00%	10,68%	11,35%		B3, Caa1	CCC+
	20	11,35%	15,00%	18,65%	Risco elevado	Caa2	CCC
	21	18,65%	30,00%	99,99%		Caa3, Ca, C	CCC-, CC+, CC, C
100,00 (Predefinição)	22	100%		Crédito com Imparidade	D	D	

Para os clientes retalhistas é utilizada uma gama de ferramentas de análise para calcular a probabilidade de incumprimento de clientes no início e numa base contínua. Para os empréstimos ainda não vencidos, estas descrições podem ser resumidas da seguinte forma:

**Forte:** existe uma forte possibilidade de que os ativos sejam recuperados por completo.

**Satisfatório:** embora haja uma elevada probabilidade de os ativos serem recuperados e, portanto, não é motivo de preocupação para o Banco, os ativos não podem ser garantidos, ou podem referir-se a facilidades de retalho não garantidas. No nível mais baixo desta classificação, há clientes que estão a ser monitorizados com mais cuidado, por exemplo, clientes empresariais, que apresentam alguns sinais de deterioração, hipotecas com empréstimo superior ao valor do ativo e empréstimos de retalho sem garantia a operar fora das diretrizes normais do produto.

**Risco elevado:** há preocupação com a capacidade do mutuário efetuar pagamentos quando tal for necessário. No entanto, estes ainda não se converteram em atraso efetivo. No entanto, o mutuário ou contraparte continua a efetuar pagamentos no vencimento e espera-se que liquide todos os montantes pendentes de capital e juros.

#### Títulos de dívida

Para os ativos detidos pelo valor justo, o valor contabilístico no balanço incluirá, por exemplo, o risco de crédito do emissor. A maioria dos títulos cotados e alguns não cotados são classificados por agências de notação externas. O Banco utiliza principalmente notações de risco externas indicadas pela Standard & Poor's, Fitch ou Moody's. Quando tais avaliações não estão disponíveis ou não estão atualizadas, o Banco utilizará as suas notações internas para os títulos.

# Análise de risco

## Desempenho do risco de crédito

### Qualidade de crédito patrimonial

As tabelas seguintes apresentam a qualidade de crédito dos ativos do Banco expostos ao risco de crédito.

### Visão Geral

A 31 de dezembro de 2022, o índice dos ativos do Banco classificados nas rubricas patrimoniais como forte (0,0 < 0,60%) encontra-se nos 93% (2021: 94%) do total dos ativos expostos ao risco de crédito.

### Qualidade de crédito patrimonial (auditado)

Intervalo de PI	0,0 a <0,60%	0,60 a 11,35%	11,35% a < 100%	Total	0,0 a <0,60%	0,60 a <11,35%	11,35% a 100%	Total
	M€	M€	M€	M€	%	%	%	%
<b>A 31 de dezembro de 2022</b>								
<b>Caixa e disponibilidades em bancos centrais</b>	30.540	—	—	30.540	100	—	—	100
<b>Garantias em numerário e saldos de liquidação</b>	17.510	1.024	6	18.540	94	6	—	100
<b>Empréstimos e adiantamentos a custo amortizado</b>								
Empréstimos à habitação	3.636	572	197	4.405	83	13	4	100
Cartões de crédito, créditos a retalho sem garantia e outros	1.923	2.613	164	4.700	41	56	3	100
Empréstimos grossistas	3.245	1.376	222	4.843	67	28	5	100
<b>Empréstimos e adiantamentos a clientes</b>	8.804	4.561	583	13.948	63	33	4	100
Empréstimos e adiantamentos a bancos	1.390	22	—	1.412	98	2	—	100
<b>Total de empréstimos e adiantamentos a custo amortizado</b>	10.194	4.583	583	15.360	66	30	4	100
<b>Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares</b>	1.764	—	—	1.764	100	—	—	100
<b>Ativos da carteira de negociação:</b>								
Títulos de dívida	7.221	86	—	7.307	99	1	—	100
Empréstimos transacionados	183	10	62	255	72	4	24	100
<b>Total ativos da carteira de negociação</b>	7.404	96	62	7.562	98	1	1	100
<b>Ativos financeiros pelo justo valor através da demonstração de resultados</b>								
Empréstimos e adiantamentos	1.484	252	31	1.767	84	14	2	100
Títulos de dívida	3	—	21	24	13	—	87	100
Acordos de revenda	14.292	988	143	15.423	93	6	1	100
Outros ativos financeiros	—	—	—	—	—	—	—	—
<b>Total de ativos financeiros pelo justo valor através da demonstração de resultados</b>	15.779	1.240	195	17.214	92	7	1	100
<b>Instrumentos financeiros derivados</b>	39.307	1.103	29	40.439	97	3	—	100
<b>Ativos financeiros pelo justo valor através de outros rendimentos integrais</b>	—	—	—	—	—	—	—	—
<b>Outros ativos</b>	371	6	—	377	98	2	—	100
<b>Total de rubricas patrimoniais</b>	122.869	8.052	875	131.796	93	6	1	100

# Análise de risco

## Desempenho do risco de crédito

Qualidade de crédito patrimonial (auditado)									
Intervalo de PI	0,0 a <0,60%	0,60 a <11,35%	11,35% a 100%	Total	0,0 a <0,60%	0,60 a <11,35%	11,35% a 100%	Total	
	M€	M€	M€	M€	%	%	%	%	%
<b>A 31 de dezembro de 2021</b>									
<b>Caixa e disponibilidades em bancos centrais</b>	<b>24.125</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>24.125</b>	<b>100</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
<b>Garantias em numerário e saldos de liquidação</b>	<b>17.196</b>	<b>455</b>	<b>—</b>	<b>17.651</b>	<b>97</b>	<b>3</b>	<b>—</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
<b>Empréstimos e adiantamentos a custo amortizado</b>									
Empréstimos à habitação	4.078	675	198	4.951	82	14	4	100	100
Cartões de crédito, créditos a retalho sem garantia e outros	1.982	2.001	171	4.154	48	48	4	100	100
Empréstimos grossistas	3.099	672	207	3.978	78	17	5	100	100
<b>Empréstimos e adiantamentos a clientes</b>	<b>9.159</b>	<b>3.348</b>	<b>576</b>	<b>13.083</b>	<b>70</b>	<b>26</b>	<b>4</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
Empréstimos e adiantamentos a bancos	858	45	—	903	95	5	—	100	100
<b>Total de empréstimos e adiantamentos a custo amortizado</b>	<b>10.017</b>	<b>3.393</b>	<b>576</b>	<b>13.986</b>	<b>72</b>	<b>24</b>	<b>4</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
<b>Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares</b>	<b>3.228</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>3.228</b>	<b>100</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
<b>Ativos da carteira de negociação:</b>									
Títulos de dívida	7.004	419	—	7.423	94	6	—	100	100
Empréstimos transacionados	137	494	7	638	21	78	1	100	100
<b>Total ativos da carteira de negociação</b>	<b>7.141</b>	<b>913</b>	<b>7</b>	<b>8.061</b>	<b>89</b>	<b>11</b>	<b>—</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
<b>Ativos financeiros pelo justo valor através da demonstração de resultados:</b>									
Empréstimos e adiantamentos	517	178	31	726	71	25	4	100	100
Títulos de dívida	4	1	19	24	17	4	79	100	100
Acordos de revenda	13.647	943	11	14.601	94	6	—	100	100
Outros ativos financeiros	—	—	—	—	—	—	—	—	—
<b>Total de ativos financeiros pelo justo valor através da demonstração de resultados</b>	<b>14.168</b>	<b>1.122</b>	<b>61</b>	<b>15.351</b>	<b>93</b>	<b>7</b>	<b>—</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
<b>Instrumentos financeiros derivados</b>	<b>33.428</b>	<b>447</b>	<b>—</b>	<b>33.875</b>	<b>99</b>	<b>1</b>	<b>—</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
<b>Ativos financeiros pelo justo valor através de outros rendimentos integrais</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>Outros ativos</b>	<b>175</b>	<b>6</b>	<b>—</b>	<b>181</b>	<b>97</b>	<b>3</b>	<b>—</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
<b>Total de rubricas patrimoniais</b>	<b>109.478</b>	<b>6.336</b>	<b>644</b>	<b>116.458</b>	<b>94</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

# Análise de risco

## Desempenho do risco de crédito

### Exposição do crédito por grau de PI interno

As tabelas que se seguem apresentam o perfil de risco por grau de PI para empréstimos e adiantamentos ao custo amortizado, passivos contingentes e compromissos de empréstimos.

Os ativos com maior risco da Fase 1, apresentados brutos de garantias associadas detidas, têm uma qualidade de crédito mais fraca mas não se deterioraram de forma significativa desde a sua criação.

A classificação da Fase 1 e Fase 2 da IFRS 9 não depende apenas da probabilidade certa de incumprimento mas também de elementos que determinem um Aumento Significativo do Risco de Crédito (consulte a Nota 8 na página 144), incluindo uma movimentação relativa na probabilidade de incumprimento desde o reconhecimento inicial. Não existe, portanto, nenhuma relação direta entre a qualidade do crédito e a classificação de fases da IFRS 9.

### Perfil de risco por grau de PI interno para empréstimos e adiantamentos a bancos ao custo amortizado(auditado)

A 31 de dezembro de 2022		Provisão para PCE				Quantia escriturada bruta				Exposição líquida	Cobertura rácio
Grau	Intervalo de PI %	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Total		
		M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	%
1-3	0,0 a < 0,05% Forte	1.106	—	—	1.106	—	—	—	—	1.106	—
4-5	0,05 a < 0,15% Forte	249	—	—	249	—	—	—	—	249	—
6-8	0,15 a < 0,30% Forte	17	—	—	17	—	—	—	—	17	—
9-11	0,30 a < 0,60% Forte	10	8	—	18	—	—	—	—	18	—
12-14	0,60 a < 2,15% Satisfatório	6	—	—	6	—	—	—	—	6	—
15-19	2,15 a < 10% Satisfatório	2	10	—	12	—	—	—	—	12	—
19	10 a < 11,35% Satisfatório	4	—	—	4	—	—	—	—	4	—
20-21	11,35 a < 100% Risco elevado	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
22	100% Crédito com imparidade	—	—	2	2	—	—	2	2	—	100
<b>Total</b>		<b>1.394</b>	<b>18</b>	<b>2</b>	<b>1.414</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>1.412</b>	<b>0,1</b>

### Perfil de risco por grau de PI interno para empréstimos e adiantamentos a clientes ao custo amortizado (auditado)

A 31 de dezembro de 2022		Provisão para PCE				Quantia escriturada bruta				Exposição líquida	Cobertura rácio
Grau	Intervalo de PI %	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Total		
		M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	%
1-3	0,0 a < 0,05% Forte	465	—	—	465	—	—	—	—	465	—
4-5	0,05 a < 0,15% Forte	1.557	—	—	1.557	2	—	—	2	1.555	0,1
6-8	0,15 a < 0,30% Forte	1.762	123	—	1.885	1	1	—	2	1.883	0,1
9-11	0,30 a < 0,60% Forte	4.775	145	—	4.920	17	2	—	19	4.901	0,4
12-14	0,60 a < 2,15% Satisfatório	2.458	822	—	3.280	23	61	—	84	3.196	2,6
15-19	2,15 a < 10% Satisfatório	653	823	—	1.476	22	100	—	122	1.354	8,3
19	10 a < 11,35% Satisfatório	10	2	—	12	1	—	—	1	11	8,3
20-21	11,35 a < 100% Risco elevado	21	262	—	283	—	46	—	46	237	16,3
22	100% Crédito com imparidade	—	—	609	609	—	—	263	263	346	43,2
<b>Total</b>		<b>11.701</b>	<b>2.177</b>	<b>609</b>	<b>14.487</b>	<b>66</b>	<b>210</b>	<b>263</b>	<b>539</b>	<b>13.948</b>	<b>3,7</b>

# Análise de risco

## Desempenho do risco de crédito

### Perfil de risco por grau de PI interno para empréstimos e adiantamentos a bancos ao custo amortizado (auditado)

A 31 de dezembro de 2021

Grau	Intervalo de PI %	Descrição da qualidade de crédito	Quantia escriturada bruta				Provisão para PCE				Ex posição líquida M€	Cobertura rácio %
			Fase 1 M€	Fase 2 M€	Fase 3 M€	Total M€	Fase 1 M€	Fase 2 M€	Fase 3 M€	Total M€		
1-3	0,0 a < 0,05%	Forte	814	—	—	814	—	—	—	—	814	—
4-5	0,05 a < 0,15%	Forte	10	—	—	10	—	—	—	—	10	—
6-8	0,15 a < 0,30%	Forte	34	—	—	34	—	—	—	—	34	—
9-11	0,30 a < 0,60%	Forte	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
12-14	0,60 a < 2,15%	Satisfatório	37	—	—	37	—	—	—	—	37	—
15-19	2,15 a < 10%	Satisfatório	—	8	—	8	—	—	—	—	8	—
19	10 a < 11,35%	Satisfatório	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
20-21	11,35 a < 100%	Risco Elevado	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
22	100%	Crédito com imparidade	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
<b>Total</b>			<b>895</b>	<b>8</b>	<b>—</b>	<b>903</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>903</b>	<b>—</b>

### Perfil de risco por grau de PI interno para empréstimos e adiantamentos a clientes ao custo amortizado (auditado)

A 31 de dezembro de 2021

Grau	Intervalo de PI %	Descrição da qualidade de crédito	Quantia escriturada bruta				Provisão para PCE				Ex posição líquida M€	Cobertura rácio %
			Fase 1 M€	Fase 2 M€	Fase 3 M€	Total M€	Fase 1 M€	Fase 2 M€	Fase 3 M€	Total M€		
1-3	0,0 a < 0,05%	Forte	442	114	—	556	—	—	—	—	556	—
4-5	0,05 a < 0,15%	Forte	1.506	40	—	1.546	—	—	—	—	1.546	—
6-8	0,15 a < 0,30%	Forte	2.072	173	—	2.245	1	—	—	1	2.244	—
9-11	0,30 a < 0,60%	Forte	4.641	186	—	4.827	14	—	—	14	4.813	0,3
12-14	0,60 a < 2,15%	Satisfatório	1.988	493	—	2.481	10	47	—	57	2.424	2,3
15-19	2,15 a < 10%	Satisfatório	342	649	—	991	8	78	—	86	905	9,0
19	10 a < 11,35%	Satisfatório	11	11	—	22	—	3	—	3	19	13,6
20-21	11,35 a < 100%	Risco elevado	7	240	—	247	1	42	—	43	204	17,4
22	100 %	Crédito com imparidade	—	—	618	618	—	—	246	246	372	39,8
<b>Total</b>			<b>11.009</b>	<b>1.906</b>	<b>618</b>	<b>13.533</b>	<b>34</b>	<b>170</b>	<b>246</b>	<b>450</b>	<b>13.083</b>	<b>3,3</b>

### Perfil de risco de crédito por grau de PI interno para passivos contingentes (auditado)

A 31 de dezembro de 2022

Grau	Intervalo de PI %	Descrição da qualidade de crédito	Quantia escriturada bruta				Provisões para PCE				Ex posição líquida M€	Cobertura rácio %
			Fase 1 M€	Fase 2 M€	Fase 3 M€	Total M€	Fase 1 M€	Fase 2 M€	Fase 3 M€	Total M€		
1-3	0,0 a < 0,05%	Forte	550	2	—	552	—	—	—	—	552	—
4-5	0,05 a < 0,15%	Forte	1.142	4	—	1.146	1	—	—	1	1.145	10,0
6-8	0,15 a < 0,30%	Forte	798	52	—	850	—	—	—	—	850	—
9-11	0,30 a < 0,60%	Forte	589	185	—	774	3	1	—	4	770	50,0
12-14	0,60 a < 2,15%	Satisfatório	479	483	—	962	5	2	—	7	955	70,0
15-19	2,15 a < 10%	Satisfatório	186	218	—	404	3	9	—	12	392	300,0
19	10 a < 11,35%	Satisfatório	11	12	—	23	—	1	—	1	22	430,0
20-21	11,35 a < 100%	Risco elevado	4	10	—	14	—	1	—	1	13	710,0
22	100 %	Crédito com imparidade	—	—	46	46	—	—	—	—	46	—
<b>Total</b>			<b>3.759</b>	<b>966</b>	<b>46</b>	<b>4.771</b>	<b>12</b>	<b>14</b>	<b>—</b>	<b>26</b>	<b>4.745</b>	<b>50,0</b>

# Análise de risco

## Desempenho do risco de crédito

### Perfil de risco de crédito por grau de PI interno para passivos contingentes (auditado)

A 31 de dezembro de 2021

Grau	Intervalo de PI %	Descrição da qualidade de crédito	Provisão para PCE				Quantia escriturada bruta				Exposição líquida	Cobertura rácio
			Fase 1	Fase 2	Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Total		
			M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	%
1-3	0,0 a < 0,05%	Forte	1.182	11	—	1.193	—	—	—	—	1.193	—
4-5	0,05 a < 0,15%	Forte	696	44	—	740	—	—	—	—	740	—
6-8	0,15 a < 0,30%	Forte	716	25	—	741	—	—	—	—	741	—
9-11	0,30 a < 0,60%	Forte	610	4	—	614	1	—	—	1	613	0,2
12-14	0,60 a < 2,15%	Satisfatório	388	53	—	441	—	—	—	—	441	—
15-19	2,15 a < 10%	Satisfatório	96	152	—	248	1	2	—	3	245	1,2
19	10 a < 11,35%	Satisfatório	—	1	—	1	—	—	—	—	1	—
20-21	11,35 a < 100%	Risco Elevado	12	11	—	23	—	—	—	—	23	—
22	100 %	Crédito com imparidade	—	—	58	58	—	—	—	—	58	—
<b>Total</b>			3.700	301	58	4.059	2	2	—	4	4.055	0,1

### Perfil de risco de crédito por grau de PI interno para compromissos de empréstimo<sup>a</sup> (auditado)

A 31 de dezembro de 2022

Grau	Intervalo de PI %	Descrição da qualidade de crédito	Provisão para PCE				Quantia escriturada bruta				Exposição líquida	Cobertura rácio
			Fase 1	Fase 2	Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Total		
			M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	%
1-3	0,0 a < 0,05%	Forte	7.576	—	—	7.576	—	—	—	—	7.576	—
4-5	0,05 a < 0,15%	Forte	8.482	1.357	—	9.839	—	—	—	—	9.839	—
6-8	0,15 a < 0,30%	Forte	5.987	531	—	6.518	1	—	—	1	6.517	—
9-11	0,30 a < 0,60%	Forte	2.502	489	—	2.991	—	1	—	1	2.990	—
12-14	0,60 a < 2,15%	Satisfatório	1.391	540	—	1.931	5	1	—	6	1.925	0,3
15-19	2,15 a < 10%	Satisfatório	804	962	—	1.766	3	8	—	11	1.755	0,6
19	10 a < 11,35%	Satisfatório	9	—	—	9	—	—	—	—	9	—
20-21	11,35 a < 100%	Risco elevado	5	82	—	87	—	1	—	1	86	1,1
22	100%	Crédito com imparidade	—	—	14	14	—	—	—	—	14	—
<b>Total</b>			26.756	3.961	14	30.731	9	11	—	20	30.711	0,1

### Perfil de risco de crédito por grau de PI interno para compromissos de empréstimo<sup>a</sup> (auditado)

A 31 de dezembro de 2021

Grau	Intervalo de PI %	Descrição da qualidade de crédito	Provisão para PCE				Quantia escriturada bruta				Exposição líquida	Cobertura rácio
			Fase 1	Fase 2	Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Total		
			M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	%
1-3	0,0 a < 0,05%	Forte	6.372	438	—	6.810	4	—	—	4	6.806	0,1
4-5	0,05 a < 0,15%	Forte	7.907	873	—	8.780	1	1	—	2	8.778	—
6-8	0,15 a < 0,30%	Forte	4.547	117	—	4.664	1	1	—	2	4.662	—
9-11	0,30 a < 0,60%	Forte	1.662	313	—	1.975	—	1	—	1	1.974	0,1
12-14	0,60 a < 2,15%	Satisfatório	1.937	182	—	2.119	8	—	—	8	2.111	0,4
15-19	2,15 a < 10%	Satisfatório	610	565	—	1.175	2	2	—	4	1.171	0,3
19	10 a < 11,35%	Satisfatório	—	5	—	5	—	1	—	1	4	20,0
20-21	11,35 a < 100%	Risco Elevado	230	118	—	348	—	1	—	1	347	0,3
22	100 %	Crédito com imparidade	—	—	26	26	—	—	—	—	26	—
<b>Total</b>			23.265	2.611	26	25.902	16	7	—	23	25.879	0,1

Nota

<sup>a</sup> Exclui os compromissos de empréstimos de 1.729 mM€ (2021: 1.523 M€) escriturados pelo justo valor.

# Análise de risco

## Desempenho do risco de crédito

### Análise de carteiras e tipos de ativos específicos

#### Empréstimos à habitação garantidos

A carteira italiana de empréstimos à habitação é composta principalmente por primeiras hipotecas.

#### Carteiras de capital de empréstimos à habitação - distribuição de saldos por rácio entre o capital do empréstimo e o valor da garantia ("LTV")<sup>a</sup> (auditado)

A 31 de dezembro

	Distribuição de saldos				Distribuição da provisão de imparidade				Rácio de cobertura			
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Total
	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	%	%	%	%
<=75%	3.301	201	110	3.612	2	17	17	36	0,1%	8,5%	15,5%	1,0%
>75% e <=90%	421	35	22	478	1	4	6	11	0,2%	11,4%	27,3%	2,3%
>90% e <=100%	150	13	15	178	—	2	4	6	—%	15,4%	26,7%	3,4%
>100%	153	16	43	212	—	3	19	22	—%	18,8%	44,2%	10,4%
<b>Total</b>	<b>4.025</b>	<b>265</b>	<b>190</b>	<b>4.480</b>	<b>3</b>	<b>26</b>	<b>46</b>	<b>75</b>	<b>0,1%</b>	<b>9,8%</b>	<b>24,2%</b>	<b>1,7%</b>

#### Carteiras de capital de empréstimos à habitação - distribuição de saldos por rácio entre o capital do empréstimo e o valor da garantia ("LTV")<sup>a</sup> (auditado)

A 31 de dezembro

	Distribuição de saldos				Distribuição da provisão para imparidade				Rácio de cobertura			
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Total
	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	%	%	%	%
<=75%	3.511	361	118	3.990	2	30	17	49	0,1%	8,3%	14,4%	1,2%
>75% e <=90%	476	69	25	570	1	6	5	12	0,2%	8,7%	20,0%	2,1%
>90% e <=100%	175	24	14	213	—	2	3	5	—%	8,3%	21,4%	2,3%
>100%	193	31	39	263	—	3	16	19	—%	9,7%	41,0%	7,2%
<b>Total</b>	<b>4.355</b>	<b>485</b>	<b>196</b>	<b>5.036</b>	<b>3</b>	<b>41</b>	<b>41</b>	<b>85</b>	<b>0,1%</b>	<b>8,5%</b>	<b>20,9%</b>	<b>1,7%</b>

#### Carteiras de capital de empréstimos à habitação - distribuição de saldos por LTV<sup>a</sup> (auditado)

A 31 de dezembro de 2022

	Distribuição de saldos				Distribuição da provisão de imparidade			
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Total
	%	%	%	%	%	%	%	%
<=75%	73,7	4,5	2,5	80,6	2,7	22,7	22,7	48,0
>75% e <=90%	9,4	0,8	0,5	10,7	1,3	5,3	8,0	14,7
>90% e <=100%	3,3	0,3	0,3	4,0	—	2,7	5,3	8,0
>100%	3,4	0,4	1,0	4,7	—	4,0	25,3	29,3

#### Carteiras de capital de empréstimos à habitação - distribuição de saldos por LTV<sup>a</sup> (auditado)

A 31 de dezembro de 2021

	Distribuição de saldos				Distribuição da provisão de imparidade			
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Total
	%	%	%	%	%	%	%	%
<=75%	69,7	7,2	2,3	79,2	2,4	35,3	20,0	57,6
>75% e <=90%	9,5	1,4	0,5	11,3	1,2	7,1	5,9	14,1
>90% e <=100%	3,5	0,5	0,3	4,2	—	2,4	3,5	5,9
>100%	3,8	0,6	0,8	5,2	—	3,5	18,8	22,4

Nota

a Carteira avaliada a preço de mercado com base na avaliação mais atualizada, incluindo saldos da carteira de recuperação. As avaliações atualizadas refletem a aplicação do último índice de preços da habitação disponível a 31 de dezembro de 2022.

A média de LTV% ponderada pelo saldo na carteira a 31 de dezembro de 2022 era de 57,4% (2021: 58,6%).



# Análise de risco

## Desempenho do risco

Todas as divulgações incluídas nesta secção (páginas 97 e 98), não foram auditadas, salvo indicação contrária.

### Visão geral do risco de mercado transacionado:

Esta secção contém estatísticas-chave que descrevem o perfil de risco de mercado do Banco. A secção de gestão do risco de mercado fornece uma descrição do VaR de gestão.

### Medidas de risco de mercado

As medidas de risco de mercado comercial como o VaR e as medidas de exposições patrimoniais têm diferenças fundamentais:

- As medidas do balanço mostram saldos baseados em acréscimos ou marcados a valores de mercado na data de comunicação de dados;
- As medidas do VaR também têm em conta os valores atuais avaliados a preços de mercado, mas, além disso, são considerados os efeitos de cobertura entre posições;
- As medidas de risco de mercado são expressas em termos de alterações de valor ou volatilidades, em oposição aos valores estáticos.

Por estas razões, não é possível apresentar reconciliações diretas do risco de mercado negociado e medidas contabilísticas.

### Análise de medidas de gestão

As seguintes divulgações fornecem detalhes relativos a medidas de gestão de risco de mercado.

A tabela abaixo apresenta o VaR de gestão total numa base diversificada por fator de risco. O VaR de gestão total inclui todas as carteiras de negociação e algumas carteiras bancárias (aquelas em que o tratamento contabilístico é o justo valor através de lucros ou perdas). Para além disso, capta os acréscimos de risco sob a forma de riscos não no motor modelo ("RNIME") em que um número reduzido de fatores de risco não é bem captado no VaR.

Os limites são aplicados a cada VaR do fator de risco, assim como ao VaR de gestão total, que são consequentemente encaminhados pelos gestores de risco para cada negócio.

### O valor médio diário, valores elevados e baixos de VaR de gestão

VaR de gestão (95%, um dia) (auditado)	2022			2021		
	Média	Alto	Baix	Média	Alto	Baixo
	M€	M€	o M€	M€	M€	M€
Risco de crédito	1,49	3,53	0,63	0,95	1,82	0,44
Risco de taxa de juro	1,73	4,20	0,48	0,76	2,58	0,21
Risco acionista	0,06	0,20	0,03	0,07	0,13	0,02
Risco de base	0,60	1,55	0,21	0,36	0,63	0,18
Risco de spread	3,00	6,70	0,78	1,23	2,79	0,42
Risco de câmbio	0,32	0,84	0,03	0,18	0,41	0,03
Risco de mercadoria	0,05	0,37	—	—	—	—
Risco de inflação	0,95	2,54	0,16	0,05	0,25	0,01
Efeito de diversificação <sup>a</sup>	(4,06)	n. d.	n. d.	(1,93)	n. d.	n. d.
Total de VaR de gestão	4,15	8,16	1,57	1,67	3,25	0,77

#### Nota

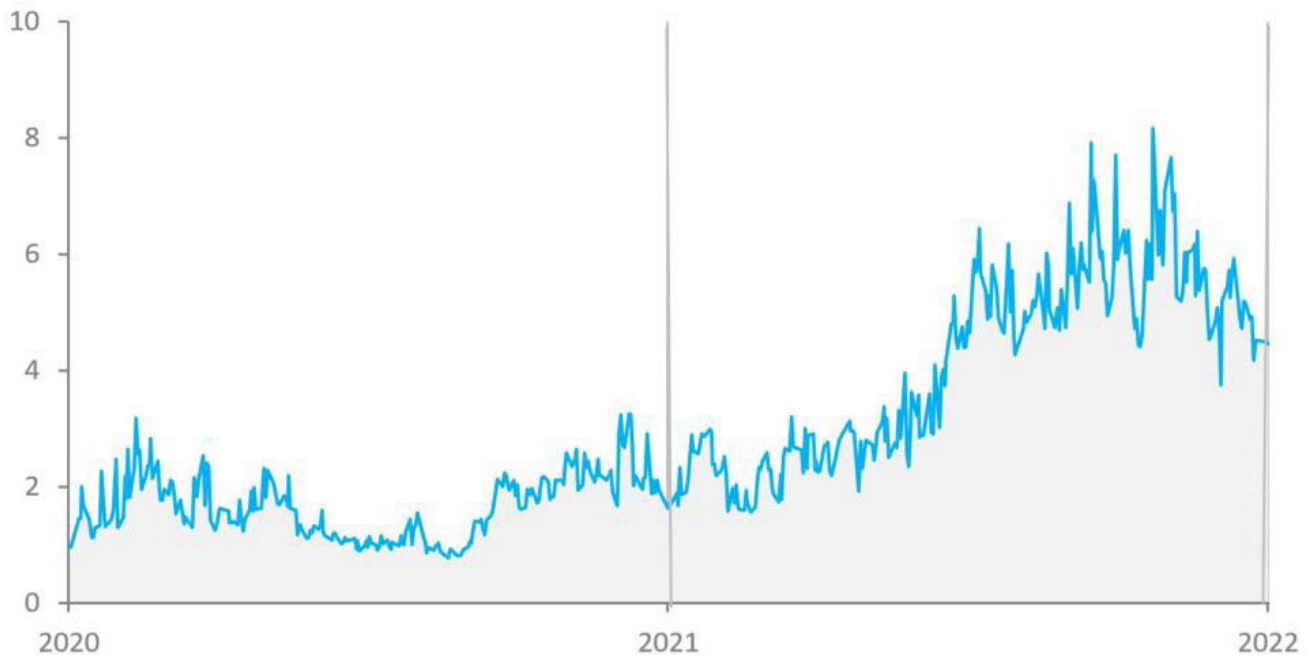
a Os efeitos de diversificação reconhecem que é improvável que as perdas previstas de diferentes ativos ou negócios ocorram concomitantemente, portanto, a perda agregada esperada é menor do que a soma das perdas esperadas de cada área. As correlações históricas entre as perdas são tidas em conta ao realizar estas avaliações. Os valores de VaR mínimos e máximos apresentados para cada categoria não ocorreram necessariamente no mesmo dia em que os valores de VaR mínimos e máximos foram apresentados como um todo. Consequentemente, um balanço do efeito de diversificação para os valores de VaR mínimos e máximos não seria significativo e é, portanto, omitido da tabela acima.

O VaR médio de gestão aumentou para 4,15 M€ (2021: 1,67 M€). Este aumento é impulsionado pelo aumento da tomada de riscos, nomeadamente no negócio das Taxas e, em menor medida, nos Mercados Cruzados, na Banca e na Tesouraria, com o negócio do Crédito a apresentar níveis de risco ligeiramente inferiores aos de dezembro de 2021. A invasão russa da Ucrânia e a elevada inflação aumentaram a volatilidade em todas as categorias de ativos, uma vez que os bancos centrais aumentaram as taxas de base, os mercados acionistas decresceram e os spreads de crédito aumentaram durante este período. Em 2022, a tomada de riscos manteve-se sempre dentro dos limites de apetência pelo risco acordados.

## Análise de risco

### Desempenho do risco

VaR de gestão (M€)



#### Esforços dos cenários de negócio

Como parte do quadro de gestão de risco do Banco, numa base regular, o desempenho da atividade comercial em cenários hipotéticos caracterizados por condições macroeconómicas severas é modelizado. Até sete cenários globais são modelados numa base regular, por exemplo, uma forte deterioração da liquidez, um abrandamento da economia global, recessão global e um aumento acentuado do crescimento económico.

Em 2022, as análises de cenários mostraram que os maiores impactos relacionados com o risco de mercado se deveriam ao abrandamento das preocupações com o crescimento mundial, o que resultaria numa disciplina orçamental mais rigorosa, com os decisores políticos a conseguirem tranquilizar os mercados, resultando numa recuperação.

# Análise de risco

## Gestão de risco de Capital e Tesouraria

Todas as divulgações incluídas nesta secção (páginas 99 a 106) não foram auditadas, salvo indicação contrária.

### Risco de Capital e Tesouraria

#### Notações de crédito

Além de monitorizar e gerir as métricas chave relacionadas com a robustez financeira do Banco, como emissor único, a entidade solicita também notações de crédito independentes da Standard & Poor's Global (S&P) e da Fitch.

Notações de crédito		
A 31 de dezembro de 2022	Standard & Poor's	Fitch
Longo prazo	A /Positivo	A+ / Estável
Curto prazo	A-1	F1

Em junho de 2022, a S&P confirmou todas as notações de rating do Barclays PLC e das suas entidades relacionadas, incluindo o Banco. Em junho de 2021, a S&P reviu as perspectivas do Barclays PLC e das suas entidades relacionadas, incluindo o Banco, de Positivo para Estável, ao mesmo tempo que confirmava todas as notações. As revisões refletem a opinião de que o Barclays está a apresentar um perfil empresarial e um desempenho financeiro mais fortes e mais consistentes.

Em setembro de 2022, a Fitch confirmou todas as notações de rating do Barclays PLC e das suas entidades relacionadas, incluindo o Banco. Em julho de 2021, a Fitch reviu as perspectivas do Barclays PLC e das suas entidades relacionadas, incluindo o Banco, de Estável para Negativo, ao mesmo tempo que confirmava todas as notações. As revisões refletiram melhores expectativas de recuperação económica nos principais mercados do Barclays e o desempenho resiliente do Grupo durante a pandemia.

Uma descida da notação de crédito poderia resultar em exfluxos para cumprir os requisitos de garantia dos contratos existentes. Os exfluxos relacionados com a descida da notação de crédito estão incluídos nos cenários internos de esforço do Banco (Apetência pelo Risco de Liquidez) e uma parte do fundo de liquidez é mantida para fazer face a este risco. As notações de crédito podem também resultar na redução da capacidade de financiamento e no aumento dos custos de financiamento.

## Análise de risco

### Gestão de risco de Capital e Tesouraria

#### Testes de esforço do risco de liquidez

A avaliação de esforço do risco de liquidez mede as potenciais saídas de esforço contratuais e contingentes numa série de cenários, que são subsequentemente utilizados para determinar a dimensão do fundo de liquidez que está imediatamente disponível para cumprir exfluxos antecipados no caso de ocorrência de um esforço. Os cenários incluem um evento de esforço de 30 dias específico para o Barclays, um evento de esforço de 90 dias para todo o mercado, um cenário combinado de 30 dias que consiste num evento de esforço específico para o Barclays e num evento de esforço para todo o mercado, e um cenário de esforço macroeconómico de 1 ano.

O requisito de Rácio de Cobertura de Liquidez ("RCL") ao abrigo do RRC (com as alterações do RRC II) tem em consideração a estabilidade relativa das diferentes fontes de financiamento e do potencial aumento dos requisitos de financiamento durante um esforço. O RCL está encarregue de promover resiliência a curto prazo do perfil de risco de liquidez de um banco com ativos líquidos de alta qualidade suficientes para sobreviver a um cenário de esforço acentuado com a duração de 30 dias.

A 31 de dezembro de 2022, o Banco detinha ativos líquidos elegíveis que excediam as saídas de esforço líquidas dos seus requisitos regulamentares internos e externos. O Banco mantém uma proporção adequada do fundo de liquidez entre caixa e disponibilidades em bancos centrais e outros títulos elegíveis de ativos líquidos de alta qualidade.

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
	M€	M€
Fundo de liquidez <sup>a</sup>	30.709	25.445
	%	%
Rácio de cobertura de liquidez	194	171

#### Nota

a Compõe-se de 29,9 mM€ (2021: 23,4 mM€) de saldos com bancos centrais e 0,8 mM€ (2021: 2,0 mM€) de acordos de compra com acordo de revenda celebrados para fins de liquidez, ambos cumprindo os requisitos do Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2015/61, conforme alterado pelo Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2018/1620 para inclusão no fundo de liquidez como ativos líquidos de alta qualidade. O aumento do fundo de liquidez é impulsionado principalmente pelo aumento dos depósitos de clientes e das emissões de capital, parcialmente compensado pelo aumento dos empréstimos.

A 31 de dezembro de 2022, o NSFR do Banco situava-se em 149% (dezembro de 2021: 148%), o que era superior ao requisito mínimo regulamentar previsto no RRC II para o Banco. O NSFR visa desenvolver os perfis de financiamento melhorados dos bancos e estabelece uma norma harmonizada para os níveis de fontes de financiamento estáveis e a longo prazo de que um banco necessita para resistir a períodos de esforço. É definido como o montante de financiamento estável disponível em relação ao montante de financiamento estável necessário com um rácio mínimo de 100% necessário numa base contínua.

## Análise de risco

### Gestão de risco de Capital e Tesouraria

#### Maturidade contratual de ativos e passivos financeiros

A tabela abaixo fornece detalhe sobre a maturidade contratual de todos os instrumentos financeiros e outros ativos e passivos. Os derivados (para além dos designados numa relação de cobertura) e os ativos e passivos da carteira de negociação estão incluídos na coluna "à ordem" ao seu justo valor. O risco de liquidez nestes itens não é gerido com base na maturidade contratual, uma vez que não são detidas para liquidação de acordo com tal maturidade e muitas vezes será decidida antes da maturidade contratual pelo justo valor. Os derivados designados numa relação de cobertura são incluídos de acordo com a sua maturidade contratual.

#### Maturidade contratual de ativos e passivos financeiros (auditado)

	À Ordem	Mais de três meses	Mais de seis meses mas não mais do que de seis meses	Mais de nove meses mas não mais do que nove meses	Mais de um ano mas não mais do que um ano	Mais de dois anos	Mais de dois anos mas não mais do que três anos	Mais de três anos mas não mais do que cinco anos	Mais de cinco anos mas não mais do que dez anos	Mais de dez anos	Total
	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€
<b>A 31 de dezembro de 2022</b>											
<b>Ativos</b>											
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	30.540	—	—	—	—	—	—	—	—	—	30.540
Garantias em numerário e saldos de liquidação	—	18.540	—	—	—	—	—	—	—	—	18.540
Empréstimos e adiantamentos a custo amortizado	1.896	784	474	526	641	1.841	1.927	2.586	2.173	2.512	15.360
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	—	204	—	—	—	—	—	1.560	—	—	1.764
Ativos da carteira de negociação	7.700	—	—	—	—	—	—	—	—	—	7.700
Ativos financeiros pelo justo valor através da demonstração de resultados	13	15.322	6	635	105	525	38	113	90	369	17.216
Instrumentos financeiros derivados	40.435	—	—	—	—	—	—	—	4	—	40.439
Outros ativos financeiros	14	—	342	—	—	21	—	—	—	—	377
<b>Total de ativos financeiros</b>	<b>80.598</b>	<b>34.850</b>	<b>822</b>	<b>1.161</b>	<b>746</b>	<b>2.387</b>	<b>1.965</b>	<b>4.259</b>	<b>2.267</b>	<b>2.881</b>	<b>131.936</b>
<b>Outros ativos</b>											<b>598</b>
<b>Total de ativos</b>											<b>132.534</b>
<b>Passivos</b>											
Depósitos a custo amortizado	10.167	14.344	2.849	747	576	106	157	74	383	18	29.421
Garantias em numerário e saldos de liquidação	—	24.684	—	—	—	—	—	—	—	—	24.684
Acordos de recompra e outros empréstimos garantidos similares	—	937	—	—	1.000	1.027	—	—	—	—	2.964
Títulos de dívida em circulação	—	398	756	377	108	—	800	—	700	—	3.139
Passivos subordinados	—	—	—	—	—	653	772	1.752	1.502	—	4.679
Passivos de carteiras de negociação	12.872	—	—	—	—	—	—	—	—	—	12.872
Passivos financeiros designados ao justo valor	—	9.227	171	654	294	1.497	865	624	776	750	14.858
Instrumentos financeiros derivados	32.493	—	—	—	—	—	1	—	—	—	32.494
Outros passivos financeiros	29	388	3	3	3	19	12	20	13	13	503
<b>Total de passivos financeiros</b>	<b>55.561</b>	<b>49.978</b>	<b>3.779</b>	<b>1.781</b>	<b>1.981</b>	<b>3.302</b>	<b>2.607</b>	<b>2.470</b>	<b>3.374</b>	<b>781</b>	<b>125.614</b>
<b>Outros passivos</b>											<b>405</b>
<b>Total do passivo</b>											<b>126.019</b>
<b>Gap de liquidez cumulativa</b>	<b>25.037</b>	<b>9.909</b>	<b>6.952</b>	<b>6.332</b>	<b>5.097</b>	<b>4.182</b>	<b>3.540</b>	<b>5.329</b>	<b>4.222</b>	<b>6.322</b>	<b>6.515</b>

# Análise de risco

## Gestão de risco de Capital e Tesouraria

### Maturidade contratual de ativos e passivos financeiros (auditado)

		Não	Mais de três meses mas não mais de seis meses	Mais de seis meses mas não mais de nove meses	Mais de nove meses mas não mais de um ano	Mais de um ano mas não mais de dois anos	Mais de dois anos mas não mais de três anos	Mais de três anos mas não mais de cinco anos	Mais de cinco anos mas não mais de dez anos	Mais de dez anos	Total
	A	do que três meses	não mais de seis meses	mais do que nove meses	não mais de um ano	do que dois anos	mais do que três anos	não mais de cinco anos	não mais de dez anos	Mais de dez anos	Total
A 31 de dezembro de 2021	Ordem	meses	meses	meses	ano	anos	anos	anos	anos	anos	M€
	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€
<b>Ativos</b>											
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	24.125	—	—	—	—	—	—	—	—	—	24.125
instituições de crédito											
Garantias em numerário e saldos de liquidação	—	17.651	—	—	—	—	—	—	—	—	17.651
Empréstimos e adiantamentos a custo amortizado	1.317	587	619	382	668	1.740	1.457	2.504	2.169	2.543	13.986
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares											
empréstimos	—	51	—	—	1.427	—	—	1.750	—	—	3.228
Ativos da carteira de negociação	8.204	—	—	—	—	—	—	—	—	—	8.204
Ativos financeiros pelo justo valor através da demonstração de resultados	14	12.038	646	1.087	254	669	23	62	92	467	15.352
Instrumentos financeiros derivados	33.875	—	—	—	—	—	—	—	—	—	33.875
Outros ativos financeiros	21	—	131	—	—	23	—	—	—	—	175
<b>Total de ativos financeiros</b>	<b>67.556</b>	<b>30.327</b>	<b>1.396</b>	<b>1.469</b>	<b>2.349</b>	<b>2.432</b>	<b>1.480</b>	<b>4.316</b>	<b>2.261</b>	<b>3.010</b>	<b>116.596</b>
<b>Outros ativos</b>											<b>516</b>
<b>Total de ativos</b>											<b>117.112</b>
<b>Passivos</b>											
Depósitos a custo amortizado	12.801	9.922	1.283	237	596	22	5	251	481	36	25.634
Garantias em numerário e saldos de liquidação	—	17.125	—	—	—	—	—	—	—	—	17.125
Acordos de recompra e outros empréstimos garantidos similares	—	679	—	—	—	2.372	545	—	—	—	3.596
Títulos de dívida em circulação	—	224	681	766	226	—	—	800	700	—	3.397
Passivos subordinados	—	—	—	—	—	—	125	—	2.346	700	3.171
Passivos de carteiras de negociação	10.286	—	—	—	—	—	—	—	—	—	10.286
Passivos financeiros designados pelo justo valor	2	7.827	751	597	304	1.121	461	733	969	1.078	13.843
Instrumentos financeiros derivados	33.517	—	—	—	—	—	—	—	—	—	33.517
Outros passivos financeiros	49	208	3	3	1	34	5	14	12	12	341
<b>Total de passivos financeiros</b>	<b>56.655</b>	<b>35.985</b>	<b>2.718</b>	<b>1.603</b>	<b>1.127</b>	<b>3.549</b>	<b>1.141</b>	<b>1.798</b>	<b>4.508</b>	<b>1.826</b>	<b>110.910</b>
<b>Outros passivos</b>											<b>303</b>
<b>Total do passivo</b>											<b>111.213</b>
<b>Gap de liquidez cumulativa</b>	<b>10.901</b>	<b>5.243</b>	<b>3.921</b>	<b>3.787</b>	<b>5.009</b>	<b>3.892</b>	<b>4.231</b>	<b>6.749</b>	<b>4.502</b>	<b>5.686</b>	<b>5.899</b>

A data de maturidade esperada pode divergir das datas contratuais, para que abranja:

- ativos e passivos e instrumentos financeiros derivados na carteira de negociação que poderão não ser mantidos até à maturidade, no âmbito das estratégias de negociação do Banco
- os depósitos de empresas e de retalho, que estão incluídos nos depósitos a custo amortizado, são reembolsáveis mediante pedido ou com aviso a curto prazo, numa base contratual. Na prática, estes instrumentos constituem uma base estável para as operações do Banco e necessidades de liquidez, devido à ampla base de clientes, quer em número, quer em tipo de depositante
- os empréstimos a clientes corporativos e retalhistas, que estão incluídos nos empréstimos e adiantamentos a custo amortizado e nos ativos financeiros pelo justo valor, podem ser pagos antecipadamente, de acordo com os termos e condições do contrato
- os títulos de dívida em circulação, os passivos subordinados e os passivos financeiros designados pelo justo valor podem incluir a possibilidade de resgate antecipado

## Análise de risco

### Gestão de risco de Capital e Tesouraria

#### Maturidade contratual de passivos financeiros numa base não descontada

A tabela abaixo apresenta os fluxos de caixa a pagar pelo Banco de passivos financeiros por maturidades contratuais remanescentes à data do balanço. As quantias apresentadas na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados de todos os passivos financeiros (ou seja, valores nominais).

Os balanços na tabela que se segue não correspondem diretamente aos do balanço, uma vez que a tabela incorpora todos os fluxos de caixa, numa base não descontada, relacionados tanto com os pagamentos de capital como com o pagamento de cupões futuros.

Os instrumentos financeiros derivados devidos para negociação estão incluídos na coluna "à ordem" pelo seu justo valor.

#### Maturidade contratual de passivos financeiros - não descontada (auditada)

	À ordem M€	Mais de três meses mas não mais de seis meses M€	Mais de três meses mas não mais de seis meses M€	Mais de seis meses mas não mais de um ano M€	Mais de um ano mas não mais do que três anos M€	Mais de três anos mas não mais do que cinco anos M€	Mais de cinco anos mas não mais do que dez anos M€	Mais de dez anos M€	Total M€
<b>A 31 de dezembro de 2022</b>									
Depósitos a custo amortizado	10.167	14.344	2.872	1.337	281	84	484	25	29.594
Garantias em numerário e saldos de liquidação	—	24.712	—	—	—	—	—	—	24.712
Acordos de recompra e outros empréstimos garantidos similares	—	941	—	1.000	1.061	—	—	—	3.002
Títulos de dívida em circulação	—	400	760	492	897	—	898	—	3.447
Passivos subordinados	—	—	—	—	1.624	2.178	1.994	—	5.796
Passivos de carteiras de negociação	12.872	—	—	—	—	—	—	—	12.872
Passivos financeiros designados pelo justo valor	—	9.243	174	971	2.481	778	970	1.705	16.322
Instrumentos financeiros derivados	32.493	—	—	—	1	—	—	—	32.494
Outros passivos financeiros	29	388	3	7	34	22	16	14	513
<b>Total de passivos financeiros</b>	<b>55.561</b>	<b>50.028</b>	<b>3.809</b>	<b>3.807</b>	<b>6.379</b>	<b>3.062</b>	<b>4.362</b>	<b>1.744</b>	<b>128.752</b>
<b>A 31 de dezembro de 2021</b>									
Depósitos a custo amortizado	12.801	9.922	1.281	831	28	251	483	36	25.633
Garantias em numerário e saldos de liquidação	—	17.122	—	—	—	—	—	—	17.122
Acordos de recompra e outros empréstimos garantidos similares	—	679	—	—	2.917	—	—	—	3.596
Títulos de dívida em circulação	—	224	679	989	—	821	737	—	3.450
Passivos subordinados	—	—	—	—	129	—	2.675	803	3.607
Passivos de carteiras de negociação	10.286	—	—	—	—	—	—	—	10.286
Passivos financeiros designados ao justo valor	2	7.821	750	897	1.576	741	959	1.673	14.419
Instrumentos financeiros derivados	33.517	—	—	—	—	—	—	—	33.517
Outros passivos financeiros	49	208	3	7	42	13	15	14	351
<b>Total de passivos financeiros</b>	<b>56.655</b>	<b>35.976</b>	<b>2.713</b>	<b>2.724</b>	<b>4.692</b>	<b>1.826</b>	<b>4.869</b>	<b>2.526</b>	<b>111.981</b>



## Análise de risco

### Gestão de risco de Capital e Tesouraria

#### Análise da maturidade de compromissos extrapatrimoniais concedidos (auditado)

À ordem	Não mais de três meses	Mais de três meses mas não mais de seis meses	Mais de seis meses mas não mais do que um ano	Mais de um ano mas não mais de três anos	Mais de três anos mas não mais do que cinco anos	Mais de cinco anos mas não mais de dez anos	Mais de dez anos	Total
M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€
<b>A 31 de dezembro de 2022</b>								
Garantias e cartas de crédito	2.815	—	—	—	—	—	—	2.815
Outros passivos contingentes	1.956	—	—	—	—	—	—	1.956
Créditos documentários	69	—	—	—	—	—	—	69
Compromissos	32.391	—	—	—	—	—	—	32.391
<b>Total extrapatrimonial</b>	<b>37.231</b>	—	—	—	—	—	—	<b>37.231</b>
<b>A 31 de dezembro de 2021</b>								
Garantias e cartas de crédito	2.519	—	—	—	—	—	—	2.519
Outros passivos contingentes	1.540	—	—	—	—	—	—	1.540
Créditos documentários	145	—	—	—	—	—	—	145
Compromissos	27.280	—	—	—	—	—	—	27.280
<b>Total extrapatrimonial</b>	<b>31.484</b>	—	—	—	—	—	—	<b>31.484</b>

# Análise de risco

## Gestão de risco de Capital e Tesouraria

### Risco de capital

#### Visão Geral

O Banco é licenciado como instituição de crédito pelo BCI e foi designado como uma instituição significativa, diretamente supervisionada pelo MUS do BCE. O Banco é regulado pelo BCI em termos de conduta financeira e as suas filiais estão também sujeitas à supervisão direta das autoridades nacionais para efeitos de conduta local, nas jurisdições em que estão presentes.

As informações que se seguem fornecem métricas chave de capital para o Banco.

A 27 de junho de 2019, no âmbito do pacote de Medidas de Redução de Riscos da UE, o RRC II entrou em vigor, substituindo o RRC. Sendo esta uma alteração regulamentar, as disposições existentes do RRC são aplicadas, a não ser que tenham sido alteradas pelo RRC II. As alterações entraram em vigor maioritariamente a partir de 28 de junho de 2021, com algumas exceções que foram implementadas com efeito imediato.

A 27 de junho de 2020, o RRC, tal como emendado pelo RRC II, foi novamente emendado para acelerar medidas específicas do RRC II e implementar um novo cálculo de isenção transitória da IFRS 9, anteriormente previstas para serem implementadas em junho de 2021. As medidas aceleradas referiam-se principalmente ao cálculo de alavancagem do RRC, para incluir compensações adicionais de liquidação e alterações limitadas ao cálculo dos RWA.

As atuais disposições transitórias da IFRS 9 consideram, em 2022, uma isenção de 75% aplicável aos aumentos das provisões da Fase 1 e da Fase 2 a partir de 1 de janeiro de 2020 ao longo de 2020 e 2021, que será reduzido para 50% em 2023 e 25% em 2024, não sendo aplicada qualquer isenção a partir de 2025. A eliminação gradual da isenção transitória no impacto do "dia 1" da IFRS 9, bem como os aumentos das disposições da Fase 1 e da Fase 2 entre 1 de janeiro de 2018 e 31 de dezembro de 2019 no âmbito do cálculo modificado inclui uma isenção de 25% para 2022; e sem aplicação de isenção a partir de 2023.

A 28 de junho de 2022, o BCE autorizou o Banco a utilizar o Método do Modelo Interno ("MMI") para o cálculo dos requisitos de fundos próprios para o risco de crédito da contraparte. A partir de 1 de julho de 2022, o Banco comunicou todos os seus RWA de crédito de acordo com o método padrão, conforme exigido pelo BCE.

A 31 de dezembro de 2022, o rácio CET1 do Banco é de 16,7%, superior aos requisitos regulamentares mínimos (auditados).

#### Rácios de capital<sup>a,b</sup>

A 31 de dezembro	2022	2021
CET1	16,7%	16,1%
Tier 1 ('T1')	19,0%	18,6%
<b>Capital Regulamentar Total</b>	<b>22,4%</b>	21,4%

#### Recursos de capital<sup>b</sup>

A 31 de dezembro	2022	2021
	M€	M€
Capital CET1	5.887	5.182
Capital T1	6.692	5.987
Capital Regulamentar Total	7.887	6.867
<b>Total dos ativos ponderados pelo risco (RWA)<sup>a</sup></b>	<b>35.216</b>	32.120

#### Rácio de alavancagem do Regulamento de Requisitos de Capital (RRC)<sup>c</sup>

A 31 de dezembro	2022	2021
	M€	M€
Rácio de alavancagem RRC <sup>b</sup>	5,8%	6,6%
Capital T1 <sup>b</sup>	6.605	5.935
Exposição de alavancagem RRC	114.321	89.957

#### Notas

a O capital, os RWA e a alavancagem são calculados através da aplicação das disposições do RRC referentes à IFRS 9, conforme alteradas pelo RRC II, aplicáveis a partir da data de comunicação de dados.

b O Banco passou a comunicar o CET1 e os rácios associados, incluindo certas reservas, que ascendem a 189,5 M€, como fundos próprios de base elegíveis nos termos do RRC2. Os rácios de capital e de alavancagem de 31 de dezembro de 2021 acima foram novamente expressos em conformidade.

c O Banco recorreu à opção, ao abrigo da RRC, de medir o seu capital T1 para o seu rácio de alavancagem numa base totalmente faseada.

## **Análise de risco**

### **Gestão de risco de Capital e Tesouraria**

#### Risco de câmbio (auditado)

As exposições transitórias em moeda estrangeira representam a exposição de ativos e passivos bancários, denominados em moedas diferentes da moeda funcional da entidade transacionadora.

As políticas de gestão de risco do Banco impedem a conservação de posições abertas significativas em moeda estrangeira fora da carteira de negociação do Banco, que é controlada através do VaR. (Consulte a Análise de risco de mercado na página 97).

O risco transacional de moeda estrangeira das outras carteiras bancárias é monitorizado diariamente pela área de risco de mercado e minimizado pelos negócios.

# Análise de risco

## Desempenho do risco

Todos os riscos incluídos nesta secção não são auditados, salvo indicação em contrário.

### Visão Geral

Os riscos operacionais são inerentes às atividades empresariais do BBI e não é eficaz em matéria de custos ou possível tentar eliminar todos os riscos operacionais. O Quadro de Risco Operacional centra-se, portanto, na identificação dos riscos operacionais, avaliando-os e gerindo-os de acordo com a apetência de risco aprovada pelo BBI.

O risco operacional principal engloba os seguintes riscos: Risco de Gestão de Aplicação de Alterações; Risco de Gestão de Dados; Risco de Relatórios Financeiros; Risco de Fraude; Risco de Segurança da Informação; Risco de Planeamento da Resiliência Operacional; Risco do Processo de Pagamentos; Risco de Pessoas; Risco de Segurança Física; Risco das Instalações; Risco dos Relatórios de Risco; Risco dos Fornecedores; Risco Fiscal; Risco da Tecnologia e Risco das Operações de Transação. O perfil de risco operacional também se baseia numa série de riscos associados: Cibersegurança, Dados e Resiliência. Estes representam ameaças para o Banco que se estendem a múltiplos tipos de risco, e por isso requerem uma abordagem integrada de gestão de risco.

Para definições destes riscos, consulte o relatório do Pilar 3 do Banco. De modo a abranger na totalidade os potenciais impactos adversos no BBI decorrentes do risco operacional, a taxonomia de risco operacional estendeu-se para além dos riscos indicados acima, de forma a abranger riscos operacionais associados a outros riscos principais.

Esta secção fornece uma análise do perfil de risco operacional do BBI, incluindo eventos acima do limiar relatável do BBI, que tiveram um impacto significativo em 2022. O perfil de risco operacional do BBI assenta em avaliações de risco ascendente por cada unidade de negócio e revisão qualitativa descendente para cada tipo de risco. Fraude, Operações de Transação, Segurança da Informação e Tecnologia continuam a ser destacadas como principais exposições ao risco operacional.

Para informações sobre eventos de risco de conduta, consulte a secção relativa a risco de conduta.

### Resumo do desempenho no período

Durante 2022, as perdas totais de risco operacional<sup>a</sup> aumentaram para 3,30 M€ (2021: 2,00 M€) e o número de eventos registados em 2022 aumentou para 28 (2021: 13). As perdas totais de risco operacional para o ano foram motivadas principalmente por eventos que se enquadram na categoria de Eventos do Comité de Basileia de Execução, Entrega e Gestão de Processos, que tendem a ser eventos de alto volume, mas de baixo impacto.

### Métricas-chave

**61%**

das perdas líquidas de risco operacional reportáveis do Banco tinham um valor de 50.000 € ou menos

---

**82%**

de eventos por número são devidos a Execução, Entrega e Gestão de Processos

---

**98%**

das perdas são de eventos alinhados com a Execução, Entrega e Gestão de Processos

---

#### Nota

<sup>a</sup> Os dados divulgados incluem perdas de risco operacional para eventos reportáveis com impacto de > 11.284 € (10.000 € - o limiar de impacto financeiro definido na Política de Eventos de Risco Operacional do Barclays acima do qual é exigido que um evento de risco seja levantado no sistema de registo de risco operacional) e excluem eventos que sejam eventos de conduta ou risco legal, eventos agregados e de limite. Um evento de limite é um evento de risco operacional que resulta num impacto de risco de crédito. Devido à natureza em constante evolução dos eventos de risco, as perdas do ano anterior foram atualizadas.

### Perfil de risco operacional

Dentro do risco operacional, uma elevada proporção de eventos de risco apresenta um baixo custo financeiro associado e uma proporção muito pequena de eventos de risco operacional terá um impacto significativo nos resultados financeiros do Banco. Durante 2022, 61% (2021: 46%) dos eventos de risco operacional reportáveis do Banco por volume tinham um valor inferior a 50.000 €, embora este tipo de evento tenha sido responsável por apenas 12% (2021: 11%) do total de perdas líquidas de risco operacional do Banco.

# Análise de risco

## Desempenho do risco

A análise abaixo apresenta os eventos de risco operacional do Banco por categoria de eventos do Acordo de Basileia:

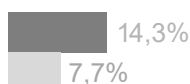
### Eventos de risco operacional por categoria de eventos de Basileia<sup>a,b</sup>

% do total de eventos de risco por contagem

#### Fraude Interna

2022	0,0%
2021	0,0%

#### Fraude Externa



#### Execução, entrega e gestão de processos



#### Práticas em Matéria de Emprego e Segurança no Local de Trabalho

2022	0,0%
2021	0,0%

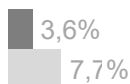
#### Danos a Ativos Físicos

2022	0,0%
2021	0,0%

#### Clientes, Produtos e Práticas Empresariais

2022	0,0%
2021	0,0%

#### Interrupção de Negócios e Falhas de Sistema

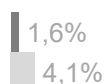


% de eventos de risco total por valor

#### Fraude Interna

2022	0,0%
2021	0,0%

#### Fraude Externa



#### Execução, entrega e gestão de processos



#### Práticas em Matéria de Emprego e Segurança no Local de Trabalho

2022	0,0%
2021	0,0%

#### Danos a Ativos Físicos

2022	0,0%
2021	0,0%

#### Clientes, Produtos e Práticas Empresariais

2022	0,0%
2021	0,0%

#### Interrupção de Negócios e Falhas de Sistema



Chave:

Último Ano Ano

#### Notas

a Os dados divulgados incluem perdas de risco operacional para eventos reportáveis com impacto de > 11.736 € (10.000 £ - o limiar de impacto financeiro definido na Política de Eventos de Risco Operacional do Barclays acima do qual é exigido que um evento de risco seja levantado no sistema de registo de risco operacional) e excluem eventos que sejam eventos de conduta ou risco legal, eventos agregados e de limite. Um evento de limite é um evento de risco operacional que resulta num impacto de risco de crédito. Devido à natureza em constante evolução dos eventos de risco, as perdas do ano anterior foram atualizadas. As perdas são registadas em GBP e convertidas para reporte em EUR a uma taxa de câmbio de 1,1284.

- O impacto da execução, entrega e gestão de processos para 2022 ascendeu a 3,23 M€ (2021: 1,91 M€) e representaram 98% (2021: 95%) das perdas de risco operacional global. O volume de eventos aumentou para 23 (2021: 11) representando 82% do total de eventos (2021: 85%). Estes eventos são comuns no sector da banca em geral, onde elevados volumes de transações são processados diariamente.

## Análise de risco

### Desempenho do risco

- O volume de eventos de Fraude Externa em percentagem do volume total de eventos aumentou (1 de 13 eventos em 2021 vs 4 de 28 eventos em 2022), embora permaneça baixo. Os impactos dos eventos de Fraude Externa, em percentagem dos impactos totais, diminuíram (0,08 M€ de 2,00 M€ em 2021 vs 0,05 M€ de 3,30 M€ em 2022) e, em termos absolutos, continuam a ser muito baixos.

Continuam a ser realizados investimentos para melhorar o ambiente de controlo em todo o BBI. As áreas de incidência principal incluem sistemas e ferramentas de prevenção de fraude novos e melhorados para combater o crescente nível de tentativas de fraude e minimizar qualquer interrupção de transações genuínas. A fraude continua a ser uma ameaça para toda a indústria e o BBI continuou a trabalhar em estreita colaboração com parceiros externos em várias iniciativas de prevenção.

A Resiliência Operacional continua a ser uma área chave de enfoque para o BBI, tendo sido reforçada nos últimos anos devido a potenciais perturbações operacionais decorrentes da pandemia da COVID-19. O BBI continua a reforçar a sua abordagem de resiliência nos seus serviços comerciais mais importantes para melhorar a recuperabilidade e a garantia da mesma, revendo cenários baseados nas atuais condições climáticas globais.

O risco operacional associado à cibersegurança continua a estar no topo das prioridades para que o BBI possa gerir eficazmente. A sofisticação dos objetos de ameaça continua a crescer, tal como verificado por múltiplos eventos de risco externos observados ao longo do ano. Foram observados ataques de *ransomware* em toda a base global de fornecedores do Barclays e trabalhamos de perto com os fornecedores afetados para gerir potenciais impactos para o BBI e os seus clientes. Os eventos de cibersegurança do BBI foram geridos no âmbito das suas tolerâncias de risco e não houve eventos de perda material associados à cibersegurança registados nas categorias de eventos mencionadas.

Para mais informações, consulte a secção de gestão do risco operacional.

# Análise de risco

## Desempenho do risco

### Risco de modelo, Risco de Conduta, Risco de Reputação e Risco Jurídico

#### Risco de modelo

O Barclays está empenhado em melhorar continuamente a gestão do risco de modelo e realizou uma série de melhorias em 2022, incluindo:

- a revisão do modelo operacional para a gestão do risco de modelo no BBI. Isto reforça a supervisão dos apoios de primeira e segunda linha prestados ao Banco pelo Barclays e a governação do risco de modelo no BBI
- normas de risco de modelo atualizadas para melhorar a legibilidade, a coerência e a coesão do quadro
- atualização do conjunto de controlos do risco de modelo, proporcionando maior clareza sobre vários controlos e assegurando que os requisitos probatórios estão em linha com os processos "Business as Usual" ("BAU") do MRM
- Melhoria da Declaração de Apetência Pelo Risco do Modelo do Grupo, incorporando a qualidade do modelo e a incerteza em torno do resultado de um modelo
- reforço das práticas de validação através da expansão dos procedimentos de validação ao nível do modelo, da implementação de um programa de formação contínua em validação e da inclusão de um processo de garantia da qualidade da validação
- implementação da estratégia de contratação, expandindo a equipa de risco de modelo do Grupo para apoiar uma gama mais vasta de pedidos de validação de modelos e de novos riscos de modelo emergentes

#### Risco de conduta

O Banco está empenhado em continuar a impulsionar a cultura certa a todos os níveis da organização. O Banco continuará a melhorar a gestão eficaz do risco de conduta e a considerar adequadamente as ferramentas, a governação e as informações de gestão relevantes nos processos de tomada de decisão. O Banco continua a centrar-se na gestão do risco de conduta e, juntamente com outras informações relevantes de gestão das atividades e do controlo, o painel de riscos de conduta do Banco é uma componente essencial desta gestão.

O Banco continua a rever o papel e o impacto de eventos de risco de conduta e tomadas de decisão relativamente a remunerações, tanto a nível individual como empresarial.

Ao longo de 2022, o Banco manteve o foco em novos e elevados riscos de conduta inerentes, incluindo os associados à crise do custo de vida e continua a monitorizá-los numa base contínua.

As empresas têm continuado a avaliar o potencial impacto da mudança estratégica nos potenciais clientes, clientes e mercados. Como parte do processo de planeamento de médio prazo de 2022, avaliaram-se os riscos de conduta significativos associados aos planos estratégicos e financeiros.

Durante 2022, os riscos de conduta foram levantados para consideração por parte dos Comitês do Conselho relevantes. Os Comitês analisaram os riscos levantados e avaliaram se as medidas propostas pela administração eram adequadas para mitigar os riscos de forma eficaz.

Os Comitês de Risco do Conselho de Administração do Banco, assim como os seus quadros superiores, receberam painéis de controlo do risco de conduta, que apresentam os principais indicadores relativos ao risco de conduta. Estes continuam a ser desenvolvidos e melhorados para permitir uma supervisão e tomada de decisões eficazes. Estão em curso esforços para melhorar o Ambiente de Controlo do Risco de Conduta de forma atempada e eficaz, a fim de garantir que o Banco opera dentro da Apetência pelo Risco. A adesão às tolerâncias é avaliada através de indicadores-chave e comunicada ao Comité de Risco do Conselho de Administração do Banco, no âmbito do processo de governação do painel de controlo do risco de conduta.

O Banco continua focado nas melhorias contínuas que estão a ser feitas para gerir o risco de forma eficaz, com ênfase na melhoria da governação e informação de gestão para identificar o risco numa fase inicial.

#### Risco de reputação

O Banco está empenhado em identificar os riscos e problemas de reputação o mais rapidamente possível e geri-los adequadamente. Ao longo de 2022, os riscos e questões de reputação foram supervisionados pelo Comité de Conduta e Risco de Reputação do BBI, um sub-comité do Comité Executivo do BBI, o qual se dedica à supervisão executiva dos riscos de conduta e de reputação dentro do BBI. Os principais riscos e questões de reputação atuais e emergentes dentro do Banco (e com impacto no BBI) estão incluídos num relatório trimestral abrangente preparado para o Comité Executivo do Banco e revisto pelo Conselho de Administração do BBI.

O Comité de Conduta e Risco Reputacional do BBI analisou os riscos encaminhados pelas empresas e considerou se as ações propostas pela administração eram adequadas para mitigar os riscos de forma eficaz. O Comité também recebeu atualizações regulares no que diz respeito aos principais riscos e questões de reputação, incluindo: resposta do Barclays à pandemia; acesso à banca; práticas de empréstimo e a resiliência dos principais sistemas e processos do Barclays.

#### Risco jurídico

O Banco continua empenhado em melhorias contínuas na gestão eficaz do risco jurídico. No final de 2022, foram introduzidas melhorias no quadro de gestão do risco jurídico do Grupo Barclays, principalmente no que diz respeito à responsabilidade do Departamento Jurídico pela identificação dos riscos jurídicos e pelo aumento do risco jurídico, conforme necessário.



## **Análise de risco**

### **Desempenho do risco**

Outras melhorias em 2022 incluíram uma revisão e atualização das políticas de apoio ao risco jurídico definidas, normas e formação obrigatória, reforçadas pelo envolvimento e educação contínuos das empresas e funções do Grupo Barclays por colegas da Departamento Jurídico. As tolerâncias legais de risco e a apetência pelo risco jurídico também foram revistos.

A adesão às tolerâncias é avaliada através de indicadores-chave, que também são utilizados para avaliar o perfil de risco legal e são revistos, pelo menos anualmente, através dos comités de risco e controlo relevantes. Os controlos obrigatórios para gerir os riscos legais são estabelecidos nas normas de risco legal e estão sujeitos a um controlo contínuo. As alterações ao quadro de gestão do risco jurídico acima referidas destinam-se à melhoria contínua da eficácia do ambiente de controlo do risco jurídico à medida que são implementadas durante 2023.

# Análise de risco

## Supervisão e regulamentação

### Supervisão do Banco

O Banco é uma filial do BB PLC e faz parte do Grupo Barclays. As operações do Grupo Barclays, incluindo as suas sucursais, filiais e associadas no estrangeiro, estão sujeitas a um grande número de regras e regulamentos aplicáveis ao exercício de atividades bancárias e de serviços financeiros em cada uma das jurisdições em que o Grupo Barclays opera. Estes aplicam-se a operações comerciais, têm impacto nos retornos financeiros e incluem requisitos de capital, alavancagem e liquidez, requisitos de autorização, registo e relatórios, restrições a certas atividades, regulamentos de conduta de negócios e muitos outros.

O Banco está sediado em Dublin, na Irlanda, e exerce a sua atividade principalmente na UE e no EEE. Embora as alterações regulamentares tenham um impacto global no Grupo Barclays, são os desenvolvimentos nos regulamentos da UE que afetam diretamente o Banco, uma vez que este possui licença dentro da UE.

### Supervisão na UE

O Banco é licenciado como instituição de crédito pelo Banco Central da Irlanda ("BCI") e foi designado como uma "Instituição Significativa" sob supervisão direta do Banco Central Europeu ("BCE") para efeitos de Diretiva/Regulamentação dos Requisitos de Capital ("CRD/RRC"), sendo a supervisão efetuada por uma equipa conjunta de supervisão ("JST") composta por funcionários do BCE e do BCI. As sucursais do Banco na UE são supervisionadas pelo BCE e estão também sujeitas a supervisão direta para efeitos de conduta local pelas autoridades de supervisão (nacionais) do país anfitrião nas jurisdições onde estão estabelecidas.

Em julho de 2022, o banco concluiu uma Avaliação Exaustiva (AE) do BCE, que inclui uma análise da qualidade dos ativos e um teste de esforço. A AE representa o teste de admissão à supervisão pelo Mecanismo Único de Supervisão (MUS) do BCE, que o Banco subscreveu em 2019. O BCE determinou, com base na AE, que o Banco não necessitava de capital adicional. O BCE condiciona também o resultado e quaisquer conclusões da AE à avaliação contínua dos riscos dos bancos, dos seus acordos de governação e da sua situação de capital e liquidez como parte do Processo de análise e avaliação pelo supervisor ("SREP").

O BCI introduziu um Regime de Adequação e Probidade ("F&P") ao abrigo da Lei de Reforma do Banco Central, 2010, a que o Banco está sujeito. O objetivo do Regime F&P é assegurar que os indivíduos envolvidos em certas funções designadas, assumindo posições no Conselho ou que tenham uma influência significativa, sejam pessoas íntegras que possuam os conhecimentos e a competência necessários para desempenhar as suas funções. O Banco é obrigado a assegurar que os colaboradores alocados à função de controlo cumpram o Regime F&P.

O Banco está sujeito à supervisão do BCI para efeitos dos regulamentos financeiros da UE que são da competência do Estado de Origem, incluindo a Diretiva de Mercados de Instrumentos Financeiros ("MiFID II"), o Regulamento sobre o Abuso de Mercado ("MAR"), o Regulamento sobre a Infraestrutura do Mercado Europeu ("EMIR"), a Diretiva sobre Serviços de Pagamento ("PSD2") e o Regulamento sobre a Transferência de Fundos da UE ("FTR"). O Banco está ainda sujeito à supervisão do Estado de Origem, nos casos adequados, no que diz respeito às atividades em Estados-Membros do EEE.

O Banco foi também designado pelo BCI como "Outra Instituição Sistemáticamente Importante" ('O-SII) pelo BCI desde 2 de dezembro de 2019, e foi identificado pelo mesmo como sistemáticamente importante para a economia irlandesa, devido ao seu papel como autoridade macroprudencial nacional. Por conseguinte, o Banco é obrigado pelo BCI a deter um *buffer* de capital da O-SII.

A supervisão contínua do BCE e do BCI é realizada através de diversas ferramentas regulamentares e de supervisão, incluindo a recolha de informação através de retornos prudenciais, ou análises a vários bancos, visitas regulares de supervisão a empresas e reuniões regulares com a administração, para debater questões como a estratégia, governação, resiliência financeira, resiliência operacional, gestão de risco e recuperação.

O Grupo Barclays fornece a maioria dos seus serviços bancários e de investimento transfronteiriços a clientes do EEE através do Barclays Bank Ireland PLC. Além disso, em certos Estados Membros do EEE, o BB PLC e o BCSL possuem licenças transfronteiriças que lhes permitem continuar a conduzir um conjunto limitado de atividades, incluindo o acesso a plataformas de negociação do EEE e a negociação de corretores intermediários. O BB PLC tem também uma sucursal em Paris (para facilitar o acesso ao Target2 aos respetivos sistemas de substituição), que é regulamentado pela Autorité de contrôle prudentiel et de résolution ("ACPR" ou Autoridade de Supervisão Prudencial Francesa).

### Quadro regulamentar financeiro

#### a) Regulamentação prudencial

Certas normas de Basileia III foram implementadas na legislação da UE através do RRC e CRD IV, tal como emendados pelo RRC II e CRD V.

As O-SII, como o Banco, estão sujeitas a uma série de requisitos prudenciais adicionais, incluindo o requisito de deter reservas de capital adicionais acima do nível exigido pelas normas de Basileia III. O nível do *buffer* O-SII é fixado pelo BCI de acordo com a importância sistémica de um banco e pode variar entre 1% e 3,5% dos ativos ponderados pelo risco. O *buffer* O-SII tem de ser cumprido com capital do Rácio Common Equity Tier 1 ("CET1"). Em novembro de 2022, o BCI publicou uma atualização da sua lista de O-SII, reafirmando um *buffer* de 0,5% de O-SII que se aplicava a partir de 1 de julho de 2020, com um aumento para 0,75% a partir de 1 de julho de 2021 e um novo aumento para 1,0% a partir de 1 de janeiro de 2022. A avaliação de 2022 das O-SII não resultou em qualquer alteração das taxas do *buffer* da O-SII.

O Banco está também sujeito a um "requisito de *buffer* combinado" que consiste (i) num *buffer* de conservação de capital, e (ii) num *buffer* contracíclico de capital ("CCyB"). O CCyB baseia-se em taxas determinadas pelas autoridades reguladoras em cada jurisdição em que o Banco mantém exposições. Estas taxas podem variar em qualquer direção.

As empresas são obrigadas a deter capital adicional para cobrir riscos que o MUS avalia não sejam totalmente capturados pelo requisito de capital do Pilar 1. O MUS estabelece este requisito de capital adicional ("Pilar 2R") pelo menos anualmente. O Pilar 2R para o BBI é de 3,04% dos ativos ponderados pelo risco.

# Análise de risco

## Supervisão e regulamentação

O MUS pode também determinar uma Orientação do Pilar 2 ("Pilar 2G") sobre empresas para cobrir riscos num horizonte de planeamento prospetivo, incluindo no que diz respeito a esforços. Se o *buffer* do Pilar 2G for determinado para uma empresa específica, aplica-se separadamente ao requisito do *buffer* combinado, e espera-se que seja plenamente satisfeito com o capital CET1.

As normas finais do Comité de Supervisão Bancária de BASEL ("CSBB") sobre risco de crédito de contraparte, alavancagem, grandes exposições e um índice de financiamento estável líquido ("NSFR") foram implementadas ao abrigo da legislação da UE através do pacote de Medidas de Redução de Riscos, que foi publicado no Jornal Oficial em junho de 2019 e incluiu o regulamento RRC II ("RRC II"), a diretiva CRD V e a diretiva BRRD II. Alguns aspetos do RRC II foram implementados através da "RRC quick fix" como parte da resposta da UE à pandemia de Covid-19; estes incluíam a introdução de um fator de apoio às infraestruturas e um aditamento mais extensivo de provisões para perdas esperadas da IFRS9 ao capital CET1. As restantes alterações introduzidas pelo RRC II, incluindo a SA-CCR (Método padrão do risco de crédito da contraparte), foram implementadas a 28 de junho de 2021.

A finalização do BCBS de "Basileia III - reformas regulamentares pós- crise" em dezembro de 2017, entre outras coisas, eliminou os métodos baseados em modelos para certas categorias de ativos ponderados pelo risco ("RWA"), reviu as ponderações de risco do método padrão para uma variedade de categorias de exposição, substituiu os quatro métodos atuais para o risco operacional (incluindo o método de medição avançada) por um único método padrão de medição e estabeleceu 72,5% de RWAs do método padrão para categorias de exposição como um impulso para RWAs calculados com recurso a métodos avançados (referido como "floor de saída"). A 27 de outubro de 2021, a Comissão Europeia publicou o Pacote Bancário 2021 incluindo uma proposta para a regulamentação do RRC III ("RRC III") através do qual serão implementadas as reformas finais de Basileia III. A maioria das alterações finais de Basileia III deverá ser implementada a partir de 1 de janeiro de 2025. O *floor* de saída será aplicado apenas com um período de introdução progressiva de cinco anos. O RRC III também introduziu uma série de alterações ao Risco de Mercado para alinhar o cálculo dos requisitos de fundos próprios em conformidade com as Normas revistas da FRTB (Fundamental Review of Trading Book).

### Testes de esforço

O Banco está sujeito a exercícios de teste de esforço de supervisão, concebidos para avaliar a resistência dos bancos a pressupostos económicos ou financeiros adversos e assegurar que têm processos de planeamento de capital robustos e orientados para o futuro, que contabilizam os riscos associados ao seu perfil de negócio. A avaliação pelos reguladores é feita tanto numa base quantitativa como qualitativa, concentrando-se esta última em elementos como o fornecimento de dados, a capacidade de testes de esforço, incluindo modelos de gestão de risco e processos e controlos de gestão interna. Um desenvolvimento emergente é a introdução de testes de esforço relacionados com o clima e o risco ambiental pelas autoridades de supervisão, incluindo o BCE.

### b) Recuperação e Resolução

#### Quadro de estabilização e de resolução

A Diretiva de Recuperação e Resolução de Bancos de 2014 ("BRRD") estabeleceu um quadro para a recuperação e resolução das instituições de crédito e empresas de investimento da UE. Os Regulamentos da União Europeia (Recuperação e Resolução Bancária) de 2015 (S.I. n.º 289 de 2015) entraram em vigor a 15 de julho de 2015 (com exceção do instrumento de fiança que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2016) e transpuseram o BRRD para a legislação irlandesa. As alterações aos BRRD pela Diretiva (UE) 2019/879 ("BRRD II") foram feitas através da finalização das Medidas de Redução de Riscos da UE. O BRRD II foi transposto para o direito nacional irlandês através dos Regulamentos (Emenda) da União Europeia (Recuperação e Resolução Bancária) 2020 (S.I. n.º 713/2020) e entrou em vigor a 28 de dezembro de 2020.

A BRRD serviu de base para um dos pilares da União Bancária, o Regulamento (UE) N.º. 806/2014, os Regulamentos de Mecanismo Único de Resolução ("SRMR"). O SRMR estabeleceu o mecanismo único de resolução, que é composto pelo Conselho Único de Resolução ("SRB") e pela Autoridades Nacional de Resolução dos países participantes (no caso do Banco, trata-se do BCI). O objetivo dos SRMR é garantir a resolução ordenada dos bancos em falência com o mínimo de custos para os contribuintes e para a economia real.

O Banco, como instituição importante sob os SRMR, está sujeito aos poderes do SRB como autoridade de resolução da Zona Euro. O BCI e o BCE exigem que o Banco apresente anualmente um plano de recuperação autónomo em conformidade com o BRRD. O SRB pode exigir a apresentação de dados específicos ao Banco ao abrigo dos poderes que lhe são conferidos pelo BRRD e pelo SRMR. O SRB pode exercer estes poderes para determinar a estratégia de resolução ótima para o Banco no contexto da estratégia de resolução preferida do BoE (como regulador doméstico do Grupo Barclays) de ponto de entrada único com caução no B PLC. O SRB também tem o poder, ao abrigo do BRRD e do SRMR, de desenvolver um plano de resolução para o Banco.

#### TLAC e MREL

O Banco estará sujeito tanto à capacidade total de absorção de perdas ("TLAC") como aos requisitos mínimos de fundos próprios e passivos elegíveis ("MREL"). Em cada caso, isto incluirá tanto os requisitos baseados nos RWA como os requisitos baseados na exposição.

O Banco ficou sujeito aos requisitos da TLAC ao abrigo do RRC a partir de 1 de janeiro de 2021, quando o Banco se tornou uma subsidiária material da UE de um banco de importância sistémica global ("G-SiB") não comunitário, após o fim do período de transição do Brexit. Como banco subsidiário, os requisitos da TLAC do Banco estão sujeitos a escalamento e são fixados em 90% dos requisitos da TLAC dos G-SiB.

Além disso, o Banco ficou sujeito aos requisitos MREL estabelecidos pelo Conselho Único de Resolução ("SRB") a partir de 1 de janeiro de 2022. Isto foi inicialmente introduzido como requisito intermédio em 2022 e será faseado até um requisito de estado final até 1 de janeiro de 2024. Este requisito MREL será estabelecido de acordo com a política do SRB para o MREL. A política do SRB para o MREL não prevê atualmente a aplicação de qualquer escalamento ao requisito do MREL da filial.

#### Fundo Único de Resolução

Em conformidade com o SRMR, o SRB calcula anualmente as contribuições ex-ante para o Fundo de Resolução Única ("SRF"). O SRB efetua o cálculo com base no Regulamento de Execução do Conselho (UE) 2015/81 e no Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2015/63. O Banco está sujeito ao SRF.

# Análise de risco

## Supervisão e regulamentação

### *Regime de Garantia de Depósito ("DGS")*

A Diretiva da UE sobre Seguro de Depósitos (Diretiva 2014/49/UE) foi transposta para o direito irlandês através dos Regulamentos da União Europeia (Regimes de Garantia de Depósitos) de 2015, que entraram em vigor a 20 de novembro de 2015. O BCI como "autoridade designada" é obrigado a calcular as contribuições de seguro de depósitos baseadas no risco, de acordo com as diretrizes da EBA "sobre métodos de cálculo das contribuições para regimes de garantia de depósitos". O DGS é administrado pelo BCI e é financiado pelas instituições de crédito abrangidas pelo regime. O Banco está abrangido por este regime e contribui para o financiamento do mesmo em conformidade com os requisitos do BCI.

### *Regime de Compensação de Investidores ("ICS")*

A Diretiva de Compensação de Investidores (97/9/CE) define os fundamentos para os clientes de empresas de investimento (incluindo bancos que prestam serviços de investimento, como é o caso do Banco) receberem compensação legal quando uma empresa de investimento autorizada entra em falência. Na Irlanda, a Lei de Compensação dos Investidores de 1998 ("ICA") estabeleceu a Empresa de Compensação de Investidores DAC, que gere o ICS. O Banco contribui para o financiamento do ICS, de acordo com o ICA. O negócio de depósitos do Banco não está abrangido pelo ICS.

### **c) Regulação da infraestrutura de mercado**

Nos últimos anos, os reguladores, bem como os organismos de normalização global, tais como a Organização Internacional das Comissões de Valores Mobiliários ("IOSCO"), concentraram-se em melhorar a transparência e reduzir o risco nos mercados, particularmente os riscos relacionados com as transações de derivados do mercado de balcão (derivados OTC). Este foco resultou num conjunto de novos regulamentos nos países do G20 e além, que exigem ou incentivam a negociação no local, a compensação, o lançamento de margem e a divulgação de informações pré-transação e pós-transação.

Especificamente, a Diretiva dos Mercados de Instrumentos Financeiros e o Regulamento de Mercados de Instrumentos Financeiros (coletivamente referidos como "MiFID II") afetaram muitos dos mercados em que o Banco e o Grupo Barclays operam, os instrumentos que transacionam e a forma como transacionam com contrapartes no mercado e outros clientes. A MiFID II está atualmente em processo de revisão, tanto na UE como no Reino Unido, no âmbito do foco contínuo que a UE tem no desenvolvimento de uma União dos Mercados de Capitais mais forte e na revisão dos mercados grossistas do Reino Unido.

### *Regulamentos relativos aos índices de referência*

Os Regulamentos dos Índices de Referência da UE e do Reino Unido aplicam-se à administração, contribuição e utilização dos índices de referência na UE e no Reino Unido, respetivamente. As instituições financeiras da UE ou do Reino Unido estão proibidas, quando aplicável, de utilizar índices de referência, a menos que os seus administradores estejam autorizados, registados ou reconhecidos na UE ou no Reino Unido, respetivamente. A FCA tem também trabalhado no sentido de eliminar gradualmente a utilização da LIBOR, com a GBP LIBOR a deixar de ser publicada na sua forma original a partir do final de 2021 e as versões sintéticas da GBP LIBOR a serem disponibilizadas apenas durante um período de tempo limitado. Do mesmo modo, a LIBOR USD deixará de ser publicada na sua forma atual em junho de 2023 e outras taxas LIBOR e IBOR estão também a ser eliminadas. As autoridades reguladoras mundiais, em conjunto com o setor, desenvolveram e continuam a desenvolver parâmetros de referência alternativos e mecanismos de recuperação de taxas sem risco, incluindo atualizações da legislação existente e nova legislação aplicável.

### *Regulamento do mercado de derivados*

O Regulamento da Infraestrutura do Mercado Europeu ("EMIR") introduziu requisitos concebidos para melhorar a transparência e reduzir os riscos associados ao mercado de derivados. O EMIR tem impactos operacionais e financeiros no Banco e no Grupo Barclays, nomeadamente ao impor novos requisitos de garantias a um leque mais vasto de participantes no mercado, com efeito a partir de 2022. O acesso aos serviços de compensação de determinadas Contrapartes Centrais de Compensação (CCP) utilizadas pelo Banco e pelas entidades do Grupo do Banco Barclays é atualmente permitido ao abrigo de regimes e decisões temporários de equivalência e reconhecimento no Reino Unido e na UE. Se não for prolongada ou tornada permanente, a decisão de equivalência da UE para as Contrapartes Centrais de Compensação (CCP) do Reino Unido e a isenção de certas transações intragrupo das obrigações de compensação e margem dos derivados EMIR, ambas a expirar no final de junho de 2025, poderão também ter impactos operacionais e financeiros no Grupo do Banco Barclays, tal como a remoção do reconhecimento temporário de CCP não britânicas pelo Reino Unido. O EMIR está atualmente em processo de revisão na UE, o qual poderá resultar em alterações à isenção das transações intragrupo, tornando-o potencialmente mais fácil de utilizar. No entanto, a revisão encontra-se numa fase muito inicial, pelo que ainda não é certo que alterações poderão resultar dela.

Como parte do plano de ação da UE para o financiamento sustentável, foram introduzidos novos requisitos regulamentares para proporcionar maior transparência sobre o impacto ambiental e social dos investimentos financeiros. Estes incluem (i) o Regulamento de Divulgação de Informação Financeira Sustentável, que introduz obrigações de divulgação relativas, entre outras coisas, à forma como as instituições financeiras integram fatores ambientais, sociais e de governação nas suas decisões de investimento, e (ii) o Regulamento de Taxonomia da UE, que prevê um quadro geral para o desenvolvimento de um sistema de classificação a nível da UE para atividades económicas ambientalmente sustentáveis. Além disso, foram propostas alterações à MiFID II para incorporar fatores ambientais, sociais e de governação. Estes novos requisitos terão um impacto no Banco e numa parte do Grupo Barclays.

Os reguladores dos EUA impuseram regras semelhantes à UE no que diz respeito à negociação obrigatória no local e à compensação de certos derivados e à transparência pós-negociação, bem como em relação à margem dos derivados OTC. Os reguladores dos EUA finalizaram determinados aspetos das suas regras no que diz respeito à sua aplicação numa base transfronteiriça, incluindo relativamente aos seus requisitos de registo em relação à não conformidade aos swap dealers não EUA e aos swap dealers baseados em títulos. Os reguladores podem adotar novas regras ou fornecer orientações adicionais sobre aplicabilidade transfronteiriça. Em dezembro de 2017, a Commodity Futures Trading Commission ("CFTC") e a Comissão Europeia reconheceram os locais de negociação da jurisdição um do outro para permitir aos participantes no mercado cumprir os requisitos obrigatórios de negociação em valor enquanto transacionam em certos locais reconhecidos pela outra jurisdição.

Certos participantes nos mercados de swaps dos EUA são obrigados a registar-se no CFTC como "operadores de swaps" ou "grandes participantes de swaps" e, a partir de novembro de 2021, na Securities and Exchange Commission ("SEC") como "operadores de swaps baseados em títulos" ou "grandes participantes de swaps baseados em títulos". Tais inscrições estão sujeitas a regulamentação e supervisão da CFTC e da SEC. As entidades obrigadas a registar-se como operadores de swaps e operadores de swaps baseados em segurança estão sujeitas a requisitos de conduta comercial, manutenção de registos e relatórios segundo as regras tanto da CFTC como da SEC. O Banco não está registado na SEC como um operador de swaps baseados em títulos. A partir de 28 de junho de 2021, o Banco tornou-se provisoriamente registado

# Análise de risco

## Supervisão e regulamentação

na CFTC como operador de swaps e está sujeito à supervisão da CFTC. O Banco está agora também sujeito a regulamentação pelo Conselho da Reserva Federal ("FRB") para os requisitos de capital e margem dos operadores de swaps.

Por conseguinte, o Banco está sujeito às regras da CFTC sobre conduta comercial, manutenção de registos e relatórios e às regras do FRB sobre capital e margem. A CFTC aprovou certas determinações de comparabilidade que permitem o cumprimento de regimes regulamentares não-americanos em substituição de certos regulamentos de swaps. O cumprimento não integral é um programa de reconhecimento através do qual o cumprimento de um requisito regulamentar comparável de uma jurisdição estrangeira é considerado como substituto do cumprimento de requisitos comparáveis da Lei de Transações de Mercadorias dos EUA e dos regulamentos da CFTC. O cumprimento não integral foi concedido apenas em relação a certos requisitos promulgados pelas autoridades reguladoras em certas jurisdições identificadas que a CFTC considera serem suficientemente equiparáveis aos seus próprios requisitos. Em dezembro de 2013, foi concedido o cumprimento não integral a determinados requisitos da União Europeia. O Barclays Bank Ireland PLC baseia-se na concessão, pela CFTC, do cumprimento não integral como forma de cumprir determinados requisitos aplicáveis aos operadores de swaps.

As regras da CFTC dividem-se de modo geral em "regras a nível das transações" e "regras a nível das entidades". As regras a nível da transação só se aplicam em circunstâncias em que pelo menos uma das partes na transação de swaps está suficientemente relacionada com os Estados Unidos. As regras a nível das entidades aplicam-se aos operadores de swaps em todos os seus swaps, sem distinção quanto à contraparte ou à localização da transação.

### *Regulamento relativo às operações de financiamento de títulos*

Na medida em que o Banco efetua operações de financiamento de títulos aplicáveis (incluindo, mas não limitado a, empréstimos de títulos e acordos de recompra (repos)), está sujeito às obrigações de comunicação e outras obrigações do Regulamento (UE) 2015/2365, o Regulamento relativo às Operações de Financiamento de Títulos ("SFTR"). O Banco está a rever o seu modelo de negócio em conformidade com o exercício de análise de mapeamento documental intersetorial em curso no BCE.

#### **d) Regulamento dos Índices de Referência da UE**

O Regulamento dos Índices de Referência da UE aplica-se à administração, contribuição e utilização de índices de referência na UE. As instituições financeiras da UE serão proibidas de utilizar índices de referência, a menos que os seus administradores estejam autorizados, registados ou reconhecidos na UE, de acordo com o Regulamento dos Índices de Referência da UE e do Reino Unido.

Reguladores globais e bancos centrais no Reino Unido, EUA e UE têm impulsionado os esforços internacionais para reformar taxas de juro e índices de referência fundamentais, tais como a London Interbank Offered Rate ("LIBOR"), que são utilizados para determinar os montantes a pagar sob uma vasta gama de transações e torná-los mais fiáveis e robustos. Estas reformas de referência resultaram em alterações significativas na metodologia e funcionamento de certos índices e índices de referência, na adoção de taxas de referência alternativas sem risco ("RFR"), na descontinuação de certas taxas de referência (incluindo LIBOR), e na introdução de legislação e regulamentos de implementação. Especificamente, alguns prazos da LIBOR que não em dólares americanos cessaram ou tornaram-se permanentemente não representativos no final de 2021. Além disso, certos prazos da LIBOR em dólares americanos deverão cessar até ao final de junho de 2023, e foram impostas restrições à nova utilização da LIBOR em dólares americanos.

Para cumprir o Regulamento dos Índices de Referência da UE e a legislação de reforma de referência aplicável, o Banco tem utilizado e continua a utilizar uma série de sistemas, políticas e procedimentos, incluindo (i) relatórios regulamentares, (ii) divulgação e envolvimento de clientes, e (iii) conformidade e gestão do risco, assegurando a preparação e prontidão do Banco para a substituição da LIBOR por RFR alternativas desde o final de 2021.

#### **e) Outro regulamento**

##### *Cultura*

Os reguladores do Banco melhoraram o seu foco na promoção de valores culturais como uma área-chave para os bancos apesar de estes geralmente verem a responsabilidade como se assentasse principalmente na indústria. Além disso, o Banco é obrigado pelos nossos reguladores a ter uma política de remuneração que seja consistente com uma gestão eficaz do risco.

##### *Proteção de dados e PSD2*

A maioria dos países onde o Banco opera tem leis abrangentes que regem a recolha e utilização de informações pessoais, e em todo o Barclays, a privacidade e segurança das informações pessoais são respeitadas. Reconhecemos que as leis de privacidade refletem valores de direitos humanos internacionalmente reconhecidos e consideramos as boas práticas de privacidade como um elemento chave da boa governação empresarial e responsabilidade. Através das nossas Declarações de Privacidade de Dados, informamos os indivíduos sobre a nossa recolha e utilização das suas informações pessoais e todos os negócios e funções do Barclays são obrigados a cumprir uma Norma de Privacidade de Dados à escala do Grupo.

O Regulamento Geral de Proteção de Dados ("GDPR") da UE criou um regime de privacidade amplamente harmonizado em todos os estados membros da UE, introduzindo a obrigação de notificação de violações, reforçando os direitos individuais, a necessidade de fornecer informação sobre atividades de processamento e demonstrar abertamente o cumprimento, e sanções significativas para as infrações. O RGPD tornou-se a referência mundial, na medida em que países de todo o mundo ou introduzem ou contemplam leis semelhantes sobre privacidade de dados, ou alinham a sua legislação existente. O efeito extraterritorial do RGPD significa que as entidades estabelecidas fora da UE podem ser abrangidas pelo âmbito do Regulamento quando oferecem bens ou serviços a clientes ou clientes estabelecidos na Europa. Na sequência da retirada do Reino Unido da UE, o Reino Unido continua a aplicar o RGPD tal como transcrito na lei britânica. Em 2021, a Comissão Europeia concedeu ao Reino Unido uma decisão de adequação durante quatro anos e o governo do Reino Unido declarou que as transferências de dados do Reino Unido para a UE são permitidas, o que permite que as transferências de dados entre o Reino Unido e a UE continuem sem medidas de conformidade adicionais. Na sequência do acórdão "Schrems II" do Tribunal de Justiça da UE em julho de 2020, o Barclays, tal como todos os responsáveis pelo tratamento de dados, deve avaliar todas as transferências de dados para países terceiros, para determinar se os dados pessoais nesse país irão beneficiar de um nível de proteção semelhante ao do RGPD. Caso contrário, o responsável pelo processamento de dados deve aplicar medidas adicionais adequadas, as quais podem basear-se nas diretrizes publicadas pelo Comité Europeu para a Proteção de Dados, para atingir um nível de proteção equivalente. Em 2022, o Barclays implementou um novo procedimento de Avaliação do Impacto da Transferência de Dados, salvaguardas relevantes e executou novas Cláusulas Contratuais-Tipo sempre que necessário.



# Análise de risco

## Supervisão e regulamentação

A partir de 14 de setembro de 2019, aplicam-se novas regras ao abrigo da Diretiva revista relativa aos serviços de pagamento ("PSD2") que afetam a forma como os bancos e outros prestadores de serviços de pagamento verificam se a pessoa que solicita o acesso a uma conta ou que tenta efetuar um pagamento é autorizada a fazê-lo. Um aspeto central do PSD2 é a Autenticação Forte do Cliente ("SCA"). Durante o primeiro trimestre de 2021, o BBI plc implementou a SCA para transações de comércio eletrónico. Este calendário de implementação foi alinhado com os requisitos da indústria do BCI e da Autoridade Federal Alemã de Supervisão Financeira ("BaFin").

### *Cibersegurança e resiliência operacional*

Os reguladores na UE continuam a concentrar-se na gestão do risco de segurança cibernética, na resiliência operacional organizacional e na solidez geral de todas as empresas de serviços financeiros, com expectativas dos clientes e do mercado de acesso contínuo aos serviços financeiros a um nível sem precedentes. Isto é evidenciado pela publicação de uma série de propostas legislativas e alterações aos quadros regulamentares. A Lei da Resiliência Operacional Digital da União Europeia ("DORA") foi adotada em janeiro de 2023 e será aplicada no início de 2025 (após um período de implementação de dois anos), introduzindo uma regulamentação abrangente e específica do setor sobre a gestão do risco das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), a comunicação de incidentes no domínio das TIC, a realização de testes e a gestão do risco de terceiros, e estando sobre a supervisão direta das Autoridades Europeias de Supervisão (EBA, ESMA e EIOPA) dos fornecedores terceiros críticos que prestam serviços ao setor dos serviços financeiros da UE. Os requisitos existentes e previstos para o aumento dos controlos servirão para melhorar a normalização da indústria e as capacidades de resiliência, aumentando a nossa capacidade de fornecer serviços durante eventuais períodos de perturbação. Tais medidas são suscetíveis de resultar num aumento da tecnologia e dos custos de conformidade para o Banco.

Além disso, a UE adotou uma nova Diretiva relativa a medidas destinadas a garantir um elevado nível comum de cibersegurança em toda a UE ("NIS 2"), a qual exige que os Estados-Membros adotem medidas de transposição até 18 de outubro de 2024. A NIS 2 irá sujeitar novas categorias de entidades a regras de cibersegurança, incluindo entidades do setor bancário, e exigirá que as entidades abrangidas apliquem medidas técnicas e organizacionais para gerir o risco no que respeita a redes e sistemas de informação.

### *Iniciativas regulamentares em matéria de divulgação de informações relacionadas com ESG*

O Regulamento relativo a Divulgações Relacionadas com a Sustentabilidade introduz obrigações de divulgação que exigem que as instituições justifiquem a forma como incluem fatores ambientais, sociais e de governação nas suas decisões de investimento em certos produtos financeiros. Além disso, o Regulamento de Taxonomia da UE, que prevê um quadro geral para o desenvolvimento de um sistema de classificação a nível da UE para atividades económicas ambientalmente sustentáveis. A Diretiva de Divulgação de Sustentabilidade das Empresas da UE introduzirá obrigações de divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade para várias entidades, incluindo bancos da UE e determinadas empresas cotadas, devendo a divulgação ter início, de forma faseada, a partir do exercício de 2024. O projeto de normas de informação sobre sustentabilidade está a ser desenvolvido pelo Grupo de Assessoria de Divulgação Financeira Europeu. A UE propôs igualmente uma Diretiva relativa à *Due Dilligence* da Sustentabilidade das Empresas que, caso adoptada, exigirá que as empresas da UE, incluindo as instituições financeiras, efetuem a *due dilligence* em relação às empresas da sua cadeia de valor e identifiquem e previnam, ponham termo ou atenuem o impacto das suas atividades nos direitos humanos e no ambiente.

A partir de junho de 2022, o RRC exige que certas grandes instituições financeiras divulguem informações sobre os riscos ambientais, sociais e de governação, incluindo os riscos físicos e os riscos de transição.

### *Sanções e crime financeiro*

Em julho de 2018, entrou em vigor a 5ª Diretiva da UE relativa ao combate ao branqueamento de capitais ("MLD5") e os Estados-Membros da UE têm vindo a transpor a diretiva para a legislação nacional. A MLD5 introduz uma série de reformas fundamentais no regime de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, incluindo:

- maior transparência com direito de acesso, por parte de membros do público geral, aos registos de propriedade efetiva relativos aos órgãos corporativos;
- um âmbito mais alargado, abrangendo no regime determinadas plataformas de câmbio de moedas virtuais; fornecedores de carteiras depositárias e certos negociantes de arte;
- harmonização da aplicação das medidas de vigilância reforçada para transações que envolvam países terceiros de alto risco;
- melhoria das circunstâncias em que a vigilância reforçada de clientes é aplicada; e
- aumento dos poderes das unidades de informação financeira.

Até à data do presente relatório, a Irlanda transpôs todas as disposições da MLD5 (uma vez que a MLD5 foi totalmente transposta para a Irlanda quando os Regulamentos da União Europeia (Anti-Money Laundering: Central Mechanism for Information on Safe-Deposit Boxes and Bank and Payment Accounts) de 2022 foram aprovados).

### *6ª Diretiva AML da UE ("MLD6"):*

MLD6, entrou em vigor a 3 de dezembro de 2020 e os Estados-Membros individuais foram obrigados a implementá-la até 3 de junho de 2021. A MLD6 visa:

(i) fortalecer as sanções penais; (ii) alargar o âmbito da legislação existente para melhor combater o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo; e (iii) harmonizar as leis penais relativas a infrações de branqueamento de capitais na UE. Embora seja essencialmente uma peça de legislação penal e não se destine especificamente a instituições financeiras, a sua transposição em toda a UE tem sido monitorizada quanto a quaisquer impactos potenciais no BBI (Nota: A Irlanda optou por não transpor a MLD6 ao abrigo de um protocolo separado da UE).

### *Outra Reforma AML da UE:*

A Comissão Europeia publicou as suas propostas para uma reforma significativa da AML em julho de 2021 (o "Pacote de Reforma da AML"). Isto inclui um novo manual único de AML da UE diretamente aplicável, bem como a criação de um novo supervisor de AML da UE (a Autoridade de Combate ao Branqueamento de Capitais ("AMLA")). Esta autoridade proposta supervisionaria diretamente as entidades do setor financeiro transfronteiriço com risco mais elevado (é pouco provável que o BBI cumpra os critérios previstos baseados no risco para a supervisão direta). A AMLA terá também um papel de supervisão indireta através da sua coordenação e supervisão dos supervisores nacionais da AML/CFT. Não se prevê que o novo manual de regras esteja em vigor até ao final de 2025, e embora a AMLA deva ser estabelecida em 2023, não se prevê que inicie uma supervisão ativa até 2026.

O Bribery Act 2010 introduziu uma nova forma de responsabilidade criminal empresarial centrada em grande parte no fracasso de uma empresa em impedir o suborno em seu nome. O Criminal Finances Act 2017 introduziu novos delitos corporativos relativos à incapacidade de impedir a facilitação de evasão fiscal no Reino Unido e no

## Análise de risco

### Supervisão e regulamentação

estrangeiro. Ambos os textos legislativos têm ampla aplicação e, em determinadas circunstâncias, podem ter impacto extraterritorial sobre entidades, pessoas ou atividades localizadas fora do Reino Unido, incluindo as filiais do B PLC fora do Reino Unido. O Bribery Act exige que o Grupo Barclays tenha procedimentos adequados para impedir o suborno, o que, devido à natureza extraterritorial da Lei, torna o processo simultaneamente complexo e dispendioso. Além disso, o Criminal Finances Act exige que o Grupo Barclays disponha de procedimentos de prevenção razoáveis para evitar a facilitação penal da evasão fiscal por pessoas que agem em nome ou por conta do Grupo Barclays. Além disso, o BBI está sujeito à Lei Irlandesa de Justiça Criminal (Delitos de Corrupção) de 2018 (a "Lei de 2018"), que prevê uma série de delitos baseados no conceito de agir de forma corrupta. A Lei de 2018 exige que as empresas tomem todas as medidas razoáveis e exerçam toda a diligência devida para evitar a prática de uma infração relacionada com a corrupção ao abrigo da mesma.

Em maio de 2018, a Sanctions and Anti-Money Laundering Act (Lei de Sanções e Combate ao Branqueamento de Capitais) tornou-se lei no Reino Unido. A Lei permite a adoção de um regime de sanções autónomo do Reino Unido, bem como um regime de licenciamento mais flexível pós-Brexit. A 6 de julho de 2020, o Governo do Reino Unido anunciou as primeiras sanções, que foram implementadas independentemente pelo Reino Unido fora dos auspícios da ONU e da UE. O regime de sanções autónomo britânico entrou em vigor a 1 de janeiro de 2021. Estas sanções aplicam-se no Reino Unido e em relação à conduta de todas as pessoas britânicas (incluindo quaisquer pessoas britânicas que trabalhem para ou em nome do Banco).



# Demonstrações financeiras

## Índice

Índice		Página	Nota
<b>Demonstrações financeiras</b>			
	▪ Relatório do Auditor Independente	119	indisponível
	▪ Demonstração de resultados	129	indisponível
	▪ Demonstração de rendimentos integrais	130	indisponível
	▪ Balanço	131	indisponível
	▪ Demonstração de alterações no capital próprio	132	indisponível
	▪ Demonstração dos fluxos de caixa	133	indisponível
<b>Notas às demonstrações financeiras</b>			
<b>Políticas contábilísticas</b>	▪ Políticas contábilísticas significativas	134	1
<b>Desempenho financeiro e retorno</b>	▪ Relatórios segmentados	138	2
	▪ Juros e rendimentos similares líquidos	139	3
	▪ Rendimento líquido de serviços e comissões	140	4
	▪ Rendimento líquido de negociação	142	5
	▪ Despesa de investimento líquida	142	6
	▪ Despesas de exploração	143	7
	▪ Perdas por imparidade em instrumentos financeiros	144	8
	▪ Impostos	148	9
	▪ Dividendos de ações ordinárias	150	10
<b>Ativos e passivos detidos pelo justo valor</b>	▪ Carteira de negociação	151	11
	▪ Outros ativos financeiros pelo justo valor através da demonstração de resultados	151	12
	▪ Instrumentos financeiros derivados	152	13
	▪ Passivos financeiros designados ao justo valor	158	14
	▪ Justo valor dos instrumentos financeiros	159	15
	▪ Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros	167	16
<b>Ativos e passivos avaliados pelo custo amortizado</b>	▪ Empréstimos e adiantamentos e depósitos ao custo amortizado	169	17
<b>Custo</b>	▪ Ativos fixos tangíveis	170	18
	▪ Locações	171	19
	▪ Ativos intangíveis	172	20
	▪ Garantias em numerário e saldos de liquidação	173	21
	▪ Outros ativos	173	22
<b>Acréscimos, provisões, passivos contingentes e processos judiciais</b>	▪ Outros passivos	174	23
	▪ Provisões	174	24
	▪ Passivos contingentes e compromissos	175	25
	▪ Questões jurídicas, regulamentares e de concorrência	175	26
<b>Instrumentos de capital, capital próprio e reservas</b>	▪ Passivos subordinados	176	27
	▪ Ações ordinárias, prêmios de ações, e outro capital próprio	177	28
	▪ Reservas	178	29
<b>Outras questões de divulgação</b>	▪ Custos com o pessoal	179	30
	▪ Pagamentos à base de ações	180	31
	▪ Pensões e benefícios de reforma	181	32
	▪ Entidades estruturadas	186	33
	▪ Análise das alterações no financiamento durante o ano	189	34
	▪ Ativos dados como garantia, garantias recebidas e ativos transferidos	190	35
	▪ Acordos de recompra e outros empréstimos garantidos	190	36
	▪ Entidades consolidadas	191	37
	▪ Transações com partes relacionadas e remuneração dos Administradores	191	38
	▪ Remuneração dos auditores	194	39
	▪ Eventos posteriores ao balanço	194	40
	▪ Reforma das taxas de juro de referência	194	41
	▪ Aprovação das demonstrações financeiras	197	42

## Parecer

Auditámos as demonstrações financeiras do Barclays Bank Ireland PLC ("a Empresa") e das suas empresas consolidadas ("o Grupo") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas nas páginas 129 a 197, contidas no pacote de relatórios bbi-2022-12-31-en.zip, as quais incluem a demonstração de resultados, a demonstração de rendimentos integrais, o balanço, a demonstração de alterações no capital próprio, a demonstração de fluxos de caixa, e as notas relacionadas, incluindo o resumo das políticas contabilísticas significativas apresentadas na nota 1.

A estrutura dos relatos financeiros aplicada para a preparação dos mesmos é a lei irlandesa, incluindo o Regulamento Delegado da Comissão 2019/815 relativo ao formato único de relato eletrónico ("ESEF") e a Norma Internacional de Relato Financeiro (NIRF), tal como adotado pela União Europeia e, no que se refere aos mapas da situação financeira da Empresa, tal como aplicado de acordo com o disposto no Companies Act de 2014.

No nosso parecer:

- as demonstrações financeiras oferecem uma visão justa e factual dos ativos, passivos e posição financeira do Grupo e da Empresa a 31 de dezembro de 2022, bem como os resultados de ambos no ano que terminou nessa data;
- os mapas da situação financeira do Grupo foram adequadamente preparados de acordo com a NIRF, tal como adotado pela União Europeia;
- as demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas de acordo com os requisitos da Lei das Empresas de 2014; e
- as demonstrações financeiras do Grupo e da Empresa foram devidamente preparadas de acordo com os requisitos da Lei das Sociedades de 2014 e, no que diz respeito às demonstrações financeiras do Grupo, do artigo 4º do Regulamento IAS.

## Fundamento para o parecer

Efetuámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (Irlanda) (ISA da Irlanda) e com a legislação aplicável. As nossas responsabilidades segundo estas normas são descritas na secção Responsabilidades do Auditor do nosso relatório. Acreditamos que os indicadores da auditoria que obtemos são bases suficientes e apropriadas para o nosso parecer. O parecer da nossa auditoria vai ao encontro do nosso relatório ao Comité de Auditoria do Conselho.

Fomos nomeados como auditores pelos administradores a 24 de abril de 2017. O período total ininterrupto acordado de seis anos terminou a 31 de dezembro de 2022. Cumprimos as nossas responsabilidades éticas, e permanecemos independentes do Grupo, de acordo com os requisitos éticos aplicáveis na Irlanda, incluindo a Norma de Ética emitida pela Autoridade Irlandesa de Supervisão Contabilística e de Auditoria (IAASA), que se aplica a entidades de interesse público. Não foram fornecidos quaisquer serviços além da auditoria que estejam proibidos por essa norma.

## Conclusões relativas ao princípio de continuidade

Na auditoria das demonstrações financeiras, concluímos que a utilização por parte dos administradores do princípio contabilístico de continuidade na elaboração das demonstrações financeiras foi adequada. A nossa avaliação da análise dos administradores à capacidade do Grupo e da Empresa para continuar a adotar o princípio contabilístico de continuidade incluiu:

- recorremos ao nosso conhecimento do Grupo e da Empresa, do setor dos serviços financeiros e do ambiente económico geral para identificar os riscos inerentes ao modelo de negócio, e analisar como esses riscos poderiam afetar os recursos financeiros do Grupo e os recursos financeiros da Empresa, ou a sua capacidade para continuar as operações ao longo do período em questão. Os riscos que considerámos mais suscetíveis de afetarem de modo adverso os recursos financeiros disponíveis do Grupo e da Empresa ao longo deste período foram:
  - a disponibilidade de financiamento e liquidez no caso de um cenário de esforço em todo o mercado; e
  - o impacto sobre os requisitos de capital regulamentar em caso de um abrandamento económico ou recessão.
- Ponderámos, também, se estes riscos poderiam plausivelmente afetar a disponibilidade de recursos financeiros no período de continuidade das operações, comparando os cenários desfavoráveis ao Banco que poderiam surgir destes riscos individual e coletivamente com o nível de recursos financeiros disponíveis indicados nas previsões financeiras do Banco.

Com base no trabalho que levámos a cabo, não identificámos quaisquer incertezas materiais relacionadas com eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade do Grupo e da Empresa para continuar as operações durante um período de pelo menos doze meses a partir da data em que foi autorizada a publicação das demonstrações financeiras.

Considerámos aceitáveis os pressupostos associados à utilização da base de continuidade da contabilidade, delineados na divulgação na Nota 1. As nossas responsabilidades e as responsabilidades dos administradores no que diz respeito à continuidade são descritas nas secções relevantes do presente relatório.

## Deteção de irregularidades, incluindo fraudes

Identificámos áreas relevantes de leis e regulamentos que poderão ter um efeito material nas demonstrações financeiras e riscos de erros materiais nas demonstrações devido a fraude, utilizando o nosso conhecimento do setor da entidade, do ambiente regulamentar e de outros fatores externos e averiguações junto dos diretores. Além disso, os nossos procedimentos de avaliação dos riscos incluíram:

- Averiguação junto do Comité de Auditoria do Conselho de Administração e os quadros superiores as políticas e procedimentos do Grupo relativamente ao cumprimento das leis e regulamentos, a identificação, avaliação e contabilização de litígios e reivindicações, bem como se têm conhecimento de incumprimentos ou de casos de litígios ou reclamações.
- Averiguação junto do Comité de Auditoria do Conselho de Administração, da auditoria interna e dos quadros superiores, assim como a inspeção de documentação, relativamente às políticas e procedimentos de alto nível do Grupo de prevenção e deteção de fraudes, incluindo a função de auditoria interna, e o canal do Grupo para "denúncias", ou se têm conhecimento de qualquer fraude real, suspeita ou alegada.
- Averiguação junto do Comité de Auditoria do Conselho de Administração a sua avaliação do risco de que as demonstrações financeiras possam ser significativamente inconsistentes devido a irregularidades, incluindo fraudes.
- Inspeção da correspondência regulamentar e jurídica significativa do Grupo.
- Leitura das atas das reuniões do Conselho de Administração, do Comité de Auditoria do Conselho de Administração e de outros comités do Conselho de Administração.
- Realização de procedimentos de análise de planeamento para identificar quaisquer relações habituais ou inesperadas.

Discutimos as leis e os regulamentos identificados, os fatores de risco de fraude e a necessidade de a equipa de auditoria continuar vigilante. Isto incluiu a comunicação do grupo às equipas de auditoria de componentes das leis e regulamentos relevantes e quaisquer riscos de fraude identificados ao nível do Grupo, e o pedido às equipas de auditoria das componentes para comunicarem à equipa de auditoria do Grupo quaisquer casos de fraude que possam dar origem a um erro material no grupo.

Primeiro, o Grupo está sujeito a leis e regulamentos que afetam diretamente as demonstrações financeiras, incluindo a legislação empresarial e financeira e a legislação sobre os impostos. Avaliámos o cumprimento dessas leis e regulamentos no âmbito dos nossos procedimentos das rubricas da demonstração financeira relacionados, incluindo a avaliação das divulgações das demonstrações financeiras e a sua concordância com a documentação de apoio, quando necessário.

Em segundo lugar, o grupo está sujeito a muitas outras leis e regulamentos cujas consequências de incumprimento podem ter um efeito material sobre os montantes ou divulgações das demonstrações financeiras, por exemplo através da imposição de coimas, litígios ou da perda da licença de operação do grupo. Identificámos as seguintes áreas como aquelas que podem ter tal efeito: áreas específicas do capital regulamentar e liquidez, outras leis e regulamentos bancários, regras de conduta dos clientes, branqueamento de capitais, lista de sanções e crime financeiro, regulamentos de abuso do mercado e certos aspetos da legislação de empresas que reconhecem a natureza financeira e regulada das atividades do Grupo.

As normas de auditoria limitam os procedimentos de auditoria requeridos para identificar incumprimentos das leis e regulamentos não -diretos, para consultar o Comité de Auditoria do Conselho de Administração e dos quadros superiores e para a inspeção da correspondência jurídica e regulamentar, caso exista. Estes procedimentos limitados não identificaram incumprimentos reais ou alegados.

Avaliámos eventos ou condições que podem indicar um incentivo ou pressão para cometer uma fraude ou de possibilitar a oportunidade para cometer uma fraude. Tal como é exigido pelas normas de auditoria, realizámos procedimentos para fazer face ao risco de contornar os controlos por parte da gestão. Identificámos riscos de fraude em relação às provisões por imparidade do Grupo sobre empréstimos e adiantamentos ao custo amortizado, incluindo elementos extrapatrimoniais (ajustamentos qualitativos materiais e identificação de empréstimos grossistas na Fase 3), avaliação de instrumentos financeiros detidos pelo justo valor (dados de preços não observáveis no Nível 3, existência e exatidão de derivados bilaterais OTC não confirmados e receitas de preços de transferência decorrentes da metodologia da Taxa da Plataforma reconhecida como Receitas líquidas de taxas e comissões (taxas de serviço de filiais).

Outros pormenores relativos às provisões de imparidade sobre empréstimos e adiantamentos ao custo amortizado, incluindo elementos extrapatrimoniais, à avaliação dos instrumentos financeiros detidos pelo justo valor, à existência e exatidão de transações bilaterais OTC não confirmadas e à integralidade, existência e exatidão dos rendimentos dos preços de transferência incluídos nos rendimentos líquidos de taxas e comissões são apresentados nas principais informações sobre questões de auditoria do presente relatório.

Em resposta aos riscos de fraude, também implementámos procedimentos que incluem:

- Identificação de lançamentos contabilísticos e outros ajustamentos para testar todas as componentes de âmbito geral com base em critérios de risco e comparação dos lançamentos identificados com a documentação de apoio.
- Avaliação do objetivo comercial de transações invulgares significativas.
- Avaliar as estimativas contabilísticas significativas quanto a enviesamentos.
- Avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras.

Uma vez que a empresa é regulamentada, a nossa avaliação dos riscos envolveu uma compreensão do quadro legal e regulamentar em que o Grupo opera, assim como a compreensão do ambiente de controlo, incluindo os procedimentos da entidade relativos ao cumprimento dos requisitos regulamentares.

Devido às limitações inerentes à auditoria, existe um risco inevitável de que algumas incorreções materiais nas demonstrações financeiras não sejam detetadas, apesar de termos planeado e executado a nossa auditoria de acordo com as normas de auditoria. Por exemplo, quanto mais afastados dos eventos e transações refletidos nas demonstrações financeiras forem os incumprimentos de leis e regulamentos (irregularidades), menor é a probabilidade de que os procedimentos inerentemente limitados impostos pelas normas de auditoria os identifiquem.

Adicionalmente, como em qualquer auditoria, existe um risco mais elevado de falhas de deteção de irregularidades, uma vez que estas envolvem colusão, falsificação, omissões intencionais, falsas representações ou formas de contornar os controlos internos. Não nos responsabilizamos por prevenir incumprimentos e não se pode esperar que detetemos todos os incumprimentos de todas as leis e regulamentos.

## **Questões chave da auditoria: a nossa avaliação dos riscos de erros materiais nas demonstrações**

As questões chave de auditoria são aquelas que, no nosso parecer profissional, tiveram maior peso na auditoria de demonstrações financeiras, e que incluem os riscos mais significativos de erros materiais nas demonstrações (seja devido a fraude ou não) por nós identificados, incluindo os que tiveram o maior impacto: na estratégia geral da auditoria; na alocação de recursos durante a auditoria; e na condução dos esforços da equipa de intervenção. Estas questões foram abordadas como um todo no contexto da nossa auditoria às demonstrações financeiras e na formação do nosso parecer sobre as mesmas. Por este motivo, não emitimos um parecer especificamente sobre estas questões.

Durante o ano, foi implementada uma nova metodologia de preços de transferência da Taxa de Plataforma. Tendo em conta os julgamentos envolvidos na determinação do preço de plena concorrência desta metodologia e os efeitos materiais deste acordo nos lucros ou prejuízos, identificámos os preços de transferência como uma nova matéria-prima de auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Na obtenção do nosso parecer de auditoria acima, as questões chave de auditoria, por ordem decrescente de importância na auditoria, foram as seguintes:

Questões chave de auditoria	Como abordámos as questões chave de auditoria
<p><b>Provisões de imparidade sobre empréstimos e adiantamentos ao custo amortizado, incluindo elementos extrapatrimoniais</b></p> <p>31 dezembro de 2022: 587 M€ 31 dezembro de 2021: 477 M€</p> <p>Consulte a nota 8 (política contabilística) e a Análise de risco nas páginas 59 a 96 (divulgações financeiras)</p>	<p><b>Estimativa subjetiva</b></p> <p>A estimativa das perdas de crédito esperadas ("PCE") em instrumentos financeiros envolve estimativas de parecer significativas. As áreas-chave onde identificámos maiores níveis de ponderação da Administração e, por conseguinte, maiores níveis de auditoria centram-se na estimativa de PCE por parte do Grupo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estimativas de modelo;</li> <li>• Adequação dos cenários económicos; e</li> <li>• Ajustamentos qualitativos significativos.</li> </ul> <p><b>Estimativas do modelo</b></p> <p>Para estimar as PCE, é utilizada uma modelação de ponderação intrínseca e pressupostos que envolvem a determinação de Probabilidades de Incumprimento ("PI"), Probabilidades de Sobrevivência ("PS"), Perdas Dado o Incumprimento ("PDI") e Exposições ao Incumprimento ("EI"). As PCE podem ser inadequadas caso os modelos ou os pressupostos subjacentes não prevejam corretamente os incumprimentos ao longo do tempo, estejam desalinhados com a experiência do setor em geral ou não consigam refletir o risco de crédito dos ativos financeiros. Consequentemente, certos modelos e pressupostos da IFRS 9 são os principais fatores de complexidade e incerteza no cálculo da estimativa da PCE pelo Grupo.</p> <p><b>Cenários económicos</b></p> <p>Os cenários económicos têm um impacto direto na proporção de empréstimos na fase 2 e nas PCE resultantes. É aplicado um julgamento significativo por parte da administração ao determinar os cenários económicos e as ponderações aplicadas a cada um, sobretudo tendo em conta o persistente ambiente económico incerto.</p> <p><b>Como abordámos as questões chave de auditoria</b></p> <p>Os nossos procedimentos incluem:</p> <p><b>Avaliação dos riscos:</b></p> <p>Realizámos procedimentos de avaliação de risco mais detalhados referentes a empréstimos e adiantamentos ao custo amortizado, incluindo elementos extrapatrimoniais nas demonstrações financeiras do Grupo. No âmbito destes procedimentos de avaliação de risco, identificámos quais as carteiras com um risco de erro material associado, incluindo as decorrentes de julgamentos significativos sobre as estimativas das PCE, quer sejam devido a dados, métodos ou pressupostos.</p> <p><b>Testes de controlo:</b></p> <p>Acompanhamos o processo na totalidade de forma a identificar os principais sistemas, aplicações e controlos utilizados nos processos de PCE. Testámos os controlos gerais de IT e aplicações relevantes sobre os sistemas-chave utilizados no processo de PCE.</p> <p>Os principais aspetos dos nossos testes de controlo envolveram a avaliação da conceção, implementação e teste da eficácia operacional dos controlos-chave sobre a:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- integralidade e precisão dos principais contributos para os modelos de imparidade da IFRS 9;</li> <li>- aplicação dos critérios de teste;</li> <li>- validação, implementação e monitorização do modelo;</li> <li>- autorização e cálculo dos ajustes pós-modelo e sobreposições de gestão;</li> <li>- seleção e implementação de variáveis económicas dos controlos sobre a seleção e probabilidades do cenário económico; e</li> <li>- cálculo, revisão e aprovação de imparidades avaliadas individualmente.</li> </ul> <p><b>Os nossos testes aos modelos de risco financeiro:</b> Os nossos próprios especialistas estiveram envolvidos na modelação de risco financeiro e prestaram apoio nas seguintes tarefas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- avaliação das metodologias de imparidade da IFRS 9 do Grupo;</li> <li>- inspeção do código do modelo para o cálculo de certos componentes do modelo de PCE para avaliar a sua coerência com a metodologia do modelo do Grupo;</li> <li>- avaliação de um conjunto de modelos significativos que foram alterados ou atualizados durante o ano, verificar se as alterações (incluindo o código do modelo atualizado) foram apropriadas, avaliando a metodologia atualizada do modelo face à norma contabilística;</li> <li>- recálculo de certos ajustamentos para avaliar a coerência com as metodologias de ajustamento qualitativo;</li> <li>- avaliação e recálculo para um conjunto de modelos da razoabilidade das previsões do modelo, comparando-as com os resultados reais e avaliando as diferenças resultantes.</li> <li>- avaliação do resultado do modelo para um conjunto de modelos através da inspeção da funcionalidade do modelo correspondente e da implementação independente do modelo, reconstruindo o código do modelo e comparando o nosso resultado independente com o resultado da Administração; e</li> <li>- recalcular de forma independente uma seleção de pressupostos do modelo através de dados mais recentes para determinadas carteiras. Este valor é utilizado para criar um intervalo para as PCE, que é comparado com a estimativa pontual da direção.</li> </ul>

Questões chave de auditoria		Como abordámos as questões chave de auditoria
	<p><b>Ajustamentos qualitativos significativos</b> Os ajustamentos aos resultados das PCE baseadas nos modelos são levantados pela Administração para lidar com as limitações conhecidas dos modelos de imparidade ou tendências emergentes, bem como com os riscos não capturados pelos modelos. Os ajustamentos pós-modelo (PMA) representam aproximadamente 6,5% líquidos das PCE, excluindo os PMA de monitorização de modelos. Tais ajustes são intrinsecamente incertos e é aplicado um julgamento significativo por parte da administração ao estimar certos ajustamentos pós-modelo ("PMA") e sobreposições de gestão.</p> <p>Estas questões levaram-nos a determinar, no âmbito da nossa avaliação de risco, que a imparidade dos empréstimos e adiantamentos a clientes, incluindo os elementos extrapatrimoniais, possui um nível elevado de incerteza, com um potencial leque de resultados razoáveis acima do montante de materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. As secções das demonstrações financeiras (páginas 59 a 96) divulgam as sensibilidades estimadas pelo Grupo.</p> <p>Qualidade da divulgação</p> <p>As divulgações relativas à aplicação da IFRS 9 por parte do Grupo são fundamentais para explicar as ponderações-chave e dados significativos para os resultados das PCE ao abrigo da IFRS 9.</p>	<p><b>Cenários económicos:</b> Envolvemos os nossos especialistas económicos para nos auxiliarem na avaliação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– da razoabilidade da metodologia e modelos do Grupo para determinar os cenários económicos utilizados e as ponderações de probabilidade aplicadas aos mesmos;</li> <li>– voltar a efetuar o cálculo das ponderações de probabilidade aplicadas aos cenários económicos e obter uma estimativa independente das ponderações dos cenários utilizando o PIB da UE e variáveis de inflação;</li> <li>– das variáveis económicas, incluindo a comparação de variáveis económicas chave para fontes externas;</li> <li>– da razoabilidade global das previsões económicas, comparando as previsões do Grupo com o consenso do mercado se disponível, ou as nossas previsões modeladas; e</li> <li>– da razoabilidade dos ajustamentos qualitativos do Grupo, desafiando os principais pressupostos económicos aplicados nos seus cálculos com base em fontes externas.</li> </ul> <p><b>Testes de detalhe:</b> outros aspetos chave dos nossos testes substanciais, para além dos acima referidos, incluíram:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– testes por amostragem sobre os dados chave nos cálculos das PCE para documentação de apoio e dados de mercado, quando disponíveis; e</li> <li>– A seleção de uma amostra de ajustes pós-modelo, tendo em conta a dimensão e complexidade das sobreposições da Administração, de modo a avaliar a razoabilidade dos ajustes através da contestação de julgamentos feitos nos ajustamentos a resultados de modelos, inspeção à metodologia de cálculo e seguimento de uma amostra dos dados utilizados até à sua origem.</li> <li>– A seleção de uma amostra de análises de crédito para avaliar a razoabilidade das classificações de risco dos clientes, contestando os principais juízos e considerando provas contraditórias que não os confirmam.</li> </ul> <p><b>Avaliar a transparência:</b> Avaliámos se as divulgações divulgadas revelam e abordam adequadamente a incerteza que existe ao determinar as PCE. Neste contexto, avaliámos as divulgações da análise de sensibilidade. Além disso, avaliámos se a divulgação das principais ponderações e pressupostos era suficientemente clara.</p> <p><b>Os nossos resultados:</b></p> <p>Considerámos que as ponderações significativas utilizadas pela Administração para determinar os encargos com as PCE, a provisão reconhecida e as divulgações relacionadas, a aplicação de PMA, e a utilização de cenários económicos foram aceitáveis.</p>



Questões chave de auditoria		Como abordámos as questões chave de auditoria
<p><b>Avaliação dos instrumentos financeiros avaliados pelo justo valor – dados de fixação de preços complexos e não-observáveis</b></p> <p>Instrumentos de nível 2*: 31 de dezembro de 2022: 63.941 M€ em ativos 58.335 M€ em passivos</p> <p>31 de dezembro de 2021: 56.276 M€ em ativos 56.815 M€ em passivos</p> <p><i>Instrumentos de nível 3:</i> 31 de dezembro de 2022: 893 M€ em ativos 478 M€ em passivos</p> <p>31 de dezembro de 2021: 535 M€ em ativos 58 M€ em passivos</p> <p><i>* A questão chave de auditoria identificada está relacionada com uma carteira de derivados no âmbito deste balanço, e ajustamentos XVA feitos a avaliações derivadas, ambas por nós consideradas mais difíceis de avaliar.</i></p> <p>Consulte a nota 15 (política contabilística e divulgações financeiras)</p>	<p><b>Avaliação subjetiva</b></p> <p>O justo valor dos instrumentos financeiros do Grupo é determinado através da aplicação de técnicas de avaliação que podem envolver um julgamento significativo por parte da Administração em relação à escolha de modelos de avaliação, dados de preços e ajustes de preço pós-modelo, incluindo ajustes ao justo valor (FVA) e ajustes ao crédito e financiamento (conjuntamente designados como XVA).</p> <p>Nos casos em que não são observáveis dados significativos da fixação de preços, a relevância e fiabilidade dos dados de mercado disponíveis à Administração é limitada quando da necessidade de determinar o valor justo e, por conseguinte, a incerteza das estimativas pode ser elevada. Estes instrumentos financeiros são classificados como Nível 3, com o controlo da Administração sobre a fronteira entre as posições de Nível 2 e 3. Nesse sentido, a nossa auditoria significativa ao risco refere-se principalmente às carteiras significativas de Nível 3.</p> <p>Além disso, pode verificar-se uma complexidade de avaliação associada a carteiras de Nível 2, especificamente quando as técnicas de modelação de avaliação levam a limitações significativas, ou quando há maior incerteza em torno da escolha de uma metodologia de fixação de preços adequada e, consequentemente, poderia ser utilizada mais do que uma metodologia de avaliação para esse produto em todo o mercado. No ano corrente, identificámos uma carteira de derivados de Nível 2 que se enquadrava nesta categoria (mais difícil de valorizar).</p> <p>O efeito destas questões foi levar-nos a determinar, no âmbito da nossa avaliação de risco, que as estimativas na mensuração do justo valor em certas carteiras, e carteiras de Nível 2 mais difíceis de avaliar possuem um nível elevado de incerteza, com um potencial intervalo de resultados razoáveis acima do valor de materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A divulgação das demonstrações financeiras (nota 15) revelam a sensibilidade estimada pelo Grupo.</p> <p><b>Qualidade da divulgação</b></p> <p>Para carteiras de Nível 3, as divulgações são fundamentais para explicar as técnicas de avaliação, ponderações chave, pressupostos e dados chave.</p>	<p>Os nossos procedimentos incluem:</p> <p><b>Avaliação dos riscos:</b> Realizámos procedimentos de avaliação de risco mais detalhados durante o período de auditoria para todos os saldos das demonstrações financeiras do Grupo (por exemplo, todos os instrumentos financeiros de justo valor detidos pelo Grupo). No âmbito destes procedimentos de avaliação de risco, identificámos quais as carteiras e respetivos dados de avaliação que possuem um risco de erro material, incluindo as decorrentes de ponderações significativas sobre a avaliação, quer devido a dados não observáveis, quer devido a modelos complexos.</p> <p><b>Testes de controlo:</b> Ao longo do ano acompanhámos o comité de avaliação da Administração e observámos discussões e contestações sobre temas de avaliação, incluindo itens relacionados com a avaliação de certos instrumentos financeiros de valor difícil de avaliar, registados pelo justo valor. Compreendemos e testámos a conceção, implementação e eficácia operacional dos principais controlos utilizados nos processos de avaliação. Testámos a conceção e a eficácia operacional dos controlos-chave relacionados especificamente com estas carteiras. Estes incluíam controlos sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– A verificação independente de preços ("IPV"), dos dados de preços dos mercados chave, realizada pelo departamento de controlo, incluindo a integralidade das posições e os dados de avaliação sujeitos à IPV, bem como os controlos sobre dados não observáveis que não estão sujeitos à verificação de preços;</li> <li>– os AJV, incluindo os ajustes de saída (para assinalar a carteira para receber ou propor preços), e as reservas para falhas no modelo, de modo a fazer face às limitações do modelo e aos XVA;</li> <li>– a validação, integralidade, implementação e utilização de modelos de avaliação significativos. Tal incluiu controlos sobre a avaliação das limitações e pressupostos do modelo; e</li> <li>– a avaliação da observabilidade de um produto e dos seus dados não observáveis.</li> </ul> <p><b>Re-execução independente:</b> Com o auxílio dos nossos especialistas de avaliação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– redefinimos de forma independente o preço de um conjunto de negócios e contestámos a Administração quanto às valorizações que estavam fora dos nossos limites de tolerância; e</li> <li>– contestámos a adequação dos modelos e metodologias significativos utilizados no cálculo de justos valores, exposições ao risco e no cálculo dos AJV, incluindo a comparação com as práticas no setor.</li> </ul> <p><b>Procura de provas contraditórias:</b> Para um conjunto de disputas de garantias identificadas através do controlo da Administração, contestámos a avaliação da gestão quando encontrámos diferenças significativas observáveis no justo valor face ao participante do mercado do outro lado da transação. Também utilizámos dados de disputas de garantias para identificar instrumentos financeiros de justo valor com diferenças significativas de justo valor face a contrapartes do mercado e selecionámo-los para alteração de preços independente.</p> <p><b>Inspecção de movimentos:</b> Inspecionámos as receitas comerciais provenientes das posições de Nível 3 para avaliar se os ganhos ou perdas materiais gerados estavam de acordo com as normas contabilísticas.</p> <p><b>Comparação histórica:</b> Realizámos uma análise retrospectiva, inspecionando ganhos e perdas significativos num conjunto de novos instrumentos financeiros de justo valor, saídas de posições, novações e reestruturações durante o período de auditoria, e avaliámos se estes dados indicavam elementos de justo valor não incorporados nas metodologias de avaliação atuais. Também inspecionámos movimentos em dados não observáveis ao longo do período para questionar se algum ganho ou perda gerado era apropriado.</p> <p><b>Avaliar a transparência:</b> Avaliámos a adequação das divulgações das demonstrações financeiras do Grupo, no contexto das normas contabilísticas relevantes.</p> <p><b>Os nossos resultados:</b> Considerámos que os pressupostos subjetivos assumidos em relação ao justo valor dos instrumentos financeiros de nível 3 e as técnicas de modelação associadas a instrumentos financeiros de Nível 2 mais difíceis de avaliar eram razoáveis.</p>

Questões chave de auditoria		Como abordámos as questões chave de auditoria
<p>Receitas de preços de transferência decorrentes da metodologia da Taxa da Plataforma reconhecida como Receitas líquidas de taxas e comissões (taxas de serviço de afiliadas)</p> <p>Consultar a nota 4 (política contabilística e divulgações financeiras)</p>	<p>O Grupo implementou um novo acordo de preços de transferência de Taxa de Plataforma ("Taxa de Plataforma") para compensar o Grupo pelos benefícios obtidos por outras entidades do Barclays na gestão do risco de mercado relativamente às transações baseadas nos mercados para clientes residentes no EEE. O desenvolvimento do modelo e da metodologia para o novo acordo derivou de um julgamento por parte da direção. O impacto deste acordo revisto foi o reconhecimento de um rendimento adicional de 43 M€ no âmbito de Rendimento de Taxas e Comissões.</p> <p>O efeito destas questões levou-nos a determinar, no âmbito da nossa avaliação de risco, que a Taxa da Plataforma possui um nível elevado de julgamento, tanto de uma perspectiva contabilista como de uma de preço (com um potencial intervalo de resultados razoáveis acima do valor de materialidade para as demonstrações financeiras como um todo). A nota 4 das demonstrações financeiras apresenta o impacto financeiro.</p> <p><b>Qualidade da divulgação</b></p> <p>As divulgações relativas à aplicação pelo Grupo da taxa de plataforma são fundamentais para explicar o principal julgamento.</p>	<p>Os nossos procedimentos incluem:</p> <p><b>Avaliação dos riscos:</b> Realizámos procedimentos de avaliação de risco mais detalhados durante o período de auditoria relativa à taxa da plataforma. Acompanhamos o processo na totalidade de forma a identificar os principais sistemas, aplicações e controlos utilizados nos processos da Taxa de Plataforma. Avaliámos a conceção e a execução dos controlos chave relativos a:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- À revisão e aprovação do modelo e metodologia adotados pelo Grupo;</li> <li>- Análise e aprovação da gestão da implementação e governação da Taxa de Plataforma;</li> <li>- A alocação dos dados ao modelo de fixação de preços da Taxa de Plataforma; e</li> <li>- A revisão e aprovação dos dados introduzidos para garantir a sua integridade e exatidão;</li> </ul> <p><b>Utilização de especialistas em fixação de preços de transferência:</b> Envolvermos os nossos especialistas na fixação de preços de transferência para nos ajudarem a avaliar a adequação das metodologias do Banco relativamente à Taxa da Plataforma, desafiando a referência aplicada pelo Grupo.</p> <p><b>Testes de detalhe:</b> Aspectos chave dos nossos testes, para além dos acima referidos, incluem:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Avaliação da adequação dos principais dados do modelo de Taxa da Plataforma, incluindo verificações para validar que não existe uma dupla contagem dos principais dados;</li> <li>- Contestação a adequação da metodologia da Taxa de Plataforma em vigor para determinar a fixação de preços, incluindo os julgamentos efetuados e a documentação preparada pela Administração com o apoio de especialistas externos, e tendo em conta a existência de abordagens alternativas em matéria de fixação de preços;</li> <li>- Contestação da adequação do tratamento contabilístico da Taxa de Plataforma de acordo com a IFRS 15 Receitas de Contratos com Clientes, incluindo o momento do reconhecimento inicial; e</li> <li>- Um novo cálculo independente da Taxa de Plataforma.</li> </ul> <p>Avaliar a transparência: Analisámos e avaliámos se as divulgações revelam de forma adequada e clara os principais critérios utilizados pela Administração para determinar a taxa de plataforma.</p> <p><b>Os nossos resultados:</b></p> <p>Com base nas provas obtidas, considerámos razoável o julgamento utilizado pela administração na determinação da Taxa de Plataforma reconhecida durante o ano.</p>



Questões chave de auditoria	Como abordámos as questões chave de auditoria
<p><b>Gestão do acesso dos utilizadores</b></p> <p>A gestão do acesso dos utilizadores tem um impacto potencial ao longo das demonstrações financeiras</p> <p><b>Desempenho de controlo</b> As operações em vários países abrangem uma vasta gama de produtos e serviços, resultando numa infraestrutura de IT ampla e complexa. Os processos de informação financeira e os controlos internos relacionados dependem muito deste ambiente informático, tanto no âmbito das Finanças como das atividades e operações em geral. Os controlos de gestão do acesso dos utilizadores são parte integrante do ambiente de IT para assegurar que tanto o acesso ao sistema como as alterações feitas aos sistemas e dados são autorizados e adequados. A nossa abordagem de auditoria baseia-se na eficácia dos controlos de gestão de acesso à IT.</p>	<p>Os nossos procedimentos incluem:</p> <p><b>Testes de controlo:</b> Testámos a conceção, implementação e eficácia operacional dos controlos automáticos que suportam os balanços materiais nas demonstrações financeiras. Também testámos a conceção e a eficácia operacional dos controlos gerais relevantes de IT para a prevenção e deteção na gestão do acesso dos utilizadores, incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Autorização de direitos de acesso para novos membros</li> <li>- Eliminação atempada dos direitos de acesso dos utilizadores</li> <li>- Registo e monitorização das atividades dos utilizadores</li> <li>- Gestão e monitorização do acesso dos utilizadores privilegiados</li> <li>- Acesso do programador à informação sobre transações e saldos</li> <li>- Segmentação de responsabilidades; e</li> <li>- Nova certificação dos direitos de acesso dos utilizadores.</li> </ul> <p>Os nossos procedimentos de auditoria identificaram deficiências em certos controlos informáticos de acesso a sistemas relevantes para o relato de informação financeira. Especificamente, foram identificadas deficiências de controlo em torno da monitorização de atividades realizadas por utilizadores privilegiados numa pequena percentagem de componentes de infraestruturas. A Administração dispõe de programas em curso para remediar estas deficiências. Uma vez que estas deficiências foram abertas durante o ano, realizámos procedimentos adicionais para responder ao risco de alterações não autorizadas aos controlos automatizados de relato financeiro.</p> <p>Estes procedimentos incluíram medidas adicionais significativas e, nos casos relevantes, determinámos se os controlos compensatórios estavam efetivamente a atenuar as deficiências identificadas.</p> <p><b>Os nossos resultados:</b> Os nossos testes não identificaram atividades de utilizadores não autorizados relevantes para os relatórios financeiros, o que nos teria obrigado a expandir significativamente a amplitude dos nossos testes detalhados planeados.</p>

**A nossa aplicação da materialidade e um resumo do âmbito da nossa auditoria**

**Materialidade**

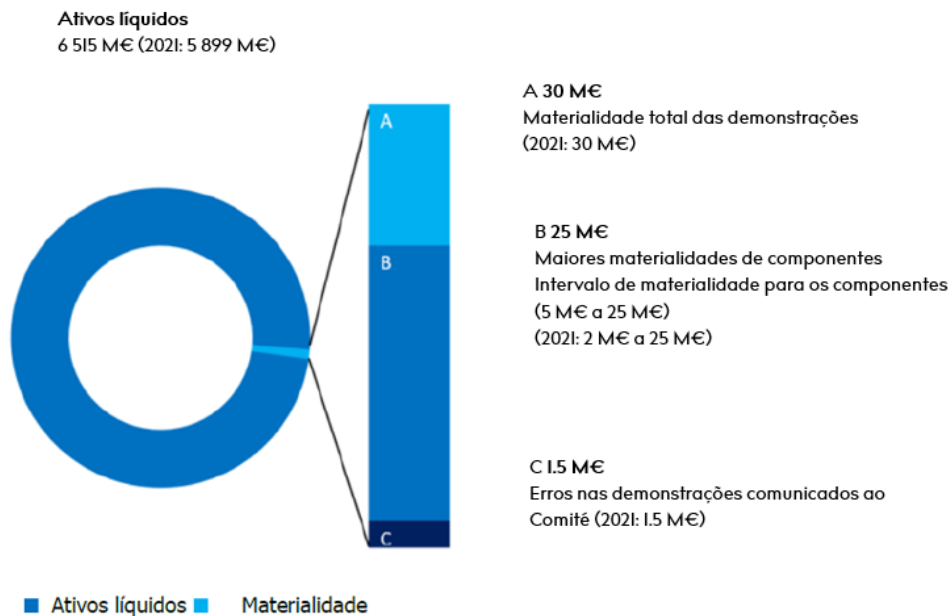
A materialidade para as demonstrações financeiras do Grupo no seu conjunto foi fixada em 30 M€ (2021: 30 M€) determinado através de um referencial do património líquido. Isto produziu um valor de referência de 6.515 M€ (2021: 5.899 M€), aos quais aplicámos uma percentagem de 0,5% (2021: 0,7%) na determinação da materialidade.

A materialidade para o ano em curso foi determinada com o método acima referido, de forma consistente com o ano anterior, devido à contínua volatilidade do lucro antes de impostos do Grupo nos últimos anos até ao ano em curso. Esta situação deve-se à expansão das operações europeias do Grupo nos últimos anos e ao efeito das incertezas macroeconómicas. O balanço proporciona uma representação mais justa do progresso da expansão do Grupo e consideramos que o património líquido é a referência mais apropriada, uma vez que proporciona uma medida mais estável, ano após ano, do que o resultado antes dos impostos, e é a métrica que consideramos influenciar mais as decisões dos utilizadores das demonstrações financeiras.

Utilizamos a materialidade do desempenho para reduzir adequadamente a probabilidade de que o agregado de declarações incorretas e não detetadas exceda a materialidade global. Ao aplicar o nosso julgamento na determinação da materialidade do desempenho, tivemos em consideração uma série de fatores, incluindo: o número e o valor das declarações incorretas detetadas e o número e a gravidade das deficiências nas atividades de controlo identificadas na auditoria das demonstrações financeiras do ano anterior.

A materialidade do desempenho para as demonstrações financeiras do Grupo no seu conjunto foi fixada em 19,5 M€ (2021: 22,5 M€) determinado com referência à materialidade (da qual representa 65% (2021: 75%).

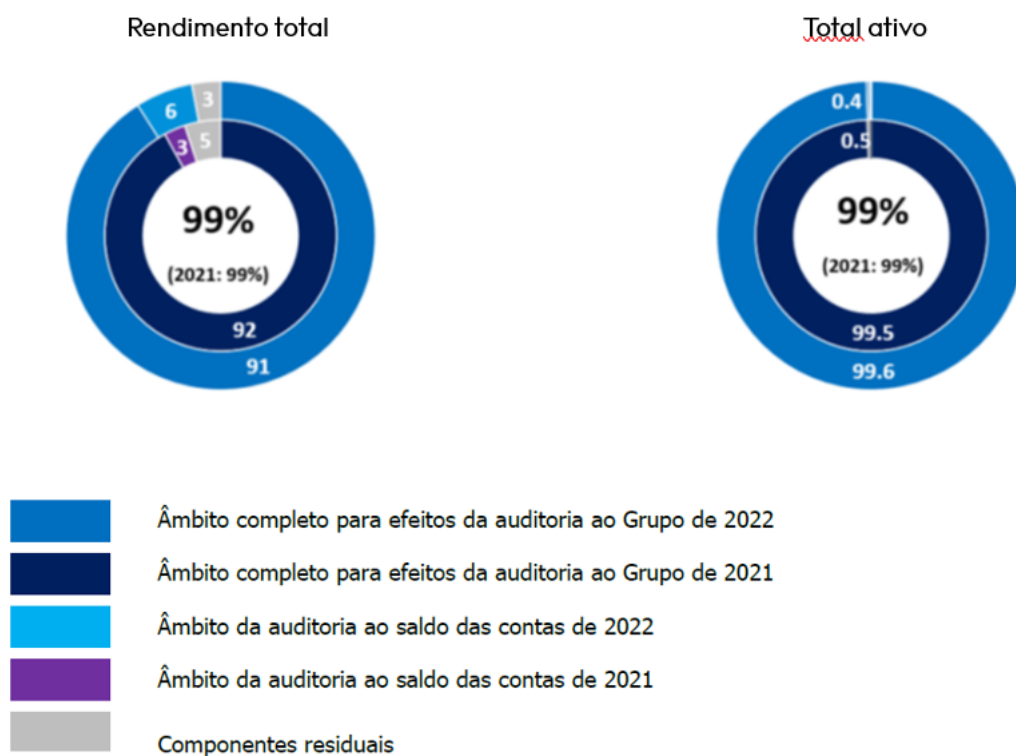
Comunicámos ao Comité de Auditoria do Conselho de Administração quaisquer incorreções identificadas, corrigidas ou não, que excedam 1,5 M€ (2021: 1,5 M€), para além de outras declarações incorretas identificadas que justificavam a comunicação por motivos qualitativos.



## Âmbito - geral

O Grupo opera em vários locais em toda a Europa. Algumas componentes significativas foram sujeitas a procedimentos de auditoria realizados por auditores de componentes. No planeamento da auditoria, utilizámos a materialidade para determinar o âmbito de funcionamento dos componentes, seis (2021: seis) componentes como auditorias de âmbito geral e três componentes (2021: três) com auditorias de saldos de contas. Os restantes 7% (2021: 7%) do rendimento total e 1% (2021: 1%) do total do ativo é representado por uma série de outras componentes, nenhuma das quais individualmente significativa. Para estas componentes residuais realizámos análises a um nível agregado para reexaminar a nossa perceção de que não existiam riscos significativos de erros materiais dentro destes.

O trabalho em seis das nove componentes (2021: seis das nove componentes) foi realizado por auditores de componentes e o trabalho restante foi realizado por nós (equipa de auditoria de grupo). As componentes no âmbito do nosso trabalho foram responsáveis pelas percentagens ilustradas abaixo.



## **Estrutura da equipa**

Aplicámos a materialidade para nos ajudar a determinar que riscos eram significativos e a equipa de auditoria do grupo instruiu os auditores de componentes quanto às áreas significativas a serem cobertas por estes, incluindo os riscos relevantes acima detalhados e as informações a serem reportadas de volta. A equipa de auditoria do grupo aprovou a materialidade das componentes, variando entre 5 M€ e 25 M€, tendo em conta a combinação de dimensões e perfis de risco das componentes.

Liderámos reuniões virtuais de planeamento para discutir os principais riscos de auditoria e obter pareceres dos auditores de componentes e de outros participantes, bem como reuniões regulares por telefone e teleconferência e via Internet, e chamadas realizadas regularmente com todos os auditores de componentes no decurso da auditoria, incluindo a participação em reuniões finais com a administração de componentes e a revisão de documentação de avaliação de risco. Também visitámos todos os locais das componentes que foram sujeitas a procedimento de auditoria. Durante estas reuniões virtuais, revimos os principais documentos de trabalho das componentes. Utilizámos a materialidade para nos ajudar a determinar a extensão da revisão para compreender e contestar a abordagem de auditoria e as conclusões de cada auditor de componentes. Além disso, os resultados que nos foram comunicados foram discutidos em pormenor, e os trabalhos adicionais requeridos pela equipa de auditoria do grupo foram então realizados pelos auditores das componentes, conforme necessário.

O Grupo centralizou determinados processos transversais a todo o Grupo Barclays sobretudo no Reino Unido e na Índia, cujos resultados estão incluídos na informação financeira das componentes de relatório a que estão associados. Portanto, não são consideradas componentes individuais de relatório. Estes processos transversais ao Grupo estão sujeitos a procedimentos específicos de auditoria, especificamente testes informáticos gerais e controlos informáticos automatizados, modelação das perdas de crédito esperadas de acordo com a IFRS 9 (Reino Unido), mensuração do justo valor de acordo com a IFRS 13 (Reino Unido) e processamento de transações, reconciliações e controlos de análise (Índia). Visitámos as equipas de serviço centralizadas no Reino Unido, enquanto as nossas interações com a Índia ocorreram virtualmente. A nossa equipa utilizou o mesmo nível de interação e supervisão com as equipas da KPMG nos locais onde estes processos transversais ao Grupo são efetuados e executou procedimentos consistentes com os descritos acima relativamente às componentes.

## **Outras informações**

Os Administradores são responsáveis pela preparação de outras informações apresentadas no Relatório Anual juntamente com as demonstrações financeiras. As outras informações abrangem as informações incluídas no relatório dos Administradores, na Declaração de informação não financeira e na Análise de risco (para além das secções identificadas como auditadas, que fazem parte das demonstrações financeiras do Grupo). As demonstrações financeiras e o relatório do nosso auditor nelas incluído não fazem parte das outras informações. O nosso parecer relativamente às demonstrações financeiras não abrange as outras informações e, por isso, não expressamos o nosso parecer de auditoria ou qualquer conclusão ou garantia no período atual na mesma, exceto se for explicitamente referido em baixo.

A nossa responsabilidade é ler as outras informações e ponderar se, com base nas conclusões da nossa auditoria às demonstrações financeiras, estas contêm erros materiais ou inconsistências referentes às demonstrações financeiras ou ao nosso conhecimento de auditorias. Com base apenas nessas conclusões, não identificámos nenhum erro material nas outras informações.

Com base apenas nas nossas conclusões relativas às outras informações às quais chegámos durante a auditoria, comunicamos que, nas partes do relatório dos Administradores especificadas para a nossa apreciação:

- não identificámos erros materiais no relatório dos administradores;
- no nosso parecer, a informação prestada no relatório dos administradores é consistente com as demonstrações financeiras;
- no nosso parecer, o relatório dos administradores foi elaborado de acordo com a Lei das Empresas de 2014.

## **Declaração de governação corporativa**

Conforme requerido pela Lei das Empresas de 2014, comunicamos, em relação à informação fornecida na Declaração de Governação Empresarial (páginas 10 e 11), que:

- no nosso parecer, com base no trabalho que desenvolvemos para a nossa auditoria, a descrição das principais características dos sistemas de gestão de risco e controlo interno em relação ao processo de informação financeira é consistente com as demonstrações financeiras e foi preparada de acordo com a Lei em questão; e
- com base no nosso conhecimento e compreensão da Empresa e do seu ambiente, obtidos no decurso da nossa auditoria, não identificámos quaisquer erros materiais nessas informações.

Informamos ainda que, com base no trabalho que desenvolvemos no âmbito da nossa auditoria, as informações exigidas pela Lei estão incluídas na Declaração de Governação Empresarial. A Empresa não está sujeita aos Regulamentos das Comunidades Europeias (Ofertas Públicas de Aquisição (Diretiva 2004/25/CE)) de 2006. Por conseguinte, não é necessário incluir informações relativas aos direitos de voto e outros assuntos exigidos por esses Regulamentos e especificados pela Lei das Empresas para nossa apreciação na Declaração de Governação Empresarial.

## **Os nossos pareceres sobre outros assuntos prescritos pela Lei das Empresas de 2014 não sofreram alterações**

Obtivemos todas as informações e explicações que consideramos necessárias para efeitos da nossa auditoria.

Na nossa opinião, os registos contabilísticos da Empresa foram suficientes para permitir que as demonstrações financeiras fossem auditadas prontamente e de forma adequada e que as demonstrações financeiras da Empresa estão de acordo com os registos contabilísticos.

Não temos nada a comunicar relativamente a outras matérias sobre as quais temos a obrigação de relatar por exceção.

A Lei das Empresas de 2014 requer que vos comuniquemos caso, no nosso parecer:

- as divulgações da remuneração dos administradores e das transações exigidas nas Secções 305 a 312 da Lei não tiverem sido efetuadas.
- a Empresa não tiver fornecido a informação exigida pela secção 5(2) a (7) dos Regulamentos da União Europeia (Divulgação de Informação Não Financeira e Diversidade por certas grandes empresas e grupos) de 2017 para o ano findo a 31 de dezembro de 2021, conforme exigido pela União Europeia (Divulgação de Informação Não Financeira e Diversidade por certas grandes empresas e grupos) (alteração) dos Regulamentos de 2018.

Não temos nada a relatar a este respeito.

## Respetivas responsabilidade e restrições de uso

### Responsabilidades dos Administradores pelas demonstrações financeiras

Conforme a explicação mais detalhada na declaração de responsabilidades dos Administradores nas páginas 14 e 15, os administradores são responsáveis: pela elaboração das demonstrações financeiras, e por garantir que estas oferecem uma visão factual e justa; pelo controlo interno necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras sem erros materiais, quer sejam por fraude ou lapso; por avaliar a capacidade do Grupo ou da Empresa para manter o princípio de continuidade, divulgando, quando aplicável, as questões relacionadas com este princípio; e por usar o princípio contabilístico de continuidade, exceto se pretenderem liquidar o Grupo ou a Empresa ou cessar a atividade, ou no caso de não terem qualquer outra alternativa realista senão essa.

### Responsabilidades do auditor

Os nossos objetivos são a obtenção de uma garantia razoável de que as demonstrações financeiras no seu todo não possuem erros materiais, seja devido a fraude ou a lapso, e publicar um relatório do auditor com o nosso parecer. A garantia razoável é uma garantia de nível elevado, mas que não garante que uma auditoria levada a cabo de acordo com as ISA (Irlanda) detete um erro material sempre que este existir. As inconsistências podem advir de fraude ou erros, e são consideradas materiais se, de modo individual ou agregado, seja razoavelmente expectável que tenham influência nas decisões económicas que os utilizadores tomem com base nestas demonstrações financeiras.

Para uma descrição mais detalhada das nossas responsabilidades, visite o website da IAASA, em: <https://iaasa.ie/publications/description-of-the-auditors-responsibilities-for-the-audit-of-the-financial-statements/>.

### O objetivo do nosso trabalho de auditoria e a quem devemos a nossa responsabilidade

Este relatório é elaborado exclusivamente para os membros do Banco enquanto órgão, de acordo com a Secção 391 da Lei das Empresas de 2014. O nosso trabalho de auditoria foi levado a cabo para que possamos apresentar aos membros da Empresa as questões cuja comunicação é exigida no relatório de auditoria, e para mais nenhum propósito que não esse. Conforme permitido pela lei, não aceitamos ou assumimos responsabilidade para com ninguém que não o Banco e os membros do Banco enquanto órgão, no que diz respeito ao nosso trabalho de auditoria, a este relatório e aos pareceres que tecemos.

15 de março de 2023



**Jonathan Lew**  
para e em nome  
da **KPMG**  
**Revisores Oficiais de Contas, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas**  
1 Harbourmaster  
Place IFSC  
Dublin  
D01 F6F5

# Demonstrações financeiras

## Demonstração de resultados

		2022	2021 <sup>a</sup>
Para o ano findo a 31 de dezembro	Notas	M€	M€
Juros e rendimentos similares	3	781	621
Juros e encargos similares	3	(461)	(309)
<b>Rendimento líquido de juros</b>		<b>320</b>	<b>312</b>
Rendimento de serviços e comissões <sup>a</sup>	4	1.012	842
Despesa em honorários e comissões <sup>a</sup>	4	(83)	(71)
<b>Rendimento líquido de serviços e comissões</b>		<b>929</b>	<b>771</b>
Rendimento líquido de negociação	5	218	152
Despesa líquida de investimento	6	(37)	(39)
<b>Rendimento total</b>		<b>1.430</b>	<b>1.196</b>
Custos com pessoal	30	(441)	(399)
Custos com infraestruturas	7	(82)	(73)
Gastos gerais administrativos	7	(583)	(487)
Conduta e litígio		—	(9)
<b>Encargos de exploração</b>		<b>(1.106)</b>	<b>(968)</b>
<b>Resultado antes de imparidade</b>		<b>324</b>	<b>228</b>
(Encargos)/reduções por imparidade do crédito	8	(167)	97
<b>Lucro antes de impostos</b>		<b>157</b>	<b>325</b>
Impostos	9	(57)	(90)
<b>Resultado após impostos</b>		<b>100</b>	<b>235</b>
<b>Atribuível a:</b>			
Acionistas ordinários		52	195
Outros detentores de instrumentos de capital		48	40
<b>Resultado após impostos</b>		<b>100</b>	<b>235</b>

Nota:

a. A partir de 2022, o Banco alterou a sua apresentação dos acordos de preços de transferência para estarem em linha com as políticas utilizadas no resto do Grupo Barclays. O Banco voltou a reconhecer os comparativos de 2021 por razões de coerência de apresentação. Consultar a nota 4 na página 140 para mais detalhes. Não existe impacto no rendimento total declarado.

# Demonstrações financeiras

## Demonstração de rendimentos integrais

	2022	2021
	M€	M€
<b>Para o ano findo a 31 de dezembro</b>		
<b>Resultado após impostos</b>	<b>100</b>	235
<b>Outras perdas integrais que poderão ser recicladas para o lucro ou prejuízo de operações contínuas</b>		
<b>Reserva de cobertura do fluxo de caixa</b>		
Perdas líquidas resultantes de alterações no justo valor	<b>(234)</b>	(16)
Ganhos líquidos transferidos para os lucros e perdas	<b>9</b>	—
Impostos	<b>28</b>	2
<b>Outras perdas integrais que poderão ser recicladas para o lucro ou prejuízo de operações contínuas</b>	<b>(197)</b>	(14)
<b>Outro rendimento/(perdas) integral não reciclado para o lucro ou prejuízo de operações contínuas:</b>		
<b>Medidas de benefícios de reforma</b>		
Reavaliação de benefícios de reforma	<b>14</b>	6
Impostos	<b>(2)</b>	—
<b>Reserva de crédito próprio</b>		
Crédito próprio	<b>140</b>	(57)
Impostos	<b>(18)</b>	7
<b>Outro rendimento integral/(perdas) não reciclado para lucros e perdas</b>	<b>134</b>	(44)
<b>Rendimento integral total para o ano</b>	<b>37</b>	177
<b>Atribuível a:</b>		
Acionistas ordinários	<b>(11)</b>	137
Outros detentores de instrumentos de capital	<b>48</b>	40
<b>Rendimento integral total para o ano</b>	<b>37</b>	177

# Demonstrações financeiras

## Balanço

A 31 de dezembro	Notas	2022 M€	2021 M€
<b>Ativos</b>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		30.540	24.125
Garantias em numerário e saldos de liquidação	21	18.540	17.651
Empréstimos e adiantamentos a bancos	17	1.412	903
Empréstimos e adiantamentos a clientes	17	13.948	13.083
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares		1.764	3.228
Ativos da carteira de negociação	11	7.700	8.204
Ativos financeiros pelo justo valor através da demonstração de resultados	12	17.216	15.352
Instrumentos financeiros derivativos	13	40.439	33.875
Ativos intangíveis	20	59	59
Ativos fixos tangíveis	18	114	90
Ativos por impostos correntes		1	27
Ativos por impostos diferidos	9	206	178
Ativos de benefícios de aposentação	32	4	—
Outros ativos	22	591	337
<b>Total do ativo</b>		<b>132.534</b>	117.112
<b>Passivos</b>			
Depósitos de bancos	17	3.628	4.252
Depósitos de clientes	17	25.793	21.382
Garantias em numerário e saldos de liquidação	21	24.684	17.125
Acordos de recompra e outros empréstimos garantidos similares	36	2.964	3.596
Títulos de dívida em circulação		3.139	3.397
Passivos subordinados	27	4.679	3.171
Passivos de carteiras de negociação	11	12.872	10.286
Passivos financeiros designados ao justo valor	14	14.858	13.843
Instrumentos financeiros derivativos	13	32.494	33.517
Passivos por impostos correntes		53	32
Passivos por impostos diferidos	9	1	—
Obrigações de benefícios de reforma	32	12	21
Outros passivos	23	743	512
Provisões	24	99	79
<b>Total do passivo</b>		<b>126.019</b>	111.213
<b>Capital próprio</b>			
Capital social resgatado e prémios de emissão	28	3.872	3.247
Outros instrumentos de capital próprio	28	805	805
Outras reservas	29	(271)	(196)
Rendimentos retidos		2.109	2.043
<b>Total de capital próprio</b>		<b>6.515</b>	5.899
<b>Total de passivos e capital próprio</b>		<b>132.534</b>	117.112

O Conselho de Administração aprovou as demonstrações financeiras nas páginas 129 a 197 no dia 15 de março de 2023.



**Tim Breedon CBE**  
Presidente



**Francesco Ceccato**  
Diretor Executivo



**Jasper Hanebuth**  
Diretor Financeiro



**Francesca Carbonaro**  
Secretária da Empresa



# Demonstrações financeiras

## Demonstração de alterações ao capital próprio

	Capital social resgatado e prêmios de emissão <sup>a</sup>	Outros capitais próprios	Outras reservas <sup>b</sup>	Rendimentos retidos	Total de capital próprio
	M€	M€	M€	M€	M€
<b>Balanco a 1 de janeiro de 2022</b>	<b>3.247</b>	<b>805</b>	<b>(196)</b>	<b>2.043</b>	<b>5.899</b>
Resultado após impostos	—	48	—	52	100
Coberturas do fluxo de caixa	—	—	(197)	—	(197)
Reavaliação de benefícios de reforma	—	—	—	12	12
Reserva de crédito próprio	—	—	122	—	122
<b>Rendimento integral total para o ano</b>	<b>—</b>	<b>48</b>	<b>(75)</b>	<b>64</b>	<b>37</b>
Emissão de novas ações ordinárias	625	—	—	—	625
Outros cupões de instrumentos de capital próprio pagos	—	(48)	—	—	(48)
Outros movimentos de reservas	—	—	—	2	2
<b>Balanco a 31 de dezembro de 2022</b>	<b>3.872</b>	<b>805</b>	<b>(271)</b>	<b>2.109</b>	<b>6.515</b>

<b>Balanco a 1 de janeiro de 2021</b>	2.282	565	(132)	1.843	4.558
Resultado após impostos	—	40	—	195	235
Coberturas do fluxo de caixa	—	—	(14)	—	(14)
Reavaliação de benefícios de reforma	—	—	—	6	6
Reserva de crédito próprio	—	—	(50)	—	(50)
<b>Rendimento integral total para o ano</b>	<b>—</b>	<b>40</b>	<b>(64)</b>	<b>201</b>	<b>177</b>
Emissão de novas ações ordinárias	965	—	—	—	965
Emissão de outros instrumentos de capital próprio	—	240	—	—	240
Outros cupões de instrumentos de capital próprio pagos	—	(40)	—	—	(40)
Outras variações de reserva	—	—	—	(1)	(1)
<b>Balanco a 31 de dezembro de 2021</b>	<b>3.247</b>	<b>805</b>	<b>(196)</b>	<b>2.043</b>	<b>5.899</b>

Notas

a para mais detalhes ver a Nota 28.

b para mais detalhes ver a Nota 29.

# Demonstrações financeiras

## Demonstração dos fluxos de caixa

Para o ano findo a 31 de dezembro	Notas	2022 M€	2021 M€
<b>Reconciliação do lucro antes de impostos com fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais:</b>			
<b>Lucro antes de impostos</b>		<b>157</b>	325
<b>Ajustes para artigos não em numerário:</b>			
Encargos por imparidade/(reduções) sobre instrumentos financeiros		<b>167</b>	(97)
Depreciação e amortização de ativos fixos tangíveis e intangíveis		<b>42</b>	35
Outras provisões		<b>39</b>	20
Outros movimentos não monetários		<b>(96)</b>	(72)
<b>Alterações em ativos e passivos de exploração</b>			
Decréscimo/(aumento) líquido nas garantias em numerário e saldos de liquidação		<b>6.670</b>	(897)
Aumento líquido nos empréstimos e adiantamentos a bancos e clientes		<b>(1.313)</b>	(787)
Decréscimo/(aumento) líquido em compra com acordo de revenda e outros créditos com garantias similares		<b>1.464</b>	(54)
Decréscimo líquido nos ativos e passivos de negociação		<b>3.090</b>	1.690
Aumento líquido nos ativos e passivos financeiros designados pelo justo valor		<b>(849)</b>	(1.631)
Aumento) líquido em instrumentos financeiros derivados		<b>(7.587)</b>	(1.249)
Aumento líquido nos depósitos e contas de clientes		<b>3.787</b>	2.528
Decréscimo/(aumento) líquido nos títulos de dívida em circulação		<b>(258)</b>	1.100
(Decréscimo)/aumento líquido nos acordos de recompra e outros empréstimos similares		<b>(632)</b>	13
(Aumento)/decrécimo líquido nos outros ativos e passivos		<b>(39)</b>	28
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas		<b>(30)</b>	(69)
<b>Numerário líquido das atividades de exploração</b>		<b>4.612</b>	883
Compra de ativos fixos tangíveis e intangíveis		<b>(30)</b>	(30)
<b>Numerário líquido das atividades de investimento</b>		<b>(30)</b>	(30)
Pagamentos em cupão noutros instrumentos de capital próprio		<b>(48)</b>	(40)
Emissão de dívida subordinada	27	<b>1.500</b>	2.310
Resgate de dívida subordinada	27	<b>—</b>	(200)
Emissão de ações e outros instrumentos de capital próprio		<b>625</b>	1.205
Pagamentos do passivo de locação		<b>(16)</b>	(16)
<b>Numerário líquido de atividades financeiras</b>		<b>2.061</b>	3.259
<b>Aumento líquido na caixa e nos equivalentes</b>			
Caixa e equivalentes no início do ano		<b>24.447</b>	20.335
<b>Caixa e equivalentes no fim do ano</b>		<b>31.090</b>	24.447
<b>A caixa e equivalentes são compostos por:</b>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		<b>30.540</b>	24.125
Empréstimos e adiantamentos a bancos com maturidade original de menos de três meses		<b>550</b>	322
		<b>31.090</b>	24.447

Os juros recebidos pelo Banco foram de 797 M€ (2021: 622 M€) e os juros pagos pelo Banco foram de 524 M€ (2021: 344 M€). O Banco é obrigado a manter saldos com os bancos centrais e outras autoridades reguladoras. Estes ascenderam a 953 M€ (2021: 588 M€) e estão incluídos na caixa e equivalentes.

# Notas às demonstrações financeiras

## Políticas contabilísticas

Esta secção descreve as políticas significativas e as estimativas e julgamentos contabilísticos críticos do Banco relacionados com as demonstrações financeiras e respetivas notas como um todo. Quando uma política contabilística ou uma estimativa ou julgamento contabilístico crítico estiver relacionado com uma nota específica, a política contabilística aplicável e/ou a estimativa/julgamento contabilístico crítico serão incluídos na nota relevante.

### 1 Políticas contabilísticas significativas

#### 1. Entidade comunicadora

O Banco é uma sociedade anónima registada na Irlanda, com o n.º do registo comercial 396330.

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas pelo Banco ao abrigo da Lei das Empresas de 2014. As principais atividades do Banco são a prestação de serviços de banca corporativa e de investimento a entidades empresariais na UE, serviços de banca de retalho na Alemanha e Itália, e serviços de banca privada a clientes na UE.

#### 2. Conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro

As demonstrações financeiras consolidadas e empresariais do Banco foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") e respetivas interpretações ("IFRIC") emitidas pelo Comité de Interpretação, conforme publicadas pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade ("IASB") e adotadas pela UE. As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras são enumeradas em seguida, e nas notas relevantes às demonstrações financeiras. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente.

#### 3. Base de preparação

As demonstrações de resultados foram preparadas em conformidade com a convenção de custos históricos, modificada de modo a incluir a justa valorização de instrumentos financeiros específicos, na medida necessária ou permitida ao pelas IFRS, conforme adotadas pela UE, e definida nas políticas contabilísticas relevantes. São apresentadas em milhões de euros (M€), a moeda funcional do Banco. O Banco não preparou demonstrações financeiras separadas da empresa-mãe, uma vez que os resultados e a posição financeira do grupo consolidado Barclays Bank Ireland PLC e da empresa-mãe, Barclays Bank Ireland PLC, são materialmente os mesmos. Não existem diferenças significativas entre as duas, uma vez que os ativos das entidades subsidiárias consolidadas foram adquiridos à empresa-mãe e não foram desreconhecidos por esta, e os passivos das entidades subsidiárias consolidadas estão para a empresa-mãe relacionados aos mesmos ativos.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio de continuidade, de acordo com a Lei das Empresas de 2014, aplicável às empresas que adotam as IFRS, conforme adotadas pela UE. As demonstrações financeiras são preparadas com base no princípio de continuidade, visto que o Conselho de Administração considera que o Banco possui os recursos necessários para continuar a sua atividade empresarial por um futuro previsível.

Ao efetuar esta avaliação, o Conselho considerou uma ampla gama de informações relacionadas com as condições presentes e futuras. Tal envolve uma avaliação do desempenho futuro do negócio, para garantir que o Banco dispõe dos recursos necessários para cumprir os seus requisitos regulamentares em vigor. A avaliação baseia-se em planos de negócios que contêm previsões futuras de rentabilidade retiradas do plano trienal a médio prazo da administração, bem como projeções de futuros requisitos de capital regulamentar e necessidades de financiamento do negócio. Inclui também detalhes do impacto dos cenários de testes de esforço gerados internamente sobre as previsões de liquidez e requisitos de capital. Os testes de esforço utilizados basearam-se na avaliação da gestão de cenários económicos razoavelmente possíveis que o Banco poderia experimentar.

Esta avaliação demonstrou que o Banco dispunha de capital suficiente para suportar os seus requisitos comerciais futuros e permaneceu acima dos seus requisitos mínimos regulamentares nos cenários dos testes de esforço. Demonstrou ainda que o Banco tem a expectativa de poder continuar a satisfazer os seus requisitos de financiamento durante os cenários. O Conselho de Administração concluiu que havia uma expectativa razoável de que o Banco dispõe de recursos adequados para continuar em atividade no futuro previsível. O Conselho avaliou estes riscos aquando da redação das demonstrações financeiras e considerou apropriado redigir as demonstrações financeiras sob um princípio de continuidade.

#### 4. Políticas contabilísticas

O Banco prepara demonstrações financeiras de acordo com o IFRS adotado pela União Europeia. As políticas contabilísticas significativas do Banco relativas a rubricas específicas das demonstrações financeiras, juntamente com uma descrição das estimativas e fundamentos contabilísticos que tenham sido críticos na sua preparação, são apresentadas nas notas relevantes. As políticas contabilísticas que afetam as demonstrações financeiras como um todo são apresentadas em seguida.

##### (i) Consolidação

O Banco aplica a IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas combinam as demonstrações financeiras do Banco e das suas subsidiárias. As subsidiárias são entidades sobre as quais o Banco tem controlo. O Banco tem controlo sobre outra entidade quando o Banco detém todos os seguintes:

- 1) poder sobre as atividades relevantes da entidade ou empresa beneficiária, por exemplo através do voto ou outros direitos
- 2) exposição ou direitos a retornos variáveis do seu envolvimento na entidade e
- 3) a capacidade de afetar esses retornos através do seu poder sobre a entidade.

A avaliação do controlo baseia-se na consideração de todos os factos e circunstâncias. O Banco reavalia se controla uma entidade ou empresa beneficiária se os factos e circunstâncias indicarem que há alterações a um ou mais dos três elementos de controlo. As transações e saldos intra-grupo são eliminados na consolidação. As políticas contabilísticas consistentes são utilizadas em todo o Banco para efeitos de consolidação.

Os detalhes das entidades consolidadas são apresentados na Nota 37.

# Notas às demonstrações financeiras

## Políticas contábilísticas

### *(ii) Conversão de moeda estrangeira*

O Banco aplica a IAS 21 Efeitos de Alterações nas Taxas de Câmbio. As transações em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa em vigor à data da transação. Os saldos monetários em moeda estrangeira são convertidos em euros às taxas de câmbio de fim de período. Os ganhos e perdas cambiais são reconhecidos na demonstração de resultados. Os balanços não monetários em moeda estrangeira relativos a itens mensurados em termos do custo histórico são contabilizados às taxas de câmbio históricas na data da transação. Os balanços não monetários em moeda estrangeira relativos a itens mensurados ao justo valor são convertidos com recurso à taxa de câmbio na data em que o justo valor foi mensurado.

### *(iii) Ativos e passivos financeiros*

O Banco aplica a IFRS 9 Instrumentos Financeiros no reconhecimento, classificação e mensuração, e no desreconhecimento de ativos e passivos financeiros, na imparidade dos ativos financeiros. O Banco aplica os requisitos da IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração para efeitos contábilísticos de cobertura.

#### **Reconhecimento**

O Banco reconhece ativos e passivos financeiros no momento em que se torna parte dos termos do contrato. É aplicada a contabilidade da data de negociação ou a data de liquidação, consoante a classificação do ativo financeiro.

#### **Classificação e Mensuração**

Os ativos financeiros são classificados com base em dois critérios:

- i) o modelo de negócio em que os ativos financeiros são geridos, e
- ii) as características contratuais dos seus fluxos de caixa (se os fluxos de caixa correspondem "apenas a pagamentos de capital e juros" ("SPPI")).

O Banco avalia os critérios do modelo de negócio ao nível da carteira. A informação que é considerada importante para a determinação dos modelos de negócios aplicáveis incluem (i) políticas e objetivos para a carteira relevante, (ii) como o desempenho e os riscos da carteira são geridos, avaliados e reportados à administração, e (iii) a frequência, volume e momento das vendas em períodos anteriores, expectativas de vendas para períodos futuros, e a razão para essas vendas.

As características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros são avaliadas para determinar se representam SPPI. Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são SPPI, o juro é definido como consideração, principalmente, pelo valor temporal do dinheiro e o risco de crédito do capital em dívida. O valor temporal do dinheiro é definido como o elemento dos juros que considera apenas a passagem do tempo e não outros riscos ou custos associados à detenção de um ativo financeiro. São considerados termos que possam alterar os fluxos de caixa contratuais e que possam não ir de encontro às condições de SPPI, os quais incluem: (i) componentes de contingência e alavancagem, (ii) acordos sem recursos e (iii) componentes que possam modificar o valor temporal do dinheiro.

Os ativos financeiros serão mensurados ao custo amortizado se forem detidos num modelo de negócio cujo objetivo seja o de deter ativos financeiros para cobrar fluxos de caixa contratuais, e se os seus fluxos de caixa contratuais representarem SPPI.

Os outros ativos financeiros são mensurados ao justo valor através do lucro ou prejuízo. Existe a opção de fazer uma escolha irrevogável no reconhecimento inicial para que os investimentos de capital não negociados sejam mensurados ao justo valor, através dos outros rendimentos integrais. Nesse caso, os dividendos são reconhecidos como lucro ou prejuízo, mas os ganhos ou perdas não são reclassificados como lucro ou prejuízo após o desreconhecimento, e os requisitos de imparidade ao abrigo da IFRS 9 não se aplicam.

Inclui-se a política contábilística para cada tipo de ativo ou passivo financeiro dentro da nota relevante para cada rubrica. As políticas do Banco para determinação do justo valor dos ativos e passivos são definidas na Nota 15.

#### **Desreconhecimento**

O Banco desreconhece um ativo financeiro, ou parte de um ativo financeiro, do seu balanço quando (i) os direitos contratuais aos fluxos de caixa desse ativo já caducaram, ou (ii) os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo foram transferidos (geralmente por venda) e com eles (a) substancialmente todos os riscos e recompensas do ativo foram transferidos, ou (b) quando nem substancialmente todos os riscos e recompensas foram transferidos ou retidos, quando o controlo sobre o ativo foi perdido.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando o passivo tiver sido liquidado, tiver vencido ou se tiver extinguido. A troca de um passivo financeiro existente por um novo passivo com o mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes (geralmente, uma diferença de 10% no valor atual dos fluxos de caixa) contabiliza-se como uma extinção do passivo financeiro original e um reconhecimento do novo passivo financeiro.

# Notas às demonstrações financeiras

## Políticas contábilísticas

### *Contabilização para acordos de revenda e recompra incluindo outros empréstimos similares*

Os acordos de revenda (e empréstimos de ações ou transações similares) são uma forma de crédito segurado através da qual o Banco disponibiliza um empréstimo ou uma garantia em numerário em troca da transferência da garantia, geralmente na forma de títulos negociáveis sujeitos a um acordo para transferência dos títulos suportados a um preço fixo no futuro. Os acordos de recompra ocorrem quando o Banco obtém estes empréstimos ou numerário como garantia, por troca da transferência da garantia.

O Banco adquire (num acordo de revenda) ou contrai empréstimos de títulos, sujeitos a um compromisso de revenda ou de devolução. Os títulos não são incluídos no balanço, já que o Banco não adquire os riscos e recompensas da sua posse. A retribuição paga (ou a garantia em numerário prestada) é contabilizada como um ativo de empréstimo a custo amortizado, a menos que seja designada ao justo valor por via do lucro ou prejuízo.

O Banco também pode vender (num acordo de recompra) ou emprestar títulos, sujeitos a um compromisso de recompra ou de resgate. Os títulos são mantidos no balanço, já que o Banco retém de forma substancial todos os riscos e recompensas da posse. A retribuição recebida (ou a garantia em numerário prestada) é contabilizada como um passivo financeiro a custo amortizado, a menos que seja designada ao justo valor por via do lucro ou prejuízo.

### *Contabilidade para garantias em numerário*

As garantias em numerário prestadas são contabilizadas como ativos de empréstimos ao custo amortizado, a não ser que sejam designadas pelo justo valor através do lucro ou prejuízo. As garantias em numerário recebidas são contabilizadas como um passivo financeiro ao custo amortizado, a menos que sejam designadas ao justo valor através do lucro ou prejuízo.

### *(iv) Instrumentos de dívida e capital próprio emitidos*

O Banco aplica a IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação, para determinar se o financiamento consiste num passivo financeiro (dívida) ou em capital próprio.

Os instrumentos financeiros emitidos ou os seus componentes são classificados como passivos quando as disposições contratuais resultam numa obrigação por parte do Banco de entregar numerário ou outro ativo financeiro, ou ainda um número variável de ações próprias, ao detentor do instrumento. Se não for este o caso, o instrumento é geralmente um instrumento de capital próprio e as receitas são incluídas no capital, deduzidos os custos de transação. Os dividendos ordinários devidos aos detentores do capital próprio são reconhecidos no momento do pagamento ou declarados pelos membros na RGA e tratados como uma dedução aos capitais próprios.

Nos casos em que os instrumentos financeiros emitidos incluem simultaneamente componentes ativos e passivos, serão contabilizados separadamente. O justo valor da dívida é estimado e o saldo dos proveitos é incluído no capital próprio.

### *(v) Alterações na base para determinar os fluxos de caixa contratuais resultantes da reforma da taxa de juro de referência*

Uma alteração na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de um instrumento financeiro exigido pela reforma é contabilizada através da atualização da taxa de juro efetiva, sem o reconhecimento de um ganho ou perda imediato. Este expediente prático só é aplicado quando (1) a alteração dos fluxos de caixa contratuais é necessária como consequência direta da reforma e (2) a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior. Para as alterações efetuadas para além das exigidas pela reforma, é aplicado primeiro o expediente prático, após o qual são aplicados os requisitos habituais da IFRS 9 para modificações de instrumentos financeiros.

Consultar a Nota 13 para mais detalhes sobre as políticas de contabilidade de cobertura no que diz respeito à reforma das taxas de juro de referência. Consultar a Nota 41 para mais informações relacionadas com a reforma das taxas de juro de referência.

### *(vi) Demonstração de fluxos de caixa*

O fluxo de caixa abrange dinheiro na mão e depósitos à ordem nos bancos centrais. Os equivalentes de caixa abrangem empréstimos e adiantamentos a bancos e tesouraria e outros títulos elegíveis com vencimentos originais de três meses ou menos. Os acordos de recompra e de revenda não são considerados como fazendo parte de equivalentes de caixa.

## 5. Normas e interpretações novas e alteradas

As políticas contábilísticas adotadas foram aplicadas de forma consistente.

### **Desenvolvimentos contábilísticos futuros**

As normas contábilísticas que se seguem foram emitidas pelo IASB, mas ainda não estão em vigor:

#### **IFRS 17 – Contratos de Seguro**

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 Contratos de Seguro, uma nova norma contábilística abrangente para contratos de seguro que abrange o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. A IFRS 17 irá substituir a IFRS 4 Contratos de Seguro que foi emitida em 2005. Em junho de 2020, o IASB publicou alterações à IFRS 17 que incluíam a exclusão do âmbito para determinados contratos de cartão de crédito e contratos similares que fornecem cobertura de seguro, a exclusão opcional do âmbito dos contratos de empréstimo que transferem riscos de seguro significativos e a clarificação de que apenas as garantias financeiras emitidas se enquadram no âmbito da IFRS 9.

A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contratos de seguro (por exemplo, vida, não-vida, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitam, assim como certas garantias e instrumentos financeiros com provisões de participação discricionárias. Serão aplicadas algumas exceções ao âmbito.

A IFRS 17 é eficaz para períodos contábilísticos a ou após 1 de janeiro de 2023. O Banco não espera que o impacto da IFRS 17 seja material.

# Notas às demonstrações financeiras

## Políticas contábilísticas

### **Classificação dos passivos como correntes ou não correntes (alterações à IAS 1)**

Em janeiro de 2020, a IASB emitiu alterações à IAS 1 para esclarecer a apresentação dos passivos no balanço, a entrar em efeito a partir de janeiro de 2024.

As alterações clarificam que um passivo deve ser classificado como não corrente apenas se a entidade tiver o direito de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após o período em questão, e que (i) o direito de diferir a liquidação deve existir no final do período em questão e (ii) as intenções ou expectativas da administração sobre o exercício do seu direito de diferir a liquidação não irá afetar a classificação. Outros esclarecimentos incluem a forma como as condições de empréstimo afetam a classificação e a classificação dos passivos que a entidade irá ou poderá liquidar através da emissão dos seus próprios instrumentos de capital próprio.

Em outubro de 2022, o IASB também emitiu novas alterações à IAS 1 para melhorar a informação que uma entidade fornece quando o seu direito de diferir a liquidação de um passivo durante pelo menos doze meses está sujeito ao cumprimento de acordos, e dar resposta às preocupações das partes interessadas sobre a classificação desse passivo como corrente ou não corrente.

### **Divulgação das Políticas Contábilísticas - Alterações à IAS 1 e à Declaração da Prática 2 da IFRS**

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 1 que exigem que as entidades divulguem as suas políticas contábilísticas materiais em vez das suas políticas contábilísticas significativas. As alterações à Declaração da Prática 2 da IFRS fornecem orientações sobre o conceito de materialidade e a sua aplicação à informação da política contábilística.

De acordo com as alterações, a informação da política contábilística é material se, quando considerada juntamente com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, se puder razoavelmente esperar que influencie as decisões que os utilizadores primários das demonstrações financeiras de propósito geral tomam com base nessas demonstrações financeiras.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023, e serão aplicadas a partir dessa data.

### **Definição de Estimativa Contábilística - Alterações à IAS 8**

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 8 que substituem a definição de uma alteração nas estimativas contábilísticas por uma definição de estimativas contábilísticas.

Segundo a nova definição, as estimativas contábilísticas são clarificadas como montantes monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos a incerteza de mensuração. Quando a política contábilística de uma entidade exige que um item seja mensurado por montantes monetários que não podem ser observados diretamente, deve desenvolver uma estimativa contábilística para alcançar este objetivo.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023, e serão aplicadas a partir dessa data.

## **6. Previsões e julgamentos contábilísticos críticos**

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer a utilização de estimativas. Requer também que a direção exerça o seu julgamento na aplicação das políticas contábilísticas. As principais áreas que envolvem um grau mais elevado de julgamento ou complexidade, ou as áreas em que os pressupostos são significativos para as demonstrações financeiras do Banco estão assinaladas na nota relevante.

As estimativas e ponderações contábilísticas críticas são divulgadas em:

- Encargos com imparidades de crédito na página 144
- Impostos na página 148
- Justo valor dos instrumentos financeiros na página 159

## **7. Outras divulgações**

Para melhorar a transparência e a facilidade de referência, concentrando informações relacionadas num só local, determinadas divulgações exigidas nos termos da IFRS foram incluídas na secção Análise de Risco conforme descrito abaixo:

- Risco de crédito, da página 59 à 96
- Risco de mercado, da página 97 à 98
- Risco de tesouraria e capital, da página 99 à 106

Estas divulgações são abrangidas pelo parecer da Auditoria (incluído da página 119 à 128), as quais são referenciadas como auditadas.

# Notas às demonstrações financeiras

## Desempenho financeiro e retorno

As notas incluídas nesta secção centram-se nos resultados e desempenho do Banco. A informação sobre os rendimentos gerados, as despesas incorridas, desempenho dos segmentos, impostos e dividendos estão aqui incluídas. Para mais detalhes sobre o desempenho, ver Relatório Estratégico da página 6 à 7.

### 2 Relatórios segmentados

#### Apresentação de relato por segmentos

Os relatórios segmentares do Banco estão em conformidade com a IFRS 8 *Segmentos Operacionais*. Os segmentos operacionais são reportados de uma forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao Comité Executivo do Banco, que é responsável pela atribuição de recursos e por avaliar o desempenho dos segmentos operacionais, tendo sido identificado como o principal tomador de decisões operacionais. Todas as transações entre os segmentos de negócio são realizadas em condições de plena concorrência, com os rendimentos e custos intra-segmentos a serem eliminados na Sede. O rendimento e as despesas diretamente associadas a cada segmento incluem-se na determinação do desempenho do segmento de negócio.

As divisões do Banco foram definidas, para efeitos de relatórios por segmentos, como Banco Empresarial e de Investimento, e Consumidor, Cartões e Pagamentos.

- **Banco Empresarial e de Investimento (CIB)** inclui o negócio Empresarial na UE do Grupo Barclays, do Banco Comercial e de Investimento.
- **Consumidor, Cartões e Pagamentos (CC&P)** inclui o Barclays Consumer Bank Europe e o negócio de Banca Privada do Grupo Barclays na UE.

A tabela abaixo também inclui o segmento da Sede, que inclui a Sede, funções de apoio central e uma carteira de hipotecas italianas que se encontra em *run-off*. A Sede também inclui a receita líquida dos segmentos CIB e CC&P, no valor de 61 M€ (2021: 22 M€).

#### Análise de resultados por negócio

	CIB	CC&P	Sede	Total
	M€	M€	M€	M€
<b>Para o ano findo a 31 de dezembro de 2022</b>				
Rendimentos de juros/(perdas) líquidos	102	323	(105)	320
Outros rendimentos	1.015	45	50	1.110
<b>Rendimento total</b>	<b>1.117</b>	<b>368</b>	<b>(55)</b>	<b>1.430</b>
Custos de exploração	(813)	(242)	(51)	(1.106)
<b>Lucro/(perda) antes de imparidade</b>	<b>304</b>	<b>126</b>	<b>(106)</b>	<b>324</b>
(Encargos)/reduções por imparidade do crédito	(34)	(134)	1	(167)
<b>Lucro/(perda) antes de impostos</b>	<b>270</b>	<b>(8)</b>	<b>(105)</b>	<b>157</b>
<b>Total de ativos (mM€)</b>	<b>89</b>	<b>5</b>	<b>39</b>	<b>133</b>
<b>Total de passivos (mM€)</b>	<b>106</b>	<b>6</b>	<b>14</b>	<b>126</b>
<b>Número de colaboradores (o equivalente a tempo inteiro)</b>	<b>593</b>	<b>710</b>	<b>473</b>	<b>1.776</b>

	CIB	CC&P	Sede	Total
	M€	M€	M€	M€
<b>Para o ano findo a 31 de dezembro de 2021</b>				
Rendimentos de juros/(perdas) líquidos	60	305	(53)	312
Outros rendimentos	803	34	47	884
<b>Rendimento total</b>	<b>863</b>	<b>339</b>	<b>(6)</b>	<b>1.196</b>
Custos de exploração	(673)	(236)	(59)	(968)
<b>Lucro/(perda) antes de imparidade</b>	<b>190</b>	<b>103</b>	<b>(65)</b>	<b>228</b>
Reduções de imparidade de crédito	64	24	9	97
<b>Lucro/(perda) antes de impostos</b>	<b>254</b>	<b>127</b>	<b>(56)</b>	<b>325</b>
<b>Total de ativos (mM€)</b>	<b>80</b>	<b>4</b>	<b>33</b>	<b>117</b>
<b>Total de passivos (mM€)</b>	<b>92</b>	<b>4</b>	<b>15</b>	<b>111</b>
<b>Número de colaboradores (o equivalente a tempo inteiro)</b>	<b>582</b>	<b>698</b>	<b>428</b>	<b>1.708</b>



# Notas às demonstrações financeiras

## Desempenho financeiro e retorno

### Rendimento por região geográfica<sup>a</sup>

	2022	2021
	M€	M€
<b>Para o ano findo a 31 de dezembro</b>		
Irlanda	271	186
Alemanha	494	466
Itália	204	84
França	328	313
Espanha	78	87
Holanda	17	17
Suécia	17	35
Resto da Europa <sup>b</sup>	21	8
<b>Total</b>	<b>1.430</b>	<b>1.196</b>

Notas

a A análise geográfica é baseada na localização do escritório onde as transações estão registadas.

b Os países com receitas totais superiores a 1% encontram-se enumerados no quadro acima.

### 3 Rendimento líquido de juros

#### Contabilidade de rendimentos e despesas de juros

O rendimento de juros em empréstimos e adiantamentos a custo de amortização, e os juros pagos em passivos financeiros detidos ao custo amortizado são calculados utilizando o método do juro efetivo, que atribui juros e custos e taxas diretas e marginais sobre a vida esperada dos ativos e dos passivos.

O método do juro efetivo exige que o Banco estime fluxos de caixa futuros, em alguns casos com base na sua experiência do comportamento dos clientes, tendo em conta todos os termos contratuais do instrumento financeiro, bem como a vida estimada dos ativos e dos passivos.

O Banco incorre em certos custos para originar saldos de cartões de crédito e empréstimos pessoais. Visto que estes custos são atribuídos a clientes com saldos pendentes (renováveis) contínuos, são capitalizados e subsequentemente incluídos no cálculo da taxa de juro efetiva. São amortizados nos rendimentos de juros no período esperado de reembolso do saldo originado. Não existem outras estimativas individuais envolvidas no cálculo das taxas de juro efetivas que sejam significativas para os resultados ou para a posição financeira.

	2022	2021
	M€	M€
<b>Juro e rendimento semelhante</b>		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	101	—
Empréstimos e adiantamentos a custo amortizado	522	426
Juros negativos em passivos	96	151
Outros	62	44
	<b>781</b>	<b>621</b>
<b>Juros e encargos similares semelhantes</b>		
Depósitos a custo amortizado	(193)	(59)
Títulos de dívida em circulação	(14)	(18)
Passivos subordinados	(65)	(33)
Juros negativos em ativos	(102)	(156)
Outros	(87)	(43)
	<b>(461)</b>	<b>(309)</b>
<b>Rendimento líquido de juros</b>	<b>320</b>	<b>312</b>

O rendimento de juros apresentado acima, representa as receitas de juros calculados utilizando o método de juro efetivo. Custos para originar saldos de cartões de crédito no valor de 4 M€ (2021: 3 M€) foram amortizados nos rendimentos de juros durante o período. Os juros e rendimentos semelhantes incluem 6 M€ (2021: 8 M€) acumulados de empréstimos com imparidade. Outras despesas de juros incluem 2 M€ (2021: 2 M€) relacionados com a IFRS 16 despesas com juros de locação (consultar a Nota 19).

# Notas às demonstrações financeiras

## Desempenho financeiro e retorno

### 4 Rendimento líquido de serviços e comissões

#### Contabilização do rendimento líquido de serviços e comissões, ao abrigo da IFRS 15

O Banco aplica a IFRS 15 *Rédito de Contratos com Clientes*. A IFRS 15 estabelece um modelo de cinco etapas que rege o reconhecimento de receitas. O modelo de cinco passos requer que o Banco (i) identifique o contrato com o cliente, (ii) identifique cada uma das obrigações a cumprir incluídas no contrato, (iii) determine o montante da compensação no contrato, (iv) atribua a compensação para cada uma das obrigações a cumprir identificadas, e (v) reconheça as receitas à medida que cada obrigação é cumprida.

O Banco reconhece os rendimentos de honorários e comissões cobrados por serviços prestados pelo Banco, conforme essas obrigações forem cumpridas, por exemplo, na conclusão da transação subjacente. Sempre que as disposições contratuais também resultem no reconhecimento pelo Banco de instrumentos financeiros no âmbito da IFRS 9, tais instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo seu justo valor de acordo com a IFRS 9, antes da aplicação das disposições da IFRS 15.

O rendimento líquido de honorários e comissões é discriminado abaixo por tipos de taxas que refletem a natureza dos serviços por todo o Banco e segmentos operacionais, de acordo com a IFRS 15. A tabela abaixo inclui um total para taxas no âmbito da IFRS 15. Consulte a Nota 2 para mais detalhes acerca dos segmentos operacionais.

2022	Banco Empresarial e de Investimento	Consumidor, Cartões e Pagamentos	Sede	Total
	M€	M€	M€	M€
<b>Tipo de comissão</b>				
Transacional	55	44	—	99
Assessoria	120	8	—	128
Corretagem e execução	39	1	—	40
Tomada firme e sindicacão	182	—	—	182
Comissões de serviços de afiliadas	173	—	—	173
Outros	20	7	19	46
<b>Receita total dos contratos com clientes</b>	<b>589</b>	<b>60</b>	<b>19</b>	<b>668</b>
Outros rendimentos de comissões não-contratuais	344	—	—	344
<b>Rendimento de serviços e comissões</b>	<b>933</b>	<b>60</b>	<b>19</b>	<b>1.012</b>
Encargos com serviços e comissões não afiliadas	(38)	(21)	—	(59)
Encargos com serviços e comissões afiliadas	(24)	—	—	(24)
<b>Despesa com honorários e comissões</b>	<b>(62)</b>	<b>(21)</b>	<b>—</b>	<b>(83)</b>
<b>Rendimento líquido de serviços e comissões</b>	<b>871</b>	<b>39</b>	<b>19</b>	<b>929</b>
2021	Banco Empresarial e de Investimento	Consumidor, Cartões e Pagamentos	Sede	Total
	M€	M€	M€	M€
<b>Tipo de comissão</b>				
Transacional	45	34	—	79
Assessoria	92	7	—	99
Corretagem e execução	32	1	—	33
Tomada firme e sindicacão	212	—	—	212
Comissões de serviços de afiliadas	196	—	—	196
Outros	13	7	17	37
<b>Receita total dos contratos com clientes</b>	<b>590</b>	<b>49</b>	<b>17</b>	<b>656</b>
Outros rendimentos de comissões não-contratuais	186	—	—	186
<b>Rendimento de serviços e comissões<sup>a</sup></b>	<b>776</b>	<b>49</b>	<b>17</b>	<b>842</b>
Encargos com serviços e comissões não afiliadas	(34)	(17)	(1)	(52)
Encargos com serviços e comissões afiliadas	(19)	—	—	(19)
<b>Despesa em honorários e comissões<sup>a</sup></b>	<b>(53)</b>	<b>(17)</b>	<b>(1)</b>	<b>(71)</b>
<b>Rendimento líquido de serviços e comissões</b>	<b>723</b>	<b>32</b>	<b>16</b>	<b>771</b>

#### Nota

a. A partir de 2022, o Banco alterou a sua apresentação dos acordos de preços de transferência para estarem em linha com as políticas utilizadas no resto do Grupo Barclays. A alteração tem impacto nos preços de transferência e nos créditos de vendas obtidos ou pagos quando as entidades afiliadas desempenham o papel de destinatárias ou pagadoras dessas transações. Os preços de transferência e os créditos de vendas serão apresentados nos rendimentos líquidos de negociação ou nos rendimentos de taxas e comissões, dependendo da natureza da transação. Os preços de transferência e os créditos de vendas anteriormente reconhecidos nas receitas e despesas de taxas e comissões foram novamente reconhecidos, resultando numa redução das receitas de taxas e comissões (2021: 93 M€) e despesas com taxas e comissões (2021: 93 M€). Não existe impacto no rendimento total declarado.

# Notas às demonstrações financeiras

## Desempenho financeiro e retorno

### Tipo de taxas

#### Transacional

As comissões transacionais são encargos de serviços em contas de depósito, taxas de serviços de gestão de numerário e comissões de processamento transacional. Estas incluem o rendimento proveniente do intercâmbio e de taxas comerciais, gerado através da utilização de cartões bancários e de crédito. As taxas de transação e processamento são reconhecidas na altura em que a transação ocorre ou que o serviço é realizado. As taxas comerciais e de intercâmbio são reconhecidas no momento da liquidação dos pagamentos de transações com cartão.

O Banco incorre em determinados custos relacionados com cartões, incluindo os que estão relacionados com os programas de recompensa aos titulares de cartões, e os pagamentos efetuados para planos de parceiros de marca. Os custos do programa de recompensa aos titulares de cartões atribuídos aos clientes que liquidam os seus saldos pendentes em cada período (partes intervenientes na transação), são contabilizados como despesas, quando incorridos, e apresentados como despesas de honorários e comissões, enquanto os custos relativos a clientes que mantêm saldos pendentes contínuos (renováveis) são incluídos na taxa de juro efetiva dos valores a receber (consultar Nota 3). Os pagamentos a parceiros para novas origens na conta do titular de cartão para as contas da parte interveniente na transação são registados nas despesas de honorários e comissões como custos para a obtenção de um contrato, ao abrigo da IFRS 15, enquanto os custos relativos a contas renováveis estão incluídos na taxa de juro efetiva dos valores a receber (consultar Nota 3). Esses custos diferidos ao abrigo da IFRS 15 são capitalizados e amortizados ao longo da vida estimada da relação com o cliente. Os pagamentos a parceiros de marcas associadas com base na partilha de receitas, quando a partilha de receitas está associada a "renováveis", são incluídos na taxa de juro efetiva dos valores a receber e, quando a partilha de receitas se relaciona com os "partes intervenientes na transação", devem ser apresentados como despesas de taxas e comissões. Os pagamentos baseados na rentabilidade são apresentados em despesas de taxas e comissões.

#### Assessoria

Os encargos de assessoria decorrem dos serviços de gestão de património e dos serviços de assessoria da banca de investimento relacionado com fusões, aquisições e reestruturações financeira. Os encargos de assessoria de gestão de património são ganhos durante o período em que os serviços são fornecidos e, geralmente, são reconhecidos trimestralmente quando o valor de mercado dos ativos dos clientes é determinado. Os encargos com serviços de assessoria da banca de investimento são reconhecidos no momento em que os serviços relacionados com a transação tiverem sido completados, segundo os termos do compromisso. Os custos de assessoria da banca de investimento são reconhecidos como decorrendo de despesas de honorários e comissões, caso sejam diretos e adicionais aos serviços de assessoria, ou então reconhecidos nas despesas operacionais.

#### Corretagem e execução

As taxas de corretagem e execução são recebidas pela execução de transações de clientes, com várias conversões e mercados de balcão, e assistência a clientes em transações de compensação e em facilitar transações cambiais para contratos *spot/forward*. As comissões de corretagem e execução são reconhecidas no momento em que o serviço associado tiver sido concluído, que geralmente é a data de negociação da transação.

#### Subscrição e sindicância

As comissões de subscrição e sindicância são recebidas pela distribuição do capital próprio ou títulos de dívida do cliente, e pela organização e administração de um empréstimo sindicado. Isto inclui comissões de compromisso para a obtenção de financiamento de empréstimos. As comissões de subscrição são geralmente reconhecidas na data de negociação, se não existirem mais contingências, tais como, a transação estar dependente da conclusão de uma aquisição ou outra transação. Os custos de subscrição são diferidos e reconhecidos como despesas de honorários e comissões no momento em que as taxas de tomada firme associadas são registadas. As comissões de sindicância são recebidas pela organização e administração de um empréstimo; no entanto, a comissão associada pode estar sujeita a variações até que o empréstimo seja sindicado a outros membros do consórcio, ou até que outras contingências tenham sido resolvidas e, como tal, o lucro da comissão é diferido até que a incerteza seja resolvida.

Incluídas nas taxas de subscrição e sindicância estão as taxas de compromissos de empréstimos, quando não se prevê um levantamento de crédito, as quais não são apresentadas como parte do valor contabilístico de um empréstimo, de acordo com a IFRS 9. Essas comissões de compromisso são reconhecidas ao longo do tempo através da maturidade contratual do compromisso.

#### Comissões de serviços de afiliadas

A comissão de serviços de afiliadas, para serviços prestados pelo Banco a uma entidade afiliada. Estas incluem créditos de venda e receitas de recuperação de custos. Os créditos de venda de afiliadas representam a compensação por serviços de venda prestados a essa afiliada. As receitas de recuperação de custos estão relacionadas com a recuperação dos custos de apoio aos negócios ou infraestruturas incorridos pelo Banco em auxílio das atividades de uma afiliada. As comissões de serviço estão abrangidas pela IFRS 15 e são reconhecidas à medida que cada obrigação é cumprida, geralmente quando o Banco tem direito à compensação, o que poderá ser na conclusão ou no decorrer de determinada obrigação. As taxas de serviço do ano incluem um acordo revisto que rege a forma como o Banco é remunerado por permitir que a sua Empresa-mãe beneficie do acesso do Banco às contrapartes do Espaço Económico Europeu ("EEE").

Os preços aplicados às nossas transações intra-grupo são representativos dos preços que seriam pagos em relação a transações entre partes independentes (também conhecidos como "preços de plena concorrência"). Os "preços de plena concorrência" que aplicamos derivam de normas internacionais estabelecidas e amplamente aceites, tais como as Diretrizes de Preços de Transferência da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico ("OCDE"), que são aplicadas numa base globalmente consistente em todos os países onde operamos. Procuramos cumprir os requisitos de documentação do relatório da Ação 13 do BEPS (documentação sobre preços de transferência e relatórios país a país) para apoiar os preços de plena concorrência aplicados às nossas transações intra-grupo, incluindo, por exemplo, a preparação de um ficheiro principal e de ficheiros locais e a realização de estudos externos económicos de referência de transações comparáveis entre terceiros

#### Outros rendimentos de comissões não-contratuais

Esta categoria inclui sobretudo rendimentos de serviços prestados a clientes pelo Banco em colaboração com entidades afiliadas. Os acordos de colaboração não estão abrangidos no âmbito da IFRS 15. No entanto, são reconhecidos na sequência do padrão de reconhecimento de receitas da atividade subjacente, de acordo com os princípios da IFRS 15.

#### Despesas com honorários e comissões - afiliadas

As despesas com honorários e comissões pagas a afiliadas incluem os créditos de vendas pagos a afiliadas por serviços de venda prestados ao Banco. Estes serviços de venda são diretamente incrementais para a geração de rendimento por parte do Banco, incluindo o rendimento de serviços e comissões e o rendimento de negociação líquido.

# Notas às demonstrações financeiras

## Desempenho financeiro e retorno

### Ativos e passivos contratuais

O Banco não possuía ativos e passivos contratuais relevantes a 31 de dezembro de 2022 (2021: 0€).

### Imparidade de comissões a receber e ativos contratuais

Durante 2022, não existiram imparidades relevantes reconhecidas em relação a comissões a receber e ativos contratuais (2021: 0€). As comissões relativas ao negócio transacional podem ser adicionadas aos saldos pendentes dos clientes. Estes montantes podem posteriormente ser sujeitos a imparidade enquanto parte dos balanços gerais de empréstimos e adiantamentos.

### Obrigações de execução restantes

O Banco aplica o expediente prático da IFRS 15 e não divulga informação acerca das restantes obrigações de execução que tenham uma duração original prevista de um ano ou menos, uma vez que o Banco tem direito a compensação, que corresponde diretamente ao valor do serviço fornecido ao cliente ou consumidor.

### Custos decorrentes da obtenção ou conclusão de um contrato

O Banco não possuía ativos e passivos contratuais relevantes a 31 de dezembro de 2022 (2021: 0€).

## 5 Rendimento líquido de negociação

### Contabilização do rendimento líquido de negociação

De acordo com a IFRS 9, as posições comerciais são avaliadas pelo justo valor, e os ganhos e perdas delas resultantes são incluídos no rendimento líquido de negociação, juntamente com os juros e dividendos que surgem de custos de posições longas e curtas, e de custos de financiamento relacionados com as atividades comerciais.

O rendimento surge tanto da venda e compra de posições comerciais, como das margens conseguidas através de clientes profissionais e através de alterações no justo valor, provocadas por movimentos nas taxas de juros e de câmbio.

Os ganhos ou perdas em instrumentos financeiros não negociados designados, ou obrigatoriamente, pelo justo valor, com as alterações ao mesmo reconhecidas na demonstração de resultados, são incluídos no rendimento de negociação líquido, nos casos em que o modelo de negócio é a gestão de ativos e passivos com base no justo valor. Tal inclui a utilização de derivados, ou casos em que um instrumento é designado ao justo valor para eliminar uma falta de balanceamento contabilístico, e os ganhos ou perdas do instrumento relacionado são registadas no rendimento líquido de negociação.

	2022	2021
	M€	M€
Ganhos líquidos de ativos e passivos detidos para negociação <sup>a</sup>	189	139
Ganhos líquidos em instrumentos financeiros obrigatoriamente ao justo valor	29	13
<b>Rendimento líquido de negociação</b>	<b>218</b>	<b>152</b>

Nota

a. Os rendimentos líquidos de negociação para 2022 incluem perdas de (74) M€, devido à alteração à apresentação pelo Banco dos acordos de preços de transferência e créditos de vendas para estarem em linha com as políticas utilizadas no resto do Grupo Barclays, sem impacto material em 2021. Consultar a nota 4 na página 140 para mais detalhes. Não existe impacto no rendimento total declarado.

## 6 Despesa líquida de investimento

	2022	2021
	M€	M€
Perdas líquidas noutros investimentos	(53)	(44)
Perdas líquidas na alienação de ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	—	1
Ganhos líquidos de ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor	16	4
<b>Despesa líquida de investimento</b>	<b>(37)</b>	<b>(39)</b>

# Notas às demonstrações financeiras

## Desempenho financeiro e retorno

### 7 Encargos de exploração

	2022	2021
	M€	M€
<b>Custos com infraestruturas</b>		
Ativos fixos tangíveis	40	38
Depreciações e amortizações	42	35
<b>Total de custos com infraestruturas</b>	<b>82</b>	<b>73</b>
<b>Despesas administrativas gerais</b> Taxas de consultoria, jurídicas e profissionais	29	29
Marketing e publicidade	20	18
Outros gastos gerais administrativos <sup>a</sup>	534	440
<b>Total dos custos administrativos e gerais</b>	<b>583</b>	<b>487</b>
<b>Custos com pessoal (ver Nota 30)</b>	<b>441</b>	<b>399</b>
<b>Provisões relativas a litígios e conduta (Ver Nota 24)</b>	<b>—</b>	<b>9</b>
<b>Encargos de exploração</b>	<b>1.106</b>	<b>968</b>

Nota

<sup>a</sup> Outras despesas administrativas e gerais de 534 M€ (2021: 440 M€) incluem despesas a pagar a subsidiárias no valor de 371 M€ (2021: 290 M€), as quais refletem sobretudo o custo dos serviços prestados pela Barclays Execution Services Limited, a empresa de serviços transversal ao Grupo B PLC.

# Notas às demonstrações financeiras

## Desempenho financeiro e retorno

### 8 (Encargos)/reduções por imparidade do crédito

#### Contabilização de imparidades de ativos financeiros

##### Imparidade

De acordo com a IFRS 9, o Banco deve reconhecer as perdas de crédito esperadas (PCE) com base em informação prospetiva imparcial, para todos os ativos financeiros a custo amortizado, locações a receber, compromissos de empréstimo e contratos de garantia financeira.

À data do relatório, é necessário um subsídio (ou provisão para compromissos de empréstimo e garantias financeiras) para as PCE a 12 meses (Fase 1). Se o risco de crédito aumentar significativamente o reconhecimento inicial, (Fase 2), ou se o instrumento financeiro for objeto de imparidade de crédito (Fase 3), um subsídio (ou provisão) deve ser reconhecido nas PCE no tempo de vida.

A mensuração das PCE é calculada através da utilização de três componentes principais: (i) a probabilidade de incumprimento ("PI") (ii) a perda dado o incumprimento ("PDI") e (iii) a exposição dado o incumprimento ("EAD").

As PCE de 12 meses e as PCE de tempo de vida são calculadas através da multiplicação das respetivas PI, PDI e EAD. As PI de 12 meses e de tempo de vida representam a PI ocorrida durante os próximos 12 meses e a maturidade restante do instrumento, respetivamente. A EAD representa o saldo esperado em incumprimento, tendo em consideração o reembolso de capital e juros desde a data do balanço até à situação de incumprimento, juntamente com quaisquer levantamentos da linha de crédito previstos. A PDI representa as perdas esperadas na EAD, dada a situação de incumprimento, tendo em conta, entre outros atributos, o efeito de mitigação do valor da garantia no momento em que se espera que seja realizado e o valor temporal do dinheiro.

A avaliação das perdas de crédito esperadas baseia-se na capacidade de os mutuários efetuarem os pagamentos à medida que estes vencem. O Banco também tem em conta os riscos específicos do setor e se são necessários ajustamentos adicionais na avaliação das perdas de crédito esperadas. O risco de crédito pode ser afetado por considerações climáticas em determinados setores, como o petróleo e o gás.

Para determinar se houve um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, o Banco avalia quando se registou um aumento no risco de crédito, com base em análises quantitativas e qualitativas. Considera-se que o risco de crédito de uma exposição aumentou significativamente quando:

#### i) Teste Quantitativo

A PI anual do tempo de vida aumentou mais do que o limite acordado relativo ao equivalente de origem.

Os limites de deterioração da PI são especificados como aumentos de percentagem, e são definidos com grupos de classificações de origem e níveis de segmentos, para assegurar que o teste identifica de forma adequada os aumentos significativos do risco de crédito a todos os níveis. Normalmente, os limites estão inversamente relacionados com a PI de origem, ou seja, à medida que a PI aumenta, o valor limite diminui.

A determinação do ponto em que o aumento da PI é considerado "significativo", baseia-se na análise do perfil de risco da carteira em relação a um conjunto de princípios comuns e métricas de desempenho (consistentes nos negócios grossistas e retalhistas), incorporando o parecer de especialistas em crédito, quando necessário. A aplicação de *floors* quantitativos de PI não representa o uso da isenção de risco de crédito baixo, uma vez que as exposições podem ser movidas para fase 2 através da rota qualitativa descrita em baixo.

Os ativos grossistas aplicam um aumento de 100% na PI e 2,2% no *floor* da PI para determinar um aumento significativo de risco de crédito.

Os ativos retalhistas aplicam um aumento relativo específico e limites absolutos de PI com base no tipo de produto e na PI de origem. Os limites estão sujeitos a valores máximos definidos pela política do Banco e a um limite máximo relativo de 400%.

Para exposições existentes/históricas, em que os dados ou pontuações de origem já não estejam disponíveis ou não representem uma estimativa comparativa da PI do tempo de vida, é definida uma classificação de origem aproximada, baseada em:

- População por detrás da classificação da PI do tempo de vida aprovada, ou na data de origem ou, quando tal não seja viável, o mais anteriormente possível, (sujeito a uma data de início, o mais tardar a 1 de janeiro de 2015); ou
- Utilização dos dados históricos de desempenho de contas e outras informações do cliente, para obtenção de uma estimativa "aproximada" comparável da PI de origem.

#### ii) Teste Qualitativo

Isto é relevante para as contas que vão de encontro ao critério de "risco elevado" da carteira e que estão sujeitas a uma monitorização de crédito mais apertada.

Os clientes de alto risco podem não estar em atraso, mas através de um evento ou de um comportamento observado exibirem dificuldades de crédito. A definição e avaliação do alto risco inclui um leque de informações tão vasto quanto razoavelmente disponível, incluindo dados a nível da indústria e do Grupo, sempre que possível ou relevante.

Ainda que a população de alto risco aplicada para efeitos de imparidade ao abrigo da IFRS 9 esteja alinhada com processos de gestão de risco, é também revista e validada regularmente para assegurar que qualquer segmento adicional onde existam evidências de deterioração de crédito é captado.

# Notas às demonstrações financeiras

## Desempenho financeiro e retorno

### iii) Critério de Proteção

Relevante para as contas que ultrapassaram o prazo em mais de 30 dias. O critério dos 30 dias após o vencimento é mais uma proteção do que um fator principal para avançar as exposições à Fase 2.

As exposições retornarão à Fase 1 quando deixarem de cumprir os critérios para um aumento significativo do risco de crédito. Isto significa que, no mínimo: todos os pagamentos devem estar atualizados, o teste de deterioração da PI já não deve ser cumprido, a conta já não deve estar classificada como de alto risco, e o cliente deve ter demonstrado capacidade para manter pagamentos futuros.

As exposições só são removidas da fase 3 e reatribuídas à fase 2 quando o evento que motivou o incumprimento já não se aplica. As exposições removidas da fase 3 não devem continuar a ser qualificadas como tendo imparidade de crédito, e:

- a) se o devedor também tiver demonstrado um comportamento de pagamento consistentemente correto ao longo de um período de 12 meses, efetuando todos os pagamentos contratuais consecutivos devidos e, para exposições com tolerância, se o período probatório definido pela EBA tiver sido concluído com sucesso; ou
- b) (para exposições sem tolerância) as condições de desempenho são definidas e aprovadas num plano de reestruturação devidamente sancionado, incluindo o histórico de cumprimento dos pagamentos nos últimos 12 meses.

Sobreposições de gestão e outras exceções aos modelos de resultados são aplicadas apenas se forem consistentes com o objetivo de identificação de aumentos significativos no risco de crédito.

### Informações prospetivas

A medição das PCE envolve complexidade e julgamento, incluindo uma estimativa da probabilidade da PI, PDI, vários cenários económicos futuros não enviesados, uma estimativa das vidas esperadas (quando a vida contratual não for adequada), uma estimativa de EDI e uma avaliação dos aumentos no risco de crédito.

As perdas de crédito correspondem aos montantes contratuais devidos durante a vida esperada do instrumento financeiro, descontados à taxa de juro efetiva original ("EIR"). As PCE são as perdas de crédito não enviesadas, ponderadas por probabilidades e determinadas através da avaliação de um intervalo de possíveis resultados e considerando as condições económicas futuras.

O Banco utiliza um modelo de cinco cenários para calcular a PCE. Uma previsão de consenso externo é elaborada a partir de fontes chave, incluindo a Bloomberg (baseada na mediana das previsões económicas), que forma o cenário de base. Além disso, são derivados dois cenários adversos (*Downside 1* e *Downside 2*) e dois cenários favoráveis (*Upside 1* e *Upside 2*), com ponderações de probabilidade associadas. Os cenários adversos são calibrados com uma severidade amplamente semelhante à dos testes de esforço internos do Barclays e dos cenários de esforço fornecidos pelos reguladores, considerando ao mesmo tempo as sensibilidades específicas e a não linearidade da IFRS 9. Os cenários favoráveis são concebidos para refletir riscos *upside* plausíveis para o cenário de referência que são largamente coerentes com a narrativa económica aprovada pelo Comité Sénior de Revisão de Cenários. Todos os cenários são regenerados a um mínimo semi-anual. Os cenários incluem tanto variáveis económicas cruciais, (incluindo PIB, desemprego, Índice de Preços das Casas (HPI) e taxas de base), como variáveis expandidas utilizando modelos estatísticos com base em correlações históricas. Os choques *upside* e *downside* são concebidos para evoluir num horizonte de stress de cinco anos, com todos os cinco cenários a convergir para um estado estável após, aproximadamente, sete anos.

A metodologia para calcular uma estimativa das ponderações de probabilidade para cada um dos cenários envolve a simulação de uma série de trajetórias futuras para o PIB usando dados históricos com os cinco cenários mapeados em função da distribuição destas trajetórias futuras. A mediana é centrada em torno da Referência com os cenários mais afastados da Referência a atrair uma ponderação mais baixa antes das cinco ponderações serem normalizadas para um total de 100%. Os mesmos cenários utilizados no cálculo da estimativa das perdas de crédito esperadas são também utilizados como base de planeamento interno do Banco. Os impactos nas carteiras são diferentes devido à sensibilidade de cada uma das carteiras a variáveis macroeconómicas específicas, por exemplo, as hipotecas são altamente sensíveis aos preços da habitação, os cartões de crédito e os empréstimos ao consumo sem garantia são altamente sensíveis ao desemprego. O aumento das ponderações do *Downside* e a diminuição das ponderações do *Upside* refletiram a deterioração das perspetivas económicas, o que aproximou as trajetórias de referência do PIB dos cenários do *Downside*. Para mais pormenores, ver página 74.

### Definição de incumprimento, ativos com imparidade de crédito, anulações e reconhecimento de rendimentos de juros

A definição de incumprimento, para fins da determinação das PCE e da gestão interna do risco de crédito, foi alinhada com a definição no Artigo 178 da Regulamentação de Requisitos de Capital (CRR), no sentido de manter uma abordagem consistente com a IFRS 9 e orientações regulamentares associadas. A definição do Artigo 178 da CRR pondera indicadores da incapacidade de pagamento do devedor e nunca ultrapassa a data em que a exposição já tenha vencido há mais de 90 dias. Nos casos em que as exposições sejam identificadas como tendo imparidade de crédito, ou sejam compradas ou originadas dessa forma, os rendimentos de juros são calculados com base no valor contabilístico líquido das provisões de imparidade.

Considera-se que um ativo tem imparidade de crédito quando ocorre um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Isto inclui ativos definidos como estando em situação de incumprimento, e outras exposições individualmente avaliadas em que foi identificado um incumprimento iminente ou uma perda real.

Os empréstimos incobráveis são abatidos na dedução de imparidade de crédito associada, quando tiverem sido completados todos os processos internos do Banco e tiverem sido cobrados todos os montantes recuperáveis, dentro do razoável. As recuperações subsequentes de montantes já abatidos são creditadas na demonstração de resultados. O tempo e extensão das anulações pode envolver algum elemento de julgamento subjetivo. Ainda assim, poderá ser produzida uma anulação por um acontecimento específico, como a percepção de procedimentos de insolvência ou outra ação de recuperação formal, que torna possível estabelecer que parte ou todo o adiantamento ultrapassa a perspetiva realista de recuperação.



# Notas às demonstrações financeiras

## Desempenho financeiro e retorno

### *Contabilização para contratos de garantia financeira adquiridos*

O Banco poderá entrar em contratos de garantias financeiras que requerem que o emissor dos mesmos faça pagamentos para reembolsar o Banco por uma perda incorrida por um determinado devedor não efetuar os pagamentos na data devida de acordo com os termos de um instrumento de dívida. Para estes contratos de garantias financeiras à parte, o Banco reconhece um ativo de reembolso em alinhamento com o reconhecimento das PCE subjacentes, se for virtualmente considerado certo que o reembolso seria recebido no caso de um determinado devedor não efetuar os pagamentos na data devida, de acordo com os termos do instrumento de dívida.

### *Alterações aos empréstimos e renegociações que não tenham imparidade de crédito*

Quando a modificação de um acordo de empréstimo ocorrer na sequência de uma atividade de reestruturação comercial e não devido ao risco de crédito do mutuário, deve ser realizada uma avaliação para determinar se os termos do novo acordo são significativamente diferentes dos termos do acordo existente. Esta avaliação tem em consideração tanto alterações no fluxo de caixa decorrentes da alteração dos termos como alterações no perfil de risco geral dos instrumentos. No que respeita a moratórias concedidas a mutuários que não devidas à tolerância, se os fluxos de caixa revistos com base no valor atual (baseado na EIR original) não forem substancialmente diferentes dos fluxos de caixa originais, o empréstimo não é considerado como substancialmente modificado.

Quando os termos são substancialmente diferentes, o empréstimo existente será desreconhecido, sendo reconhecido um novo empréstimo ao justo valor, e qualquer diferença na avaliação é reconhecida de imediato na demonstração de resultados, sujeita aos critérios de observabilidade.

Quando os termos são substancialmente diferentes, a quantia escriturada do empréstimo será ajustada de forma a refletir o presente valor dos fluxos de caixa modificados, descontados à taxa de juro efetiva originalmente, com todos os ganhos ou perdas reconhecidos de forma imediata na demonstração de resultados, como ganhos ou perdas da modificação.

A Nota 1 apresenta detalhes sobre as alterações à base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de um instrumento financeiro, exigidos pela reforma das taxas de juro de referência.

### *Vida esperada*

As PCE ao longo do tempo de vida devem ser mensuradas para o tempo de vida esperado. Isto restringe-se ao tempo máximo de vida do contrato e tem em consideração o pré-pagamento esperado, extensão, compra e outras opções similares. As exceções são determinados instrumentos financeiros renováveis, tais como cartões de crédito e descobertos bancários, que incluem uma componente utilizada e outra não utilizada, em que a capacidade da entidade contratual para exigir o reembolso e cancelar o compromisso não utilizado não limita a exposição da entidade a perdas de crédito no período contratual de aviso prévio. Para certos mecanismos renováveis, a vida esperada é analiticamente determinada para refletir a vida comportamental do ativo, isto é, o período total esperado de exposição do negócio ao risco de crédito. A vida comportamental é normalmente baseada na análise histórica do tempo médio de incumprimento, conclusão ou retirada do mecanismo. Quando os dados são insuficientes ou a análise inconclusiva, poderá ser incorporado um "fator de maturidade" adicional de modo a refletir a totalidade da vida esperada das exposições, tendo por base ponderações experientes e/ou análises dos seus pares. As potenciais modificações futuras de contratos não são tomadas em consideração ao determinar a vida esperada, ou EDI, até que ocorram.

### *Desconto*

As PCE são descontadas à taxa de juro efetiva no reconhecimento inicial ou numa aproximação do mesmo e consistentes com o reconhecimento de rendimento. Para compromissos de empréstimos, a EIR é a taxa cuja aplicação é expectável quando o empréstimo é utilizado e um ativo financeiro é reconhecido. Para taxas variáveis de ativos financeiros, é usada a taxa à vista na data do relatório e as projeções das alterações na taxa variável na vida esperada não são criadas para estimar os fluxos de juros futuros e para descontos.

### *Técnicas de modelação*

Os cálculos regulamentares das PCE por parte do Comité de Supervisores Bancários de Basileia ("BCBS") são utilizados para a modelação da IFRS 9, mas ajustados para diferenças fundamentais que incluem:

- O BCBS requer as perdas ao longo de um ciclo económico de 12 meses, ao passo que a IFRS 9 requer as perdas numa altura específica dentro de um período de 12 meses ou do ciclo de vida, com base nas condições à data do relatório e múltiplas previsões das condições económicas futuras ao longo das vidas esperadas;
- Os modelos da IFRS 9 não incluem certos valores mínimos conservadores, nem as avaliações de declínio do modelo do BCBS, e requerem que se desconte à EIR original à data de relatório, ao invés de usar o custo de capital à data do incumprimento;
- A administração irá efetuar ajustes aos resultados modelados, de forma a contabilizar as situações em que os fatores e informações de risco conhecidos ou esperados não foram tomados em consideração no processo de modelação, como por exemplo previsões para cenários económicos de acontecimentos políticos incertos; e
- As PCE são medidas ao um nível de instrumento financeiro individual. No entanto, uma abordagem coletiva onde instrumentos financeiros com as características de risco semelhantes serem agrupadas juntas, com a repartição de instrumentos financeiros, é usada onde os efeitos podem apenas ser observados a um nível coletivo, por exemplo para informação futura.

Para a avaliação de imparidade ao abrigo da IFRS 9, os modelos de risco do Banco são utilizados para determinar as PI, PDI e EDI. Para as Fases 2 e 3, o Banco aplica as PI do tempo de vida, mas utiliza a PI de 12 meses para a Fase 1. Os impulsionadores das PCE da PI, EAD e PDI são modelados ao nível das contas, o que tem em consideração a antiguidade, entre outros fatores de crédito. Além disso, a avaliação do aumento significativo do risco do crédito é baseada na curva inicial da PI do tempo de vida, a qual representa um risco de crédito diferente aceite ao longo do tempo.

# Notas às demonstrações financeiras

## Desempenho financeiro e retorno

### Tolerância

Um ativo financeiro é sujeito a tolerância quando é modificado devido a dificuldades de crédito do mutuário. As alterações realizadas aos termos de um ativo devido a tolerância são normalmente avaliadas como alterações não significativas, que não resultam no desconhecimento do empréstimo original, exceto em circunstâncias em que a dívida é trocada por capital próprio.

Tanto os ativos de tolerância realizada como não-realizada são classificados como pertencendo à Fase 3, salvo quando é estabelecido que a concessão atribuída não resultou numa obrigação financeira diminuída e que nenhuma outra definição reguladora sobre os critérios de incumprimento foi acionada, sendo considerados como pertencentes à Fase 2 caso tal aconteça. O período provisório mínimo para a tolerância não-realizada é de 12 meses e para tolerância realizada é de 24 meses. É, portanto, necessário um período mínimo de 36 meses para a tolerância não-realizada deixar o estado de tolerância.

Nenhum instrumento financeiro em tolerância pode ser transferido de volta para a Fase 1 até que todos os limites da Fase 2 deixem de ser cumpridos, e apenas poderá sair da Fase 3 quando já não existir imparidade de crédito.

### Previsões e Ponderações contabilísticas críticas

A imparidade ao abrigo da IFRS 9 engloba diversas áreas importantes de julgamento, incluindo parâmetros modelados (PI, PDI e EDI) de estimativa prospetiva, desenvolvendo um leque não enviesado de cenários económicos futuros, estimando as vidas esperadas e avaliando os aumentos significativos no risco de crédito.

O cálculo da imparidade envolve julgamentos baseados na experiência do Banco na gestão do risco de crédito. Nas carteiras de retalho, que incluem grandes números de pequenos ativos homogêneos com características de risco semelhantes, as previsões de imparidade são calculadas utilizando parâmetros modelados de estimativa previsional, normalmente aplicados ao nível das contas e da carteira. Existem vários modelos em utilização, cada um adaptado a um produto, linha de negócio ou categoria de cliente. São necessárias ponderações e conhecimentos na escolha dos métodos estatísticos a utilizar quando os modelos são desenvolvidos ou revistos. São aplicados ajustes de gestão aos modelos de imparidade, que contêm um elemento de subjetividade, de modo a ter em conta certas condições ou alterações na política que não tenham sido totalmente incorporadas nos modelos de imparidade relevantes, ou para refletir os factos e circunstâncias adicionais no final do período. Os ajustes de gestão são revistos e incorporados no desenvolvimento futuro dos modelos, quando apropriado.

Para ativos individualmente significativos na Fase 3, as previsões de imparidade são calculadas numa base individual, e todas as considerações relevantes que tenham impacto nos fluxos de caixa futuros esperados numa variedade de cenários económicos são consideradas. Estas considerações podem ser particularmente subjetivas e incluir as perspectivas de negócio do cliente, o valor realizável da garantia, a posição do Banco relativamente a outros requerentes, a fiabilidade da informação de cliente, e o custo e duração prováveis do processo de resolução. O nível da provisão de imparidade é a diferença entre o valor dos fluxos de caixa futuros esperados (descontados à taxa de juro efetiva do empréstimo original) e o seu valor contabilístico. Além disso, as ponderações mudam ao longo do tempo, à medida que são disponibilizadas novas informações ou que as estratégias processuais evoluem, o que resulta em revisões frequentes das provisões de imparidade, que acompanham a tomada de decisões individuais. As alterações nestas estimativas provocam alterações nas provisões e têm um impacto direto sobre os encargos com imparidades.

Os ajustes temporários às provisões de imparidade da IFRS 9 calculadas podem ser aplicados em circunstâncias limitadas para contabilizar as situações em que os fatores e informações de risco conhecidos ou esperados não foram tomados em consideração na avaliação das PCE ou no processo de modelização. Para mais informações, consulte a página 59 na secção de desempenho do risco de crédito.

São tidas em conta as informações sobre os impactos potenciais dos riscos físicos e de transição das alterações climáticas nos mutuários, não esquecendo informações razoáveis e sustentáveis para efetuar julgamentos e estimativas contabilísticas. A natureza das alterações climáticas é intrinsecamente a longo prazo, com níveis significativos de incerteza e, conseqüentemente, requerem um julgamento para determinar o possível impacto no próximo ano fiscal, caso exista.

	2022			2021		
	Imparidade	Recuperações e	Total	Imparidade	Recuperações e	Total
	Encargos/ (Reduções)	reembolsos		Encargos/ (Reduções)	reembolsos	
M€	M€	M€	M€	M€	M€	
Empréstimos e adiantamentos a custo amortizado	174	(27)	147	(77)	15	(62)
Compromissos de empréstimos extrapatrimoniais e contratos de garantias financeiras	20	—	20	(29)	—	(29)
<b>Total</b>	<b>194</b>	<b>(27)</b>	<b>167</b>	<b>(106)</b>	<b>15</b>	<b>(91)</b>
Outros ativos	—	—	—	(6)	—	(6)
<b>Encargos/(reduções) de imparidade de crédito</b>	<b>194</b>	<b>(27)</b>	<b>167</b>	<b>(112)</b>	<b>15</b>	<b>(97)</b>

Nota

a As recuperações e reembolsos incluem um aumento líquido dos montantes recuperáveis dos contratos de garantia financeira celebrados com terceiros no valor de 26 M€ (2021: redução de 16 M€) e recuperações em dinheiro de montantes anteriormente abatidos de 1 M€ (2021: 1 M€).

### Anulações sujeitas a medidas de execução

O montante contratual devido de ativos financeiros que foram anulados durante o ano e que ainda podem ser sujeitos a medidas de execução é de 39 M€ (2021: 28 M€). Este valor é inferior ao das anulações apresentadas na tabela de exposição bruta e provisão de imparidade, devido aos ativos vendidos durante o ano depois das anulações e das recuperações pós-anulação.

# Notas às demonstrações financeiras

## Desempenho financeiro e retorno

### Alterações nos ativos financeiros

Ativos financeiros com um subsídio de perdas medido num montante igual ao PCE de 53 M€ (2021: 229 M€) foram sujeitos a modificações não substanciais durante o período, com uma perda resultante de 0 € (2021: 0 M€). O montante bruto escriturado dos ativos financeiros sujeitos a modificações não substanciais para os quais o subsídio para perdas mudou para um PCE de 12 meses durante o ano ascende a 0 M€ (2021: 55 M€).

## 9 Impostos

### Contabilização de impostos sobre o rendimento

O Banco aplica a IAS 12 Impostos sobre o Rendimento na contabilização dos impostos sobre o rendimento. O imposto a pagar sobre os lucros tributáveis (imposto corrente) é reconhecido como uma despesa nos períodos em que se verificam os lucros. Os impostos retidos na fonte são também tratados como impostos sobre o rendimento. O imposto recuperável por prejuízos fiscalmente admissíveis é reconhecido como um ativo fiscal corrente, apenas na medida em que seja considerado recuperável por compensação de lucros tributáveis provenientes dos períodos correntes ou anteriores. O imposto corrente é calculado usando as taxas de imposto e a legislação fiscal adotadas ou substancialmente adotadas à data do balanço.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos na medida em que é provável que haja lucro tributável contra o qual possam ser usadas as diferenças temporárias dedutíveis, e o transporte de créditos fiscais não utilizados e perdas fiscais não utilizadas. Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto a partir do reconhecimento inicial de património (*goodwill*). O imposto diferido não é reconhecido quando a diferença temporária resulta do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não é uma combinação de negócios e que, no momento da transação, não afeta nem o lucro contabilístico nem o lucro ou perda tributáveis. O imposto diferido é calculado utilizando as taxas de imposto e a legislação fiscal adotadas ou substancialmente adotadas à data do balanço, que se espera que sejam aplicáveis quando o ativo por imposto diferido for realizado ou quando o passivo por impostos diferidos for liquidado. Os ativos e passivos por impostos diferidos só são compensados quando existe simultaneamente um direito legal de compensação e uma intenção de liquidação pelo valor líquido.

O Banco considera que existe uma posição fiscal incerta quando determina que em última instância, no futuro, o montante de lucro sujeito a impostos pode ser superior ao montante inicialmente apresentado na declaração de impostos do Banco.

É reconhecida uma provisão para impostos correntes quando se considera provável que o resultado de uma análise de uma entidade fiscal a uma posição fiscal incerta irá alterar o montante de dinheiro devido à, ou pela, autoridade fiscal no futuro. Após o reconhecimento, a provisão para imposto corrente é então mensurada pelo valor que o Banco, em última instância, espera pagar à autoridade fiscal para resolver a posição.

### Previsões e ponderações contabilísticas críticas

As principais áreas de julgamento que tem impacto na posição fiscal reportada é o reconhecimento e mensuração de ativos por impostos diferidos, e o nível de provisionamento para posições fiscais incertas.

O Banco não considera que exista um risco significativo de um ajuste substancial ao montante contabilístico dos saldos fiscais correntes e diferidos, incluindo provisões para posições fiscais incertas, no próximo ano fiscal. As provisões para posições fiscais incertas cobrem um vasto leque de problemas e refletem os conselhos do aconselhamento externo, nos casos relevantes. Convém salientar que só uma proporção do total das posições fiscais incertas será auditada a determinada altura, e, portanto, poderá ser sujeita a contestação por uma autoridade fiscal no próximo ano.

Os ativos por impostos diferidos foram reconhecidos com base nas previsões de lucros dos negócios. Os detalhes sobre o reconhecimento dos ativos por impostos diferidos são fornecidos nesta nota.

	2022	2021
	M€	M€
Carga fiscal corrente		
Ano corrente	63	59
Ajustes relativos a anos anteriores	8	12
	71	71
Encargos fiscais diferidos/(crédito)		
Ano corrente	(34)	20
Ajustes relativos a anos anteriores	20	(1)
	(14)	19
Encargos fiscais	57	90

# Notas às demonstrações financeiras

## Desempenho financeiro e retorno

A tabela abaixo mostra a reconciliação entre os encargos fiscais atuais e os encargos fiscais resultantes da aplicação da taxa normal de imposto empresarial na Irlanda para os lucros do Banco antes de impostos.

	2022	2022	2021	2021
	M€	%	M€	%
Resultado antes de impostos	157		325	
Carga fiscal à taxa normal de imposto empresarial na Irlanda de 12,5% (2021: 12,5%)	20	12,5%	41	12,5%
O impacto dos lucros/perdas obtidos em territórios com taxas estatutárias diferentes das da Irlanda (a taxa média ponderada de imposto estatutário, incluindo em relação à Irlanda, é de 46,9% (2021: 25,8%))	54	34,4%	43	13,3%
Ajustamentos relativos a anos anteriores	28	17,9%	11	3,4%
Despesas não dedutíveis e outros ajustes fiscais	5	3,2%	24	7,4%
Redução fiscal sobre pagamentos efetuados ao abrigo de instrumentos AT1	(6)	(3,8%)	(5)	(1,5%)
Alterações no reconhecimento de impostos diferidos e das perdas por impostos não-reconhecidas	(44)	(27,9%)	(24)	(7,4%)
Encargo fiscal total		36,3%	90	27,7%

### Fatores que influenciam a taxa de imposto em vigor

A taxa efetiva de imposto de 36,3% é superior à taxa de imposto sobre as sociedades na Irlanda, de 12,5%, principalmente devido ao facto de os lucros obtidos fora da Irlanda serem tributados às taxas de imposto locais definidas por lei, mais elevadas do que a taxa de imposto irlandesa, antes dos ajustamentos anuais. Estes fatores, que aumentaram a taxa de imposto efetiva, são parcialmente compensados pela utilização de prejuízos fiscais para os quais o imposto diferido não era anteriormente reconhecido e pela redução fiscal sobre os pagamentos efetuados ao abrigo de instrumentos de Nível 1 Adicionais ("AT1").

A futura carga fiscal do Banco será sensível à mistura geográfica dos lucros recebidos, às taxas de imposto em vigor e às alterações às regras fiscais nas jurisdições em que o Banco opera. A OCDE e o G20 anunciaram planos para introduzir uma taxa de imposto mínima global de 15%, e a OCDE implementou regras do modelo em 2021. Em 2022, foram publicadas novas orientações da OCDE, e uma diretiva da UE foi formalmente adotada pelos Estados-Membros da UE. O Banco analisou as regras-modelo publicadas pela OCDE e outras orientações, e tem estado a avaliar o impacto esperado antes da implementação do novo regime. O Banco analisará outras orientações, bem como a nova legislação que deverá ser publicada pelos governos que aplicam este novo regime fiscal, e continuará a avaliar o seu potencial impacto.

### Imposto na demonstração dos rendimentos integrais

Os impostos relacionados com cada componente de outros rendimentos integrais podem ser encontrados na demonstração de rendimentos integrais.

### Ativos por impostos diferidos

Os valores de impostos diferidos no balanço foram os seguintes:

	2022	2021
	M€	M€
Espanha	79	71
Alemanha	78	69
Irlanda	32	22
França	17	16
<b>Ativos por impostos diferidos</b>	<b>206</b>	<b>178</b>
<b>Passivos por impostos diferidos- Irlanda</b>	<b>(1)</b>	<b>—</b>

Dos ativos por impostos diferidos, em 206 M€ (2021: 178 M€), um montante de 76 M€ (2021: 71 M€) dizem respeito a perdas fiscais em Espanha que não expiram e 130 M€ (2021: 107 M€) dizem respeito a diferenças temporárias. O reconhecimento destes ativos por impostos diferidos baseia-se nas previsões de lucros ou nas leis nacionais locais, que indicam que a sua total recuperação é provável. Em relação aos ativos por impostos diferidos reconhecidos, de 70 M€ (2021: 71 M€), na medida em que estes não sejam utilizados para compensar lucros tributáveis antes de 2032, podem, ao abrigo das leis locais do país, ser compensados com outros impostos ou convertidos em títulos de dívida pública.

# Notas às demonstrações financeiras

## Desempenho financeiro e retorno

Dos ativos por impostos diferidos, em 206 M€ (2021: 178 M€), um montante de 32 M€ (2021: 22 M€) refere-se a jurisdições que sofreram perdas no ano corrente ou no ano anterior e para as quais a utilização do ativo por impostos diferidos depende de lucros tributáveis futuros. Esta situação foi tida em consideração para se chegar à conclusão anterior de que estes ativos por impostos diferidos serão completamente recuperados no futuro.

Passivos e ativos por impostos diferidos					
	Imparidade de empréstimos provisões M€	Obrigações dos benefícios de obrigações M€	Outras diferenças temporárias <sup>a</sup> M€	Prejuízos fiscais transitados M€	Total M€
<b>A 1 de janeiro de 2022</b>	<b>62</b>	<b>13</b>	<b>32</b>	<b>71</b>	<b>178</b>
Demonstração de resultados	23	—	(14)	5	14
Outros rendimentos e reservas integrais	—	(2)	10	—	8
Outros movimentos	—	—	5	—	5
	<b>85</b>	<b>11</b>	<b>33</b>	<b>76</b>	<b>205</b>
Ativos	85	12	33	76	206
Passivos	—	(1)	—	—	(1)
<b>A 31 dezembro de, 2022</b>	<b>85</b>	<b>11</b>	<b>33</b>	<b>76</b>	<b>205</b>
<hr/>					
<b>A 1 de janeiro de 2021</b>	86	15	14	73	188
Demonstração de resultados	(24)	(2)	9	(2)	(19)
Outros rendimentos e reservas integrais	—	—	9	—	9
	62	13	32	71	178
Ativos	62	13	32	71	178
Passivos	—	—	—	—	—
<b>A 31 dezembro de, 2021</b>	62	13	32	71	178

Nota

a Outras diferenças temporárias incluem ativos por impostos diferidos relacionados com coberturas de fluxos de caixa e crédito próprio

O montante estimado dos ativos por impostos diferidos a recuperar após mais de 12 meses é de 156 M€ (2021: 177 M€). O montante estimado dos passivos por impostos diferidos a recuperar após mais de 12 meses é de 1 M€ (2021: 0€).

### Impostos diferidos não reconhecidos

#### Perdas fiscais e diferenças temporárias

Não foram reconhecidos ativos por impostos diferidos relativamente às diferenças temporárias dedutíveis brutas de 0 M€ (2021: 12 M€), créditos fiscais não utilizados de 130 M€ (2021: 98 M€), e perdas fiscais brutas de 1.972 M€ (2021: 2.015 M€). As perdas fiscais incluem perdas de capital no valor de 0 € (2021: 0€). Destas perdas fiscais, 0 M€ (2021: 8 M€) expiram dentro de cinco anos, 0 M€ (2021: 423 M€) expiram dentro de seis a dez anos e 1.972 M€ (2021: 1.584 M€) podem ser transitados indefinidamente. Os ativos por impostos diferidos não foram reconhecidos em relação a estes itens porque não é provável que lucros e ganhos tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser utilizados. O valor de impostos diferidos não reconhecidos, relativos a diferenças temporárias sobre investimentos em sucursais é de 0 € (2021: 0€).

### 10 Dividendos de ações ordinárias

Não foram pagos quaisquer dividendos ordinários em 2022 (2021: 0€).

# Notas às demonstrações financeiras

## Ativos e passivos avaliados pelo justo valor

As notas incluídas nesta secção centram-se nos ativos e passivos que o Banco detém e reconhece pelo seu justo valor. O justo valor refere-se ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou ao preço que seria pago pela transferência de um passivo numa transação organizada entre participantes do mercado à data de mensuração, que pode ser um preço de mercado observável ou, quando não há preço cotado para o instrumento, pode ser uma estimativa baseada em dados de mercado disponíveis. Os detalhes relativos à abordagem do Banco à gestão do risco de mercado podem ser encontradas na página 52.

### 11 Ativos da carteira

#### Contabilização de ativos e passivos de carteiras de negociações

De acordo com a IFRS 9, todos os ativos e passivos detidos para fins de negociação são avaliados pelo justo valor e os ganhos e perdas nas alterações do justo valor são registados como rendimento líquido de atividade comercial na demonstração de resultados do exercício (Nota 5).

	2022	2021
	M€	M€
Títulos de dívida e outros títulos admissíveis	7.307	7.423
Títulos de capital próprio	138	143
Empréstimos transacionados	255	638
<b>Ativos da carteira de negociação</b>	<b>7.700</b>	<b>8.204</b>
Títulos de dívida e outros títulos admissíveis	(12.872)	(10.286)
<b>Passivos de carteiras de negociação</b>	<b>(12.872)</b>	<b>(10.286)</b>

### 12 Ativos financeiros pelo justo valor através da demonstração de resultados

#### Contabilização de ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor

Os ativos financeiros são avaliados ao justo valor através do lucro ou do prejuízo se não contiverem termos contratuais que originem datas específicas para fluxos de caixa que representam SPPI (apenas pagamentos de capital e juros), ou se os ativos financeiros não forem detidos por um modelo de negócio que seja (i) um modelo de negócio para cobrar fluxos de caixa contratuais, ou (ii) um modelo de negócio alcançado quer pela cobrança de fluxos de caixa contratuais, quer pela venda.

As alterações consequentes no justo valor destes instrumentos são reconhecidas na demonstração de resultados, na despesa líquida de investimento, salvo se, na sua divulgação, o rendimento de negociação reduzir a falta de balanceamento contabilístico.

	2022	2021
	M€	M€
Empréstimos e adiantamentos	1.767	726
Títulos de dívida	24	24
Títulos de capital próprio	2	1
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	15.423	14.601
<b>Ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor</b>	<b>17.216</b>	<b>15.352</b>

# Notas às demonstrações financeiras

## Ativos e passivos avaliados pelo justo valor

### 13 Instrumentos financeiros derivados

#### Contabilidade de derivados

Os instrumentos derivados são contratos cujo valor é derivado de um ou mais instrumentos financeiros ou índices definidos no contrato. Incluem swaps, acordos a prazo de taxa de juro, futuros, opções e combinações destes instrumentos e afetam principalmente as receitas líquidas de juros do Banco, as receitas líquidas de negociação e os ativos e passivos derivados. Os montantes nominais dos contratos não são registados no balanço. Os derivados são utilizados para cobrir o risco das taxas de juro.

Todos os instrumentos derivados são mantidos ao justo valor através de lucros ou perdas, exceto os derivados que se encontram numa relação de contabilidade de cobertura de fluxo de caixa designada. Os derivados são classificados como ativos quando o seu justo valor é positivo ou como passivos quando o seu justo valor é negativo. Isto inclui termos incluídos num contrato ou responsabilidade financeira (o anfitrião), que, se tivesse sido um contrato autónomo, teria satisfeito a definição de um derivado. Se estes forem separados do anfitrião, isto é, quando as características económicas do derivado embutido não estiverem intimamente relacionadas com as do contrato do anfitrião e o instrumento combinado não for medido pelo justo valor através de lucros ou perdas, então eles são contabilizados da mesma forma que os derivados.

#### Contabilidade de cobertura

O Banco aplica os requisitos da IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração para efeitos contabilísticos de cobertura. O Banco aplica a contabilidade de cobertura para representar os efeitos económicos da sua estratégia de gestão do risco de taxa de juro. Quando os derivados são detidos para fins de gestão de risco, e quando as transações cumprem os critérios exigidos para a documentação e eficácia da cobertura, o Banco aplica a contabilidade de cobertura do justo valor ou a contabilidade de cobertura dos fluxos de caixa, conforme apropriado aos riscos a cobrir.

O Banco aplica as "Alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 Reforma da Taxa de Juro de Referência" emitidas em setembro de 2019 (as alterações da Fase 1).

As alterações prevêem uma isenção temporária da aplicação de requisitos específicos de contabilidade de cobertura às relações de cobertura diretamente afetadas pela reforma IBOR ("Interbank Offered Rates"). As isenções levam a que a reforma da IBOR não acarrete geralmente a cessação da contabilidade de cobertura.

No entanto, qualquer ineficácia da cobertura continua a ser registada na declaração de resultados. Além disso, as alterações estabelecem indicadores de quando as isenções irão terminar, incluindo a incerteza decorrente de a reforma das taxas de juro de referência já não se verificar.

Em resumo, as reduções previstas pelas alterações da Fase 1 são:

- Ao considerar o requisito "altamente provável", o Banco presumiu que as taxas de juro IBOR em que os itens cobertos se baseiam não sofrem alterações devido à Reforma das taxas IBOR.
- Ao avaliar se se espera que a cobertura seja altamente eficaz numa base prospetiva, o Banco presumiu que as taxas de juro IBOR em que os fluxos de caixa dos itens cobertos e os swaps de taxa de juro que os cobrem se baseiam não são alterados pela reforma das IBOR.
- O Banco não irá descontinuar a contabilidade de cobertura durante o período de incerteza associada às IBOR, unicamente devido ao facto de a eficácia retroativa se encontrar fora do intervalo necessário de 80-125%.
- O Banco não reciclou a reserva de cobertura de fluxos de caixa associada ao período após a entrada em vigor prevista das reformas.
- O Banco avaliou se o componente de risco IBOR coberto é um risco identificável separadamente apenas quando designa primeiro um item coberto numa cobertura de justo valor e não numa base contínua.

O Banco aplica igualmente as "Alterações à IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 Reforma da Taxa de Juro - Fase 2" emitidas em agosto de 2020. As alterações da Fase 2 estipulam isenções quando são feitas alterações às relações de cobertura como resultado da reforma da taxa de juro de referência.

Em resumo, as reduções previstas pelas alterações da Fase 2 são:

- Por exceção temporária, o Banco considerou que as alterações à designação da cobertura e à documentação da cobertura devido à reforma das taxas de juro de referência não constituiriam a interrupção da relação de cobertura nem a designação de uma nova relação de cobertura.
- No que respeita à avaliação retrospectiva da eficácia da cobertura, o Banco pode optar, numa base de cobertura por cobertura, por repor as alterações cumulativas do justo valor a zero quando a exceção à avaliação retrospectiva terminar (isenção da Fase 1). Qualquer ineficácia de cobertura continuará a ser medida e reconhecida na sua totalidade no lucro ou prejuízo.
- O Banco considerou que as quantias acumuladas na reserva de cobertura dos fluxos de caixa seriam consideradas como tendo por base a taxa de referência alternativa (sobre a qual os futuros fluxos de caixa de cobertura são determinados) quando se verifica uma alteração na base usada para determinar os fluxos de caixa contratuais.
- Para coberturas de grupos de itens (tais como os que fazem parte de uma estratégia de macro-cobertura de fluxos de caixa), as alterações proporcionam uma isenção para itens de um grupo designado que é corrigido de acordo com as alterações diretamente exigidas pela reforma.
- Quanto a saber se uma componente de risco de um item coberto é identificável separadamente, as alterações proporcionam uma isenção temporária às entidades para cumprir este requisito quando um instrumento financeiro alternativo de taxa livre de risco (RFR) é designado como uma componente de risco. Estas alterações permitem ao Banco, aquando da designação da cobertura, assumir que o requisito identificável separadamente é cumprido se o Banco espera razoavelmente que o risco RFR se torne identificável separadamente dentro dos próximos 24 meses. O Banco aplica este alívio a cada RFR numa base de taxa a taxa e começa quando o Banco designa pela primeira vez a RFR como uma componente de risco não contratualmente especificada.



# Notas às demonstrações financeiras

## Ativos e passivos avaliados pelo justo valor

### Contabilização da cobertura ao justo valor

As alterações no justo valor dos derivativos que são qualificados e designados como coberturas do justo valor são registadas na demonstração de resultados, juntamente com as alterações no justo valor do ativo ou passivo coberto que são atribuíveis ao risco coberto. As alterações no justo valor ajustam a quantia escriturada do ativo ou passivo coberto e avaliado pelo custo amortizado.

Se as relações de cobertura já não cumprirem os critérios para a contabilidade de cobertura, a contabilidade de cobertura é descontinuada. Para coberturas de justo valor de risco de taxa de juro, o ajuste do justo valor do item coberto é amortizado na demonstração de resultados ao longo do período até ao vencimento da relação de cobertura anteriormente designada, utilizando o método dos juros efetivos. Se o item coberto for vendido ou reembolsado, o ajustamento do justo valor não amortizado é reconhecido imediatamente na demonstração de resultados. Para itens classificados como justo valor através de outro rendimento integral, o ajuste da contabilidade de cobertura é incluído em outros rendimentos integrais.

### Contabilização de cobertura de fluxos de caixa

Para qualificar as coberturas de fluxos de caixa, o ganho ou prejuízo do justo valor associado à porção efetiva da cobertura de fluxos de caixa é reconhecido inicialmente nos outros rendimentos integrais, e seguidamente reciclado na demonstração de resultados, nos períodos em que o item coberto afete o ganho ou prejuízo. Qualquer porção ineficaz do lucro ou prejuízo decorrente do instrumento de cobertura será imediatamente reconhecida na demonstração de resultados.

Total de derivativos	2022			2021		
	Valor do contrato nacional M€	Justo Valor		Valor do contrato nacional M€	Justo Valor	
		Ativos M€	Passivos M€		Ativos M€	Passivos M€
Total de ativos/(passivos) derivativos detidos para negociação	6.821.204	40.435	(32.493)	3.756.183	33.875	(33.515)
Ativos/(passivos) derivativos detidos para gestão de risco	5.469	4	(1)	2.514	—	(2)
<b>Ativos/(passivos) derivativos</b>	<b>6.826.673</b>	<b>40.439</b>	<b>(32.494)</b>	<b>3.758.697</b>	<b>33.875</b>	<b>(33.517)</b>

O Banco e o BB PLC executaram uma alteração ao atual ISDA Master Agreement que rege os derivativos OTC durante o mês de dezembro de 2021, assim como alterações adicionais aos acordos que regem determinados derivativos em 2022. A alteração resulta no facto de as posições de derivativos no mercado serem liquidadas diariamente por pagamentos em numerário e não garantidas por estes pagamentos (conhecidos como margem de variação) numa base diária. Para períodos de reporte subsequentes, o justo valor dos derivativos refletirá a liquidação que reduzirá o justo valor dos ativos e passivos derivativos reconhecidos e não haverá nenhuma garantia em numerário separada reconhecida para a "margem de variação" diária. A 31 de dezembro de 2022, o impacto foi uma redução nos ativos derivativos de 125,5 mM€ (2021: 16,6 mM€), nos passivos derivativos de 133,4 mM€ (2021: 18,0 mM€) e nos ativos de garantia de 7,9 mM€ (2021: 1,4 mM€).

As informações sobre acordos de compensação de instrumentos financeiros derivativos podem ser encontradas na Nota 16.

Os derivativos de negociação são geridos no âmbito das políticas de gestão de risco de mercado do Banco, que se encontram delineadas na página 52.

A exposição do Grupo ao risco de crédito decorrente dos contratos derivativos é descrita na secção Risco de Crédito nas páginas 59 a 96.

# Notas às demonstrações financeiras

## Ativos e passivos avaliados pelo justo valor

Os justos valores e os valores nominais dos derivados detidos para negociação e detidos para gestão de risco são apresentados na tabela seguinte:

Derivados detidos para negociação	2022			2021		
	Valor do contrato nominal	Justo Valor		Valor do contrato nominal	Justo Valor	
		Ativos	Passivos		Ativos	Passivos
	M€	M€	M€	M€	M€	M€
<b>Derivados cambiais</b>						
Derivados OTC	806.891	6.833	(6.067)	785.832	4.857	(4.536)
Futuros e opções negociados – comprados e vendidos	4.108	—	—	1.469	—	—
<b>Derivados cambiais</b>	<b>810.999</b>	<b>6.833</b>	<b>(6.067)</b>	<b>787.301</b>	<b>4.857</b>	<b>(4.536)</b>
<b>Derivados de taxa de juros</b>						
Derivados OTC	4.267.780	31.725	(24.483)	2.360.375	27.167	(26.613)
Derivados de taxas de juros apurados pela contraparte central	1.556.677	344	(202)	445.293	201	(45)
Futuros e opções negociados – comprados e vendidos	17.562	1	(1)	29.556	4	(4)
<b>Derivados de taxa de juros</b>	<b>5.842.019</b>	<b>32.070</b>	<b>(24.686)</b>	<b>2.835.224</b>	<b>27.372</b>	<b>(26.662)</b>
<b>Derivados de crédito</b>						
Swaps OTC	71.858	230	(346)	59.798	277	(607)
Derivados de crédito compensados pela contraparte central	3.604	16	(23)	2.313	34	(53)
<b>Derivados de crédito</b>	<b>75.462</b>	<b>246</b>	<b>(369)</b>	<b>62.111</b>	<b>311</b>	<b>(660)</b>
<b>Derivados de capital próprio e índices de ações</b>						
Derivados OTC	64.911	953	(1.039)	52.694	1.069	(1.391)
Futuros e opções negociados – comprados e vendidos	26.253	332	(332)	17.290	261	(261)
<b>Derivados de capital próprio e índices de ações</b>	<b>91.164</b>	<b>1.285</b>	<b>(1.371)</b>	<b>69.984</b>	<b>1.330</b>	<b>(1.652)</b>
<b>Derivados sobre mercadorias</b>						
Derivados OTC	823	1	—	1.148	5	(5)
Futuros e opções negociados – comprados e vendidos	737	—	—	415	—	—
<b>Derivados sobre mercadorias</b>	<b>1.560</b>	<b>1</b>	<b>—</b>	<b>1.563</b>	<b>5</b>	<b>(5)</b>
<b>Ativos/(passivos) derivados detidos para negociação</b>	<b>6.821.204</b>	<b>40.435</b>	<b>(32.493)</b>	<b>3.756.183</b>	<b>33.875</b>	<b>(33.515)</b>
<b>Total de derivados OTC detidos para negociação</b>	<b>5.212.263</b>	<b>39.742</b>	<b>(31.935)</b>	<b>3.259.847</b>	<b>33.375</b>	<b>(33.152)</b>
<b>Total de derivados apurados pela contraparte central detidos para negociação</b>	<b>1.560.281</b>	<b>360</b>	<b>(225)</b>	<b>447.606</b>	<b>235</b>	<b>(98)</b>
<b>Total de derivados negociados em bolsa detidos para negociação</b>	<b>48.660</b>	<b>333</b>	<b>(333)</b>	<b>48.730</b>	<b>265</b>	<b>(265)</b>
<b>Ativos/(passivos) derivados detidos para negociação</b>	<b>6.821.204</b>	<b>40.435</b>	<b>(32.493)</b>	<b>3.756.183</b>	<b>33.875</b>	<b>(33.515)</b>

Derivados detidos para gestão de risco	2022			2021		
	Valor do contrato nominal	Justo valor		Valor do contrato nominal	Justo valor	
		Ativos	Passivos		Ativos	Passivos
	M€	M€	M€	M€	M€	M€
<b>Derivados designados como coberturas de fluxos de caixa</b>						
Swaps de taxa de juros	531	4	(1)	578	—	(2)
Derivados de taxas de juros apurados pela contraparte central	4.295	—	—	1.231	—	—
<b>Derivados designados como coberturas de fluxos de caixa</b>	<b>4.826</b>	<b>4</b>	<b>(1)</b>	<b>1.809</b>	<b>—</b>	<b>(2)</b>
<b>Derivados designados como coberturas de justo valor</b>						
Swaps de taxa de juros	631	—	—	705	—	—
Derivados de taxas de juros apurados pela contraparte central	12	—	—	—	—	—
<b>Derivados designados como coberturas de justo valor</b>	<b>643</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>705</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>Ativos/(passivos) derivados detidos para gestão de risco</b>	<b>5.469</b>	<b>4</b>	<b>(1)</b>	<b>2.514</b>	<b>—</b>	<b>(2)</b>
<b>Total de derivados OTC detidos para gestão de risco</b>	<b>1.162</b>	<b>4</b>	<b>(1)</b>	<b>1.283</b>	<b>—</b>	<b>(2)</b>
<b>Total de derivados compensados pela contraparte central detidos para gestão de risco</b>	<b>4.307</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>1.231</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>Ativos/(passivos) derivados detidos para gestão de risco</b>	<b>5.469</b>	<b>4</b>	<b>(1)</b>	<b>2.514</b>	<b>—</b>	<b>(2)</b>

# Notas às demonstrações financeiras

## Ativos e passivos avaliados pelo justo valor

### Contabilidade de cobertura

A contabilidade de cobertura é principalmente aplicada para os seguintes riscos:

- Risco de taxa de juro – surge devido a um desajustamento entre as taxas de juro fixas e as taxas de juro variáveis.

De forma a cobrir estes riscos, o Banco utiliza os seguintes instrumentos de cobertura:

- Derivados de taxas de juro para trocar exposições de taxas de juro por taxas fixas ou variáveis.

Em alguns casos, determinados itens que estão economicamente cobertos podem ser itens cobertos não elegíveis para efeitos da IAS 39, tais como depósitos principais e capital próprio. Nestes casos, pode ser utilizada uma solução de cobertura por procuração através da qual as carteiras de ativos de taxa variável são designadas como itens cobertos elegíveis nas coberturas de fluxo de caixa.

Em alguns relacionamentos de cobertura, o Banco designa componentes de risco de itens cobertos, conforme se segue:

- O risco da taxa de juro de referência como componente do risco de taxa de juro, tal como o componente da LIBOR ou da Taxa sem Risco (*Risk Free Rate*, 'RFR;').
- Os componentes de fluxos de caixa de itens cobertos, por exemplo, pagamentos de determinados juros durante parte da vida de um instrumento.

A utilização do risco da taxa de juro de referência resulta noutros riscos, tais como o risco de crédito e o risco de liquidez, sendo excluídos da relação de contabilidade de cobertura. Na sequência da reforma da taxa de juro de referência em todo o mercado, a sensibilidade às taxas sem risco é considerada o risco de taxa de juro predominante e, por conseguinte, os itens cobertos (que frequentemente fazem referência a taxas sem risco ou a taxas "overnight" semelhantes) mudam no justo valor numa base proporcional em relação a este risco.

No que respeita a muitas das relações de contabilidade de cobertura do Banco, o item coberto e o instrumento de cobertura mudam frequentemente devido à natureza dinâmica da estratégia de gestão de risco e de contabilidade de cobertura. O Banco aplica a contabilidade de cobertura a cenários dinâmicos, principalmente em relação ao risco de taxa de juro, com uma combinação de itens cobertos, de modo que as suas demonstrações financeiras reflitam, da forma mais aproximada possível, a gestão de risco económico utilizada. Em alguns casos, se o objetivo da contabilidade de cobertura for alterado, a relação de contabilidade de cobertura relevante perde designação e é substituída por uma relação de contabilidade de cobertura diferente.

Os instrumentos de cobertura partilham as mesmas exposições ao risco que os itens cobertos. A eficácia da cobertura é determinada com referência a testes quantitativos, principalmente testes de regressão, mas, na medida em que os instrumentos de cobertura estão expostos a riscos diferentes dos itens cobertos, tal poderia acarretar a ineficácia da cobertura ou falhas na contabilidade de cobertura.

As causas de ineficácia incluem:

- Discrepâncias entre os termos contratuais do item coberto e do instrumento de cobertura, incluindo diferenças básicas.
- Alterações no risco de crédito dos instrumentos de cobertura.
- Coberturas de fluxos de caixa utilizando swaps externos com justos valores não nulos.
- Os efeitos das reformas futuras das IBOR, visto que podem entrar em vigor num momento diferente e ter um impacto diferente nos itens cobertos e instrumentos de cobertura.

Como parte do programa para toda a indústria, todos os contratos sujeitos à reforma das taxas de referência incluídas nas designações de contabilidade de cobertura foram convertidos em parâmetros de referência alternativos. Como tal, não existem itens cobertos nem derivados de cobertura em 31 de dezembro de 2022 afetados pela reforma da IBOR.

# Notas às demonstrações financeiras

## Ativos e passivos avaliados pelo justo valor

Montante, duração e incerteza dos fluxos de caixa futuros

### Itens cobertos em relações de contabilidade de cobertura pelo justo valor

classificação e categoria de risco	Quantia escriturada	Ajuste do justo valor acumulado incluído na quantia escriturada		Alteração do justo valor utilizado como base para determinar a ineficácia	Ineficácia da cobertura reconhecida na demonstração de resultados
		Total	Do qual: Ajuste do justo valor acumulado nos itens que já não se encontram numa relação de cobertura		
	M€	M€	M€	M€	M€
<b>2022</b>					
<b>Ativo</b>					
Empréstimos e adiantamentos a custo amortizado					
- Risco de taxa de juro	4	4	4	—	—
<b>Passivos</b>					
Títulos de dívida em circulação					
- Risco de taxa de juro	(639)	6	—	134	(3)
<b>Total</b>	<b>(635)</b>	<b>10</b>	<b>4</b>	<b>134</b>	<b>(3)</b>
<b>2021</b>					
<b>Ativo</b>					
Empréstimos e adiantamentos a custo amortizado					
- Risco de taxa de juro	6	6	6	—	—
<b>Passivos</b>					
Títulos de dívida em circulação					
- Risco de taxa de juro	(799)	(129)	(3)	47	2
<b>Total</b>	<b>(793)</b>	<b>(123)</b>	<b>3</b>	<b>47</b>	<b>2</b>

A tabela seguinte apresenta os instrumentos de cobertura de justo valor constantes no balanço do Banco:

Tipo de cobertura	Categoria de risco	Valor contabilístico			Alteração no justo valor utilizado como base para determinar a ineficácia
		Ativos derivados	Passivos derivados	Montante nominal	
		M€	M€	M€	M€
<b>A 31 de dezembro de 2022</b>					
Justo valor	Risco de taxa de juro	—	—	643	(137)
<b>Total</b>		<b>—</b>	<b>—</b>	<b>643</b>	<b>(137)</b>
<b>A 31 de dezembro de 2021</b>					
Justo Valor	Risco de taxa de juro	—	—	705	(45)
<b>Total</b>		<b>—</b>	<b>—</b>	<b>705</b>	<b>(45)</b>

# Notas às demonstrações financeiras

## Ativos e passivos avaliados pelo justo valor

A tabela seguinte traça o perfil dos valores nominais esperados dos instrumentos de cobertura atuais nos anos futuros:

	2022 M€	2023 M€	2024 M€	2025 M€	2026 M€	2027 M€	2028 e posteriormente M€
<b>2022</b>							
<b>Coberturas de justo valor do risco de taxa de juro</b>							
risco de taxa de juro (montante nominal remanescente)	643	638	633	480	410	405	405

	2021 M€	2022 M€	2023 M€	2024 M€	2025 M€	2026 M€	2027 e posteriormente M€
<b>2021</b>							
<b>Coberturas de justo valor do risco de taxa de juro</b>							
risco de taxa de juro (montante nominal remanescente)	705	704	699	694	541	471	471

O Banco tem 37 (2021: 38) coberturas de justo valor do risco de taxa de juro com uma taxa média fixa de 4,45% (2021): 4,73%) em todas as relações.

Descrição da relação de cobertura e risco coberto	M€	M€	Saldos remanescentes na reserva de cobertura de fluxo de caixa em que a contabilidade de cobertura já não é aplicada	M€	M€	M€
<b>2022</b>						
<b>Cobertura de fluxos de caixa do risco de taxa de juro</b>						
Empréstimos e adiantamentos a custo amortizado	234	111	130	234	(5)	
<b>2021</b>						
<b>Cobertura de fluxos de caixa do risco de taxa de juro</b>						
Empréstimos e adiantamentos a custo amortizado	16	7	8	16	(1)	

Nota  
a A ineficácia da cobertura foi reconhecida no rendimento de juros líquido.

A tabela seguinte apresenta os instrumentos de cobertura de fluxos de caixa constantes no balanço do Banco:

Tipo de cobertura	Categoria de risco	Valor contabilístico		Montante nominal M€	Alteração no justo valor utilizado como base para determinar a ineficácia M€
		Ativos derivados M€	Passivos derivados M€		
<b>A 31 de dezembro de 2022</b>					
Fluxo de caixa	Risco de taxa de juro	4	(1)	4.826	(239)
Total		4	(1)	4.826	(239)
<b>A 31 de dezembro de 2021</b>					
Fluxo de caixa	Risco de taxa de juro	—	(2)	1.809	(17)
Total		—	(2)	1.809	(17)

# Notas às demonstrações financeiras

## Ativos e passivos avaliados pelo justo valor

O impacto na demonstração de resultados e nos outros rendimentos integrais de montantes recicláveis relativos a coberturas de fluxos de caixa é indicado na tabela abaixo:

Descrição da relação de cobertura e risco coberto	2022		2021	
	Montante reciclado de outros rendimentos integrais devido ao facto de o item coberto afetar a demonstração de resultados	Montante reciclado de outros rendimentos integrais devido à venda de investimento, ou fluxos de caixa já não se espera que ocorram	Montante reciclado de outros rendimentos integrais devido ao facto de o item coberto afetar a demonstração de resultados	Montante reciclado de outros rendimentos integrais devido à venda de investimento, ou fluxos de caixa já não se espera que ocorram
	M€	M€	M€	M€
<b>Cobertura de fluxos de caixa do risco de taxa de juro</b>				
Reciclado para rendimento de juros líquido	(9)	—	(1)	1

Segue-se uma reconciliação detalhada dos movimentos da reserva de cobertura de fluxos de caixa:

Descrição da relação de cobertura e risco coberto	2022		2021	
	Reserva para coberturas de fluxos de caixa	M€	Reserva para coberturas de fluxos de caixa	M€
<b>Saldo a 1 de janeiro</b>		(14)		—
Perdas de coberturas do ano		(234)		(16)
Montantes reclassificados em relação aos fluxos de caixa que afetam o resultado		9		—
Impostos		28		2
<b>Saldo a 31 de dezembro</b>		(211)		(14)

### 1 Passivos financeiros designados ao justo valor

#### Contabilização de passivos designados ao justo valor através do lucro ou prejuízo

Em conformidade com a IFRS 9, os passivos financeiros podem ser designados pelo justo valor, sendo os ganhos e perdas transferidos para a demonstração de resultados, englobados nos resultados em operações financeiras (Nota 5) e nas despesas de investimento líquidas (Nota 6). Os movimentos de crédito próprio são comunicados através de outros rendimentos integrais, exceto se o efeito das alterações no risco de crédito do passivo crie ou aumente a falta de balanceamento contabilístico nos resultados. Nestes casos, todos os ganhos e perdas desse passivo (incluindo os efeitos das alterações no risco de crédito do passivo) são apresentados nos resultados. No desconhecimento do passivo financeiro, nenhum montante relacionado com o risco de crédito próprio é reciclado para a demonstração de resultados. O Banco tem a capacidade de proceder à designação pelo justo valor quando a detenção dos instrumentos pelo justo valor reduzir uma falta de balanceamento contabilístico (causada pela compensação de um passivo ou ativo avaliado pelo justo valor), ou for gerida pelo Banco com base no seu justo valor, ou inclua termos com características substanciais de derivados (Nota 13).

	2022		2021	
	Justo Valor	Montante contratual devido na data de vencimento	Justo valor	Montante contratual devido na data de vencimento
	M€	M€	M€	M€
Títulos de dívida	2.469	2.724	900	934
Depósitos	3.251	4.426	3.295	3.755
Acordos de recompra e outros empréstimos garantidos similares	9.138	9.171	9.648	9.638
<b>Passivos financeiros designados ao justo valor</b>	<b>14.858</b>	<b>16.321</b>	13.843	14.327

As perdas líquidas cumulativas de crédito próprio reconhecidas são de 17 M€ (2021: 136 M€)

# Notas às demonstrações financeiras

## Ativos e passivos avaliados pelo justo valor

### 2 Justo valor dos instrumentos financeiros

#### Contabilização de ativos e passivos financeiros – justos valores

Os instrumentos financeiros que são detidos para negociação são reconhecidos pelo justo valor por via dos resultados. Para além disso, os ativos financeiros são avaliados pelo justo valor por via dos resultados se não contiverem termos contratuais que originem datas específicas para fluxos de caixa que representam SPPI (apenas pagamentos de capital e juros), ou se os ativos financeiros não forem detidos por um modelo de negócio que seja (i) um modelo de negócio para cobrar fluxos de caixa contratuais, ou (ii) um modelo de negócio alcançado quer pela cobrança de fluxos de caixa contratuais, quer pela venda. As alterações consequentes no justo valor destes instrumentos são reconhecidas na demonstração de resultados, na despesa líquida de investimento, salvo se, na sua divulgação, o rendimento de negociação reduzir a falta de balanceamento contabilístico.

Todos os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo justo valor na data de reconhecimento inicial (incluindo custos de transações que não sejam instrumentos financeiros avaliados pelo justo valor por via dos resultados) e, dependendo da classificação do ativo ou do passivo, poderão continuar a ser avaliados pelo justo valor quer por via dos resultados, quer através de outros rendimentos integrais. O justo valor de um instrumento financeiro é o preço que seria recebido na venda de um ativo, ou pago para transferir um passivo, numa transação ordenada entre participantes do mercado à data de mensuração.

Sempre que possível, o justo valor é determinado por referência a um preço de mercado cotado para esse instrumento. Para muitos dos ativos e passivos financeiros do Banco, especialmente derivados, os preços cotados não estão disponíveis e são utilizados modelos de avaliação para estimar o justo valor. Os modelos calculam os fluxos de caixa esperados nos termos de cada contrato específico e depois descontam estes valores para um valor atual. Estes modelos baseiam-se em dados de mercado de origem independente se aplicável, incluindo, por exemplo, curvas de rendimento de taxas de juro, preços de ações e mercadorias, volatilidades de opções e taxas de câmbio.

Para os passivos financeiros mensurados ao justo valor, a quantia escriturada reflete o efeito das alterações do justo valor nas margens de crédito próprio derivadas de dados de mercado observáveis, tais como na emissão primária e atividade de resgate para títulos estruturados.

No reconhecimento inicial, presume-se que o preço de transação é o justo valor, a menos que haja informação observável disponível contrária num mercado ativo. A melhor prova do justo valor de um instrumento no reconhecimento inicial é tipicamente o preço de transação. No entanto, se o justo valor puder ser evidenciado por comparação com outras transações correntes de mercado observáveis no mesmo instrumento, ou se se basear numa técnica de avaliação cujas fontes incluem apenas dados de mercados observáveis, o instrumento deve ser reconhecido pelo justo valor derivado de tais dados de mercado observáveis.

Para avaliações que utilizam dados não observáveis, a diferença entre a avaliação do modelo e o preço inicial de transação (Lucro inicial) é reconhecida no lucro ou no prejuízo numa base linear durante o prazo da transação; ou ao longo do período até todos os dados do modelo se tornarem observáveis, caso se aplique; ou emitidos na totalidade quando os dados que eram anteriormente não observáveis se tornam observáveis.

Existem vários fatores que influenciam a disponibilidade de dados observáveis e estes podem variar de produto para produto e mudar ao longo do tempo. Estes fatores incluem a profundidade de atividade no mercado relevante, o tipo de produto, se o produto for novo e não for amplamente comercializado no mercado, o desenvolvimento da modelização do mercado e a natureza da transação (feita à medida ou genérica). Na medida em que a avaliação se baseia em modelos ou dados que não são observáveis no mercado, a determinação do justo valor pode ser mais subjetiva, dependendo da importância dos dados não observáveis para a avaliação global. Os dados não observáveis são determinados com base na melhor informação disponível, por exemplo por referência a ativos semelhantes, maturidades semelhantes ou outras técnicas analíticas.

A sensibilidade das avaliações utilizadas nas demonstrações financeiras para possíveis alterações em dados significativos não observáveis é apresentada na página 165.

#### Previsões e ponderações contabilísticas críticas

A avaliação de instrumentos financeiros envolve frequentemente um grau significativo de julgamento e complexidade, particularmente quando os modelos de avaliação utilizam dados não observáveis (ativos e passivos de "Nível 3"). Esta nota fornece informações sobre estes instrumentos, incluindo os ganhos e perdas não realizados relacionados reconhecidos no período, uma descrição de técnicas de avaliação e dados não observáveis significativos, e uma análise de sensibilidade.

Presume-se que os riscos relacionados com o clima sejam incluídos nos justos valores dos ativos e passivos negociados em mercados ativos.

#### Avaliação

A IFRS 13 *mensuração do justo valor* exige a uma entidade que classifique os seus ativos e passivos de acordo com uma hierarquia que reflete a possibilidade de observação dos dados de mercado significativos. Os três níveis da hierarquia do valor justo são definidos abaixo.

#### Preços do mercado cotados - Nível 1

Os ativos e passivos são classificados como Nível 1 se o seu valor for observável num mercado ativo. Tais instrumentos são avaliados por referência a preços cotados não ajustados para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos, nos quais o preço cotado está disponível de imediato e o preço representa transações de mercado atuais e regulares. Um mercado ativo é um mercado no qual as transações ocorrem com um volume e frequência suficientes para obter informação de preços numa base contínua.

#### Técnica de avaliação utilizando dados observáveis – Nível 2

Os ativos e passivos classificados como Nível 2 foram avaliados através de modelos cujos dados são observáveis direta ou indiretamente. As avaliações com base em dados observáveis incluem ativos e passivos como swaps e forwards (contratos a prazo) que são avaliados utilizando técnicas de fixação de preços normais de mercado, e opções que são normalmente comercializadas em mercados onde todos os dados para os modelos de fixação de preços normais de mercado são observáveis.



# Notas às demonstrações financeiras

## Ativos e passivos avaliados pelo justo valor

### Técnica de avaliação utilizando dados significativos não observáveis – Nível 3

Os ativos e passivos são classificados como Nível 3 se a sua avaliação incorporar dados significativos que não se baseiam em dados de mercado observáveis (dados não observáveis). Um dado de avaliação é considerado observável se puder ser diretamente observado a partir de transações num mercado ativo, ou se houver provas externas convincentes que demonstrem um preço de saída exequível. Os níveis de dados não observáveis são geralmente determinados por referência a dados observáveis, observações históricas ou utilizando outras técnicas analíticas.

A seguinte tabela apresenta os ativos e passivos detidos pelo Banco ao justo valor desagregados por avaliação técnica (hierarquia do justo valor) e classificação do balanço:

#### Ativos e passivos avaliados pelo justo valor

A 31 de dezembro de 2022	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
	M€	M€	M€	M€
Ativos da carteira de negociação	521	7.085	94	7.700
Ativos financeiros pelo justo valor através da demonstração de resultados	—	16.806	410	17.216
Instrumentos financeiros derivados	—	40.050	389	40.439
<b>Total do ativo</b>	<b>521</b>	<b>63.941</b>	<b>893</b>	<b>65.355</b>
Passivos de carteiras de negociação	(1.411)	(11.452)	(9)	(12.872)
Passivos financeiros designados ao justo valor	—	(14.766)	(92)	(14.858)
Instrumentos financeiros derivados	—	(32.117)	(377)	(32.494)
<b>Total do passivo</b>	<b>(1.411)</b>	<b>(58.335)</b>	<b>(478)</b>	<b>(60.224)</b>

#### Ativos e passivos avaliados pelo justo valor

A 31 de dezembro de 2021	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
	M€	M€	M€	M€
Ativos da carteira de negociação	620	7.534	50	8.204
Ativos financeiros ao justo valor através da demonstração de resultados	—	15.002	350	15.352
Instrumentos financeiros derivados	—	33.740	135	33.875
<b>Total do ativo</b>	<b>620</b>	<b>56.276</b>	<b>535</b>	<b>57.431</b>
Passivos de carteiras de negociação	(773)	(9.509)	(4)	(10.286)
Passivos financeiros designados ao justo valor	—	(13.843)	—	(13.843)
Instrumentos financeiros derivados	—	(33.463)	(54)	(33.517)
<b>Total do passivo</b>	<b>(773)</b>	<b>(56.815)</b>	<b>(58)</b>	<b>(57.646)</b>

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos de Nível 3 do Banco que são avaliados pelo justo valor desagregados por tipo de produto:

#### Ativos e passivos de nível 3 avaliados pelo justo valor por tipo de produto

	2022		2021	
	Ativos M€	Passivos M€	Ativos M€	Passivos M€
Derivados de taxa de juros	99	(44)	97	(9)
Derivados cambiais	101	(124)	34	(41)
Derivados de crédito	1	(13)	4	(4)
Derivados de capital próprio	188	(196)	—	—
Certificados de Depósito, Papel Comercial e outros instrumentos do mercado monetário	—	(92)	—	—
Empréstimos suportados por ativos	318	—	326	—
Empréstimos não suportados por ativos	135	—	50	—
Outros	51	(9)	24	(4)
<b>Total</b>	<b>893</b>	<b>(478)</b>	<b>535</b>	<b>(58)</b>

# Notas às demonstrações financeiras

## Ativos e passivos avaliados pelo justo valor

### Técnicas de avaliação e análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade é realizada em produtos com dados não observáveis significativos (Nível 3) para gerar um conjunto de avaliações alternativas razoavelmente possíveis. As metodologias de sensibilidade aplicadas têm em conta a natureza das técnicas de avaliação utilizadas, bem como a disponibilidade e fiabilidade de referências observáveis e dados históricos e o impacto da utilização de modelos alternativos.

As sensibilidades são calculadas de forma dinâmica numa base mensal. O cálculo baseia-se num intervalo ou dados de spread de uma fonte de referência fiável ou num cenário baseado em análises de mercado relevantes, juntamente com o impacto da utilização de modelos alternativos. As sensibilidades são calculadas sem refletir o impacto de qualquer diversificação na carteira.

As técnicas de avaliação usadas, as análises de observabilidade e sensibilidade dos principais produtos em Nível 3 estão descritas em baixo.

### Derivados de taxa de juros

**Descrição:** Derivados ligados a taxas de juro ou índices de inflação. Esta categoria inclui futuros, taxas de juro e swaps de inflação; opções de swaps; caps; floors, opções de inflação e outros derivados de taxas de juro exóticos.

**Avaliação:** Os derivados de taxas de juro e inflação são geralmente avaliados utilizando curvas de taxas a prazo construídas a partir de dados de mercado para prever e descontar os fluxos de caixa futuros de transações. Os instrumentos com opcionalidade são avaliados utilizando as volatilidades implícitas dos dados de mercado, e utilizam modelos normalizados da indústria ou personalizados, dependendo do tipo de produto.

**Observabilidade:** Em geral, os dados são considerados observáveis até aos vencimentos líquidos, que são determinados separadamente para cada dado e elemento subjacente. Os dados não observáveis são geralmente definidos por referência a instrumentos de mercado líquidos e pela aplicação de técnicas de extrapolação, ou deduzidos através de outro método razoável.

### Derivados cambiais

**Descrição:** Derivados ligados ao mercado cambial (*foreign exchange*, "FX"). Esta categoria inclui contratos forward cambiais, swaps cambiais e opções cambiais. A maioria é negociada como derivados OTC.

**Avaliação:** Os derivados cambiais são avaliados através de modelos normalizados da indústria e personalizados, dependendo do tipo de produto. Os dados de avaliação incluem taxas de câmbio, taxas de juro, volatilidades cambiais, volatilidades de taxas de juro, correlações de taxas de juro cambiais e outras, conforme adequado.

**Observabilidade:** As correlações, forwards e volatilidades cambiais são geralmente observáveis até aos vencimentos líquidos, que são determinados separadamente para cada dado e elemento subjacente. Os dados não observáveis são definidos por referência a instrumentos de mercado líquidos e pela aplicação de técnicas de extrapolação, ou deduzidos através de outro método razoável. Os forwards cambiais contingentes de negociação são geralmente classificados como nível 3, visto que a probabilidade de conclusão do negócio não é observável.

### Derivados de capital próprio

**Descrição:** Derivados negociados em bolsa ou de balcão (OTC) associados a índices de ações e a entidades individuais. Esta categoria inclui produtos de capital corrente e exóticos.

**Avaliação:** Os derivados de capital próprio são avaliados utilizando os modelos padrão dos setores. Os dados de avaliação incluem os preços das ações, dividendos, volatilidades, taxas de juro, curvas de recompra de capitais próprios e, para produtos multi-ativos, correlações.

**Observabilidade:** Em geral, os dados de avaliação são considerados observáveis até aos vencimentos líquidos, que são determinados separadamente para cada dado e elemento subjacente. Os dados não observáveis são definidos por referência a instrumentos de mercado líquidos e pela aplicação de técnicas de extrapolação, ou deduzidos através de outro método razoável.

### Empréstimos suportados por ativos

**Descrição:** Carteira de empréstimos hipotecários denominados em Euros que são garantidos em propriedades residenciais em Itália. Os empréstimos estão indexados à taxa de câmbio EUR/CHF e à taxa composta de 3 meses da Swiss Average Rate Overnight ("SARON"). A carteira é classificada pelo justo valor por via dos resultados ("FVTPL") devido ao facto de as características dos empréstimos implicarem que os fluxos de caixa contratuais não cumprem os critérios da IFRS 9 SPPI.

**Avaliação:** Os empréstimos são avaliados através de um modelo que desconta projeções de fluxos de caixa a nível de empréstimos a uma margem adequada.

**Observabilidade:** Os spreads para hipotecas denominados em EUR e indexados a CHF são geralmente não observáveis. Os spreads utilizados no modelo de avaliação baseiam-se em dados de outras hipotecas italianas, bem como quaisquer dados de transações disponíveis.

**Sensibilidade de Nível 3:** A sensibilidade da carteira de empréstimos hipotecários indexados ao CHF e denominados em EUR é calculada aplicando uma alteração ao spread de desconto, à taxa de pré-pagamento condicional (CPR) e à taxa de incumprimento constante (CDR), de acordo com o quadro de avaliação prudente, para ajustamentos de avaliação adicionais.

### Empréstimos não suportados por ativos

**Descrição:** Predominantemente compostos por empréstimos de taxa fixa.

**Avaliação:** Os empréstimos de taxa fixa são avaliados através de modelos que os descontam fluxos de caixa futuros esperados com base nas taxas de juro e spreads dos empréstimos.

# Notas às demonstrações financeiras

## Ativos e passivos avaliados pelo justo valor

**Observabilidade:** Neste tipo de empréstimos, geralmente o spread do empréstimo é não observável. Os spreads de empréstimo não observáveis são determinados através da integração de custos de financiamento, do nível de ativos comparáveis como obrigações do tesouro, da qualidade de crédito do emissor e de outros fatores.

### Ativos e passivos reclassificados entre o Nível 1 e o Nível 2

Durante o período, não se registaram transferências significativas entre o Nível 1 e o Nível 2 (2021: não se registaram transferências significativas entre o Nível 1 e o Nível 2).

### Análise de Movimento no Nível 3

A tabela abaixo resume os movimentos nos balanços de Nível 3 durante o período.

As transferências de ativos e passivos entre o Nível 2 e o Nível 3 devem-se principalmente a i) um aumento ou diminuição da atividade do mercado observável relacionada com os dados ou ii) uma alteração na significância dos dados não observáveis, com ativos e passivos classificados como Nível 3, se um dado não observável for considerado significativo.

### Análise de movimentos em ativos e passivos no Nível 3

	A 1 de janeiro de 2022	Compras	Vendas	Emissões	Liquidações	Total de ganhos e (perdas) no período reconhecidos na demonstração de resultados		Total de ganhos ou (perdas) reconhecido em outros rendim. integrais	Transferências		A 31 de dezembro de 2022
						Atividade comercial	Rendim. de Investimento		Recebidas	Enviadas	
Empréstimos não suportados por ativos	50	121	(104)	—	—	—	—	—	—	—	67
Outros	—	26	—	—	—	—	—	—	1	—	27
<b>Ativos da carteira de negociação</b>	<b>50</b>	<b>147</b>	<b>(104)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>1</b>	<b>—</b>	<b>94</b>
Empréstimos suportados por ativos	326	4	—	—	(27)	—	15	—	—	—	318
Empréstimos não suportados por ativos	—	72	—	—	—	(4)	—	—	—	—	68
Outros	24	1	—	—	—	(1)	—	—	—	—	24
<b>Ativos financeiros ao justo valor através da demonstração de resultados</b>	<b>350</b>	<b>77</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>(27)</b>	<b>(5)</b>	<b>15</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>410</b>
<b>Passivos de carteiras de negociação</b>	<b>(4)</b>	<b>(4)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>(5)</b>	<b>4</b>	<b>(9)</b>
<b>Passivos financeiros designados ao justo valor</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>(92)</b>	<b>—</b>	<b>(92)</b>
Derivados de taxa de juros	88	—	—	—	(3)	3	—	—	(15)	(18)	55
Derivados cambiais	(7)	—	—	—	(9)	(12)	—	—	1	4	(23)
Derivados de crédito	—	(1)	1	—	—	(5)	—	—	(7)	—	(12)
Derivados de capital próprio	—	—	—	—	—	—	—	—	(8)	—	(8)
<b>Instrumentos financeiros derivados líquidos <sup>a</sup></b>	<b>81</b>	<b>(1)</b>	<b>1</b>	<b>—</b>	<b>(12)</b>	<b>(14)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>(29)</b>	<b>(14)</b>	<b>12</b>
<b>Total</b>	<b>477</b>	<b>219</b>	<b>(103)</b>	<b>—</b>	<b>(39)</b>	<b>(19)</b>	<b>15</b>	<b>—</b>	<b>(125)</b>	<b>(10)</b>	<b>415</b>

# Notas às demonstrações financeiras

## Ativos e passivos avaliados pelo justo valor

### Análise de movimentos em ativos e passivos no Nível 3

	A 1 de janeiro de 2022	Compras	Vendas	Emissões	Liquidações	Total de ganhos e (perdas) no período reconhecidos na demonstração de resultados		Total de ganhos ou (perdas) reconhecido em outros rendim. integrais	Transferências		A 31 de dezembro de 2022
						Atividade comercial	Rendim. de investimento		Recebidas	Enviadas	
Empréstimos não suportados por ativos	76	50	(76)	—	—	—	—	—	—	—	50
<b>Ativos da carteira de negociação</b>	76	50	(76)	—	—	—	—	—	—	—	50
Empréstimos suportados por ativos	357	—	—	—	(35)	—	4	—	—	—	326
Outros	—	24	—	—	—	—	—	—	—	—	24
<b>Ativos financeiros ao justo valor através da demonstração de resultados</b>	357	24	—	—	(35)	—	4	—	—	—	350
<b>Passivos de carteiras de negociação</b>	—	—	—	—	—	—	—	—	(4)	—	(4)
Derivados de taxa de juros	—	—	—	—	(25)	96	—	—	(6)	23	88
Derivados cambiais	—	—	—	—	(11)	(5)	—	—	9	—	(7)
Derivados de crédito	—	(1)	3	—	(6)	4	—	—	—	—	—
<b>Instrumentos financeiros derivados líquidos <sup>a</sup></b>	—	(1)	3	—	(42)	95	—	—	3	23	81
<b>Total</b>	433	73	(73)	—	(77)	95	4	—	(1)	23	477

Nota

a Os instrumentos financeiros derivados nas tabelas acima são representados em termos líquidos. Em termos ilíquidos, os ativos financeiros derivados são de 397 M€ (2021: 135 M€) e os passivos financeiros derivados totalizaram 349 M€ (2021: 54 M€).

### Ganhos e perdas não realizados em ativos e passivos financeiros de Nível 3

As tabelas abaixo divulgam os ganhos e perdas não realizados, reconhecidos no ano, decorrentes de ativos e passivos financeiros de Nível 3 detidos no fim do ano.

### Ganhos e (perdas) não realizados reconhecidos durante o período, em ativos e passivos de Nível 3 detidos no fim do ano

	2022			2021		
	Demonstração de resultados			Demonstração de resultados		
	Rendimentos comerciais	Perdas de investimento	Total	Rendimentos comerciais	Perdas de investimento	Total
A 31 de dezembro	M€	M€	M€	M€	M€	M€
Ativos financeiros ao justo valor através da demonstração de resultados	(5)	15	10	—	4	4
Instrumentos financeiros derivados líquidos	(16)	—	(16)	95	—	95
<b>Total</b>	<b>(21)</b>	<b>15</b>	<b>(6)</b>	<b>95</b>	<b>4</b>	<b>99</b>

# Notas às demonstrações financeiras

## Ativos e passivos avaliados pelo justo valor

### Dados não observáveis significativos

A tabela que se segue apresenta as técnicas de avaliação e dados não observáveis significativos para ativos e passivos materiais reconhecidos ao justo valor e classificados como Nível 3, juntamente com o conjunto de valores usados para os dados não observáveis significativos:

Técnica(s) de avaliação	Dados não observáveis significativos	2022 Intervalo		2021 Intervalo		Unidades <sup>a</sup>	
		Mín.	Máx.	Mín.	Máx.		
<b>Instrumentos financeiros derivados</b>							
Derivados de taxa de juros	Fluxos de caixa descontados	Futuros da inflação	2	5	3	4	%
	Modelo de opção	Volatilidade da taxa de juro	42	261	19	465	bps vol
Derivados de capital próprio	Fluxos de caixa descontados	Margem de desconto	(205)	26	—	—	bps
Derivados cambiais	Modelo de opção	Volatilidade da opção	4	13	5	14	pontos
	Fluxos de caixa descontados	Rendimento	(3)	2	—	—	%
<b>Instrumentos financeiros não derivados</b>							
Empréstimos suportados por ativos	Fluxos de caixa descontados	Spread de crédito	200	300	200	300	bps
Empréstimos não suportados por ativos	Preços comparáveis comparáveis	Rendimento	—	—	5	6	%
		Preço	96	100	—	—	pontos
Certificados de depósito, papel comercial e outros instrumentos do mercado monetário	Fluxos de caixa descontados	Spread de crédito	128	128	—	—	bps

#### Nota

a As unidades utilizadas para divulgar intervalos para dados significativos não observáveis são percentagens e pontos base. Um ponto base equivale a 1/100 de 1%; por exemplo, 150 pontos de base equivalem a 1,5%.

A secção que se segue descreve os dados não observáveis significativos identificados na tabela anterior, e a sensibilidade da mensuração do justo valor dos instrumentos classificados como ativos ou passivos de Nível 3 aos aumentos nos dados não observáveis significativos. Nos casos em que as sensibilidades são descritas, a relação inversa aplica-se também na generalidade.

Nos casos em que podem ser identificadas inter-relações fiáveis entre os dados não observáveis significativos utilizados na mensuração do justo valor, é incluída abaixo uma descrição dessas inter-relações.

#### Futuros da inflação

Um preço ou taxa aplicável a uma transação financeira a decorrer no futuro.

Geralmente, um aumento significativo num futuro em isolamento resultará num aumento no justo valor para o recetor contratado do elemento subjacente (por exemplo, moeda, título, produto de base, etc.), mas a sensibilidade depende dos termos específicos do instrumento.

#### Volatilidade

A volatilidade é uma medida da variabilidade ou incerteza no retorno de um determinado derivado subjacente. É uma estimativa de quanto um determinado instrumento ou índice subjacente irá mudar de valor ao longo do tempo. Em geral, as volatilidades estão implícitas nos preços das opções observadas. Para opções não observáveis, a volatilidade implícita pode refletir pressupostos adicionais sobre a natureza do risco subjacente, e o perfil de exercício/maturidade de um contrato específico.

Geralmente, um aumento significativo da volatilidade em isolamento resultará num aumento no justo valor para o detentor de uma opção simples, mas a sensibilidade depende dos termos específicos do instrumento.

#### Preço comparável

Os preços de instrumentos comparáveis são utilizados na avaliação através do cálculo de um rendimento implícito (ou spread sobre uma referência líquida) a partir do preço de um instrumento observável comparável, ajustando depois esse rendimento (ou spread) para contabilizar as diferenças relevantes, tais como a maturidade ou a qualidade do crédito. Em alternativa, pode assumir-se uma base preço a preço entre os instrumentos comparáveis e não observáveis, a fim de estabelecer um valor.

Geralmente, um aumento significativo no preço comparável em isolamento resultará num aumento no preço do instrumento não observável. Para os derivados, uma alteração no preço comparável em isolamento poderá resultar num aumento ou decréscimo no justo valor, consoante os termos específicos do instrumento.

#### Spread de crédito

Normalmente, os spreads de crédito representam a diferença de rendimento entre um instrumento e um título de referência ou uma taxa de referência. Os spreads de crédito refletem o rendimento adicional de que um participante do mercado necessita para ficar exposto ao risco de crédito de um instrumento, e fazem parte do rendimento utilizado no cálculo do fluxo de caixa descontado.

De modo geral, um aumento significativo num spread de crédito em isolamento poderá resultar num decréscimo no justo valor para um ativo em numerário.

# Notas às demonstrações financeiras

## Ativos e passivos avaliados pelo justo valor

Para um instrumento derivado, um aumento significativo num spread em isolamento poderá resultar num aumento ou decréscimo no justo valor, consoante os termos específicos do instrumento.

Análise de sensibilidade das mensurações utilizando dados não observáveis	2022		2021	
	Alterações favoráveis	Alterações desfavoráveis	Alterações favoráveis	Alterações desfavoráveis
	M€	M€	M€	M€
Derivados de taxa de juros	2	(3)	1	(1)
Derivados de crédito	1	(1)	1	—
Empréstimos suportados por ativos	24	(33)	18	(18)
Empréstimos não suportados por ativos	3	(3)	1	(1)
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>(40)</b>	<b>21</b>	<b>(20)</b>

O efeito de acentuar os dados não observáveis face a um conjunto de alternativas razoavelmente possíveis, juntamente com a consideração do impacto da utilização de modelos alternativos, seria um aumento nos justos valores até 30 M€ (2021: 21 M€) ou uma diminuição nos justos valores até 40 M€ (2021: 20 M€). O potencial efeito teria um impacto significativo sobre os ganhos e as perdas. Note-se que existem derivados de ações e cambiais de nível 3 em que o impacto da aplicação de dados não observáveis seria mínimo devido ao facto de estas posições serem tipicamente *back to back*.

### Ajustes do justo valor

Os principais ajustes de avaliação do balanço são quantificados em seguida:

	2022	2021
	M€	M€
Ajustes ao preço de saída derivados dos spreads de compra/venda do mercado	(29)	(11)
Financiamento de derivados não garantidos	11	(5)
Ajustes na avaliação de crédito derivado	(28)	(21)
Ajustes na avaliação de débito derivado	23	6

### Ajustes ao preço de saída derivados dos spreads de compra/venda do mercado

O Banco utiliza preços médios de mercado nos casos em que é criador de mercado e tem a capacidade de efetuar transações a preço médio ou melhor (que é o caso de certos mercados de obrigações e derivados de tipo corrente). Para outros ativos e passivos financeiros, os ajustes de compra e venda são registados de forma a refletir o preço de saída para a estratégia de fecho esperada. A metodologia para determinar o ajuste de compra e venda de uma carteira de derivados envolve o cálculo da exposição ao risco líquido através da compensação de posições longas e curtas por exercício e prazo, de acordo com a estratégia de gestão de riscos e de cobertura.

Os níveis de compra e venda são geralmente derivados de cotações de mercado, tais como dados de corretores. Instrumentos menos líquidos podem não ter um nível de oferta de compra diretamente observável. Nesses casos, pode haver um ajuste ao preço de saída derivado de um nível de compra/venda observável para um instrumento líquido comparável, ou determinado através da calibração para preços derivados, ou por análise de historial e cenários.

Os ajustes ao preço de saída derivados da compra/venda no mercado aumentaram em 18 M€, para os (29) M€, devido aos movimentos nos spreads compra/venda do mercado e às exposições subjacentes acrescidas em 2022.

### Abordagens de desconto para instrumentos derivados

#### Com garantia

De acordo com a prática de mercado, a metodologia para descontar derivados com garantias tem em conta a natureza e a moeda da garantia que pode ser depositada dentro do CSA (Anexo de Apoio ao Crédito) relevante. Esta abordagem de desconto que contempla o CSA reconhece a opção "de entrega mais barata" que reflete a capacidade da parte que deposita a garantia para alterar a moeda da garantia.

#### Sem garantia

É aplicado um ajustamento do justo valor de 11 M€ para justificar o impacto da inclusão do custo de financiamento na avaliação das carteiras de derivados sem garantia e com garantia parcial nos casos em que os termos do acordo não permitem a reafetação das garantias recebidas. Este ajuste é designado por financiamento de derivados não garantidos. O financiamento de derivados não garantidos diminuiu 16 milhões de euros em relação ao ano anterior, passando para 11 milhões de euros (com um benefício no final do exercício de 2022), em resultado de alterações subjacentes no perfil de exposição da carteira de derivados no âmbito de aplicação.

### Ajustamento à avaliação de crédito e débito derivado

Os ajustamentos de avaliação de crédito derivado e os ajustamentos de avaliação de débito derivado são integrados nas avaliações derivadas de forma a refletir o impacto sobre o justo valor do risco do crédito da contraparte e a própria qualidade do crédito do Barclays, respetivamente. Estes ajustes são calculados para derivados sem garantia e com garantia parcial em todas as classes de ativos. Os ajustamentos de avaliação de crédito derivado e os ajustamentos de avaliação de débito derivado são calculados usando as estimativas de exposição no momento do incumprimento, a probabilidade de incumprimento e as taxas de recuperação, ao nível da contraparte. As contrapartes incluem, sem carácter limitativo, empresas, entidades e agências soberanas, e entidades supranacionais.

A exposição ao incumprimento é geralmente estimada através da simulação dos fatores de risco subjacentes, por aproximação com uma estrutura mais simples, ou usando o preço de mercado atual ou baseado em cenários como estimativa da exposição futura.

# Notas às demonstrações financeiras

## Ativos e passivos avaliados pelo justo valor

A probabilidade de incumprimento e as informações relativas à taxa de recuperação são geralmente provenientes dos mercados de swaps por incumprimento de crédito ("CDS"). Quando estas informações não estão disponíveis ou são consideradas pouco fiáveis, são usadas abordagens alternativas com base no levantamento de *ratings* de contraparte internos sobre informações acerca de incumprimento e recuperação históricos ou baseados no mercado.

Os ajustamentos de avaliação de crédito derivado aumentaram 7 M€ para (28) M€, em resultado do aumento dos *spreads* de crédito das contrapartes. Os ajustamentos de avaliação de débito derivado aumentaram 17 M€, passando para 23 M€, em resultado do aumento dos *spreads* de crédito próprios.

### Isenções em carteira

O Banco utiliza a isenção em carteira na IFRS 13 Mensuração do Justo Valor para medir o justo valor dos grupos de ativos e passivos financeiros. Os instrumentos são medidos utilizando o preço que seria recebido para vender uma posição longa líquida (ou seja, um ativo), para uma exposição ao risco específica; ou para transferir uma posição curta líquida (ou seja, um passivo), para uma exposição ao risco específica, numa transação normal entre participantes do mercado à data do balanço, nas atuais condições de mercado. Por conseguinte, o Banco mede o justo valor do grupo de ativos e passivos financeiros de forma consistente com a forma como os participantes do mercado definiriam o preço para a exposição ao risco líquida à data da mensuração.

### Ganhos não reconhecidos em resultado da utilização de modelos de avaliação utilizando dados não observáveis

O montante que ainda tem de ser reconhecido nos resultados que se relaciona com a diferença entre o preço de transação (o justo valor no reconhecimento inicial) e o montante que teria resultado se modelos de avaliação utilizando dados não observáveis tivessem sido utilizados no reconhecimento inicial, menos os montantes subsequentemente reconhecidos, foi de 11 M€ (2021: 0 M€) para os instrumentos financeiros avaliados pelo justo valor. O aumento nos ganhos não reconhecidos de 11 M€ (2021: 0 M€) deveu-se a adições de 11 M€ (2021: 0 M€).

### Comparação dos valores contabilísticos e dos justos valores para ativos e passivos não avaliados pelo justo valor

As tabelas seguintes resumem o justo valor dos ativos e passivos financeiros avaliados ao custo amortizado no balanço do Banco:

	2022				
	Quantia escriturada	Justo Valor	Nível 1	Nível 2	Nível 3
A 31 de dezembro	€m	€m	€m	€m	€m
<b>Ativos financeiros</b>					
Empréstimos e adiantamentos a bancos	1.412	1.412	278	1.134	—
Empréstimos e adiantamentos a clientes	13.948	13.579	—	2.071	11.508
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	1.764	1.611	—	1.611	—
<b>Passivos financeiros</b>					
Depósitos de bancos	(3.628)	(3.628)	(940)	(2.687)	—
Depósitos de clientes	(25.793)	(25.793)	(13.068)	(12.726)	—
Acordos de recompra e outros empréstimos garantidos similares	(2.964)	(2.964)	—	(2.964)	—
Títulos de dívida em circulação	(3.139)	(3.139)	—	(3.139)	—
Passivos subordinados	(4.679)	(4.313)	—	(4.313)	—

	2021				
	Quantia escriturada	Justo Valor	Nível 1	Nível 2	Nível 3
A 31 de dezembro	M€	M€	M€	M€	M€
<b>Ativos financeiros</b>					
Empréstimos e adiantamentos a bancos	903	903	75	828	—
Empréstimos e adiantamentos a clientes	13.083	12.467	—	2.057	10.410
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	3.228	3.228	—	3.228	—
<b>Passivos financeiros</b>					
Depósitos de bancos	(4.252)	(4.252)	(803)	(3.449)	—
Depósitos de clientes	(21.382)	(21.382)	(13.841)	(7.541)	—
Acordos de recompra e outros empréstimos garantidos similares	(3.596)	(3.596)	—	(3.596)	—
Títulos de dívida em circulação	(3.397)	(3.397)	—	(3.397)	—
Passivos subordinados	(3.171)	(3.278)	—	(3.278)	—

O justo valor é uma estimativa do preço que seria recebido mediante a venda de um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação ordenada entre participantes do mercado à data de mensuração. Visto que existe uma vasta gama de técnicas de avaliação frequentemente disponíveis, pode ser apropriado comparar diretamente esta informação do justo valor com fontes independentes de mercado ou outras instituições financeiras. As diferentes metodologias e pressupostos de avaliação podem ter um impacto significativo nos justos valores que têm por base dados não observáveis.



# Notas às demonstrações financeiras

## Ativos e passivos avaliados pelo justo valor

### *Ativos financeiros*

O valor contabilístico dos ativos financeiros avaliados pelo custo amortizado (incluindo empréstimos e adiantamentos a bancos e clientes, e outros empréstimos como acordos de revenda) é determinado de acordo com a secção de políticas contabilísticas.

#### *Empréstimos e adiantamentos aos bancos e clientes*

O justo valor de empréstimos e adiantamentos, para efeitos desta divulgação, resulta do desconto dos fluxos de caixa esperados, de um modo que reflita o preço de mercado atual para o empréstimo a mutuários com qualidade de crédito semelhante. Nos casos em que os dados de mercado ou a informação de crédito sobre os mutuários subjacentes não estão disponíveis, serão aplicadas várias técnicas de aproximação/extrapolação para determinar as taxas de desconto apropriadas.

#### *Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares*

O justo valor dos acordos de revenda aproxima-se da quantia escriturada, já que estes saldos são, normalmente, de curto prazo e totalmente garantidos.

### *Passivos financeiros*

O valor contabilístico dos passivos financeiros subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (incluindo contas de cliente, outros depósitos, acordos de recompra, títulos de dívida em circulação e passivos subordinados) é determinado de acordo com a secção de políticas contabilísticas.

#### *Depósitos de bancos e de clientes*

Em muitos casos, o justo valor divulgado aproxima-se do valor contabilístico porque os instrumentos são de curto prazo ou têm taxas de juros que são alteradas com frequência, tais como as contas de clientes e outros depósitos, e os títulos de dívida de curto prazo.

O justo valor para todos os depósitos com maturidades a longo prazo, maioritariamente depósitos a prazo, é estimado utilizando fluxos de caixa descontados, aplicando tanto as taxas de mercado como as taxas atuais para depósitos de maturidades restantes semelhantes. Consequentemente, o desconto do justo valor é mínimo.

#### *Acordos de recompra e outros empréstimos garantidos similares*

O justo valor dos acordos de recompra aproxima-se dos valores contabilísticos, já que estes saldos são, normalmente, de curto prazo.

#### *Títulos de dívida em circulação*

Os justos valores de outros títulos de dívida em circulação são baseados em preços cotados, caso aplicável; ou, nos casos em que os instrumentos são de curto prazo, a quantia escriturada aproxima-se do justo valor.

#### *Passivos subordinados*

Os justos valores para capital de empréstimo obsoleto e não obsoleto, convertível e não convertível, baseiam-se nas taxas de mercado cotadas para o emitente em questão ou para emitentes com prazos e condições semelhantes.

## 3 Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros

De acordo com a IAS 32 *Instrumentos Financeiros: Apresentação*, o Banco apenas apresenta ativos e passivos financeiros numa base líquida no balanço se existir um direito executório legal para compensar as importâncias reconhecidas, e se houver intenção de liquidação numa base líquida, ou de realizar um ativo e liquidar simultaneamente o passivo. A seguinte tabela apresenta o impacto dos acordos de compensação em:

- todos os ativos e passivos líquidos indicados no balanço
- Todos os instrumentos financeiros derivados e acordos de recompra e revenda e outros empréstimos garantidos similares, e acordos de empréstimo que estão sujeitos a acordos gerais de compensação executáveis ou acordos similares, mas não se qualificam para a compensação do balanço.

# Notas às demonstrações financeiras

## Ativos e passivos avaliados pelo justo valor

Os 'valores líquidos' apresentados em seguida não se destinam a representar a exposição real do Banco ao risco de crédito, uma vez que são utilizadas várias estratégias de mitigação de crédito, além dos acordos de compensação e garantia.

	Quantias sujeitas a acordos de compensação executáveis							
	Efeitos de compensação no balanço		Quantias relacionadas não compensadas				Quantias não sujeitas a acordos	
	Valores brutos	Valores Compensados <sup>a</sup>	Valores líquidos apurados no balanço	Garantias financeiros	Garantias financeiras <sup>b</sup>	Valor líquido	acordos de compensação <sup>c</sup>	Balanço folha total <sup>d</sup>
	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€
<b>A 31 de dezembro de 2022</b>								
Ativos financeiros derivados	72.964	(32.666)	40.298	(23.787)	(14.448)	2.063	141	40.439
Acordos de revenda e outros empréstimos similares garantidos <sup>e</sup>	44.156	(26.996)	17.160	—	(17.160)	—	27	17.187
<b>Total do ativo</b>	<b>117.120</b>	<b>(59.662)</b>	<b>57.458</b>	<b>(23.787)</b>	<b>(31.608)</b>	<b>2.063</b>	<b>168</b>	<b>57.626</b>
Passivos financeiros derivados	(65.862)	33.712	(32.150)	23.787	6.363	(2.000)	(344)	(32.494)
Acordos de recompra e outros empréstimos garantidos semelhantes <sup>e</sup>	(37.565)	26.996	(10.569)	—	10.569	—	(1.533)	(12.102)
<b>Total do passivo</b>	<b>(103.427)</b>	<b>60.708</b>	<b>(42.719)</b>	<b>23.787</b>	<b>16.932</b>	<b>(2.000)</b>	<b>(1.877)</b>	<b>(44.596)</b>
<b>A 31 de dezembro de 2021</b>								
Ativos financeiros derivados	41.756	(8.003)	33.753	(21.928)	(10.365)	1.460	122	33.875
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares <sup>e</sup>	46.444	(28.619)	17.825	—	(17.825)	—	4	17.829
<b>Total do ativo</b>	<b>88.200</b>	<b>(36.622)</b>	<b>51.578</b>	<b>(21.928)</b>	<b>(28.190)</b>	<b>1.460</b>	<b>126</b>	<b>51.704</b>
Passivos financeiros derivados	(40.944)	7.617	(33.327)	21.928	10.273	(1.126)	(190)	(33.517)
Acordos de recompra e outros empréstimos garantidos similares	(38.946)	28.619	(10.327)	—	10.327	—	(2.917)	(13.244)
<b>Total do passivo</b>	<b>(79.890)</b>	<b>36.236</b>	<b>(43.654)</b>	<b>21.928</b>	<b>20.600</b>	<b>(1.126)</b>	<b>(3.107)</b>	<b>(46.761)</b>

### Notas

- a Os montantes de compensação para ativos financeiros derivados incluem ainda liquidez de garantias em numerário de 7.253 M€ (2021: 1.285 M€). Os montantes de compensação para passivos financeiros derivados incluem ainda liquidez de garantias em numerário de 6.207 M€ (2021: 1.671 M€). Os ativos e passivos de liquidações foram compensados totalizando 3.306 M€ (2021: 2.338 M€).
- b Foram recebidas garantias financeiras no valor de 14.448 M€ (2021: 10.365 M€) relativas a ativos derivados, incluindo 12.797 M€ (2021: 9.666 M€) de garantias em numerário e 1.651 M€ (2021: 699 M€) de garantias não monetárias. Foram depositadas garantias financeiras no valor de 6.363 M€ (2021: 10.273 M€) relativas a passivos derivados, incluindo 6.119 M€ (2021: 9.450 M€) de garantias em numerário e 244 M€ (2021: 823 M€) de garantias não monetárias. As quantias das garantias são limitadas à exposição líquida de balanço, de forma a não incluir sobregarantias.
- c Esta coluna inclui os direitos contratuais de compensação que estão sujeitos a incerteza ao abrigo das leis da jurisdição em questão.
- d O balanço total é a soma dos "valores líquidos apurados no balanço", sujeitos a acordos de compensação executáveis e dos "valores não sujeitos a acordos de compensação executáveis".
- e os Acordos de Revenda e outros empréstimos garantidos similares de 17.187 M€ (2021: 17.829 M€) estão divididos entre justo valor, 15.423 M€ (2021: 14.601 M€) e custo amortizado 1.764 M€ (2021: 3.228 M€). Os acordos de recompra e outros empréstimos garantidos similares de 12.102 M€ (2021: 13.244 M€) estão divididos entre justo valor 9.138 M€ (2021: 9.648 M€) e custo amortizado 2.964 M€ (2021: 3.596 M€).

### Ativos e passivos derivados

A coluna "Instrumentos Financeiros" identifica ativos e passivos financeiros sujeitos a pagamento sob acordos de compensação, como o ISDA Master Agreement, ou acordos de troca de derivados ou contraparte de liquidação, em que todas as operações em aberto com a mesma contraparte podem ser compensadas com vencimento antecipado aplicado em todas as transações pendentes e cobertas pelos acordos, em caso de incumprimento ou outro evento previamente estabelecido.

Garantia financeira refere-se às garantias, em numerário ou não, obtidas geralmente diária ou semanalmente, para cobrir a exposição líquida entre as contrapartes, permitindo que a garantia seja realizada no caso de incumprimento ou outro evento previamente estabelecido.

### Acordos de recompra e de revenda e outros empréstimos garantidos similares

A coluna "Instrumentos financeiros" identifica os ativos e passivos financeiros sujeitos a compensação por acordos específicos, tais como Acordos Globais de Recompra e Acordos Globais para Empréstimo de Títulos, em que todas as operações pendentes com a mesma contraparte podem ser compensadas, aplicando-se a compensação com vencimento antecipado a todas as transações pendentes e cobertas pelos acordos, em caso de incumprimento ou de outros eventos previamente estabelecidos.

A garantia financeira inclui tipicamente títulos de elevada liquidez, que são legalmente transferidos e podem ser liquidados em caso de incumprimento da contraparte.

Estes acordos de compensação e garantia, juntamente com outras estratégias de mitigação do risco de crédito utilizadas pelo Banco, são explicados em maior detalhe na secção de Mitigação do Risco de Crédito, na página 51.

# Notas às demonstrações financeiras

## Ativos e passivos avaliados pelo custo

As notas incluídas nesta secção referem-se aos empréstimos e adiantamentos e depósitos ao custo amortizado, ativos fixos tangíveis, locações, ativos intangíveis, garantias em numerário e saldos de liquidação e outros ativos do Banco. Os detalhes relativos aos ativos e passivos ao custo amortizado do Banco podem ser consultados nas páginas 169 a 173.

### 4 Empréstimos e adiantamentos e depósitos ao custo amortizado

#### Contabilidade para instrumentos financeiros avaliados pelo custo amortizado

Os empréstimos e adiantamentos a clientes e bancos, as contas de clientes, os títulos de dívida, e a maioria dos passivos financeiros são avaliados pelo custo amortizado. Ou seja, o justo valor inicial (que será normalmente o montante adiantado ou emprestado) é ajustado pelos reembolsos e pela amortização de cupões, taxas e despesas, para que represente a taxa de juro efetiva do ativo ou do passivo. Os saldos diferidos no balanço como ajustes à taxa de juro efetiva são amortizados nos rendimentos de juros durante a vida do instrumento financeiro com o qual estão relacionados.

Os ativos financeiros que são detidos num modelo de negócio para cobrar fluxos de caixa contratuais e que contêm termos contratuais que originam datas específicas para fluxos de caixa que representam SPPI (apenas pagamentos de capital e juros), são avaliados pelo custo amortizado. O valor contabilístico destes ativos financeiros no reconhecimento inicial inclui os custos de transação diretamente atribuíveis.

Para determinar se o modelo de negócio é um modelo de "deter para cobrar", o objetivo do modelo de negócio deve ser o de deter o ativo financeiro para cobrar fluxos de caixa contratuais e não para efeitos de realização de transações ou lucros a curto prazo. Embora o objetivo do modelo de negócio seja deter o ativo financeiro para cobrar fluxos de caixa contratuais, isto não significa que o Banco deva manter os ativos financeiros até à data de vencimento. Ao determinar se o objetivo do modelo de negócio é cobrar fluxos de caixa contratuais, o Banco terá em conta vendas anteriores e expectativas sobre vendas efetuadas no futuro.

#### Empréstimos e adiantamentos a custo amortizado

	2022	2021
A 31 de dezembro	M€	M€
Empréstimos e adiantamentos aos bancos pelo custo amortizado	1.412	903
Empréstimos e adiantamentos aos clientes pelo custo amortizado	13.861	3.004
Títulos de dívida pelo custo amortizado	87	79
<b>Total de empréstimos e adiantamentos a custo amortizado</b>	<b>15.360</b>	<b>13.986</b>

#### Depósitos a custo amortizado

	2022	2021
A 31 de dezembro	M€	M€
Depósitos de bancos ao custo amortizado	3.628	4.252
Depósitos de clientes ao custo amortizado	25.793	21.382
<b>Depósitos totais ao custo amortizado</b>	<b>29.421</b>	<b>25.634</b>

# Notas às demonstrações financeiras

## Ativos e passivos avaliados pelo custo

### 5 Ativos fixos tangíveis

#### Contabilização de ativos fixos tangíveis

O Banco aplica a IAS 16 Ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis são contabilizados pelo custo, incluindo custos de aquisição diretos e adicionais, menos as amortizações acumuladas e provisões para imparidade, se necessário. Os custos subsequentes serão capitalizados se isso resultar numa melhoria do ativo.

A amortização é calculada de forma linear a partir do montante amortizável dos ativos fixos tangíveis ao longo das suas vidas económicas úteis estimadas. As taxas, métodos e valores residuais das amortizações subjacentes ao cálculo das amortizações dos ativos fixos tangíveis são revistas, no sentido de tomar em consideração quaisquer alterações das circunstâncias. O Banco usa as seguintes taxas anuais para o cálculo das amortizações:

Taxas anuais para o cálculo de amortizações	Taxa de amortização
Edifícios de propriedade livre e propriedade arrendada de longa-duração (mais de 50 anos para terminar)	2-3,3%
Propriedade arrendada (menos de 50 anos para terminar)	Ao longo da restante vida do
arrendamento Custos de adaptação de propriedade arrendada	6-10%
Equipamento instalado na propriedade de arrendamento	6-10%
Computadores e equipamentos semelhantes	17-33%
Mobiliário e utensílios e outro equipamento	9-20%

Os custos de adaptação e de equipamento instalado são amortizados ao longo da duração da locação, ou das taxas de amortização indicadas na tabela acima, consoante a que for mais curta.

	Imóveis M€	Equipamento M€	Ativos com direito bens <sup>a</sup> M€	Total M€
<b>Custo</b>				
<b>A 1 de janeiro de 2022</b>	<b>50</b>	<b>51</b>	<b>97</b>	<b>198</b>
Acréscimos	6	8	10	24
Alienações	—	(2)	—	(2)
Outros movimentos	—	—	24	24
<b>A 31 de dezembro de 2022</b>	<b>56</b>	<b>57</b>	<b>131</b>	<b>244</b>
<b>Amortizações acumuladas e imparidade</b>				
<b>A 1 de janeiro de 2022</b>	<b>(32)</b>	<b>(35)</b>	<b>(41)</b>	<b>(108)</b>
Alienações	—	2	—	2
Encargos com amortizações	(3)	(8)	(15)	(26)
Outros movimentos	—	—	2	2
<b>A 31 de dezembro de 2022</b>	<b>(35)</b>	<b>(41)</b>	<b>(54)</b>	<b>(130)</b>
<b>Valor contabilístico líquido</b>	<b>21</b>	<b>16</b>	<b>77</b>	<b>114</b>
<b>Custo</b>				
<b>A 1 de janeiro de 2021</b>	49	43	99	191
Acréscimos	1	8	—	9
Alienações	—	—	—	—
Outros movimentos	—	—	(2)	(2)
<b>A 31 de dezembro de 2021</b>	<b>50</b>	<b>51</b>	<b>97</b>	<b>198</b>
<b>Amortizações acumuladas e imparidade</b>				
<b>A 1 de janeiro de 2021</b>	<b>(28)</b>	<b>(29)</b>	<b>(28)</b>	<b>(85)</b>
Alienações	—	—	—	—
Encargos com amortizações	(4)	(6)	(13)	(23)
<b>A 31 de dezembro de 2021</b>	<b>(32)</b>	<b>(35)</b>	<b>(41)</b>	<b>(108)</b>
<b>Valor contabilístico líquido</b>	<b>18</b>	<b>16</b>	<b>56</b>	<b>90</b>

Nota

a Os saldos de ativos com direito de utilização (DDU) estão associados a locações de propriedades ao abrigo da IFRS 16. Consulte a Nota 19 para mais detalhes.

# Notas às demonstrações financeiras

## Ativos e passivos avaliados pelo custo

### 6 Locações

#### Contabilização de locações

A IFRS 16 é aplicável a todas as locações, exceto as licenças de propriedade intelectual, direitos garantidos por um acordo de licenciamento no âmbito da IAS 38 *Ativos Intangíveis*, acordos de concessão de serviços, locações de ativos biológicos no âmbito da IAS 41 *Agricultura*, e locações de minerais, petróleo, gás natural e outros recursos não-renováveis semelhantes. A IFRS 16 inclui uma opção de política contabilística para que o locatário possa optar por não aplicar a IFRS 16 aos restantes ativos, no âmbito da IAS 38 *Ativos Intangíveis*, que o Banco decidiu aplicar.

Sempre que o Banco é o locatário, deve reconhecer:

- Um passivo de locação, mensurado ao valor atual dos fluxos de caixa restantes na locação, e
- Um ativo com direito de uso (DDU), mensurado pelo montante da mensuração inicial do passivo de locação, e ainda quaisquer pagamentos de locação efetuados antes da data de início, custos diretos iniciais e o custo estimado do restauro do ativo subjacente à condição exigida pela locação, menos quaisquer incentivos à locação recebidos.

Subsequentemente, o passivo de locação irá aumentar com a acumulação de juros, resultando numa taxa constante de retorno durante o tempo de vida da locação; e diminuir quando os pagamentos são efetuados. O ativo com direito de uso será amortizado na demonstração de resultados durante o tempo de vida da locação. O passivo de locação é novamente calculado quando se verifica uma alteração num dos seguintes elementos:

- Os pagamentos futuros da locação decorrentes de uma alteração num índice ou numa taxa;
- A estimativa do Banco sobre o montante que se espera pagar ao abrigo de uma garantia de valor residual; ou
- A avaliação do Banco da possibilidade de exercer uma opção de compra, extensão ou rescisão.

Quando o passivo de locação é reavaliado, é efetuado um ajuste correspondente à quantia escriturada do ativo com direito de uso, ou é registado um ajuste na demonstração de resultados caso a quantia escriturada do ativo com direito de uso tenha sido reduzida a zero.

Os ativos com direito de uso constantes no balanço são incluídos nos ativos fixos tangíveis, e os passivos de locação são incluídos nos outros passivos.

O Banco aplica a exceção de reconhecimento na IFRS 16 para locações com termos inferiores a 12 meses. No caso destas locações, os pagamentos de locações são reconhecidos como despesas pelo método linear durante o período da locação, a menos que seja considerada outra base sistemática mais apropriada.

Enquanto Locatário

O Banco arrenda vários escritórios, balcões e outras instalações ao abrigo de acordos de locação operacional não-canceláveis, para cumprir com os seus requisitos de atividades de exploração. Em alguns casos, o Banco irá sublocar propriedades a terceiros, quando estas já não forem necessárias para cumprir com os requisitos de negócio. Atualmente, o Banco não tem quaisquer acordos de sublocação significativos.

Os saldos de ativos com direito de uso referem-se unicamente a locações de propriedade.

Consulte a Nota 18 para a quantia escriturada dos ativos com direito de uso. O Banco não teve locações de curto prazo significativas durante o ano.

#### Passivos de locações

	2022	2021
	M€	M€
<b>A 1 de janeiro</b>	<b>58</b>	75
Juros	2	2
Novas locações	10	—
Alienações	—	—
Pagamentos em numerário	(16)	(16)
Câmbios e outros movimentos <sup>a</sup>	27	(3)
<b>A 31 de dezembro (ver a Nota 23)</b>	<b>81</b>	58

Nota

a Outros movimentos incluem modificações no valor de 26 M€ (2021: 2 M€).

A tabela que se segue apresenta uma análise da maturidade dos passivos de locações não descontados, apresentando os pagamentos das locações após a data de relato.

#### Análise da maturidade dos passivos de locações não descontados

	2022	2021
	M€	M€
Não mais do que um ano	15	12
Entre um a dois anos	16	8
Entre dois a três anos	16	7
Entre três a quatro anos	10	6
Entre três a cinco anos	8	6
Entre cinco a dez anos	19	16
Mais do que dez anos	12	14
<b>Passivos de locações não descontados totais a 31 de dezembro</b>	<b>96</b>	69

# Notas às demonstrações financeiras

## Ativos e passivos avaliados pelo custo

Além dos fluxos de caixa identificados acima, o Banco está exposto a:

- Pagamentos de locações variáveis: Esta variabilidade irá geralmente decorrer de instrumentos de índice de inflação ou ajustes de preço baseados no mercado. Atualmente, o Banco tem 15 locações (2021: 12) das 21 locações totais (2021: 17) com termos de pagamento variável com base em ajustes de preço baseados no mercado. Quanto aos fluxos de caixa brutos totais identificados acima, 95 M€ (2021: 69 M€) são atribuíveis a locações com algum grau de variabilidade, principalmente associados a ajustes de preço baseados no mercado.
- Opções de extensão e rescisão: A tabela acima representa a melhor estimativa do Banco para futuras saídas de caixa para locações, incluindo pressupostos relativos ao exercício de opções de extensão e rescisão de contratos. Os fluxos de caixa brutos acima referidos foram reduzidos em 29 M€ (2021: 0 €) para as locações em que é altamente expectável que o Banco exerça uma opção de rescisão antecipada. Não houve um impacto significativo em que seja expectável que o Banco exerça um opção de extensão.

Atualmente, o Banco não tem quaisquer transações significativas de venda e locação com cláusula de recompra. O Banco não tem quaisquer restrições ou obrigações contratuais impostas pelo locador nas suas locações de propriedade que limitem as suas atividades.

### 7 Ativos intangíveis

#### Contabilidade para ativos intangíveis

##### Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são contabilizados em conformidade com a IAS 38 *Ativos Intangíveis*.

Os ativos intangíveis são inicialmente reconhecidos quando são separáveis ou derivam de direitos contratuais ou outros direitos legais; quando o custo pode ser fielmente mensurado; ou, no caso de ativos intangíveis não adquiridos numa combinação de negócios, quando é provável que os benefícios económicos futuros atribuíveis aos ativos vão decorrer do seu uso.

Para os ativos intangíveis gerados internamente, apenas os custos incorridos durante a fase de desenvolvimento são capitalizados. As despesas na fase de investigação são reconhecidas como um gasto quando forem incorridas.

Os ativos intangíveis são declarados pelo custo, com a dedução das amortizações acumuladas e das provisões para imparidade, caso existam, e são amortizados ao longo das suas vidas úteis, de uma forma que reflita o padrão com que contribuem para fluxos de caixa futuros, geralmente utilizando os períodos de amortização abaixo:

Taxas anuais para cálculo das amortizações	Período de amortização
Outro software	12 meses a 6 anos
Software desenvolvido internamente <sup>a</sup>	12 meses a 6 anos

Os ativos intangíveis são revistos para efeitos de imparidade quando existem indícios de que esta possa ter ocorrido. Os ativos intangíveis ainda não disponíveis para utilização são revistos anualmente quanto à imparidade.

#### Nota

<sup>a</sup> As exceções à taxa declarada em cima estão relacionadas com as vidas úteis de certas plataformas bancárias principais que são avaliadas individualmente e, se for apropriado, amortizadas ao longo de períodos mais extensos, entre os 10 e os 15 anos.

# Notas às demonstrações financeiras

## Ativos e passivos avaliados pelo custo

	Software desenvolvido internamente	Outro software	Licenças e Outros contratos	Total
	M€	M€	M€	M€
<b>Custo</b>				
<b>A 1 de janeiro de 2022</b>	<b>141</b>	<b>8</b>	<b>3</b>	<b>152</b>
Adições	15	—	1	16
Alienações	—	—	—	—
<b>A 31 de dezembro de 2022</b>	<b>156</b>	<b>8</b>	<b>4</b>	<b>168</b>
<b>Amortização e imparidade acumuladas</b>				
<b>A 1 de janeiro de 2022</b>	<b>(85)</b>	<b>(7)</b>	<b>(1)</b>	<b>(93)</b>
Alienações	—	—	—	—
Encargo de Imparidade	—	—	—	—
Encargos com amortizações	(15)	—	(1)	(16)
<b>A 31 de dezembro de 2022</b>	<b>(100)</b>	<b>(7)</b>	<b>(2)</b>	<b>(109)</b>
<b>Valor contabilístico líquido</b>	<b>56</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>59</b>

<b>Custo</b>				
<b>A 1 de janeiro de 2021</b>	120	8	3	131
Acréscimos	21	—	—	21
<b>A 31 de dezembro de 2021</b>	<b>141</b>	<b>8</b>	<b>3</b>	<b>152</b>
<b>Amortização e imparidade acumuladas</b>				
<b>A 1 de janeiro de 2021</b>	(73)	(7)	(1)	(81)
Alienações	—	—	—	—
Encargo de Imparidade	—	—	—	—
Encargo com amortizações	(12)	—	—	(12)
<b>A 31 de dezembro de 2021</b>	<b>(85)</b>	<b>(7)</b>	<b>(1)</b>	<b>(93)</b>
<b>Valor contabilístico líquido</b>	<b>56</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>59</b>

A determinação das vidas úteis estimadas dos ativos intangíveis (como os que decorrem de relações contratuais) requer uma análise circunstancial. A avaliação da exibição de indicadores de imparidade num ativo, bem como o cálculo da imparidade, que requer a estimativa dos fluxos de caixa futuros e dos justos valores deduzidos dos custos de venda, também requer a preparação de previsões de fluxos de caixa e justos valores para ativos que podem não ser comprados e vendidos com regularidade.

### 21 Garantias em numerário e saldos de liquidação

	2022	2021
	M€	M€
<b>Ativos</b>		
Garantias em numerário	10.303	13.416
Saldos de liquidação	8.237	4.235
<b>Garantias em numerário e saldos de liquidação</b>	<b>18.540</b>	<b>17.651</b>

<b>Passivos</b>		
Garantias em numerário	17.052	13.293
Saldos de liquidação	7.632	3.832
<b>Garantias em numerário e saldos de liquidação</b>	<b>24.684</b>	<b>17.125</b>

### 22 Outros ativos

	2022	2021
	M€	M€
Comissões relacionadas com crédito a receber	51	53
Montantes a receber de empresas do Grupo Barclays	362	159
Outros devedores e despesas pagas antecipadamente	178	125
<b>Outros ativos</b>	<b>591</b>	<b>337</b>



# Notas às demonstrações financeiras

## Acréscimos, provisões, passivos contingentes e processos judiciais

As notas incluídas nesta secção referem-se a outros passivos, provisões, passivos contingentes e compromissos do Banco, bem como questões jurídicas, regulamentares e de concorrência, e podem ser consultadas nas páginas 174 e 175.

### 23 Outros passivos

	2022	2021
	M€	M€
Acréscimos e rendimentos diferidos	241	194
A pagar a empresas do Grupo Barclays	182	71
Outros credores	210	140
Itens devidos a bancos em fase de cobrança	29	49
Passivos de locações (ver Nota 19)	81	58
<b>Outros passivos</b>	<b>743</b>	<b>512</b>

### 24 Provisões

#### Contabilização de provisões

O Banco aplica a IAS 37 *Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes* na contabilização dos passivos não financeiros.

São reconhecidas provisões para obrigações presentes decorrentes de consequências de eventos passados, quando for provável que seja necessária uma transferência de benefícios económicos para liquidar a obrigação, que possa ser estimada com fiabilidade. É constituída uma provisão pelo custo previsto da reestruturação, incluindo os custos de redundância quando existir uma obrigação. É o que acontece quando o Banco tem um plano formal e detalhado para reestruturar um negócio, e quando criou expectativas válidas para as pessoas afetadas pela reestruturação, ao anunciar as principais características do plano, ou ao iniciar a sua implementação.

#### Provisões e ponderações contabilísticas críticas

A comunicação financeira de provisões envolve um grau significativo de julgamento e complexidade. Identificar a existência de uma obrigação presente e estimar a sua probabilidade, prazo, natureza e montante dos fluxos de saída que podem advir de eventos passados requer julgamentos que devem ser baseados nos factos e circunstâncias específicas dos eventos individuais, e requer também aconselhamento profissional especializado. Quando as questões estão numa fase inicial, as estimativas e julgamentos contabilísticos podem ser difíceis de alcançar dado o elevado grau de incerteza envolvido. A administração continua a monitorizar estas questões ao longo do seu desenvolvimento, de modo a reavaliar continuamente se as provisões devem ser reconhecidas. No entanto, pode continuar a existir um vasto conjunto de cenário de resultados e incertezas possíveis, nomeadamente em questões jurídicas, regulamentares e de concorrência. Consequentemente, não é muitas vezes exequível criar estimativas significativas quando as matérias já estão numa fase mais avançada.

	Redundância e reestruturação	Facilidades e garantias contratuais comprometidas não utilizadas <sup>a</sup>	Compensação de clientes	Questões jurídicas, regulamentares e de concorrência	Provisões diversas	Total
	M€	M€	M€	M€	M€	M€
<b>A 1 de janeiro de 2022</b>	<b>10</b>	<b>27</b>	<b>9</b>	<b>3</b>	<b>30</b>	<b>79</b>
Acréscimos	12	23	3	3	16	57
Quantias utilizadas	(7)	—	(8)	—	(4)	(19)
Quantias não usadas revertidas	(6)	(2)	(3)	—	(7)	(18)
Câmbios e outros movimentos	—	(2)	—	—	2	—
<b>A 31 de dezembro de 2022</b>	<b>9</b>	<b>46</b>	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>37</b>	<b>99</b>
<b>A 1 de janeiro de 2021</b>	<b>9</b>	<b>52</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>11</b>	<b>72</b>
Acréscimos	12	4	12	2	22	52
Quantias utilizadas	(9)	—	—	(1)	(2)	(12)
Quantias não usadas revertidas	(2)	(31)	(3)	—	(1)	(37)
Câmbios e outros movimentos	—	2	—	2	—	4
<b>A 31 de dezembro de 2021</b>	<b>10</b>	<b>27</b>	<b>9</b>	<b>3</b>	<b>30</b>	<b>79</b>

Nota

a As provisões para facilidades e garantias contratuais não utilizadas são contabilizadas ao abrigo da IFRS 9.

As provisões que deverão ser recuperadas ou liquidadas num prazo não superior a 12 meses após 31 de dezembro de 2022 são de 86 M€ (2021: 53 M€).

# Notas às demonstrações financeiras

## Acréscimos, provisões, passivos contingentes e processos judiciais

### Redundância e reestruturação

Estas provisões incluem o custo estimado da reestruturação, incluindo os custos de redundância caso exista uma obrigação. Os acréscimos realizados durante o ano relacionam-se com planos de reestruturação formal e foram utilizados, ou revertidos, esperando-se agora que os custos totais sejam inferiores ao montante original da provisão.

### Facilidades e garantias contratuais comprometidas não utilizadas

A provisão por imparidade ao abrigo da IFRS 9 tem em consideração a exposição tanto à contraparte utilizada como à não utilizada. Para carteiras de retalho, a provisão total para imparidade é atribuída à exposição extraída, na medida em que a provisão não exceda a exposição, uma vez que a PCE não é reportada separadamente. Qualquer excesso é reportado no lado do passivo do balanço como uma provisão. Para carteiras grossistas, a provisão para imparidade sobre a exposição não extraída é reportada como uma provisão no lado do passivo do balanço. Para mais informação, consultar a secção de risco de crédito para compromissos de empréstimo e garantias financeiras, na página 67.

### Compensação de clientes

As provisões de compensação do cliente incluem o custo estimado de efetuar pagamentos de compensação a clientes e contrapartes por perdas ou danos associados a determinados julgamentos na execução das atividades comerciais do Banco.

### Questões jurídicas, regulamentares e de concorrência

O Banco está envolvido em vários processos judiciais. Para mais informações em relação a processos judiciais e discussão das respetivas incertezas, consultar a Nota 26.

### Provisões diversas

Esta categoria inclui provisões que não se enquadram em nenhuma das outras categorias, tais como perdas por fraude e provisões para impostos.

## 25 Passivos contingentes e compromissos

### Contabilização de passivos contingentes

Os passivos contingentes constituem obrigações possíveis cuja existência só será confirmada por eventos futuros incertos, e obrigações presentes caso a transferência de recursos económicos seja incerta ou não puder ser fiavelmente medida. Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, mas serão divulgados a menos que a possibilidade de saída dos recursos económicos seja remota.

A tabela seguinte resume o valor principal nominal de passivos contingentes e compromissos que não estão registados no balanço:

	2022	2021
	M€	M€
Garantias e cartas de crédito dadas como garantia	2.815	2.519
Garantias de desempenho, aceitações e avais	1.956	1.540
<b>Total de passivos contingentes e garantias financeiras</b>	<b>4.771</b>	<b>4.059</b>
<i>Dos quais: Garantias financeiras ao seu justo valor</i>	—	—
Créditos documentários e outras transações relacionadas com negociações a curto-prazo	69	145
Facilidades de crédito "standby", linhas de crédito e outros compromissos	32.391	27.280
<b>Total de compromissos</b>	<b>32.460</b>	<b>27.425</b>
<i>Dos quais: Compromissos de empréstimos ao seu justo valor</i>	<b>1.729</b>	1.523

As provisões para perdas de crédito esperadas detidas contra compromissos a 31 de dezembro de 2022 totalizaram 46 M€ (2021: 27 M€) e são divulgadas na Nota 24.

## 26 Questões jurídicas, regulamentares e de concorrência

O Banco enfrenta desafios jurídicos, de concorrência e regulatórios, muitos dos quais estão para além do controlo do Banco, na jurisdição na qual opera, incluindo (mas não limitado a) procedimentos jurídicos por e contra o Banco. As questões decorrentes de um conjunto de circunstâncias similares podem originar um passivo contingente ou uma provisão, ou ambos, dependendo dos factos e circunstâncias relevantes. O reconhecimento de provisões em relação a essas matérias envolve estimativas e ponderações contabilísticas essenciais, de acordo com as políticas contabilísticas relevantes descritas na Nota 24, Provisões. Não existem questões legais, de concorrência ou regulamentares a que o Banco esteja atualmente exposto que resultem num passivo contingente significativo. Porém, à luz de determinadas incertezas envolvidas nestes assuntos, não pode haver garantia de que o resultado de um caso ou casos específicos (incluindo questões anteriormente ativas ou que surjam após a data desta nota) não será significativo para os resultados das operações ou fluxo de caixa do Banco, dependendo, entre outras coisas, do montante do prejuízo resultante do(s) assunto(s) e o montante da receita que de outra forma seria declarada no período em questão.

Em relação à implementação da resposta do Barclays à saída do Reino Unido da UE, partes dos negócios realizados pelo BB PLC e BCSL foram transferidos para o Banco. Segundo os termos destas transferências, (1) o BB PLC e o BCSL continuarão a ser responsáveis por quaisquer responsabilidades de conduta e litígio que surjam em matéria de atos ou omissões (ou alegados atos ou omissões) do BB PLC ou do BCSL (conforme o caso) que se verificaram antes da transferência do negócio relevante; e (2) o Banco será responsável e indemnizará o BB PLC ou BCSL por quaisquer responsabilidades de conduta e litígio que surjam em matéria de atos ou omissões (ou alegados atos ou omissões) do Banco que se verifiquem após a transferência do negócio relevante.

# Notas às demonstrações financeiras

## Instrumentos de capital, capital próprio e reservas

As notas incluídas nesta secção abordam os capitais de empréstimo e os capitais próprios do Banco, incluindo o capital social emitido, os lucros acumulados de outros saldos capital e outras participações de acionistas. Para mais informação sobre a gestão do capital e o modo como o Banco mantém capital suficiente para cumprir os requisitos regulamentares,

### 22 Passivos subordinados

#### Contabilização de passivos subordinados

A dívida subordinada é calculada pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo nos termos da IFRS 9.

	2022	2021
	M€	M€
A 1 de janeiro	3.171	1.061
Emissões	1.500	2.310
Resgates	—	(200)
Outros	8	—
<b>A 31 de dezembro</b>	<b>4.679</b>	<b>3.171</b>

As emissões de 1.500 M€ para o exercício findo a 31 de dezembro de 2022 são as seguintes: 1.200 M€ da Euro Interbank Offered Rate ("Euribor") de Nível 3 e 300 M€ de empréstimos intragrupo Euribor de Nível 2 do BB PLC.

Os restantes movimentos incluem os juros acumulados.

Os passivos subordinados incluem juros acumulados. Nenhum dos passivos subordinados do Banco está coberto por uma garantia.

			2022	2021
	Taxa	Data de Vencimento	M€	M€
Empréstimo Subordinado a Taxa Variável de Nível 3 (125 M€)	Euribor a 1M, mais 1,79%	2024	125	125
Empréstimo Subordinado a Taxa Variável de Nível 3 (600 M€)	ESTR a 1M, mais 2,27%	2026	602	—
Empréstimo Subordinado a Taxa Variável de Nível 3 (350 M€)	Euribor a 1M, mais 0,84%	2027	350	350
Empréstimo Subordinado a Taxa Variável de Nível 3 (200 M€)	Euribor a 1M, mais 0,86%	2027	200	200
Empréstimo Subordinado a Taxa Variável de Nível 3 (100 M€)	Euribor a 1M, mais 0,77%	2027	100	100
Empréstimo Subordinado a Taxa Variável de Nível 3 (300 M€)	Euribor a 1M, mais 2,40%	2028	301	—
Empréstimo Subordinado a Taxa Variável de Nível 3 (300 M€)	Euribor a 1M, mais 2,24%	2028	301	—
Empréstimo Subordinado a Taxa Variável de Nível 3 (800 M€)	Euribor a 1M, mais 0,94%	2029	802	800
Empréstimo Subordinado a Taxa Variável de Nível 2 (375 M€)	Euribor a 1M, mais 4,04%	2029	377	376
Empréstimo Subordinado a Taxa Variável de Nível 2 (56 M€)	Euribor a 1M, mais 3,851%	2029	56	56
Empréstimo Subordinado a Taxa Variável de Nível 2 (95 M€)	Euribor a 1M, mais 3,855%	2029	95	95
Empréstimo Subordinado a Taxa Variável de Nível 2 (170 M€)	Euribor a 1M, mais 1,81%	2030	170	170
Empréstimo Subordinado a Taxa Variável de Nível 2 (160 M€)	Euribor a 1M, mais 1,625%	2031	160	160
Empréstimo Subordinado a Taxa Variável de Nível 2 (39 M€)	Euribor a 1M, mais 3,32%	2031	39	39
Empréstimo Subordinado a Taxa Variável de Nível 3 (370 M€)	Euribor a 1M, mais 1,07%	2032	370	370
Empréstimo Subordinado a Taxa Variável de Nível 2 (300 M€)	Euribor a 1M, mais 4,35%	2032	301	—
Empréstimo Subordinado a Taxa Variável de Nível 3 (200 M€)	Euribor a 1M, mais 1,01%	2032	200	200
Empréstimo Subordinado a Taxa Variável de Nível 3 (130 M€)	Euribor a 1M, mais 1,10%	2032	130	130
<b>Total dos passivos subordinados<sup>a</sup></b>			<b>4.679</b>	<b>3.171</b>

Nota

a Valores de instrumentos são descritos ao milhão mais próximo

#### Passivos subordinados

Os passivos subordinados são emitidos para o desenvolvimento e expansão do negócio e para fortalecer os fundos próprios do Banco. As condições principais destes passivos são descritas abaixo:

#### Subordinação

Os empréstimos subordinados a taxa variável de nível 3 são classificados abaixo dos créditos dos depositantes e de outros credores não subordinados e sem garantia, mas acima dos créditos dos detentores de Empréstimos Subordinados de Nível 2, Capital Adicional de Nível 1 e ações ordinárias.

Os empréstimos subordinados a taxa variável de nível 2 são classificados abaixo dos créditos dos depositantes, de outros credores não subordinados e sem garantia e dos detentores dos Empréstimos de Nível 3, mas acima dos créditos dos detentores de Capital Adicional de Nível 1 e de ações ordinárias.

#### Juros

Os juros das obrigações de taxa variável são fixados periodicamente, com base nas taxas do mercado ou dos bancos centrais locais.

# Notas às demonstrações financeiras

## Instrumentos de capital, capital próprio e reservas

### Reembolso

No que respeita aos empréstimos de Nível 3, no caso de não pagamento de capital e juros, ou sempre que houver um incumprimento da realização ou observância de obrigações de empréstimo, o mutuante poderá exigir imediatamente o valor total ou parcial do empréstimo.

No que respeita aos empréstimos de Nível 2, caso o Banco não cumpra o pagamento de qualquer montante devido e a pagar de acordo com o empréstimo de Nível 2 e esse incumprimento persista (após o final dos períodos de carência aplicáveis), o mutuante poderá, ao seu critério e sem qualquer outro aviso prévio ao Banco, dar início a processos judiciais na Irlanda para a sua liquidação e/ou provar e/ou exigir a liquidação do Banco.

Qualquer pré-pagamento anterior à maturidade requer o consentimento prévio por escrito do regulador.

Não existem quaisquer facilidades contratuais à data do balanço que permitam o refinanciamento da dívida após a data de vencimento.

### 23 Ações ordinárias, prémios de ações e outro capital

#### próprio Capital constituído por ações ordinárias autorizado

	2022		2021	
	Número de ações	Capital constituído por ações ordinárias	Número de ações	Capital constituído por ações
	M	M€	M	M€
<b>A 31 de dezembro</b>	<b>5.000</b>	<b>5.000</b>	5.000	5.000

#### Capital social exigido, alocado e totalmente pago e outros instrumentos de capital próprio

	Número de ações	Capital constituído por ações ordinárias	Capital constituído prémio	Capital social total e prémios de ações	Outros instrumentos de capital
	M	M€	M€	M€	M€
	<b>A 1 de janeiro de 2022</b>	<b>899</b>	<b>899</b>	<b>2.348</b>	<b>3.247</b>
Emissão de ações ordinárias	—	—	625	625	—
<b>A 31 de dezembro de 2022</b>	<b>899</b>	<b>899</b>	<b>2.973</b>	<b>3.872</b>	<b>805</b>
<b>A 1 de janeiro de 2021</b>	899	899	1.383	2.282	565
Emissão de ações ordinárias	—	—	965	965	—
Emissão de títulos AT1	—	—	—	—	240
<b>A 31 de dezembro de 2021</b>	<b>899</b>	<b>899</b>	<b>2.348</b>	<b>3.247</b>	<b>805</b>

### Ações ordinárias

A 31 de dezembro de 2022, o capital constituído por ações ordinárias do Banco era composto por 898.669.034 (2021: 898.668.934) ações ordinárias no valor de 1€ cada. No decurso de 2022, o Banco emitiu 100 ações ordinárias de 1€ cada, com um prémio de 625 M€.

### Outros instrumentos de capital

Outros instrumentos de capital próprio no valor de 805 M€ (2021: 805 M€) incluem títulos AT1 emitidos pelo Banco e adquiridos pelo BB PLC. Os títulos AT1 são títulos perpétuos sem vencimento fixo e são estruturados de modo a serem qualificados como instrumentos AT1 ao abrigo dos requisitos de capital aplicáveis à data de emissão relevante.

Os pagamentos de cupões no instrumento AT1 são totalmente discricionários e não cumulativos, sendo reconhecidos diretamente no capital próprio após pagamento.

Em 2022, não foram emitidos instrumentos AT1 (2021: sem emissões).

	Taxa	2022	2021
		M€	M€
Títulos AT1 Desvalorizados Contingentes Perpétuos de Taxa Variável (300 M€)	Euribor a 1M, mais 7,356%	300	300
Títulos AT1 Desvalorizados Contingentes Perpétuos de Taxa Variável (69 M€)	Euribor a 1M, mais 6,682%	69	69
Títulos AT1 Desvalorizados Contingentes Perpétuos de Taxa Variável (36 M€)	Euribor a 1M, mais 5,950%	36	36
Títulos AT1 Desvalorizados Contingentes Perpétuos de Taxa Variável (85 M€)	Euribor a 1M, mais 6,240%	85	85
Títulos AT1 Desvalorizados Contingentes Perpétuos de Taxa Variável (75 M€)	Euribor a 1M, mais 6,240%	75	75
Títulos AT1 Desvalorizados Contingentes Perpétuos de Taxa Variável (100 M€)	Euribor a 1M, mais 4,343%	100	100
Títulos AT1 Desvalorizados Contingentes Perpétuos de Taxa Variável (140 M€)	Euribor a 1M, mais 3,720%	140	140
<b>Total de títulos AT1</b>		<b>805</b>	<b>805</b>

# Notas às demonstrações financeiras

## Instrumentos de capital, capital próprio e reservas

Os principais termos dos títulos AT1 são descritos abaixo:

- Os títulos AT1 são classificados por contrapartida dos créditos junto do Banco: 1) de credores não subordinados; 2) reivindicações expressas como estando subordinadas a reivindicações dos credores do Banco, mas não mais do que isso ou de forma diferente; 3) que são, ou estão expressas como sendo de classificação inferior às reclamações de créditos de outros credores do Banco, quer sejam subordinadas ou não, exceto reclamações classificadas, ou expressas como estando classificadas, *pari passu* com as reclamações dos detentores dos títulos AT1, ou abaixo das mesmas.
- Os títulos AT1 têm uma taxa de juros variável. Os juros dos títulos AT1 serão devidos e pagáveis apenas à discricção do Banco, e o Banco tem o poder de decisão único e absoluto, a todo o momento e por qualquer motivo, para cancelar (em parte ou na totalidade) qualquer pagamento de juros que seria de outro modo pago em qualquer data de pagamento de juros.
- Os títulos AT1 não têm prazo e são resgatáveis, por opção do Banco, na sua totalidade, mas não em parte no quinto aniversário da data de emissão e em cada data subsequente de pagamento de juros. Além disso, os títulos AT1 são resgatáveis, por opção do Banco, na totalidade, no caso de determinadas alterações no tratamento fiscal ou regulamentar dos títulos AT1. Quaisquer resgates requerem o consentimento prévio do CBI e/ou do BCE.
- No caso de o rácio CET1 do Banco cair para baixo dos 7%, os títulos AT1 são reduzidos irrevogavelmente por um valor igual ao mais baixo 1) do valor necessário para gerar capital CET1 suficiente para reconstituir o rácio CET1 do Banco para pelo menos 7%; ou 2) do valor que reduziria o valor de capital dos títulos AT1 a zero.

### 24 Reservas

#### Reserva para coberturas de fluxos de caixa

A reserva para coberturas de fluxos de caixa representa os ganhos e perdas cumulativos em instrumentos de cobertura de fluxos de caixa efetivos serão reciclados na demonstração financeira quando as transações cobertas afetarem os resultados.

#### Reserva de crédito próprio

A reserva de crédito próprio reflete os ganhos e perdas de crédito próprio cumulativos em passivos financeiros pelo justo valor. Os valores na reserva de crédito próprio não são reciclados para os resultados em períodos futuros.

#### Outras reservas e outros capitais de acionistas

As outras reservas e outros capitais de acionistas dizem respeito à reserva de fusão e ajuda à reconstrução do grupo para o Banco, relativa à transferência de filiais na Europa do BB PLC em 2018 e 2019, representando o valor contabilístico excedentário aquando da transferência acima do justo valor.

	2022	2021
	M€	M€
Reserva para coberturas de fluxos de caixa	(211)	(14)
Reserva de crédito próprio	(15)	(137)
Outras reservas e outros capitais de acionistas	(45)	(45)
<b>Total</b>	<b>(271)</b>	<b>(196)</b>

# Notas às demonstrações financeiras

## Outras questões de divulgação

As notas incluídas nesta secção centram-se em despesas com pessoal, pagamentos com base em ações e pensões e benefícios de aposentação, entidades estruturadas, atividades financeiras, ativos dados como garantia, garantias recebidas e ativos transferidos, acordos de recompra de outros empréstimos similares, entidades consolidadas, transações de partes relacionadas e remunerações dos diretores, remuneração dos auditores, eventos posteriores ao balanço e reforma das taxas de juro de referência do Banco podem ser consultados nas páginas 179 a 197.

### 25 Despesas com pessoal

#### Contabilização das despesas com pessoal

O Banco aplica a IAS 19 *Benefícios dos empregados* na sua contabilização da maioria das componentes de despesas com pessoal.

*Benefícios a curto prazo dos colaboradores* – os salários, os custos de desempenho acumulados e a segurança social são reconhecidos ao longo do período em que os colaboradores fornecem os serviços a que os pagamentos se referem.

*Despesas de desempenho* – Reconhecidas na medida em que o Banco tem uma obrigação presente para com os seus colaboradores que pode ser medida de forma fidedigna e que é reconhecida durante o período de serviço em que os colaboradores estão obrigados a trabalhar para se qualificarem para os pagamentos.

Os prémios diferidos em numerário e ações são dados aos colaboradores para incentivar o desempenho ao longo do período em que os colaboradores prestam serviços. Para receberem o pagamento sob um prémio, os empregados devem prestar serviço durante o período de aquisição de direitos. O período durante o qual a despesa com prémios diferidos em numerário e ações é reconhecida baseia-se no período em que os colaboradores consideram que os seus serviços contribuem para os prémios. Para prémios passados, o Banco considera apropriado reconhecer os prémios ao longo do período desde a data de concessão até à data de aquisição dos direitos dos prémios.

As políticas contabilísticas para pagamentos com base em ações e para pensões e outros benefícios pós-reforma estão incluídos nas Notas 31 e 32, respetivamente.

	2022	2021
	M€	M€
Salários	206	186
Custos da segurança social	75	64
Benefícios de aposentação <sup>a</sup>	11	11
Custos de desempenho	99	87
Outras despesas de indemnizações <sup>b</sup>	19	18
<b>Total de despesas com indemnizações</b>	<b>410</b>	<b>366</b>
<b>Outras despesas com recursos</b>		
Contratação externa	16	11
Redundância e reestruturação	8	10
Despesas com pessoal temporário	2	7
Outras despesas com recursos	5	5
<b>Total outras despesas de recursos</b>	<b>31</b>	<b>33</b>
<b>Total despesas com pessoal</b>	<b>441</b>	<b>399</b>

#### Notas

a Os encargos com benefícios de aposentação incluem 11 M€ (2021: 11 M€) em relação a planos de contribuições definidas e 0€ (2021: 0€) em relação a planos de benefícios definidos.

b Outras despesas de compensação incluem subsídios e incentivos, prestações em espécie e outras imputações de custos que não de desempenho.

A 31 de dezembro de 2022, o número de colaboradores (equivalentes a tempo inteiro) foi 1776 (31 de dezembro de 2021: 1.708). O número médio de colaboradores do ano em questão foi 1748 (31 de dezembro de 2021: 1.690).

# Notas às demonstrações financeiras

## Outras questões de divulgação

### 26 Pagamentos com base em ações

#### Contabilização de pagamentos com base em ações

O Banco aplica a IFRS 2 *Pagamentos com Base em Ações* para obter o valor contabilístico das remunerações dos colaboradores na forma de ações.

Os incentivos aos colaboradores incluem prémios sob a forma de ações e opções sobre ações, bem como oferecer aos colaboradores a oportunidade de comprar ações em condições favoráveis. O custo dos serviços dos colaboradores recebidos em relação às ações ou opções sobre ações concedidas é reconhecido na demonstração de resultados durante o período em que os colaboradores prestam serviços. O custo global da atribuição é calculado utilizando o número de ações e opções previstas e o valor justo das ações ou opções à data da atribuição.

O número de ações e opções que se espera que sejam atribuídas tem em conta a probabilidade de que as condições de desempenho e serviço incluídas nos termos dos prémios sejam cumpridas. O não cumprimento da condição de não aquisição de direitos é tratado como um cancelamento, resultando numa aceleração do reconhecimento do custo dos serviços dos colaboradores.

O justo valor das ações é o preço de mercado em vigor na data da concessão, em alguns casos ajustado para refletir as restrições à transferibilidade. O justo valor das opções concedidas é determinado com recurso ao modelo Black-Scholes para estimar o número de ações suscetíveis de serem adquiridas. Este modelo tem em conta o preço de exercício da opção, o preço atual da ação, a taxa de juro sem risco, a volatilidade esperada do preço da ação ao longo da vida da opção e outros fatores relevantes. As condições de mercado que devem ser satisfeitas para que a atribuição do prémio se concretize refletem-se também no justo valor do prémio, tal como quaisquer outras condições de não aquisição de direitos – tais como continuar a proceder a pagamentos num plano de poupança baseado em ações.

O Banco realiza transações de pagamentos com base em ações definidas pelo capital próprio relativamente a serviços prestados por alguns dos seus colaboradores.

O custo para o Banco de todos os pagamentos com base em ações, conforme cobrado pelo Grupo Barclays PLC para o exercício findo a 31 de dezembro de 2022, foi de 22 M€ (2021: 20 M€). Não existem transações de pagamento com base em ações liquidadas em numerário. As condições dos principais planos atuais são as seguintes:

#### Plano de Valorização de Ações (SVP)

O SVP foi introduzido no Grupo Barclays PLC em março de 2010. Os prémios SVP foram concedidos aos participantes sob a forma de um direito condicional de receber ações do Barclays PLC ou direitos provisórios sobre ações do Barclays PLC que vencem ou são consideradas para libertação durante um período de três, quatro, cinco ou sete anos. Os participantes não pagam para receber um prémio ou para receber uma emissão de ações. No caso de prémios concedidos antes de dezembro de 2017, o concedente também pode fazer um pagamento equivalente a dividendos aos participantes no momento de emissão de um prémio SVP. Os prémios SVP também são atribuídos a determinados colaboradores para efeitos de recrutamento. Todos os prémios estão sujeitos a caducidade potencial no caso de alguns cenários de saída.

#### Plano de Valorização de Ações Diferido (DSVP)

O DSVP foi introduzido no Grupo Barclays PLC em fevereiro de 2017. Os termos do DSVP são essencialmente os mesmos que os termos do SVP, conforme descritos acima. O DSVP atua apenas com ações adquiridas no mercado.

#### Outros planos

Além do SVP e o DSVP, o Grupo Barclays PLC opera um conjunto de outros planos liquidados por ações do Barclays PLC, incluindo o Sharesave (Reino Unido e Irlanda), o Sharepurchase (Reino Unido e no estrangeiro) e o Plano de Incentivos de Longo Prazo do Grupo Barclays PLC. O fornecimento de ações iniciais a "Tomadores de Risco Material" pode ser efetuado como Atribuição de Incentivos de Ações (Período de Detenção) no âmbito do SVP.

#### Planos de prémios e opções de ações

A média ponderada do justo valor por prémio concedido, a média ponderada do preço das ações à data do exercício/libertação de ações durante o ano, a média ponderada da vida contratual remanescente e o número de opções e prémios por liquidar (incluindo os exercíveis) à data do balanço foram os seguintes:

	2022				2021			
	Média ponderada do justo valor por prémio concedido no ano	Média ponderada do preço das ações exercício/libertação durante o ano	Média ponderada remanescente contratual em anos	Número de opções/prémios pendentes	Média ponderada do justo valor por prémio concedido no ano	Média ponderada do preço das ações exercício/libertação durante o ano	Média ponderada remanescente contratual em anos	Número de opções/prémios pendentes
	€	€			€	€		
DSVP e SVP <sup>a,b</sup>	1,45	1,61	1	19.558.688	1,63	1,75	1	15.468.680
Sharesave <sup>a</sup>	—	1,75	2	1.404.488	0,63	1,72	3	1.615.979
Outros <sup>a</sup>	1,60-1,63	1,57-1,67	—	129.457	1,75-1,78	1,75-1,80	—	119.378

O DSVP e o SVP consistem de prémios a custo zero em que as condições de desempenho são essencialmente verificadas à data da concessão. Consequentemente, o justo valor destes prémios baseia-se no valor de mercado a essa data.



# Notas às demonstrações financeiras

## Outras questões de divulgação

O Sharesave tem uma vida contratual de 3 anos e 5 anos, a volatilidade esperada é de 31,10% em 3 anos e 30,56% em 5 anos. As taxas de juro sem risco utilizadas para as avaliações são de 4,28% e 4,05% para 3 anos e 5 anos, respetivamente. As taxas de rendimento de dividendos puros utilizadas para as avaliações são de 4,01% e 3,93% para 3 anos e 5 anos, respetivamente. As taxas de recompra utilizadas para avaliações são de -0,47% e -0,63% para 3 anos e 5 anos, respetivamente. Os dados no modelo, como taxa de juro sem risco, volatilidade esperada, taxas de rendimento de dividendos puros e taxas de recompra são derivados dos dados de mercado.

### Movimentos em opções e prémios

O movimento no número de opções e prémios para os planos principais e a média ponderada do preço do exercício foi:

	DSVP e SVP <sup>a,b</sup>		Sharesave <sup>a</sup>				Outros <sup>a</sup>	
	Número		Número		Média ponderada preço ex. (€)		Número	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
<b>Valores por liquidar no início do ano/data de aquisição<sup>c</sup></b>	<b>15.468.680</b>	13.227.450	<b>1.615.979</b>	1.705.327	<b>0,88</b>	0,90	<b>119.378</b>	114.245
Transferências durante o ano <sup>d</sup>	<b>192.145</b>	1.506.170	<b>75.886</b>	117.600			<b>9.384</b>	15.834
Concedido no ano	<b>12.149.246</b>	8.284.419	—	6.293	—	1,43	<b>4.094.680</b>	3.812.579
Exercido/libertado no ano	<b>(7.296.344)</b>	(5.517.908)	<b>(74.768)</b>	(29.355)	<b>1,28</b>	1,37	<b>(4.087.129)</b>	(3.818.894)
Menos: perdido no ano	<b>(955.039)</b>	(2.031.451)	<b>(208.039)</b>	(130.905)	<b>0,88</b>	1,03	<b>(6.856)</b>	(4.386)
Menos: expirado no ano	—	—	<b>(4.570)</b>	(52.981)	<b>1,40</b>	1,13	—	—
<b>Por liquidar no fim do ano</b>	<b>19.558.688</b>	15.468.680	<b>1.404.488</b>	1.615.979	<b>0,86</b>	0,88	<b>129.457</b>	119.378
<b>Dos quais exercíveis:</b>	—	—	<b>27.539</b>	23.906	<b>1,17</b>	1,43	<b>60.400</b>	55.016

Notas

a. Opções/prémios concedidos sobre as ações do Barclays PLC.

b A média ponderada do preço do exercício não se aplica a prémios SVP e DSVP, uma vez que estes não são planos de opção sobre ações.

c A média ponderada do preço do exercício para valores em dívida no início do ano inclui transferências ao longo do ano.

d Prémios de colaboradores transferidos entre o Banco e o resto do Grupo Barclays PLC.

Os prémios e opções concedidos a colaboradores e ex-colaboradores do Banco de acordo com os planos de ações do Grupo Barclays podem ser materializados com recurso a novas ações emitidas, ações próprias e ações adquiridas no mercado do Barclays PLC.

Não ocorreram modificações significativas aos acordos de pagamentos baseados em ações em 2022 e em 2021.

### 27 Pensões e benefícios de reforma

#### Contabilização de pensões e benefícios de aposentação

O Banco opera uma série de planos de pensões e de benefícios pós-emprego.

Planos de contribuições *definidas* - o Banco reconhece as contribuições devidas e relativas ao período contabilístico na demonstração de resultados. Quaisquer contribuições não pagas à data do balanço são incluídas no passivo.

*Planos de benefícios definidos* - O Banco reconhece as suas obrigações para com os membros de cada regime no final do período, deduzindo o justo valor dos ativos do regime após a aplicação do teste do limite dos ativos.

As obrigações de cada plano são calculadas utilizando o método da unidade de crédito prevista. Os ativos do plano são declarados ao justo valor no fim do período.

As alterações aos passivos e ativos do plano de pensões (reavaliações) que não decorram do custo normal das pensões, do juro líquido sobre os passivos ou ativos dos benefícios líquidos definidos, dos custos passados de serviço, das liquidações ou contribuições passadas para o plano, são reconhecidas nos outros rendimentos integrais. As reavaliações incluem ajustamentos de experiência (diferenças entre os pressupostos atuariais anteriores e o realmente ocorrido), os efeitos de alterações nos pressupostos atuariais, o rendimento dos ativos do plano (excluindo os valores incluídos no juro dos ativos) e quaisquer mudanças no efeito da restrição do limite máximo para os ativos (excluindo os valores incluídos no juro sobre a restrição). Os riscos que o Barclays corre em relação aos planos de reforma são típicos dos planos finais de salários e pensões, principalmente que os retornos de investimentos fiquem aquém das expectativas, que a inflação exceda as expectativas e que os reformados vivam mais tempo do que o previsto.

Estimativas contabilísticas

Existem quatro estimativas principais que afetam o passivo de benefícios definidos líquido. Tratam-se da taxa de desconto, da taxa de inflação, da taxa de aumento de pensões e a mortalidade. Estas são descritas em pormenor nas páginas 185 a 186.

O Banco opera um regime de pensões de benefícios definidos financiado na Irlanda (o Plano de Reforma e Seguro de Vida Irlandês do Barclays Bank) que foi fechado a novos acréscimos a 31 de maio de 2013. As contribuições são efetuadas anualmente pelo Banco para um fundo de pensões administrado separadamente, conforme determinado por um atuário qualificado, com base nas avaliações trienais. A mais recente avaliação trienal foi realizada a 31 de dezembro de 2020. Os ativos do Plano foram avaliados utilizando o método da idade atingida e foram obtidos utilizando pressupostos atuariais baseados nas expectativas de mercado à data da avaliação. A avaliação trienal revelou que o justo valor dos ativos do Plano representava 96% do valor dos

# Notas às demonstrações financeiras

## Outras questões de divulgação

benefícios que tinham sido acumulados aos membros, depois de considerados os futuros aumentos previstos das pensões. Como resultado das análises de valorização com os Fiduciários e das recomendações do atuário, o Banco concordou em pagar 0,5 M€ por ano em contribuições ao longo de 5 anos, de 2021 a 2025. O Plano está também sujeito a uma avaliação anual ao abrigo da Norma de Financiamento Mínimo ("MFS") da Autoridade de Pensões Irlandesa. A avaliação do MFS foi concebida para verificar se o plano tem fundos suficientes para proporcionar um nível mínimo de benefícios num cenário de liquidação. O atuário verificou que o Plano satisfazia o MFS estatutário a 31 de dezembro de 2022.

Durante 2018, o Banco assumiu a responsabilidade com passivos de pensões adicionais associados a operações do Barclays na Alemanha. Com uma data efetiva de 1 de dezembro de 2018, determinados passivos de pensões foram transferidos da filial alemã do BB PLC para o Banco e foram imediatamente reconhecidos. Tendo em conta que estes passivos não foram financiados, não foram transferidos quaisquer ativos correspondentes. Não existem requisitos jurídicos para financiar passivos de pensões na Alemanha.

Com efeitos a partir de 31 de dezembro de 2020, o financiamento do plano principal na Alemanha, o regime de pensões de Hamburgo, foi transferido para um plano multiempregador. Isto segue-se a uma mudança semelhante em 2016 para determinados regimes de pensões para operações em Frankfurt. Foi paga uma contribuição fixa de 21 M € para a transferência de obrigações acumuladas e são pagas contribuições para o plano multiempregador no que diz respeito a novos acréscimos. O plano multiempregador aplica as regras alemãs de financiamento de seguros de pensões que prescrevem os níveis de financiamento necessários. A relação entre as contribuições em curso para o serviço futuro (que são acordadas entre o Banco e os conselhos de empresa relevantes) e as pensões emergentes do plano multiempregador é regida por tarifas que são acordadas com a autoridade reguladora BaFin. Os ativos são efetivamente partilhados entre as empresas participantes no acordo; não existe uma atribuição pré-especificada entre as empresas numa base contínua, nem em caso de venda ou retirada. Não haverá informação suficiente sobre a "parte" do Banco nos ativos do plano no futuro para contabilizar este plano como benefício definido ao abrigo da IAS19, uma vez que o plano multiempregador não aloca suficientemente os ativos entre empresas membros ou indivíduos. Este plano de benefícios definidos é, portanto, contabilizado como uma contribuição definida, de acordo com a prática típica do mercado. Os benefícios acumulados são ressegurados. A experiência no âmbito do plano multiempregador é agregada entre os membros e quaisquer retornos excedentes podem ser utilizados para compensar o custo de indexação das pensões em pagamento. Poderá haver custos adicionais se os retornos excedentes forem inferiores à indexação exigida. O Banco permanece responsável, em última análise, pelos benefícios que prometeu, tal como outros empregadores que participam no plano multiempregador. A 31 de dezembro de 2021, o plano multiempregador tinha 784 empresas associadas e 485.000 indivíduos segurados. O plano multiempregador revelou um pequeno excedente nos seus resultados publicados a 31 de dezembro de 2021 com ativos e passivos de cerca de 33 mM€. Os escritórios do Banco em Frankfurt e Hamburgo, juntos, têm cerca de 1.000 colaboradores e antigos colaboradores abrangidos pelo plano multiempregador. O Banco espera contribuir com 2,3 M€ para o plano multiempregador em 2023 (2022: 2,3 M€).

Os restantes planos na Alemanha estão fechados a novos participantes.

Além do supracitado, o Banco possui passivos de pensões de benefícios definidos associados a planos imateriais que operam em França e Portugal. Os benefícios disponibilizados, a abordagem ao financiamento e a base jurídica dos planos refletem os ambientes locais.

As tabelas seguintes incluem os valores reconhecidos na demonstração de resultados e uma análise das obrigações de benefícios e ativos incluídos nos regimes para todos os planos de benefícios definidos do Banco. A posição líquida é reconciliada com os ativos e passivos reconhecidos no balanço. As tabelas incluem os benefícios pós-aposentação financiados e não financiados.

### Encargos na demonstração de resultados

	2022				
	Irlanda <sup>a</sup> M€	Alemanha <sup>a</sup> M€	França <sup>a</sup> M€	Portugal <sup>a</sup> M€	Total M€
Custo dos juros sobre a Obrigação de Benefício Definido (DBO)	1	(2)	—	—	(1)
Rendimentos de juros de ativos	(1)	—	—	—	(1)
<b>Custo de juros líquidos sobre o passivo de benefício líquido definido</b>	<b>—</b>	<b>(2)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>(2)</b>
<b>Outros rendimentos financeiros</b>					
Custo do serviço corrente	—	—	1	—	1
<b>Custo total do serviço</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>1</b>	<b>—</b>	<b>1</b>
Cortes ou liquidações	—	—	—	—	—
<b>Despesa com pensões</b>	<b>—</b>	<b>(2)</b>	<b>1</b>	<b>—</b>	<b>(1)</b>

### Encargos na demonstração financeira

	2021				
	Irlanda <sup>a</sup> M€	Alemanha <sup>a</sup> M€	França <sup>a</sup> M€	Portugal <sup>a</sup> M€	Total M€
Custo dos juros sobre a Obrigação de Benefício Definido (DBO)	1	—	—	—	1
Rendimentos de juros de ativos	(1)	—	—	—	(1)
<b>Custo de juros líquidos sobre o passivo de benefício líquido definido</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>Outros rendimentos financeiros</b>					
Custo do serviço corrente	—	—	—	—	—
<b>Custo total do serviço</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>Despesa com pensões</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>

Nota

a Os encargos na demonstração de resultados são insubstanciais, pelo que os encargos aparentam corresponder a zero, mas são arredondados para o milhão mais próximo.

# Notas às demonstrações financeiras

## Outras questões de divulgação

Os valores reconhecidos nos outros rendimentos integrais são os seguintes:

	2022				
	Irlanda	Alemanha <sup>a</sup>	França <sup>a</sup>	Portugal <sup>a</sup>	Total
	M€	M€	M€	M€	M€
(Ganhos)/perdas atuariais - experiência	3	—	—	—	3
(Ganhos)/perdas atuariais - financeiros	(22)	(2)	(2)	(1)	(27)
<b>(Ganhos)/perdas atuariais que surgem no período</b>	<b>(19)</b>	<b>(2)</b>	<b>(2)</b>	<b>(1)</b>	<b>(24)</b>
<b>Retorno em ativos do plano (superior)/inferior à taxa de desconto</b>	<b>12</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>12</b>
<b>Efeitos de reavaliações reconhecidos em outro rendimento integral</b>	<b>(7)</b>	<b>(2)</b>	<b>(2)</b>	<b>(1)</b>	<b>(12)</b>

	2021				
	Irlanda <sup>a</sup>	Alemanha <sup>a</sup>	França <sup>a</sup>	Portugal <sup>a</sup>	Total
	M€	M€	M€	M€	M€
(Ganhos)/perdas atuariais - experiência	(1)	—	—	—	(1)
(Ganhos)/perdas atuariais - financeiros	1	—	—	—	1
<b>(Ganhos)/perdas atuariais que surgem no período</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>Retorno em ativos do plano (superior)/inferior à taxa de desconto</b>	<b>(6)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>(6)</b>
<b>Efeitos de reavaliações reconhecidos em outro rendimento integral</b>	<b>(6)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>(6)</b>

Nota

a Os outros movimentos integrais são insubstanciais, pelo que os movimentos aparentam corresponder a zero, mas são arredondados para o milhão mais próximo.

As tabelas seguintes descrevem a posição no balanço a 31 de dezembro de 2022 e a 31 de dezembro de 2021.

	2022				
	Irlanda	Alemanha	França	Portugal	Total
	M€	M€	M€	M€	M€
Valor atual dos passivos financiados	(43)	—	—	(2)	(45)
Valor atual dos passivos não financiados	—	(9)	(3)	—	(12)
<b>Valor atual dos passivos totais</b>	<b>(43)</b>	<b>(9)</b>	<b>(3)</b>	<b>(2)</b>	<b>(57)</b>
<b>Justo valor dos ativos do plano</b>	<b>47</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>2</b>	<b>49</b>
<b>Ativos/(passivos) de benefícios de reforma</b>	<b>4</b>	<b>(9)</b>	<b>(3)</b>	<b>—</b>	<b>(8)</b>

	2021				
	Irlanda	Alemanha	França	Portugal	Total
	M€	M€	M€	M€	M€
Valor atual dos passivos financiados	(63)	—	—	(3)	(66)
Valor atual dos passivos não financiados	—	(12)	(4)	—	(16)
<b>Valor atual dos passivos totais</b>	<b>(63)</b>	<b>(12)</b>	<b>(4)</b>	<b>(3)</b>	<b>(82)</b>
<b>Justo valor dos ativos do plano</b>	<b>59</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>2</b>	<b>61</b>
<b>Ativos/(passivos) de benefícios de reforma</b>	<b>(4)</b>	<b>(12)</b>	<b>(4)</b>	<b>(1)</b>	<b>(21)</b>

# Notas às demonstrações financeiras

## Outras questões de divulgação

### Reconciliação do ativo/passivo de benefícios definidos

	Irlanda M€	Alemanha M€	França M€	Portugal M€	Total M€
<b>Ativo/(passivo) de benefícios definidos a 1 de janeiro de 2022</b>	<b>(4)</b>	<b>(12)</b>	<b>(4)</b>	<b>(1)</b>	<b>(21)</b>
Custo do serviço corrente	—	—	1	—	1
Custo de juros na DBO	(1)	2	—	—	1
Rendimentos de juros de ativos	1	—	—	—	1
Ganhos de reavaliação reconhecidos em outro rendimento integral	7	2	2	1	12
Contribuições do empregador	—	—	—	—	—
Liquidação	—	2	—	—	2
Outros movimentos	1	(3)	(2)	—	(4)
<b>Ativo/(passivo) de benefícios definidos a 31 de dezembro de 2022</b>	<b>4</b>	<b>(9)</b>	<b>(3)</b>	<b>—</b>	<b>(8)</b>

### Movimento de ativos do plano

	2022				
	Irlanda M€	Alemanha <sup>a</sup> M€	França <sup>a</sup> M€	Portugal M€	Total M€
<b>A 1 de janeiro de 2022</b>	<b>59</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>2</b>	<b>61</b>
Rendimentos de juros em ativos do plano	1	—	—	—	1
Retorno em ativos do plano superior/(inferior) à taxa de desconto	(12)	—	—	—	(12)
Benefícios pagos - de ativos do plano	(1)	—	—	—	(1)
Contribuições do empregador pagas	—	—	—	—	—
<b>A 31 de dezembro de 2022</b>	<b>47</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>2</b>	<b>49</b>

### Movimento de passivos do plano

	2022				
	Irlanda M€	Alemanha <sup>a</sup> M€	França <sup>a</sup> M€	Portugal M€	Total M€
<b>A 1 de janeiro de 2022</b>	<b>(63)</b>	<b>(12)</b>	<b>(4)</b>	<b>(3)</b>	<b>(82)</b>
Custo do serviço corrente	—	—	1	—	1
Custo de juros na DBO	(1)	2	—	—	1
Ganhos/(perdas) atuariais - experiência	(3)	—	—	—	(3)
Ganhos/(perdas) atuariais - financeiros	22	2	2	1	27
Benefícios pagos - de ativos do plano	1	—	—	—	1
Benefícios pagos - diretamente pelo Banco	—	2	—	—	2
Liquidação	—	—	—	—	—
Outros movimentos	1	(3)	(2)	—	(4)
<b>A 31 de dezembro de 2022</b>	<b>(43)</b>	<b>(9)</b>	<b>(3)</b>	<b>(2)</b>	<b>(57)</b>

#### Nota

a Os planos de pensões na Alemanha e França não são financiados, pelo que não têm ativos contra os mesmos.

A duração média ponderada dos pagamentos de benefícios refletidos na obrigação de benefícios definida para a Irlanda e para a Alemanha é de 20 e 7 anos respetivamente. A duração na Irlanda diminuiu de 24 anos em 2021 para 20 anos, principalmente devido ao aumento da taxa de desconto, impulsionado por rendimentos mais elevados de títulos empresariais.

Na Irlanda, os ativos e a obrigação de benefícios diminuíram 12 M€ e 20 M€, respetivamente, ao longo do ano, principalmente devido ao aumento dos rendimentos das obrigações e dos títulos. Os rendimentos mais elevados dos títulos resultaram num maior impacto na obrigação de benefícios, uma vez que a taxa de desconto é definida exclusivamente com base nos rendimentos dos títulos empresariais.

Quando os ativos de um plano excederem a sua obrigação, é reconhecido um ativo na medida em que não exceda o valor atual das férias de contribuições futuras ou reembolsos de contribuições (limite máximo para os ativos). No caso da Irlanda, o limite máximo para os ativos não se aplica, uma vez que, em certas circunstâncias, tais como a insolvência, o Banco espera ser capaz de recuperar algum excedente. Do mesmo modo, não é reconhecido um passivo relativo a futuros requisitos mínimos de financiamento. O Agente Fiduciário não tem o direito material de aumentar os benefícios, nem de liquidar o plano, exceto em caso de dissolução do Grupo ou de término das contribuições do Grupo. A aplicação do limite máximo para os ativos a outros planos e o reconhecimento de passivos adicionais relativamente a futuros requisitos mínimos de financiamento são considerados num plano individual.

### Análise dos ativos do plano

Foi definida uma estratégia de investimento a longo prazo para o Plano de Pensões Irlandês com a sua distribuição de ativos que inclui uma mistura de ações ordinárias, obrigações, imóveis, fundos de investimento mistos e outros ativos. Isto reconhece que diferentes classes de ativos devem originar rendimentos diferentes e que algumas classes de ativos podem ser mais voláteis do que outras. A estratégia de investimento a longo prazo visa garantir, entre outros objetivos, que os investimentos sejam adequadamente diversificados e que o nível geral de risco de investimento seja aceitável.

# Notas às demonstrações financeiras

## Outras questões de divulgação

Os fatores ESG são considerados na determinação da política de investimento do Plano de Pensões Irlandês. Em particular, o fundo de ações foi concebido para proporcionar retornos do mercado de ações com uma maior exposição a empresas mais sustentáveis e um melhor alinhamento com a transição para uma economia de baixo carbono.

O valor das classes de ativos e as respectivas percentagens em relação aos ativos totais são indicados em seguida:

	2022		2021	
	Valor <sup>a</sup>	% do justo valor total dos ativos do plano	Valor	% do justo valor total dos ativos do plano
	M€	%	M€	%
Capitais Próprios	20	40%	26	43%
Títulos	18	36%	22	36%
Imóveis	2	4%	2	3%
Fundo de investimento misto <sup>b</sup>	9	19%	11	18%
Outros	—	1%	—	—%
<b>Justo valor dos ativos do plano</b>	<b>49</b>	<b>100%</b>	<b>61</b>	<b>100%</b>

Notas

a Todos os ativos da tabela acima são ativos cotados

b O Fundo de Crescimento Diversificado da Irlanda está incluído na categoria de Fundos de Investimento Mistos.

### Pressupostos

A avaliação atuarial das obrigações dos planos depende de uma série de pressupostos. Segue-se abaixo um resumo dos principais pressupostos financeiros e demográficos adotados para o plano de prestações definidas.

### Irlanda

Pressupostos financeiros chave	2022	2021
	% p.a.	% p.a.
Taxa de desconto	3,60%	1,10%
Taxa de inflação ("CPI")	2,25%	1,75%
Taxa de aumento de pensões	2,25%	1,75%

Os pressupostos referentes à mortalidade futura são estabelecidos com base em orientações de estatísticas publicadas e na experiência. Os pressupostos de mortalidade baseiam-se em índices de mortalidade padrão e a esperança de vida é apresentada abaixo:

Esperança de vida prevista	2022	2021
<b>Esperança de vida aos 60 para pensionistas atuais (anos)</b>		
– Homens	26,7	26,6
– Mulheres	29,2	29,1
<b>Esperança de vida aos 60 para futuros pensionistas atualmente com 40 (anos)</b>		
– Homens	29,1	29,0
– Mulheres	31,3	31,2

# Notas às demonstrações financeiras

## Outras questões de divulgação

### Alemanha

Os principais pressupostos atuariais à data do balanço são os seguintes:

Principais pressupostos financeiros	2022	2021
	% p.a.	% p.a.
Taxa de desconto	3,20%	0,80%
Taxa de inflação ("CPI")	2,25%	1,75%
Taxa de aumento de pensões	2,25%	1,75%

Os pressupostos referentes à mortalidade futura são estabelecidos com base em orientações de estatísticas publicadas e na experiência. Os pressupostos de mortalidade baseiam-se em índices de mortalidade padrão e a esperança de vida é apresentada abaixo:

Esperança de vida prevista	2022	2021
<b>Esperança de vida aos 60 para pensionistas atuais (anos)</b>		
– Homens	25,2	25,1
– Mulheres	28,9	28,8
<b>Esperança de vida aos 60 para futuros pensionistas atualmente com 40 (anos)</b>		
– Homens	28,2	28,0
– Mulheres	31,2	31,1

### Análise de sensibilidade em pressupostos atuariais

Para ilustrar a sensibilidade dos resultados a alterações nos pressupostos financeiros chave, a tabela seguinte sublinha o impacto de uma alteração em cada um dos principais pressupostos financeiros. A análise de sensibilidade foi calculada pela avaliação dos passivos utilizando os pressupostos alterados, mostrados na tabela abaixo e mantendo os restantes pressupostos divulgados na tabela acima, salvo no caso da sensibilidade de inflação onde outros pressupostos que dependem da inflação assumida também foram alterados em conformidade. A diferença entre ao valor do passivo recalculado e o indicado na tabela do balanço acima é o valor indicado. A seleção destes movimentos para ilustrar a sensibilidade da obrigação de benefícios definidos aos pressupostos principais não deve ser interpretada como a manifestação de uma opinião específica do Banco quanto à probabilidade de ocorrência de tais movimentos.

### Alteração nos pressupostos principais

	2022	2021
	(Diminuição)/ Aumento na obrigação de benefícios definidos	(Diminuição)/ Aumento na obrigação de benefícios definidos
	M€	M€
<b>Taxa de desconto</b>		
Aumento de 0,50% p.a.	(4)	(7)
<b>Inflação prevista</b>		
Aumento de 0,50% p.a.	5	8

### Contribuições esperadas do empregador

As contribuições esperadas do Banco para o Plano de Reforma e Seguro de Vida Irlandês do Barclays Bank em relação a benefícios definidos em 2023 são de 0,5 M€ (2022: 0,5 M€). Além disso, as contribuições esperadas para o regime de contribuições definidas irlandês em 2022 é de 3 M€ (2022: 3 M€). Está prevista a realização de uma avaliação trienal a 31 de dezembro de 2023, que avaliará a posição de financiamento a longo prazo e poderá levar a uma exigência de contribuições adicionais para além de 2025.

Espera-se que os pagamentos de benefícios diretos de 1,5 M€ sejam pagos aos planos não financiados na Alemanha em 2023 (2022: 1,9 M€).

### 28 Entidades estruturadas

Uma entidade estruturada é uma entidade em que os direitos de voto ou semelhantes não constituem o fator dominante para a definição do controlo da entidade. Um exemplo é quando os direitos de voto se referem apenas a tarefas administrativas e as atividades relevantes são dirigidas por meio de disposições contratuais. As entidades estruturadas são geralmente criadas para alcançar um objetivo particular e bem definido, e apresentam restrições às suas atividades contínuas.

Dependendo do poder do Banco sobre as atividades da entidade e da sua exposição e capacidade de influenciar os seus próprios rendimentos, a entidade poderá ser consolidada. Noutros casos, poderá patrocinar ou estar exposto a uma tal entidade, mas não proceder à sua consolidação.

### Entidades estruturadas não consolidadas

O termo "entidades estruturadas não consolidadas" refere-se a entidades estruturadas não consolidadas pelo Barclays, e são estabelecidas por terceiros. Uma participação numa entidade estruturada é qualquer envolvimento contratual ou não contratual que crie variabilidade nos rendimentos do Banco decorrentes do desempenho da entidade. Estas participações incluem dívida ou ações detidas, derivados que transfiram riscos financeiros da entidade para o Banco, empréstimos, compromissos de crédito, garantias financeiras e acordos de gestão de investimentos.

O Banco realiza transações com entidades estruturadas não consolidadas no decurso normal dos negócios para facilitar as transações dos clientes, serviços de gestão de risco e para oportunidades de investimento específicas. Isto acontece predominantemente dentro do segmento CIB. Carteira

# Notas às demonstrações financeiras

## Outras questões de divulgação

As entidades estruturadas podem assumir a forma de fundos, veículos de titularização e empresas de investimento privado. As maiores transações para o Barclays incluem empréstimos e derivados com estruturas de fundos de cobertura e entidades com propósitos específicos, e títulos de dívida emitidos por veículos de titularização.

A natureza e extensão das participações do Banco em entidades estruturadas é resumida em seguida:

### Resumo de participações em entidades estruturadas não consolidadas

	Financiamento garantido M€	Participações negociadas a curto prazo M€	Derivados transacionados M€	Outras participações M€	Total M€
<b>A 31 de dezembro de 2022</b>					
<b>Ativos</b>					
Ativos da carteira de negociação	—	70	—	—	70
Ativos financeiros pelo justo valor através da demonstração de resultados	544	—	—	11	555
Instrumentos financeiros derivados	—	—	313	—	313
Empréstimos e adiantamentos a custo amortizado	—	—	—	457	457
<b>Total do ativo</b>	<b>544</b>	<b>70</b>	<b>313</b>	<b>468</b>	<b>1.395</b>
<b>Passivos</b>					
Instrumentos financeiros derivados	—	—	329	—	329
<b>A 31 de dezembro de 2021</b>					
<b>Ativos</b>					
Ativos da carteira de negociação	—	11	—	—	11
Ativos financeiros pelo justo valor através da demonstração de resultados	792	—	—	24	816
Instrumentos financeiros derivados	—	—	260	—	260
Empréstimos e adiantamentos a custo amortizado	—	—	—	403	403
<b>Total do ativo</b>	<b>792</b>	<b>11</b>	<b>260</b>	<b>427</b>	<b>1.490</b>
<b>Passivos</b>					
Instrumentos financeiros derivados	—	—	444	—	444

Os acordos de financiamento garantido, participações negociadas a curto prazo e derivados negociados são normalmente geridos de acordo com políticas de gestão do risco de mercado descritas na Secção de gestão do risco de mercado, que incluem uma indicação da alteração das medidas de risco comparativamente ao ano passado. Por esta razão, o total do TIVO destas entidades não é considerado significativo para o propósito de compreender os riscos relacionados e, por isso, não é apresentado. Outras participações relevantes incluem empréstimos em que o juro é definido pela procura normal dos clientes. A 31 de dezembro de 2022, havia 168 (2021: 151) entidades estruturadas com as quais o Banco efetuou transações.

#### Financiamento garantido

O Banco celebra rotineiramente contratos de revenda, de empréstimo de títulos e acordos similares em termos comerciais normais, em que a contraparte do acordo é uma entidade estruturada. Dada a natureza destes acordos, especialmente pela transferência de garantia e pela aplicação contínua de margens, o Banco tem uma exposição mínima ao desempenho da contraparte da entidade estruturada. As contrapartes incluídas no financiamento garantido incluem estruturas limitadas de fundos de cobertura, empresas de investimento, fundos e entidades com propósitos específicos.

#### Participações negociadas a curto prazo

Como parte das suas atividades de criação de mercado, o Banco compra e vende participações em veículos estruturados, que são predominantemente títulos de dívida emitidos por veículos de titularização de ativos. Estas participações são normalmente detidas em nome individual ou como parte de uma carteira mais extensa por um período não superior a 90 dias. Nesses casos, o Banco não detém normalmente outro envolvimento com a entidade estruturada para além dos títulos que detém no contexto das suas atividades de negociação, e a sua exposição máxima a perdas está limitada à quantia escriturada do ativo.

#### Derivados transacionados

O Banco celebra uma série de contratos derivados com entidades estruturadas que referenciam variáveis de risco de mercado tais como taxas de juro, taxas de câmbio e índices de crédito, entre outros. Os principais tipos de derivados que são considerados participações em entidades estruturadas incluem swaps baseados em índices e swaps de crédito vencido para entidades específicas, swaps garantidos pelo balanço, swaps de retorno total, swaps de mercadorias, e swaps de capital. Os swaps de taxa de juro, derivados cambiais que não sejam complexos e que exponham o Banco a um risco de crédito insignificante, por estarem a montante na cascata de pagamentos de uma titularização, e os derivados que sejam determinados para introduzir risco ou variabilidade numa entidade estruturada não são considerados como participações numa entidade e foram excluídos das divulgações.

A Nota 13 contém detalhes que descrevem os tipos de derivados e as práticas de gestão de risco. O risco de perda pode ser atenuado através de requisitos contínuos de aplicação de margens, bem como de um direito aos fluxos de caixa da entidade estruturada que esteja a montante na cascata de pagamentos. Estes requisitos de aplicação de margens são consistentes com a prática do mercado para muitos acordos derivados e estão alinhados com as políticas de crédito habituais do Banco.



# Notas às demonstrações financeiras

## Outras questões de divulgação

As transações derivadas requerem que a contraparte disponibilize numerário ou outras garantias previstas nos acordos de aplicação de margens, para atenuar o risco de crédito da contraparte. O Banco está exposto principalmente ao risco de liquidação nestes derivados, sendo o mesmo atenuado através da aplicação diária de margens. O total dos valores nominais contratuais foram de 8.314 M€ (2021: 6.803 M€).

Com exceção dos swaps de risco de incumprimento em que a exposição máxima a perdas é o valor nominal do swap, não é possível estimar a exposição máxima a perdas relativamente a posições derivadas, uma vez que o justo valor dos derivados está sujeito a alterações nas taxas de juro, taxas de câmbio e índices de crédito no mercado que são incertos por natureza. Além disso, as perdas do Banco estariam sujeitas a ação atenuante decorrente das suas políticas de risco de mercado e de risco de crédito, que exigem à contraparte a constituição de uma garantia em numerário ou outros ativos, na maior parte dos casos.

### Outras participações em entidades estruturadas não consolidadas

As participações do Banco em entidades estruturadas que não são detidas para fins de atividades de negociação de curto prazo são apresentadas abaixo, resumidas pela natureza das entidades e limitadas às categorias significativas, com base na exposição máxima a perdas.

#### Natureza da participação

	Crédito M€	Outros M€	Total <sup>a</sup> M€
<b>A 31 de dezembro de</b>			
<b>2022 Ativos</b>			
Ativos financeiros pelo justo valor através da demonstração de resultados	—	11	11
Empréstimos e adiantamentos a custo amortizado	365	92	457
<b>Total das exposições patrimoniais</b>	<b>365</b>	<b>103</b>	<b>468</b>
Total dos valores nominais extrapatrimoniais	569	—	569
<b>Exposição máxima às perdas</b>	<b>934</b>	<b>103</b>	<b>1.037</b>
<b>Total de ativos da entidade</b>	<b>8.650</b>	<b>1.240</b>	<b>9.890</b>
<b>A 31 de dezembro de 2021</b>			
<b>Ativos</b>			
Ativos financeiros pelo justo valor através da demonstração de resultados	—	24	24
Empréstimos e adiantamentos a custo amortizado	324	79	403
<b>Total das exposições patrimoniais</b>	<b>324</b>	<b>103</b>	<b>427</b>
Total dos valores nominais extrapatrimoniais	255	—	255
<b>Exposição máxima às perdas</b>	<b>579</b>	<b>103</b>	<b>682</b>
<b>Total de ativos da entidade</b>	<b>8.353</b>	<b>1.302</b>	<b>9.655</b>

Nota

a Nenhuma das entidades estruturadas é propriedade do Barclays Bank Ireland PLC e não é consolidada de acordo com a IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas.

### Exposição máxima às perdas

Excetuando nos casos em contrário mencionado em seguida, a exposição máxima do Banco às perdas é o total das suas posições no balanço e dos seus acordos fora do balanço, incluindo compromissos de crédito e garantias financeiras. A exposição às perdas é atenuada através de garantias reais, de garantias financeiras, da disponibilidade de compensação e da proteção de crédito existente.

### Crédito

A carteira inclui o crédito concedido pelo Banco a entidades estruturadas não consolidadas do decurso normal das suas atividades de crédito para auferir rendimentos na forma de juros e comissões de empréstimo, e inclui o crédito a entidades estruturadas que é normalmente garantido por imóveis, equipamentos ou outros ativos. Todos os empréstimos estão sujeitos ao processo de aprovação de crédito do Banco. Os acordos de garantia são específicos para as circunstâncias de cada empréstimo, sendo procuradas garantias e cauções adicionais junto do promotor da entidade estruturada para determinados acordos. Durante o período, o Banco incorreu numa imparidade insubstancial nestes créditos.

### Outros

Isto inclui juros em títulos de dívida emitidos por veículos de titularização.

### Ativos transferidos para entidades estruturadas não consolidadas patrocinadas

Considera-se que o BBI patrocina outra entidade se, tiver um papel fundamental no estabelecimento dessa entidade, transferir ativos para a entidade, o nome Barclays aparecer no nome da entidade ou fornecer garantias sobre o desempenho da entidade. A 31 de dezembro de 2022, nenhum ativo foi transferido para entidades estruturadas não consolidadas patrocinadas.

# Notas às demonstrações financeiras

## Outras questões de divulgação

### 29 Análise das alterações no financiamento durante o ano

A tabela abaixo apresenta uma reconciliação dos movimentos de passivos para fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento.

	Passivos				Capital Próprio			Total
	Dívida Subordinada	Passivos de locação	Capital social liberado	Prêmios de emissão	Outros instrumentos de capital	Outras reservas	Rendimentos retidos	
	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	
<b>Balanco a 1 de janeiro de 2022</b>	<b>3.171</b>	<b>58</b>	<b>899</b>	<b>2.348</b>	<b>805</b>	<b>(196)</b>	<b>2.043</b>	<b>9.128</b>
Receitas da emissão de dívida subordinada	1.500	—	—	—	—	—	—	1.500
Passivos de locação pagos	—	(16)	—	—	—	—	—	(16)
Outros cupões de instrumentos de capital próprio pagos	—	—	—	—	(48)	—	—	(48)
Emissão de ações ordinárias	—	—	—	625	—	—	—	625
<b>Alterações totais de fluxos de caixa de financiamento</b>	<b>1.500</b>	<b>(16)</b>	<b>—</b>	<b>625</b>	<b>(48)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>2.061</b>
<b>Outras alterações</b>								
Despesas em juros	65	2	—	—	—	—	—	67
Juros pagos	(57)	—	—	—	—	—	—	(57)
Outros movimentos	—	37	—	—	—	—	—	37
<b>Outras alterações relacionadas com o passivo total</b>	<b>8</b>	<b>39</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>47</b>
<b>Outras alterações relacionadas com o capital próprio total</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>48</b>	<b>(75)</b>	<b>66</b>	<b>39</b>
<b>Balanco a 31 de dezembro de 2022</b>	<b>4.679</b>	<b>81</b>	<b>899</b>	<b>2.973</b>	<b>805</b>	<b>(271)</b>	<b>2.109</b>	<b>11.275</b>
<b>Balanco a 1 de janeiro de 2021</b>	<b>1.061</b>	<b>75</b>	<b>899</b>	<b>1.383</b>	<b>565</b>	<b>(132)</b>	<b>1.843</b>	<b>5.694</b>
Receitas da emissão de dívida subordinada	2.310	—	—	—	—	—	—	2.310
Passivos de locação pagos	—	(16)	—	—	—	—	—	(16)
Outros cupões de instrumentos de capital próprio pagos	—	—	—	—	(40)	—	—	(40)
Reembolso de dívida subordinada	(200)	—	—	—	—	—	—	(200)
Emissão de ações ordinárias	—	—	—	965	—	—	—	965
Emissões Adicionais de Nível 1	—	—	—	—	240	—	—	240
<b>Alterações totais de fluxos de caixa de</b>	<b>2.110</b>	<b>(16)</b>	<b>—</b>	<b>965</b>	<b>200</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>3.259</b>
<b>Outras alterações</b>								
Despesas em juros	33	2	—	—	—	—	—	35
Juros pagos	(33)	—	—	—	—	—	—	(33)
Câmbios e outros movimentos	—	(3)	—	—	—	—	—	(3)
<b>Outras alterações relacionadas com o passivo total</b>	<b>—</b>	<b>(1)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>(1)</b>
<b>Outras alterações relacionadas com o capital próprio total</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>40</b>	<b>(64)</b>	<b>200</b>	<b>176</b>
<b>Balanco a 31 de dezembro de 2021</b>	<b>3.171</b>	<b>58</b>	<b>899</b>	<b>2.348</b>	<b>805</b>	<b>(196)</b>	<b>2.043</b>	<b>9.128</b>

Nota  
a Consultar a Nota 19 (Locações) para mais detalhes.

# Notas às demonstrações financeiras

## Outras questões de divulgação

### 30 Ativos dados como garantia, garantias recebidas e ativos transferidos

Os ativos são dados como garantias para assegurar passivos sujeitos a acordos de recompra, titularizações e acordos de empréstimo de ações, ou como depósitos de títulos relacionados com derivados. Os ativos transferidos são ativos não monetários transferidos para terceiros que não se qualificam para desreconhecimento no balanço do Banco, nomeadamente porque o Banco retém substancialmente a exposição global a esses ativos ao abrigo de um acordo para voltar a comprá-los no futuro a um preço fixo.

Quando os ativos não monetários são dados como garantias ou transferidos como garantia pelo numerário recebido, o ativo continua a ser reconhecido na totalidade, e também é reconhecido um passivo associado no balanço. Quando os ativos não monetários são dados como garantias ou transferidos como garantia em troca de ativos não monetários, o ativo transferido continua a ser reconhecido na totalidade, e não existe um passivo associado, visto que a garantia não monetária recebida não é reconhecida no balanço. O Banco não pode utilizar, vender ou constituir como garantia os ativos transferidos no decurso da transação e permanece exposto ao risco de taxa de juro e risco de crédito sobre estes ativos dados como garantias. Salvo indicação, o recurso da contraparte não se limita aos ativos transferidos.

A seguinte tabela resume a natureza e a quantia escriturada dos ativos dados como garantia face a estes passivos:

	2022	2021
	M€	M€
Garantias em numerário e saldos de liquidação	10.303	13.457
Ativos da carteira de negociação	5.811	6.207
Empréstimos e adiantamentos a custo amortizado	2.040	1.975
Ativos financeiros pelo justo valor através da demonstração de resultados	1.127	—
<b>Ativos dados como garantia</b>	<b>19.281</b>	<b>21.639</b>

A tabela seguinte resume os ativos financeiros transferidos e passivos associados. Os ativos transferidos representam o valor contabilístico bruto dos ativos dados como garantia e os passivos associados representam o valor no balanço da IFRS do respetivo passivo registado no balanço.

	Ativos transferidos	Passivos associados	Ativos transferidos	Passivos associados
	2022	2022	2021	2021
	M€	M€	M€	M€
Instrumentos financeiros derivados	10.737	10.737	14.252	14.252
Acordos de recompra	8.006	2.293	6.831	2.794
Outros	538	—	556	—
	<b>19.281</b>	<b>13.030</b>	<b>21.639</b>	<b>17.046</b>

No caso dos acordos de recompra, a diferença entre os ativos transferidos e os passivos associados deve-se predominantemente à compensação das IFRS. Não há acordos em que o recurso de uma contraparte se limita apenas aos ativos transferidos.

### Garantias detidas como caução de ativos

Em algumas transações, incluindo acordos de revenda e transações de empréstimo de ações, o Banco pode revender ou recomprometer a garantia detida. O justo valor à data do balanço de garantias aceites e recomprometidas a outros era o seguinte:

	2022	2021
	M€	M€
Justo valor dos títulos aceites como garantias	73.811	70.865
Do qual o justo valor dos títulos recomprometidos/transferidos a outros	50.807	51.547

Foram incluídas nas garantias divulgações adicionais, assim como em outros aumentos de crédito (páginas 61 a 63).

### 31 Acordos de recompra e outros empréstimos garantidos similares

Os acordos de recompra e outros empréstimos garantidos similares de 2.964 M€ a 31 de dezembro de 2022 (31 de dezembro de 2021: 3.596 M€) incluem 1.526 M€ (31 de dezembro de 2021: 2.917 M€) em relação a empréstimos garantidos ao abrigo da terceira série das Operações de refinanciamento de prazo alargado direcionadas ("TLTRO III") do BCE.

Em outubro de 2022, o BCE alterou os termos das TLTRO III de modo a que, a partir de 23 de novembro de 2022, a taxa das TLTRO III aplicável seja a taxa média da facilidade permanente de depósito entre 23 de novembro de 2022 e a maturidade das TLTRO III. Antes da alteração das condições, a taxa aplicável era a seguinte: de 24 de junho de 2022 até à maturidade das TLTRO III, a taxa aplicável era a taxa média da facilidade permanente de depósito durante o período de vigência das TLTRO III.

Esta alteração aumenta a taxa das TLTRO III, pelo que o Banco, em conformidade com a IFRS 9, registou em 2022 ajustamentos de rendimentos para refletir o impacto da alteração ao longo da vida das TLTRO III. Numa base contínua, o Banco continua a acumular à taxa de juro

# Notas às demonstrações financeiras

## Outras questões de divulgação

efetiva original ("EIR") ajustada para aumentos de taxas até ao segundo semestre de 2022. Incluída nos rendimentos de juros está uma redução reconhecida em 2022 como resultado da reestimativa dos fluxos de caixa sobre levantamentos de 15 M€ (31 de dezembro de 2021: ganho de 35 M€).

Como o TLTRO é emitido pelo BCE, o Banco não considera o financiamento do TLTRO III como representando um subsídio governamental.

### 32 Entidades consolidadas

O Banco avaliou o seu envolvimento com entidades estruturadas, de acordo com as definições e orientações contidas em:

- IFRS 10 Demonstrações financeiras consolidadas;
- IFRS 11 Acordos conjuntos;
- IAS 28 Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos, e
- IFRS 12 Divulgação de interesses noutras entidades.

O Banco consolida uma entidade estruturada se controlar a entidade ou empresa beneficiária. Nos termos da IFRS 10, isto é, quando o Banco está exposto ou tem direitos a retornos variáveis do seu envolvimento na entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos através do seu poder sobre a entidade. O Banco considera geralmente que tem controlo sobre os veículos de titularização cujo objetivo é titularizar os empréstimos e adiantamentos aos clientes para fornecer ao Banco garantias para as atividades de financiamento, ver nota 35.

O Banco consolida duas entidades estruturadas, cujo objetivo é adquirir empréstimos, outros ativos financeiros e emitir títulos garantidos por hipoteca. Apresenta-se abaixo uma lista destas estruturas, o país de constituição e a natureza do negócio. A informação corresponde a 31 de dezembro de 2022.

Nome da empresa	Sede Social	% valor nominal detido	Local principal de negócios ou de constituição	Natureza do negócio
Alstertal Consumer 2021-1 DAC	Finance 3 <sup>rd</sup> Floor, Fleming Court, Fleming's Place, Dublin 4, Irlanda	—	Irlanda	Veículo de Propósito Específico
Mercurio Mortgage s.r.l	Finance Corso Vercelli 40, 20145, Milão, Itália	—	Itália	Veículo de Propósito Específico

O Banco tem três empresas subsidiárias, nomeadamente Barclays Europe Nominees DAC, Barclays Europe Firm Nominees DAC, e Barclays Europe Client Nominees DAC, cada uma com sede social em One Molesworth Street, Dublin 2, D02 RF29, Irlanda. Em cada caso, o Banco detém 100% das ações ordinárias da empresa subsidiária, e a atividade da empresa subsidiária consiste em atuar como empresa nomeada e deter ações como tal.

### Apoio financeiro concedido a entidades estruturadas consolidadas

Durante o ano que terminou a 31 de dezembro de 2022, o Banco tinha em vigor um acordo contratual que pode exigir o apoio financeiro de até 19 M€ à Mercurio Mortgage Finance s.r.l (dezembro de 2021: 19 M€).

### Restrições significativas

O Banco não tem restrições significativas quanto à capacidade de aceder ou utilizar os seus ativos ou de reembolsar os passivos das entidades consolidadas.

### 33 Transações de partes relacionadas e remunerações dos Diretores

#### Transações de partes relacionadas

As partes são consideradas relacionadas se uma delas tiver capacidade para controlar a outra ou exercer uma influência significativa sobre a outra na tomada de decisões financeiras ou operacionais, ou se uma das partes controlar ambas.

#### Empresa-mãe

A empresa-mãe é a BB PLC, que detém 100% (31 de dezembro de 2021: 100%) das ações ordinárias emitidas pelo Banco e 100% (31 de dezembro de 2021: 100%) dos títulos AT1 emitidos pelo Banco. A empresa-mãe que exerce o controlo máximo do Banco é o B PLC.

#### Subsidiárias colegas

As transações entre o Banco e outras subsidiárias da empresa-mãe também correspondem à definição das transações com partes relacionadas.

# Notas às demonstrações financeiras

## Outras questões de divulgação

Os valores agregados incluídos nas demonstrações financeiras do Banco, por categoria de parte relacionada, são os seguintes:

	Empresa-mãe M€	Subsidiárias M€	Fundos de pensões M€
<b>Para o ano findo a 31 de dezembro de 2022</b>			
Rendimento total	371	13	—
Despesas operacionais	(5)	(371)	(1)
Total do ativo	8.504	4.427	3
Total do passivo	16.960	5.320	—
<b>Para o ano findo a 31 de dezembro de 2021</b>			
Rendimento total	333	63	—
Despesas operacionais	(7)	(290)	(1)
Total do ativo	13.935	3.255	4
Total do passivo	17.601	3.968	1

O rendimento total da empresa-mãe e das outras subsidiárias acima de 384 M€ (2021: 396 M€) inclui o rendimento líquido de taxas e comissões de 501 M€ (2021: 357 M€). Encontram-se mais informações sobre rendimento líquido de taxas e comissões na nota 4.

Despesas operacionais a pagar a subsidiárias colegas num valor superior a 371 M€ (2021: 290 M€) refletem sobretudo o custo dos serviços prestados pela Barclays Execution Services Limited, a empresa de serviços transversal ao Grupo B PLC.

Durante o exercício findo a 31 de dezembro de 2022, o Banco emitiu 100 (2021: 300) ações ordinárias de 1 euro cada para a sua empresa-mãe, com um prémio de 625 M€ (2021: 965 M€).

O Banco efetuou pagamentos de cupões de 48 M€ (2021: 40 M€) à sua empresa-mãe durante o ano sobre títulos AT1.

A 31 de dezembro de 2022, o Banco detém garantias financeiras da sua empresa-mãe num total de 10.876 M€ (2021: 9.570 M€).

O total do ativo e do passivo com a empresa-mãe e outras subsidiárias inclui:

A 31 de dezembro	2022 M€	2021 M€
Garantias em numerário e saldos de liquidação	5.247	2.392
Empréstimos e adiantamentos a custo amortizado	801	522
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	1.764	3.228
Ativos financeiros pelo justo valor através da demonstração de resultados	4.284	5.932
Instrumentos financeiros derivados	473	4.963
Outros ativos <sup>a</sup>	362	154
<b>Total de ativos com a empresa-mãe e outras subsidiárias</b>	<b>12.931</b>	17.191
Depósitos a custo amortizado	2.477	2.580
Garantias em numerário e saldos de liquidação	4.970	1.923
Acordos de recompra e outros empréstimos garantidos similares	1.437	680
Títulos de dívida em circulação	1.500	1.500
Passivos subordinados	4.679	3.171
Passivos financeiros designados ao justo valor	6.130	7.000
Instrumentos financeiros derivados	905	4.644
Outros passivos	182	73
<b>O total do passivo com a empresa-mãe e outras subsidiárias</b>	<b>22.280</b>	21.571

Nota

a. Outros ativos inclui um montante de 119 M€ (2021: 0€) a receber do BB PLC no âmbito de um acordo de sub-participação.

Os derivados com a empresa-mãe e outras subsidiárias são garantidos com numerário e outros instrumentos financeiros. Os acordos de revenda, os acordos de recompra e os ativos/passivos financeiros pelo justo valor na demonstração de resultados são garantidos por instrumentos financeiros subjacentes.

# Notas às demonstrações financeiras

## Outras questões de divulgação

### Quadros Administrativos Principais

Os Quadros Administrativos Principais são os indivíduos que estão autorizados e são responsáveis pelo planeamento, direção e controlo das atividades do Banco (direta ou indiretamente) e incluem o Conselho de Administração e o Comité Executivo do Banco.

A 31 de dezembro	2022	2021
	M€	M€
Empréstimos	1,0	1,0
Valores não utilizados em cartões de crédito e/ou facilidades de descoberto	0,6	0,6
Depósitos	1,0	0,6

Todos os empréstimos concedidos a Quadros Administrativos Principais (e pessoas a eles associadas) foram feitos no decurso normal da atividade empresarial; foram feitos substancialmente nos mesmos termos, incluindo taxas de juro e garantias, conforme as que prevalecem ao mesmo tempo para transações comparáveis com outras pessoas; e não envolveram mais do que o risco normal de cobrança ou apresentaram outras características desfavoráveis.

Não foram reconhecidos abatimentos por imparidade a respeito dos empréstimos concedidos a Quadros Administrativos Principais (ou qualquer pessoa a eles associada).

### Remuneração dos Quadros Administrativos Principais

A remuneração total paga aos Quadros Administrativos Principais abaixo representa os prémios concedidos a indivíduos que tenham sido aprovados pelo Comité de Remuneração do Conselho durante as últimas decisões de remuneração. Os custos reconhecidos na demonstração de resultados refletem os encargos contabilísticos para o ano incluídos nas despesas operacionais. A diferença entre os valores pagos e os encargos reconhecidos na demonstração de resultados deve-se principalmente ao reconhecimento dos custos diferidos dos prémios do ano transato. São fornecidos os valores para o período em que os indivíduos respeitavam a definição de Quadros Administrativos Principais.

	2022	2021
	M€	M€
Benefícios a curto prazo dos colaboradores	11,8	11,8
Benefícios pós-emprego	0,4	0,3
Pagamentos com base em ações	3,2	4,3
Benefícios de cessação de funções	1,0	1,5
Outros benefícios a longo prazo	1,4	3,0
<b>Total da remuneração dos Quadros Administrativos Principais</b>	<b>17,8</b>	<b>20,9</b>

### Remuneração dos Diretores

	2022	2021
	M€	M€
Emolumentos relativos aos serviços qualificados	3,6	3,4
Benefícios ao abrigo de planos de incentivos a longo prazo	1,5	2,3
<b>Remuneração dos Diretores</b>	<b>5,1</b>	<b>5,7</b>

Durante o ano que terminou a 31 de dezembro de 2022, os Diretores acumularam benefícios ao abrigo de um plano de benefícios definidos ou de um plano de contribuições definidas de 0,1 M€ (2021: 0,1 M€).

# Notas às demonstrações financeiras

## Outras questões de divulgação

### 34 Remuneração de auditores

A remuneração de auditores está incluída nas despesas administrativas e gerais e abrange:

	2022	2021
	M€	M€
Auditoria às demonstrações financeiras do Banco	3,3	2,9
<b>Outros serviços:</b>		
Outros serviços de garantia	0,8	0,9
Serviços de consultoria fiscal	—	—
Outros serviços de não-auditoria	—	—
<b>Total da remuneração dos Auditores<sup>a</sup></b>	<b>4,1</b>	<b>3,8</b>

Nota

a Dos honorários de auditoria de 2022, 1,5 M€ dos honorários do auditor oficial (2021: 1,4 M€) e 0,3 M€ (2021: 0,3 M€) dos honorários de serviços de não-auditoria estão relacionados com honorários pagos a outras empresas da rede da KPMG.

### 35 Eventos posteriores ao balanço

Não se registaram acontecimentos significativos que afetem o Banco desde o final do exercício.

### 36 Reforma das taxas de juro de referência

Na sequência da crise financeira, a reforma e substituição de taxas de juro de referência como a LIBOR tornaram-se numa prioridade para os reguladores mundiais. Como resultado, a Autoridade de Conduta Financeira do Reino Unido ('FCA') e outros reguladores mundiais instruíram os participantes no mercado a prepararem-se para a cessação da maioria das taxas LIBOR após o final de 2021, e a adotarem "taxas livres de risco" ('RFR').

De acordo com os anúncios da FCA durante 2021, os envios do painel de bancos para todos os prazos das taxas LIBOR de GBP, JPY, EUR e CHF cessaram após 31 de dezembro de 2021. Relativamente ao USD, alguns prazos utilizados irão continuar ativamente a ser atribuídos até finais de junho de 2023 na sua forma atual. Contudo, em conformidade com a declaração conjunta dos reguladores bancários dos EUA, o Barclays deixou de emitir ou celebrar novos contratos que utilizam a USD LIBOR como taxa de referência a partir de 31 de dezembro de 2021, salvo em relação a casos de utilização permitida estabelecidos no aviso de proibição da FCA (ref 21A). Estas incluem a criação de mercado em apoio à atividade do cliente; ou transações que reduzem ou cobrem a exposição do Barclays ou de qualquer cliente do Barclays à USD LIBOR em contratos celebrados antes de 1 de janeiro de 2022.

A exposição do Banco a taxas sujeitas à reforma das taxas de juro de referência tem sido predominantemente a GBP, USD, JPY e CHF LIBOR e Euro Overnight Index Average ("EONIA"), para além da GBP LIBOR ICE Swap Rate, JPY LIBOR Tokyo Swap Rate e USD LIBOR ICE Swap Rate, com a grande maioria concentrada em derivados no âmbito da atividade dos Mercados Globais. Existe alguma exposição adicional em empréstimos e adiantamentos com taxa variável, acordos de recompra e empréstimo de títulos e títulos de dívida detidos e emitidos no seio do Banco Empresarial e de Investimento. Na sequência da atividade de transição no final de 2021 e no início de 2022, quase todas as posições GBP LIBOR, GBP LIBOR ICE Swap Rate, JPY LIBOR e JPY LIBOR Tokyo Swap Rate e CHF LIBOR e EONIA ("âmbito de 2021") transitaram para as RFR e, embora haja uma série de taxas de referência que ainda não cessaram, a exposição ao risco do Grupo do Banco Barclays é agora principalmente a USD LIBOR e a USD LIBOR ICE Swap Rate.

Existem diferenças fundamentais entre as IBOR e as RFR. As IBOR são "taxas a prazo", o que significa que são publicadas durante um período de empréstimo (por exemplo, três meses), e são "prospetivas", porque são publicadas no início de um período de empréstimo, com base num encargo estimado com um empréstimo interbancário para o período. As RFR baseiam-se nas taxas *overnight* das transações reais, pelo que são publicadas após o final do período de empréstimo de um dia para o outro. Além disso, as taxas IBOR incluem prémios de risco e de risco de crédito. Por conseguinte, para proceder à transição de contratos e acordos existentes para as RFR, poderá ser necessário aplicar ajustamentos às diferenças de prazos e créditos a taxas associadas às RFR. As metodologias para estes ajustamentos foram determinadas através de consultas aprofundadas por grupos de trabalho no setor, em nome dos respetivos reguladores a nível mundial e participantes no mercado relacionado.

#### Como o Banco está a gerir a transição para taxas de referência alternativas

O Barclays estabeleceu um Programa de Transição da LIBOR para todo o Grupo. O Programa de Transição abrange todas as linhas de negócio e tem uma gestão inter-funcional que inclui os departamentos Jurídico, de Conformidade, de Risco de Conduta, de Risco, e Financeiro. O Programa de Transição visa promover a execução estratégica, bem como identificar, gerir e resolver os riscos e questões principais à medida que surgem. O Barclays continua a disponibilizar atualizações trimestrais sobre o progresso e as exposições à PRA/FCA e a outros reguladores, conforme necessário.

O Programa de Transição segue uma abordagem de gestão de risco, baseada em normas reconhecidas de controlo de "aplicação da alteração". Os grupos de trabalho principais têm Executivos Responsáveis, tendo a supervisão geral pelo Conselho sido delegada à Comissão de Risco do Conselho.

As abordagens à transição da exposição à LIBOR USD e à USD LIBOR ICE Swap Rate variam consoante o produto e a natureza da contraparte. O Grupo tem-se empenhado com as contrapartes na transição ou na inclusão de medidas de contingência sólidas, quando ainda não acordadas em contratos com vencimentos após junho de 2023, altura em que a LIBOR USD e a USD LIBOR ICE Swap Rate deixarão de ser publicadas ou deixarão de ser publicadas na sua forma atual. Qualquer medida de contingência irá fornecer a taxa de substituição relevante; no caso do Protocolo ISDA 2020, corresponde à RFR acrescida de um spread de ajustamento de crédito. Para a exposição a derivados de forma bilateral, a adesão ao Protocolo de Contingência ISDA aplicável proporcionou ao Barclays um mecanismo eficiente para retificar operações em aberto e incorporar medidas de contingência. Para além do Protocolo de Contingência ISDA 2020 IBOR e do Protocolo de Contingência ISDA 2021, outra opção tem sido a alteração bilateral das condições com as contrapartes. Os contratos de derivados de contrapartes



# Notas às demonstrações financeiras

## Outras questões de divulgação

centrais de compensação ("CCP") irão seguir uma abordagem padronizada relativamente à reforma em todo o mercado, através de uma série de conversões conduzidas pelas CCP, semelhantes às utilizadas para a LIBOR GBP, JPY e CHF e para a EONIA.

A LIBOR GBP e JPY deixaram de ser publicadas na sua forma original a partir do final de 2021 e foram disponibilizadas versões sintéticas da LIBOR GBP e JPY durante um período de tempo limitado. O objetivo é ajudar a mitigar o risco de perturbação generalizada dos contratos LIBOR antigos que não tenham transitado até ao final de 2021, altura em que terminam os envios do painel de bancos de GBP e JPY. A FCA reiterou que quaisquer prazos da LIBOR sintética são apenas uma ponte para dar tempo à transição para RFR alternativas adequadas e não uma solução permanente. O Barclays continua a monitorizar, avaliar e limitar a fiabilidade da LIBOR sintética.

A 29 de setembro de 2022, a FCA anunciou que os prazos da GBP LIBOR sintética a 1 e 6 meses cessariam imediatamente após 31 de março de 2023 e confirmou que os prazos da JPY LIBOR sintética cessariam permanentemente no final de 2022.

A 23 de novembro de 2022, a FCA anunciou que o prazo da LIBOR sintética em GBP a 3 meses irá cessar no final de março de 2024 e que os prazos *overnight* e da LIBOR USD a 12 meses irão cessar no final de junho de 2023. A FCA propôs, igualmente, que os prazos da LIBOR USD a 1, 3 e 6 meses fossem publicados segundo uma metodologia sintética durante um período temporário até ao final de setembro de 2024. A decisão final da FCA está prevista para o início do segundo trimestre de 2023.

Foi promulgada uma legislação federal americana (a Lei da Taxa de Juro Ajustável ("LIBOR")) com uma solução para contratos regidos pela legislação dos EUA que referem a LIBOR em USD, mas não dispõem de medidas de contingência adequadas. O efeito desta legislação nos acordos de âmbito geral será o de considerar todas as referências à LIBOR USD como a substituição da Taxa Garantida de Financiamento *Overnight* ("SOFR"), com o benefício adicional de continuidade contratual legal e proteção de "porto seguro". Isto contrasta com a legislação implementada no Reino Unido, que prevê a continuidade contratual legal com proteção de "porto seguro" apenas para o administrador, e poderia expor os participantes no mercado a riscos adicionais de litígio.

### Progressos realizados durante 2022

No decurso de 2022, o Barclays forneceu a tecnologia e as alterações do processo empresarial necessárias para assegurar a prontidão operacional na preparação para as transições para as RFR para as taxas de referência que cessam em junho de 2023. Isto incluiu novas capacidades de produtos RFR e alternativas à LIBOR através de empréstimos, obrigações, operações de recompra e de empréstimo de títulos e derivados. O Barclays continuou a monitorizar e a abordar a sua exposição não corrigida ao âmbito de 2021; observando que, a 31 de dezembro de 2022, a exposição foi reduzida para menos de 0,2% da exposição de referência do Grupo.

A exposição não corrigida do Banco para o âmbito de 2021 a 31 de dezembro de 2022, excluindo empréstimos e obrigações negociados em mercados secundários, era de 0,2 mM€ de exposição à GBP LIBOR e à GBP LIBOR ICE Swap Rate. Esta exposição consistia sobretudo em derivados de operações bilaterais, sendo a restante constituída por empréstimos sindicados não utilizados, cuja transição é efetuada por um terceiro. O Barclays continua a colaborar com os clientes e agentes, conforme apropriado, para resolver as exposições pendentes não corrigidas.

O Barclays está agora focado na transição das posições herdadas relacionadas com a LIBOR USD e a USD LIBOR ICE Swap Rate (e outras LIBOR no âmbito) e continua no bom caminho para cumprir os respetivos prazos do setor. No primeiro semestre de 2022, o Barclays efetuou com sucesso a transição de todas as exposições de empréstimos LIBOR em USD não comprometidas.

### Riscos a que o Banco está exposto como resultado da transição

Os reguladores globais e os bancos centrais no Reino Unido, EUA, UE e APAC têm impulsionado os esforços internacionais para reformar taxas de juro e índices de referência fundamentais, tais como a LIBOR, que são utilizados para determinar os montantes a pagar sob uma vasta gama de transações e torná-los mais fiáveis e sólidos. Estas reformas de referência resultaram em mudanças significativas na metodologia e funcionamento de certos índices e índices de referência, na adoção das RFR, na descontinuação de certas taxas de referência (incluindo LIBOR), e na implementação de legislação e regulamentos.

A incerteza associada a tais mudanças potenciais, incluindo a disponibilidade e/ou adequação de RFR alternativas, a participação de clientes e de terceiros no processo de transição; desafios no que diz respeito a consentimentos necessários ou outras condições prévias a mudanças de documentação necessárias; e o impacto da legislação para lidar com "determinados contratos antigos" que não podem converter-se em RFR ou acrescentar RFR de recurso antes da cessação do modelo de referência, podem afetar negativamente uma vasta gama de transações (incluindo quaisquer títulos, empréstimos e derivados que utilizam a LIBOR ou qualquer outro referencial afetado para determinar o montante de juros a pagar que estão incluídos nos ativos e passivos financeiros do Banco) que utilizam estas taxas e índices de referência, e apresentam uma série de riscos para o Banco, incluindo, mas não limitado a:

- **Risco de Conduta:** ao empreender ações de transição da utilização de certas taxas de referência (como a LIBOR) para novas RFR alternativas, o Banco enfrenta riscos de conduta. Tal pode levar a reclamações de clientes, sanções regulamentares ou um impacto na reputação se for considerado que o Banco está (entre outros) (i) a conduzir atividades de mercado que são manipulativas ou criam uma impressão manipulativa ou falsa, (ii) utilizar indevidamente informações sensíveis ou não identificar ou gerir ou mitigar adequadamente os conflitos de interesse, (iii) fornecer aos clientes aconselhamento inadequado, informação enganosa, produtos inadequados ou serviços inaceitáveis, (iv) não adotar uma abordagem coerente à remediação para clientes em circunstâncias semelhantes, (v) atrasar indevidamente as atividades de comunicação e migração em relação à exposição do cliente, impedindo-lhes dispor de tempo suficiente para se prepararem ou (vi) entrar em conluio com concorrentes ou partilhar informações com eles indevidamente.
- **Risco de Litígio:** os membros do Banco podem encerrar processos judiciais, inquéritos regulamentares e/ou outras ações ou processos referentes (entre outros) a (i) os riscos de conduta acima identificados, (ii) a interpretação e aplicabilidade das disposições dos contratos baseados na LIBOR, e (iii) a preparação e prontidão do Banco para a substituição da LIBOR por RFR alternativas.

# Notas às demonstrações financeiras

## Outras questões de divulgação

- **Risco Financeiro:** a valorização de alguns dos ativos e passivos financeiros do Grupo do Banco Barclays pode variar. Além disso, a transição para RFR alternativas pode ter impacto na capacidade dos membros do Grupo do Banco Barclays de calcular e modelar os montantes a receber por eles sobre certos ativos financeiros e determinar os montantes a pagar sobre certos passivos financeiros (tais como títulos de dívida por eles emitidos) porque certas RFR alternativas (tais como a *Sterling Overnight Index Average* ("SONIA") e a SOFR) são taxas "look-back", enquanto as taxas a prazo (tais como a LIBOR) permitem aos mutuários calcular no início de qualquer período de juros exatamente quanto é pagável no final desse mesmo período de juros. Isto pode ter um efeito adverso substancial nos fluxos de caixa do Grupo do Banco Barclays.
- **Risco de fixação de preços:** as alterações às taxas e índices de referência, a descontinuação de quaisquer índices ou taxas de referência e a transição para as RFR alternativas podem ter um impacto nos mecanismos de fixação de preços utilizados pelo Banco em determinadas transações.
- **Risco Operacional:** alterações às taxas e índices de referência existentes, descontinuação de qualquer taxa ou índice de referência e transição para RFR alternativas podem exigir alterações aos sistemas informáticos do Banco, infraestruturas de informação comercial, processos operacionais, e controlos. Além disso, se qualquer taxa ou índice de referência (como a LIBOR) já não estiver disponível para calcular os montantes a pagar, o Banco pode incorrer em despesas adicionais para alterar a documentação de transações novas e existentes e/ou efetuar a transição da taxa ou índice de referência original para uma nova taxa ou índice de referência.
- **Risco Contabilístico:** a incapacidade de aplicar contabilidade de cobertura de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade 39 poderia levar a uma maior volatilidade nos resultados financeiros e no desempenho do Banco.

Qualquer um destes fatores pode ter um efeito material adverso nos negócios do Banco, resultados das operações, situação financeira, perspectivas e reputação. Embora alguns dos riscos acima referidos no âmbito da transição de 2021 para RFR tenham sido substancialmente atenuados, continuam a ser relevantes em relação às transições de taxas USD e LIBOR relacionadas.

O Banco não espera mudanças materiais na sua abordagem e estratégia de gestão de risco como resultado da reforma da taxa de juro de referência.

A tabela seguinte resume as exposições de não derivados à LIBOR USD com maturidade após 30 de junho de 2023, data em que a LIBOR USD deixará de ser publicada, ou deixará de ser publicada na sua forma atual: e a exposição remanescente à LIBOR GBP.

A 31 de dezembro	LIBOR GBP		LIBOR USD		2022		2021
	M€	M€	Total	M€	M€	Total	M€
<b>Ativos financeiros não derivados</b>							
Empréstimos e adiantamentos a custo amortizado	—	185	185	122	397	519	
Recursos de reserva, linhas de crédito e outros compromissos	6	4.774	4.780	8.377	233	8.610	

Os saldos reportados ao custo amortizado são divulgados pelo seu valor contabilístico bruto e não incluem quaisquer provisões para perdas de crédito esperadas que possam ser detidas contra eles.

A tabela seguinte resume as exposições dos derivados à LIBOR USD e USD LIBOR ICE Swap Rate com maturidade após 30 de junho de 2023, data em que a LIBOR USD e a USD LIBOR ICE Swap Rate deixarão de ser publicadas, ou deixarão de ser publicadas na sua forma atual, e a exposição remanescente à LIBOR GBP e à GBP LIBOR ICE Swap Rate:

A 31 de dezembro	LIBOR GBP		LIBOR USD		2022		2021
	M€	M€	Total	M€	M€	Total	M€
<b>Valor do contrato notional derivado</b>							
Derivados de taxa de juros OTC	253	81.488	81.741	11.236	41.150	52.386	
Derivativos de taxas de juros OTC compensados pela contraparte	—	11.166	11.166	—	3.897	3.897	
Derivados negociáveis de taxa de juros	—	17	17	—	—	—	
Derivados cambiais OTC	—	54	54	7.278	62.055	69.333	
Outros derivados	—	1.326	1.326	—	1.249	1.249	
<b>Valor do contrato notional derivado</b>	<b>253</b>	<b>94.051</b>	<b>94.304</b>	<b>18.514</b>	<b>108.351</b>	<b>126.865</b>	

Os derivados são registados utilizando o valor notional do contrato.

### Cláusulas de Contingência

A exposição de 31 de dezembro de 2022 foi dividida entre aqueles com contingências firmes e aqueles sem elas. As contingências aqui são definidas como qualquer mecanismo que envolva um "interruptor" ou "programação" ou um acordo contratual de transição automática para uma taxa acordada. Uma das soluções de mercado mais utilizadas para incorporar medidas de contingência em certos contratos antigos de derivados não compensados são os Protocolos de Contingência ISDA, nomeadamente o Protocolo de Contingência ISDA 2020 IBOR e o Protocolo de Contingência ISDA 2021, publicados em outubro de 2020. Os participantes no mercado que aderiram ao Protocolo ISDA relevante acordam, entre as partes aderentes, que os seus contratos antigos não compensados sejam alterados para incluir as medidas de contingência relevantes.

A tabela seguinte apresenta uma repartição das exposições de não derivados à LIBOR USD e LIBOR GBP com sólidas medidas de contingência em vigor e das exposições sem medidas de contingência a 31 de dezembro de 2022:

# Notas às demonstrações financeiras

## Outras questões de divulgação

	Com cláusula de contingência apropriada			Sem cláusula de contingência apropriada		
	LIBOR GBP	LIBOR USD	Total	LIBOR GBP	LIBOR USD	Total
	M€	M€	M€	M€	M€	M€
<b>A 31 de dezembro de 2022</b>						
Ativos financeiros não derivativos						
Empréstimos e adiantamentos a custo amortizado	—	185	185	—	—	—
Recursos de reserva, linhas de crédito e outros compromissos	6	4.564	4.570	—	210	210

A maior parte da exposição de não derivativos à LIBOR USD sem medidas de contingência é constituída por empréstimos sindicados apenas com participação, em que o banco está a colaborar com os agentes para compreender a sua abordagem de transição.

A tabela seguinte apresenta uma repartição das exposições de derivativos LIBOR USD, USD LIBOR ICE Swap Rate, LIBOR GBP e GBP LIBOR ICE Swap Rate com medidas de contingência sólidas em vigor e sem essas medidas a 31 de dezembro de 2022:

	Com cláusula de contingência apropriada			Sem cláusula de contingência apropriada		
	LIBOR GBP	LIBOR USD	Total	LIBOR GBP	LIBOR USD	Total
	M€	M€	M€	M€	M€	M€
<b>A 31 de dezembro de 2022</b>						
<b>Valor do contrato nocional derivado</b>						
Derivados de taxa de juros OTC	103	77.973	78.076	150	3.515	3.665
Derivados de taxa de juros OTC compensados pela contraparte central	—	11.166	11.166	—	—	—
Derivados negociáveis de taxa de juros cambiais	—	17	17	—	—	—
Derivados cambiais OTC	—	54	54	—	—	—
Outros derivativos	—	772	772	—	554	554
<b>Valor do contrato nocional derivado</b>	<b>103</b>	<b>89.982</b>	<b>90.085</b>	<b>150</b>	<b>4.069</b>	<b>4.219</b>

As exposições de derivativos à LIBOR GBP com cláusulas de contingência adequadas representam opções de swap com cláusulas de contingência sólidas, em que a mudança para a RFR relevante terá lugar numa data futura de exercício da opção, pelo que não são consideradas exposições não corrigidas.

A maioria das exposições à LIBOR USD e à USD LIBOR ICE Swap Rate já estão cobertas por medidas de contingência em resultado do Protocolo de Contingência ISDA IBOR de 2020 e do Módulo de Referência de junho de 2022 do Protocolo de Contingência ISDA 2021, aos quais as entidades relevantes do Barclays aderiram.

### 37 Aprovação das demonstrações financeiras

O Conselho de Administração aprovou as demonstrações financeiras no dia 15 de março de 2023.

## Abreviaturas

ACPR	Autorité de contrôle prudentiel et de résolution	CCFOR	Política de Risco Financeiro e Risco Operacional das Alterações Climáticas
ALCO	Comissão de Ativos e Passivos	PCC	Contrapartes Centrais de Compensação
AMLA	Autoridade Anti-Lavagem de Dinheiro	CCyB	Buffer Contra cíclico de Capital
AT1	Nível 1 Adicional	CDR	Taxa de incumprimento constante
B PLC	Barclays PLC	CDS	Swap por Incumprimento de Crédito
BAC	Comité de Auditoria do Conselho	CEO	Diretor Executivo
BaFin	Autoridade Federal Alemã de Supervisão Financeira	CET1	Rácio Common Equity Tier 1
BAU	"Business as Usual"	CFO	Diretor Financeiro
BB PLC	Barclays Bank PLC	CFTC	Commodity Futures Trading Commission
BBI	Barclays Bank Ireland PLC	CGCCI	Código de Governação Empresarial para Instituições de Crédito
BBI BERG	Comité Europeu de Risco Barclays	CIB	Banco Empresarial e de Investimento
BCBS	Comité de Supervisão Bancária de Basileia	COO	Diretor de Operações
BCI	Barclays Capital International	IPC	Índice de Preços do Consumidor
BCSL	Barclays Capital Securities Limited	CPR	Taxa de Pré-pagamento Condicional
BNG	Ganho Líquido de Biodiversidade	CRC	Comité de Risco Climático
bps	Pontos Base	CRCF	Fórum de Controlo dos Riscos Climáticos
BRC	Comité de Risco do Conselho	CRD	Diretiva de Requisitos de Capital
Brexit	Saída do Reino Unido da UE	CRMF	Quadro de Gestão de Risco de Conduta
BRRD	Diretiva de Recuperação e Resolução Bancária	CRO	Diretor de Risco
AE	Avaliação Exaustiva	CRR	Regulamento de Requisitos de Capital
CAGR	Compound Annual Growth Rate	CRST	Testes de Esforço do Risco Climático
CBD	Convenção sobre a Diversidade Biológica	CSA	Anexo de Apoio ao Crédito
CBE	Consumer Bank Europe	CToBs	Condições Gerais de Compensação
CBI	Banco Central da Irlanda	CTRC	Comité de Análise de Transações Climáticas
CC&P	Consumo, Cartões e Pagamentos	DBO	Obrigação de Benefícios Definidos

## Abreviaturas

DDoS	Negação de Serviço Distribuído	FVA	Ajustes do Justo Valor
DECL	Divulgações sobre Perdas de Crédito Esperadas	FVTPL	Justo Valor Através de Lucros ou Prejuízos
DEI	Diversidade, Igualdade e Inclusão	FX	Câmbio
DGS	Regime de Garantia de Depósito	RAE	Rácio dos Ativos Ecológicos
DORA	Lei de Resiliência Operacional Digital	PIB	Produto Interno Bruto
DSVP	Plano de valor de ações em Diferido	RGPD	Regulamento Geral de Proteção de Dados
EAD	Exposição dado o Incumprimento	GMD	Base de Dados de Modelos do Grupo
EBA	Autoridade Bancária Europeia	GRC	Comité de Risco do Grupo
CE	Comissão Europeia	G-SIB	Bancos Globais de Importância Sistémica
BCE	Banco Central Europeu	IPH	Índice de Preços de Habitação
PCE	Perdas de Crédito Esperadas	HQLA	Ativos Líquidos de Alta Qualidade
EEE	Espaço Económico Europeu	IAASA	Autoridade Irlandesa de Supervisão Contabilística e de Auditoria
EIR	Taxa de Juro em Vigor	IAS	Norma Internacional de Contabilidade
EMIR	Regulação da Infraestrutura de Mercado Europeu	IASB	Conselho Internacional de Normas Contabilísticas
EONIA	Euro Overnight Index Average	IBOR	Taxas Interbancárias de Oferta
ERMF	Quadro de Gestão de Risco Empresarial	ICA	Lei de Compensação dos Investidores
ESEF	Formato Único de Relato Eletrónico	ICAAP	Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital
ESG	Questões Ambientais, Sociais e de Governação	ICS	Regime de Compensação de Investidores
ESI	Impacto Ambiental e Social	IFRICs	Interpretação das Normas Internacionais de Informação Financeira
UE	União Europeia	IFRS	Normas Internacionais de Informação Financeira
EURIBOR	Euro Inter Bank Offered Rate	ILAAP	Processo Interno de Avaliação da Adequação de Liquidez
F&P	Adequação e Probidade	OIT	Organização Internacional do Trabalho
FCA	Autoridade de Conduta Financeira	IMM	Método de Modelo Interno
FRB	Conselho da Reserva Federal	IOSCO	Organização Internacional das Comissões de Valores Mobiliários
FTR	Regulamento sobre a Transferência de Fundos	IPV	Verificação independente de preços

## Abreviaturas

IRRBB	Risco da Taxa de Juro na Carteira Bancária	SSM	Mecanismo Único de Supervisão
ISA	Normas Internacionais de Auditoria	PD	Probabilidade de Incumprimento
ISDA	Acordos-quadro da Associação Internacional de Swaps e Derivados	Pilar 2G	Orientação do Pilar 2
IVU	Unidade de Validação Independente	Pilar 2R	Requisitos do Pilar 2
JST	Equipa Conjunta de Auditoria	PRA	Autoridade de Regulamentação Prudencial
KPI	Indicadores-chave de desempenho	PS	Probabilidades de Sobrevivência
LCR	Rácio de Cobertura de Liquidez	PSD2	Diretiva sobre Serviços de Pagamento
PDI	Perda Dado o Incumprimento	FCR	Facilidade de crédito renovável
LIBOR	London Inter Bank Offered Rate	RemCo	Comité de Remunerações
LTV	Valor da Garantia	RFR	Taxas de Referência Sem Risco
MAR	Regulamento sobre o Abuso de Mercado	RNIME	Riscos não no motor modelo
MFS	Norma de Financiamento Mínimo	DDU	Ativos com direito
MiFID	Diretiva relativa aos Mercados de Instrumentos Financeiros na Europa	RW	Zonas Húmidas Ramsar
MLD5	5ª Diretiva Anti-Branqueamento de Capitais	RWA	Ativos ponderados pelo risco
MLD6	6ª Diretiva AML da UE	S&P	Standard & Poor's Global
MREL	Requisito Mínimo para Fundos próprios e Passivos Elegíveis	SARON	Swiss Average Rate Overnight
MRGR	Gestão e Revisão do Risco do Modelo	SCA	Autenticação Forte do Cliente
MRM	Gestão do Risco de Modelo	SEC	Comissão de Títulos e Câmbios
MRMQ	Medição e Quantificação do Risco do Modelo	SFTR	Regulamentação de Operações de Financiamento de Títulos
NFRD	Diretiva de Comunicação Não-Financeira	SOFR	Taxa Garantida de Financiamento Overnight
NNI	Novas Instalações Nucleares	SONIA	Sterling Overnight Index Average
CN	Centrais Nucleares¹	SPPI	Apenas pagamentos de capital e juros
NSFR	Rácio de Financiamento Estável Líquido	SRB	Conselho Único de Resolução
O-SII	Outra Instituição Sistemáticamente Importante	SREP	Análise de Supervisão e Processo de Avaliação
OTC	Mercado de Balcão	SRF	Fundo Único de Resolução

## Abreviaturas

SRMR	Regulamentos de Mecanismo Único de Resolução
PVA	Plano de Valorização de Ações
T1	Tier 1
TCFD	Grupo de Trabalho sobre as Divulgações Financeiras relacionadas com o Clima
TLAC	Capacidade Total de Absorção de Perdas
TLTRO	Operações de Refinanciamento de Prazo Alargado Direcionadas
TNFD	Grupo de Trabalho sobre as Divulgações Financeiras relacionadas com a Natureza
ONU	Nações Unidas
PNUA-FI	Iniciativa Financeira do Programa Ambiental das Nações Unidas
VaR	Valor em Risco
VCoE	Centro de Validação de Excelência
WHS	Património da Humanidade



## Notas

Os termos "Banco", "BBI" ou "Empresa" referem-se ao Barclays Bank Ireland PLC. Salvo indicação contrária, a análise da demonstração de resultados compara o ano findo em 31 de dezembro de 2022 com os doze meses correspondentes de 2021, e a análise do balanço em 31 de dezembro de 2022 com os comparativos relativos a 31 de dezembro de 2021. As abreviaturas "M€" e "mM€" representam, respetivamente, milhões e milhares de milhões de euros.

Existe um número de áreas de reflexão principais, como por exemplo os cálculos de imparidade, que são baseados em modelos e que estão sujeitos a ajustes e modificações constantes. Os números divulgados refletem as melhores estimativas e reflexões numa determinada altura.

Os termos relevantes que são utilizados neste documento, mas que não estão definidos nos termos da orientação regulamentar aplicável ou das Normas Internacionais de Informação Financeira (IFRS) são explicados no glossário de resultados que pode ser aceso em [home.barclays/investor-relations/reports-and-events/latest-financial-results](http://home.barclays/investor-relations/reports-and-events/latest-financial-results).

As informações contidas neste documento, que foi aprovado pelo Conselho de Administração a quarta-feira, 15 de março de 2023, não incluem demonstrações financeiras estatutárias no âmbito do significado da Secção 247 da Lei das Sociedades Comerciais de 2014. As demonstrações financeiras estatutárias para o exercício encerrado a 31 de dezembro de 2022 que contém um relatório de auditoria estatutário sem alterações no âmbito da Secção 391 da Lei das Sociedades Comerciais de 2014, será entregue no Registrar of Companies, em conformidade com a Parte 6 da Lei das Sociedades de 2014 e os Regulamentos das Comunidades Europeias (Instruções de Crédito: Demonstrações Financeiras), 2015 (S.I. 266 de 2015).

O Banco é um emissor nos mercados de capitais de dívida e poderá, ocasionalmente, ao longo do próximo semestre, reunir-se com investidores para discutir estes resultados e outros assuntos relacionados com o Banco.

## Declarações prospetivas

Este documento contém determinadas declarações prospetivas relativas ao Banco. O Banco adverte os leitores de que nenhuma declaração de previsão é uma garantia de desempenho futuro e de que os resultados reais ou outras condições financeiras ou medidas de desempenho podem diferir substancialmente dos resultados contidos nas declarações de previsões. Declarações prospetivas podem ser identificadas pelo facto de não se referirem apenas a factos históricos ou atuais. As declarações prospetivas utilizam por vezes palavras como "pode", "irá", "procurar", "continuar", "objetivo", "antecipar", "alvo", "previsto", "esperar", "estimativa", "intenção", "plano", "meta", "acreditar", "alcançar" ou outras palavras de significado semelhante. Declarações prospetivas podem ser efetuadas por escrito, mas podem também ser feitas de forma verbal por administradores, diretores e colaboradores do Banco (incluindo durante apresentações da gestão) relacionadas com este documento. Os exemplos de declarações de previsão incluem, entre outras, declarações relativas à posição financeira futura do Banco, aos níveis do rendimento, custos, ativos e passivos, imparidade, provisões de encargos, capital, alavancagem e outros rácios regulamentares, distribuição de capitais (incluindo políticas de dividendos e recompra de ações), retornos de capitais tangíveis, níveis previstos de crescimento nos mercados bancários e financeiros, tendências da indústria, quaisquer compromissos e metas (incluindo metas e compromissos ambientais, sociais e de governação ("ESG")), estratégia comercial, planos e objetivos para operações futuras e outras declarações que não constituem um facto histórico ou atual. Pela sua natureza, as declarações prospetivas envolvem riscos e incertezas porque dizem respeito a eventos e circunstâncias futuras. Declarações prospetivas referem-se somente até à data em que foram criadas e podem ser afetadas por um conjunto de fatores, incluindo, mas não limitado a: alterações na legislação, na regulamentação e à respetiva interpretação, alterações nas IFRS e noutras normas contabilísticas, incluindo práticas em relação à interpretação e respetiva aplicação e normas de comunicação ESG emergente e em desenvolvimento; o resultado de processos judiciais atuais e futuros e investigações regulamentares; políticas e ações das autoridades governamentais e regulamentares; a capacidade do Banco de, em conjunto com governos e outros intervenientes, medir, gerir e minimizar os impactos das alterações climáticas de forma eficaz; riscos ambientais, sociais e geopolíticos e incidentes e eventos semelhantes fora do controlo do Banco; o impacto da concorrência; o capital, a alavancagem e outras normas regulamentares aplicáveis a períodos anteriores, atuais e futuros; as condições empresariais e macroeconómicas na Zona Euro e a nível global, incluindo a inflação, a volatilidade do crédito e os mercados de capitais; os riscos relacionados com o mercado como alterações nas taxas de juros e taxas de câmbio; avaliações de ativos mais elevadas ou mais baixas; alterações nas notações de crédito do Banco ou de quaisquer títulos por este emitidos; alterações no risco de contrapartes; alterações no comportamento dos consumidores; as consequências, diretas ou indiretas, da invasão da Rússia à Ucrânia nas condições macroeconómicas europeias e globais, assim como na estabilidade política e nos mercados financeiros; impactos diretos e indiretos da pandemia do coronavírus ("COVID-19"); a instabilidade como resultado da saída do Reino Unido da União Europeia, os efeitos do Acordo de Comércio e Cooperação entre a UE e o Reino Unido e as possíveis perturbações daí resultantes no Reino Unido, na UE e a nível global; o risco de ataques informáticos, violações em termos de informação e segurança ou falhas de tecnologia relacionadas com a reputação, negócio e atividades do Banco; a capacidade do Banco ter acesso a financiamento; e o sucesso de aquisições, alienações e outras transações estratégicas futuras. Alguns destes fatores estão para além do controlo do Banco. Consequentemente, a posição financeira do Banco, assim como os resultados financeiros e não financeiros ou medidas de desempenho ou a capacidade de cumprir compromissos e metas podem diferir significativamente das declarações e orientação definidas nas declarações prospetivas do Banco. Riscos adicionais e fatores que possam ter impacto futuro na situação financeira e desempenho do Banco são identificados na descrição dos riscos importantes existentes e emergentes nas páginas 34 a 45 do presente relatório anual.

De acordo com as obrigações do Barclays Bank Ireland PLC nos termos da legislação e regulamentos aplicáveis em qualquer jurisdição (incluindo, sem carácter limitativo, a Irlanda), em matéria de divulgação e informação contínua, não assumimos qualquer obrigação de atualizar publicamente ou rever quaisquer declarações prospetivas, seja como resultado de novas informações, eventos futuros ou por outro motivo.